

**21**

2 0 2 1

**Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA





**CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA**

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
UIDB/00311/2020



Governo da República  
Portuguesa

### **Estatuto editorial / Editorial guidelines**

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, tem periodicidade semestral (a partir de 2022) e publica artigos de investigação na área da História, sujeitos a avaliação prévia por especialistas externos. Inclui uma secção com noticiário de atividades científicas e outra destinada a resenhas críticas de livros. Aceita artigos submetidos por qualquer investigadora/or. A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* visa estimular o diálogo científico entre a comunidade historiográfica internacional. A *Revista* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Latindex (México) e SciELO.

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, founded in 2001, publishes two issues per year since 2022, including research articles in the area of History, subject to prior evaluation by external experts. It has a section with news of scientific activities and another for book reviews. It accepts articles submitted by any researcher.

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* aims to stimulate the scientific debate among the international historiographic community.

The Journal is indexed in the following international catalogues: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Latindex (Mexico) and SciELO.

### **Diretor / Director**

José Pedro Paiva / Universidade de Coimbra - CHSC / coordchsc@fl.uc.pt

### **Editor / Editor Chief**

Jaime Ricardo Gouveia / Universidade de Coimbra - CHSC / jaime.gouveia@uc.pt

### **Coordenador científico do volume / Volume editor**

Duarte Manuel Freitas / duartemanueelfreitas@gmail.com

### **Assistente Editorial / Editor Assistant**

Carla Rosa / gapci@fl.uc.pt

### **Conselho Editorial / Editorial Board**

Ana Maria Jorge [CEHRU, U. Católica Portuguesa (Portugal), secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt]; Fernando Catroga [CHSC, U. Coimbra (Portugal), fcatroga@hotmail.com]; Fernando de Sousa [CEPESE, U. Porto (Portugal), cepese@cepese.pt]; Irene Vaquinhas [CHSC, U. Coimbra (Portugal), irenemcv@fl.uc.pt]; João Paulo de Oliveira Costa [CHAM, U. Nova de Lisboa (Portugal), cham@fch.unl.pt]; Mafalda Soares da Cunha [CIDEHUS, U. Évora (Portugal), cidehus@uevora.pt]; Maria Manuela Tavares Ribeiro [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), ceis20@ci.uc.pt]; Maria Alegria Marques [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mfm@fl.uc.pt]; Maria Helena Coelho [CHSC, U. Coimbra (Portugal), coelhomh@gmail.com]; Maria José Azevedo Santos [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mazedo\_santos@yahoo.com]; Zulmira Santos [U. Porto (Portugal), zcoelho@letras.up.pt].

### **Propriedade / Ownership**

Centro de História da Sociedade e da Cultura

### **Endereços / Address**

Arquivo da Universidade de Coimbra, Rua São Pedro, nº 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

**Normas para a submissão de artigos:** <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/about/submissions> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

**Design e paginação:** Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

**Depósito legal:** 168142/01 • ISSN 1645-2259

### **Direitos de autor / Copyright ©**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

[https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_21](https://doi.org/10.14195/1645-2259_21)

21

2 0 2 1

Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Índice

## **Caderno Temático: *História Empresarial***

A indústria portuguesa pelo olhar da fotografia na viragem do século XIX para o século XX

Portuguese industry by the gaze of photography in the turn of the nineteenth to the twentieth century ..... 11

HUGO SILVEIRA PEREIRA

A Cooperativa Indústria Social. Uma experiência coletiva na monarquia constitucional

The Indústria Social cooperative. A collective experience in the constitutional monarchy ..... 37

JOÃO LÁZARO

Tendências culinárias dos menus diários da *Empreza Culinária* (Lisboa, 1898-1899)

Culinary trends in the daily menus from *Empreza Culinária* (Lisbon, 1898-1899) ..... 57

JOÃO PEDRO GOMES

Rádio Clube de Moçambique: história económica e cultural de uma empresa radiofónica num contexto colonial (1932-1974)

Rádio Clube de Moçambique: the economic and cultural history of a radio company in a colonial context (1932-1974)..... 97

MARCO ROQUE DE FREITAS

**Artigos..... 121**

A Conquista de Tavira aos Mouros: uma reconstituição crítica

The Conquest of Muslim Tavira by the Portuguese: a critical reconstruction ..... 123

ANTONIO CASTRO HENRIQUES

Cultura marítima e imaginário insular en la construcción histórica de la identidad de las islas de la Macaronesia

Maritime culture and insular imaginary in the historical construction of the identity of the islands of Macaronesia..... 143

JAVIER LUIS ÁLVAREZ SANTOS

Rivalidades entre Portugal e França e o papel dos espões portugueses nos portos franceses (1503-1566)

Portugal-France rivalries and the role of Portuguese spies in French ports (1503-1566)..... 165

MARCO OLIVEIRA BORGES

A crise económica em Penafiel nos inícios do século XIX pelos livros das décimas de 1800, 1813 e 1821

The economic crisis in Penafiel at the beginning of the 19th century through the books of the décimas of 1800, 1813 and 1821 ..... 185

JOSÉ LUÍS BARBOSA

D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834

D. Miguel and the jesuits: mutual fidelity to ancient traditions 1829-1834.. 217

FRANCISCA M. C. BRANCO VEIGA

Voices femininas a favor da instrução das mulheres nos jornais oitocentistas: *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina*

Women's voices in favour of women's education in 19th century newspapers: *A Assembléa Litteraria* and *A Voz Feminina*..... 241

SÓNIA COELHO E SUSANA FONTES

“Consommé, glacé, fricassé”. Francesismos na terminologia culinária em *Arte de cozinha* de João da Matta

“Consommé, glacé, fricassé”. French terms in the culinary book of João da Mota..... 263

GUIDA CÂNDIDO

Indebtedness and the road to monetary sovereignty following the international recognition of Montenegro in 1878 ..... 287

RADOSLAV RASPOPOVIĆ

|  |     |
|--|-----|
| As eleições legislativas de 1922 no Alentejo<br>The 1922 legislative elections in the Alentejo .....   | 305 |
| MANUEL BAIÓA   |     |
| Refugiados no Forte de Caxias no contexto da Guerra Civil de Espanha<br>(1936-39)<br>Refugees at Forte de Caxias in the context of the Spanish Civil War (1936-<br>39) ..... | 329 |
| FÁBIO ALEXANDRE FARIA  |     |
| <b>Recensões</b> .....   | 349 |
| <b>Notícias</b> .....  | 375 |





**CADERNO  
TEMÁTICO**



# A indústria portuguesa pelo olhar da fotografia na viragem do século XIX para o século XX

## *Portuguese industry by the gaze of photography in the turn of the nineteenth to the twentieth century*

HUGO SILVEIRA PEREIRA \*

NOVA School of Science and Technology, Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia | University of York, Department of History  
hjs.pereira@fct.unl.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-7706-2686>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/07/2021

**Resumo.** No período entre o último quartel do século XIX e primeiros anos do século XX coincidiram em Portugal três processos históricos diferenciados, mas conexos: um modesto crescimento industrial, a disseminação da fotografia como prática corrente e a publicação de imagens fotográficas na imprensa ilustrada. Este artigo analisa o modo como uma revista ilustrada, *O Occidente*, representou a indústria portuguesa, através da publicação de fotografias ou gravuras de fotografias. Seguindo uma metodologia que combina semiótica com análise de conteúdo em fotojornalismo, este estudo mostra que *O Occidente* criou uma ideia da indústria nacional como um setor moderno, inovador e prova do progresso português, que não coincidia com a sua verdadeira realidade. Este artigo contribui para o debate académico sobre a importância da fotografia como fonte histórica (e não apenas como instrumento ilustrativo) e para a história empresarial, nomeadamente as representações que se criavam e disseminavam sobre a indústria portuguesa.

**Palavras-chave.** Representações, nacionalismo tecno-industrial, sublime técnico, progresso, história da tecnologia.

**Abstract.** In the period between the last quarter of the nineteenth century and the early years of the twentieth century, three distinct, yet interwoven, historical processes overlapped in Portugal: a modest industrial growth, the dissemination of photography as a common practice, and the publication of photographic images in the illustrated press. This article analyses how an illustrated magazine, *O Occidente*, represented Portuguese industry through the printing of photographs or drawings of photographs. It follows a methodology that combines semiotics with content analysis in photojournalism to show that *Occidente* created a representation of the industry as a modern and innovative sector that illustrated progress in Portugal, that did not coincide with its true state. This essay adds to the debate about the importance of photography as an historical source (and not just an illustrative tool) and to business history, namely the representations created and circulated about Portuguese industry.

**Keywords.** Representations, techno-industrial nationalism, technical sublime, progress, history of technology.

---

\* Financiado por Fundos Nacionais no âmbito do CIUHCT (UID/HIS/00286) e moldura legal criada pelo decreto-lei 57/2016 e pela lei 57/2017.

## Introdução

A segunda metade do século XIX assistiu ao desenvolvimento de três atividades distintas, mas relacionadas: a indústria, a imprensa ilustrada e a fotografia. Neste artigo, analiso a forma como uma revista ilustrada (*O Occidente*) criou uma imagem da indústria portuguesa entre as décadas de 1870 e 1910, através da publicação de fotografias ou gravuras a partir de fotografias. Contribuo ainda para o campo da história empresarial através de uma perspetiva da cultura visual.

Ao longo do século XIX e primeiros anos do século XX, a indústria portuguesa desenvolveu-se de forma progressiva, mas modesta, com algumas recessões rapidamente ultrapassadas. O período entre 1870 e 1913 foi particularmente dinâmico para o setor, que beneficiou do desenvolvimento de uma rede de transportes moderna, da implementação de novas tecnologias industriais e da proteção aduaneira do Estado. Contudo, a necessidade de importar a maioria das matérias-primas, a reduzida dimensão do mercado e a falta de oficinas de reparação fizeram com que o crescimento fosse lento. Em inícios do século XX, grandes fábricas conviviam com muitas unidades de pequena dimensão. Nas vésperas da Primeira Grande Guerra, Portugal mantinha-se um país essencialmente agrário e com um setor industrial pouco desenvolvido, com baixa produtividade e com uma mão de obra e empreendedores pouco instruídos, contrastando com o maior dinamismo dos setores industriais dos países do centro da Europa (LAINS 2005: 259-78; MENDES 1980: 36-42; REIS 1987: 207-27).

Paralelamente, desenvolveu-se em Portugal a prática fotográfica. Na década de 1840, vários fotógrafos estrangeiros instalaram-se no país, seguidos por retratistas portugueses no decénio seguinte. A fotografia passou a ser usada como instrumento de trabalho, de exposição e de registo criminal, sendo ensinada no ensino superior e em cursos amadores. Em meados da década de 1870 existiam múltiplos clubes fotográficos em Porto e Lisboa e fotógrafos um pouco por todo o país. Até finais do século XIX, a fotografia estava reservada aos mais ricos, uma vez que era uma atividade cara. A partir dos últimos anos da década de 1880, várias inovações simplificam e embaratecem os processos fotográficos, disseminando a prática (SENA 1998: 13-199).

A fotografia tardou em ser usada pela imprensa, uma vez que a sua impressão era difícil tecnicamente e cara. A imprensa ilustrada, que em Portugal remonta às primeiras décadas do século XIX, influenciada por jornais de países europeus (BEEGAN 2008: 31; MAINARDI 2017: 34), recorria inicialmente à litogravura e sobretudo à xilogravura (processo mais barato e rápido). Neste método, um desenhador delineava um esboço, que depois era transferido por um gravador

para um bloco de madeira, ao qual se podiam juntar tipos tipográficos para obter um grande número de cópias. Na viragem para o século XX, o *halftone* permitiu a publicação de imagens mais verosímeis e próximas das fotografias (BEEGAN 2008: 6, 12; SOUSA 2017: 575-6; SOUSA 2018: 215).

Na imprensa ilustrada nacional destacou-se, pela qualidade e abundante uso de xilogravuras de fotografias originais e de fotografias impressas através do *halftone*, a revista *O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* (adiante *Occid.*)<sup>1</sup>, que revolucionou o setor. A *Occid.* foi fundada em 1878 e publicada até 1915, duas vezes por mês até 1880 e três vezes por mês daí por diante. Com correspondentes em Portugal e no estrangeiro, era um periódico generalista, que cobria vários assuntos contemporâneos. Um desses tópicos era a industrialização de Portugal, através da publicação de fotografias industriais, um género popular em finais do século XIX na Europa (McCAULEY 1994: 19)<sup>2</sup>. A partir de 1902, inaugurou uma secção dedicada à indústria nacional (*Occid.*, 835 [10.3.1902]: 50). A sua tiragem não era muito elevada, mas a revista tinha uma rede de distribuidores em Portugal e nas colónias (*Occid.*, espécime [1877]: 4; 1231 [10.3.1913]: 60). O preço de venda era alto, mas acessível a muitos: 120 réis/número ou 2600 réis/subscrição anual (SOUSA 2018: 219-22). Em termos de comparação, os salários médios em Lisboa rondavam os 600 réis/dia (REIS 1987: 222). De qualquer modo, não era incomum os leitores que compravam um periódico lerem os seus conteúdos para os demais (TENGARRINHA 2013: 865-6).

Para este artigo, reuni 144 fotografias ou xilogravuras de fotografias de aspetos da indústria nacional, publicadas no *Occid.* entre as décadas de 1870 e 1910. Usando uma metodologia que combina semiótica com análise de conteúdo em fotojornalismo, caracterizo a imagem da indústria portuguesa criada pelo *Occid.*, que circulou por uma parte substancial da população portuguesa. Apresento uma nova perspetiva de análise da história empresarial, em particular da história da indústria, pela valorização de fontes visuais.

## 1. Metodologia

A popularidade da fotografia no século XIX deveu-se em grande medida ao entendimento positivista de que se tratava de uma prática completamente

---

<sup>1</sup> Disponível online em: [hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt)

<sup>2</sup> Desde a primeira metade do século XIX, jornais e revistas académicas divulgavam inovações técnicas, recorrendo a desenhos tecnocientíficos, facilitando a transmissão de conhecimentos entre leigos (MATOS 2000). A fotografia elevou este esforço a outra dimensão.

objetiva, como produto da ciência e da tecnologia. Supunha-se que representava a realidade tal como ela era e não como um pintor subjetivamente a via (JÄGER 2003: 119; SERÉN 2011: 184). Ainda que a fotografia implique um ato mecânico, a sua produção é subjetiva, na medida em que o caráter da imagem (ângulo, disposição das personagens, composição, etc.) é definido pelo fotógrafo e pelas exigências dos seus mandantes, sendo por isto um “instrumento de encenação política” (FREUND 1995: 20; PINHEIRO 2011: 115, 117 [citação]; SERÉN 2002: 37-8). Adicionalmente, era sempre possível manipular as imagens *à posteriori*, sobretudo com o *halftone* (BEEGAN 2008: 15). Esta subjetividade era ofuscada pela magia tecnológica e positiva que suportava a objetividade da fotografia, de modo que a prática se tornou um poderoso meio de produzir ideologia e moldar a opinião pública (KELSEY 2016: 85, 90; SERÉN 2002: 19, 25).

A análise de uma fotografia ou conjunto de fotografias permite aceder aos valores de quem a/o produziu/encomendou, mas só o estudo da sua divulgação possibilita conhecer o seu impacto na sociedade e opinião pública. Tal como coloquialmente perguntamos se a árvore que cai na floresta produz algum som se não estiver lá ninguém para ouvir, neste caso podemos questionar: se uma fotografia é tirada e ninguém a vê, produzirá algum impacto sociocultural? Por isto, o papel da imprensa ilustrada tornou-se central e importa analisar com mais detalhe.

O periodismo ilustrado foi a principal ferramenta de disseminação de informação até ao advento da era eletrónica, sobretudo desde que o recurso ao *halftone* acelerou a circulação e variedade de imagens, que proporcionavam um contacto direto com a realidade sem passar pela subjetividade da xilogravura (BEEGAN 2008: 12, 26; DaSILVA 1976: 17; MAINARDI 2017: 35). No caso do *Occid.*, os seus editores destacavam sempre que uma xilogravura reproduzia uma foto original, de modo a capitalizar a objetividade atribuída à fotografia e aumentar a veracidade dos conteúdos (FLINT 2000: 1; MARTIN 2006: 43-4; MARTINS 2014: 101).

O abundante recurso à fotografia (ou a gravuras de fotografias) criava a ilusão de um consumo de informação mais imediato, que não carece de uma *leitura* atenta (BEEGAN 2008: 14). Esta faceta era particularmente relevante na realidade portuguesa, onde a maioria da população não sabia ler. O próprio formato físico do *Occid.* incentivava mais a folhear a revista e a olhar para as imagens do que a ler os seus conteúdos (cf. COSTA; SERÉN 2004: 71, 90). Frequentemente, as fotografias/gravuras, ao serem reproduzidas em grande número, operavam de forma independente dos textos. Ao reproduzir e repetir regularmente imagens, a imprensa ilustrada

acumulava pequenos fragmentos de conhecimento que, como pequenas peças de um *puzzle*, ofereciam uma panorâmica discernível da realidade (BEEGAN 2008: 15, 23).

Os jornais ilustrados ajudavam os leitores a criar uma realidade, a conceitualizar a sociedade, a fornecer um sentimento de experiência partilhada e a agregá-los como membros de um grupo com valores comuns, estabelecendo ligações nacionais entre uma sociedade mais dispersa (BEEGAN 2008: 1, 21, 24). O consumidor das revistas ilustradas, ao ver os demais a ler a mesma fonte com as mesmas estórias, constatava a existência de uma comunidade nacional interpretativa, que comungava dos conteúdos e representações publicados (ANDERSON 1983: 39-40; GREEN-LEWIS 1996: 113). Assim se caminhava para uma unificação da mente pública (TARDE apud CLARK 1969: 297, 318).

Estes considerandos mostram que a fotografia deve ser encarada como uma fonte de pleno direito, que abre janelas para o estudo de um determinado contexto histórico (PINHEIRO 2011: 114). Por estas razões, carece de uma metodologia própria para a sua análise, consoante o assunto a estudar, o tipo de fotografia ou o alcance da sua divulgação.

Elegi para este efeito a metodologia proposta por BENETTI (2007: 112-3):

- a) observação sistemática do discurso iconográfico do periódico (*Occid.*);
- b) categorização e seleção de imagens com características similares (imagens da indústria);
- c) exame iconográfico da amostra.

Em relação a esta última etapa, retomo o que referi sobre a falsa objetividade da fotografia e arguo que as fotos não são transparentes, antes requerem interpretação (DANIELS; COSGROVE 1988: 2). Para esta, recorro à abordagem proposta por BARTHES (1972: 109-56), que distingue entre o *significante* (a cena retratada), o *significado* (a mensagem transmitida) e o *signo* (o mito criado através da acumulação de significados). Considerando o *significante* predominante, dividi a amostra usando dois critérios: o tipo de indústria (têxtil, alimentar, química – gráfico 3) e o tipo de cena retratados (estabelecimentos industriais, objetos manufaturados isolados, exposições de produtos industriais ou maquinismos – gráfico 4). Para encontrar estes três elementos nas imagens, recorro também aos textos que as acompanharam, tendo em conta que a cultura visual não pode ser dissociada da cultura escrita, nem do contexto em que foi produzida (DANIELS; COSGROVE 1988: 1; SERÉN 2002: 9; VICENTE 2014: 12) e que o escrito pode alterar o sentido do visto (BEEGAN 2008: 14). Como bem refere PORTO (2014: 494), uma imagem não vale mais que mil palavras; delas carece para ser bem interpretada.

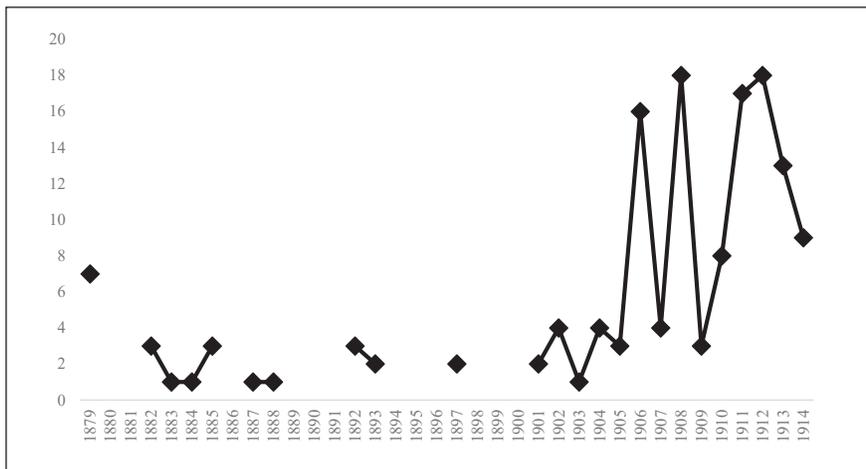
## 2. A indústria no *Occidente*

A representação visual da indústria já era praticada muito antes da invenção da fotografia. Diversos pintores captaram diferentes aspectos da industrialização dos seus países, exaltando as artes mecânicas, o sublime técnico e a monumentalidade dos estabelecimentos fabris. Em alguns casos, vislumbravam-se mesmo motivações políticas na reprodução pictórica do setor. A fotografia iniciou uma nova etapa na documentação visual da indústria, beneficiando da objetividade que lhe era atribuída (GOLVANO 1999: 61; KLINGENDER 1968: 55-64, 148, 165).

Esta secção dedica-se à análise das mensagens transmitidas através das fotos publicadas no *Occid.* Começo por um tratamento estatístico da amostra e depois faço uma abordagem qualitativa, de acordo com os princípios e metodologia indicados na secção anterior.

### 2.1. Números e justificações

A distribuição da amostra fotográfica no tempo não foi uniforme, notando-se um aumento da frequência de fotografias no início do século XX: entre 1906 e 1914 publicaram-se mais 178% de imagens do que no período anterior (gráfico 1).



**Gráfico 1.** Número de fotografias industriais publicadas pelo *Occid.* por ano.  
Fonte: *Occid.*, 1879-1914.

Até finais do século XIX, outros temas chamaram mais a atenção dos editores do *Occid.*, desde logo os restantes melhoramentos tecnocientíficos que caracterizaram o Fontismo, além das atualidades de que a revista também se ocupava.

A partir de finais da década de 1890 e sobretudo no início do século XX registou-se um surto industrial, o qual foi motivado por um processo de substituição de importações, que deveria responder à crise prolongada, a dificuldades com a balança de pagamentos e à depreciação do câmbio do real brasileiro (FERREIRA 1999: 236-41; REIS 1987: 209). Este surto foi caracterizado por um nacionalismo industrial/tecnológico contra a humilhação do Ultimato de 1890 (sobre este tipo de nacionalismo, cf. AMIR 2007; SARAIVA 2007: 268-70). Por fim, é por esta altura que o *Occid.* implementa o *half-tone*, o que também justifica o aumento da reprodução de fotografias.

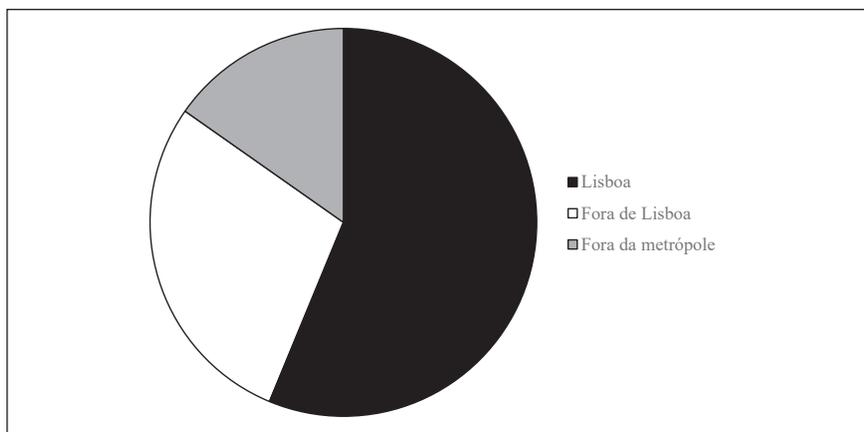
Em termos de distribuição geográfica é evidente uma preferência por Lisboa (gráfico 2): 56% das imagens selecionadas retratam atividades industriais na capital. Fora da capital, o país<sup>3</sup> está sub-representado (28%), ainda que a amostra se disperse com registos do Norte (Porto, Guimarães), Centro (Coimbra, Covilhã), arredores de Lisboa (Amora, Seixal), Sul (Aljustrel) e Açores (Ponta Delgada). Nota-se a ausência de imagens de Trás-os-Montes (onde havia pelo menos fábricas de moagem, como indica FERREIRA 1999: 167-9), Algarve e Madeira. O universo documental fica completo com imagens de fora da metrópole (15%)<sup>4</sup>, que retratam sobretudo participações da indústria portuguesa em exposições internacionais (Antuérpia, Rio de Janeiro)<sup>5</sup>. Fotografias industriais nas colónias são pouco relevantes (uma máquina a vapor e uma placa comemorativa). A preponderância dada a Lisboa não surpreende, tendo em conta a sua condição de capital, de ter sido um foco de industrialização e de ser também a cidade onde o *Occid.* estava sediado.

---

<sup>3</sup> Portugal Continental, Açores e Madeira.

<sup>4</sup> Colónias e outros países.

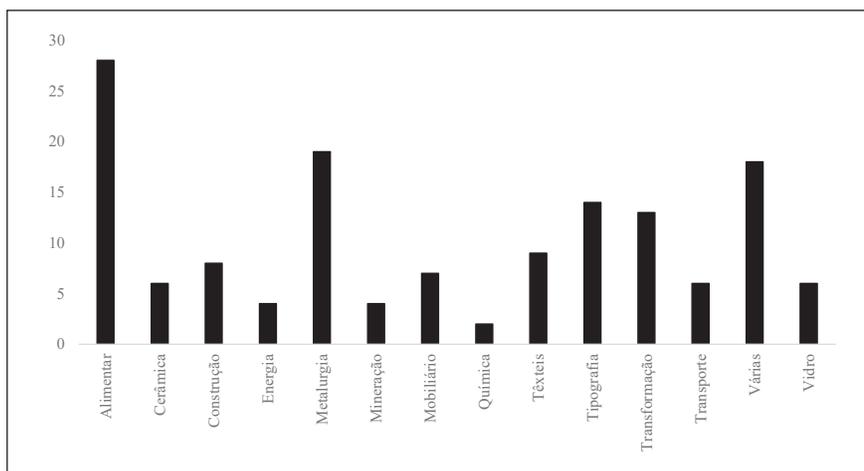
<sup>5</sup> *Occid.*, 44 (15.10.1879): 156; 515 (11.4.1893): 84; 892 (10.10.1903): 219; 1060 (10.6.1908); 124-6.



**Gráfico 2.** Distribuição da amostra por localização das cenas retratadas.

Fonte: *Occid.*, 1879-1914.

O *Occid.* fez uma cobertura ampla do tecido industrial português, abrangendo vários setores, da cerâmica ao mobiliário, passando pelo setor vidreiro, químico ou dos transportes. O destaque vai para as indústrias alimentar e metalúrgica, que representam quase um terço da amostra (gráfico 3).



**Gráfico 3.** Frequência das indústrias retratadas.

Fonte: Elaboração própria.

Esta preferência temática acaba por surpreender, já que nenhum daqueles setores se distinguiu no panorama industrial coevo. Outros, como os têxteis, a cortiça ou as conservas conheceram um desenvolvimento mais rápido (MEN-

DES 1980: 37-8; REIS 1987: 218), mas não mereceram igual relevância pelo *Occid.* Ainda assim, o periódico considerava o setor têxtil de uma “perfeição extremamente notável”, prova do “manifesto desenvolvimento da indústria fabril em Portugal” (*Occid.*, 45 [1.11.1879]: 161). A própria indústria tabaqueira, relevante pelo seu progresso (MENDES 1980: 39), nunca viu a sua atividade fotografada na revista.

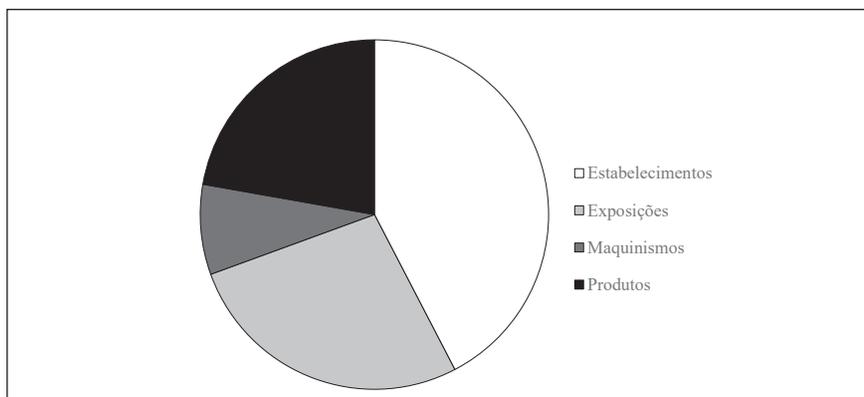
Uma explicação possível reside no facto de a indústria alimentícia recorrer sobretudo a matérias-primas produzidas em território nacional, desempenhar a importante função de alimentar a nação e representar um investimento de 8,500 contos<sup>6</sup> em 1907 (cf. FERREIRA 1999: 154-155, 186, 237-41; REIS 1987: 218), algo que era valorizado pelos cronistas do *Occid.*. O caso da fábrica de chocolate Iniguez, em Lisboa, é particularmente elucidativo, uma vez que usava um dos recursos mais valiosos do Império: o cacau de S. Tomé (cf. MACEDO 2016), até então subaproveitado (*Occid.*, 990 [30.6.1906]: 141). Igualmente plausível é a *compra* de reportagens fotográficas pelas próprias empresas, como forma de publicidade. Esta explicação justifica os números da indústria metalúrgica, em grande medida devidos a imagens publicadas de trabalhos da Leitão & Irmão, especialistas no tratamento de metais preciosos – verdadeiros “restauradores da ourivesaria portuguesa” –, cujos produtos rivalizavam com a Tiffany’s de Nova York<sup>7</sup>. O *Occid.* conferiu também importância à indústria tipográfica, à qual estava ligado, e cuja classe considerava a “mais ilustrada do operariado português” (*Occid.*, 1274 [20.5.1914]: 165).

Para finalizar, analiso as imagens de acordo com o objeto representado (gráfico 4). Este critério redundou na construção de quatro categorias, incluindo fotos de estabelecimentos industriais, exposições, maquinismos e produtos da indústria.

---

<sup>6</sup> Cerca de 200 milhões de euros de 2019. Para este cálculo, converti contos em libras usando os dados de MATA 1991: 39-40, libras para dólares de 2019, usando a ferramenta online de OFFICER & WILLIAMSON (2021) e a taxa de câmbio entre dólares e euros em 31.12.2019.

<sup>7</sup> *Occid.*, 928 (10.10.1904): 225; 988 (10.6.1906): 122; 1037 (20.10.1907): 226 (citação); 1070 (20.9.1908): 206; 1221 (30.11.1912): 259; 1251 (30.9.1913): 294-5; 1277 (20.6.1914): 194.



**Gráfico 4.** Distribuição da amostra por categoria de foto.

Fonte: Elaboração própria.

As imagens dos novos ou renovados estabelecimentos fabris ocuparam a maior parte dos artigos da revista (42%). A fábrica, que durante este período se implementou em Portugal – especialmente nos setores têxtil, moageiro e químico – era o elemento mais ilustrativo de uma indústria moderna e símbolo do próprio Fontismo, na qual o *Occid.* investiu, ainda que fosse exceção num panorama onde predominavam pequenos estabelecimentos manufatureiros (FERREIRA 1999: 149; REIS 1987: 207-8, 213). Ao focar-se nas fotografias destes estabelecimentos, a revista enfatizava uma representação de modernidade da indústria nacional, que não coincidia exatamente com a realidade.

Dentro das fábricas, os maquinismos que substituíam ou complementavam a força muscular eram também um sinal de progresso, embora a disseminação da máquina a vapor tivesse sido lenta e à maior parte dos operários faltar qualificação para as operar (LAINS 2005: 267; REIS 1987: 225). O *Occid.* apostava igualmente nesta representação de modernidade, com imagens de diversas máquinas a vapor e a eletricidade, se bem que com uma importância menor do que a conferida às fábricas (apenas 8% da amostra).

Do labor de máquinas e homens resultava a produção de itens industriais, que o *Occid.* amiúde publicava (22%), asseverando a sua qualidade e baixo preço, que emulavam com produtos similares fabricados no estrangeiro. Da conjugação entre argumentos visual e textual, resultava o elogio nacionalista do trabalho e a garantia de que Portugal caminhava na senda do progresso. Numa ocasião, o articulista não pôde deixar de confessar: “Que bela cousa não foi ouvir o ruído enorme de todo aquelle maquinismo movendo se de mistura com os acordes do hinno nacional” (*Occid.*, 1137 [30.7.1910]: 171).

Uma das formas mais eficazes de exhibir os produtos industriais era através

de exposições industriais ou cortejos com motivos industriais (*Occid.*, 126 [21.6.1882]: 140-1; 1180 [10.10.1911]: 221) de caráter regional, nacional ou internacional (MATOS 2000). O gráfico 4 mostra que este foi um assunto que mereceu a atenção do *Occid.* (27%), que acompanhou a expansão da produção nacional nas principais cidades do país – Porto e Lisboa (*Occid.*, 471 [21.1.1892]: 19) –, na periferia – Guimarães, Ponta Delgada (*Occid.*, 1139 [20.8.1910]: 188) – e em certames fora do país. Os textos que acompanhavam as imagens das exposições, verdadeiras “festas civilizadoras, [...] do trabalho [...], de confraternidade e progresso” e “parada[s] de forças industriais” (*Occid.*, 44 [15.10.1879]: 154; 1213 [10.9.1912]: 193), testemunhavam o sucesso além-fronteiras dos produtos portugueses.

## **2.2. Mensagens e mitos**

Na secção anterior, mencionei algumas mensagens publicitadas pelas fotografias industriais do *Occid.* que transmitiam muito mais que o mero significado dominante nas mesmas. Na verdade, a fotografia tornou-se indispensável para a indústria (FREUND 1995: 20). De acordo com FOSTER (2003: 114), “Photography’s seeming transparency, clarity and precision made it the obvious form of representation for corporations whose power was founded on technology and modernity”. Em seguida, detalho alguns dos significados mais presentes nas ilustrações do *Occid.*.

### **2.2.1. Uma ilusão de progresso**

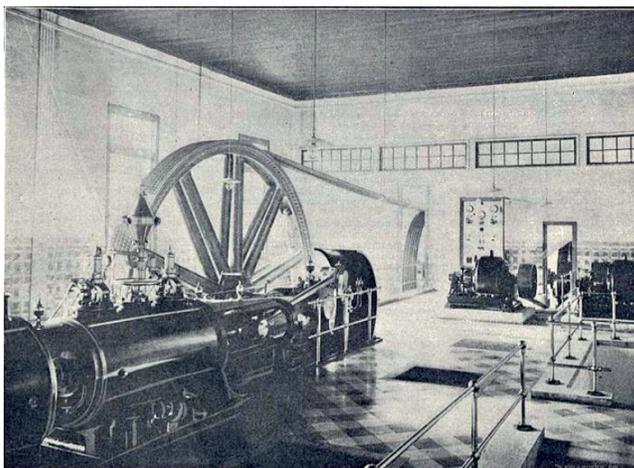
Um dos significados mais evidentes na amostra é uma ideia de modernidade e de progresso, ligado à inovação técnica na produção industrial, assim como a crença inabalável no *technical fix*, na capacidade decisiva da tecnologia para o progresso da sociedade e resolução dos seus problemas sociais (cf. ROSS 1980). As imagens do *Occid.* abriam vastas janelas para esta representação, mostrando amplas fábricas com complicados mecanismos, que produziam bens cuja qualidade era atestada pela própria revista (figuras 1 a 3). Simultaneamente, o *Occid.* complementava a informação gráfica com detalhes textuais: argumentava que a indústria era “hoje mais do que nunca a aspiração dos povos”, pela qual todos se nobilitavam, e um fator determinante para a regeneração económica de Portugal (*Occid.*, 1008 [30.12.1906]: 283; 1211 [20.8.1912]: 182). A fé na tecnologia industrial resvalava para uma visão determinística da evolução do país, condicionada exclusivamente pela tecnologia (cf. MARX; SMITH 1994: XII), bem visível na seguinte passagem de 1892, no rescaldo do Ultimato e da bancarrota parcial: “Hoje as artes e a industria é tudo;

n'ellas se baseia o progresso”, bem como a bitola que distinguia as sociedades avançadas das demais (*Occid.*, 475 [1.3.1892]: 51; cf. ADAS 1989: 134).



**Fig. 1.** Novo edifício da Nova Companhia Nacional de Moagem na avenida 24 de Julho, inaugurado em 1907, composto por moagem e fábrica de bolacha e massa, retratado junto a outro elemento de progresso, o caminho de ferro (linha de Cascais). Segundo FERREIRA (1999: 176, 239-45), a companhia era o resultado da fusão de várias fábricas mais pequenas e tinha um capital de 4400 contos (135 milhões de euros).

Fonte: *Occid.*, 1137 (30.7.1910): 172.



**Fig. 2.** Engenho motriz (marca Tosi), que fornecia energia à fábrica de cimento Portland Tejo. A máquina continuava a ser um dos veículos mais eficazes de modernidade.

Fonte: *Occid.*, 1008 (30.12.1906): 288.

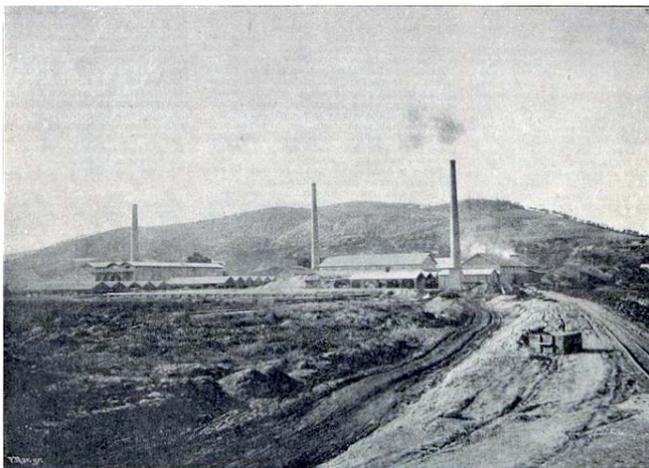


**Fig. 3.** Produtos da indústria marceneira nacional, em exibição na Exposição do Rio de Janeiro, os quais o *Occid.* garantia serem de excelente qualidade.  
Fonte: *Occid.*, 1060 (10.6.1908): 125.

Neste sentido, imagens e descrições de fábricas tornaram-se janelas privilegiadas para o progresso trazido pela indústria. O tamanho e qualidade das instalações, bem como o caráter matemático da organização do trabalho, eram evidenciados nas imagens (figuras 4 e 5) e nos textos. Assim se ilustrava o salão de ferro e vidro com 1200 m<sup>2</sup> da Editora Limitada/ Empresa Nacional Editora em Lisboa (onde funcionavam diversas oficinas); as novas instalações da Sociedade Portuguesa de Automóveis/The Anglo-Portuguese Motor & Machinery Company (Lisboa) e os seus 2,200 m<sup>2</sup> de área (onde se incluíam diversos serviços automóveis); a fábrica Tejo de cimento Portland (Vila Franca de Xira) que ocupava 23,000 m<sup>2</sup> de espaço; ou os vastos 35,000 m<sup>2</sup> da Empresa Industrial Portuguesa (Lisboa)<sup>8</sup>. Estes números eram dados sem termo de comparação (nem fonte), aumentando assim o seu impacto. O mesmo se pode dizer sobre os volumes de produção que, embora mais inteligíveis aos leitores, concorriam para a grandiosidade da narrativa de uma indústria inovadora: as 12,500,000 garrafas produzidas anualmente pelas fábricas e vidro da Amora e das Lobatas (Almada), as 84 t de bolacha e biscoito feitas por mês pelos estabelecimentos na capital da Pampulha e da Companhia Nacional de Moagem (110 t em 1900 e 265 em 1918, de acordo com FERREIRA 1999: 176), as 16,000 t de cimento produzidas pela Fábrica Tejo em cada ano ou os 300 vagões ferroviários montados pela Empresa Industrial Portuguesa são

<sup>8</sup> *Occid.*, 1008 (30.12.1906): 286; 1195 (10.3.1912): 541; 207 (10.7.1912): 147-8; 1254 (30.10.1913): 336.

alguns exemplos<sup>9</sup>. De igual modo se elogiava a higiene dos estabelecimentos, sobretudo as do ramo alimentar, como era o caso da fábrica da Nutrícia (Lisboa), cujo interior era imaculado e “todo branco como o veu de uma noiva” (*Occid.*, 1171 [10.7.1911]: 149).



**Fig. 4.** Vista geral da fábrica Tejo. A foto tirada à distância concorria para ampliar o tamanho das instalações, destacando as suas três grandes chaminés.

Fonte: *Occid.*, 1008 (30.12.1906): 285.

<sup>9</sup> *Occid.*, 475 (1.3.1892): 51; 835 (10.3.1902): 50; 1008 (30.12.1906): 284; 1071 (30.9.1908): 211; 1137 (30.7.1910): 171; 1195 (10.3.1912): 54. A fábrica não era aceite a qualquer custo, havendo algumas críticas, ainda que raras. Uma das censuras dirigiu-se às oficinas de gás de Belém que, dada a sua proximidade à Torre de Belém, sujavam e desrespeitavam este histórico monumento. *Occid.*, 1195 (10.3.1912): 49-50. Era uma crítica que contrastava com a opinião da revista em 1889, quando a fábrica iniciou a laboração, altura em que foi considerada um “importante melhoramento”. *Occid.*, 375 (21.5.1889): 117.



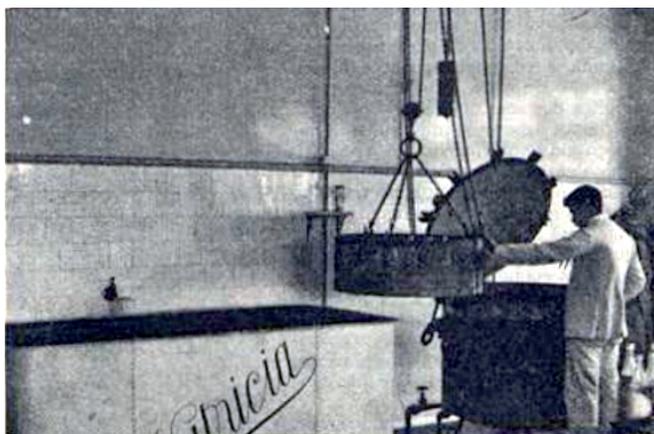
**Fig. 5.** Linha de montagem de vagões para o caminho de ferro de Lourenço Marques no corpo central das oficinas de construções metálicas da Empresa Industrial Portuguesa. A ordem e geometrismo do cenário laboral era também um sinal de progresso.  
Fonte: *Occid.*, 1195 (10.3.1912): 53.

A Nutrícia era um bom exemplo de inovação industrial, fornecendo alimentação higiénica e esterilizada, um setor que o *Occid.* assegurava padecer de um grande atraso (fig. 6). O mesmo se passava com as câmaras frigoríficas (a “ácido carbónico”) da Iniguez ou na oficina de fotogravura de Pires Marinho, que dispunha de uma grande e “verdadeiramente admirável” máquina fotográfica, no valor de 1.7 contos<sup>10</sup>, cujos trabalhos eram “perfeitíssimos”. Mais expressiva era a atividade da Sociedade Portuguesa de Automóveis, que tinha contribuído para disseminar em Portugal o automóvel, o mais moderno transporte da época (fig. 7). O *Occid.* frisava que “o automobilismo é hoje um transporte mais rápido do que a locomotiva, e pronto a toda e qualquer hora que se queira”, enaltecendo o papel daquela firma na mudança do paradigma de progresso na mobilidade (cf. SOUSA 2016: 154). Adicionalmente, a Sociedade Portuguesa de Automóveis montava os próprios carros (apenas importando os *chassis* de marcas estrangeiras), exportando alguns componentes, e fornecia peças para embarcações e hidroplanos. Por fim, uma outra inovação associada à indústria era o recurso à iluminação elétrica, que favorecia a produção e a exibição de produtos industriais<sup>11</sup>. Nem sempre as descrições do *Occid.* eram totalmente captadas pelas fotografias; contudo estas forneciam uma janela alegadamente

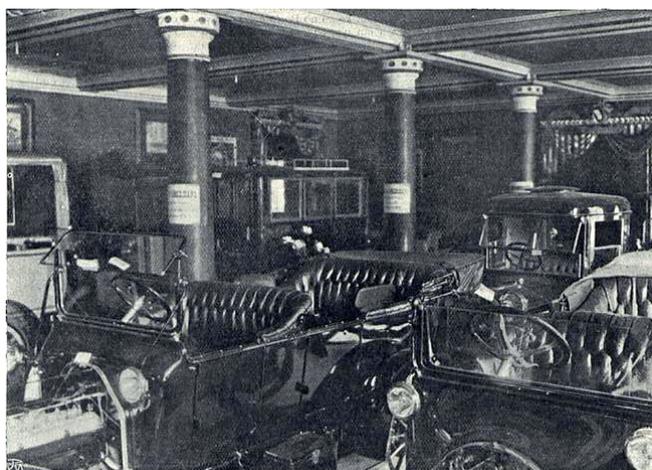
<sup>10</sup> Cerca de 21000 euros de 2019.

<sup>11</sup> *Occid.*, 990 (30.6.1906): 139-41; 1160 (20.3.1911): 59; 1171 (10.7.1911): 149; 1207 (10.7.1912): 148-50 (citação na página 150); 1253 (20.10.1913): 321-2 (citações).

objetiva para a realidade industrial portuguesa, contribuindo para tornar os textos associados igualmente objetivos e verdadeiros.



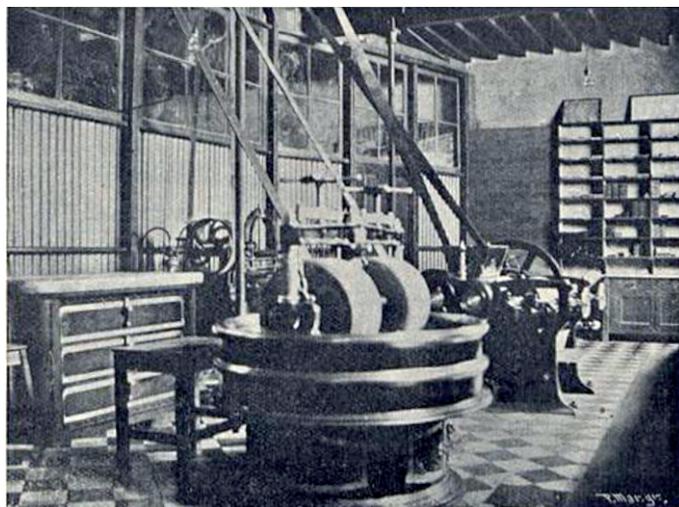
**Fig. 6.** Imagem do esterilizador de leite e tanque para arrefecimento da Nutricia, notando-se a brancura das paredes e do uniforme do funcionário.  
Fonte: *Occid.*, 1171 (10.7.1911): 149.



**Fig. 7.** Exposição de automóveis no Palácio de Cristal (Porto). Se antes a fotografia promovera o caminho de ferro como instrumento de progresso, agora concorria para o destronar em benefício do automóvel.  
Fonte: *Occid.*, 1278 (30.6.1914): 210.

A máquina continuava a ser a incorporação mais fidedigna do sublime técnico (cf. KASSON 1976: 162-80). À vetusta máquina a vapor juntavam-se máquinas hidráulicas, elétricas, a gás e a gasolina de fábricas de fiação (Tomar e Torres

Novas), de cerâmica e materiais de construção (Vista Alegre, vidro da Amora, telhas e tijolos do Seixal), de móveis (Reis & Fonseca e Grande Marcenaria Moderna, Lisboa), do setor alimentar (bolachas da Pampulha, Companhia Nacional de Moagem, Iniguez) ou de tipografia (Empresa Nacional Editora e Anuário Comercial, que dispunha de uma impressora a duas cores)<sup>12</sup>. As imagens já ilustravam eloquentemente o sublime técnico da máquina (figuras 2 e 8). Mas como não fosse suficiente, as descrições textuais de maquinaria “fantástica”, um “deslumbrante labirinto de engrenagens e correarias”, que “coloca a indústria nacional á altura dos progressos realizados nas oficinas congêneres mais reputadas, do estrangeiro” reforçavam-no (*Occid.*, 1254 [30.10.1913]: 336). A complexidade das descrições das máquinas e dos processos mecânicos de fabrico, com uma linguagem hermética e inacessível a leigos, a citação de estranhas unidades de medida ou a menção a nomes de marcas estrangeiras<sup>13</sup> contribuíam para ampliar a aura da tecnologia usada (cf. SARAIVA 2007: 267).



**Fig. 8.** Máquinas de fabrico de chocolate em Iniguez. As linhas rígidas e geométricas dos equipamentos e a precisão matemática com que desempenhavam as suas funções eram componentes inalienáveis do sublime técnico.

Fonte: *Occid.*, 990 (30.6.1906): 141.

<sup>12</sup> *Occid.*, 170 (11.9.1883): 203; 212 (11.11.1884): 251; 326 (11.1.1888): 13; 475 (1.3.1892): 51; 835 (10.3.1902): 50; 957 (30.7.1905): 163; 1066 (10.8.1908): 174; 1072 (10.10.1908): 221-2; 1137 (30.7.1910): 171; 1153 (10.1.1911): 4; 1211 (20.8.1912): 182; 1254 (30.10.1913): 336.

<sup>13</sup> *Occid.*, 326 (11.1.1888): 13; 477 (21.3.1892): 67; 654 (28.2.1897): 45; 835 (10.3.1902): 50; 927 (30.9.1904): 217; 957 (30.7.1905): 163; 990 (30.6.1906): 139; 1137 (30.7.1910): 171; 1008 (30.12.1906): 286; 1137 (30.7.1910): 171; 1153 (10.1.1911): 4; 1253 (20.10.1913): 321-2.

As máquinas eram enaltecidas por aumentarem a produção e reduzirem a intervenção do trabalho manual humano, aumentando a qualidade do produto final: “Todo este trabalho mecanico garante, além da precisão matematica, a economia da mão de obra, e destas vantagens participa o publico” (*Occid.*, 1211 [20.8.1912]: 182). Contraditoriamente, o *Occid.* realçava as oportunidades de emprego e o fomento do trabalho proporcionados pela indústria, detalhando os números da força laboral de diversas fábricas, das mais modestas (vidro da Amora ou marcenarias de Lisboa, que empregavam 100 operários)<sup>14</sup> às mais intensivas em mão de obra (600 trabalhadores da fábrica de bolachas Pampulha, 1,500 funcionários da fábrica de fição Jacinto do Porto ou 2,000 empregados da corticeira Caramujo em Almada)<sup>15</sup>. Apesar da capacidade sobre-humana da máquina, mantinha-se a associação do trabalho humano com as ideias de progresso e civilização<sup>16</sup>.

### 2.2.2. Nacionalismo tecno-industrial

O binómio imagem-texto da indústria foi usado para fomentar um nacionalismo assente na tecnologia e desenvolvimento industrial. A retórica nacionalista nota-se a partir do Ultimato e da bancarrota que marcaram a crise da década de 1890 (cf. TEIXEIRA 1987: 706), e prolongou-se durante os primeiros anos do século XX. O *Occid.* abraçou esta missão sem pejos: em 1892, afirmava que a indústria era “o mais forte esteio da nossa authonomia”, enquanto apelava à necessidade de emancipar o país dos produtos estrangeiros; em 1906, ainda evocava o Ultimato, alvitando o trabalho industrial que substituisse importações e aproveitasse os recursos nacionais como a melhor forma de o contrariar (*Occid.*, 475 [1.3.1892]: 51; 1008 [30.12.1906]: 283).

Três bons exemplos eram as fábricas Tejo, Iniguez e Lobatas, que diminuam a necessidade de importação de cimento, manteiga de cacau e garrafas (que custavam pelo menos 500 contos/ano – 12,300,000 euros – à economia nacional)<sup>17</sup>. O grande destaque ia para a indústria corticeira e metalúrgica, bem como para as oficinas de Santa Apolónia da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. A primeira era considerada pelo *Occid.* uma indústria genuinamente portuguesa que usava uma típica matéria-prima nacional, a

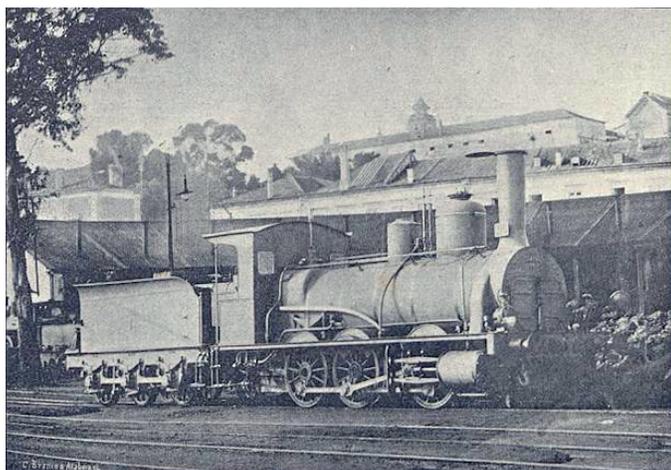
<sup>14</sup> *Occid.*, 475 (1.3.1892): 54; 1060 (10.6.1908): 126; 1211 (20.8.1912): 182.

<sup>15</sup> *Occid.*, 835 (10.3.1902): 50; 1079 (20.12.1908): 275; 1177 (10.9.1911): 197.

<sup>16</sup> Que conduzia também a uma certa reprovação do direito de greve instituído pela República e a um esperançoso apelo ao espírito de fraternidade entre capital e trabalho. *Occid.*, 1150 (10.12.1910): 274; 1177 (10.9.1911): 195; 1153 (10.1.1911): 4; 1207 (10.7.1912): 150.

<sup>17</sup> *Occid.*, 990 (30.6.1906): 139; 1008 (30.12.1906): 283; 1071 (30.9.1908): 211.

cortiça, que, em grande medida, era exportada em bruto e depois importada sob a forma de objetos transformados. Desalentadamente, o cronista concluía: “é uma mina portuguêsã em que os portugueses só auferem o trabalho do mineiro!” (*Occid.*, 1177 [10.9.1911]: 197). A indústria metalúrgica era representada pela fundição de Massarelos e pela Empresa Industrial Portuguesa, que forneciam máquinas e ferramentas, estruturas pré-fabricadas e metais fundidos em concorrência com os produtos estrangeiros. Já as oficinas da Companhia Real destacavam-se por alegadamente terem construído, em 1897, duas novas locomotivas com componentes fabricados localmente (exceto rodas e cilindros). No século XIX, a locomotiva era “leading image of progress” (MARX 1994: 244), veículo emblemático do sublime técnico (KASSON 1976: 172) e instrumento promotor de sentimentos nacionalistas, pelo que o *Occid.* exultava com o feito: para a revista, o trabalho das oficinas de Santa Apolónia “é dos que melhor podem satisfazer o nosso orgulho nacional” por ser um “grande passo” para a “emancipação da nossa industria da dependencia estrangeira”, já que até então as locomotivas tinham que ser importadas<sup>18</sup>. No entanto, a verdade é que aquelas construções não eram originais, mas uma recauchutagem de duas máquinas importadas décadas antes (OLIVEIRA 2010: 60). Nada que impedisse o *Occid.* de aproveitar a *veracidade* da fotografia para publicar informação errónea que estimulava o nacionalismo tecno-industrial.



**Fig. 9.** A “primeira locomotiva” produzida em Portugal. Uma *fake news* legitimada pela *objetividade* da fotografia para promover o nacionalismo tecno-industrial. Fonte: *Occid.*, 654 (28.2.1897): 45.

<sup>18</sup> *Occid.*, 654 (28.2.1897): 42 (citação); 1061 (20.6.1908): 132; 1177 (10.9.1911): 195 (citação); 1195 (10.3.1912): 53.

Outras atividades que não substituíam importações eram enaltecidas na revista pela sua qualidade, que o *Occid.* confirmava ao mencionar os prêmios conquistados além-fronteiras<sup>19</sup>. Eram, por exemplo, os casos da Vista Alegre ou da fábrica de pólvora seca de Correia Barreto<sup>20</sup>. Indústrias que mesclavam com a arte (caso da cerâmica Bordalo Pinheiro ou da ourivesaria Leitão & Irmão) concorriam para o nacionalismo luso ao incluir motivos portugueses, “dando-lhe [à produção] um verdadeiro cunho nacional e glorioso”<sup>21</sup>.

Para o mesmo fito concorria o contributo da indústria para o projeto colonial, no qual o *Occidente* tinha particular interesse (MARTINS 2014). A revista complementava os desenhos com informações sobre a necessidade que a colonização tinha dos produtos industriais, como a pólvora seca de Correia Barreto, os vagões da Empresa Industrial ou o chocolate Iniguez<sup>22</sup>. Notava-se também um aproveitamento simbólico daqueles bens manufaturados, visível numa peça de prata manufaturada em Portugal e oferecida pela Companhia do Caminho de Ferro de Benguela a D. Luís Filipe, que retrava um nativo em posição de submissão face a um engenheiro, admirando a ponte por este construída<sup>23</sup> (cf. PEREIRA 2021).



**Fig. 10.** Placa oferecida a D. Luís Filipe durante a sua viagem a Angola. A indústria assumia-se como uma ferramenta de império indispensável à *missão civilizadora* portuguesa.

Fonte: *Occid.*, 1035 (30.9.1907): 211.

<sup>19</sup> *Occid.*, 212 (11.11.1884): 251; 325 (1.1.1888): 4; 835 (10.3.1902): 50; 990 (30.6.1906): 140.

<sup>20</sup> *Occid.*, 325 (1.1.1888): 4; 326 (11.1.1888): 11; 818 (20.9.1901): 203; 1070 (20.9.1908): 206.

<sup>21</sup> *Occid.*, 992 (20.7.1906): 154; 1060 (10.6.1908): 126; 1064 (20.7.1908): 155 (citação); 1098 (30.6.1909): 140.

<sup>22</sup> *Occid.*, 818 (20.9.1901): 203; 990 (30.6.1906): 140; 1153 (10.1.1911): 3-4; 1195 (10.3.1912): 53.

<sup>23</sup> *Occid.*, 1035 (30.9.1907): 211. Nas colónias africanas, a indústria era reduzida, mas o recurso a máquinas a vapor transformava pequenas explorações em “pequeno[s] centro[s] de civilização” que empregavam “muitos serviços pretos”. Ver: *Occid.*, 290 (11.1.1887): 11.

Na senda da promoção nacionalista da indústria, o *Occid.* contava a história de várias empresas, criando uma mensagem publicitária que incentivava à preferência por produtos portugueses<sup>24</sup>. Como corolário, a figura do empreendedor (Luciano Cordeiro, Eduardo Costa, Miguel Dantas, etc.) era elevada à condição de herói nacional<sup>25</sup> – continuando uma tendência já verificada na pintura, que enfatizava o caráter heroico do empresário, relevando para segundo plano o papel dos trabalhadores (GOLVANO 1999: 61). O *Occid.* revelava uma clara preferência pela iniciativa particular e pelos promotores privados da indústria portuguesa, face à inoperância do Estado (*Occid.*, 1211 [20.8.1912]: 182).

O nacionalismo tecno-industrial promovido pelo *Occid.* não desdenhava a transferência de conhecimento estrangeiro, as *travels of learning* (cf. SIMÕES; CARNEIRO; DIOGO 2003) de técnicos nacionais a outros países, que permitiam o fomento e inovação industriais, nem a importação de novos símbolos de progresso como os automóveis. Apesar do crescente nacionalismo tecno-industrial, o estrangeiro continuava a ser fonte simbólica e material de modernidade<sup>26</sup>.

### 2.2.3. Os inimigos do progresso industrial

Aproveitando as janelas abertas pela fotografia, o *Occid.* chamava a atenção para os fatores que no seu entender tolhiam o desenvolvimento industrial. O principal alvo da crítica do *Occid.* era o Estado e a sua incapacidade em criar condições propícias à indústria nacional, sobretudo a nível aduaneiro e educativo.

Apesar do forte protecionismo de que beneficiou a indústria até à Primeira Guerra Mundial (LAINS 2005: 261), o *Occid.* reclamava mais proteção aos produtos e matérias-primas nacionais, não por falta de qualidade das manufaturas lusas, mas por causa da alegada ignorância do consumidor português que, segundo os editores da revista, desprezava a produção nacional<sup>27</sup>.

O segundo nível de criticismo respeitava à falta de instrução profissional para preparar devidamente os operários nacionais, elevá-los ao nível dos trabalhadores estrangeiros e colocá-los no lugar dos que laboravam em Portugal.

<sup>24</sup> *Occid.*, 170 (11.9.1883): 203; 325 (1.1.1888): 4; 475 (1.3.1892): 51; 477 (21.3.1892): 67; 990 (30.6.1906): 139; 1008 (30.12.1906): 283-4; 1060 (10.6.1908): 126; 1061 (20.6.1908): 132; 1066 (10.8.1908): 174; 1070 (20.9.1908): 206; 1071 (30.9.1908): 211; 1153 (10.1.1911): 2; 1211 (20.8.1912): 182.

<sup>25</sup> *Occid.*, 44 (15.10.1879): 154; 126 (21.6.1882): 142; 835 (10.3.1902): 50; 954 (30.6.1905): 143; 957 (30.7.1905): 163.

<sup>26</sup> *Occid.*, 325 (1.1.1888): 4; 326 (11.1.1888): 11; 818 (20.9.1901): 203; 957 (30.7.1905): 163; 990 (30.6.1906): 139; 1008 (30.6.1906): 284; 1071 (30.9.1908): 211; 1101 (30.7.1909): 167; 1171 (10.7.1911): 149; 1253 (20.10.1913): 321-2; 1278 (30.6.1914): 210; 1282 (10.8.1914): 263.

<sup>27</sup> *Occid.*, 212 (11.11.1884): 251; 457 (1.3.1892): 51, 54; 325 (1.1.1888): 4; 475 (1.3.1892): 54.

Para o *Occid.*, a escola era uma “grande fonte de riqueza”, onde “rapazitos alunos [...] se tornam homens uteis, educados no regimen do trabalho moralisador, que enriquece os povos”<sup>28</sup>. Para demonstrar esta teoria, o *Occid.* citava o desenvolvimento da marcenaria em Portugal, que resultava do ensino de Desenho e Modelação nas escolas industriais (*Occid.*, 1211 [20.8.1912]: 182). Neste ponto, a revista associava-se à classe engenheira portuguesa que também exigia mais formação de pessoal técnico e contratação de engenheiros portugueses para a indústria (DIOGO 2000). Nota-se uma crítica velada à política estatal de incentivar as carreiras de armas ou letras, apesar do excesso de graduados nestas áreas. Para contrariar esta perceção e atrair mais alunos e investimento para o ensino industrial, a revista asseverava que “poderia chamar-se a esta escola uma Universidade, pelo complexo das materias que ali estudam” (*Occid.*, 1213 [10.9.1912]: 194). Adicionalmente, as críticas à inoperância do Estado neste campo eram reforçadas com exemplos de empresas que formavam os seus próprios operários (*Occid.*, 326 [11.1.1888]: 11; 990 [30.6.1906]: 141).

Além dos poderes públicos, o *Occid.* censurava também parte da classe capitalista portuguesa, sobretudo aquela que, por ignorância, preferia colocar os seus capitais no mercado financeiro ou na agiotagem, ao invés de os aplicar no desenvolvimento industrial (*Occid.*, 1177 [10.9.1911]: 195).

Nestas críticas, a fotografia podia servir de aliado, ao mostrar *objetivamente* o que poderia ser a indústria portuguesa se aqueles defeitos fossem corrigidos.

## Conclusão

Atualmente, a história da indústria portuguesa dos finais do século XIX a inícios do século XX é bem conhecida, em virtude do estudo aturado das fontes documentais e estatísticas coevas. Obviamente estas fontes de informação estavam disponíveis naquela época, mas reservadas a um público e olhar mais restrito. Neste sentido, a fotografia e a imprensa ilustrada foram meios que permitiram um olhar sobre o setor a mais cidadãos.

Beneficiando da objetividade atribuída à fotografia, o *Occid.* construiu e divulgou uma representação da indústria portuguesa, como um setor progressivo, inovador e moderno, que em pouco ou nada ficava a dever à qualidade da indústria estrangeira. Ao se focar nas pequenas e estreitas janelas abertas pela fotografia, a revista limitou essa representação a algumas fábricas e empresas que de modo algum eram representantes fidedignos do setor, que na realidade

---

<sup>28</sup> *Occid.*, 44 (1.11.1879): 164; 1008 (30.12.1906): 283; 1177 (10.9.1911): 195; 1213 (10.9.1912): 193-4 (citações).

estava com umas décadas de atraso em relação aos congéneres estrangeiros. Em certa medida, a fotografia emprestava a sua confiabilidade mecânica aos textos que a acompanhava nas páginas do *Occid.*, tornando-os também mais fidedignos e, portanto, um perfeito complemento da imagem.

A narrativa criada pelo *Occid.* aproximava-se do argumentário de progresso baseado em desenvolvimento tecnológico que caracterizara o século XIX, sendo reforçado pelo uso da fotografia. Era uma narrativa muito marcada por uma toada nacionalista, como resposta à humilhação infligida pelo Ultimato e às dificuldades advindas da crise da década de 1890, que motivaram um discurso patriota (textual e iconográfico) de substituição de importações e de *expertise* estrangeira. Revela também uma predileção pela iniciativa privada (e crítica aos poderes públicos), não tanto por ideologia, mas por pragmatismo.

Para concluir, este artigo contribui para o debate sobre o uso da fotografia como fonte histórica de pleno direito (e não apenas como atavio ilustrativo) e para o potencial que pode ter para a história empresarial e da indústria, como reveladora da criação de perceções sobre o setor empresarial, onde a tecnologia é apresentada como sinónimo de modernidade, e sua divulgação por um público mais vasto.

## Fontes

## Periódicos

*O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro* (1877-1914).

## Bibliografia

ADAS, Michael (1989). *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca: Cornell University Press.

AMIR, Sulfikar (2007). “Nationalist rhetoric and technological development: The Indonesian aircraft industry in the New Order regime”. *Technology in Society*, 29, 283-93. DOI: 10.1016/j.techsoc.2007.04.010

ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

BARTHES, Roland (1972). *Mythologies*. Nova York: The Noonday Press.

BEEGAN, Gerry (2008). *The Mass Image. A Social History of Photomechanical Reproduction in Victorian London*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- BENETTI, Márcia (2007). “Análise do discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos”, in Cláudia Lago; Márcia Benetti (eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 107-63.
- COSTA, Fernando; SERÉN, Maria do Carmo (2004). *Ilustração Portuguesa*. Porto: CPF.
- CLARK, Terry N. (ed.) (1969). *Gabriel Tarde: On Communication and Social Influence*. Chicago: University of Chicago Press.
- DANIELS, Stephen; COSGROVE, Denis (1989). “Introduction: iconography and landscape”, in Stephen Daniels; Denis Cosgrove (eds.), *The Iconography of Landscape. Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-10.
- DaSILVA, Orlando (1976). *A arte maior da gravura*. São Paulo: Espade.
- DIOGO, Maria Paula (2000). “Indústria e Engenheiros no Portugal de Fins do Século XIX: O Caso duma Relação Difícil”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 69, s. p..
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1999). *Farinhas, Moinhos e Moagens*. Lisboa: Âncora.
- FLINT, Kate (2000). *The Victorians and the visual imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FOSTER, Jeremy (2003). “Capturing and Losing the ‘Lie of the Land’: Railway Photography and Colonial Nationalism in Early Twentieth-Century South Africa”, in Joan M. Schwartz; James R. Ryan (eds.), *Picturing Place. Photography and the Geographical Information*. Nova York: Tauris, 141-61.
- FREUND, Gisele (1995). *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Veja.
- GOLVANO, Fernando (1999). “Paisagem, mutação, vestígios: uma memória industrial”, in Luís Palma; Fernando Golvano (eds.), *Paisagem, indústria e memória*. Donostia: San Telmo Museoa, 55-65.
- GREEN-LEWIS, Jennifer (1996). *Framing the Victorians*. Ítaca: Cornell University Press.
- JÄGER, Jans (2003). “Picturing Nations: Landscape Photography and National Identity in Britain and Germany in the Mid-Nineteenth Century”, in Joan M. Schwartz; James R. Ryan (eds.), *Picturing Place. Photography and the Geographical Information*. Nova York: Tauris, 117-40.
- KASSON, John F. (1976). *Civilizing the machine: technology and republican values in America, 1776-1900*. Nova York: Grossman.
- KELSEY, Robin (2016). “Is Landscape Photography”, in Gareth Doherty, Charles Waldheim (eds.), *Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. Londres: Routledge, 71-92.
- KLINGENDER, Francis D. (1968). *Art and the Industrial Revolution*. Londres:

- Evelyn, Adams & Mackay.
- LAINS, Pedro (2005). “A Indústria”, in Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva (eds.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*. O Século XIX. Lisboa: ICS, 259-81.
- MACEDO, Marta (2016). “Standard Cocoa: Transnational Networks and Technoscientific Regimes in West African Plantations”. *Technology and Culture*, 57: 3, 557-85. DOI: 10.1353/tech.2016.0071
- MAINARDI, Patricia (2017). “The Invention of the Illustrated Press in France”. *French Politics, Culture & Society*, 35: 1, 34-48. DOI: 10.3167/fpcs.2017.350104
- MARTIN, Michèle (2006). *Images at war. Illustrated periodicals and constructed nations*. Toronto: University of Toronto Press.
- MARTINS, Leonor Pires (2014). *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.
- MARX, Leo (1994). “The Idea of ‘Technology’ and Postmodern Pessimism”, in Yaron Ezrahi; Everett Mendelsohn; Howard Segal (eds.), *Technology, Pessimism, and Postmodernism*. Dordrecht: Springer, 11-28.
- MARX, Leo; SMITH, Merritt Roe (1994). “Introduction”, in Merritt Roe Smith; Leo Marx (eds.), *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge: MIT Press, VIII-XV.
- MATA, Maria Eugénia (1991). “Exchange Rate and Exchange Policy in Portugal 1891-1931 Revisited”. *Estudos de Economia*, 12: 2, 33-41.
- MATOS, Ana Cardoso de (2000). “Os Agentes e os Meios de Divulgação Científica e Tecnológica em Portugal no Século XIX”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 69, s. p.
- McCAULEY, Elizabeth Anne (1994). *Industrial Madness: Commercial Photography in Paris 1848-1871*. New Haven: Yale University Press.
- MENDES, José Maria Amado (1980). “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”. *Análise Social*, 16: 61-62, 31-52.
- OFFICER, Lawrence H.; WILLIAMSON, Samuel H. (2021). “Computing ‘Real Value’ Over Time With a Conversion Between U. K. Pounds and U. S. Dollars, 1791 to Present”, *MeasuringWorth*, disponível em [www.measuringworth.com/calculators/exchange/result\\_exchange.php](http://www.measuringworth.com/calculators/exchange/result_exchange.php) (consultado em 10.1.2021).
- OLIVEIRA, Nelson (2010). “Contributos sobre a evolução da tracção a vapor 1910-1960”, in Aranha Antunes et al. (ed.), *1910-2010 O caminho de ferro em Portugal*. Lisboa: CP; REFER, 59-74.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2021). “Uma ideia de Império no final da monarquia constitucional: As fotos da viagem de D. Luís Filipe às colónias em 1907”.

- Revista de História das Ideias*, 39, 245-274.
- PINHEIRO, Nuno (2011). “Fotografia e História Social. Utilização da fotografia como fonte para a História”. *Estudos do Século XX*, 11, 105-19.
- PORTO, Nuno (2014). “www.diamangdigital.net: memória, performance, colonialidade”, in Filipa Lowndes Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1969)*. Lisboa: Edições 70, 487-96.
- REIS, Jaime (1987). “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”. *Análise Social*, 23: 96, 207-27.
- ROSS, Benjamin (1980). “Technical Fix”. *Dissent*, n.º de verão, s. p.
- SARAIVA, Tiago (2007). “Inventing the Technological Nation: The Example of Portugal (1851–1898)”. *History and Technology*, 23: 3, 263-73. DOI: 10.1080/07341510701300346
- SENA, António (1998). *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora.
- SERÉN, Maria do Carmo (2002). *Metáforas do Sentir Fotográfico*. Porto: CPF.
- SERÉN, Maria do Carmo (2011). “O Documento Fotográfico. Da Mediação Cultural à Mediação Técnica”. *Cultura, Espaço & Memória*, 2, 183-192.
- SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula (eds.) (2003). *Travels of Learning. A Geography of Science in Europe*. Dordrecht: Kluwer.
- SOUSA, Jorge Pedro (2017). “Subsídio para o Estudo das Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Revistas Ilustradas, Gravura e Fotografia (1835-1914)”, in Teresa Antas de Barros et al. (eds.), *Ciências da Comunicação. Vinte Anos de Investigação em Portugal*. Lisboa: SOPCOM; IPV, 609-34.
- SOUSA, Jorge Pedro (2018). “O Jornalismo Iconográfico em Portugal na Viragem do Século XIX para o XX: O Ocidente (1875-1915)”, in Jorge Pedro Sousa (ed.), *Notícias em Portugal: Estudos Sobre a Imprensa Informativa (Séculos XVI-XX)*. Lisboa: ICNOVA, 215-38.
- SOUSA, M. Luísa (2016). *A mobilidade automóvel em Portugal (1920-1950)*. Lisboa: Chiado.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987). “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”. *Análise Social*, 23: 98, 687-719.
- TENGARRINHA, José (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VICENTE, Filipa Lowndes (2014). “O Império da Visão: Histórias dum livro”, in Filipa Lowndes Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1969)*. Lisboa: Edições 70, 11-30.

# A Cooperativa Indústria Social. Uma experiência coletiva na monarquia constitucional

*The Indústria Social cooperative. A collective experience in the constitutional monarchy*

**JOÃO LÁZARO**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

joaodizlazar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0480-5589>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 21/09/2021

**Resumo.** Neste artigo pretendemos analisar a cooperativa Indústria Social, uma experiência coletiva no mundo operário português, que despontou de um amplo movimento grevista realizado entre 1872 e 1873. Durante décadas a cooperativa Indústria Social foi um estabelecimento fabril do sector do ferro com grande relevo na História do Trabalho. Recorrendo à imprensa da época, à correspondência dos socialistas e ao inquérito industrial de 1881, abordamos a origem da fábrica, o modelo de gestão, o património industrial, a produção, as condições de trabalho e, não menos importante, o que esta experiência representava como sinal da chegada de novos tempos na indústria e na sociedade portuguesa. O texto aprofunda a influência e as ligações entre o movimento operário e a fábrica.

**Palavras-chaves.** Cooperativa Indústria Social, Movimento Operário, Socialismo, Industrialização, cooperativismo.

**Abstract.** In this article, we focus on the history of the Indústria Social cooperative, an collective experience in the Portuguese workers' world, which emerged from a strike movement carried out between 1872 and 1873. For decades the Cooperative Indústria Social was an industrial establishment in the iron sector, with great relevance in the History of the Work. Using the newspapers, the correspondence of the socialists and the industrial survey of 1881, we approached the origin of the factory, the management model, the industrial heritage, the production, the working conditions and, not least, what this experience represented as a sign of the arrival of new times in industry and Portuguese society. This paper deepens the influence and links between the labor movement and the factory.

**Keywords.** Cooperative Indústria Social, Labor movement, Socialism, Industrialization, Cooperativism.

## A origem numa nebulosa grevista

A década de 70 de Oitocentos é encarada por muitos académicos como um marco para a história do movimento operário. Por exemplo, Victor de Sá escreveu que o mesmo “se formou desde 1871” com a importante contribuição

da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (SÁ 1978: 31). Para José Tengarrinha, foi nesta década que “os jornais operários tomaram [uma] nova feição”, nomeadamente com a publicação do *O Pensamento Social* (1872) e, mais tarde, *O Protesto* (1875) (TENGARRINHA 1989: 241). Outros autores caracterizam o período como uma nova fase do movimento operário, marcada pelo fim da colaboração com o constitucionalismo e o início de uma *luta de classes* (OLIVEIRA 1973; FONSECA 1973). De facto, esta década corresponde à inauguração de uma ofensiva claramente reivindicativa e operária, uma fase dinamizada por um novo tipo de associativismo que, por seu turno, acomoda uma ideia de resistência que vai confluir no aparecimento das primeiras associações de resistência em Portugal. A emergência de um novo modelo associativo resultou na *Associação Protectora do Trabalho Nacional* e, particularmente, na *Associação Fraternidade Operária*. Deste modo, foi estabelecida a ideia de romper com o associativismo ordeiro, marcado pela longa vigência do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (1852) que agrupava o movimento operário através de uma forte inércia ideológica, “onde a burguesia consegue reservar para si o fundamental da direção” (LÁZARO 2014: 191). No âmbito da transformação esteve o aparecimento de uma nova geração de socialistas que, ao substituir a antiga geração da década de 50, destronou o *socialismo utópico* e ordeiro. São nomes como os de José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Eduardo Maia, João Bonança, Nobre França, entre outros, que despontaram nas fileiras do movimento operário a necessidade de aprofundar as ideias socialistas, abordar a Comuna de Paris de 1871, explorar as ideias da *Primeira Internacional* e confrontar o liberalismo, de modo a apresentar uma resposta à *questão social*. Esta nova geração estabeleceu uma dinâmica pioneira que, por um lado, resultou na implosão do *Centro Promotor* e, por outro, na implantação do ideário da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, pois a chegada de três internacionalistas espanhóis a Lisboa, em junho de 1871, “coincide com uma clivagem política no *Centro Promotor*” (LÁZARO 2019: 4).

O socialismo rejuvenescido conseguiu elaborar um novo modelo associativo e, deste modo, tentou de imediato aliciar os trabalhadores a aderir às novas ideias e práticas. Logo em 1872, a *Fraternidade Operária* recorreu à “greve como um meio importante de resistência” (PEREIRA 2020: 138), uma prática proibida pelo Código Penal mas, na verdade, não seria nenhuma novidade em Portugal, inclusive o *Centro Promotor* já tinha participado, em novembro de 1871, na greve dos trabalhadores da fábrica de lanifícios de Oeiras. No entanto, as greves existentes em Portugal detiveram um carácter pontual e até espontâneo e nunca se tinha tentado impor uma paralisação laboral com

tamanha grandeza. O desenvolvimento de um potencial revolucionário nos trabalhadores portugueses foi lento, dada a ausência de um *operariado moderno*. Na realidade, o modelo do proletariado fabril europeu não era maioritário entre os trabalhadores durante boa parte do século XIX (BATALHA 1992: 116).

No entanto, em Portugal verifica-se que momentaneamente foram estabelecidas condições objetivas para um amplo, e até moderno, movimento grevista com repercussões no Porto e em Lisboa. A *Fraternidade Operária* avançou para uma vaga grevista que conseguiu ultrapassar fronteiras geográficas e unir sectores. A acompanhar a greve esteve a articulação de um discurso subjacente na solidariedade e na identidade e, deste modo, em 1872-1873 ocorreu uma musculada mobilização grevista no sector dos tabacos, no sector dos fundidores de metais, nas ligações marítimas entre as margens do Tejo, nos caminhos de ferro e em algumas tipografias. O movimento grevista integrou inclusive mulheres trabalhadoras, com as operárias da fábrica de tabacos de Xabregas a suspenderem o trabalho ao reivindicarem um pagamento semelhante aos homens (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 3). Em Portugal, a germinação do movimento grevista não deixa de estar enquadrada no “maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866” (HOBSBWAM 1982: 126).

O caderno reivindicativo apresentado pelo movimento grevista, de uma forma geral, resume-se em três pontos essenciais: defendia a melhoria das condições de trabalho, o aumento do salário e a diminuição da jornada diária. Perante a postura dos trabalhadores, os poderes políticos optaram por movimentar as forças da ordem com o intuito de monitorizar a situação. No entanto, no Porto, as reuniões da *Fraternidade Operária* foram proibidas e os associados Silva Lisboa e Miguel Mendes acabaram detidos sob o pretexto de envolvimento na greve (CASTRO 1999: 23). A greve dos caminhos-de-ferro durou pouco tempo e desencadeou uma forte inquietação no poder político e na opinião pública, mas, com o seu desfecho, encerrou-se este período reivindicativo.

Ao longo desta fase de agitação social foi visível um aceso debate no espaço público em torno do papel da *Fraternidade Operária* e as suspeitas da influência do internacionalismo em Portugal. Por exemplo, o jornal *Diário Popular* acusou o socialismo de iludir os trabalhadores com falsas promessas, “embrutecendo-os finalmente em vez de os civilizar!” (*O Diário Popular*, 13 de fevereiro de 1873: 3). Perante os ataques da imprensa, os socialistas exclamavam que a reação seria meramente sintomática do “receio pelo resultado da luta travada entre o capital e o trabalho” (*O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872: 1). De facto, no espectro da nebulosa grevista esteve a *Fraternidade Operária* que,

ao inaugurar uma greve desta envergadura, elevou a situação para patamares desconhecidos e com desfechos imprevisíveis. O historiador José Tengarrinha assinala 33 greves durante o ano de 1872 (TENGARRINHA 1981: 586). Toda esta situação é caracterizada por ser um confronto entre trabalhadores e patrões com novos contornos que vão alterar a estrutura do movimento operário e a percepção que o constitucionalismo tem sobre o mesmo.

O movimento grevista conseguiu alcançar vitórias pontuais, mas o seu promotor acabou por sair desgastado e em crise, levando à necessidade de redesenhar a sua estrutura. Nesta dialética, o movimento operário foi forçado a unificar as associações de resistências, dando origem à *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*. O jornal socialista *O Pensamento Social* suspendeu a sua publicação, pois os recursos financeiros tinham sido desviados para apoiar os grevistas. Em setembro de 1872, Nobre França escreveu a Engels a demonstrar confiança e um forte entusiasmo na greve dos fundidores, ao fazer elogios à postura e à solidariedade entre os trabalhadores portugueses (Carta de Nobre França para Engels, 17 de setembro de 1872: 34). No entanto, mais tarde, o mesmo Nobre França reconhecia a Magalhães Lima o fracasso das greves, salientando que em 1873 o “movimento tinha de ser impulsionado de novo” (Carta de Nobre França para Magalhães Lima, 1892: 6). Em 1876, Azedo Gneco anunciou a mesma tese a Engels, frisando que em 1872-73 a “ideia das associações de resistência era greve a todo o custo” (Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876: 5). A greve nos caminhos de ferro, realizada a janeiro de 1873, foi emblemática pelos danos infligidos na organização do movimento operário e, segundo José Barreto, corresponde à única paralisação dos comboios em Portugal durante a Monarquia (BARRETO 1993: 3). De facto, depois de 1873, a mobilização política no sector ferroviário estagnou e enfrentou sérios entraves. Num livro de homenagem a José Fontana foi escrito que o fracasso dessa greve contribuiu para o seu suicídio (AAVV 1892: 14). Na sessão de 13 de maio de 1895 da *Federação das Associações de Classe*, o período grevista de 1872 foi recordado como um desastre para o movimento operário que esgotou “os cofres das associações operários que estavam organizadas” (ANTT, PSP, NC 002: fl. 50).

Neste contexto grevista convém, no entanto, apontar o olhar para os acontecimentos na Companhia Perseverança, propriedade de José Pedro Colares Júnior. Esta fábrica acaba por simbolizar a oposição à forma de protesto dos trabalhadores, assumindo a vanguarda da resistência patronal perante as exigências dos trabalhadores e as manobras políticas da *Fraternidade Operária*. O industrial será um importante interveniente no espaço público, veiculando na imprensa a tese da influência estrangeira nos acontecimentos: “talvez alguém de

fora do país tenha interesse em que aqueles operários não trabalhem” (*Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1872: 2).

A meio de outubro de 1872, a imprensa divulgou que a fábrica Perseverança pretendia restabelecer a produção, mas apenas com os trabalhadores não associados à *Fraternidade Operária*, ao recusar-se a integrar os grevistas, sendo a única empresa do sector da fundição a não ceder às exigências dos trabalhadores. Nesta fábrica os serões não são abolidos e ocorre a recusa por parte do patrão em aceitar os trabalhadores ligados à greve. A solução do movimento operário passou por erguer uma cooperativa operária. No início de novembro de 1872, a assembleia da *Fraternidade Operária* deliberou que a associação de todos os ofícios do ferro constituísse uma fábrica de fundição, “obtendo-se o capital por meio de ações subscritas pela classe operária” (*O Diário Popular*, 6 de novembro de 1872: 2).

### **“A fábrica que era propriedade de todos e de ninguém”**

A Indústria Social foi uma das primeiras experiências que resultaram da necessidade dos trabalhadores e da vontade do movimento operário. A edificação da fábrica representou um momento criativo que possibilitou o acesso ao trabalho e à respetiva subsistência aos grevistas e, por tudo isto, acaba transformada num espaço dotado de uma enorme simbologia e um grande significado para o movimento operário e para o campo socialista que se agrupam em torno desse projeto. Segundo o dirigente Nobre França, a experiência da fábrica pretendeu reacender um certo “movimento de animação” (Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873: 40). No fundo, o projeto permitiu evitar uma maior dispersão dos trabalhadores e das associações no rescaldo do período grevista e, não menos importante, ofereceu-lhes um sentimento de esperança.

A estrutura da cooperativa foi debatida no final de 1872 com alto patrocínio da *Fraternidade Operária* e da secção portuguesa da *Internacional*. A 20 de novembro, *O Pensamento Social* anunciou a conclusão do projeto, evidenciando que nenhum dos signatários iniciais podia ser considerado proprietário da totalidade ou de uma parte do estabelecimento. Por outro lado, ficava assegurada a proteção dos signatários perante eventuais danos ou prejuízos da cooperativa. Todavia, estava prevista uma responsabilização para os elementos da direção em caso de gestão danosa. O modelo de gestão previa uma divisão de lucros, conquanto, nos primeiros dois anos, fossem direcionados para um fundo destinado à amortização das cédulas e ao desenvolvimento, manutenção e

conservação da fábrica. Somente em 1874 foi prevista uma divisão dos lucros que abrangesse as “classes da Fraternidade, ou associações semelhantes” (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 2). O campo socialista conseguiu estabelecer uma estratégia de comunicação em torno da cooperativa que a tornou atraente no mundo do trabalho. Os trabalhadores estariam motivados e empenhados no projeto, como se constata num anúncio da classe de pedreiros, que “tinham resolvido prestar gratuitamente o seu trabalho para as obras da [...] fábrica social” (*O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872: 3). A onda de solidariedade estimulada durante o período grevista foi muito sentida no mundo do trabalho e, de facto, a ideia não deixou de ser um meio pertinente para estimular os trabalhadores a aderir a uma atitude insurreccional e transformadora.

A lógica singular da questão da propriedade da fábrica era patente nos seus estatutos onde se declarava que a mesma não estava na posse, ou no domínio dos subscritores, mas que, na mesma medida, também não era propriedade dos trabalhadores. À luz do projeto, a fábrica era uma “propriedade social; de todos; de ninguém” (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 2). Em termos de organização, previa-se a existência de uma comissão de cinco membros que tinha a responsabilidade da gerência e organização do quotidiano da cooperativa no primeiro ano. Depois deste tempo, era obrigatório organizar eleições internas com vista à nomeação de uma nova direção, com funções de representação oficial da cooperativa, direção dos trabalhos e gestão interna da fábrica.

A cooperativa Indústria Social foi impulsionada de uma forma decisiva por dois históricos socialistas de gerações distintas: José Fontana e Sousa Brandão. O primeiro, um jovem emigrante suíço com ideias radicais que trabalhava na livraria Bertrand, responsável pela fundação da *Fraternidade Operária* e um dos impulsionadores da *Internacional* em Portugal. O segundo, o engenheiro militar Sousa Brandão, era um conhecido militante do movimento operário, com uma larga experiência no associativismo e no campo do socialismo. Na sua bagagem estava a integração na primeira geração de socialistas, que despontou na década de 50 de Oitocentos, sendo um divulgador das ideias do *socialismo utópico* e membro fundador do *Centro Promotor*. No 20.º aniversário da cooperativa, em dezembro de 1892, foram inaugurados os retratos de Sousa Brandão e José Fontana na fábrica. O republicano Magalhães Lima, nas suas memórias, aborda os encontros com a elite socialista, descrevendo Sousa Brandão como o “fundador da cooperativa Indústria Social” (LIMA 1985: 48).

O próprio Sousa Brandão, que foi eleito para a gerência da fábrica em 1890, deu um proeminente destaque a José Fontana na concretização do projeto, classificando-o como o “primeiro exemplo [...] da propriedade coletiva”

(AAVV 1892: 12). Ao consultar o *Inquérito Industrial* de 1881, é possível verificar que ocorreu um empréstimo de Sousa Brandão no valor de 1 000\$000 réis, constituindo-se num valor monetário fundamental para o avanço do projeto. Mais tarde, em 1878, houve a necessidade de deslocação da fábrica para outras instalações e, mais uma vez, a ajuda financeira do engenheiro foi decisiva (*Inquérito Industrial* 1881: 229). Em 1880, Sousa Brandão é responsável por alguns artigos publicados na imprensa sobre a história das sociedades cooperativas em Portugal, com destaque para a Indústria Social. O histórico socialista escreveu que o capital primitivo, composto por cédulas de 100 réis, tinha sido adquirido por vários operários, “principalmente os das artes de ferro” (*Comércio de Portugal*, 15 de maio de 1880: 1), mas também por alguns capitalistas e proprietários.

José Fontana aproveitou os canais privados de comunicação da *Internacional* para pedir ajuda e influência junto ao Conselho Geral. Em janeiro de 1873 entrou em contacto com Engels para solicitar informação técnica sobre uma máquina de fresar e um torno. Com o propósito de realizar uma análise aos dois equipamentos, solicitou um “homem hábil, um engenheiro ou bom operário, em Leeds” (Carta de José Fontana para Engels, 24 de janeiro de 1873: 18). O Conselho Geral da *Internacional* foi informado de que o propósito seria ajudar a recém-formada Indústria Social, um estabelecimento formado por 80 trabalhadores que tinham integrado o movimento grevista.

Os estatutos da Indústria Social, aprovados na assembleia geral de 27 de junho de 1873, mereceram a autorização governamental e foram aprovados em *Diário de Governo* a 11 de setembro. Oficialmente, e legalmente, o contrato confirmava que “nenhum dos signatários [do] contrato poderá considerar-se proprietário no todo ou em parte da oficina” (*Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873: 1412). Nos estatutos ficou redigido que o fim da cooperativa estabelecia a produção de metais para “executar todos os produtos destas artes, segundo os meios, as máquinas e instrumentos” (*Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873: 1412) e, no campo referente à divisão dos lucros, a menção à Fraternidade Operária foi substituída por associações de operários.

Em 1876 surgiram na esfera pública notícias que relembavam o período grevista e a existência da cooperativa Indústria Social foi citada como explicação para a decisão de José Colares em abolir os serões no seu estabelecimento. A imprensa socialista salientou que o proprietário tinha sido forçado a alterar a sua posição devido ao mercado e à concorrência, uma vez que vários trabalhadores optaram por ingressar na Indústria Social, a nova fábrica de fundição que não tinha serões.

Mais tarde, em agosto de 1877, o jornal *O Protesto* publicou notícias sobre

a refundação na cooperativa, salientando que a instituição tinha deixado de ser aquela “que se instituiu em 1872; mas uma associação de trabalho que aceitou os encargos daquela” (*O Protesto*, agosto de 1877, n.º 106: 1). O periódico ligado ao *Partido Socialista* relatou divergências internas sobre a direção da fábrica, ao enaltecer a necessidade de continuar a existir uma ligação da mesma com o movimento associativo e a estrutura partidária do socialismo. O jornal denunciou uma tentativa de rasgar os códigos de conduta e ética da fábrica, com a tentativa de realizar um divórcio entre a cooperativa e as associações operárias. A imprensa socialista anuncia que durante algum tempo os membros da instituição, que tinham adquirido o direito de explorar o estabelecimento através do pagamento das quotas, não estavam integrados nas fileiras do movimento operário. Perante esta situação, e embora não sejam citados nomes concretos, os dirigentes socialistas defendiam a anulação do contrato e a necessidade de uma reorganização na direção da fábrica. Esta atitude foi relatada pelo próprio Azedo Gneco a Engels, que chegou a descrever as cooperativas como “nocivas à classe trabalhadora” (Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876: 9). O campo socialista alertou para o perigo de retirar da fábrica a ideia fundadora assente numa responsabilidade social e, por isso, reivindicou um regresso das associações operárias à esfera da cooperativa, nomeadamente, através da *Associação dos Trabalhadores* e do *Partido Socialista*.

A reformulação dos estatutos foi concretizada a 23 de julho de 1878 por iniciativa de figuras ligadas ao *Partido Socialista*, particularmente Azedo Gneco e Conceição Fernandes. O artigo 3.º salvaguardava a ideia coletiva da fábrica e impossibilitava os sócios de “reclamar parcela alguma da cooperativa” (*Diário do Governo*, 9 de junho de 1879: 1321). No entanto, ainda na questão da divisão dos lucros, foi ocultada a referência a outras associações. Mais tarde, a junho de 1888, elaborou-se um novo compromisso estatutário por iniciativa de Sousa Brandão, que colocou a associação como “uma propriedade coletiva, composta de terrenos, edifícios, máquinas, ferramentas, e fabricar em cooperação e em proveito dos sócios” (*O Protesto*, 3 de junho de 1888: 2).

Ao longo da sua história, a cooperativa vai ter sempre uma importante e privilegiada ligação com o movimento socialista. Em setembro de 1916, o Conselho Central do *Partido Socialista Português* escreveu aos gerentes para agradecer a quantia de quarenta escudos para o jornal *O Combate*, frisando que os instituidores da fábrica estavam “ligados ao início do movimento operário em Portugal” (ANTT, PSP, NC 038: fl. 4).

## A cooperativa e a produção

Em janeiro de 1877 ocorreu o primeiro congresso dos socialistas portugueses em Lisboa, um encontro que contou com a participação de quatro cooperativas representadas por dez delegados. Neste leque esteve a cooperativa Indústria Social representada por Carlos Victor Ferreira Alves (serralheiro), que em 1881 detinha o cargo de gerente da fábrica (mestre geral), e por Francisco Carlos Rocha (carpinteiro de moldes). Além disto, a própria secção de fundidores, com três delegados presentes no congresso, apresentou um relatório que incidiu sobre a atividade do sector em geral e da cooperativa em particular. O documento exibido frisou que a Indústria Social empregava 15 fundidores, com salários fixados entre os 700 a 1\$000 réis e um horário de trabalho a rondar as 9-10 horas (AAVV 1877: 9). Quanto aos gastos gerais da atividade da empresa, o livro de Costa Goodolphim apontou, já em 1875, um total de 675\$245 réis (GOODOLPHIM 1974: 177).

À luz do pensamento de Sousa Brandão, a cooperativa, em 1880, continuaria firme no princípio fundador da abolição dos serões (*Comércio de Portugal*, 9 de junho de 1880: 1). Porém, um pouco mais tarde, o histórico socialista revelou algumas limitações e preocupações nas condições de trabalho vigentes no estabelecimento. Não se pretendia apenas acabar com o trabalho noturno, mas ambicionar-se-ia uma redução no tempo de produção. Um dos objetivos essenciais se fixou na implantação de uma gestão de nove horas de trabalho, pretendendo-se ainda o alcance de resultados semelhantes à produção das fábricas que laboravam 11 horas. Ou seja, a cooperativa queria demonstrar não existir propriamente uma relação entre o horário de trabalho e a produção, sendo possível trabalhar menos horas e manter a produtividade. Perante este propósito, Sousa Brandão reconhece o fracasso dos resultados alcançados e, além disto, afirmou existirem problemas no rendimento líquido da produção, que “não chegava para satisfazer os compromissos” (*Comércio de Portugal*, 14 de novembro de 1886: 1). No texto do referido engenheiro era evidente que a cooperativa estava em dificuldades, vivendo uma situação com arrestos parciais e alguns processos judiciais.

Ainda que tenha limitações evidentes, o inquérito de 1881 é de todos os documentos que conhecemos aquele com mais detalhe e informação sobre a vida e a produção da fábrica. A visita dos inquiridores ao estabelecimento fabril, sediado na Rua Vinte e Quatro de Julho, ocorreu a 12 de setembro de 1881 e a resposta ao questionário ficou a cargo de António Joaquim de Oliveira e do gerente da fábrica (mestre geral) Carlos Victor Ferreira Alves<sup>1</sup>. A informação

---

<sup>1</sup> Em 1894 a imprensa socialista veicula a notícia que Carlos Alves abandonou a Indústria Social para ocupar a gerência da Fábrica Vulcano, uma das instituições envolvidas no movimento grevista de 1872.

prestada revela que o capital primitivo tinha sido constituído por 500 cédulas de 1\$500 réis. Em 1881, este alcançava os 40 000\$000 réis, com a particularidade do capital fixo se estabelecer somente nos 7 869\$502 réis. Para dar resposta à produção, a gerência tinha a necessidade de encomendar do estrangeiro toda a matéria prima, desde o ferro (coado e laminado), o latão, o bronze, o zinco e o carvão (*Inquérito Industrial* 1881: 230).

Em relação ao equipamento da produção, a mesma fonte indica que na fábrica existia uma máquina fixa montada no próprio estabelecimento (com a força de quatro cavalos), dois tornos mecânicos, dois engenhos de furar (um deles feito em Portugal), um guindaste, vários fornos e forjas, diversos aparelhos de serralheira, ferraria, os respetivos moldes e muitas ferramentas próprias do ofício. No referido ano, a fábrica era constituída por 51 trabalhadores, repartidos por 44 operários e 7 menores (aprendizes), que trabalhavam 11 horas no verão e oito no inverno. A média do salário estava fixada nos 800 réis diários, um montante que, em comparação aos outros estabelecimentos do sector citados no inquérito, não deixava de ser significativo. Por exemplo, a Perseverança e a Vulcano apresentaram valores mais baixos: na primeira situados nos 600-700 réis e na segunda nos 600 réis. Na oficina de Dauphinet e Castay e na fábrica Burnay os valores seriam mais altos: na primeira, o salário estava fixado em 1\$000 réis e na segunda entre os 850-900 réis para os fundidores (*Inquérito Industrial* 1881: 230).

Sobre o trabalho técnico e superior, as respostas ao inquérito mostram que todos os mestres tinham a nacionalidade portuguesa. O engenheiro ganhava 2\$250 réis diários, o encarregado da fundição 1\$500 réis e o da serralheira 1\$200 réis. A informação fornecida pela fábrica Vulcano permite apurar que o valor pago ao cargo de engenheiro era substancialmente baixo em comparação com a Indústria Social. Na Vulcano, o mesmo posto tinha um ordenado diário de 1\$000 réis e do lugar de gerente fixava-se em 1\$200 réis.

A fábrica admitia menores como aprendizes a partir dos 12 anos, com os filhos dos associados a terem vantagem numa eventual contratação, detendo como salário 200 réis e horas de trabalho semelhantes às dos operários. Em relação à instrução, o inquérito relata que dos sete menores ao serviço na fábrica apenas dois não sabiam ler. O estabelecimento permitia uma licença, sem perda de salário, para a frequência de “algumas horas por dia” de aulas da instrução primária (*Inquérito Industrial* 1881: 230). Em relação aos operários adultos, dos 44 operários indicados somente cinco não sabiam ler. Outras informações relevantes são apontadas: os trabalhadores integravam diversas associações de classe; a fábrica não detinha habitação para os mesmos; em caso de doença, continuavam a receber 40% do valor do seu ordenado.

Em resposta ao inquérito, os responsáveis da cooperativa afirmavam que todo o processo para atingir o cargo de oficial demoraria cinco anos. Desde a fundação da cooperativa, dos 45 aprendizes apenas quatro tinham concluído o processo. Por norma, os mesmos acabavam por procurar trabalho noutras fábricas.

Sobre a questão da repartição dos lucros, sabemos que até 1881 não foram divididos entre os trabalhadores, dada a canalização desse valor para o “desenvolvimento da fábrica” (*Inquérito Industrial* 1881: 231). O *Inquérito Industrial* revela a existência de complicações financeiras por parte da cooperativa, essencialmente por dificuldades no acesso ao capital. Em 1880, as vendas realizadas contabilizaram o valor de 18 000\$000 réis e as despesas rondaram os 16 000\$000 réis, faltando ainda a inclusão do valor das despesas com os encargos do capital. A cooperativa centrou a sua estratégia na venda para os mercados interno e colonial e a gerência não deixou de frisar ao governo a sua inquietação perante a posição da fábrica nestes contextos comerciais, dada a concorrência de países como a Inglaterra, Bélgica e França. Dez anos depois do *Inquérito Industrial*, a imprensa ligada ao *Partido Socialista* afirmava que a cooperativa empregava 72 pessoas, com 90 sócios e um “lucro direto sobre o que produz” (*O Protesto*, 21 de junho de 1891: 2). No número seguinte foram expostos mais dados sobre o lucro em caixa da cooperativa, um valor que dividido pelos 90 sócios permitia redistribuir 500\$000 réis, mas que, segundo o jornal, tinham sido canalizados para o desenvolvimento da fábrica.

Os associados decidiram comprar um terreno para a construção e novas instalações e, para isso, solicitaram um empréstimo de 20 000\$000 réis por intermédio do Banco do Povo que, por seu turno, ficou com um capital superior a 10 000\$000 réis (*Comércio de Portugal*, 15 de maio de 1880: 1).

Das notícias publicadas sobre a produção da fábrica, destaque-se, o elogio, em 1882, da imprensa socialista sobre a construção de uma máquina de vapor horizontal com a força de 12 cavalos (*O Protesto*, 19 de novembro de 1882: 3). A sua conclusão foi realizada num clima de festa, com a presença de trabalhadores e associados que olhavam para os trabalhos industriais aí efetuados como uma prova do progresso da indústria do país e um triunfo do mundo operário. De facto, os socialistas enalteciam, com orgulho, a experiência da cooperativa, encarando-a como um exemplo da edificação da modernidade do Reino, erguida pelos próprios trabalhadores. Foi, de igual modo, o caso da apresentação de uma máquina a vapor com seis cavalos, construída, em 1885, sob a direção de um dos notáveis da fábrica, o engenheiro Canuto Rosa Victerbo e Sousa. O estabelecimento manterá a sua produção durante décadas, conseguindo importantes acordos com o Estado português, como foram as encomendas

para a construção e manutenção dos caminhos de ferro entre 1884 e 1886 (MAGDA 1988: 751).

No início da referida década, a cooperativa tinha sido responsável pela fundição e “acabamento da coroa para o monumento dos Restaurados” (*Comércio de Portugal*, 9 de junho de 1880: 2). Mais tarde, em 1891, à data da morte de Antero de Quental, a “cooperativa Indústria Social [...] suspendeu [...] o trabalho nas suas oficinas” (*O Economista*, 24 de setembro de 1891: 2). Tal postura não deixou de ser elogiada pelo campo socialista, que relembra à opinião pública a história da instituição, frisando que era “filha predileta do movimento iniciado por José Fontana e por Antero”. Na imprensa operária, temos a informação de que a Indústria Social aceitou realizar uma coroa de bronze, com uma dedicatória do socialismo português, com vista a ser colocada no túmulo de Antero de Quental (*O Protesto*, 27 de setembro de 1891: 3).

Em 1887 vários jornais relatam a ocorrência de uma greve contra a direção no interior do estabelecimento. A esfera pública divulgou notícias sobre o descontentamento dos trabalhadores e, rapidamente, a imprensa socialista entrou no debate para desmentir tais informações. O órgão do *Partido Socialista* acabou por confirmar a existência de um certo descontentamento nas fileiras da cooperativa, embora negue categoricamente a existência de greves, frisando que naquele espaço aquelas seriam “absolutamente injustificadas”. Os dirigentes socialistas alertaram a opinião pública para a existência do voto dos trabalhadores nas assembleias da cooperativa, enaltecendo o facto de, ainda nesse mesmo ano, os operários terem sido aumentados (*O Protesto*, 13 de novembro de 1887: 3).

No sentido de comemorar o décimo sexto aniversário da cooperativa, realizou-se, em dezembro de 1888, um jantar operário com a participação de ilustres figuras do socialismo e do republicanismo. A imprensa socialista destacou a referida iniciativa, salientando, de uma forma elogiosa, que finalmente o operário tinha o “direito de jantar, pelo menos uma vez na vida, no hotel Borges” (*O Protesto*, 9 de dezembro de 1888: 2). Importa verificar a diversidade de dirigentes políticos no evento: um representante da geração de 50, Sousa Brandão; dois internacionalistas da década de 70, Nobre França e Conceição Fernandes; o gerente da própria cooperativa, Carlos Alves; uma nova geração de socialistas, como Luís de Figueiredo e Augusto Fuschini. Além destes, os jornais destacaram a presença dos republicanos Magalhães Lima e Elias Garcia. Para além da homenagem à própria Indústria Social, durante o jantar o ideário socialista foi enaltecido, não sendo esquecida a menção a José Fontana e ao movimento grevista de 1872 (*O Protesto*, 9 de dezembro de 1888: 2).

Entre os meses de março e julho de 1888, vários proprietários dos estabelecimentos de metalurgia juntaram esforços e apresentaram publicamente

uma representação ao parlamento a protestar contra a ausência de proteção à indústria do ferro nacional. O sector do ferro reivindicava, junto dos deputados, a necessidade de decretar a obrigatoriedade de consultar, em primeiro lugar, a indústria nacional para todos os concursos de obras no continente e nas colónias (*Comércio de Portugal*, 7 de março de 1888: 2). Mais tarde, em julho, é divulgada na imprensa a apresentação de uma nova representação que criticou a exportação de material ordenada pela Companhia do Gás de Lisboa. O sector do ferro contestou a ausência de consulta às fábricas nacionais sobre os produtos em ferro e as tubagens que a companhia pretendia encomendar. Deste modo, o protesto pretendia demonstrar que o tecido industrial nacional, particularmente do ferro, estava a ser prejudicado. Curiosamente, tais críticas foram assinadas por diversos estabelecimentos do ferro, inclusive pela própria cooperativa Indústria Social que, deste modo, assumia uma postura em defesa da produção nacional, juntando o seu nome ao patronato e aos antigos adversários, como era o caso da companhia Perseverança (*Comércio de Portugal*, 6 de julho de 1888: 1). A cooperativa foi uma voz com algum relevo na esfera pública, nomeadamente pelo destacado papel que conseguiu obter em assuntos relacionados com a produção do ferro. Em 1880 um gerente do estabelecimento – o operário Joaquim Crisóstomo Martins da Silva – afirmava que pretendia “competir em perfeição [...] com os produtos estrangeiros” (*Comércio de Portugal*, 14 de outubro de 1880: 3). Nesse ano foi anunciado na imprensa que a fábrica tinha movimentado perto das “300 toneladas de fundição por ano” (*Comércio de Portugal*, 24 de dezembro de 1880: 2).

Em 1889, a Indústria Social, juntamente com outras associações operárias de Lisboa, participou na iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa com o objetivo de enviar operários à exposição industrial a realizar em Paris entre julho e agosto de 1889. Em março desse ano foram eleitos os operários que visitariam a exposição, constando, em representação da cooperativa, Sousa Brandão. Entretanto, tinha chegado a Portugal um importante dirigente socialista francês, André Gely, que ambicionava convencer o movimento operário português a participar no intitulado congresso *possibilista*<sup>2</sup>. O tipógrafo francês realizou uma visita à cooperativa acompanhado pela elite socialista portuguesa (*O Protesto*, 24 de março de 1889: 3).

---

<sup>2</sup> O congresso contou com a participação dos delegados Francisco Viterbo de Campos (eleito pelas organizações socialistas do Norte), Manuel Luís de Figueiredo (eleito pelas organizações do Sul) e o próprio André Gely (eleito pelo jornal *A Voz do Operário*).

## Breves considerações

A Indústria Social nasceu da necessidade de garantir emprego e assistência aos grevistas do sector do ferro, sendo uma alternativa que pretendia entregar os meios de produção aos próprios trabalhadores. A criação da cooperativa resultou de uma nova dinâmica, que se expressou no aparecimento de uma nova forma de resistência perante os conflitos sociais inaugurados com o movimento grevista. O campo socialista desenvolveu uma estratégia discursiva peculiar em torno desta organização, numa comunicação direcionada para o espaço público que pretendia angariar simpatias para este protótipo industrial e convencer da importância de proteger e desenvolver a indústria portuguesa evitando, assim, a necessidade de importar máquinas do estrangeiro (*O Protesto*, 18 de fevereiro de 1883: 2).

O modelo de negócio instituído na instituição pretendia vender maquinaria e outros produtos no mercado português. O estabelecimento conseguiu concretizar essa dinâmica e até uma interação com o poder político, ganhando alguns concursos públicos, como foi o caso do material vendido para as linhas férreas. Os recursos humanos, materiais e a especialização existentes foram o suficiente para atribuir uma substancial importância à fábrica no sector do ferro. Assim, funcionou como um espaço privilegiado para demonstrar a modernidade e a tecnologia da época. Por exemplo, neste espaço fabril foi apresentado publicamente um novo extintor em Portugal para o combate aos incêndios de fabrico norte-americano (*Jornal da Noite*, 27 de junho de 1891: 2). Nunca revelou problemas em articular e integrar a sua produção no mercado, procurando conviver com o restante sector do ferro. No entanto, vai enfrentar crises financeiras, dificuldades no acesso ao capital e na redistribuição dos lucros.

Ao longo do tempo, a cultura da fábrica pouco mudou e a sua responsabilidade social permitiu o acesso ao trabalho a várias dezenas de trabalhadores. O trabalho noturno estava proibido e existiram esforços para diminuir as horas de trabalho, garantir ordenados significativos e uma certa proteção social, estimular a aprendizagem, proteger os menores e desenvolver a indústria. Este modelo de gestão não pretendeu desvirtuar a ideia primitiva sobre a questão da propriedade da fábrica. Até ao final da monarquia, a cooperativa vai continuar a espelhar a ideia primordial de que não tinha, nem pretendia ter, um proprietário e privilegiava o papel dos associados e dos trabalhadores na gestão da mesma.

O estabelecimento continuou a produzir durante a República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Em 1930 encontramos ainda a Indústria Social em laboração, na Vinte e Quatro de Julho, com 58 operários (PISTOLA 2009: 100). O seu legado representa uma importante parte da história do cooperativismo em Portugal e,

embora ao longo do século XX tenha uma identidade totalmente distinta daquela que foi erigida em 1872, deve ser frisada a sua longevidade, que vai, tanto quanto se sabe, pelo menos desde a sua fundação na Monarquia aos anos 30 do século XX.

O propósito de concretizar a ideia deste organismo fabril permitiu uma colaboração entre o prestigiado Sousa Brandão e a nova geração de socialistas, mais concretamente, José Fontana. De facto, a cooperativa representa um espaço onde convergem as gerações de 50 e 70. O trabalho destas duas figuras torna a própria fábrica num símbolo político para a memória do campo socialista. A Indústria Social vai-se constituir num património comum, claramente transversal às diversas sensibilidades sentidas no campo socialista e, deste modo, acaba como espaço aglutinador, mas que não deixa de ser disputado. Os socialistas tentaram sempre manter a cooperativa no seu campo gravitacional e colaborar com o movimento operário, como foi o caso da doação mensal de 1 000\$000 réis para a publicação de um periódico que espelhe os interesses (O Protesto Operário, 19 de julho de 1891: 3).

A experiência coletiva da fábrica, que decorre de uma outra experiência coletiva (greve), foi recorrentemente recordada e elogiada. A 4 de outubro de 1910, *O Século* aproveitou a publicação do livro de Campos Lima sobre o movimento operário em Portugal para afirmar que o movimento grevista em Portugal tinha iniciado em 1872 (*O Século*, 4 de outubro de 1910: 7). A Indústria Social foi mais do que um lugar de produção, foi, de igual modo, um organismo com um enorme simbolismo que celebra uma nebulosa grevista fundamental para o movimento operário, colocando-o no centro dos grandes debates públicos. Nesse sentido representa uma vitória nas batalhas políticas travadas em torno da melhoria das condições de vida dos trabalhadores tornando-se, deste modo, um *lugar de memória* do movimento grevista de 1872-73 sob a alçada da Fraternidade Operária e da Primeira Internacional.

Ainda assim, a relativa autonomia das cooperativas é também evidente neste caso, uma vez que conseguiu sobreviver durante décadas com relativo sucesso independentemente das transformações, vitórias e derrotas do movimento operário que está na génese da sua criação.

## **Bibliografia**

### **Fontes impressas**

AAVV (1892). *Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. Do Repórter.

AAVV (1877). *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas*

*em Portugal*. Lisboa.

*Inquérito Industrial de 1881* (1881). *Visitas às fábricas, Distrito administrativo de Lisboa*, Livro primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional.

GOODOLPHIM, Costa (1974). *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Seara Nova.

LIMA, Magalhães (1985). *Episódios da minha vida*, 1º volume. Lisboa: Perspetivas e Realidade.

## **Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Partido Socialista Português, NC 002, Actas da Federação das Associações de Classe (1895-1896).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PSP – Conselho Geral, NC 038, Correspondência remetida (1916-1919).

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França para Engels, 17 de setembro de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de José Fontana para Engels, 24 de janeiro de 1873, *Karl Marx/ Friedrich Engels Papers*, 1704.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a parte of a letter published in Lima 's Socialismo na Europa, Max Nettlau Papers*, 2867.

## **Periódicos**

*Comércio de Portugal* (1880-1888).

*Diário de Notícias* (1872-1890).

*Diário do Governo* (1872-1880).

*Jornal da Noite* (1891).

*O Diário Popular* (1872-1873).

*O Economista* (1891).

*O Pensamento Social* (1872-1873).

*O Protesto* (1876-1894).

*O Século* (1910).

## Bibliografia

- ABENDROTH, Wolfgang (1970). *Historia social del movimiento obrero europeo*. Barcelona: Editorial Estela.
- ALCÂNTARA, Ana Ramos (2019). *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH.
- BASTIEN, Carlos (1997). “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”. *Vértice*, 79, 34-49.
- BAPTISTA, José Alberto (2004). *João Bonança na cultura do seu tempo*. Lisboa: Edições Colibri.
- BAPTISTA, Virgínia (2016). *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal (1880-1940)*. Lisboa: ICS.
- BARRETO, José (1981). “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)”. *Análise Social*, 66, 253-291.
- BARRETO, José (1993). *Sindicalismo e política nos caminhos de ferro portugueses (1872-1961)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BATALHA, Cláudio H. M. (1992). “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”. *Revista Brasileira de História*, 12, 111-124.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1981). *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e (1999). *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: FLUP.
- CEREZALES, Diego Palacios (2011). *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2003). “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX”, in Benedicta Maria Duque VIEIRA (org), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 53-64.
- FONSECA, Carlos da (1973). *A origem da 1ª Internacional em Lisboa. O centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FONSECA, Carlos da (s.d.). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal I – Cronologia*. Viseu: Europa-América.
- HOBBSWAM, Eric (1982). *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAINS, Pedro (2005). “A indústria”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Vol II. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais.

- LÁZARO, João (2014). *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa: Chiado Editora.
- LÁZARO, João (2019). “O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade portuguesa (1852-1873)”. *Revista Portuguesa de História*, 50, 67-85.
- LÁZARO, João (2019). “Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal (1871-1873)”. *Revista Mundos do Trabalho*, 11, 1-19.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982). *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985). *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: IN-CM/IED.
- NOGUEIRA, César (1964). *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora.
- NORA, Pierre (1981). “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Yara Aunghoury (tradução). *Projecto História*, 10, 7-28.
- OLIVEIRA, César (1973). *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento.
- PEDROSO, Alberto (1978). “O mandato da Federação Portuguesa da AIT a Paul Lafargue”. *Seara Nova*, maio, 1591, 26-28.
- PEREIRA, Joana Dias (2008). *Sindicalismo revolucionário — A história de uma idéia*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH.
- PEREIRA, Joana Dias, (2020). *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. Lisboa: Almedina.
- PEREIRA, José Pacheco (1981). “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”. *Análise Social*, 65, 135-151.
- PEREIRA, Miriam Halperm (1988). “Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito do trabalho”. *Ler História*, 14, 41-86.
- PINHEIRO, Magda (1988). “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)”. *Análise Social*, 101-102, 745-767.
- PINHEIRO, Magda (2008). *Cidade e Caminhos de Ferro*. Lisboa: CEHCP-ISCTE.
- PISTOLA, Renato José Bogalho Jorge da Silva (2009). *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH.
- TENGARRINHA, José (1981). “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”. *Análise Social*, 67-68, 573-601.

- TENGARRINHA, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- RODRIGUES, Jacinto (1976). *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*. Lisboa: Slemes.
- SÁ Victor de (1978). *Formação do movimento operário português: memória de uma reprovação*. Coimbra: Centelha.
- SÁ, Victor de (1981). “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”. *Análise Social*, 67-68, 839-860.
- THOMPSON, Edward Palmer (1991). *The making of the english working class*. Penguin books.
- VILAÇA, Alberto (2005). *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional revisitadas em Portugal*. Porto: Campo das Letras.



# Tendências culinárias dos menus diários da *Empreza Culinária* (Lisboa, 1898-1899)

## *Culinary trends in the daily menus from Empreza Culinária (Lisbon, 1898-1899)*

**JOÃO PEDRO GOMES**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

[jpdrgms@gmail.com](mailto:jpdrgms@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0153-7147>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/12/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 29/09/2021

**Resumo.** Em 1896 a *Empreza Culinária* faz-se anunciar no *Anuario Commercial*. Sediada em Lisboa, disponibilizava um serviço de venda de jantares, compostos por vários pratos, com entrega ao domicílio e cujos menus, em 1898, passa a publicar no *Diário de Notícias*. O presente estudo tem como objeto de análise o conjunto de menus publicados no primeiro ano desta ação de divulgação (entre março de 1898 e março de 1899), através da qual se pretende entender de que forma, a nível culinário, uma unidade de produção alimentar desta tipologia, orientada para um universo consumidor urbano, estruturava as refeições que comercializava.

Quantos pratos compunham os menus servidos oferecidos; que tipologias de alimentos eram servidas; quais as fontes de inspiração dos preparados culinários comercializados; e que modelos sócio culinários pretendia replicar são algumas das questões abordadas na presente análise exploratória de uma atividade comercial de contornos incomuns para o período e espaço em questão.

**Palavras-chave.** Alimentação, Lisboa, Livros de Cozinha, Menus, Século XIX.

**Abstract.** In 1896 the *Empreza Culinária* publish an advertise in *Anuario Commercial*. Headquartered in Lisbon, provided a specialized service of dinners delivered at home, with a menu constituted by several dishes and weekly published in the *Diário de Notícias* after 1898. The present study intends to analysis the set of menus published in the first year of this editorial option (between March 1898 and March 1899), through which it is intended to understand how, at a culinary level, a food production unit of this typology, oriented towards an urban consumer universe, structured their food offer.

How many dishes formed the menus offered; what types of food were served; what were the sources of inspiration and which socio-culinary models it intended to replicate with these typology of meals are some of the issues addressed in this exploratory analysis of a commercial activity of unusual contours for the period and space.

**Keywords.** 19th century, Cookbooks, Food, Lisbon, Menus.

## 1. Considerações Iniciais

### 1.1. O menu como reflexo da Gastronomia Oitocentista

O século XIX apresenta-se como um período de significativas alterações no que concerne às práticas alimentares quotidianas que se desdobram em dois âmbitos distintos, o doméstico e o público, cada um definido por regras e protocolos específicos (CASCÃO 2011b: 222), desempenhando, portanto, um papel de primordial importância na vida em sociedade (CASCÃO 2011a: 71).

A burguesia, principal beneficiária das transformações sociais desencadeadas pela Revolução Francesa, assumirá um papel determinante nestas alterações, uma vez que integra o ato de comer na sua gramática social de símbolos e veículos de ostentação e externalização de poder, fazendo corresponder, em última análise, a qualidade/quantidade de alimento ao dinheiro possuído (DROUARD 2007: 276-277).

Paralelamente, a conversão de um vasto grupo de cozinheiros altamente especializados, oriundos das decadentes casas nobres, em proprietários de restaurantes possibilita o florescimento de uma cultura gastronómica urbana e pública em tudo conforme aos desígnios desta nova classe dirigente (PITTE 2013: 476-478). Espaços que rapidamente ganham expressão social e que, logo na primeira década do século XIX, em Paris, passam a integrar o rol de locais privilegiados de comensalidade e sociabilidade urbana, destacando-se aqueles que ofereciam uma culinária requintada, a “haut cuisine” que, na sua essência, se estratificava na exata medida da classe burguesa, correspondendo a cada nível socioeconómico um conjunto de preceitos alimentares como a tipologia e número de pratos servidos a cada refeição, elementos passíveis de ser facilmente identificados através do menu cujo uso se expande durante o período (DROUARD 2007: 273).

Dentro destas práticas alimentares, o jantar será a refeição que, ao longo do século XIX, mais se destaca e se reveste de especial importância no teatro social. Temporalmente realocado entre as 18 e as 20 horas, torna-se uma ferramenta de afirmação social e em circunstância preferida para manifestações festivas e que, inclusive, despoleta uma alteração do paradigma arquitetónico no interior das residências burguesas e aristocráticas, nas quais passa a existir um espaço particular, a sala de jantar (STRONG 2004: 245-249). A par desta alteração, naturalmente, densifica-se a codificação dos comportamentos e atitudes à mesa, essenciais à confirmação do estatuto socioeconómico dos comensais, difundindo-se, para o efeito, a publicação de manuais de civilidade e de bom tom, cujo objetivo central era o de fazer corresponder distintas formas de agir

com distintos estratos sociais (VAQUINHAS 2018).

Assiste-se, pois, ao desenvolvimento e expansão de uma cultura gastronómica de cariz iminentemente urbano, burguês e público na França pós-revolucionária, para a qual contribui e beneficia a profusão de uma vasta literatura gastronómica/culinária assente em nomes como Grimond de La Reynière e Brillat-Savarin na esfera da crítica gastronómica e Antoine Carême, Urbain Dubois e Émile Bernard na esfera da prática culinária, bases de autêntica transformação no ato de cozinhar e de comer a partir do 2º quartel do século XIX (DROUARD 2007: 264-270).

A nível culinário, as alterações ocorrerão tanto na forma de preparação dos alimentos como na forma de servir. A estrutura da refeição permanecerá indiscutivelmente ligada à sua origem aristocrática, ainda que as formas de apresentação sofram modificações: o anterior “serviço à francesa”, no qual os preparados eram agrupados e colocados na mesa desde o início da refeição, dá lugar a um sistema em que os pratos vêm diretamente da cozinha para a mesa e são servidos segundo uma cadência de tipologias pré-estabelecida, o denominado “serviço à russa”. Uma alteração que compeliaria à adoção do menu escrito individual, essencial para dar a conhecer aos comensais a sucessão de pratos servidos durante a refeição, uma vez que aqueles estavam agora afastados da mesa e dos olhares (FLANDRIN 2007: 99-105).

A nível historiográfico, a adoção e popularização do uso do menu, quer em ambiente doméstico/privado quer em ambiente público, permite um conhecimento mais pormenorizado sobre as práticas alimentares deste período, constituindo-se como fonte privilegiada para o estudo da evolução da Culinária e da Comensalidade.

## **1.2. Lisboa e a Gastronomia no século XIX, entre o público e o privado**

Lisboa, capital do Reino, era por excelência o epicentro de grande parte dos movimentos de renovação social, cultural e política do século XIX em Portugal. Não se caracterizava, todavia, por um evidente cosmopolitismo e só a partir dos anos de 1840 passaria a caminhar em direção à modernidade através de uma série de renovações urbanísticas que, paulatinamente, iam acrescentando à cidade mais espaços e equipamentos de fruição social e cultural (FRANÇA 2009: 521-534). Não obstante esta renovação, era notória a falta de locais de diversão e lazer até aos anos de 1880 (CASCÃO 2011b: 223). No que aos restaurantes diz respeito, até à década de 1870 são poucos os estabelecimentos conhecidos: o Marrare, encerrado em 1866; o Tavares, originalmente aberto em 1861 e que se transforma em um dos mais reputados estabelecimentos da

cidade e o Silva, inaugurado em 1874 (FRANÇA 2009: 573).

A estes juntar-se-iam os hotéis com serviços alimentares acoplados que, até à década de 1870, não chegariam a uma dezena e destes não é possível averiguar com precisão quantos dispunham de restaurante, destacando-se o incontornável Hotel e Restaurante do chef João da Matta, com início de atividade em 1873. Será com o desenvolvimento dos caminhos de ferro e portos marítimos que, na última década do século, o desenvolvimento da indústria hoteleira conheceria maior fulgor (FERREIRA 2014: 357), aparecendo já publicitadas 45 unidades no *Annuario Commercial ou Annuario Official de Portugal Ilhas e Ultramar da Industria, Magistratura e Administração*<sup>1</sup>, entre os anos de 1896-1899, algumas das quais com serviços alimentares, nomeadamente jantares de vários pratos e preços (GOMES 2018b: 145-149).

A par destes surge uma miríade de outros estabelecimentos comerciais que forneciam serviços alimentares ao domicílio. Várias pastelarias e confeitarias da cidade dedicam-se a preparar eventos de evidente cariz social em ambientes mais privados/domésticos, como bailes, “lunchs”, soirées, jantares e festas familiares, servindo luxuosos repastos para a Casa Real, aristocracia e burguesia e dos quais subsistem alguns menus (GOMES 2018b: 138-145), revelando os contornos muito particulares que as práticas alimentares e sociais desempenhavam em contexto doméstico em Portugal no último quartel do século XIX (CASCÃO 2011a: 67).

Entre esta tipologia de serviço foi identificado na cidade de Lisboa, no final do século XIX, um estabelecimento comercial que se dedicava exclusivamente à produção, venda e entrega de jantares ao domicílio. Com o nome de *Empresa Culinária*, fazia anunciar-se no *Annuario* e publicava semanalmente os menus das refeições comercializadas no *Diário de Notícias*, a partir de março de 1898.

Considerando a particular importância dos menus para o conhecimento e caracterização das transformações alimentares do século XIX, analisam-se no presente artigo os menus deste estabelecimento, publicados entre março de 1898 e março de 1899, com o objetivo de lançar um olhar sobre as práticas alimentares privadas em Lisboa, averiguando em que medida este serviço de venda de refeições ao domicílio, distinto dos serviços de mesa oferecidos pelos restaurantes e dos serviços de catering das pastelarias/confeitarias, permitia aos consumidores replicar modelos alimentares conotados com contextos públicos de maior requinte no seu espaço doméstico.

---

<sup>1</sup> Daqui em diante referenciado como *Annuario*.

## 2. A Empresa Culinária e o serviço de “jantares ao domicílio”

Sediada na Rua Vasco da Gama, ns. 54 a 58, atual Largo de Santos, trata-se do único estabelecimento comercial que aparece documentado na categoria de “Jantares aos domicílios” nas listagens do *Anuario* de 1896 (ANNUARIO 1896: 63) ao qual se junta em 1898 a “Cosinha da antiga pastelaria” (ANNUARIO 1898: 682) e, em 1899, a “Confeitaria Parisiense e empresa culinária” (ANNUARIO 1899: 697).

Complementarmente, a *Empresa Culinária* faz-se igualmente divulgar nestas publicações através de um anúncio e em cuja descrição é possível perceber os serviços alimentares oferecidos e logística associada (Imagem 1).



**Imagem 1.** Anúncio da *Empresa Culinária* em 1896 (ANNUARIO 1896: 438).

Nesta forma de anúncio identifica-se um peculiar serviço alimentar que, pelo menos nos anos de 1896 e 1897, seria único na cidade de Lisboa: o fornecimento de “jantares nos domicílios e todas as iguarias concernentes á arte culinária e á pastelaria [...] que só se prepara o que for antecipadamente encomendado”, pelo preço unitário de 340, 300 e 240 réis, cujas distinções entre valores só seriam clarificadas em anúncios posteriores (GOMES, 2018a: 199-200). As encomendas deveriam ser feitas ao balcão da empresa ou através de uma rede de intermediários localizados em espaços centrais da cidade. Distinguiu-se de todos os outros estabelecimentos uma vez que os preparados vendidos se destinavam exclusivamente a jantares, previamente encomendados, e para consumo no domicílio, diferenciando-se dos serviços de refeições de mesa dos restaurantes e do *catering* das pastelarias/confeitarias (GOMES, 2018b: 149-151).

Na edição de 1899 do *Anuario* regista-se uma alteração ao anúncio que

corresponde ao alargamento dos serviços oferecidos (Imagem 2): a *Empresa* passava agora a dispor de serviço de *catering* para eventos específicos, disponibilizava modalidades de levantamento de refeições na empresa (com respetiva redução de preço) e passava a dispor de “asignaturas”, isto é, de compra regular de jantares (em blocos de 10 ou 30 dias), em uma ou duas porções, por preços mais reduzidos, definindo uma clara estratégia de fidelização de clientes e orientação da atividade comercial para suprimir necessidades alimentares domésticas quotidianas e não extraordinárias (GOMES 2018a: 190-192; 195-196).



**Imagem 2.** Anúncio da *Empresa Culinaria* em 1899 (ANNUARIO 1899: 486).

Uma outra modificação é o aviso da publicação dos menus semanais no *Diário de Notícias* às quartas-feiras. Uma inovação que permitiu a esta empresa se destacar dos demais estabelecimentos que, até à data, raramente optavam pela publicação regular de menus nos jornais diários de grande tiragem<sup>2</sup>.

Da sociedade comercial por detrás desta empresa não foi possível apurar nenhum dado complementar aos que figuram no anúncio publicado em 1896<sup>3</sup>. Fundada por “Carnide & Garcia”, a empresa instala-se em uma zona de cariz industrial / operário da cidade, laborando em três parcelas do rés-do-chão de um edifício de três andares<sup>4</sup>. Em 1907, um registo de um incêndio “na fuligem” do estabelecimento indica que este laborava na “Avenida” (JORNAL DE SE-

<sup>2</sup> Veja-se, a título de exemplo, a publicação esporádica de menus diários do Grande Hotel Continental no *Diário Ilustrado* (DIÁRIO ILLUSTRADO 03.07.1893).

<sup>3</sup> A extensão do fundo cartorial à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo e do Arquivo Histórico de Lisboa invalidou uma pesquisa intensiva sobre a constituição da sociedade “Garcia & Carnide” ou a criação da empresa, uma vez que o único dado disponível sobre o início da atividade reporta ao anúncio de 1896. Por este motivo, não foi possível desenvolver maiores investigações sobre a origem da empresa.

<sup>4</sup> Não foi possível obter, em tempo útil, a autorização de reprodução de registo fotográfico da fachada da empresa propriedade do Arquivo Municipal de Lisboa, datada de 1901 (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000266).

GUROS 1907: 6), eventualmente denominação pela qual já seria conhecida a futura Avenida Presidente Wilson e atual Avenida D. Carlos I, na confluência com o Largo de Santos.

O estabelecimento estaria ainda em funcionamento no ano de 1912 (ALMANAQUE 1912: 69).

### 3. Os menus: publicação e organização no *Diário de Notícias*

A publicação do primeiro menu da *Empresa* ocorre no dia 2 de março de 1898, na última página do *Diário de Notícias*. A partir de então, a publicação faz-se regularmente à quarta-feira, sendo esta novidade integrada no anúncio publicado no *Anuário* do ano seguinte (GOMES 2018a: 193-194).

Os menus, semanais, compunham-se de sete ementas diárias, regra geral de quinta a domingo. O conjunto de ementas diárias era rematado por um conjunto de informações logísticas sobre preços e encomendas, contendo parte da informação anunciada nos anuários (Imagem 3).

**Empresa Culinaria**  
**Carnide & Garcia**  
**54, R. Vasco da Gama, 58**

**Menú do dia 3**

|   |   |
|---|---|
| 4<br>Sopa de cuscus<br>Rissoles de carne<br>Salchichas em lombarda<br>Couve-flór<br>Carne de vacca assada       | 5<br>Sopa de purée de legumes<br>Pasteis de lagosta e camarão<br>Ovos de caldeirada<br>Ervilhas à franceza<br>Assado—Costeletas |
| 6<br>Sopa de macarronete<br>Croquettes au parmesan<br>Carne em ragout<br>Brocolos au sauté                      | 7<br>Frango assado<br>Pastelão (doce)   |
| 8<br>Sopa de estrelinha<br>Croquettes de carne<br>Cozido à portuguesa<br>Arroz de substancia<br>Cordeiro assado | 9<br>Sopa à la Crecy<br>Vol-au-vents de frango<br>Peixe au gratin<br>Favas à portuguesa<br>Assado de vacca                      |

Os jantares são levados ao domicilio em qualquer ponto da cidade e custam:  
Serie de 10 dias a 2 jantares por dia 54800 réis, cada jantar a mais 240 réis.  
Recebem-se encomendas na tabacaria Neves, Rocio; Casa Havaneza, Chiado; R. do Mato, 7 e 9; e no escritorio da sede, rua de Vasco da Gama, 58.

**Imagem 3.** Primeiro menu publicado a 2 de março de 1898 (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS* 02.03.1898).

Refletindo as alterações nos serviços enunciadas no *Anuario* de 1899, a partir deste ano incluem-se igualmente informações sobre preços de refeições avulsas e por assinatura (GOMES 2018a 195-196). Pontualmente são introduzidas informações complementares, nomeadamente em semanas com dias festivos como no Natal, Ano Novo, Quarta-feira de Cinzas e Páscoa (Imagem 4).

**Empreza Culinaria**  
**54, R. Vasco da Gama, 58**

**Menu do dia 22**  
 Sopa de purée de legumes  
 Fritura de miolos  
 Cabeça de vitella estufada  
 Esparregado  
 Carne de vacca assada  
**23**  
 Jantar de peixe  
**24**  
 Sopa de estrelinha  
 Pasteis de volailles  
 Filetes de porco á milaneza  
 Salada de legumes verdes  
 Roast-beef assado  
**25**  
 Sopa de purée au riz  
 Croquettes de carne com  
 parmezan  
 Boeuf á la mode  
 Couve-flór sauce-blanche  
 Peru assado guarnecido  
 Crème au vanille-pasteis

te dia custam 400 réis levados ao domicilio e 360 réis mandados buscar á séde.

**26**  
 Sopa de padre-nossos  
 Rissoles de carne  
 Lingua estufada com  
 cebolinhas  
 Legumes á provinciana  
 Assado de porco  
**27**  
 Sopa de Julienne fresca  
 Croquettes de pescada  
 Mãos de vitella á Minut  
 Salada de feijão branco  
 Assado com jardineira  
**28**  
 Sopa á la parisienne  
 Petits-pates de frango  
 Cabrito estufado com macaronete  
 Brocolos au sauté  
 Bifes Souce Robert

**28 JANTARES AVULSO n'es-**

Os jantares são levados aos domicilios em qualquer ponto da cidade e custam:  
 Série de 10 dias a 2 jantares por dia 5,800 réis. Cada jantar a mais 240 réis.

Recebem-se encomendas de vespéra até ás 3 horas da noite, na tabacaria Neves, Rocio; Casa Havaneza, Elhado; rua do Rato, 7 e 9, e ATÉ ÀS 10 HORAS DA MANHÃ DO PRÓPRIO DIA no escriptorio da Empreza, R. de Vasco da Gama, 58. 394

**Imagem 4.** Menu publicado a 21 de dezembro de 1898 (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS* 21.12.1898).

No período de março de 1898 a março de 1899, correspondente à primeira série anual de menus semanais publicados, contabilizaram-se 52 menus, correspondendo a 364 ementas diárias<sup>5</sup> e cuja apreciação da orga-

<sup>5</sup> A edição do dia 23 de março de 1898 estava omissa na coleção bibliográfica consultada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, como também se registou ausência de publicação do *Diário* no dia 15 de fevereiro de 1899. Para este último caso ficou afastada a hipótese de se tratar de mais uma edição inexistente na coleção, uma vez que a numeração original do jornal não foi interrompida, correspondendo ao dia 14 de fevereiro de 1899 o n. 919 e ao dia 16 de fevereiro o n. 920, o mesmo não se verificando no caso supracitado. Refira-se que o dia 14 de fevereiro de 1899 correspondeu ao dia de Carnaval, podendo o “salto” editorial estar relacionado com esta celebração. Não foi possível, no entanto, explorar com detalhe esta peculiaridade, que se repete em outras

nização dos pratos permite caracterizar a atividade culinária subjacente a este serviço alimentar.

#### **4. Tipologias de jantares**

As refeições comercializadas pela *Empresa*, segundo a organização e tipologia de pratos apresentados, podem ser categorizadas em quatro tipologias distintas: jantares de dias comuns compostos por cinco pratos; jantares de dias de peixe, sem número de pratos definidos e apenas referenciados como “Jantar de Peixe”; jantares de Domingo, com seis pratos; e jantares de dias festivos, igualmente com seis pratos.

Dos 364 menus diários analisados, 257 menus remetem para dias comuns, 52 para menus de dias de peixe, 52 para menus de domingo e três menus de dias festivos.

Os 52 dias de peixe elencados não permitem qualquer análise culinária uma vez que não apresentam nenhuma informação sobre o número ou tipologias de pratos servidos. Eram fornecidos exclusivamente à sexta-feira, seguramente em consonância com os preceitos católicos da abstinência de carne neste dia, registando-se três exceções no período analisado, os dias 7 de abril, 16 de junho e 23 de junho de 1898, todos correspondendo à quinta-feira: a 7 de abril correspondeu a Quinta-feira de Endoenças desse ano e, portanto, dia em que a *Empresa* cumpriu com a abstinência de carne; a 16 de junho celebrou-se o oitavário do Corpo de Deus que poderá explicar a opção por jantar de peixe; e o dia 23 de junho correspondeu à véspera de dia de São João, que poderá igualmente justificar a opção por oferecer jantar de peixe.

Os menus de dias festivos, com seis pratos, são facilmente justificáveis: referem-se ao dia 6 de janeiro, Dia de Reis, e aos dias 13 e 14 de fevereiro, segunda e terça-feira antes de quarta-feira de Cinzas e o início do período da Quaresma.

### **5. A estrutura de refeição e as opções culinárias da *Empresa***

#### **5.1. A construção dos menus**

Os menus publicados restringiam-se unicamente a jantares, ou seja, à refeição que deveria ser tomada entre as 18 e as 20 horas e o seu esquema

---

publicações, como o caso do *Diário Ilustrado*.

base assentava na oferta de cinco pratos distintos, elevando-se para seis em dias específicos.

Observa-se, à partida, uma tentativa de aproximação à estrutura das refeições da aristocracia e burguesia, seguindo o esquema de Urbain Dubois na obra *La Cuisine Classique* em 1856: sintetizando o reconhecido serviço “à russa”, em que os pratos são servidos aos comensais sucessivamente por criados, adapta-se a categorização de pratos praticada no serviço de cozinha “à francesa” para este novo serviço, onde “os pratos quentes não vão para a mesa e são preparados na cozinha, por turnos e passados diretamente aos convidados”. A nomenclatura das categorias de pratos e a ordem de serviço permaneciam as mesmas (“potage”, “hors d’oeuvre”, “relevés”, “entrees”, “rôti”, “entremêts” e “dessert”), apenas se introduzindo alterações na forma de servir: todos os pratos deveriam vir da cozinha já cortados e prontos a servir, abrindo-se uma exceção para os “relevés”, o “rôti” e as peças frias, que poderiam ser cortados em uma mesa de apoio antes de serem servidos (DUBOIS e BERNARD 1856: VII-IX).

Uma novidade na forma de apresentação que, por consequência e necessidade, leva à divulgação de menus e à sua entrega antes da refeição, compensando a ausência dos preparados colocados sobre a mesa antes da entrada dos comensais que o serviço à francesa privilegiava (BRAGA 2006a: 20). Um fenómeno que se alarga ao mundo comercial da restauração e serviços alimentares onde se passam a disponibilizar os menus aos clientes que agora têm a liberdade de escolher os pratos que desejam ou, em formatos menos flexíveis e associados a estabelecimento mais modestos, a conhecer os preparados que compõem as refeições com um número de pratos e preços fixos, como os aqui tratados, conhecendo este universo um franco desenvolvimento a partir da década de 1870 (CAMPIVERDI 2011: 24-25; DROUARD 2007: 273).

Em Portugal, a difusão e utilização do menu alargou-se nos finais do século XIX e seria adotado por grande parte dos estabelecimentos de venda de comida, desde o *Avenida Palace Hotel* às mais humildes casas de pasto (BRAGA 2006a: 50). Considerados como testemunho irrefutável (e tangível) da efemeridade do requinte das refeições, a divulgação do menu extravasa para o meio social, tornando-se comum a publicação de menus de eventos públicos e privados da Casa Real, da aristocracia de alta burguesia em periódicos sociais, como o caso do *Diário Ilustrado*. A profusão do uso e divulgação do menu individual irá, inclusive, promover um interesse artístico e de colecionismo sobre estes memoriais culinários. Destaquem-se os casos da coleção de menus do Imperador do Brasil D. Pedro II (LELLIS; BOCATTO 2013) recolhidos nas suas viagens pela Europa e a coleção da Casa Real Portuguesa onde subsistem exemplares decorados por alguns elementos da Família Real (MONGE; PÁSCOA; GO-

MES 2019), evidência da transformação da Gastronomia em produto turístico, passando os renomados restaurantes europeus a integrar as rotas de viagens e de lazer dos mais abastados e dos quais os menus se constituíam como recordações (CSERGO 2013: 509-521).

A tentativa de identificação dos pratos nas categorias do serviço “à russa” através da sua localização no menu é complexa, uma vez que, ao contrário dos menus de grandes jantares servidos na Casa Real, casas aristocráticas, jantares de sociedade e celebrações, os menus da *Empreza* não apresentam a explícita divisão em categorias. Assim, a relação de cada prato com uma categoria apenas pode ser ensaiada por comparação, atribuindo a cada nível/linha dos menus uma categoria correspondente (Tabela 1):

| Organização de pratos nos menus da <i>Empreza Culinaria</i> | Ordem-base de pratos segundo <i>La Cuisine Classique</i> |
|---|--|
| 1º prato/1º nível   | potage   |
| 2º prato/2º nível   | hors d'oeuvre  |
| 3º prato /3º nível  | entreés/relevé   |
| 4º prato/4º nível   | entremêts  |
| 5º prato/5º nível   | rôti   |
| 6º prato/6º nível   | dessert  |

**Tabela 1.** Relação entre organização dos pratos nos menus de jantar da *Empreza Culinaria* e a organização-base delineada na obra *La Cuisine Classique*.

Um sistema que não representa uma regra rígida e que era passível de alterações pontuais como, por exemplo, a ordem entre o “rôti” e o “entremêts” (DUBOIS e BERNARD 1856: 1).

Segundo este modelo de correspondência, fica claro que a construção do jantar servido pela *Empreza* propositadamente se aproximava da estrutura delineada por Dubois e Bernard, tentando igualar a estrutura das refeições da média e alta burguesia e nobreza.

Tabelas 2A a 2D – comparação de menus de refeições servidas em Lisboa entre 1896 e 1898:

| <b>Cosinha Economica dos Prazeres</b><br>22 de Janeiro de 1897 <sup>1</sup>                         | <b>Asilo de N.S. da Conceição</b><br>8 de dezembro de 1898<br>Jantar da padroeira <sup>2</sup> | <b>Albergue dos Inválidos do Trabalho</b><br>3 de julho de 1898<br>Jantar do 73º aniversário <sup>3</sup>  |
|---|--|--|
| Sopa de massa com grão<br>Bacalhau com batatas<br>Pão<br>Vinho<br>Laranjas, Maças,<br>Nozes e Figos | Sopa de massa<br>Cosido<br>Carne assada com batatas<br>Laranjas, queijo e leite creme          | Sopa de perolas de Nizan<br>Rissoles de carne<br>Filets de peixe<br>com molho de crème<br>Lombo de vaca à jardineira<br>Vitella assada com batatas<br>Esparregado<br>Pratos de fruta e nata<br>Cerejas, bananas e laranjas |

**Tabela 2A.** Comparação de menus de refeições servidas em Lisboa entre 1896 e 1898 – jantares servidos por instituições assistenciais.

<sup>1</sup> *Diario Illustrado* 21.01.1897; <sup>2</sup> *Diario Illustrado* 07.12.1898; <sup>3</sup> *Diario Illustrado* 02.07.1898.

| <b>Grande Hotel Continental</b><br>2 de agosto de 1896<br>Serviço de Restaurant<br>(600 réis) <sup>4</sup> [ menu diário]   | <b>Avenida Palace</b><br>15 de julho de 1898<br>Jantar do 14 de julho pela Câmara francesa do Comércio <sup>5</sup><br>[ocasião especial]  | <b>Hotel Bragança</b><br>16 de novembro de 1898<br>Jantar da Comissão do Congresso Internacional da Imprensa <sup>6</sup><br>[ocasião especial]   |
|---|--|---|
| Potage de cervettes<br>Bouillon de pouleaux riz<br>Petits patés à la parisienne<br>Poisson<br>Filets de boeuf à la jardinière<br>Cotelles de veau aux champignons<br>Dinde roti aux Cresson<br>Haricot vert à la anglaise<br>Glace à la baunille<br>Petits chaux à la crème | Consommé glacé à la française<br>Tournedos Mascotte<br>Mousse de fois gras à la gelée<br>Suprême de sole à la Parisienne<br>Dindinneau rôti<br>Salade<br>Parfait glacé<br>Pâtisserie<br>Desert | Consommé au tapioca<br>Fritures à l'italienne<br>Caulolard sauce crabs<br>Filet de boeuf manguy<br>Escalopes de veau aux hanicots<br>Epinards aux croutons<br>Dindonneau au cresson<br>Salade<br>Puding mousseline<br>Madeleine<br>Fruits<br>Vins<br>Café |

**Tabela 2B.** Comparação de menus de refeições servidas em Lisboa entre 1896 e 1898 – jantares servidos por restaurantes (menu diário e menus de ocasião especial).

<sup>4</sup> *Diario Illustrado* 02.08.1896; <sup>5</sup> *Diario Illustrado* 14.07.1898; <sup>6</sup> *Diario Illustrado* 15.11.1898.

| <b>Restaurante Tavares</b><br>2 de junho de 1896<br>Jantar de despedida do Gov. de Luanda <sup>7</sup> [no restaurante]  | <b>Casa sucessora de Rosa Araújo</b><br>1 de outubro de 1898<br>Banquete Congresso Internacional da Imprensa Teatro de S. Carlos <sup>8</sup> [serviço ao domicílio]  |
|--|---|
| <p>Crème de Volailles</p> <p>Consommé Vermicelle</p> <p>Soufflés au parmesan</p> <p>Pageau grillé maître d'hotel</p> <p>Noix de veau milanaise</p> <p>Poulet sauté joyeuse</p> <p>Filet roti</p> <p>Asperges sauce mousseline</p> <p>Bombes Vanille</p> <p>Pièces montés</p> <p>Pâtisserie</p> | <p><i>Potage</i></p> <p>Printanier à la Sévigne</p> <p><i>Hors d'oeuvre</i></p> <p>Croustades feuilletées à la Savaria</p> <p><i>Relevés</i></p> <p>Filets de Turbot à la Joinville</p> <p>Coeur de filet aux nuelles à la milanaise</p> <p><i>Entrées</i></p> <p>Salmi de perdreaux à la parisienne</p> <p>Ronde veau farcie à la royale</p> <p>Galantine chapons garnie de jambon de York à la gelée</p> <p>Punch à la Romain</p> <p><i>Roti</i></p> <p>Dindenneaux truffés au cresson</p> <p>Salade</p> <p><i>Entremets</i></p> <p>Asperges sauce à la crème</p> <p>Gateaux mousseline à la reine</p> <p>Charlotte à la russe</p> <p>Glace aux fruits</p> <p><i>Dessert</i></p> <p>Vins nationaux, café e liqueurs</p> |

**Tabela 2C.** Comparação de menus de refeições servidas em Lisboa entre 1896 e 1898 – jantares servidos em ocasiões de celebração (em restaurante e em modalidade serviço ao domicílio).

<sup>7</sup> *Diario Illustrado* 01.06.1896; <sup>8</sup> *Diario Illustrado* 30.09.1898.

| <p><b>Casa Ferrari</b><br/>22 de julho 1898<br/>Jantar de batizado em casa <sup>9</sup><br/>[serviço ao domicílio]</p>   | <p><b>Jantar dos Duques de Palmela</b> a Condes e Marqueses<br/>16 de novembro de 1898 <sup>10</sup><br/>[sem informação do tipo de serviço]</p>   |
|--|--|
| <p>Consommé à la Royale</p> <p><i>Hors d'oeuvre</i><br/>Rissoles de Volaille à la Parisienne</p> <p><i>Relevé</i><br/>Escaloppes de Turbot à la Marechal<br/>Aloyau de boeuf à lá financière</p> <p><i>Entrées</i><br/>Blancs de Poulardes à l'écarlate<br/>Galantine de Pintade à L'Imperiale</p> <p>Punch à la Romaine</p> <p><i>Rôti</i><br/>Dindonneaux piqués sauce Perigueaux.<br/>Sallade à la Moscovite</p> <p><i>Legume</i><br/>Asperges en branches sauce mousseline</p> <p><i>Entremets</i><br/>Pudding à la Diplomate<br/>Pain de abricots aus marasquin.<br/>Glaces varies</p> <p><i>Grosses pieces</i><br/>Nougat aux Pistaches<br/>Biscuit de Turin decoré</p> <p><i>Dessert</i><br/>Vins nationaux et étrangers<br/>Café et liqueurs</p> | <p><i>Potage</i><br/>Consommé aux quenelles de Volaille et oeufs pochés</p> <p><i>Hors-d'oeuvre</i><br/>Croustades de riz à la Princesse</p> <p><i>Relevé</i><br/>Coeur de filet de boeuf à la Jardinière<br/>Pom de terra frites en Copeaux</p> <p><i>Entreés</i><br/>Ailes de poulets à la Bohémienne<br/>Ballotines de perdreaux à la gelée</p> <p><i>Légume</i><br/>Epinards aux croutons feuilletés</p> <p><i>Rot</i><br/>Grive à léau-de-vie<br/>Salade de Laitues</p> <p><i>Entremet</i><br/>Biscuit glacés</p> |

**Tabela 2D.** Comparação de menus de refeições servidas em Lisboa entre 1896 e 1898 – jantares servidos em ocasiões de celebração familiar.

<sup>9</sup> *Diario Illustrado* 21.07.1898; <sup>10</sup> *Diario Illustrado* 16.11.1898.

As tabelas 2A a 2D permitem perceber que, confrontando o esquema de refeição com outros menus conhecidos para Lisboa no mesmo período, os jantares da *Empreza* aproximam-se das refeições do restaurante do *Grande Hotel Continental* (Tabela 2B) (*DIARIO ILLUSTRADO* 02.08.1896), consumidas dentro do estabelecimento. Note-se, contudo, o requinte na refeição servida por este restaurante, composta de 10 pratos, e cujo preço se situa quase no dobro do valor de um jantar individual na *Empreza* levantado na sede (300 réis). A apresentação do menu em Francês, no *Grande Hotel Continental*, a par do preço e quantidade de pratos, é também sintomática do maior estatuto social que este deteria na sociedade da capital.

Dos dez menus confrontados, aquele que mais se aproxima da tipologia de menus da *Empreza* é o do jantar oferecido pelo Albergue dos Inválidos do Trabalho pela ocasião do seu 73º aniversário (Tabela 2A) (*DIARIO ILLUSTRADO* 02.07.1898). Trata-se de uma refeição festiva, extraordinária, composta por “potage”, “hors d’oeuvre”, duas “entrées”, “rôti”, “entremets” e a “dessert” de doces e frutas, esquema que apenas difere dos menus da *Empreza* por apresentar mais um prato de “entrées” e uma copiosa “dessert”. Sendo uma instituição dedicada à caridade e apoio aos mais desfavorecidos, é possível perceber que este tipo de refeição não seria representativa do seu quotidiano alimentar que estaria mais próximo dos jantares das *Cosinhas Económicas* (Tabela 2A).

O levantamento das denominações dos pratos referidos nos menus resultou na identificação, ao nível da nomenclatura, de 373 nomes distintos num total de 1662 pratos, repetidos em maior ou menor grau ao longo dos 364 dias (Anexo 1). A estes nomes de pratos distintos se atribui a categorização de “receitas”, uma vez que corresponderiam a formas diferenciadas de preparação dos alimentos e passíveis de ser cruzadas com os nomes de receitas presentes em livros de cozinha, ensaio que se fará adiante.

## 5.2. A “potage”

O primeiro nível da listagem é o que menos problemas levanta, uma vez que as sopas, *potages* e *consommés* incluídos nos menus são facilmente identificados como “potage”, o primeiro prato a ser servido.

Registam-se 49 receitas diferentes neste nível, distribuídas ao longo de 313 dias, sendo as cinco receitas mais repetidas a “Sopa de puré de legumes” (28 dias), a “Sopa de pontete” (20 dias), o “Consommé de volailles au riz” (17 dias), a “Potage au riz” (15 dias) e a “Sopa à Portuguesa” (15 dias).

Das 49 receitas identificadas, 17 remetem para sopas feitas com a adição de massas alimentícias como cevadinha, estrelinha, lasanha, aletria, cuscus,

sagú, letras, macarronete, massa, talharim, massa de Natal, argolinha, pérola de Nizau e pontinha, cujo consumo se regista em variados contextos sociais<sup>6</sup>. Eram as chamadas “Massas para sopas” vendidas, por exemplo, na Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado nas suas variantes de “Cevadinha”, “Pérolas de Nizam” ou “Sagu” (*DIÁRIO ILLUSTRADO* 05.03.1896).

### 5.3. Os “hors d’oeuvre”

O segundo nível apresenta uma maior complexidade. Na sua maior parte, os pratos indicados correspondem a “hors d’oeuvre” que, nas palavras de Dubois, são “servidos imediatamente após a *potage*, devem ser sempre preparados secos, isto é sem nenhum tipo de acompanhamento de molho ou guarnição” (DUBOIS e BERNARD 1856: 97).

Feitos à base de carne, peixe/marisco, queijo e legumes, apresentam-se em forma de croquetes, “petits-patés”, “rissoles”, frituras/fritos, “vol-au-vent”, pastéis e empadas<sup>7</sup>, sendo referidos também pratos de peixe, embora segundo o receituário *Le Cuisine Classique*, estes possam ser considerados como “entrées”, como os preparados de filetes de peixe<sup>8</sup> e peixe em “matelote”<sup>9</sup>.

Figuram, pontualmente, legumes preparados sob outras formas, nomeadamente alcachofras, pepinos e pimentos recheados e regista-se uma receita de ovos servida em um único dia<sup>10</sup>.

Nenhuma das 311 denominações assinaladas neste nível foi considerada como “relevé”, uma vez que os pratos servidos dentro desta categoria detinham uma intenção ostentativa (DUBOIS e BERNARD 1856: 129) que se perdia num serviço de refeições prontas e de entregas ao domicílio.

Contabilizam-se 69 receitas distintas neste nível, sendo as cinco mais repetidas os “Croquettes de carne” (26 dias), os “Croquetes au parmesan” (23 dias), os “Rissoles de carne” (23 dias), os “Pastéis de carne” (18 dias) e a “Fritura à la Royale” (15 dias).

Nove receitas são feitas à base de marisco, nomeadamente ostras, camarão

<sup>6</sup> Por exemplo, na “Cosinha Económica” dos Prazeres, o menu do dia 25 de abril de 1896 incluía “sopa de massa com grão” (*Diário Illustrado* 25.04.1896). Alguns menus da Casa Real, do final do século, evidenciam igualmente o uso destas tipologias de massas alimentícias em sopas (PEREIRA 2007: 121).

<sup>7</sup> Preparados referidos na obra de Dubois, no capítulo referente aos “hors d’oeuvre” (DUBOIS e BERNARD 1856: 97-128).

<sup>8</sup> “Filetes de peixe à Italiana” (1 de maio de 1898) que poderão encontrar correspondência, a nível da nomenclatura, na receita de “Tronçon de merlan à l’Italienne” (DUBOIS e BERNARD 1856: 328).

<sup>9</sup> O “matelote” corresponde a um preparado de pescado cozinhado em marinada de vinho. Dubois apresenta um “Matelote de Pêcheur” no capítulo dedicado às “Entrées chaudes et Garnitures” (DUBOIS e BERNARD 1856: 329).

<sup>10</sup> Ovos recheados e fritos, a 3 de maio de 1898.

e lagosta, servidas em 25 dias, um número pouco expressivo mas que não será de desconsiderar, evidenciando a tentativa de a *Empreza*, na medida da disponibilidade dos produtos e disponibilidade orçamental, incluir produtos mais requintados de forma a garantir às refeições um determinado estatuto social.

#### 5.4. As “entrées”

No terceiro nível identificam-se preparados culinários mais complexos e identificáveis com a categoria das “entrées”.

Os pratos registados neste nível apresentam uma variedade de 126 receitas ao longo de 312 dias, aquele com maior diversidade de preparados servidos. Os pratos de peixe (12 receitas) são apenas servidos em 30 dias, contrapondo-se aos 244 dias de carne em 104 receitas diferentes. Um fenómeno que, tal como registado em outros espaços europeus, demonstra a crescente presença do peixe à mesa juntamente com a carne, não se limitando aos dias de jejum/abstinência preconizados pela Igreja Católica e tomando um lugar particular na ordem de refeição, servido maioritariamente no lugar das “entrées” (FLANDRIN 2007: 91-92).

Dos tipos de carne servidos observa-se o predomínio da carne bovina, servida ao longo de 85 dias em 31 receitas distintas, seguida do coelho (21 dias sob quatro receitas diferentes) e do frango (19 dias e oito receitas). A preferência por carnes de vaca, caça e aves na escolha das receitas a integrar os menus confirma a tendência dos estratos privilegiados portugueses para o consumo destas carnes, registando-se uma correspondência com as inclinações culinárias preconizadas nos receituários a partir do século XVIII (BRAGA 2004: 52-53) e com os consumos das classes mais abastadas: por exemplo, as despesas da casa do Marquês de Viana, entre 1848 e 1851, registam gastos superiores a 30% do total despendido em alimentos com a compra de carne de vaca, seguindo-se as aves, que totalizam 14% do total de despesas (BRAGA; BRAGA 2006: 113).

Destaca-se a repetição dos preparados de “Cabeça de vitela à Tártara” (servida em 17 dias), “Ragout de Carne” e “Prato Provinciano” (ambos servidos em 15 dias), “Coelho à Caçadora” (13 dias) e “Filetes à Milaneza” (11 dias) e um grupo de preparados culinários cujos ingredientes-base remetem para as denominadas miudezas, num total de 35 receitas distintas distribuídas da seguinte forma: 20 receitas de línguas (de carneiro e vaca), dez receitas de mãos (quatro de vitela), quatro receitas de cabeça de vitela e uma receita de fígado.

## 5.5. Entre “entremets” e “rôti”. O lugar dos legumes cozinhados

Um dos elementos onde se observa uma maior mutação da “regra-base” da disposição de pratos é na ordem e composição dos “entremets” e do “rôti”. Dubois evidencia a duplicidade de opções na ordem de serviço destas categorias, explicitando que “todas as produções vegetais frescas [...] servem para entremeios [entremets]”, e que, “ordinariamente, os legumes são servidos depois do assado [rôtis]”, podendo também seguir-se às “entrées”. Frisa, contudo, que “os assados devem sempre ser seguidos de salada, é esta que deverá fechar a série culinária propriamente dita” (DUBOIS e BERNARD 1856 (II): 439). Em Portugal, os ecos desta dualidade são já percebidos na obra de João da Matta que, em 1876, diz que “É de uso n’um bom jantar servir uma entrada fria antes do assado (...) Depois do assado, os legumes” (MATTA 1876: 257).

Na generalidade dos menus da *Empreza* os legumes aparecem no 4º nível e os assados no 5º nível, coincidindo com os ditames protocolares enunciados.

### 5.5.1. O “entremets”

No que concerne ao 4º nível, identificam-se ao longo de 312 dias 81 receitas das quais 53 se referem a vários preparados de legumes, sendo os cinco mais comuns os “Brócolos au sauté” (31 dias), o “Esparregado com ovos” (21 dias), o “Esparregado” (18 dias), os “Brócolos à Francesa” (17 dias) e o “Feijão verde à Francesa” (10 dias). Estes não são, no entanto, representantes da variedade de legumes servidos nos menus ao longo do ano, onde se incluem igualmente couve-flor, ervilhas, feijão branco, grelos, espargos, batatas e favas.

Registam-se igualmente oito receitas de arroz ao longo de 37 dias, nove receitas de carne (18 dias) e uma de massa (seis dias).

O arroz, aqui servido como um substituto dos legumes, assume definitivamente o lugar de guarnição que vinha conquistando desde o século XVIII, período em que, a par do surgimento dos primeiros registos de receitas de arroz de peru e de camarão em Portugal<sup>11</sup> (BRAGA 2004: 74), aparece já como natural acompanhamento de carnes assadas vendidas por pasteleiros a partir do século XVIII (GOMES 2015: 92). Considera-se, pois, que a opção pela inclusão de arroz nos “entremets” é feita no mesmo sentido que os legumes cozinhados, refletindo o investimento da empresa na oferta constante de uma grande variedade de pratos e combinações.

As seis ocorrências de “Macarroni à Italiana” entendem-se na mesma me-

---

<sup>11</sup> Vejam-se, respetivamente, receitas setecentista em FREIRE 2020: 302 e 506.

didada que os pratos de arroz, apresentando-se como substitutos dos legumes no acompanhamento dos assados.

Uma justificação distinta se avança para a presença de nove receitas de carnes (18 dias). Uma análise atenta dos menus evidencia que estas ocorrências se devem exclusivamente à troca de ordem entre os assados e os legumes nos menus, sem que seja observada nenhuma explicação para essa inversão.

### 5.5.2. O “rôti”

Compõem este nível 64 receitas distintas, servidas ao longo de 311 dias, sendo as cinco mais repetidas a “Carne de vaca assada” (48 dias), “Assado de vaca” (28 dias), “Roast-beef” (27 dias), “Carne de porco assada” (17 dias), “Peru assado” (16 dias) e “Vitela assada” (10 dias). No entanto, há a considerar que se registam mais duas variantes da receita de rosbife, a saber, “Roast-beef assado” (sete dias) e “Roast-beef, agriões” (cinco dias). Tendo em conta que a forma de preparação desta carne seria sempre a mesma, como parecem denunciar os livros de cozinha coevos, este prato seria, então, o segundo mais oferecido, num total de 39 dias.

A carne de vaca/vitela, nas suas 12 variantes<sup>12</sup>, é servida num total de 137 dias, seguindo-se o frango (seis receitas, 36 dias), o peru (cinco receitas, 22 dias) e o porco (três receitas, 20 dias). Um claro domínio da carne bovina sobre todas as outras e que reflete a predileção, no espaço europeu, por esta fonte de proteína a partir da segunda metade do século XIX e cujo consumo foi apresentando tendências de aumento na França (TEUTBERG; FLANDRIN 2013: 448) e em Barcelona (GUÀRDIA; OYÓN; GARRIGA; FAVA 2017: 198), ainda que permanecesse uma carne mais cara e, portanto, associada a mesas fartas (DROUARD 2007: 285).

### 5.6. A “dessert”

Apenas se registam 51 dias em que é incluído um 6º nível nos menus dedicado à sobremesa. Correspondem, na esmagadora maioria, a Domingos, exceto três dias de semana que remetem para refeições de dias festivos.

Tratam-se de pratos exclusivamente doces e associados a dias especiais, com uma curiosa ligação ao calendário litúrgico católico. Mais de metade dos registos (27 dias) apenas indicam “Doce”, não sendo possível perceber que tipos de pratos seriam servidos. Nos restantes 24 dias identificam-se 11

---

<sup>12</sup> Incluem-se aqui as três receitas de rosbife, uma vez que esta receita específica é feita a partir de um corte específico da carne bovina.

receitas, sendo as mais repetidas os “Pastéis – creme” (seis dias), “Croquettes au riz” (cinco dias) e o “Arroz doce” (quatro dias).

## **6. Identidade, nacionalismos e regionalismo: os pratos da *Empresa Culinária* e as tendências culinárias oitocentistas**

### **6.1. Correspondências entre pratos servidos e a literatura culinária**

Dos 374 pratos identificados nos menus, 156 apresentam correspondência, ao nível da nomenclatura, com a literatura culinária nacional do século XIX, representando cerca de 42% do universo total, sendo comum o registo de uma mesma receita em vários livros.

Foram considerados para este estudo comparativo quatro livros de receitas publicados de meados do século XIX até à viragem do século: *Arte do Cosinheiro e do Copeiro*, editada pelo visconde de Vilarinho de São Romão com a primeira edição datada de 1841<sup>13</sup>; *O Cosinheiro dos Cosinheiros*, obra de referência compilada por Paul Plantier e publicada pela primeira vez em 1870<sup>14</sup>; a *Arte de Cosinha*, do chef João da Matta de 1876<sup>15</sup>; e a obra anónima *Novíssima Arte de Cozinha*, de 1880<sup>16</sup>.

Ainda que 58% das receitas não apareçam diretamente relacionadas com a literatura culinária referida, este valor não representa um baixo índice de correspondência entre pratos e livros. Na verdade, um considerável número das 218 receitas sem correspondência diz respeito a preparados culinários genéricos que são adaptados a uma grande variedade de ingredientes-base: o exemplo dos “Croquettes” é elucidativo deste fenómeno, uma vez que se registam receitas à base de batata e carne na literatura culinária mas não de peixe, pescada ou picado, variantes servidas pela *Empresa*. Outros preparados, pela sua versatilidade e/ou simplicidade, também não figuram em livros de receitas: “Assado de costeletas”, “Brócolos temperados”, “Carne com feijão verde”, “Costeletas de porco”, “Croquettes de peixe”, “Frangos”, “Língua com ervilhas”, “Pato assado”, “Perna de porco assada”, “Salada de feijão”, “Sopa de letras” ou “Vaca assada” são apenas alguns dos exemplos.

O mesmo ocorre com as receitas cuja denominação remete para o nome do molho utilizado ou na forma específica de preparação: “Carne de vaca a

<sup>13</sup> Referenciada daqui em diante como *Arte do Cosinheiro*. A edição consultada foi a 2ª, de 1845.

<sup>14</sup> Referenciada daqui em diante como *Cosinheiro dos Cosinheiros*. A edição consultada foi a de 1905.

<sup>15</sup> Referenciada daqui em diante como *Arte de Cosinha*.

<sup>16</sup> Referenciada daqui em diante como *Novíssima Arte*.

Miraton”, “Escalopes de vitela a jardineira”, “Frangãos a S. Menehould”, “Fritura a la Royale” ou “Mãos de vitela sauce Robert” são pratos que não figuram em nenhum dos livros considerados, existindo, no entanto, receitas de molhos com as denominações apresentadas<sup>17</sup>. Em outros casos, alguns pratos apresentam-se como variantes de receitas publicadas: o “Feijão à Francesa”, servido duas vezes, está ausente dos livros de receitas mas teria o mesmo método de preparação que as “Ervilhas a francesa”, receita publicada em dois dos livros considerados.

No que diz respeito aos pratos com correspondências nos livros de receitas, observa-se que é no *Cosinheiro dos Cosinheiros* que se regista um maior número de casos (96). Segue-se a *Arte de Cosinha*, com 56, a *Novíssima Arte* com 44 e, por fim, a *Arte do Cosinheiro* com 24.

O maior número de correspondências registado no *Cosinheiro dos Cosinheiros* é sintomático da larga circulação que este livro teve, contando com, pelo menos, seis edições desde 1870 (RÊGO 1998: 16-17)<sup>18</sup> e com o contributo de algumas receitas de ilustres cidadãos como António Teixeira de Vasconcelos, Bulhão Pato, Fialho d’Almeida, Ramalho Ortigão e Rafael Bordalo Pinheiro, compiladas por Paul Plantier, editor da obra, que lhe terão garantido maior fama e renome.

A *Arte de Cozinha*, do chef João da Matta, precursor da sistematização teórica e defesa do “serviço à russa” em Portugal (BRAGA 2006b: 42), contabiliza um considerável número de correspondências que, manifestamente, reflete a fama do seu editor, reconhecido cozinheiro e proprietário de restaurantes e hotéis em Lisboa entre as décadas de 1840 e 1870 (*DIÁRIO ILLUSTRADO* 23.10.1874). A fama deste cozinheiro manter-se-ia 20 anos depois da primeira edição do seu livro que contou com quatro edições até 1900<sup>19</sup> e, portanto, culinariamente relevante para o período em estudo (RÊGO 1998: 83).

As 24 correspondências com a *Arte do Cosinheiro* e do *Copeiro* revelam, por outro lado, a pouca influência deste livro no final do século XIX o que se justifica pela própria natureza e cronologia da publicação: parte das receitas desta obra eram oriundas do livro de Mme. Adanson (1822) traduzido para Português em 1841 (BRAGA 2006b: 33-34) estando, assim, cronológica e culinariamente afastadas do final do século XIX, onde dominava já a influência dos grandes *chefs* franceses. De salientar, no entanto, que se registam nove pratos cuja única correspondência é com receitas deste livro, destacando-se os “Brócolos”, legume que é servido em 60 dias distintos, sob cinco receitas diferentes.

<sup>17</sup> Os mais comuns que aparecem associados a pratos nos menus da *Empresa* são o molho Robert, o de tomate (“sauce tomate”) e o de pimenta (“sauce poivrade”).

<sup>18</sup> Às cinco edições referidas no catálogo de Manuela Rêgo acresce a versão consultada de 1905, referindo-se esta ao “2º milhar” de exemplares publicados, não referenciado naquele catálogo.

<sup>19</sup> 1ª edição em 1876, a 2ª edição em 1882, a 3ª edição em 1888 (revista e acrescentada de 100 pratos) e a 4ª edição em 1900.

## 6.2. Nacionalismos e estrangeirismos culinários

Previsivelmente, os pratos servidos pela *Empreza* apresentam um considerável pendor internacional, registando-se 31 pratos “à moda de” determinado país ou localidade estrangeira, servidos num total de 167 dias: “à Francesa” (sete pratos, 42 dias), “à Italiana” (seis receitas, 26 dias), “à Milanese” (quatro receitas, 20 dias), “à Portuguesa” (quatro receitas, 24 dias), “à Inglesa” (duas receitas, 17 dias), “à moda de Valência/à valenciana” (duas receitas, 14 dias), “a la Parisienne” (duas receitas, 13 dias), “à Lusitana” (dois pratos, dois dias), “à Espanhola” (uma receita, dois dias), “à Bordalesa” (uma receita, dois dias), “à Indiana” (uma receita, quatro dias) e “au Brazil” (uma receita em um dia).

Algumas especificidades desta distribuição merecem especial destaque. Dos sete pratos “à Francesa”, cinco remetem para preparados de legumes, nomeadamente brócolos, feijão, feijão verde, ervilhas e legumes e apenas dois destes apresentam correspondência com receitas do *Cosinheiro dos Cosinheiros*. Relacionados com o espaço francês há também a referir pratos como “Batatas novas maître d’hotel”, “Boeuf a la mode”, “Língua em Miraton”, “Fragãos a S. Menehould” ou “Sopa a la Crecy” e que se encontram em perfeita consonância com a franca expansão da culinária francesa desde o século XVIII. A *Empreza* cumpria, desta forma, a promessa do anúncio de 1896 de oferecer “cozinha franceza e Portugueza” (*ANNUARIO* 1896: 438).

Também os dois pratos “à Inglesa” se restringem aos legumes, ambos com correspondências nos livros de cozinha considerados. Articulados a esta geografia há a referenciar o “Pudding” (servido um dia), o “Pudding de ananaz” (servido dois dias) e o “Roast-beef” (servido em 40 dias), grafados na maior parte das ocasiões no idioma original.

Nos pratos “à Italiana” é de sublinhar a associação a um produto originário do país, o macarrão, aqui denominado por “macarroni”. Provavelmente referindo-se à cidade de Milão, os quatro pratos denominados “à Milanese” reportam apenas para preparados de carne, registando-se a correspondência do prato “Costoletas de vitela à Milanaise” com uma receita do livro *Arte de Cosinha* (MATTA 1876: 26).

As duas receitas “à moda de Valência/à valenciana” dizem respeito a um preparado de arroz, cuja versão na denominação “Arroz à moda de Valença” encontra uma receita correspondente no *Cosinheiro dos Cosinheiros* (*COSINHEIRO DOS COSINHEIRO* 1905: 685).

Não é possível averiguar se estas receitas correspondiam efetivamente a produtos, técnicas, sabores e texturas originárias desses espaços geográficos. Uma problemática que, no espaço português, se coloca desde o século XVI e

que tem induzido a separar entre receitas “à moda de” (isto é, de inspiração ou adaptação) e receitas efetivamente originárias de outras realidades geoculturais (BRAGA 2006b). É, contudo, seguro afirmar que a seleção de receitas de outras nacionalidades imprimia um teor internacional à culinária servida pela *Empreza* que, em última instância, cativavam o consumidor com uma aura de requinte e cosmopolitismo.

Os pratos “à Portuguesa” e “à Lusitana” merecem especial atenção, uma vez que remetem para a identidade alimentar nacional. Os quatro pratos de epíteto nacional, a saber, “Cozido à portuguesa”, “Favas à Portuguesa”, “Paio com favas à Portuguesa” e “Sopa Portuguesa”, não encontram correspondência nos livros de cozinha em análise. Não serão, contudo, receitas originais ou sequer novidades no panorama culinário português: as “Favas à Portuguesa” e a “Sopa à Portuguesa”<sup>20</sup> aparecem já referidas no livro de cozinha *Cozinheiro Moderno*, de Lucas Rigaud, publicado em 1780. Obra que será reeditada quase integralmente e sem referência ao autor original, pelo menos, em duas publicações distintas durante o século XIX e XX: *O Cozinheiro Completo*, anónimo publicado em 1849 e *O Cosinheiro Popular dos Pobres e Ricos*, de Michaela Brites de Sá Carneiro, publicado em 1901, ficando evidente a longa circulação editorial deste receituário do século XVIII e que poderá ajudar a explicar a presença destes preparados no portfólio culinário da *Empreza Culinária*.

A ausência de receitas “lusitanas” correspondentes nos quatro livros considerados poder-se-ia ainda justificar pelo contexto de produção nacional destes volumes: os autores nacionais estariam tendencialmente interessados em divulgar receitas de cunho próprio e de cozinha internacional, mais “moderna”, sem preocupação em destacar a cozinha nacional. Uma intenção que, efetivamente, é por diversas vezes referida nos prólogos de algumas das publicações deste período mas que, na viragem do século, colidirá com o movimento oposto da emergência do nacionalismo culinário e da rejeição das rebuscadas práticas culinárias francesas (SOARES 2018: 163), fenómeno que se adensará a par da expansão dos nacionalismos políticos ao longo da primeira metade do século XX (SOBRAL 2007).

No entanto, esta justificação torna-se inválida, uma vez que se registam nestas obras outras receitas “portuguesas”. Entende-se que a escolha destas receitas pela *Empreza*, sem correspondentes escritos nos livros de culinária, se poderá justificar pela sua eventual circulação dentro da comunidade, assente na transmissão oral e na prática continuada, que dispensava o seu registo escrito.

---

<sup>20</sup> A receita de “Sopa à Portuguesa” refere-se a um cozido de carnes, legumes e leguminosas que estaria mais próximo do que hoje conhecemos como o cozido à Portuguesa. Para um estudo sobre receitas “à Portuguesa” na obra de Lucas Rigaud ver GOMES 2016.

Seriam, pois, receitas comuns e apreciadas que a *Empreza* não se coíbe de usar.

Por fim, os dois pratos “à Lusitana”, peixe e filetes de peixe, encontram uma inesperada correspondência na *Arte de Cozinha* de João da Matta, “Pescada à Lusitana” (MATTA 1876: 124). Não é possível apurar o nível de originalidade das receitas de João da Matta, assumidamente um criador de pratos novos, como bem faz notar no seu livro<sup>21</sup>, mas a ausência a qualquer referência a receitas “à Lusitana” nas restantes obras analisadas leva a crer que os cozinheiros da *Empreza*, efetivamente, ter-se-ão apropriado de uma criação do cozinheiro lisboeta.

Apesar de não indicarem especificamente nenhum país ou cidade estrangeira, identifica-se um alargado número de pratos cuja nomenclatura inclui expressões ou palavras em outros idiomas. Remetem, na sua maior parte, para nomes de molhos como “molho Robert”, “sauce Robert”, “sauce poivrade”, “sauce-blanch”, “sauce hollandaise”, “sauce picante” e “sauce tomate”, e todos figuram nos quatro livros de receitas analisados. O uso destas terminologias pela *Empreza* nos menus evidenciam um manifesto domínio da cultura culinária francesa em Portugal, nomeadamente as propostas culinárias divulgadas por Dubois, onde os molhos ocupam um capítulo específico, uma inclinação que já é possível observar nos grandes cozinheiros do século anterior, nomeadamente Vincent de la Chapelle no *Le Cuisinier Moderne* (LA CHAPELLE 1735) e, em Portugal, no *O Cozinheiro Moderno* de Lucas Rigaud.

Outra categoria de termos estrangeiros utilizados remete para processos culinários como “au gratin”, “au saute”, “em ragout”, “consommé” e “potage”, expressões que denunciam o galicismo latente da sociedade portuguesa e o alargamento e utilização do discurso gastronómico de modelo francês nas práticas de sociabilidade (BRAGA 2006a: 25). Uma tendência que é mais explícita na apresentação integral em francês dos menus dos grandes restaurantes e jantares da aristocracia e burguesia e que, pontualmente, vai obrigar alguns autores dos livros de cozinha a incluírem breves dicionários de termos no final dos volumes<sup>22</sup>.

Ainda que os menus da *Empreza* não apareçam integralmente grafados em francês, torna-se evidente que a construção da oferta culinária com recurso a receitas com um latente internacionalismo, quer na forma quer no conteúdo, responderia aos desejos de uma burguesia urbana em se aproximar e identificar com o modelo alimentar de requinte do novo movimento culinário europeu. Requite este que se materializava igualmente no uso do Francês, o idioma da “haute-cuisine” (GIARD 1998: 221-222; DROUARD 2007: 279), e que recorrentemente resultava em erros de grafia ou traduções literais despojadas

---

<sup>21</sup> A título de exemplo, veja-se “Bomba de Neve à Brasileira”, de invenção pessoal de João da Mata para a Família Imperial brasileira (MATTA 1876: 207).

<sup>22</sup> Veja-se, por exemplo, o *COSINHEIRO DOS COSINHEIROS* 1905: 760-65.

do sentido original, como se regista nos menus da *Empreza* mas também em contextos de maior sofisticação, como nos menus da Casa Real Portuguesa (LOUCHET 2013: 37-38).

### **6.3. Regionalismo e ruralidade nos menus da *Empreza Culinária***

Identifica-se ainda um curioso grupo de pratos sem correspondências com receitas nos receituários selecionados e que remetem para um imaginário regional e rural, elencando-se 11 receitas “à provinciana”: “Prato Provinciano” (15 dias), “Sopa à Provinciana” (11 dias), “Coelho à Provinciana” (dois dias), “Legumes à Provinciana” (dois dias), “Cabeça de vitela à Provinciana” (um dia), “Farinheiras à Provinciana” (um dia), “Pato Provinciano” (um dia), “Prato à Provinciana” (um dia), “Sopa de nabos à Provinciana” (um dia), “Sopa Provinciana” (um dia) e “Feijoada à moda da província” (um dia). Associados a este mesmo imaginário consideram-se ainda os dois pratos de caça: “Coelho à caçadora” (13 dias) e “Codornizes à caçadora” (um dia).

Não sendo possível apurar em que sentido estas receitas se distinguiam de pratos “urbanos”, poderá a inclusão destes reportar a um processo paralelo ao da expansão da culinária internacional, o movimento da valorização da culinária simples associada a um imaginário ruralista. Ainda que em Portugal não existam exemplos inequívocos do reconhecimento e valorização das cozinhas regionais até ao século XX, eram já ideais que faziam parte do quotidiano das elites e que alimentavam o discurso gastronómico. Assim denuncia, por exemplo, a obra de Eça de Queirós que, pontualmente, confronta as delícias da cozinha rústica e rural com a culinária cosmopolita urbana decalcada de modelos franceses e ingleses (SOBRAL 2007: 27-28; PEIXINHO 2016: 212-214).

A cozinha regional, por seu turno, apesar de ter uma representação crescente na literatura culinária do final do século XIX (BRAGA 2014: 134-137), ainda não teria convencido os responsáveis da *Empreza* que apenas incluem duas iguarias ditas regionais, o “Prato Portuense” (seis dias) e as “Farinheiras do Alentejo” (um dia), nenhum dos dois registado na literatura culinária consultada.

### **Considerações Finais**

Apesar de não ser a única empresa que disponibilizava serviços de jantares ao domicílio, a *Empreza* revela-se pioneira na forma como atua. Publica os menus semanais num jornal de grande tiragem e oferece uma multiplicidade de pacotes de refeições inspiradas nos modelos da alta cozinha burguesa e

aristocrata. Desta forma, permitia aos consumidores consumir em ambiente doméstico refeições de elevada complexidade sem a necessidade de as produzir ou ter de as fazer fora do lar, oferecendo uma comodidade que, na rede de serviços alimentares lisboetas, se apresentava como original.

Os menus oferecidos plasman, por isso, o esforço de resposta aos anseios culinários das burguesias urbanas, oferecendo jantares de cinco a seis pratos segundo os preceitos do “bom gosto” da época, de marcado cunho internacional e cosmopolita. A adoção de um esquema de refeição semelhante aos oferecidos em restaurantes requintados e repastos da alta sociedade divulgados na imprensa permite considerar que a *Empreza*, intencionalmente, alinhava a sua atividade comercial com modelos alimentares socialmente reconhecidos como sofisticados, permitindo aos consumidores, a nível privado e doméstico, emular comportamentos associados aos estratos superiores da sociedade.

A publicação semanal dos menus num jornal diário de grande tiragem e a possibilidade de serem feitas assinaturas de jantares unitários ou duplos induzem a considerar que os serviços da *Empreza Culinaria* se dirigiam a um grupo específico de clientes: letrados e com capacidade económica de despender 240 réis por uma refeição diária de vários pratos. Contudo, a especificidade do nicho de mercado deste tipo de serviço não permite, neste estudo, desenvolvimentos sobre a temática, lançando-se o mote para investigações posteriores que permitirão novos contributos para o conhecimento mais pormenorizado das práticas socio-alimentares urbanas da cidade de Lisboa bem como do papel fulcral da Culinária na definição e materialização das gramáticas e hierarquias sociais no final do século XIX.

**Anexo I.** Pratos identificados (por ordem alfabética) com contagem de total de repetições e localização nos menus (por níveis)

| <b>Nomes de pratos</b>  | <b>Nº de repetições</b> | <b>Nível no menu</b> |
|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| Alcachofras recheadas   | 1                       | 2                    |
| Arroz                   | 1                       | 5                    |
| Arroz à indiana         | 4                       | 4                    |
| Arroz à moda de Valença | 3                       | 4                    |
| Arroz à valenciana      | 11                      | 4/5                  |
| Arroz au brazil         | 1                       | 4                    |
| Arroz com puré          | 1                       | 4                    |
| Arroz de manteiga       | 6                       | 4                    |
| Arroz de pato           | 5                       | 4                    |

|                                  |    |       |
|----------------------------------|----|-------|
| Arroz de substância              | 8  | 4     |
| Arroz doce                       | 4  | 6     |
| Assado de costeletas             | 13 | 5/4   |
| Assado de jardineira             | 1  | 5     |
| Assado de porco                  | 2  | 5     |
| Assado de vaca                   | 28 | 5     |
| Assado de vaca - jardineira      | 1  | 5     |
| Assado guarnecido                | 1  | 5     |
| Batatas au gratin                | 1  | 4     |
| Batatas novas maitre d'hotel     | 1  | 4     |
| Bifes estufados                  | 11 | 5/4/3 |
| Bifes molho robert               | 20 | 5/4   |
| Biscoito com corinthos           | 1  | 6     |
| Biscoitos com cidrão             | 2  | 6     |
| Boeuf a la mode                  | 4  | 3     |
| Borrachos com ervilhas           | 2  | 3/5   |
| Borrachos guarnecidos            | 10 | 5     |
| Brócolos                         | 1  | 4     |
| Brócolos à francesa              | 17 | 4     |
| Brócolos au saute                | 31 | 4/5   |
| Brócolos em salada               | 7  | 4/5   |
| Brócolos temperados              | 4  | 4/5   |
| Cabeça de vitela à provinciana   | 1  | 3     |
| Cabeça de vitela à tartara       | 17 | 3     |
| Cabeça de vitela estufada        | 1  | 3     |
| Cabeça de vitela sauce poivrade  | 2  | 3     |
| Cabrito assado                   | 6  | 5/4   |
| Cabrito assado guarnecido        | 1  | 5     |
| Cabrito estofado a jardineira    | 1  | 3     |
| Cabrito estufado com macarronete | 1  | 3     |
| Carne à moda burguesa            | 1  | 3     |
| Carne assada                     | 5  | 5     |
| Carne com chu-chu                | 1  | 4     |
| Carne com feijão carrapato       | 3  | 3/4   |
| Carne com feijão verde           | 1  | 3     |
| Carne com jardineira             | 2  | 3/4   |
| Carne de porco assada            | 17 | 5     |

|                                 |    |     |
|---------------------------------|----|-----|
| Carne de vaca a la bourgeoise   | 1  | 3   |
| Carne de vaca à Miraton         | 8  | 3   |
| Carne de vaca assada            | 49 | 5/4 |
| Carne de vaca em ragout         | 4  | 3   |
| Carne em molho vilão            | 1  | 3   |
| Carne em ragout                 | 7  | 3   |
| Carne guisada                   | 3  | 3   |
| Carne guisada com chu-chu       | 1  | 3   |
| Carne guisada com ervilhas      | 3  | 3   |
| Carne guisada com feijão        | 1  | 3   |
| Codornises à cacadora           | 1  | 3   |
| Coelho à cacadora               | 13 | 3   |
| Coelho à provinciana            | 2  | 3   |
| Coelho estufado                 | 1  | 4   |
| Coelho estufado à Espanhola     | 2  | 3   |
| Coelho estufado com arroz       | 4  | 3   |
| Consommé de volailles au riz    | 17 | 1   |
| Cordeiro assado                 | 5  | 5   |
| Cordeiro assado guarnecido      | 1  | 5   |
| Costeletas com jardineira       | 1  | 3   |
| Costeletas de porco             | 1  | 4   |
| Costeletas panadas com puré     | 1  | 3   |
| Costeletas salteadas            | 3  | 3   |
| Costoletas à Milaneza           | 3  | 3   |
| Costoletas de porco fritas      | 1  | 4   |
| Costoletas de porco guarnecidas | 1  | 3   |
| Costoletas de porco salteadas   | 1  | 3   |
| Couve flor                      | 3  | 4/5 |
| Couve-flor - salada             | 2  | 4   |
| Couve-flor au gratin            | 6  | 4/5 |
| Couve-flor com manteiga         | 1  | 5   |
| Couve-flor com parmesão         | 4  | 4   |
| Couve-flor com queijo           | 1  | 4   |
| Couve-flor sauce-blanc          | 1  | 4   |
| Couve-flor temperada            | 9  | 4   |
| Cozido à portuguesa             | 4  | 3   |
| Crème au vanille - pastéis      | 1  | 6   |

|                                  |    |     |
|----------------------------------|----|-----|
| Croquetes à italiana             | 2  | 2   |
| Croquetes a la parisienne        | 8  | 2   |
| Croquetes au parmesan            | 23 | 2   |
| Croquetes au riz (doce)          | 5  | 6   |
| Croquetes de batata              | 10 | 2   |
| Croquetes de carne               | 26 | 2   |
| Croquetes de carne com parmezan  | 1  | 2   |
| Croquetes de peixe               | 1  | 2   |
| Croquetes de pescada             | 8  | 2   |
| Croquetes de picado              | 1  | 2   |
| Croquetes de volailles           | 6  | 2   |
| Doce                             | 27 | 6   |
| Empadas de carne                 | 8  | 2   |
| Ervilhas à Francesa              | 8  | 4   |
| Ervilhas à Inglesa               | 5  | 4   |
| Ervilhas a la poulette           | 4  | 4   |
| Ervilhas au poulet               | 1  | 3   |
| Ervilhas guisadas                | 3  | 4   |
| Ervilhas salteadas               | 2  | 4   |
| Escalopes de vitela              | 1  | 3   |
| Escalopes de vitela à Jardineira | 2  | 3   |
| Espargos sauce blanche           | 1  | 5   |
| Espargos sauce hollandaise       | 1  | 4   |
| Esparregado                      | 18 | 4/5 |
| Esparregado com ovos             | 21 | 4/5 |
| Esparregado de espinafres        | 1  | 4   |
| Esparregado guarnecido           | 1  | 4   |
| Espinafres com ovos              | 1  | 5   |
| Farinheiras à Provinciana        | 1  | 3   |
| Farinheiras do Alentejo          | 1  | 3   |
| Favas a la creme                 | 1  | 4   |
| Favas à Portuguesa               | 4  | 4   |
| Favas au creme                   | 1  | 4   |
| Favas saltteadas com manteiga    | 1  | 4   |
| Feijão à Francesa                | 2  | 5   |
| Feijão a la bourguignon          | 3  | 4   |
| Feijão a la poulette             | 1  | 4   |

|                                      |    |     |
|--------------------------------------|----|-----|
| Feijão branco em salada              | 2  | 4   |
| Feijão branco maître d'hotel         | 1  | 4   |
| Feijão verde                         | 1  | 4   |
| Feijão verde a capoulette            | 1  | 5   |
| Feijão verde à Francesa              | 10 | 4   |
| Feijão verde à Inglesa               | 12 | 4/5 |
| Feijão verde a la poulette           | 7  | 4   |
| Feijão verde au saute                | 1  | 4   |
| Feijão verde em massa de vinho       | 1  | 2   |
| Feijão verde em salada               | 4  | 4   |
| Feijão verde guisado                 | 9  | 4/5 |
| Feijão verde salteado                | 2  | 4/5 |
| Feijão vermelho estufado             | 2  | 4   |
| Feijoada à moda da província         | 1  | 3   |
| Figado em Beebsteck                  | 1  | 3   |
| Filetes à Milaneza                   | 11 | 3   |
| Filetes de peixe                     | 4  | 2   |
| Filetes de peixe à Italiana          | 7  | 2   |
| Filetes de peixe à Lusitana          | 1  | 2   |
| Filetes de peixe a Miraton           | 1  | 2   |
| Filetes de peixe au gratin           | 1  | 3   |
| Filetes de peixe com molho de ostras | 1  | 3   |
| Filetes de porco à Milaneza          | 2  | 3   |
| Filetes de vaca à Italiana           | 1  | 3   |
| Filetes de vitela à Milaneza         | 4  | 3   |
| Filetes de vitela passados           | 1  | 3   |
| Frangão assado                       | 13 | 5/4 |
| Frangão guisado                      | 1  | 3   |
| Frangãos a S.Menehould               | 6  | 4/3 |
| Frangãos assados                     | 6  | 5   |
| Frangãos assados guarnecidos         | 1  | 5   |
| Frangãos de fricassé                 | 10 | 3   |
| Frangaos de fricassé à Francesa      | 2  | 3   |
| Frangos                              | 1  | 3   |
| Frangos a la Marengo                 | 2  | 3/4 |
| Frangos a la S.Menehould             | 1  | 4   |
| Frangos assados                      | 11 | 5/4 |

|                                      |    |     |
|--------------------------------------|----|-----|
| Frangos com ervilhas                 | 2  | 5/4 |
| Frangos de fricassé                  | 2  | 3   |
| Franguinhos assados                  | 1  | 5   |
| Fricassé de frangos                  | 2  | 3   |
| Fritos de cabeça de vitela           | 1  | 2   |
| Fritos de carne                      | 4  | 2   |
| Fritos de couve-flor                 | 2  | 2   |
| Fritos de miolos                     | 6  | 2   |
| Fritura a la Royale                  | 15 | 2   |
| Fritura de carne                     | 3  | 2   |
| Fritura de couve-flor                | 1  | 2   |
| Fritura de miolos                    | 9  | 2   |
| Fritura de ostras                    | 1  | 2   |
| Fritura de ostras e camarão          | 1  | 2   |
| Fritura de peixe                     | 1  | 2   |
| Galinha de fricassé                  | 1  | 3   |
| Gelado de creme au vanille           | 1  | 5   |
| Grelos au sauté                      | 2  | 4   |
| Jantar de peixe                      | 52 | -   |
| Legumes à Francesa                   | 2  | 4   |
| Legumes à Provinciana                | 2  | 4   |
| Legumes estufados                    | 2  | 4   |
| Língua com ervilhas                  | 1  | 3   |
| Língua com molho de alcázaras        | 2  | 3   |
| Língua com molho de azedas           | 1  | 3   |
| Língua de carneiro com ervilhas      | 3  | 3   |
| Língua de carneiro de fricassé       | 1  | 3   |
| Língua de carneiro sauce tomate      | 2  | 3   |
| Língua de vaca a jardineira          | 2  | 3   |
| Língua de vaca com cebolinhas        | 3  | 3   |
| Língua de vaca com ervilhas          | 1  | 3   |
| Língua de vaca com molho de azedas   | 7  | 3   |
| Língua de vaca de fricasse           | 1  | 3   |
| Língua de vaca estufada e cebolinhas | 1  | 3   |
| Língua em Miranton                   | 1  | 3   |
| Língua estufada com alcaparra        | 3  | 3   |
| Língua estufada com cebolinhas       | 2  | 3   |

|                                   |    |   |
|-----------------------------------|----|---|
| Língua estufada com ervilhas      | 1  | 3 |
| Língua estufada molho de alcarras | 1  | 3 |
| Língua estufada molho de azedas   | 2  | 3 |
| Língua estufadas com cebolinha    | 1  | 3 |
| Língua sauce tomate               | 2  | 3 |
| Lombarda à Italiana               | 3  | 4 |
| Lombo de vaca assado              | 1  | 5 |
| Macaroni à Italiana               | 6  | 4 |
| Mãos de vitela à Minut            | 2  | 3 |
| Mãos de vitela com ervilhas       | 1  | 3 |
| Mãos de vitela sauce Robert       | 2  | 3 |
| Mãos de vitella sauce poivrade    | 1  | 3 |
| Mãozinhas com ervilhas            | 1  | 3 |
| Mãozinhas de fricassé             | 1  | 3 |
| Mãozinhas sauce picante           | 1  | 3 |
| Mãozinhas sauce poivrade          | 1  | 3 |
| Mãozinhas sauce Robert            | 4  | 3 |
| Mãozinhas sauce tomate            | 2  | 3 |
| Matelotte de peixe                | 4  | 2 |
| Nabos sauce blanche               | 1  | 5 |
| Ostras em massa de vinho          | 1  | 2 |
| Ostras recheadas                  | 1  | 2 |
| Ovos de caldeirada                | 8  | 3 |
| Ovos escalfados com cebolada      | 1  | 3 |
| Ovos escalfados com ervilhas      | 1  | 3 |
| Ovos recheados e fritos           | 1  | 2 |
| Paio com ervilhas                 | 1  | 3 |
| Paio com favas à Portuguesa       | 1  | 3 |
| Paio lombo com ervilhas           | 1  | 3 |
| Paio mouro com ervilhas           | 1  | 3 |
| Paio mouro com favas              | 3  | 3 |
| Pargo au gratin                   | 1  | 3 |
| Pargo no forno com ervilhas       | 1  | 3 |
| Pastéis - creme                   | 6  | 6 |
| Pastéis de caça                   | 3  | 2 |
| Pastéis de carne                  | 18 | 2 |
| Pastéis de frango                 | 9  | 2 |

|                                 |    |     |
|---------------------------------|----|-----|
| Pastéis de lagosta e camarão    | 1  | 2   |
| Pastéis de marisco              | 4  | 2   |
| Pastéis de nata                 | 1  | 6   |
| Pastéis de pescada              | 2  | 2   |
| Pastéis de picado               | 1  | 2   |
| Pastéis de volailles            | 5  | 2   |
| Pastelão (doce)                 | 1  | 6   |
| Pato assado                     | 5  | 5   |
| Pato bravo guarnecido           | 1  | 4   |
| Pato com arroz                  | 2  | 4   |
| Pato com azeitonas              | 1  | 3   |
| Pato provinciano                | 1  | 3   |
| Peito de vitela à Jardineira    | 2  | 3   |
| Peito de vitela assado          | 2  | 5   |
| Peito de vitela estufado        | 1  | 3   |
| Peixe                           | 5  | 2/3 |
| Peixe à Francesa                | 1  | 3   |
| Peixe à Italiana                | 7  | 2/3 |
| Peixe à Lusitana                | 1  | 3   |
| Peixe au gratin                 | 10 | 3/5 |
| Peixe com molho de ostras       | 1  | 3   |
| Peixe cosido sauce tomate       | 1  | 3   |
| Peixe em matelote               | 1  | 2   |
| Peixe no forno, molho de ostras | 1  | 3   |
| Pepinos de recheio              | 1  | 2   |
| Pepinos recheiados              | 1  | 2   |
| Perna de carneiro à Infanta     | 1  | 3   |
| Perna de carneiro assada        | 2  | 5   |
| Perna de porco assada           | 1  | 5   |
| Perna de vitela assada          | 3  | 5   |
| Perú assado                     | 16 | 5   |
| Perú assado guarnecido          | 1  | 5   |
| Perú assado, agriões            | 2  | 5   |
| Perú de fricassé                | 1  | 5   |
| Perú doce                       | 1  | 5   |
| Perua assado guarnecido         | 1  | 5   |
| Petits vol-au-vents             | 1  | 2   |

|                               |    |     |
|-------------------------------|----|-----|
| Petits vol-au-vents de caça   | 2  | 2   |
| Petits vol-au-vents de frango | 1  | 2   |
| Petits-patés                  | 1  | 2   |
| Petits-patés de caça          | 1  | 2   |
| Petits-patés de camarão       | 2  | 2   |
| Petits-patés de carne         | 10 | 2   |
| Petits-patés de frangão       | 1  | 2   |
| Petits-patés de frango        | 6  | 2   |
| Petits-patés de volailles     | 4  | 2   |
| Picado de carne em croquete   | 8  | 2   |
| Picado em croquetes           | 2  | 2   |
| Pimentos recheados            | 3  | 2   |
| Pombo bravo                   | 1  | 5   |
| Potage au riz                 | 15 | 1   |
| Prato à Provinciana           | 1  | 3   |
| Prato caseiro                 | 6  | 3   |
| Prato portuense               | 6  | 3   |
| Prato provinciano             | 15 | 3   |
| Puding                        | 1  | 6   |
| Puding ananás                 | 2  | 6   |
| Ragout de carne               | 15 | 3   |
| Ragout de carneiro            | 1  | 3   |
| Ragout de carnes              | 1  | 3   |
| Rissoles de camarão           | 1  | 2   |
| Rissoles de carne             | 23 | 2   |
| Rissoles de frango            | 2  | 2   |
| Rissoles de marisco           | 5  | 2   |
| Rissoles de ostras            | 1  | 2   |
| Rissoles de peixe             | 2  | 2   |
| Rissoles de pescada           | 5  | 2   |
| Rissoles de vitela            | 1  | 2   |
| Rissoles de volailles         | 7  | 2   |
| Roast-beef                    | 28 | 5/4 |
| Roast-beef assado             | 7  | 5   |
| Roast-beef, agriões           | 5  | 5   |
| Salada de batatas             | 7  | 4/5 |
| Salada de feijão              | 1  | 4   |

|                                |    |     |
|--------------------------------|----|-----|
| Salada de feijão branco        | 7  | 4   |
| Salada de feijão verde         | 10 | 4/5 |
| Salada de legumes              | 6  | 4   |
| Salada de legumes verdes       | 1  | 4   |
| Salchichas com lombarda        | 2  | 3   |
| Salchichas em lombarda         | 1  | 3   |
| Sonhos                         | 1  | 6   |
| Sopa a la Crecy                | 1  | 1   |
| Sopa a la Parisienne           | 5  | 1   |
| Sopa à Portuguesa              | 15 | 1   |
| Sopa à Provinciana             | 11 | 1   |
| Sopa de aletria                | 9  | 1   |
| Sopa de argolinha              | 1  | 1   |
| Sopa de cabeça de vitela       | 1  | 1   |
| Sopa de cevadinha              | 11 | 1   |
| Sopa de cevadinha à Jardineira | 1  | 1   |
| Sopa de cuscus                 | 7  | 1   |
| Sopa de cuscus à Jardineira    | 1  | 1   |
| Sopa de ervilhas e macarronete | 1  | 1   |
| Sopa de estrelinha             | 11 | 1   |
| Sopa de grão e macarronete     | 12 | 1   |
| Sopa de hortaliça              | 12 | 1   |
| Sopa de juliana e arroz        | 5  | 1   |
| Sopa de juliana e tapioca      | 5  | 1   |
| Sopa de juliana fresca         | 8  | 1   |
| Sopa de lasanha                | 10 | 1   |
| Sopa de letras                 | 6  | 1   |
| Sopa de macarronete            | 6  | 1   |
| Sopa de magro                  | 2  | 1   |
| Sopa de massa                  | 6  | 1   |
| Sopa de nabos à Provinciana    | 1  | 1   |
| Sopa de padre nossos           | 7  | 1   |
| Sopa de perola de Nizau        | 1  | 1   |
| Sopa de pontete                | 20 | 1   |
| Sopa de primavera              | 1  | 1   |
| Sopa de puré au riz            | 1  | 1   |
| Sopa de puré aux croûtons      | 1  | 1   |

|                                    |    |   |
|------------------------------------|----|---|
| Sopa de puré de azedas             | 14 | 1 |
| Sopa de puré de ervilha            | 2  | 1 |
| Sopa de puré de grão               | 1  | 1 |
| Sopa de puré de grão com arroz     | 1  | 1 |
| Sopa de puré de juliana            | 5  | 1 |
| Sopa de puré de legumes            | 28 | 1 |
| Sopa de puré e arroz               | 9  | 1 |
| Sopa de sagú                       | 7  | 1 |
| Sopa de semola                     | 6  | 1 |
| Sopa de talharim                   | 2  | 1 |
| Sopa juliana fresca                | 5  | 1 |
| Sopa massa de Natal                | 2  | 1 |
| Sopa pontinha                      | 1  | 1 |
| Sopa provinciana                   | 1  | 1 |
| Sopa puré de batatas e alhos doces | 1  | 1 |
| Sopa puré de legumes e arroz       | 1  | 1 |
| Sopa riz julienne                  | 13 | 1 |
| Torne-dó sauce picante             | 1  | 3 |
| Vaca a la bourgeoise               | 4  | 3 |
| Vaca assada                        | 1  | 5 |
| Vaca em Miraton                    | 1  | 3 |
| Vitela à Bordaleza                 | 2  | 3 |
| Vitela à Jardineira                | 2  | 3 |
| Vitela assada                      | 13 | 5 |
| Vitela assada à Jardineira         | 1  | 5 |
| Vitela estufada à Jardineira       | 1  | 3 |
| Vitela panada                      | 1  | 3 |
| Vol-au-vents de borrachos          | 1  | 2 |
| Vol-au-vents de carne              | 2  | 2 |
| Vol-au-vents de frango             | 3  | 2 |
| Vol-au-vents de volailles          | 1  | 2 |

## Fontes Impressas

*Arte do Cozinheiro e do Copeiro* (1845). Lisboa.

CARNEIRO, M. (1901). *O Cosinheiro Popular dos Pobres e Ricos*. Porto.

DUBOIS, Urbain e BERNARD, Émilie (1856). *La Cuisine classique, études*

- pratiques, raisonnées et démonstratives de l'école française appliquée au service à la Russe*. Paris: E. Dentu, Libraire-Éditeur, Palais Royal.
- LA CHAPELLE, Vincent (2ª ed., 1742). *Le Cuisinier Moderne*. Haye: chez Antoine De Groot.
- MATTA, João da (1876). *Arte de Cosinha*. Lisboa.
- Novíssima Arte de Cozinha* (1889). Lisboa.
- PLANTIER, P. (1905). *O Cosinheiro dos Cosinheiros*. Lisboa.
- RIGAUD, Lucas (1780). *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*. Lisboa.

## Publicações Periódicas

- "Annuario" Commercial ou "Annuario" Official de Portugal* (1896-1899). Lisboa.
- Almanaque Bertand* (1912). Lisboa, n. 13.
- Diário de Notícias* (02.03.1898-01.03.1899). Lisboa.
- Diário Illustrado* (1874; 1893; 1896-1898). Lisboa.
- Jornal de Seguros*, Lisboa, Ano II, n. 26, 15 de Fevereiro de 1907.

## Bibliografia

- BOCCATO, André; LELLIS, Francisco António Pedroso (2013). *Os banquetes do Imperador*. São Paulo: Senac.
- BRAGA, Isabel Drumond (2004). *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de história da alimentação*. Lisboa: Colares Editora.
- BRAGA, Isabel Drumond (2006a). *Menus em Portugal: para uma história das artes de servir à mesa*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações.
- BRAGA, Isabel Drumond (2006b). "Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI-XIX): alguns problemas de análise", in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 237-248.
- BRAGA, Isabel Drumond (2014). "Da dietética à gastronomia regional portuguesa: um estudo de caso". *ArtCultura. Revista de História, Cultura e Arte*, 16-28, 129-142.
- BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond (2006). "A mesa do Marquês de Viana em meados de oitocentos". *Lusíada. História*, 3, 105-123.
- CAMPIVERDI, Maurizio (2011). "Le Menu, une invention du XIX.e siècle", in C. Poulain (coord.), *Histoire(s) de menus : Potage tortue, buisson d'écrevisses et bombe glacée....* Dijon: Agnès Viénot Éditions.

- CASCÃO, Rui (2011a). “O quadro material: entre paredes”, in I. Vaquinhas, (coord.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 22-55.
- CASCÃO, Rui (2011b). “O quadro doméstico: em família”, in I. Vaquinhas, (coord.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 222-251.
- CSERGO, Julia (2013). “The emergence of regional cuisines”, in Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari, *Food. A culinary history*. USA: Columbia University Press, 500-515.
- DROUARD, Alain (2007). “Chefs, Gourmets and Gourmands. French Cuisine in the 19th and 29th century”, in Paul Freedman, *Food. The history of taste*. London: Thames & Hudson, 263-300.
- FERREIRA, Ana (2014). “Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX”. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22, 355-364.
- FLANDRIN, Jean-Louis (2007). *Arranging the meal: a history of table service in France*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- FRANÇA, José Augusto (2009). *Lisboa. História física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GIARD, Luce (1998). “The Rules of the Art”, in M. de Certeau, L. Giard et P. Mayol (eds.), *The practice of everyday life*, volume 2: *Living and Cooking*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 215-223.
- GOMES, João Pedro (2015). “O ofício de pasteleiro em Portugal entre os séculos XVI e XVIII”. *Revista História Helikon* 2:4, 78-100.
- GOMES, João Pedro (2016). “Cozinhar “à Portuguesa” com Lucas Rigaud. Identidade alimentar portuguesa no Cozinheiro Moderno”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 243-270.
- GOMES, João Pedro (2018a). ““jantares por preços certos”: a publicidade dos serviços alimentares da Empresa Culinária (1896- 1899)”. *Revista Trilhas da História*, 8-15, 180-203.
- GOMES, João Pedro (2018b). ““Almoços, lunchs, jantares e ceias”: os serviços de restauração em Lisboa à luz dos anuários comerciais (1871-99). Tipologias, serviços e produtos”. *Revista de História da Sociedade e Cultura*, 18, 129-155.
- GUÀRDIA, Manel; OYÓN, José Luis; GARRIGA, Sergi; FAVA, Nadia (2017). “Meat consumption and nutrition transition in Barcelona, 1709–1935”. *Urban History*, 45-2, 193-213.
- LOUCHET, Chantal (2013). *Traduzir a gastronomia: análise das ementas da corte portuguesa, do final do século XIX até à implantação da República*. Dissertação

- de Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução (Ramo Profissionalizante) apresentada à Universidade de Évora. Évora: Universidade de Évora.
- MONGE, Maria de Jesus; PÁSCOA, Marta; GOMES, Virgílio Nogueiro (2019). *Menus da Família Real*. Lisboa: SCRIBE / Fundação da Casa de Bragança.
- PEREIRA, Ana Marques (2007). *Mesa Real Dinastia de Bragança*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- PEIXINHO, Ana Teresa (2016). “Estética alimentar queirosiana: notas gastronómicas na obra de Eça de Queirós”, in C. Soares e J. Pinheiro (coords.), *Patrimónios alimentares de quem e além-mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 199-218.
- PITTE, Jean-Robert (2013). “The rise of restaurant”, in J.-L. Flandrin e M. Montanari, *Food. A culinary history*. USA: Columbia University Press, 471-480.
- REGO, Manuela (1998). *Livros de Cozinha Portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SOARES, Carmen (2018). “A Universidade de Coimbra no cardápio da Cozinha Portuguesa de 1902: uma história por contar”, in C. Soares (coord.), *BiblioAlimentaria. Alimentação, saúde e sociabilidade à mesa no acervo bibliográfico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 158-169.
- SOBRAL, José (2007). “Nacionalismo, culinária e classe: a cozinha portuguesa da obscuridade à consagração (séculos XIX - XX)”. *RURIS – Centro De Estudos Rurais*, 1-2, 13-52.
- STRONG, Ray (2004). *Banquete. Uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- TEUTBERG, Hans Jurgen; FLANDRIN, Jean-Louis (2013). “The transformation of the European Diet”, in J.-L.-Louis Flandrin e M. Montanari (coords.), *Food. A culinary history*. USA: Columbia University Press, 442-456.
- VAQUINHAS, Irene (2018). “A lei da mesa. As praxes da etiqueta e as boas maneiras na sociedade de bom tom: algumas fontes para o seu estudo (século XIX-princípios do século XX)”, in C. Soares (coord.), *BiblioAlimentaria. Alimentação, saúde e sociabilidade à mesa no acervo bibliográfico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 154-157.



# Rádio Clube de Moçambique: história económica e cultural de uma empresa radiofónica num contexto colonial (1932-1974)

*Rádio Clube de Moçambique: the economic and cultural history of a radio company in a colonial context (1932-1974)*

**MARCO ROQUE DE FREITAS**

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Infraestrutura ROSSIO: Ciências Sociais, Artes e Humanidades | Instituto de Etnomusicologia: Centro de Estudos em Música e Dança

[marcofreitas@fcsh.unl.pt](mailto:marcofreitas@fcsh.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-8206-6668>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 01/04/2021

**Resumo.** O Rádio Clube de Moçambique (RCM) foi uma empresa de radiodifusão privada sediada em Lourenço Marques (atual Maputo) que granjeou uma forte expansão após a II Guerra Mundial, tornando-se numa das mais importantes instituições de radiodifusão comercial em África. Partindo da análise de publicações periódicas, relatórios de contas, entrevistas e outra documentação-áudio consultada nos arquivos da instituição, com este artigo pretende-se construir uma história do RCM desde a data da sua fundação, em 1932, até ao golpe de Estado em abril de 1974 na metrópole. Terei como ponto de partida os conceitos «rádio-colonização» e «capitalismo sonoro», com vista a explorar a instrumentalização dos sistemas de radiodifusão para propósitos políticos e propagandísticos. Este artigo incidirá, entre outros fatores, nas dimensões económicas, materiais e culturais desta instituição, sem descurar a análise da programação radiofónica.

**Palavra-chave.** Radiodifusão, Rádio, Nacionalismo, Colonialismo, Moçambique.

**Abstract.** Rádio Clube de Moçambique was a private broadcasting company based in Lourenço Marques (now Maputo) that expanded thoroughly after World War II, becoming one of the most important commercial broadcasting companies in Africa. Building on the analysis of magazines, financial reports, audio sources and interviews, this article intends to explore the history of RCM from its establishment in 1932, until the coup of State in April 1974. Following on concepts “radio-colonization” and “sonorous capitalism”, this article will explore the instrumentalization of radio broadcasting systems for political and propaganda purposes, taking into account the economic, material and cultural dimensions of this institution, including the analysis of its programs.

**Keywords.** Radio broadcasting, Radio, Nationalism, Colonialism, Mozambique.

## **Prelúdio: “Rádio-colonização”**

“O papel da radiofonia não se limita apenas, como muita gente julga, a rodear o indivíduo ou um aglomerado de indivíduos do conforto espiritual exigido pelo seu grau de cultura. A radiofonia pode desempenhar outro papel não menos importante: o da instrução às classes atrasadas. Mais do que em qualquer parte do mundo, a radiofonia pode, nesse sentido, ser útil em África como instrumento colonizador. Podia pois fazer-se uma experiência com as escolas indígenas dotando algumas delas com receptores e fazendo radiodispersar palestras versando o respectivo programa de ensino [...]. A ideia fica aqui desde já para ser estudada no que tenha de bom e de viável, para a colonização Portuguesa.” (RM, n.º 26, 1937: 1)<sup>1</sup>.

Com o título “rádio-colonização”, este texto da autoria de Dias Castro, publicado em 1937 na revista *Rádio Moçambique*, representa uma das primeiras reflexões sobre as potencialidades da radiodifusão como instrumento para “educar” as populações autóctones de Moçambique. Com o passar dos anos “a ideia” acabou por se transformar em realidade, atingindo o seu auge em 1962 com a criação de “A Voz de Moçambique”, uma emissão com locução em português e línguas locais dirigida às populações autóctones, que foi usada pelo Estado Novo português como um poderoso meio de propaganda durante a guerra colonial/libertação (POWER 2000; RIBEIRO 2014). Contudo, este uso não foi imediato e durante muito tempo o “indígena” não teve qualquer representatividade nas emissões da rádio. Afinal, em meados da década de 1930, a radiodifusão em Moçambique não passava de um mero “conforto espiritual” de carácter elitista, sinónimo de “modernidade” e “civilização” à qual só alguns – os entusiastas e elementos pertencentes às elites coloniais – teriam acesso.

“Radiodifusão” reporta-se a um sistema de comunicação de rádio a partir de ondas eletromagnéticas que se propagam no espaço. Esta pode ser enquadrada no âmbito das “indústrias culturais”, compreendendo nesta aceção “o processo através do qual instituições económicas empregam modos de produção e organização de corporações industriais com vista a produzir e disseminar símbolos na forma de bens e serviços culturais, geralmente, mas não exclusivamente, como mercadorias” (ADORNO 1993).

Na primeira metade do século XX este sistema de comunicação se encontrava em muitos países com o propósito de veicular os ideários dos Estados, não só ao nível metropolitano, mas também para a congruência interna dos seus espaços

---

<sup>1</sup> *Rádio Moçambique: Revista Mensal de Vulgarização* (doravante RM).

coloniais. Contudo, embora o Estado Novo tivesse interesse em utilizar este instrumento em prol da sua teleologia nacionalista, não houve, numa fase inicial, qualquer investimento para estabelecer a cobertura radiofónica nos espaços ultramarinos. Assim, as primeiras emissoras em espaço colonial foram estabelecidas por iniciativa privada de colonos entusiastas (RIBEIRO 2014), entre as quais encontrava-se aquele que viria a ser um dos casos de maior sucesso em toda a África subsaariana – o Rádio Clube de Moçambique, criado em 1932.

Existe alguma bibliografia focada na história desta instituição, casos dos livros de Ernesto Barbosa (2000) e de Luís Loforte (2007). Contudo, apesar de ambos se focarem, respetivamente, nas dimensões económicas do RCM e na perspetiva pessoal de um dos seus trabalhadores, estão praticamente ausentes aspetos relacionados com a programação da estação e seu impacto na construção de uma experiência sonora em Moçambique. Tendo como fontes os supracitados livros, as 441 edições da revista mensal *Rádio Moçambique* publicadas entre maio de 1935 e dezembro de 1973 em Lourenço Marques, entrevistas por mim realizadas a locutores, diretores e músicos, e outras fontes documentais consultadas nos arquivos da Rádio Moçambique em Maputo, com este texto pretendo construir uma história do RCM com base no supracitado princípio de “rádio-colonização”, caracterizado pela sua eminente instrumentalização com propósitos políticos e propagandísticos, sem esquecer alguns dos seus produtos sonoros.

Contextualizo este artigo no âmbito dos estudos sobre nacionalismo em países africanos, e no âmbito dos estudos pós-coloniais. Recorro, em particular, ao conceito “capitalismo sonoro” da historiadora Marisa Moorman, por sua vez uma adaptação de “capitalismo de impressão” de Benedict Anderson (1991). Todavia, ao contrário de Anderson, que defende que a consciência nacional foi imaginada a partir dos livros e jornais, Moorman foca-se no papel das indústrias da música e, em particular, da radiodifusão para reforçar sentimentos de pertença identitária em relação a uma determinada comunidade ou “nação” (MOORMAN 2008). Assim, ao promover a circulação de música, ideias, notícias e discursos, a rádio contribuiu para gerar uma consciencialização comum em torno dos valores do Estado Português em Moçambique.

Divido a história do RCM em três fases: a primeira diz respeito à fundação do Grémio de Radiófilos de Moçambique em 1932, prolongando-se até ao final da II Guerra Mundial; a segunda fase inicia-se com o crescimento do RCM potenciado pelo aumento da publicidade radiofónica após a II Guerra Mundial e da criação da *LM Radio* – uma emissão com locução em inglês e afrikaans direcionada para a União Sul-Africana; a terceira inicia-se com a criação de emissões radiofónicas com propósitos de propaganda política no

contexto da guerra colonial, finalizando-se com o golpe de Estado em abril de 1974 na metrópole.

### **1932-1945: do Grémio de Radiófilos ao Rádio Clube de Moçambique**

A rádio foi desde cedo entendida pelo regime salazarista como um excelente meio para a propagação dos seus ideais, tendo investido, para o efeito, muitos recursos económicos e humanos no desenvolvimento desta estação (SILVA 2010), enquadrada numa estratégia ideológica designada por “política do espírito” (NERY 2010). Foi neste contexto que, ciente das possibilidades da Rádio, o Estado Novo decidiu criar, em 1934, a Emissora Nacional de Radiodifusão. O caso do Rádio Clube de Moçambique destaca-se do da Emissora Nacional pelo facto de ter emergido de uma iniciativa privada que, até se instituir em Moçambique como a principal arma de propaganda ideológica ao serviço do Estado Novo, passou por múltiplas fases.

No início da década de 1930, o panorama radiofónico de Lourenço Marques era quase inexistente. Não existiam condições materiais e económicas para criar uma “estação estatal” e as únicas emissões captáveis provinham dos países vizinhos, sobretudo da União Sul-Africana. Nessa época, os recetores de rádio eram considerados artigos de luxo e a sua compra pressupunha o pagamento de taxas de licença de posse, bem como de elevados custos alfandegários, que poderiam chegar aos 40-50% sobre o valor inicial do produto, o dobro daquele que seria praticado em Lisboa (BARBOSA 2000: 11). As iniciativas particulares começaram a multiplicar-se um pouco por todo o território português: em Portugal continental existiam 239 emissores, enquanto nas colónias o número ainda não ultrapassava os 50 (SILVA 2010), entre os quais se encontrava o emissor CR7AA, que deu origem, mais tarde, ao Rádio Clube de Moçambique (RM, n.º 18, 1936: 9).

A história desta instituição inicia-se a 23 de julho de 1932, quando um grupo de radiófilos de Lourenço Marques, liderado por A. J. Morais e Augusto Gonçalves, aprovou a criação de uma estação de radiodifusão que estaria a cargo do então recém-criado Grémio de Radiófilos da Colónia de Moçambique. Tratava-se de uma agremiação de entusiastas pertencentes às elites coloniais que pretendiam, por um lado, satisfazer as suas experiências radiofónicas, e por outro, radiodifundir a música e cultura portuguesas, contrariando assim a paisagem sonora que era oferecida pelas poucas estações da União Sul-Africana, as únicas que poderiam ser captadas a partir de Lourenço Marques. Segundo o artigo 3.º dos *Estatutos do Rádio Clube de Moçambique*, os objetivos desta emissora eram os seguintes:

1.º Manter na Colónia um serviço eficiente de radiodifusão, estabelecendo emisoras que funcionarão sob a designação comum de “Rádio Moçambique”; 2.º realizar todas as actividades normalmente entregues a estações de radiodifusão; 3.º contribuir para a propaganda da Colónia e para o bom nome da colonização portuguesa pelos meios ao seu dispor; 4.º estudar o aperfeiçoamento e a aplicação das ciências radioeléctricas e auxiliar as instituições que se criem designadamente com esses objectivos; 5.º publicar, sempre que se julgue necessário ou conveniente, boletins jornais e uma revista especialmente dedicados à divulgação da sua actividade e informação do desenvolvimento e do progresso da técnica radioeléctrica, em todas as suas manifestações; 6.º exercer publicidade comercial; 7.º criar e manter, quando julgado oportuno, cursos de técnica radioeléctrica, de produção radiofónica, de canto, de música, de declamação, de locução e outros cursos afins das actividades da rádio; 8.º promover realizações de carácter cultural e artístico, servindo-se dos meios ao seu dispor (RM, n.º 132, 1947: 11-14).

Por volta de 1934, o número de proprietários de radiotransmissores em toda a colónia era já significativo, contabilizando um total de 600 proprietários de radiorreceptores, 400 dos quais em Lourenço Marques (BARBOSA 2000: 15). Os estabelecimentos que comercializavam estes produtos seriam, entre outros, a “Aparelhos de Rádio Mende”, “Rádio Electra”, “Universal 7”, “Rádio Colonial”, “Casa Spanos”, e “Electra”; enquanto as marcas de rádio predominantes seriam “Luxor”, “Emerson”, “His Master’s Voice” ou “Philco”.

Com vista a promover conteúdos para os seus ouvintes e informar os sócios sobre os relatórios de contas, foi criada a revista *Rádio Moçambique* em 1935. Nos primeiros anos esta foi palco de um aguerrido debate sobre o estatuto da radiodifusão e suas possíveis contribuições para as mais diversas áreas do quotidiano colonial. Segundo o seu diretor, Caetano Campo, um dos principais objetivos do RCM seria o de servir de ponte entre a metrópole e a colónia, relacionando o RCM com conceitos tais como “nação”, “Estado”, “pátria”, “império”, “propaganda nacional”, e “civilização”:

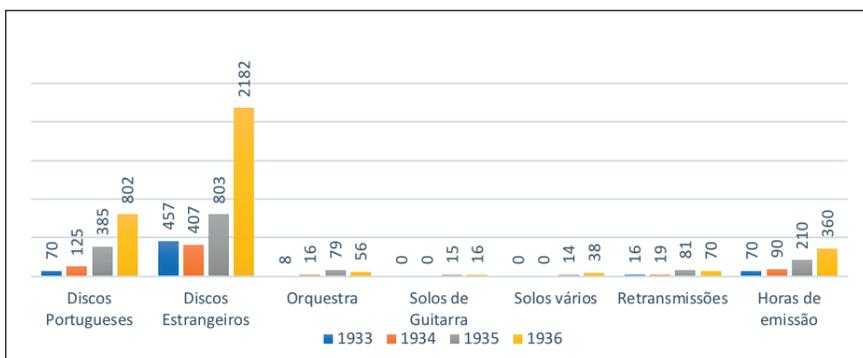
Não é ainda perfeito o serviço que o Grémio dos Radiófilos hoje nos fornece. É, pois, necessário mais importante auxílio para que ele possa cumprir com a nobre missão que a si impôs: levar o convívio da Capital, as suas distrações e as suas notícias, a todos os cantos da colónia.” Levar a todos os portugueses que, privados muitas vezes da mínima parcela de conforto, tão confinada e heroicamente lutam pelo engrandecimento de Portugal, a certeza de que a capital da Colónia não os abandonou, antes lhes recorda os descantes, as modinhas, os usos e costumes da terra que lhes foi berço e os encoraja a prosseguirem,

quando, ao despedir-se, com as notas da “Portuguesa”, lhes lembra que devemos: “Levantar hoje de novo o esplendor de Portugal (RM, n.º 13, 1936: 3).

Através destes e outros artigos, a revista procurava levar à metrópole a informação do trabalho desenvolvido no domínio da radiodifusão em Moçambique, já que ainda não era possível fazer com que o som captado pelos seus microfones chegasse a Lisboa. O objetivo era inequívoco: sensibilizar o Estado metropolitano para contribuir financeiramente para esta “obra patriótica” (RM, n.º 49, 1939: 9-11), já que os donativos cedidos pela Estação dos Caminhos de Ferro e pelo município de Lourenço Marques (em troca de emissões de propaganda para ambas as instituições) não seriam suficientes. A 29 de julho de 1937, o “Grémio de Radiófilos de Moçambique” passou a denominar-se de “Rádio Clube de Moçambique” por decisão da sua assembleia geral (BARBOSA 2000: 19).

O emissor CR7AA funcionava todas segundas-feiras das 20 às 22 horas, quintas-feiras e sábados das 20:30 às 22:30 horas. Os programas musicais eram constituídos, na sua generalidade, “por discos de gramofone, gentilmente cedidos pelas firmas Silva & Ferreira, Bayly & Co. e Minerva Central, representantes respetivamente das marcas «Columbia», «His Master’s Voice», «Regal» e «Polydor»” (RM, n.º 1, 1935: 15). Ocasionalmente, havia a possibilidade de transmitir Música de Câmara em vez de discos, bem como retransmissões de momentos musicais captados no Casino Belo, situado na Rua Major Araújo, no Palace Hotel ou pela banda militar (RM, n.º 4, 1935: 5).

O gráfico seguinte exemplifica o número e conteúdo das transmissões ao longo dos três primeiros anos da Rádio, entre 1933-1936, notando-se já a predominância de discos estrangeiros em relação às produções portuguesas. Esta discrepância pode ser explicada, por um lado, pelo facto de as indústrias fonográficas em Portugal ainda estarem subdesenvolvidas (LOSA 2013), por outro, pela intenção de satisfazer o público sul-africano que, nesta época, seria um dos principais fornecedores de publicidade na Rádio:



**Gráfico 1.** Atividade do Grémio de Radiófilos entre 1933 e 1936.

Fonte: RM, n.º 18, 1936: 16-17.

Em 1936 o Grémio dispensou 62.000\$00 para as emissões de orquestra, contratando, no processo, 28 músicos portugueses (RM, n.º 19, 1937: 1), promovendo ainda a criação de um sexteto de música de câmara privado (RM, n.º 29, 1937: 4). Cada músico auferia de 18 contos mensais; numa soma anual de 216 contos (RM, n.º 27, 1937: 10). Foi também anunciada a criação do Orfeão do Rádio Clube – uma iniciativa que visava enriquecer o panorama musical de Lourenço Marques, bem como envolver os amadores de práticas musicais na programação da Rádio.

A partir de dezembro de 1937, a direção musical de todos os agrupamentos ficou a cargo de Belo Marques, músico que teria trabalhado ao serviço da Emissora Nacional. Aclamado como “um génio da música” nas páginas da revista *Rádio Moçambique*, Belo Marques foi profetizado como uma espécie de messias que traria para a colónia “os bons costumes modernos” e os mais recentes progressos estético-musicais (RM, n.º 44, 1939). A sua chegada provocou uma profunda reestruturação das orquestras da Rádio, sendo necessária a mudança de instalações para albergar os grupos, passando da Avenida da República (atual Avenida 25 de Setembro) para a Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo).

Os dirigentes da estação esperavam equalizar os custos de produção com a promoção de concertos na cidade de Lourenço Marques (em particular no Teatro Gil Vicente), cujo preço de entrada reverteria na sua totalidade para a estação radiofónica (RM, n.º 44, 1939). Contudo, o aumento de despesas com a montagem do recém-encomendado emissor de 10kw fez com que a *Rádio Moçambique* anunciasse, em agosto de 1939, a extinção de algumas das suas orquestras. Segundo António de Sousa Neves, na época o Diretor do Rádio Clube: “[nós] ficamos com o sexteto onde estão os músicos que contratámos em Portugal. Ficamos com Belo Marques, óptimo colaborador e realizador que

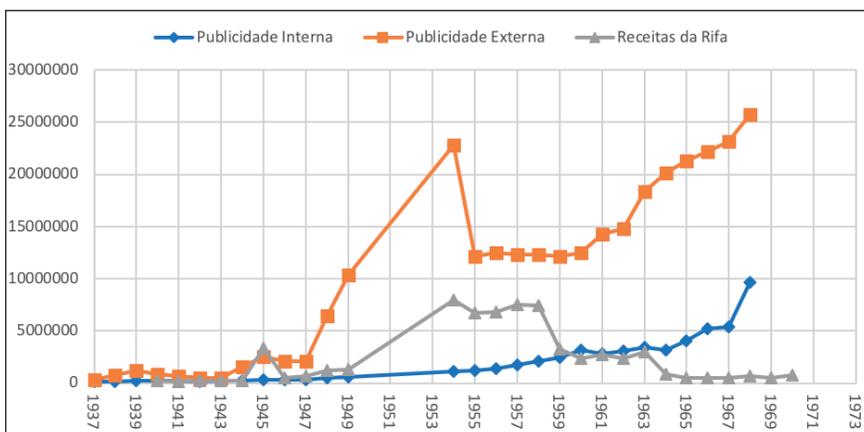
não podemos dispensar. Dissolvemos as orquestras de dança e de salão, para que no fim do ano corrente não registemos *deficit*, o que nos traria preocupações, no momento em que estamos empenhados na grande obra da emissora de 10 quilowatts” (RM, n.º 50, 1939: 2-9).

Entretanto, durante este período, as relações entre o RCM e o Estado metropolitano intensificaram-se: ainda em 1937 foi aprovada a concessão de um subsídio especial atribuído à estação, e a isenção de direitos aduaneiros na importação de material. Após a aquisição de um emissor de 10Kw, em 1939, o RCM tornou-se a mais poderosa estação de Rádio de ondas curtas de todo o espaço português, passando a ser finalmente ouvida não só na metrópole, mas também na Europa e África.

Estavam assim reunidas as condições para a intensificação de uma relação de interesses e contrapartidas entre o RCM e o Estado português, que viria a manter-se até à independência de Moçambique: de um modo geral, o primeiro estaria interessado em receber financiamento ao mais alto nível estatal, enquanto o segundo estaria interessado em usar a rádio como instrumento de propaganda da colonização portuguesa em África. A partir de 1941, como nota Barbosa, a estação passou a ser presidida por personalidades ligadas ao aparelho colonial (2000: 20, 25-26) e as receitas provenientes de taxas cobradas aos radiorrecetores passaram a ser diretamente entregues ao RCM. A 20 de novembro de 1948, a estação viria a ser, por fim, elevada ao estatuto de instituição de utilidade pública (RM, n.º 72, 1941: 15-39). Consumada a intensificação da relação com a metrópole, o RCM procurou, nos anos seguintes, expandir a sua influência aos países vizinhos.

## **1946-1960: a expansão do RCM**

Após a II Guerra Mundial o RCM entrou, por fim, numa época próspera, pautada por um elevado crescimento financeiro, material e logístico. Os primeiros sinais de mudança ocorreram em 1947 com a autonomização das secções de produção portuguesa e inglesa, passando a existir duas emissões simultâneas no RCM: a Emissão A, com locução em português, dirigida sobretudo à população colona; e a Emissão B, que ficou posteriormente conhecida como *LM Radio*, dirigida aos países vizinhos, sobretudo à União Sul-africana, com locução em inglês e afrikaans. Os resultados desta decisão foram imediatos. O fluxo publicitário proveniente do estrangeiro aumentou consideravelmente a partir de 1947, tornando-se assim, a par da organização de uma rifa, numa das principais receitas do Rádio Clube:



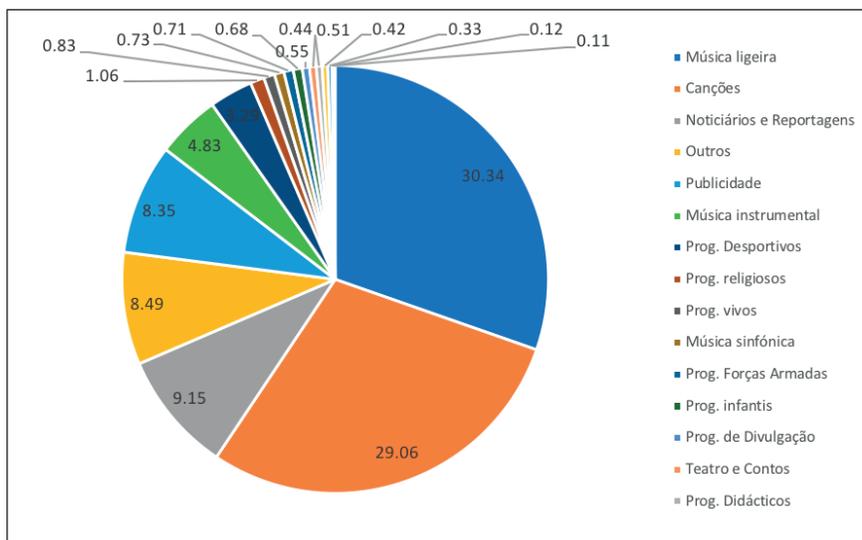
**Gráfico 2.** Receitas de publicidade externa, interna e da Rifa.

Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

A Emissão A destinava-se sobretudo aos colonos e o seu raio de propagação era o mais abrangente entre todas as emissões, podendo ser ouvida em todos os espaços ultramarinos portugueses em África e na metrópole. A partir de 1948 procurou misturar os mais variados géneros musicais, preenchendo os seus horários com música que abrangia as categorias gerais de “Música Ligeira”, “Música Popular” e “Música Clássica” – compreendendo, no primeiro caso, as músicas de orquestras e *big bands* de influência anglófona, no segundo, as chamadas músicas “folclóricas” ou “tradicionais” e, no terceiro, a música pertencente ao cânone da música erudita europeia. Existiam também programas musicais com base na língua ou espaço geográfico de proveniência, tais como “canções inglesas”, “canções espanholas”, “canções portuguesas”, “canções sul-americanas”, ou outras generalidades tais como “solos vários”, “conjuntos musicais”, e “música de filmes”. Existiam também muitos programas dedicados à música “erudita”, tais como “valsas vienenses”, “sinfonias”, “concertos” e “intermezzos” (RM, n.º 141, 1948; n.º 156, 1949; e n.º 210, 1954).

Com o passar dos anos, a lógica programática com base em tipologias musicais foi gradualmente abandonada, dando lugar a horários específicos que seriam comprados por empresas, como o caso da “Hora da Robialac”, “Programa Zenith”, “Programa Philips” entre outros. Segundo um inquérito publicado na edição de maio de 1959 da revista *Rádio Moçambique*, seriam estes, por ordem, os programas preferidos dos ouvintes: 1.º Canções portuguesas; 2.º Teatro em sua casa; 3.º O que me agrada ouvir; 4.º Programa vivo da Orquestra de Variedades do R.C.M.; 5.º Canções Folclóricas; 6.º Música de dança; 7.º Jornal de Actualidades; 8.º Fados; 9.º Coros e conjuntos vocais;

10.º Programa vivo da Orquestra de Concerto do RCM (RM, n.º 274, 1959: 7-9). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão A em 1972, notando-se a prevalência de programas com música ligeira, canções e noticiários:



**Gráfico 3.** Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão A em 1972.

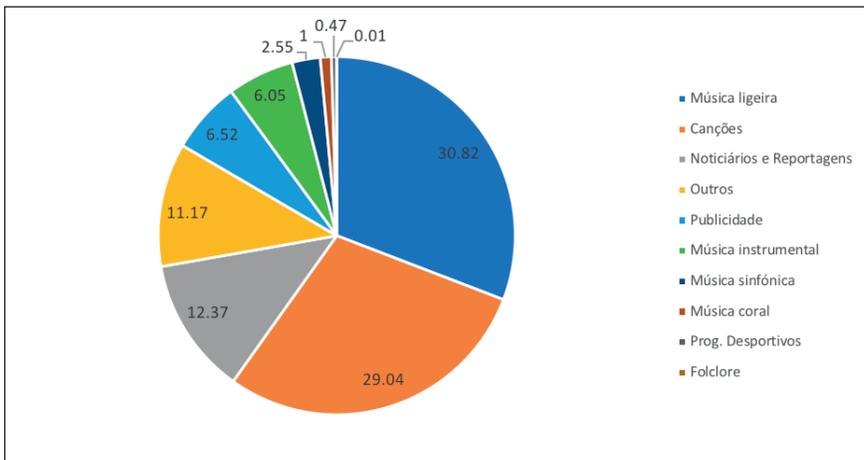
Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

A Emissão B, mais conhecida como *LM Radio*, guiava-se por uma lógica estritamente comercial: os horários eram vendidos a empresas e os locutores teriam de fazer publicidade misturada com música, sobretudo música norte-americana e inglesa. Com a autonomização das emissões portuguesas e inglesas em 1947-48, John Davenport e o Coronel Richard Mayer ficaram responsáveis pela direção da *B-Station* (cargo que mantiveram até 1974). No mesmo ano contrataram David Davies como chefe de locução e diretor da estação, que trouxe consigo uma vasta experiência adquirida como chefe de locução da Rádio Luxemburgo e na Rádio Normandia, tornando-se na mais conhecida voz daquela emissão – o “Mr. *LM Radio*”, como alguns o chamavam<sup>2</sup>. A locução era exclusivamente em inglês e afrikaans e dirigia-se sobretudo à África do Sul.

A partir de 1950 a *LM Radio* passou a ter a concorrência da Springbrok

<sup>2</sup> Para uma biografia de David Davies, locutor da *LM Radio*, vide “LM Radio – People – David Davies” em *LM Radio Museum and Sound Archive*. Sítio na internet: <http://www.lmradio.org/People02.htm> (acedido a 5 de janeiro de 2021).

Radio, a primeira estação sul-africana com possibilidade de transmitir publicidade no contexto da South African Broadcasting Company (SABC). Apesar da concorrência, as emissões da *LM Radio* continuaram a ser as mais ouvidas no país vizinho: em novembro de 1950, a Rádio Moçambique anunciava que a cada noite 263 000 pessoas ouviriam a *LM Radio*, em média, na União da África do Sul e Rodésia (RM, n.º 172, 1950: 2). Três fatores são referidos para justificar este sucesso: a elevada qualidade dos locutores, que se transformaram em autênticas estrelas na África do Sul; a qualidade dos programas musicais que, tal como explica Chris Turner, “transmitiam as últimas novidades da música pop internacional, ao contrário do SABC, e assim atraem tantos ouvintes sul-africanos”<sup>3</sup>; e o facto de oferecer um serviço publicitário “notavelmente barato, e anúncios com número limitado de palavras” (RM, n.º 254, 1957: 1-2). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão B em 1972, onde prevalecem, à semelhança da emissão A, programas “música ligeira” e “canções”, na sua maioria em inglês:



**Gráfico 4.** Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão B em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

Em dezembro de 1948, a revista *Rádio Moçambique* apresentou o anteprojeto para as novas instalações da sede, a ser executado pelo Engenheiro Vítor Barbosa da Silva Carvalho (RM, n.º 254, 1957: 1-2). A 24 de setembro de 1951 iniciou-se

<sup>3</sup> Para mais informações vide o documentário radiofónico “The LM story”, parte 1A, narrado por Chris Turner em *LM Radio Museum and Sound Archive*. Sítio na internet: <http://www.lmradio.org/Sounds.htm> (acedido a 5 de janeiro de 2021).

o processo de mudança da Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo) para as novas instalações localizadas na Avenida 5 de Outubro (atualmente a Rua da Rádio), onde ainda hoje a Rádio Moçambique continua a operar (RM, n.º 190, 1952: 1-3). Para além de servir de sede, o monumental edifício oferecia as condições ideais para o incremento da produção musical, incluindo vários estúdios, espaços exclusivamente dedicados para arquivos sonoros, auditórios e até mesmo um imponente salão de chá, destinado a receber visitas.

A ambição de ampliar as condições materiais do RCM não ficou por aqui: “... pensou-se na grande vantagem que adviria se fossem instalados nas regiões mais densamente povoadas alguns postos regionais” – refere o “Relatório da Direção relativo ao ano de 1952” – acrescentando que:

tais postos poderiam, também, transmitir programas de características regionais, aproveitando os valores artísticos locais, e ao mesmo tempo servir o Governo em matéria de radiodifusão. Também tornariam possível fazer chegar à capital da Província e à Metrópole, por intermédio de emissores mais potentes instalados em Lourenço Marques, as manifestações mais importantes da vida dessas mesmas regiões (RM, n.º 202, 1952: 1-5).

Rapidamente a ideia passou à realidade com a inauguração do “Emissor Regional do Niassa” (posteriormente renomeado para Emissor Regional de Nampula) em outubro de 1953 (RM, n.º 216, 1953: 1-4). Este foi o primeiro de sete postos emissores regionais construídos até 1974, seguindo-se o Emissor Regional da Zambézia em setembro de 1958 (RM, n.º 273, 1959: 1-8) e, em abril de 1960, o Emissor de Cabo Delgado (RM, n.º 297, 1961: 1-85). Os restantes só viriam a ser construídos na década de 1970, enquadrados numa estratégia de propaganda de guerra. Um outro fator que nos ajuda a explicar o surgimento dos emissores regionais pode estar relacionado com a necessidade de limitar a influência da Emissora do Aero clube da Beira (criada em 1944 pelo Eng. Jorge Jardim) e da Rádio Pax (criada em 1954 pela diocese da Beira).

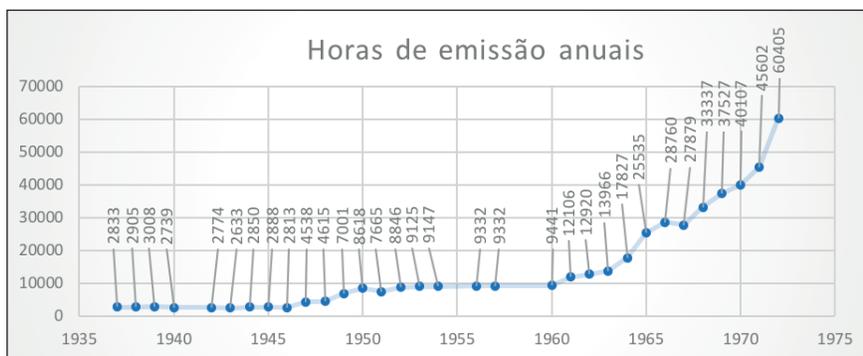
Após 1953, depois de resolvidas as condicionantes materiais, o RCM procurou investir na área de produção com a criação de novos agrupamentos, tais como a Orquestra Típica e o Coro Feminino, aos quais se juntaram a já existente Orquestra de Salão (RM, n.º 216, 1954: 1-4). No ano seguinte, a estação alargou o seu interesse à “música folclórica indígena”, organizando expedições nas regiões a sul, com o propósito de fazer gravações para radiodifusão (RM, n.º 226, 1955: 1-3). Algumas dessas gravações foram difundidas em regime experimental num curto programa musical com patrocínio de marcas comerciais tais como a Philips ou a Pfaff, por sua vez interessadas em

incrementar a venda de recetores de rádio e máquinas de costura à população local (RM, n.º 246, 1957: 14-15). Este objetivo também beneficiava a própria Rádio, já que “a popularidade dos receptores de transístores, que permitem com cinco ou seis escudos gastos em pequenas pilhas de lanternas de algibeira 400 ou 500 horas de boa audição, aumentará extraordinariamente o número de rádio ouvintes entre as populações nativas” (RM, n.º 273, 1959: 1-8). Em abril de 1958, essas emissões experimentais deram lugar ao programa “Hora Nativa” – uma designação recomendada pelo governo (RM, n.º 262, 1958: 1-6) – radiodifundido numa fase inicial aos domingos de manhã, das 9:00h às 10:00h, e à noite, das 18:00h às 21:00h em língua xi-ronga, e posteriormente em xichangana (RM, n.º 265, 1958: 13-14). Este programa expandiu-se rapidamente para outros horários e, a partir de 12 de julho de 1959, aos emissores provinciais (RM, n.º 298, 1961: 15).

Em 1956, o RCM inaugurou um novo emissor de 100kw, contando com a presença do Presidente da República, General Francisco Craveiro Lopes, e do Ministro do Ultramar, Raúl Ventura. Este foi apresentado, nas páginas da revista *Rádio Moçambique*, como o maior e mais importante avanço da radiodifusão na África subsaariana até aquela data (RM, n.º 249, 1957: 1-9). Contudo, as exigências de um novo contexto de guerra vieram a condicionar os planos de expansão da estação.

## **1961-1974: a guerra das ondas sonoras**

A primeira grande mudança deu-se em 1962 com a transformação do programa “A Hora Nativa” numa emissão autónoma com a designação genérica de “A Voz de Moçambique”, cuja produção de conteúdos deixou de estar a cargo do RCM, passando a estar confiada à 3ª Divisão dos Serviços da Acção Psicossocial – Divisão de Acção Educativa e Cultural (RM, n.º 322, 1963: 3-7). Esta tinha como principal propósito “exercer uma acção construtiva” em contexto de guerra, sem ignorar “o substracto moral, os sentimentos, os costumes e a formação mental” das “sociedades menos evoluídas” (RM, n.º 322, 1963: 3-7). Esta mudança tinha também como objetivo fazer propaganda preventiva para que não se propagassem para Moçambique os conflitos armados iniciados em Angola a partir de 1961. O gráfico seguinte mostra a evolução do número de horas de emissão anual de todas as emissões entre 1937 e 1972 (data de publicação do último relatório de contas), sendo bem evidente um aumento progressivo ao longo da década de 1960, atingindo o seu auge em 1972. Este aumento deve-se, sobretudo, às emissões de “A Voz de Moçambique”:



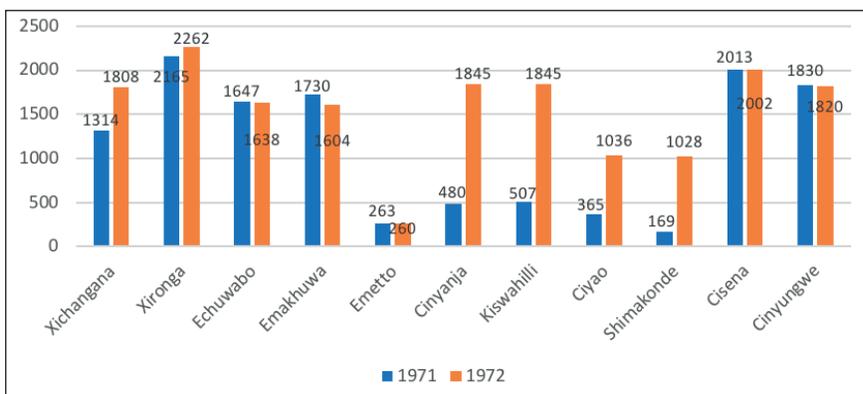
**Gráfico 5.** Evolução do número de horas de emissão anuais do RCM. Inclui todos os emissores e postos regionais.

Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

O verbo “civilizar” era então substituído por outro, o de “integrar”, que apesar de ser mais singelo, na prática teria o mesmo significado para o colono de origem europeia. Os tempos eram então outros: depois da abolição do estatuto do indigenato em 1961<sup>4</sup>, os indígenas, os portugueses de origem europeia e os assimilados passaram a ter, em teoria, os mesmos direitos. Depois de iniciado o conflito armado em setembro de 1964, a “Voz de Moçambique” passou a ser o meio de comunicação mais usado pelos serviços da Psico-social para efeitos de propaganda, juntando-se assim ao lançamento aéreo de panfletos ou à propagação sonora de mensagens propagandísticas contra a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), através de voos noturnos com altifalantes e amplificadores de alta potência<sup>5</sup>. Nos últimos anos da década de 1960, o RCM expandiu consideravelmente o número de horas de “A Voz de Moçambique” com a criação do Centro Emissor da Beira-Dondo, que tinha uma potência de 215 Kw divididos por 20 emissores, difundindo em línguas Echuwabo, Cinyanja, Kiswahili, Ciyao, Shimakonde, Cisena e Cinyungwe (RM, n.º 427, 1972: 1, 4, 5, 56-58). O Centro Emissor de Lourenço Marques-Matola continuaria responsável pelas línguas Xichangana e Xironga; enquanto os emissores regionais de Nampula e Porto Amélia difundiam as emissões em Emakhuwa e Emetto, respetivamente (RM, n.º 422, 1972: 1, 28).

<sup>4</sup> Vide Decreto-Lei n.º 43893. Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06.

<sup>5</sup> Para mais informações vide o documentário *A Guerra* da autoria de Joaquim Furtado. Episódio n.º 20 “Nó Górdio não desatado”. Edição Levoir, Público e RTP.



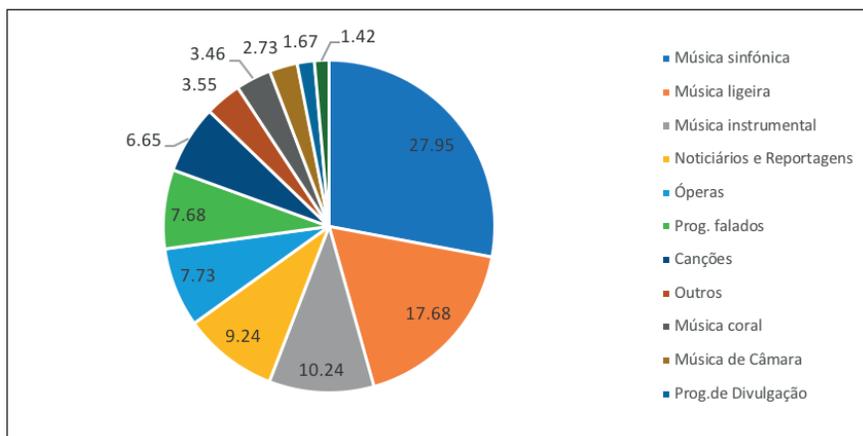
**Gráfico 6.** Número de horas de emissão de “A Voz de Moçambique” em cada língua.  
Fonte: RM, n.º 438, 1973: 1.

No que diz respeito à programação de “A Voz de Moçambique”, existiam vários programas de entretenimento com um carácter educativo, entre os quais: “Aventuras da família Pfumo”, programa teatral através do qual seriam abordadas questões relacionadas com a vida familiar; “Aprenda se não sabe, recorde se esqueceu”, onde se tratava de temáticas como a higiene, a saúde, a agricultura ou a pecuária; “Lições de Português”, que procurava ensinar a falar corretamente a língua portuguesa; e a “Hora da Verdade”, definido na revista *Rádio Moçambique* como um “programa de mentalização, distribuído para todos os dialectos em emissão, cobrindo toda a província” (RM, n.º 389, 1969: 1, 54). Finalmente, “A Voz de Moçambique” radiodifundia muita música em línguas locais recolhida pelo RCM ao longo dos anos; bem como alguns discos de artistas gravados na África do Sul, tais como Alexandre Langa e Fanny Pfumo.

No dia 12 de dezembro 1962, o RCM criou a sua terceira emissão autónoma denominada de Emissão C, composta sobretudo por música pertencente ao cânone da música erudita europeia e música associada ao universo performativo do *Jazz* (RM, n.º 346, 1965: 1-5). Esta emissão procurava resolver o problema do crescente açambarcamento dos programas comerciais na Emissão A e a consequente diminuição dos programas compostos por música erudita. Um mês depois, a Emissão C passou a ser difundida em Frequência Modulada (FM)<sup>6</sup> e a 18 de março de 1964 passou a radiodifundir em FM com estereofonia, tornando-se numa das primeiras estações a adotar este sistema a nível mundial, com exceção de estações do Canadá e dos E.U.A.. Segundo Barbosa, tendo em conta que os radioreceptores estereofónicos seriam ainda raros, esta

<sup>6</sup> Não existe consenso se terá sido o RCM ou a Rádio Pax a primeira estação a radiodifundir em FM.

realização do RCM elucida uma clara necessidade de afirmação e de reforçar o seu prestígio além-fronteiras (2000: 42-43). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão C em 1972, sendo clara a predominância de música sinfônica, ligeira, instrumental e de óperas:



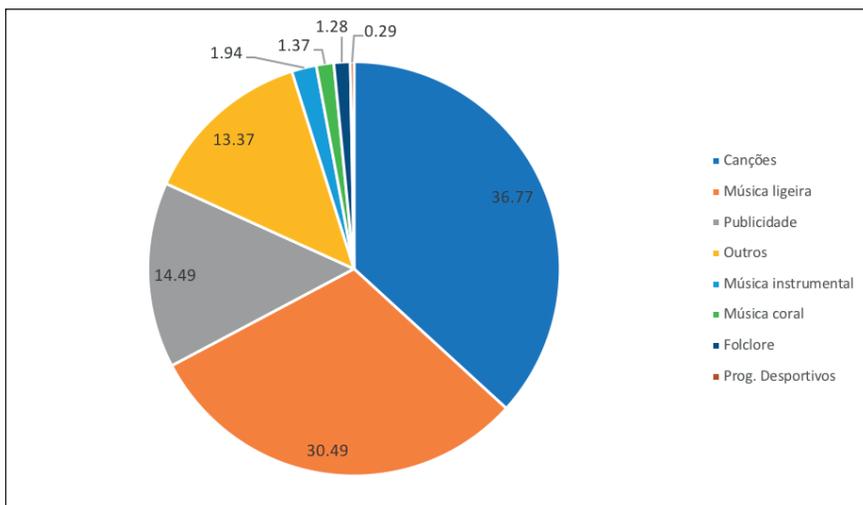
**Gráfico 7.** Distribuição das horas de programação anuais e respectivas percentagens da Emissão C em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

Embora o saldo financeiro da estação tenha continuado positivo, a direção do RCM começou a antecipar a possibilidade de surgir uma crise financeira decorrente dos conflitos armados (RM, n.º 371, 1968: 17). Como tal, e com o propósito de maximizar os lucros da instituição, o RCM começou por aumentar o número de horas passíveis de serem “alugadas” às empresas de publicidade, fazendo com que uma parte significativa da programação da Emissão A deixasse de ser diretamente controlada pelo RCM (RM, n.º 371, 1968: 17).

Na década de 1970 existiam várias empresas de publicidade a operar em Lourenço Marques, tais como as Produções Golo, Delta Publicidade, Produções 1001, Excelsior Publicidade, Produções Elmo, Publicidade Tam-Tam, Arco Íris Publicidade, Boa Tarde Rádio Publicidade, Top-Express, entre outras, que tinham também a responsabilidade de produzir programas radiofónicos. Foi neste contexto que o RCM decidiu criar a Emissão D, em janeiro de 1968, apresentando como seus objetivos: “a) competição entre as Agências Publicitárias levando-as, por emulação, a melhorar a sua produção publicitárias; b) aliviar a publicidade do programa A, pelo menos na parte respeitante ao comércio local; c) obter, se possível, um aumento de receitas” (RM, n.º 412, 1971: 1, 60). A

reduzida potência do emissor (5Kw) confinava o raio de ação da emissão D pouco para além dos 70 quilómetros fora da cidade. Na distribuição programática da Emissão D, em 1972, e à semelhança das emissões A e B, havia uma prevalência das categorias “canções” e “música ligeira”:



**Gráfico 8.** Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão D em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

A década de 1970 ficou marcada pela intensificação da cobertura radiofónica com a criação do Centro Emissor do Dondo-Beira, no dia 1 de outubro de 1970, que, devido a sua elevada potência, o RCM não considerava ser um emissor regional mas sim uma extensão do Centro Emissor de Lourenço Marques-Matola. Este Centro Emissor foi construído com o único propósito de servir as emissões de “A Voz de Moçambique”, não radiodifundindo qualquer emissão em língua portuguesa.

Os últimos dois anos antes da revolução de abril de 1974 ficaram marcados pela criação de quatro novos emissores regionais: o primeiro na cidade de Tete, a 29 de outubro de 1972 (RM, n.º 427, 1972: 1, 4, 5, 56-58); o segundo em Vila Cabral (atualmente Lichinga, no Niassa), a 12 de dezembro de 1972 (RM, n.º 430, 1972: 3-7); o terceiro em Inhambane, a 23 de novembro de 1973 (RM, n.º 441, 1973: 1-5); e o quarto em Vila Pery (atualmente Chimoio, em Manica) no decorrer de 1974 (LOFORTE 2007: 93). Foi ainda projetada a possibilidade de construir um posto regional em João Belo (atualmente Xai-xai,

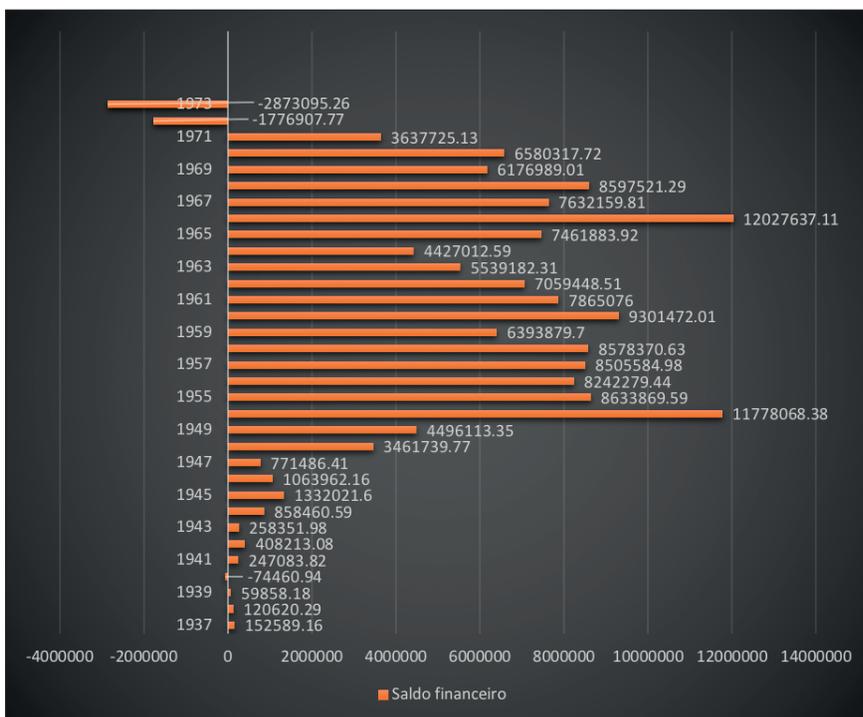
Gaza), projeto que foi cancelado após a revolução do dia 25 de abril de 1974<sup>7</sup>. Esta expansão pode ser enquadrada na necessidade de aumentar as áreas de influência radiofônica, numa época em que o teatro de guerra se estendia às regiões do Centro-Sul da província. A importância político-militar envolta na criação destas emissoras foi devidamente evidenciada através da presença do Governador Geral Eng.º Pimentel dos Santos, em todas as inaugurações, e do Comandante Chefe das Forças Armadas General Kaulza de Arriaga, na inauguração de Tete (RM, n.º 427, 1972: 1, 4-5, 56-58).

Pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, o RCM apresentou em 1972 um saldo negativo, justificando-o com vários fatores: a desvalorização do Rand; a elevada despesa mensal com o Complexo Emissor Beira-Dondo; os custos da criação de quatro emissores regionais em menos de dois anos; a diminuição da receita publicitária; o aumento de encargos com material e pessoal; bem como os elevados custos de manutenção de vários postos radiofônicos simultâneos e o exponencial alargamento do período de emissão para o número recorde de 14 848 horas anuais (RM, n.º 436, 1973: 58). A expansão apressada e não sustentável do império radiofônico num quadro de uma “guerra das ondas sonoras” contra a programação da Frelimo<sup>8</sup>, também contribuiu para o agravamento da situação, nem que seja porque os encargos financeiros da “Voz de Moçambique”, que estariam na base desta expansão, seriam “muito insuficientemente compensados monetariamente” (RM, n.º 424, 1972: 29). Contudo, “devido às circunstâncias que o momento impõe não poderá adiar-se a condução da rede distrital”, referia o mesmo relatório de contas, confirmando que os objetivos políticos da província e da metrópole deveriam prevalecer sobre a saúde financeira da Rádio (RM, n.º 436, 1973: 58).

---

<sup>7</sup> A construção do Emissor do Xai-xai aconteceu em 2002, vinte e oito anos depois da inauguração do de Inhambane, fechando assim o ciclo da criação de emissores regionais autônomos (denominados de “Emissores Provinciais” depois da independência) (LOFORTE 2007: 93).

<sup>8</sup> A “Voz da Frelimo” foi um tempo de antena diário, inicialmente radiodifundido a partir de Dar Es Salam (Tanzânia) e posteriormente a partir da Lusaca (Zâmbia) com locução em português e línguas locais. Segundo o seu principal locutor – Rafael Maguni – “A Voz da FRELIMO” já existia em julho de 1968 aquando do II Congresso da FRELIMO (FREITAS 2020: 80-81).



**Gráfico 9.** Saldo financeiro do RCM.  
 Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

## Poslúdio: o legado do RCM na história política e cultural de Moçambique colonial

Nos factos e aspectos ilustrativos desta Exposição retrospectiva [...] transcorre a vida [...] duma Instituição de alto prestígio e posição indestrutível em todo o vasto Mundo Português. Através deles ressaltam a dimensão e a importância, no âmbito informativo, social, político, religioso, recreativo, artístico, desportivo, assistencial, educativo, cultural e no da própria radiodifusão, do papel desempenhado pelo R.C.M. na vida da terra moçambicana, à qual, e, portanto, à Nação, se tem votado desde sempre com o mais interessado propósito de bem servir e prestigiar, até onde o poder dos seus emissores possa fazer chegar a sua voz – a voz de Portugal em África (RM, n.º 438, 1973: 1-13; 59-60).

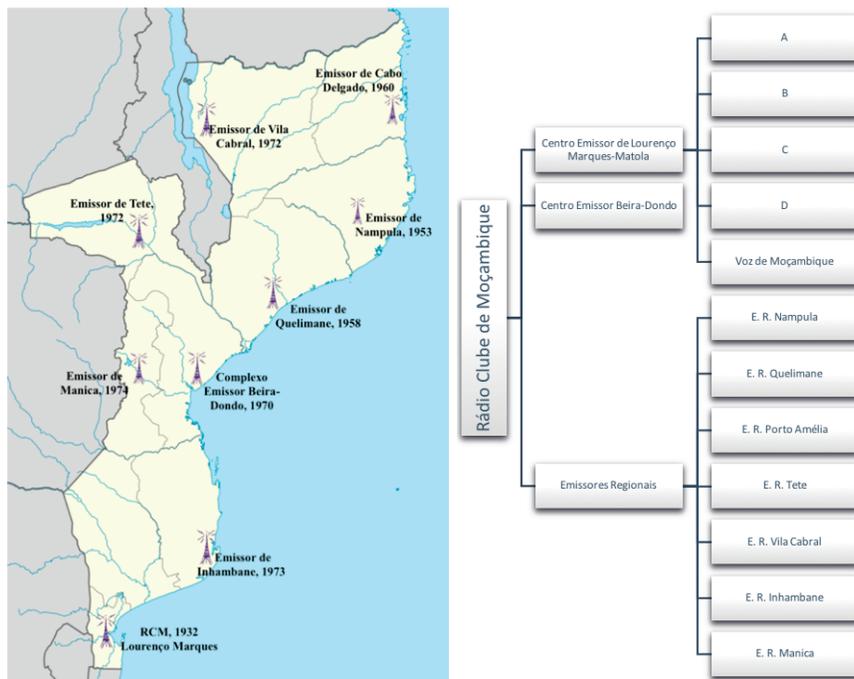
A meros meses da Revolução de abril de 1974, o RCM celebrava o seu quadragésimo aniversário com a inauguração de exposição realizada no “Palá-

cio da Rádio”, contando com a presença das mais altas figuras da vida política laurentina e de Moçambique. Os cerca de quarenta entusiastas que em 1933 formaram o Grémio de Radiófilos mal imaginavam que, quarenta anos depois, a sua obra viria a ser aclamada como um dos mais importantes feitos da presença portuguesa em África. Em 1974 o RCM empregava um total de 565 trabalhadores, ao invés dos dez iniciais. O pequeno emissor – o CR7AA – deu lugar a várias dezenas de emissores espalhados por todo o país, com potências variáveis e com possibilidade de transmissão em ondas curtas, médias, frequência modulada e estereofonia, tendo sido das primeiras instituições do mundo a adotar as duas últimas tecnologias. Criou emissões direcionadas para públicos diferentes, conseguiu impor-se no mercado publicitário sul-africano, teve um papel fundamental na recolha, difusão e projeção das práticas expressivas “indígenas”, culminando na criação de emissões autónomas em línguas locais. Para além do português, inglês e afrikaans, em 1974 o RCM emitia também em Xichangana, Xironga, Echuwabo, Emakhuwa, Emetto, Cinyanja, Kiswahili, Ciyao, Shimakonde, Cisena e Cinyungwe, totalizando assim 14 línguas diferentes. O RCM seria, portanto, um autêntico império radiofónico cuja dimensão quase não encontraria precedentes em África.

Embora a sua criação, de iniciativa privada, tivesse tido como base alguns propósitos de entretenimento para uma elite de origens europeias dentro e fora da província, com o passar dos anos o seu âmbito e função foi-se alargando, concretizando, no processo, o projeto outrora apodado de “rádio-colonização” cuja composição pode ser resumida em três grandes domínios: informativo, educativo e recreativo. O RCM procurava *informar* corretamente as populações (segundo a cartilha colonial), num contexto de guerra e de fortes pressões internacionais contra o colonialismo português; procurava *educar* as populações através de programas pedagógicos sobre assuntos tais como saúde, higiene, valores familiares, valores religiosos, dicção de língua portuguesa, entre outros; para além de garantir, simultaneamente, a *recreação* e o entretenimento através da radiodifusão de músicas em línguas locais. A eclosão da guerra em Moçambique, com início em setembro de 1964 ajudou a acelerar este processo de “rádio-colonização”. Foi através destes três vetores – informação, educação e recreação – que se autopromoveu como uma das mais importantes instituições da representação portuguesa em África: não era apenas uma das principais referências de Moçambique no estrangeiro mas, acima de tudo, a única referência que muitos países africanos teriam de Portugal. Esta ideia seria diariamente reforçada com o indicador sonoro “Aqui Portugal, Moçambique, fala-vos o Rádio Clube em Lourenço Marques transmitindo em ondas curtas e médias”.

Este vasto império radiofónico teve a sua origem na década de 1930 por

iniciativa privada de alguns portugueses, agigantou-se na década de 1950, sobretudo a partir de receitas publicitárias providas do estrangeiro, e foi instrumentalizado na década de 1960 para a teleologia nacionalista, numa época em que a soberania portuguesa era posta em causa no território moçambicano.



**Imagem 1 e esquema 1.** À esquerda: localização aproximada e data de inauguração dos emissores no mapa de Moçambique; à direita: todos os polos do RCM, com foco particular nas 5 emissões existentes no Centro Emissor de Lourenço Marques/Matola em 1974. Composição do autor.

A importância desta instituição foi ainda comprovada durante o período de transição, no dia 7 de setembro de 1974, ao ter sido escolhida pelo “Movimento Moçambique Livre” como o epicentro de um golpe político de grupos de colonos portugueses em reação aos Acordos de Lusaca (Zâmbia). Aos seus microfones foi então proclamada uma outra “independência” para o território. Porque escolheram o Rádio Clube de Moçambique e não outros edifícios com aparente maior significado político, tais como a Câmara Municipal de Lourenço Marques ou a residência do governador provincial no Palácio da Ponta Vermelha? Por um lado, o RCM era o centro informativo da colónia, com capacidade de radiodifundir por todo o território as diretrizes do autode-

nominado “Movimento Moçambique Livre”. Contudo, mais do que material, talvez a principal razão tenha sido simbólica, já que o RCM representava como poucas instituições a presença portuguesa em África, com o seu imponente “Palácio da Rádio” e os seus retransmissores que asseguravam a cobertura de quase todo o território moçambicano<sup>9</sup>.

## Artigos de imprensa

- “1936”. *Rádio Moçambique: Revista Mensal de Vulgarização* (doravante RM), n.º 19, 1937, 1. Autoria: Gilberto Gonçalves Tubio.
- “A Exposição Histórico-Iconográfica dos 40 anos do Rádio Clube de Moçambique”. RM, n.º 438, 1973, 1-13 e 59-60.
- “Algumas cifras sobre o desenvolvimento do Rádio Clube”. RM, n.º 49, 1939, 9-11.
- “Ante-projecto apresentado à primeira Conferência Económica”. RM, n.º 13, 1936, 3.
- “Aqui CR7 AA”. RM, n.º 18, 1936, 9.
- “Cerimónia inaugural do Centro Emissor do RCM em Inhambane em 23 de Novembro de 1973”. RM, n.º 441, 1973, 1-5.
- “Em cada noite ouvem o Rádio Clube de Moçambique na União da África do Sul e Rodésia, 263000 pessoas, em média”. RM, n.º 172, 1950, 2.
- “Estatutos do Rádio Clube de Moçambique”. RM, n.º 132, 1947, 11-14.
- “Momento musical”. RM, n.º 44, 1939, 6. Autoria: Eduardo Correia de Matos.
- “Noticiário do Rádio Club”. RM, n.º 29, 1937, 4.
- “O nosso quinteto”. RM, n.º 27, 1937, 10.
- “O que dizem as estatísticas sobre o valor comercial de Rádio-Moçambique”. RM, n.º 254, 1957, 1-2.
- “Orquestras do Rádio Club”. RM, n.º 50, 1939, 2-9.
- “Programa D”. RM, n.º 371, 1968: 17.
- “Programa-tipo do Rádio Clube de Moçambique para o mês de Março”. RM, n.º 246, 1957, 14-15.

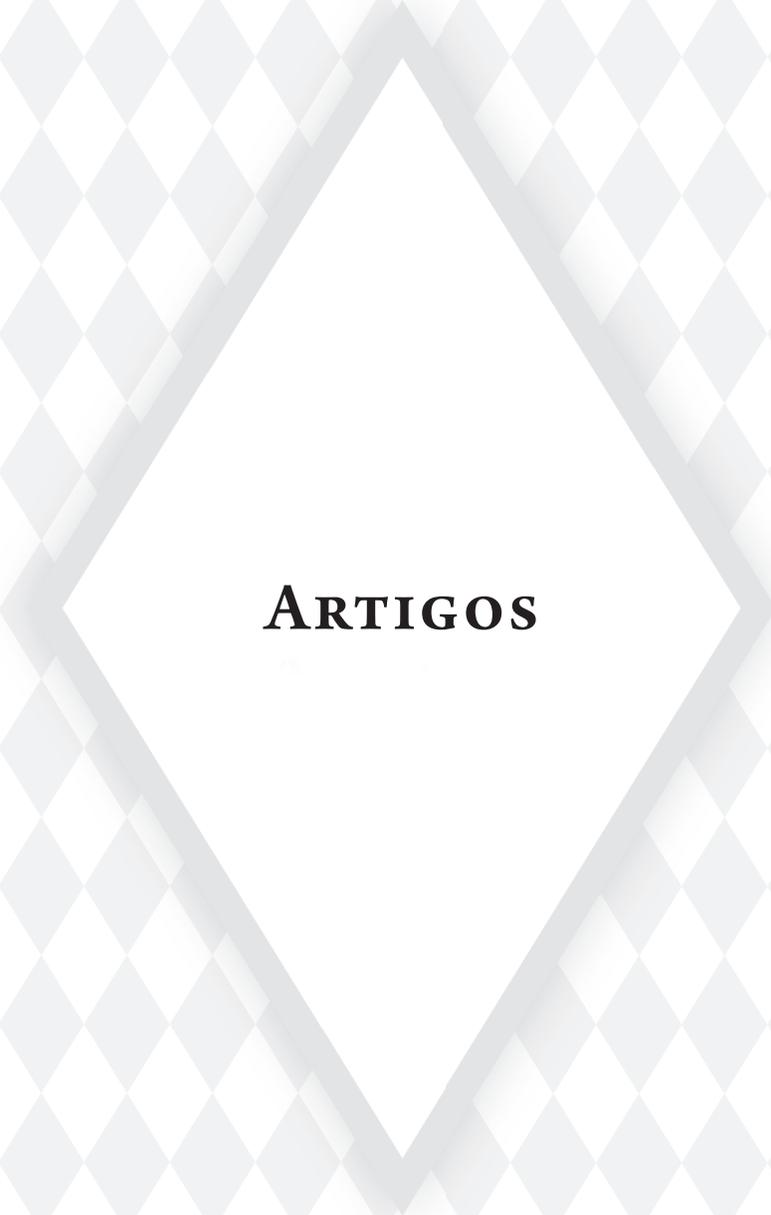
---

<sup>9</sup> Depois da independência (25 de junho de 1975), todo o sistema de radiodifusão de Moçambique passou para o controlo do Estado e, por conseguinte, da FRELIMO. Criou-se assim a Rádio Moçambique (RM) no dia 2 de outubro de 1975, sob a tutela do Ministério da Informação e com Rafael Benedito Afonso Maguni, antigo locutor de “A Voz da FRELIMO”, como seu primeiro diretor. Para além da RCM e dos seus 8 emissores regionais (prontamente renomeados de provinciais), a Rádio Pax e a Emissora do Aeroclube da Beira foram também intervencionadas pelo Estado moçambicano, juntando-se ainda todo o espólio e materiais de “A Voz da FRELIMO” e, posteriormente, de empresas de publicidade (FREITAS 2020: 154).

- “Programa-tipo do Rádio Clube de Moçambique para o mês de Outubro”. RM, n.º 265, 1958, 13-14.
- “Rádio-Colonização”. RM, n.º 26, 1937, 1. Autoria: Dias de Castro.
- “Recordando...”. RM, n.º 298, 1961, 15.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4, 5, 56, 57 e 58.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4, 5, 56, 57 e 58.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4-5, 56-58.
- “Regional de Vila Cabral”. RM, n.º 430, 1972, 3-7.
- “Relatório da Direcção de 1958”. RM, n.º 273, 1959, 1-8.
- “Relatório da Direcção de 1951”. RM, n.º 190, 1952, 1-3.
- “Relatório da Direcção de 1957”. RM, n.º 262, 1958, 1-6.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 202, 1952, 1-5.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 216, 1953, 1-4.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 216, 1954, 1-4.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1954”. RM, n.º 226, 1955, 1-3.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1956”. RM, n.º 249, 1957, 1-9.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1958”. RM, n.º 273, 1959, 1-8.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1960”. RM, n.º 297, 1961, 1-85.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1963 [1962]”. RM, n.º 322, 1963, 3-7.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1964”. RM, n.º 346, 1965, 1-5.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1964”. RM, n.º 346, 1965, 1-5.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1968. III.”. RM, n.º 389, 1969, 1 e 54.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1968. III.”. RM, n.º 389, 1969, 1 e 54.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1970. III.”. RM, n.º 412, 1971, 1 e 60.
- “Relatório da direcção. Exercício de 1971. III.”. RM, n.º 424, 1972, 29.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1971”. RM, n.º 422, 1972, 1 e 28.
- “Relatório da direcção. Situação financeira”. RM, n.º 436, 1973, 58.
- “Relatório da Gerência. Ano 1940”. RM, n.º 72, 1941, 15-39.
- “Resultado do inquérito do Rádio Clube aos seus ouvintes”. RM, n.º 274, 1959, 7-9.
- «Os nossos programas». RM, n.º 1, 1935, 15.
- «Programa para o mês de Setembro de 1935». RM, n.º 4, 1935, 5.
- Exemplos recolhidos na programação impressa na RM n.º 141, 1948; n.º 156, 1949; e n.º 210, 1954.

## Bibliografia:

- ADORNO, Theodor (1993). “The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception”, in *Dialectic of Enlightenment*. New York: Continuum.
- ANDERSON, Benedict (1991) [1983]. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso.
- BARBOSA, Ernesto (2000). *A Radiodifusão em Moçambique: o caso do Rádio Club de Moçambique, 1932-1973*. Maputo: Promédia, 42-43.
- FREITAS, Marco Roque de (2020). *A Construção Sonora de Moçambique (1974-1994)*. Maputo: Kulungwana.
- LOFORTE, Luís (2007). *Rádio Moçambique. Memórias de um doce calvário*. Maputo: Edição de autor.
- LOSA, Leonor (2013). *Machinas Fallantes: a música gravada em Portugal no início do século XX*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- MOORMAN, Marisa (2008). *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent times*. Ohio: Ohio University Press.
- NERY, Rui Vieira (2010). “Políticas Culturais”, in S. Castelo-Branco (coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX (4 vols.)*, vol. 3 L-P. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1017-1030.
- POWER, Marcus (2000). “Aqui Lourenço Marques!! Radio colonization and cultural identity in colonial Mozambique, 1932–74”. *Journal of Historical Geography*, 26, 4, 605-628.
- RIBEIRO, Nelson (2014). “Broadcasting to the Portuguese Empire in Africa: Salazar’s singular broadcasting policy”. *Critical Arts*, 28, 6, 920-937.
- SILVA, Manuel Deniz (2010). “Rádio”, in S. Castelo-Branco (coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX (4 vols.)*, vol. 4 P-Z. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1080-1086.



**ARTIGOS**



# A Conquista de Tavira aos Mouros: uma reconstituição crítica

## *The Conquest of Muslim Tavira by the Portuguese: a critical reconstruction*

**ANTONIO CASTRO HENRIQUES**

Universidade do Porto, Faculdade de Economia

ahenriques@fep.up.pt

<https://orcid.org/0000-0003-2796-374X>

Texto recebido em / Text submitted on: 02/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 16/07/2021

**Resumo.** Este trabalho propõe uma reconstrução crítica da conquista cristã de Tavira. De acordo com a fonte narrativa mais antiga (a *Crónica de Portugal de 1419*), este acontecimento deu-se em 1242 e foi uma consequência acidental do massacre pela população muçulmana dos ditos “Sete Mártires” de Tavira (seis freires de Santiago e um mercador). Recorrendo a materiais novos e outros há muito conhecidos, o artigo propõe que Tavira tenha sido ocupada na sequência de uma campanha a 11 de junho de 1239, enquanto que o “Martírio” ocorreu num dia 9 de julho, cerca de uma década depois, possivelmente em resultado de um confronto entre a população de Tavira e cavaleiros castelhanos de Santiago. Estas propostas e datas constituem contributos importantes para três áreas: a crítica da *Crónica de Portugal de 1419*, o estabelecimento de uma sequência fiável dos acontecimentos militares e a memória e identidade da sociedade criada pela Reconquista.

**Palavras-chave.** Reconquista, Paio Peres Correia, Algarve, Tavira.

**Abstract.** This article provides a critical reconstruction of the events surrounding the Christian conquest of Tavira. According to the earliest narrative source (the *Crónica de Portugal de 1419*), the capture of Tavira was the unintended result of the massacre of six friar-knights and a devout merchant (the “Seven Martyrs of Tavira”) at the hands of the Moorish populace on 9<sup>th</sup> of July 1242. Drawing off both new and well-known materials, the author concludes that the source conflated two distinct events: the capture of Tavira by a Portuguese a military campaign on the 11th of June 1239 and an engagement between the Castilian friar-knights and the Christian population of Tavira, some ten years later. The article also discusses the implication of these conclusions for three different areas: source criticism, the sequencing of the military events and the identity and memory of the society born out of the *Reconquista*.

**Keywords.** Reconquista, Paio Peres Correia, Algarve, Tavira.

## Introdução

Uma das narrativas mais pormenorizadas da *Crónica de Portugal de 1419* (CP1419) descreve a conquista de Tavira por Paio Peres Correia, Mestre de

Santiago. Segundo a fonte, começava o verão de 1242 quando os mouros de Tavira, vendo que não conseguiam expulsar de Cacela os cavaleiros do Mestre e temendo a devastação das suas colheitas, acordaram com os cristãos uma trégua até o S. Miguel de Setembro. Porém, a 9 de julho, o comendador-mor junto de cinco freires cavaleiros ofendeu os muçulmanos por ter atravessado a praça da vila a caminho de uma sessão de falcoaria no Campo das Antas. Num movimento espontâneo, a população com armas improvisadas massacrou os cavaleiros bem como Garcia Rodrigues, um mercador que por ali passava e que preferiu abandonar as suas fazendas para morrer junto com eles. Avisado, o Mestre chegou demasiado tarde para salvar os seus correligionários mas ainda a tempo de perseguir a moirama que, fugindo para a vila, deixou um postigo aberto por onde entraram os cristãos. Assim caiu a principal praça do Sotavento, “lugar grande e poderoso de gentes”, que semanas antes quase vencera Paio Peres numa batalha campal. Em comemoração deste “Martírio”, o Mestre mandou construir um monumento onde constavam os nomes dos cavaleiros e do mercador.

Que crédito merece esta narrativa? Para Herculano, esta era uma das “vagas lendas” da chamada “Crónica da Conquista do Algarve”. É certo que o grande historiador desconhecia a existência da *CP1419* e teve apenas acesso a um texto de tradição manuscrita incerta (MOREIRA 2013: 278) editado em 1792. Ainda assim, o juízo de Herculano não parece demasiado severo quando se analisa criticamente este episódio. A conquista acidental de uma praça de primeira ordem e a morte exemplar de Garcia Rodrigues, um mercador que colaborara com Paio Peres e que por acaso também passava pelas Antas no exato momento do massacre, desafiam a credulidade do historiador. Por sua vez, a crítica externa encontrou uma incompatibilidade entre a data indicada para a conquista de Tavira (julho de 1242) e a presença de Paio Peres Correia em Portugal. Por fim, López Fernández (2013: 174) mostrou que os “mártires” ainda estavam vivos depois de 1244, ano da doação de Tavira à Ordem que é o *terminus a quo* da data da conquista.

A historicidade do episódio é duvidosa. Contudo, como reconhecem diferentes autores que partiram de bases textuais mais firmes do que Herculano (por todos, OLIVEIRA 2014), os relatos das campanhas do Algarve contêm elementos de comprovada historicidade e, como tal, não podem ser remetidos à insignificância. Como Luís Filipe Oliveira formulou de modo lapidar, urge “uma análise mais atenta da Crónica, que recupere os outros testemunhos textuais e a confronto com toda a documentação conhecida, para avaliar a fidelidade da narrativa” (OLIVEIRA 2014: 97). Ao analisar criticamente as fontes disponíveis relativas à conquista de Tavira, este trabalho é, esperamos, um passo neste caminho.

O artigo parte de uma análise crítica à data da conquista, começando pela questão do dia (secções 1 e 2) e avançando depois para o ano (secções 3 e 4). As conclusões obtidas nesta primeira parte permitirão avançar para a crítica do episódio do Martírio e lançar hipóteses explicativas (secções 5 e 6). Por fim, na secção 7, relaciona-se a referida narrativa com a “memória social” de Tavira nos séculos XIII e XIV que lhe deu origem. As Notas Finais (secção 8) sintetizam os principais contributos deste trabalho em três áreas diferentes: história militar, a crítica da Crónica de 1419 e a memória da Reconquista.

## 1. O Dia da Conquista: o problema

A *CP1419* afirma que Tavira caiu às armas cristãs a 9 de julho de 1242 (*Crón. Port.*, cap. 85), no que é acompanhada pelas fontes mais antigas provenientes de Uclès que datam deste dia a morte dos Sete Mártires (v. Tabela I). Porém, esta data não coincidia com a consagrada na memória local: Tavira celebrava o mesmo sucesso no 11 de junho. Segundo o testemunho da visitação de 1518 à igreja de Santa Maria, a tomada da vila aos mouros era comemorada nesse dia com uma “pricicam solepne” a que “o povoo (...) tem muy gramde devaçam” (CORREIA 1996: 207). Uma versão da *CP1419* transcrita no Livro da Câmara por volta de 1620 vai ao ponto de corrigir o seu modelo original neste ponto e insiste no 11 de junho (AMT, *Livro 1º do Registo*, fols. 2-9). Há, por conseguinte, uma diferença entre o dia apontado pelos principais manuscritos da *CP1419* e a tradição textual tavirense (v. Tabela I).

**Tabela I – Datas para o Martírio dos Sete**

| Fonte                           | Datação da Fonte       | Data indicada   |
|---------------------------------|------------------------|---|
| Obituários de Uclès             | ant. 1247              | 9 de julho  |
| Crónica de Portugal de 1419     | 1419 (Ms C, ant. 1600) | 9 de julho era de mil iic lxxx  |
|                                 | 1419 (Ms P, c. 1600)   | 9 de julho de lxxx  |
| Visitação da Ordem a Tavira     | 1518                   | Dia de São Barnabé [11 de junho]  |
| Crónica da Conquista do Algarve | sécs. XVI-XVII         | 11 de junho dia de S. João Barnabé da era de mil duzentos e quarenta e dois |
| Livro Antigo da Câmara          | ant. 1622              | 11 de junho, dia de S. Barnabé da era de 1280                               |

Fontes. AHN, Cód. 236-B, fol. 125; Cód. 931-B, fol. 42; *CP1419*: 153 e MOREIRA 2013: 33-39; CORREIA 1996: 207; MACHADO 1979: 10 e MOREIRA 2013: 277-9; Arquivo Municipal de Tavira, *Livro 1º Antigo da Câmara*, fols 2-9 e MOREIRA 2013: 277, nota 504.

Por estar atestado em testemunhos mais antigos, o 9 de julho parece preferível. No entanto, não se pode ignorar a celebração do 11 de junho pelos tavienses. Assinalar o dia da conquista aos mouros implicava celebrar a própria fundação da comunidade. Era desse momento fundacional que decorriam os direitos sobre a terra, as leis a que obedeciam e o seu enquadramento paroquial e religioso. A conquista era o momento da *povoação*, para utilizar o termo contemporâneo que sintetiza estas noções. Num curioso episódio conservado pela *CP1419*, Afonso XI de Castela cercava Tavira em 1336 quando avistou sete espectros. Assustado, falou ao guardião do convento franciscano da vila que, sendo “homem antygo bem lembrado da povoação da terra”, lhe esclareceu que as visões eram dos Sete Mártires que tutelavam as muralhas da vila (*Crón. Port.*, 257). Vivamente consciente das suas origens, Tavira recordava que a conquista se dera a 11 de junho. Corretamente, como se verá.

## 2. O Dia da Conquista: *Lux ex Uclés*

Os materiais mais antigos sobre a conquista de Tavira são as fontes necrológicas oriundas de Uclés, sede da Ordem de Santiago. Trata-se de dois códices conservados no Arquivo Histórico de Madrid, já referidos por Manuel López Fernández (2010: 96). O primeiro é uma cópia anotada seiscentista do necrológio perdido chamado *Kalenda del Convento de Uclés*. Esta cópia integra uma coletânea intitulada *Opúscula varia de la Orden de Santiago*, atribuída ao erudito cronista da Ordem José López de Agurleta (*floruit* 1691-1731). O segundo códice é chamado *Calendário*, porque contém um Calendário Romano, transcrito talvez no final do século XV, ao qual uma mão seiscentista acrescentou vários óbitos de figuras relacionadas com a Ordem de Santiago. É muito provável que ambos os textos tenham retirado a informação necrológica do perdido obituário conventual de Uclés. Para a questão de Tavira, os textos são praticamente idênticos, sugerindo uma origem comum.

Cada uma destas fontes contém duas referências claras a Tavira que aqui se transcrevem a partir da versão da *Kalenda* [K]. Esta lição é preferível por ser mais antiga e por o compilador desta versão distinguir e ordenar por ordem cronológica crescente as diferentes adições ao manuscrito, ao invés do escrivão do *Calendário* [C]. Segundo os obituários, a 12 de junho, os freires de Uclés deviam rezar missas por:

1 Occisi sunt pro Christi nomine apud Taviram in conflictu v fratres cum magna [C: innumberabili] fidelium multitudine et obiit bone memorie Dominus Lupus Cordubensis episcopus 2 [...] (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 124v)<sup>1</sup>.

Este acontecimento não se refere ao Martírio dos Sete. Esse encontra-se no mês seguinte, precisamente no dia 9 de julho:

1 Obiit frater Garsias Munionis 2 et occisi sunt apud Taviram pro Christi nomine Domnus Petrus Petri quondam comendator [C: Petri comendator] de Secura, et Beltranus Ochova, et Alvarus Garsie et Durandus Blasii et alii tres fratres 3 et obiit Laurentius Martinez 4 et Petrus Rodriguez (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 125)<sup>2</sup>.

É sem dificuldade que se reconhece na celebração “2” do dia 9 de julho a narrativa da *CP1419* sobre o martírio dos cavaleiros de Santiago, bem como a data indicada para a conquista de Tavira. Se o evento de 12 de junho parece mais misterioso é apenas porque a data está errada. Como notou o cuidadoso editor Agurleta, no mês de junho as datas estão sistematicamente adiantadas um dia: por exemplo, as mortes de Rodrigo Ximenes de Rada (10 de junho) e de Sancho de Navarra (27 de junho) estão na fonte assinaladas um dia depois. Assim, a morte daqueles cinco freires de Santiago e de grande número de cristãos ocorreu no 11 de junho, precisamente o dia celebrado em Tavira como o dia da conquista.

As datas comemoradas nos necrológios não contêm os anos. No entanto, visto pertencer à redação “1”, o evento de 12 de junho é necessariamente anterior ao de 9 de julho, que só surge na redação “2”. É possível acrescentar alguma precisão e dizer que o primeiro evento não pode ter ocorrido depois de 1247. Com efeito, as últimas notícias datáveis da redação “1” são do ano de 1246 ou de 1247<sup>3</sup>.

Por se referir ao dia 11 de junho, pode-se assumir que a notícia da morte *in Christo nomine* de cinco freires junto com muita outra gente é relativa a uma conquista de Tavira. Se a notícia tivesse qualquer outra data, poderia ser relativa a um dos vários confrontos narrados nos capítulos 82 e 83 da *CP1419* perto de Tavira, como as refregas no Cabeço do Mestre ou do Furadouro. Contudo,

<sup>1</sup> Em português: “1 Em nome de Cristo morreram em combate acerca de Tavira cinco freires com grande multidão de fiéis e morreu D. Lopo, bispo de Córdova 2”.

<sup>2</sup> Em português: “1 Morreu Garcia Munhoz 2 e pelo nome de Cristo morreram acerca de Tavira D. Pedro Peres, outrora comendador de Segura, Beltrão Ochoa, Álvaro Garcia, Durão Brás e três outros freires 3 e morreu Lourenço Martins 4 e Pedro Rodrigues”.

<sup>3</sup> Agurleta indica que “este livro se comenzo em 1245” (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 133v). No fol. 127v lê-se que determinado personagem “murio em 1246 o en el seguinte respecto que la primera letra de la Kalenda no pasa de estes años”.

a coincidência entre a bem atestada data da comemoração da conquista da vila e a do obituário obriga a que se considere que Tavira não caiu em mãos cristãs na sequência do Martírio, mas sim após um grande combate em que participou uma numerosa hoste cristã e em que a Ordem teve uma participação considerável, como revelam as baixas sofridas. Fica assim claro que Tavira foi mesmo conquistada num dia 11 de junho anterior a 1247. Mas de que ano?

### 3. O Ano da Conquista: Problema

Os dois manuscritos da *CPI419* e a tradição textual algarvia afirmam que o ano da conquista foi o de 1242 (v. Tabela I). Não se trata de um possível erro de copista porque o próprio autor deixa explícito que a conquista de Paio Peres aconteceu “três anos antes de Afonso III ser nomeado regente”, ou seja, em 1245 (*Crón. Port.*, cap. 80). Uma vez que não aparece referida na Visitação de 1518, cuja principal fonte é a inscrição sepulcral dos Mártires, é provável que a data seja mesmo fruto do trabalho historiográfico do cronista de 1419, bem inserido na corte régia (MOREIRA 2013: 96)<sup>4</sup>. Como se percebe pela menção no texto à data e local da morte do mestre (*Crón. Port.*, 160), o cronista procurou referências cronológicas para situar no tempo as narrativas que recolhera sobre o Algarve. A associação do martírio à conquista pode ter sido suscitada pela própria inscrição do monumento funerário que, em 1518, é assim glosada: “Martires com cuja morte se ganhou esta çidade de Tavilla aos Mouros que ha entam tinham pollo Mestre Dom Payo Pyrez Correa que nesse tempo era Mestre” (CORREIA 1996: 182).

Porém, uma conquista em junho de 1242 é incompatível com o itinerário e, sobretudo, com as funções de Paio Peres Correia. Ao ser eleito comendador de Uclés, no Capítulo reunido em León em dezembro de 1241, Paio Peres tornou-se responsável pelas forças santiaguistas no Reino de Castela no auge do seu esforço reconquistador (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 67). Não só o cargo assumido por Paio Peres por si só impede a possibilidade de ter liderado forças cristãs no Sotavento em 1242 como o seu itinerário, que não contém grandes lacunas (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 648-51), é incongruente com esta hipótese. Eleito comendador em León, Paio Peres foi para Valladolid e, como mostra um documento da Torre do Tombo, cercava Orihuela a 4 de março de 1242<sup>5</sup>, de onde seguiu provavelmente para Chinchilla, que caiu no

<sup>4</sup> Desta crónica terá passado a data para a tradição tavirense expressa primeiro no Livro Antigo da Câmara, pois em 1518 já se conhecia em Tavira uma *Carónica* (CORREIA 1996: 207) que é muito provavelmente a de 1419.

<sup>5</sup> Note-se que López Fernández entende que Paio Peres está em Oreja, comenda perto de Toledo. No entanto, a data tópica *apud Oreliam* sugere que se trata de uma operação militar contra uma cidade inimiga, o que condiz

mesmo ano às armas cristãs. Daí seguiu para Segura de León que tomou possivelmente em junho de 1242 (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 112). Em julho e outubro do mesmo ano, encontrava-se em Uclés, de onde passou a Burgos e depois para León, onde foi eleito mestre num concílio da Ordem datável de dezembro (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 71, 649).

Enquanto mestre, a disponibilidade de Paio Peres para as operações no Algarve foi ainda menor. Em fevereiro de 1243 encontrava-se com Afonso X a preparar a conquista de Múrcia, demorada campanha que se arrastou até 1245 (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 113-125), já depois do *terminus ad quem* para a conquista de Tavira (a doação por Sancho II em janeiro de 1244 *Sanc. Sec.*, doc. 81; *Liv. Cop.*, doc. 96). De resto, a responsabilidade que assumiu na Reconquista castelhana afastavam-no de uma colaboração militar próxima com o rei de Portugal (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 68). Aliás, o efeito visível da passagem de Paio Peres Correia para Castela foi o contrário: a mobilização dos recursos da comenda portuguesa para a Reconquista do reino vizinho. É o que se pode deduzir da presença do comendador de Portugal, Gonçalo Peres Magro, no assalto a Sevilha em setembro de 1248 (SALAZAR 1697: 679).

Desta forma, só é possível aceitar a data de 1242 se, contra a lição da *CP1419* e contra a arreigada e antiga tradição local (CORREIA 1996: 208), excluirmos o protagonismo de Paio Peres Correia na conquista de Tavira. Ora, há argumentos para se considerar que a tradição não errou e que Tavira foi mesmo tomada por Paio Peres quando era ainda comendador de Alcácer. O primeiro encontra-se nos termos excecionais<sup>6</sup> com que em 1244 Sancho II justifica a doação de Tavira ao mestre de Santiago: “pro amore Domini Pelagii Petri Corrigha magistri ordinis Militie Sancti Jacobi et pro multo bono servitio quod ipse magister fecit.” (*Sanc. Sec.*, doc. 76)<sup>7</sup>. Do mesmo modo, as Alegações da Ordem de Santiago redigidas em inícios do século XIV corroboram a *CP1419* ao afirmar que os santiaguistas atingiram o Algarve a partir de Aljustrel (*Liv. Cop.*, doc. 66), o que só faz sentido enquanto Paio Peres foi comendador de Alcácer. Por fim, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que é independente das tradições locais e da Ordem, afirma que Afonso III tomou “Faro e outros lugares” enquanto o mestre “tomou o demais do Algarve aos mouros” (MOREIRA 2013: 295)<sup>8</sup>.

---

com Orihuela, não com Oreja.

<sup>6</sup> Note-se que a doação de Mértola, em cuja captura Paio Peres não interveio pessoalmente o serviço é coletivo: “multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigha comendator de Alcaccer et fratres ejusdem castri Ordini” (*Sanc. Sec.*: doc. 68).

<sup>7</sup> Ou seja, “por amor a D. Paio Peres Correia mestre da Ordem de Santiago e pelos muitos bons serviços que esse mestre me fez”.

<sup>8</sup> A expressão “o demais do Algarve” dificilmente teria sentido se se referisse apenas às restantes conquistas indicadas na *CP1419*: os pequenos castelos de Cacula e Estômbar, Paderne e a cidade de Silves.

#### 4. O Ano da Conquista: Solução

A leitura da doação de Cacela, feita em maio de 1240, revela um pormenor de grande importância para a datação da conquista. Na primeira destas doações, Sancho II ordena que os termos de Cacela sejam demarcados dos de Tavira, com esta a ficar com dois terços do território situado entre as duas localidades:

Terminos inter Taviram et Caztalam sint duas partes de quanto termino ibi est de Tavira et tertia alia sit de Caztala sicut vadit de mare usque ad serram et ita sint divisi tam per mare quam per terram (*Sanc. Sec.*, doc. 74)<sup>9</sup>.

Deste detalhe se pode deduzir que Tavira estava sob o domínio de Sancho II e não dos mouros; de outra forma não faria sentido atribuir território a uma fortaleza hostil nem definir os seus termos. Esta interpretação é confirmada pelo teor de outras doações. Na carta de doação de Aiamonte, os limites com as terras ainda ocupadas por muçulmanos são indicados de uma forma grosseira (“contra Gibraleón, contra Huelva, contra Saltes”; *ib.*, doc. 73) e definidos a partir de uma fronteira natural: o Rio Odiel. Na doação de Mértola em 1238 (*ib.*, doc. 67), a demarcação a norte com os castelos cristãos de Moura e Serpa segue o método usado para a divisão entre Tavira e Cacela (2/3 da terra para Mértola e 1/3 para os restantes).

A conquista de Tavira em 1239 por uma *magna multitudo* com uma participação considerável dos freires de Santiago é uma hipótese que se coaduna bem com a conjuntura política do reino. O fim do interdito em julho de 1238 (*ib.*, doc. 60) e o apaziguamento das tensões com os bispos de Braga e Porto (*ib.*, docs 63, 65, 66) permitiram a Sancho II obter no breve intervalo que foi de julho de 1238 até ao final de 1240 a capacidade aglutinadora que lhe faltou durante o seu reinado (FERNANDES 2006: 239-45). É precisamente neste contexto que se documenta uma expedição de grande escala chefiada em pessoa por Sancho II que resulta na conquista de Aiamonte (FERNANDES 2006: 245).

O adiantar da data da captura de Tavira em três anos torna mais crível a narrativa da *CP1419* sobre Silves e Paderne. Estas conquistas resultaram de uma campanha que envolveu efetivos numerosos, incompatíveis com a inferioridade numérica dos cristãos nos tempos em que estavam acantonados em Cacela. Com efeito, Paio Peres dividiu as suas forças em três contingentes com funções táticas distintas: a força sitiante em Paderne, o destacamento que realizou a manobra de diversão contra Estômbar e o corpo principal que

<sup>9</sup> Em português: “Que os limites entre Tavira e Cacela se façam com duas partes do termo para Tavira e uma terceira para Cacela, isto desde o mar até à serra e que se faça deste modo para o mar como para a terra”.

tomou Silves sob o seu comando. Esta dispersão implicava forças com uma dimensão muito superior às das campanhas anteriores descritas na matéria do Algarve. Como tal, é provável que estas duas conquistas tenham resultado da campanha que Sancho II preparava em fevereiro de 1241. Tal como indicado pelo papa Gregório IX, o rei de Portugal preparava uma hoste poderosa contra o inimigo muçulmano “por terra e por mar”. Esta operação seria chefiada pelo rei ou por “quem por ele for delegado” (*Monumenta Henricina*: vol. I, doc. 50). A formulação do papa adequa-se muito bem ao papel e aos recursos que a *CPI419* atribui a Paio Peres Correia que, note-se, a 14 de outubro de 1241 era ainda Comendador de Alcácer e continuava por Portugal (ANTT, Ord. Avis, doc. 116).

## 5. O “Martírio”: datação

Como indicam as páginas anteriores, a conquista de Tavira de 11 de junho e a morte dos Sete Mártires de 9 de julho são dois acontecimentos distintos. O primeiro, aliás, antecede o segundo em vários anos. Com efeito, a notícia da morte do comendador-mor e dos companheiros insere-se na redação “2” da *Kalenda*, que é posterior a 1247 (*v. ut supra*). López Fernández (2013: 174) mostrou também que um dos Sete Mártires, o comendador Pedro Peres, ainda era comendador de Segura em “1248 ou 1249”<sup>10</sup>, sendo que só em 1251 se documenta a sua substituição (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 686)<sup>11</sup>.

Porém, López Fernández (2013: 177) interpreta o facto de Pedro Peres ainda estar vivo em 1249 como uma indicação de que Tavira ainda não estava totalmente ocupada pelos cristãos. Para este autor, ou a doação de Tavira por Sancho II à Ordem em 1244 se referia apenas a um domínio parcial exercido pelo rei ou então os mouros conseguiram depois recuperar a cidade para o Islão. No cenário traçado por López Fernández, os Mártires tinham realmente estado na origem da conquista, sob as ordens de Paio Peres Correia, que nos anos de 1248-51 era já “mestre”, tal como o trata a *CPI419* (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2013: 177-9). Contudo, ao salvaguardar a narrativa cronística, a tese de López

---

<sup>10</sup> Não encontramos na fonte citada por este autor (AHN, Uclès, Cód. 243) qualquer menção ao comendador Pedro Peres.

<sup>11</sup> López Fernández afirma também que um outro “mártir”, Álvaro Garcia, se documenta em abril de 1245 (*Sanc. Sec.*: doc. 84). Porém, a leitura do original (ANTT, Gav. I, 2-6) revela uma falha do suporte na 1ª coluna dos confirmantes: abaixo de Paio Peres e acima de Gonçalo Peres, comendador de Mértola, pode ler-se “[...]alv<sup>9</sup> Garsie”. A falha de suporte cobre quatro ou cinco letras, o que implica que o texto original se referia a um certo [*Gundis*]alvus Garsie. A abreviatura de *Alvarus* – *alvar<sup>9</sup>* – é uma leitura inviável. Este santiagoista poderá ser Gonçalo Garcia de Sousa, que não era ainda o chefe da linhagem e tão-pouco se casara.

Fernández contradiz os diplomas. Não só, como vimos, os limites de Tavira estavam definidos em maio de 1240 como os termos da sua doação em 1244 não deixam dúvidas de que tinha havido uma transmissão de soberania dos mouros para Sancho II e que as mesquitas foram substituídas por igrejas. O rei de Portugal detém em Tavira “omni jure regali quod ibi habeo et habere debeo et cum toto jure patronatus ecclesiarum” (*Sanc. Sec.*, doc. 81)<sup>12</sup>. Aliás, a ocupação cristã não só ergueu igrejas como implicou a deposição do anterior soberano: a *CP1419* dá como “rei” ou “senhor de Tavira” um certo Abenfabola (*Crón. Port.*, cap. 85). Ora, o foral de Tavira de 1266 indica que eram do rei as “casas que fuerunt de Aben Falilia, (...) et ortam que fuit de Aben Falilya”<sup>13</sup>. *Abenfalila* não pode ser outro senão o Aben Fabola da *CP1419*, que foi o último *rais* ou “rei” mouro e foi dele que os direitos régios foram transferidos para Sancho II. Como tal, foi o confronto a 11 de junho, ainda no reinado de Sancho II, que fundou a Tavira cristã.

Do mesmo modo, a hipótese de López Fernández de uma recuperação islâmica é desmentida por dois dados. O primeiro é que a comunidade cristã celebrava o 11 de junho, e não a data do Martírio dos Sete, para comemorar o início da sua fundação ou *povoação*. O segundo é a condição particularmente favorável dos mouros de Tavira sob o domínio português. Uma recuperação islâmica e subsequente reconquista pela força teria como desfecho mais provável a deportação da população islâmica ou a drástica redução dos seus direitos. Ora, uma inquirição sobre os direitos régios, tirada em 1282, mostra que os muçulmanos de Tavira tinham terras e eram mesmo governados por um alcaide próprio (ANTT, Gav. XI, 4-25). Estas condições benignas são difíceis de conciliar com uma recuperação muçulmana pela força das armas e ainda menos com o posterior massacre dos freires. Se o episódio do Martírio não se pode confundir com a conquista anterior, torna-se necessário explicar como é que os Sete foram massacrados perto de Tavira, evento cuja historicidade não oferece dúvidas.

## 6. O “Martírio”: interpretações

A crítica interna da narrativa do Martírio da *CP1419* revela várias inconsistências. Há desde logo uma incongruência entre a Tavira chefiada por Aben

---

<sup>12</sup> Ou seja, “Todo o direito real que aí tenho e devo ter e com todo o direito de padroado das igrejas”.

<sup>13</sup> Entre os bens retidos por Afonso III no foral conta-se todas as “tendas que os reis dos sarracenos tinham no tempo dos sarracenos [...] e [...] as casas que foram de *Aben Falilia*, e o armazém de *Alfeyçam* e a horta que foi de *Aben Falilya*”. *Chanc. Afonso III*, doc. 369.

Fabola, um “lugar poderoso de gentes” que não teme defrontar Paio Peres Correia em campo aberto, e a turba inábil que mal consegue chacinar um punhado de cavaleiros e que deita a perder toda uma cidade. Aliás, as lutas árduas em que a Ordem se envolveu para tomar ou defender castelos e vilas de pouca monta como Moratalla, Hajar ou Chinchilla (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 636) são dificilmente conciliáveis com a captura involuntária de Tavira, com a sua muralha de oito portas (MAIA 2013: 157), população numerosa, com um chefe (“rei”) próprio e com acesso ao mar. A conquista de Tavira, a praça com maior valor militar do Sotavento, é apresentada como acidental e não resulta dos planos de Paio Peres Correia, em contraste com a sua determinação enquanto chefe militar que perpassa na mesma crónica, no vocabulário das doações e, sobretudo, na sua intervenção junto de Fernando III de Castela (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 122, 126). A narrativa tão-pouco contempla a rendição formal por parte do (historicamente documentado) Aben Fabola ou de outras chefias muçulmanas cujas intenções e capacidades tanta importância tiveram nos capítulos anteriores. O episódio contrasta ainda com as restantes narrativas sobre o Algarve da *CPI419* centradas nos planos, condicionamentos e objetivos das operações e oferecendo, por assim dizer, uma perspetiva de “estado maior”.

Antes de se considerar possíveis explicações para as incongruências do episódio, é necessário entender que na década de 1240 Tavira era palco de três conflitos diferentes: dentro do pano de fundo da luta entre as duas religiões, existia a rivalidade estratégica entre Castela e Portugal e, no interior deste país, deflagrou a guerra entre Sancho II e o seu irmão (FERNANDES 2006: 242).

Além destes conflitos, advinha-se nas fontes uma tensão entre a Tavira reconquistada e a própria Ordem de Santiago. Neste cenário, não é certo que os santiaguistas tivessem exercido o senhorio da vila que lhes foi doado em 1244 de forma duradoura (OLIVEIRA 2014: 100-1). A confirmação da doação pelo próprio papa no Concílio de Lyon, em agosto de 1245 (COSTA 2001: doc. 96), sugere que a execução desta doação tardia (relativamente a Cacela) de um rei agora deposto era, pelo menos, contestada. É também possível que esta vila litoral, como outras do país, tenha tomado voz por Afonso III, contra a vontade dos seus senhores santiaguistas. A este respeito deve-se assinalar a presença de duas pedras de armas com o escudo de Portugal (BARROCA 2013b; BARROCA 2013c) sem a bordadura com castelos e, como tal, anteriores a 1253 (BARROCA 2013: 159). Se pelo menos uma destas pedras for de Afonso III e não de Sancho II, então Tavira esteve sob sua autoridade entre 1248 e 1253, ou seja, durante o intervalo crítico para o Martírio. O que é certo é que em 1255, Afonso III confirmou várias doações à Ordem de Santiago, incluindo a de Cacela (*ib.*: doc. 2), mas não a de Tavira. Sabe-se que as relações entre

Afonso III e os cavaleiros de Santiago foram tensas desde o início do reinado (MARQUES 1986: 9-11; LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 177) e que Tavira era um dos pomos de discórdia, como notaram José Marques e Luís Filipe Oliveira (MARQUES 1986: 11-2; OLIVEIRA 2014: 99). Quando deu foral a Tavira, Afonso III refere-se a “todos os direitos retidos pelo rei”, incluindo o de padroado, a que Sancho II expressamente renunciara na Ordem em 1244. Devido a esta questão jurisdicional, a demarcação dos termos entre os concelhos de Cacela, em poder da Ordem, e Tavira foi conflituosa e continuou a ser discutida ainda depois de 1255 (MARQUES 1986: doc. 2). Note-se que este esbulho de Afonso III dos direitos da Ordem fornecia mais um bom pretexto para os reis de Castela intervirem no Algarve.

O lado muçulmano também não constituía um bloco uniforme. Existia, é certo, a figura de Ibn Mahfuz, que se intitulava “rei do Algarve” nos seus *dirhams* e era, como tal, reconhecido na corte castelhana de Afonso X, de quem era vassalo. É, contudo, duvidoso se as pretensões sobre o Algarve tinham mais substância do que palavras escritas no pergaminho da chancelaria castelhana ou cunhadas na prata das suas moedas<sup>14</sup>. O seu Reino de Niebla aparenta não ser mais do que um estado-tampão criado pelos castelhanos para travar as ambições portuguesas (ROLDÁN 1992: 168). Faltam vestígios arqueológicos ou textuais (KHAWLI 2013: 141) que mostrem que o domínio de Ibn Mahfuz foi mais do que uma pretensão de circunstância induzida pelos reis de Castela para quem uma suposta cessão dos direitos reais de Ibn Mahfuz no Algarve e a sua vassalidade constituíam pretextos para reclamar as conquistas portuguesas. A *CP1419* sugere que Tavira e Silves eram defendidas pelos seus “reis” autóctones, enquanto na campanha cristã de 1249, Faro esperava socorro dos Merínidas de Além-Mar, e não do suposto rei do Algarve (*Cron. Port.*, cap. 87).

Estas diferentes fraturas manifestaram-se em 1245 com a deposição de Sancho II pelo papa. Na luta contra o seu irmão, bem armado de bulas, cavaleiros exilados e partidários poderosos nas cidades e entre os barões, Sancho II dispôs-se a consideráveis cedências territoriais, incluindo a de praças recentemente reconquistadas para conseguir o apoio de Castela (ROLDÁN 1992: 168). Nos termos da versão da bula *Grandi non immerito* dirigida especificamente às ordens religiosas militares (COSTA 1963: 440, nota 548), a Ordem de Santiago estava obrigada pelo próprio papa a apoiar o Conde de Bolonha. No entanto, a Ordem estava vinculada a Castela e Leão e a comenda

---

<sup>14</sup> É o que se pode entender da crónica merinída que afirma que em 1246-7 (Ano da Hégira de 645) “entregou Ibn Mahfuz aos cristãos [i.e. a Fernando III] a cidade de Tavira, Loulé, Silves, al-Yuz (Algoz ou Aljezur?), al-Jizana, Marshusha (Marachique?), Paderne, Al-Hurra” (RAMIREZ DEL RIO 2012: 17). Tendo em conta que, pelo menos, Tavira já estava sob o domínio cristão, esta “entrega” deveria referir-se a direitos nominais.

portuguesa continuou na sua órbita, participando mesmo no cerco de Sevilha (SALAZAR 1697: 679).

Em suma, a interpretação dos acontecimentos que estão na origem do Martírio tem de atender a quatro antagonismos que atravessavam Tavira *circa* 1250:

- a) a fronteira entre Cristãos e Mouros;
- b) a rivalidade geopolítica entre Portugal e Castela, com a qual se alinharam Santiago e as pretensões de Ibn Mahfuz;
- c) a luta dinástica entre Afonso III e Sancho II, alinhado com Castela e com a Ordem;
- d) a querela entre Cacela, senhorio da Ordem, e Tavira, concelho de realengo que pertencia *de jure* à Ordem.

O contexto jurisdicional e político de 1248-51 torna mais provável um conflito entre a Tavira afonsina e os santiaguistas do comendador-mor de Segura do que uma luta contra os mouros. Recorde-se que estes parecem ter aqui gozado de um estatuto benigno, incompatível com a possibilidade de terem massacrado cristãos e violado tréguas. De resto, a própria forma narrativa, a memória local e a ideologia subjacente aos escritos recolhidos na *CP1419* tornavam muito apelativa esta solução “rolandiana” de substituir cristãos por mouros. Para audiências separadas por algumas gerações do evento e das questões em torno do Algarve e da Guerra Civil, um massacre cometido por muçulmanos seria muito mais inteligível e apelativo.

Há, no essencial, duas possibilidades de reconstrução dos acontecimentos. A mais coerente com a narrativa é que os Mártires caíram numa escaramuça com os moradores de Tavira. A importância concedida no relato à “gente sem freio” tomada por “sanha” e a menção a um atentado à honra coletiva sugerem um tumulto causado pela população de Tavira em resposta a uma transgressão dos direitos do concelho por parte do comendador-mor. O próprio ato de caçar dentro do termo de Tavira pode ter sido entendido como uma ofensa aos foros do concelho ou a um conflito jurisdicional com a Ordem. Os próprios mouros forros que, como referido, faziam parte da Tavira cristã durante o século XIII, poderão ter sido a parte diretamente afetada ou poderão ter colaborado no massacre.

Além de respeitar as linhas gerais da *CP1419*, esta interpretação tem a seu favor o facto de a *Kalenda*, a fonte mais próxima do acontecimento, não afirmar que a morte dos cavaleiros se deu *in conflictu*, ou seja no contexto de uma operação convencional. Nesta interpretação há, porém, dois elementos pouco plausíveis: a presença do comendador-mor de Castela no Sotavento e o lugar do massacre ficar nas Antas, longe da base santiaguista de Cacela. Como

se verá, a interpretação alternativa valoriza estes dois dados.

A segunda hipótese sugere um confronto convencional no qual o comendador-mor de Segura integraria um contingente castelhano e que encontrou a morte ao enfrentar forças fiéis a Afonso III no contexto da Questão do Algarve. Com efeito, em 1250 o infante de Castela Afonso atacou o Algarve (MACÍAS 1998: 999-1000) e seria admissível trazer com ele de Castela o comendador-mor e os freires-cavaleiros, como sugerem os nomes dos Mártires. Uma terceira hipótese valoriza a posição das Antas na estrada que vai para Faro, interpretando o Martírio como uma tentativa fracassada dos santiaguistas de submeter Faro em nome do rei de Castela, ainda antes de março de 1249. Com efeito, na sequência da doação de Ibn Mahfouz, Fernando III poderia ter enviado de Sevilha o comendador-mor de Segura para atravessar o Reino de Niebla e os termos de Aiamonte e Cacela, no intento de capturar Faro. Um confronto entre santiaguistas e mouros de Faro em julho de 1248 ajudaria a explicar que Afonso III se tenha precipitado sobre Faro logo no início de 1249.

## 7. O Martírio: da memória à historiografia

Se o acontecimento concreto que deu origem ao massacre continua envolto em dúvidas, a transfiguração dos imprudentes freires-cavaleiros em mártires venerados é compreensível à luz das tensões da sociedade tavirense dos séculos XIII e XIV. O culto dos mártires, cujo sacrifício dava origem à comunidade, era comum nas cidades reconquistadas (PICOITO 2006: 58). A memória do 11 de junho pelos tavirenses indica que Tavira não esquecer a sua fundação e que celebrava os que tinham caído para a conduzir à “pia liberdade”, eloquente termo escolhido por Inocêncio IV (*Livros dos Copos*, doc. 96).

É possível que este culto distinguisse na *magna multitudo* dos mortos os cinco cavaleiros de Santiago assinalados pela *Kalenda* (v. *supra*). Se assim foi, o culto fundacional venerava um grupo de cavaleiros de Santiago, com o qual os Sete Mártires se poderiam mais tarde associar e confundir. Com ou sem estes antecedentes, o culto dos Sete estava associado ao monumento funerário erguido na igreja matriz, como se percebe pela Visitação de 1518. O grau de pormenor com que os nomes e estatutos precisos dos mártires e o local do martírio foram conservados, quer na vila quer nas crónicas, é um sinal quase certo que o *monumento* tinha uma inscrição, forçosamente muito diferente da atual<sup>15</sup>. Parte do seu teor primitivo pode deduzir-se da Visitação:

<sup>15</sup> A atual não refere os nomes e anuncia a presença das ossadas de Paio Peres Correia. Possivelmente, a inscrição continha os nomes dos mártires, a data da sua morte e uma referência à tomada da cidade pelo mestre. As

Na ombreira da capela mor está um altar dos Mártires com um monumento com sete escudos de fora, os quais mártires são um comendador-mor da Nossa Ordem de Santiago com cimquo cavaleiros da dita Ordem e hum mercador que morrerão todos juntos polla fee de NS com cuja morte se ganhou esta çidade de Tavilla aos Mouros que há entam tinham pollo Mestre Dom Payo Pyrez Correa que nesse tempo era Mestre (CORREIA 1996: 182).

A construção deste monumento é datável com alguma confiança do período que vai de janeiro de 1272, data em que a Ordem de Santiago obteve enfim de Afonso III o padroado da igreja de Santa Maria, doado por Sancho II em 1244 (*Liv. Copos*, doc. 98), até janeiro de 1275, mês da morte de Paio Peres Correia (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 83). O acordo com Afonso III não garantiu a ocupação pacífica do padroado pela Ordem, já que a igreja matriz foi um foco de tensão em Tavira. As disputas, com momentos de violência, entre a Ordem de Santiago e o bispo de Silves em 1302 e em 1349 (*Liv. Copos*, docs. 233 e 235) mostram como lavrava em Tavira uma hostilidade contra a paróquia de Santa Maria ou, pelo menos, contra o seu padroeiro.

A igreja de Santa Maria tinha também os seus devotos. Uma inscrição de 1293 assinala que certas obras na igreja foram subsidiadas por um certo Pedro Foupana (BARROCA 2000: 1096). A devoção deste rico tavirense evoca um outro aspeto importante da narrativa: o mercador mártir. O gesto modelar do mercador Garcia Rodrigues de trocar as riquezas terrenas pelo tesouro eterno não é desconhecido na hagiografia do século XIII e encarna precisamente o caminho de santificação oferecido aos mercadores seus contemporâneos (VAUCHEZ 1988: 271). Nas décadas a seguir à conquista cristã, Tavira, tal como em portos do Algarve como Albufeira, Faro ou Silves, acolhia um considerável movimento comercial marítimo (*Chanc. Afonso III*, doc. 205, 366, 367, 400). O corolário desta atividade era a preeminência social dos mercadores, tal como indica um par de instrumentos públicos da primeira metade do século XIV<sup>16</sup>. Como tal, compreende-se o desenvolvimento de um culto que celebrava o desprendimento evangélico de um mercador, seja na perspetiva moralizadora que entende Vauchez (1988), seja no sentido de exaltar a figura de um companheiro de mester por parte da comunidade mercantil. De uma forma ou outra, há alguns elementos para considerar que entre mercadores

---

*Memórias Sepulcrais* que foram ordenadas pela Real Academia de História para todo o país poderiam resolver a questão. Em conversa particular, foi-nos referida a sobrevivência desta fonte numa coleção privada, à qual, para mal da ciência, não tivemos acesso porque está a ser preparada para publicação.

<sup>16</sup> Ver documentos na nota seguinte.

de Tavira e cavaleiros de Santiago havia alguma proximidade<sup>17</sup>. A comunhão entre freires-cavaleiros e mercadores que a narrativa apresenta no campo das Antas refletia provavelmente a rivalidade comum contra o bispo, o concelho ou os oficiais do rei ou, em alternativa, um vínculo paroquial ou devocional dos mercadores à igreja de Santa Maria.

Não estão reunidos dados suficientes para datar o momento em que o culto dos “novos” mártires sepultados na igreja de Santa Maria se fundiu com culto originário dos mártires (de 11 de junho). É possível que em 1339 os Mártires enterrados em Santa Maria já tivessem ganho um estatuto tutelar, como sugere a menção aos “sete marteres que morerom por homra da fee de Jhesu Christo ho dia que esta vila foy ganhada aos mouros” do guardião dos franciscanos de Tavira a Afonso XI de Castela na *CP1419* (*Crón Port.*, 257). A formulação “ho dia que esta vila foy ganhada” indicia, por um lado, que a relação de causalidade entre o Martírio e a conquista da *CP1419* ainda não se tinha consolidado mas, por outro, que a assimilação entre os velhos e os novos mártires já estava concluída. Tomava forma uma narrativa das origens que, como se percebe pela procissão solene de 1518, era capaz de unir todo o povo, esquecido de tensões ultrapassadas. Assim, das interrogações e conhecimentos locais tomava forma uma versão local que seria mais tarde confiada à escrita e recolhida junto com outros materiais pelo autor da *CP1419*.

## 8. Notas Finais

Ficam apresentadas razões para concluir que a conquista de Tavira teve lugar a 11 de junho de 1239. A morte dos Sete Mártires ocorreu cerca de uma década depois, num dia 9 de julho entre 1248 e 1251. A concordância de duas fontes independentes com o nome dos indivíduos mortos e com o dia e, sobretudo, o facto de um dos indivíduos, Pedro Peres comendador de Segura, estar vivo pelo menos até 1248 tornam esta conclusão robusta. O alegado Martírio ocorreu no contexto da Questão do Algarve e da ingerência castelhana na difícil sucessão de Sancho II, sendo duvidosa uma participação muçulmana. A atribuição da conquista de Tavira à campanha de 1239 ajuda a esclarecer o último tramo da Reconquista portuguesa para o qual as fontes disponíveis são escassas, lacunares e discordantes. A *Kalenda* de Uclès indica que a ocupação deste exigiu uma operação de grande envergadura em que a comenda portuguesa da Ordem de Santiago teve uma participação relevante

---

<sup>17</sup> *Liv. Copos*, docs. 100 (mercador de Tavira Estevão Lourenço, testemunha um aforamento de terras da Ordem em 1356) e 213 (o mercador Pedro Machado é testamenteiro do santiagouista Nicolau Martins em 1319).

mas junto com forças muito mais vastas que só a autoridade régia poderia reunir (HENRIQUES 2004: 74). A transmissão de soberania entre o “rei” local Aben Fabola e Sancho II indicia que esta foi uma conquista definitiva. Datar a queda de Tavira de 1239 permite enquadrar melhor os feitos atribuídos a Paio Peres Correia pelas crónicas com os seus dados biográficos documentados. Com efeito, as importantes conquistas de Paderne e Sines podem ser datadas do verão 1241 e atribuídas à grande campanha que se preparava no inverno anterior e que deveria ser chefiada pelo rei ou pelo seu representante que, como argumentado, era quase certamente Paio Peres Correia, à altura ainda era comendador de Portugal.

Os resultados obtidos contribuem ainda para a crítica externa à “matéria do Algarve” recolhida na *CP1419*. A narrativa da tomada de Tavira não nasceu de um artifício do cronista de 1419, demasiado tardio para a cruzar com outras fontes e demasiado distante para se interessar por conflitos locais. Antes tem a sua origem na tentativa local de harmonizar as suas origens, celebradas a 11 de junho, com um acontecimento posterior de escasso significado estratégico mas ampla relevância local: a morte do comendador-mor de Castela e dos seus companheiros de armas a 9 de julho. A assimilação entre a conquista e o Martírio é um erro histórico que respondia às tensões de Tavira dos séculos XIII e XIV mas que não impediu que a narrativa mantivesse factos comprovados (como a existência de Aben Fabola). Ficou também reforçada a ideia de que a sua perspetiva sobre as campanhas de Paio Peres está condicionada por temas polémicos ainda vivos em 1419: a Guerra Civil de 1245-8 e a Questão do Algarve.

Por fim, é necessário entender que a narrativa recolhida na *CP1419* tinha na sua origem uma função social: é o relato fundacional da comunidade (PICOITO 2006: 58-62). Abre uma janela para o que Luís Krus chamou de “memória social” para as vilas portuguesas nascidas da Reconquista. A morte do comendador e dos seus companheiros, episódio inconsequente do ponto de vista militar ou político, foi transformada em Tavira numa narrativa agregadora de uma comunidade vivamente interessada nas suas origens. Longe de ser uma invenção arbitrária ou oportunista, a narrativa do Martírio integrou testemunhos e personagens históricas de diferentes origens que o presente trabalho procurou reconstituir criticamente.

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Historico Nacional (Madrid), Uclés, códices 231, 236-B, 931-B.  
Arquivo Municipal de Tavira, Livro de Registo ou Reforma dos Tomos da

Câmara, Lv. 1.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Gavetas, I, 2-6, XI, 4-25.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ordem de Avis, doc. 116.

## Fontes publicadas

*Chancelaria de D. Afonso III (2006-2011)*. António Resende de Oliveira e Leontina Ventura (eds.). Coimbra: Imprensa da Universidade.

*Crónica de Portugal de 1419 (1998)*. Adelino de Almeida Calado (ed.). Aveiro: Editora da Universidade.

*Livro dos Copos (2006)*. Paula Pinto Costa (ed.). Porto: Fundação Eugénio de Almeida.

*Monumenta Henricina (1960)*. M. Lopes de Almeida (ed.). Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante.

*Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248) (2010)*. Sandra Bernardino (ed.). Coimbra: Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

## Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa: FCG.

BARROCA, Mário Jorge (2013). “As quatro faces de Rodrigo Sanches”. *Portvgalia. Nova Série*, vol. 34, 151-189.

BARROCA, Mário Jorge (2013b). “232 – Pedra com o Escudo de Armas do Reino de Portugal”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

BARROCA, Mário Jorge (2013c). “233 – Pedra com o Escudo de Armas do Reino de Portugal”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

BARROCA, Mário Jorge (2013d). “234 – inscrição da Porta do Alfeição da Muralha de Tavira”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

CORREIA, Fernando Calapez (1996). “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)”. *Al’-Ulyā*, n. 5, 1-265.

COSTA, António Domingues de Sousa (1963). *Mestre Silvestre e Mestre Vicente: juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Editorial Franciscana.

FERNANDES, Hermenegildo (2006). *D. Sancho II: Tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

HENRIQUES, António Castro (2004). *A Conquista do Algarve: o Segundo*

- Reino. Lisboa: Tribuna da História, 2ª ed..
- KHAWLI, Abdallah (2013). “Los Cristianos en Tavira El Dominio Santiaguista”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 131-146.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2010). *Pelay Perez Correa: Historia y Leyenda de un Maestre Santiaguista*. Badajoz: Diputacion.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2013). “Los Cristianos en Tavira El Dominio Santiaguista”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 171-182.
- MACHADO, José Pedro (1979). “Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1792)”. *Anais do Município de Faro*, VIII, 1-36.
- MACÍAS, Pablo (1998). “El problema historiográfico de los Algarves luso-castellanos: la organización social de un espacio y de una frontera, 1245-1281”. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II, 15 (2), 987-1018.
- MARQUES, José (1986). “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”. *Caminiana*, VIII (13), 9-32.
- MOREIRA, Filipe Alves (2013). «A Crónica de Portugal de 1419»: fontes, estratégias e posteridade. Lisboa: FCG.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2014). “A Ordem de Santiago em Portugal: a Conquista das Terras do Sul (sécs. XII–XIII)”. *Cuadernos de Estepa*, nº 3, 89-102.
- PICOITO, Pedro (2006). “Os Sete Cavaleiros de Tavira. História de um Culto Local”, in *V Jornadas de História de Tavira*. Tavira: Câmara Municipal, 51-71.
- RAMÍREZ DEL RÍO, José (2012). “Al-Dajira al-saniyya: una fuente relevante para el siglo XII en la Península Ibérica”. *Al-Qanṭara*, 33 (1), 7-44.
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de (1697). *Historia genealogica de la Casa de Lara: justificada con instrumentos y escritores de inviolable fe. Livro V*. Madrid: Imprenta Real.
- VAUCHEZ, André (1988). ““Homo mercator vix aut numquam potest Deo placere”: quelques réflexions sur l’attitude des milieux ecclésiastiques face aux nouvelles formes de l’activité économique au XIIe et au début du XIIIe siècle”, in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes*, 19 (1), 211-217.



# Cultura marítima e imaginario insular en la construcción histórica de la identidad de las islas de la Macaronesia

## *Maritime culture and insular imaginary in the historical construction of the identity of the islands of Macaronesia*

**JAVIER LUIS ÁLVAREZ SANTOS**

Universidade Nova de Lisboa, CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humana  
jlasantos@fcsh.unl.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-7845-6521>

Texto recebido em / Text submitted on: 03/07/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 31/08/2021

**Resumen.** A lo largo de los siglos, se había establecido un mito alrededor de las islas Macaronesia. Con el paso del tiempo, esta construcción se ha adaptado a los diferentes paradigmas e hipótesis sobre el origen del mundo insular del Atlántico. Esta investigación se centra en el análisis de la percepción mítica e histórica que entre los isleños constituye su imaginario insular y atlántico con el objetivo de comprender el significado peculiar de la composición de la sociedad macaronésica moderna a partir de la propia experiencia adquirida. Este estudio examina el paradigma de la conceptualización del espacio con el objetivo de proponer un método de observación supranacional de las islas. Por tanto, la investigación aborda diferentes historias con el propósito de enfocar el análisis desde distintos niveles que conducen a un estudio integral de la cultura marítima de las islas de Macaronesia.

**Palabras clave.** Islas de la Macaronesia, sociedad, imaginario, insular, origen.

**Abstract.** Throughout the centuries, a myth had been established around the Macaronesian islands. With the passage of time, this construction has adapted to the different paradigms and hypotheses about the origin of the island world of the Atlantic. This research is focused on the analysis of mythical and historical perception which among the islanders constitute their insular and Atlantic imaginary with the goal of understanding the peculiar significance of the composition of modern Macaronesian society from the experience acquired by the islanders. This study examines the paradigm of space conceptualization with the aim of proposing a method of supranational observation of the islands. Hence, the research approach different stories with the purpose of focusing the analyse from distinct levels that leads to an integral study of the maritime culture of the islands of Macaronesia.

**Keywords.** Macaronesian islands, society, imaginary, islander, origin.

## Introducción

Aflora en el ser humano el interés por descubrir y sobrepasar nuevas fronteras. La expansión del cosmos y del espacio geográfico conocido ha sido una firme inquietud a lo largo de los siglos; se trata de una constante y tenaz lucha entre el mito y la realidad, construyendo y derribando nuevas fronteras según

se avanzaba en el conocimiento y en las ansias – también por la necesidad – del ser humano.

Para el caso de las islas de la Macaronesia (Azores, Madeira, Canarias y Cabo Verde) nos referiremos al mito clásico de la Atlántida – cuyo origen se pierde en la noche de los tiempos –, el cual ha permanecido en el imaginario insular hasta nuestros días. La sociedad isleña, condicionada por el mito, ha construido una consciencia colectiva en la que los hechos del relato, aunque insólitos, se convierten en verosímiles y, por tanto, estas leyendas forman parte indiscutible del saber y la tradición de la comunidad. Esta visión de un mundo insular mítico y alejado, según se avance en la expansión de los europeos sobre las costas africanas y el océano, se irá materializando y se percibirá como un espacio más cercano, hasta convertir a las islas en un entorno cotidiano y hasta mundano.

Como señala Gillis (2004: 52), el universo insular era aún concebido en el siglo XV como un espacio heterogéneo y no uniforme, fluido en lugar de fijo. Sin embargo, desde las postrimerías de la Edad Media, estos peñascos en el Atlántico fueron engullidos por la civilización europea e integrados seguidamente al imaginario colectivo de los europeos – tanto los que se tornan insulares como los distantes continentales – como tierra conquistada, una paradisíaca *ínsula*, ancestro de una sumergida Atlántida, ahora nuevamente civilizada por nuevos colonos, cristianos y devotos, que sueñan con encontrar la sociedad utópica, tal y como imagina Tomás Moro, que les precedió.

Así los extraños se vuelven isleños al asumir parte de la conciencia colectiva insular, conforman la génesis de las Islas y de sus habitantes sobre los pilares de la insularidad, maritimidad y el consecuente imaginario insular. La Isla se contrapone al Continente, como el bien al mal, y los miembros de la sociedad que se conforma en esta tierra insular son, en definitiva, los dignos descendientes de aquéllos que un día fueron expulsados del paraíso y a los que, por fin, se les ha permitido regresar. Las islas, durante la Modernidad, finalmente se concretizan en la cartografía universal y se convierten en espacios tangibles para los viajeros, marineros y colonos. Sin embargo, no dejan de ser aún un territorio insólito y aislado, aún indómito y por explotar; apenas civilizado y carente de *auctoritas*. Se trata de una región que atrae a la codicia y a forasteros deseosos de encontrar las más grandes riquezas imaginadas. Gobernar la *ínsula*, es poseer la fortuna. Aún en nuestro período de estudio, la Isla, aunque real, mantiene el mito y la atracción para gentes de todas partes; es tierra de buenaventura, como la *ínsula* que se le antoja a Sancho en pleno Siglo de Oro.

## 1. La isla: una evidencia empírica donde la percepción imaginada coexiste

La isla, como espacio en el que convive la evidencia empírica y el axioma imaginado, siendo ambas percepciones reales, mantiene la verosimilitud circunstancial de los hechos fantásticos yuxtaponiéndose a la experiencia cotidiana en total armonía. Aún con la solidez del empleo del método en la ciencia moderna y la capacidad de análisis, autores como Babcock (1922) procuraban a comienzos del siglo XX explicaciones sobre la génesis de la sociedad insular y la construcción del imaginario insular a partir de la experiencia, tanto de la evidencia tangible como de la tradición cognitiva de la comunidad. En su obra *Legendary islands of the Atlantic*, se plantea la hipótesis de que las islas de la Macaronesia sean los vestigios más antiguos de la desaparecida Atlántida, evidenciada desde la percepción sensitiva y material y abordada desde el empleo del método científico-deductivo:

Such advance in civilization, such elaboration of organization, such splendor and power would certainly have overflowed abundantly on the islands intervening between Atlantis and the continental shore. It is not written that these all shared the same fate; and in point of fact the Azores, Madeira and her consorts, the Canary Islands, and the Cape Verde group are still in evidence. Some of them must have been within reach of fairly easy Atlantis if Atlantis existed. There is no indication that they have been newly created or have come up from below since that time. Even allowing for great exaggeration and assuming only a large and efficient population in a vast insular territory without the ascribed of such a would superfluity magnificence, people surely have left some kind of lasting memorial or relic beyond their own borders (BABCOCK 1922: 19).

Se aproxima al mito con cierta racionalidad, procurando una explicación en cuanto a su origen a partir de algunas evidencias que han resistido al paso del tiempo. Luego, la relevancia de este texto se encuentra en que, aunque el autor se cuestiona la fábula legendaria, no duda acerca de la autenticidad de la Atlántida como territorio que un día existió. Por tanto, desestima como argumento principal de su análisis a las voces clásicas que daban a los relatos míticos cierta verosimilitud. Sin embargo, sustenta el mito a través de fundamentos científicos modernos propios de una época marcadamente racionalista – no olvidemos que precede a su estudio un siglo de grandes expediciones científicas, como las del *Beagle* por diversas islas –, con grandes avances en los estudios geológicos y biológicos. El alcance de su método analítico es el elemento que

legítima la existencia de la Atlántida, no por la autoridad que se les presupone a los textos antiguos sino por las herramientas deductivas que aporta la ciencia (MARTÍNEZ HERNÁNDEZ 2006: 59). No obstante, a pesar del uso de la disciplina y del rigor que se le presupone al uso del método científico, su disertación aún esconde la intencionalidad – no tan inocente – del autor para mantener con viveza el mito con argumentos regenerativos del cosmos insular, sustentado ahora por los principios de la ciencia.

Cabe en este punto señalar que, a lo largo de los siglos, incluso antes de que fueran agregadas las islas de la Macaronesia al conocimiento europeo, se venía configurando en la conciencia de las gentes del Mediterráneo un mito alrededor de unos territorios insulares (AZNAR VALLEJO 2007: 175). Con el paso del tiempo, esta construcción – y la isla sobre la que se asienta – se ha ido amoldando a los distintos paradigmas e hipótesis sobre el origen del mundo insular atlántico. Sin contravenir viejos argumentos y al devenir de la ciencia, las ínsulas han mantenido su carácter de espacio mitificado. Se produce, entonces, una coligación entre lo posible y lo real, la ortodoxia y la ciencia, entre la experiencia y lo evidente.

No hay contradicción aparente en esta percepción dual porque el mito cohabita con la cotidianidad, la tradición y la costumbre que entre los isleños conforma su imaginario. Un imaginario insular y atlántico que, en palabras de García Ramos, constituye

una memoria colectiva compartida con otros pueblos vinculados al océano común; a una memoria colectiva habitada de mitos, de fábulas simbólicas donde nos reconocemos [...] de maneras de mirar al mundo y de descifrarlo, que ha generado modos cercanos de erigir fábulas, recreaciones de una realidad construida entre todos (2012: 15).

El antropólogo brasileño Antônio Carlos Diegues va más allá y define este simbolismo surgido de la insularidad con el término “ilheidade”, un neologismo utilizado “[...] para designar as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos, etc” (1998: 41).

Este cosmos dual, real y simbólico, conforma una conciencia insular, un imaginario colectivo. Como señala el próprio Diegues,

não existe, no entanto, [...] desmitificação total no sentido da dessacralização da existência humana. Ao mesmo tempo em que uma estrutura simbólica se desagrega, ela se reconstitui numa nova simbolização, frequentemente incons-

ciente ou irracional, a partir de novos elementos elevados a uma dignidade e a uma eficácia análogas a dos mitos antigos (1998: 24).

## 2. La construcción mítica del mundo insular

Desde la historia de complementariedad escrita por Alberto Vieira (2015) hasta la más recientemente elaboración por parte de Juan Manuel Santana y Germán Santana de un relato de historias interconectadas de las islas atlánticas (2021), en las últimas décadas ha avivado el interés en el seno de las propias islas por elaborar una memoria común de la Macaronesia. Además, junto a estas reflexiones relativas a la construcción histórica del mundo insular, en los últimos años también ha florecido la necesidad de reconstruir los tradicionales puentes entre el imaginario del insular y la identidad de las islas. La interpretación planteada por Gillis (2004) sobre los vínculos entre cosmos isleño y la tangibilidad insular han impulsado novedosos diálogos entrelazados entre investigaciones interdisciplinarias. Estos coloquios han tenido como objetivo analizar y recuperar las vivencias surgidas de la insularidad con la finalidad de conocer los principios que rigen la identidad de los insulares (CHAVES 2017; 2020). Así, la definición de la identidad de las islas, real o legendaria, estaría supeditada a la identidad o identidades de los insulares.

Para ahondar en los orígenes de la construcción del mundo insular, debemos retrotraernos a los primeros cronistas e historiadores insulares, tesoreros del primer imaginario isleño. Hemos de tomar al historiador Viera y Clavijo como punto de partida.

En palabras de Guimerá Ravina, Viera y Clavijo es la

gran figura del pasado cultural de Canarias y adelantado de la moderna historia regional española. En ella [*Noticias de la Historia General de las Islas Canarias*] Viera se ocupó del Atlántico y su influencia decisiva en la evolución histórica del archipiélago, desde la Antigüedad hasta el siglo XVIII (2017: 1).

La identidad insular es deudora de la obra de Viera y Clavijo, muchos de sus mitos e imaginarios arrancan de su Historia (SANTANA PÉREZ 2017: 3). Viera y Clavijo (1950: 41) conjuga la percepción de ser insular en el espacio Atlántico con la representación del mundo insular, pero no son pocos los historiadores y los filólogos macaronésicos que han jugado a reconstruir este imaginario a partir de las interpretaciones fabulosas acerca del pasado remoto y legendario de estos peñascos en el Atlántico.

En este sentido, María Rosa Alonso – filóloga y especialista en literatura insular de la temprana Edad Moderna – reescribe en 1953 el propio pasado insular a partir de su propia percepción isleña, desde su propia experiencia:

La isla más isla de todas las islas es la inaccesible, la isla a la que nunca se puede llegar [...] Tierra firme ha sido siempre tierra en serio, continente, y no esa angustia de trozos, fragmentos de verdad, que son las islas, nunca entrega, siempre engaño que acecha al hombre en alta mar (1953: 2).

Parte la autora en este ensayo del discurso y de las fuentes clásicas, de los viajes de Homero por el Mediterráneo, cuya leyenda desborda este charco, “un mar con orillas y términos”, para inundar el Atlántico donde “el mar Océano es otra cosa [...] Maravilloso y enorme plinto para fijar la isla más isla de todas” (ROSA ALONSO 1953: 2). Este cosmos marino está plagado de tantos mitos como islas se descubren sobre el mar. En este mundo aún hoy imaginado, el isleño, como la propia María Rosa Alonso, aún divisa en el horizonte el mito hecho real en la consciencia del colectivo: “¡Cómo no hablamos de buscarla en las Islas Afortunadas! Era la octava, la oveja descarriada del Archipiélago [...]” (ROSA ALONSO 1953: 2). Estas islas mágicas, bienaventuradas, como la de San Borondón (GILLIS 2004: 47), se gestan en el imaginario social a través de la tradición y las leyendas fabulosas, pero también de la experiencia y de los relatos de intrépidos viajeros que hacen de la leyenda una hazaña más cercana, más creíble, sirviendo de nexo y explicación entre el pasado clásico, de un mundo plagado de seres extraños y dioses enojados, y otro pasado más cercano, donde los protagonistas de los hechos no dejan de ser más que aventureros que gracias a la suerte o a la devoción llegan a tierras donde ningún otro privilegiado había conseguido arribar. La autora, ensayista e historiadora, reafirma la existencia de este mundo insular fabuloso insistiendo en el propio hecho histórico, apoyándose en fuentes no tan lejanas como, por ejemplo, las crónicas (NÚÑEZ DE LA PEÑA 1847: 9): “estuvo en ella el portugués Pedro Velo y Marcos Verde cuando volvió de Berbería” (ROSA ALONSO 1953: 2).

Una vez más, las islas están por encima del mito y de la ciencia, conformándose una única realidad: “en el mismo siglo [de las Luces] que iba a levantar un templo a la diosa Razón hay almas poéticas, estupendas, que lanzaban, tensas, las flechas del ensueño y de la fe, la creencia en un misterio que surgía del mar” (ROSA ALONSO 1953: 3). La isla se construye desde la propia percepción del insular y en contra de los parámetros que establece la ciencia. Las distancias y los tiempos son medidas independientes y autónomas para estos territorios. Así, el relato y el origen de las ínsulas se forjan desde sus propias entrañas y no

al revés. Se trata, por tanto, de un espacio sagrado y los mitos, su ejemplificación simbólica. Como sostiene la autora: “como los buenos mitos, también se ha hecho San Borondón nuestro símbolo” (ROSA ALONSO 1953: 2).

Este relato de María Rosa Alonso, en el que juega a construir un imaginario insular, responde a la propia experiencia de la autora. Como señala Diegues respecto a su misma vivencia en el prefacio de su libro:

passei por outras ilhas mais paradisíacas, mais isoladas do continente, batidas pelo oceano, mais exóticas [...]. No entanto, nenhuma delas pôde comparar-se à minha ilha, a das recordações da infância, símbolo complexo com tantas significações (DIEGUES 1998: s.f.).

Esta experiencia adquirida por los insulares, como vemos, conlleva que éstos den forma a su propio entorno, colmando de significado su particular imaginario y plasmando de símbolos este cosmos que se conjuga a partir del mito. El ilustre americanista Francisco Morales Padrón también exploró este microcosmos buscando una interpretación acertada para las islas atlánticas a través de su condición de insular. En 1970 publicó un breve relato llamado *Siete islas para siete dioses* en el que sigue la estela de estos ensayos que procuran una reinterpretación del mundo insular, el origen de las islas y de sus habitantes, conciliando en esta teoría creacionista de las ínsulas el discurso científico y los elementos simbólicos y míticos. Este método de análisis pretende visionar a la Isla en toda su complejidad, pero sobre todo desde la percepción del individuo insular como descendiente de ella. En consecuencia, tanto su interpretación como su comprensión no derivan de parámetros únicamente científicos sino además de la empatía de los insulares con el medio. Este historiador, como ya lo hiciera Babcock y especialmente María Rosa Alonso, construye e ingenia un pasado imaginario pero verosímil, en cuanto es asimilado y compartido en la memoria colectiva de los insulares. En este particular, aproxima intencionalmente el mito y la realidad para cimentar el imaginario. En este sentido, al igual que sucedió en tiempos pasados con las crónicas (TORRIANI 1959: 22), aún hoy envuelve a las Islas cierta nostalgia hacia un pasado inexistente en hechos pero que pervive en la conciencia colectiva del insular como real, el origen maravilloso de las Islas.

El propio historiador nos habla: “[...] estas siete islas del Atlántico eran mellizas de las siete del Jónico, las de la «Ilíada»”. De vuelta a Homero y a la *Ilíada*. A la tradición clásica y, por tanto, ligada a las orillas del Mediterráneo. Sin embargo, el mito se desdibuja para situarse nuevamente sobre el maravilloso Atlántico y las islas que en ellas se elevan.

No olvidemos que se trata de una construcción literaria, reflejo de la simbología de un cosmos. Sin embargo, Morales Padrón, dentro de la fábula a la que está dando vida, procura la verosimilitud de lo que nos relata a través del empleo analítico que ya había utilizado Babcock y, principalmente, por medio del cotejo de lo acontecido con fuentes primarias que sustenten lo expuesto. Expresiones como: “Sobre esos principios giran grandes teorías”, “investigaciones posteriores” o “la tradición oral cuenta”, confieren al texto la cientificidad requerida para acreditar en el origen divino, clásico y atlantista de las Islas.

Por tanto, la cientificidad del mito constituye un sólido elemento que permite a este historiador, asimismo constructor de fábulas, justificar con total credibilidad el origen mítico de las Islas siendo sus actuales habitantes descendientes de aquellos afortunados hombres que compartieron estos peñascos con magnánimos dioses, de los que aprendieron el significado de la benevolencia y de la bondad. Cada isla, sin lugar a dudas:

fue un paraíso terrenal para aquellos dioses, que permitieron la vida a algunos hombres y toleraban que las almas de los buenos, muertos en Oriente, fuesen a morar con ellos. Afortunado era quien allí vivía y bienaventurado el que allí podía vivir [...] y como un lema turístico, entre fenicios, griegos, cartagineses y romanos corría el slogan: «Usted no ha nacido en Canarias, pero puede renacer en Canarias» (MORALES PADRÓN 1970: 12).

La divina fábula que nos relata acaba por desdibujarse al cruzar la frontera de lo imaginario con lo real, enlazando la trama legendaria con los inicios de la expansión europea. Como no podía ser de otra forma y, al igual que María Rosa Alonso, el nexo entre ambos tiempos es otro mito, otro símbolo inherente a la evocadora conciencia de los insulares:

Fue precisamente este dios navegante de La Gomera el que un buen día tropezó con algo que creyó era su isla amada. Luego vio que no, que era una inmensa ballena – la misma que llevó a Jonás en su vientre – sobre la que venían siete obispos cristianos [...]. Aquellos siete colonos medievales sustituyeron a los siete dioses paganos (MORALES PADRÓN 1970: 12).

A partir de este momento, Morales Padrón finalmente hace converger dos mundos aparentemente antagónicos, el fantástico y el terrenal. Con la llegada de los europeos y de la fe cristiana, desaparecen los benevolentes dioses y, con ellos, el carácter afortunado de las islas (AZNAR VALLEJO 2007: 175). A partir de entonces, sus habitantes primigenios “tuvieron que luchar contra la naturaleza

humana, contra la tierra para sacarle el fruto y contra los hombres de Europa, que, enterados del buen clima, invadían el archipiélago”. En contraposición, la llegada de los continentales supone la desaparición del alma que identifica al insular, de su espacio aislado, simbólico e imaginario. Los europeos, ansiosos de dominar las míticas islas del Atlántico, paradójicamente al engullirlas, convierten a éstas en un trozo de tierra más dentro de la ecúmene y, con ello, se esfuma el imaginario insular y desaparece cualquier resto de la Atlántida.

### **3. La unión histórica entre el universo insular y el mundo continental**

Señalaba en 2005 el historiador Alberto Vieira que eran escasos los estudios acerca de las interrelaciones entre los archipiélagos del Atlántico Norte. Sin embargo, apuntaba también que desde los primeros cronistas e historiadores de las islas existió una percepción de vinculación entre estos distintos espacios insulares (VIEIRA 2005: 454). Las islas de la Macaronesia se convierten en enclaves estratégicos desde finales del siglo XV (VIEIRA 2001: 309). Son lugares de entrada y salida de gentes y productos. Son espacios dinámicos que actúan de puertas entre unas áreas y otras. Son islas de tránsito, cuya frontera es el permeable mar. Para los isleños, el nudo con el exterior, enérgico y relacionante pasa por los puertos y las playas. Esta estrecha franja de costa conecta el universo indomable, el inmenso océano, con el orden y la civilización tierra adentro. Como señala Diegues:

as praias significam ainda o perigo das invasões, o espaço da maresia, dos dejetos do mar e dos ares fétidos. [...] as ilhas com praias significavam o não-civilizado, o não-domesticado, domínio do selvagem, como sucede com a praia da ilha de Robinson Crusoe (1998: 182).

Converge en las islas, fruto de la maritimidad, la complementariedad entre los espacios insulares con el apoyo al sostenimiento de las principales rutas mercantiles, actuando aquéllas como enclaves estratégicos (VIEIRA 2006). A este respecto, las islas de la Macaronesia conformaban un terreno esencial para alimentar e impulsar la circulación transatlántica. Por ejemplo, para la Edad Moderna, la isla de Santiago era, en este contexto, un punto de almacenamiento de mercancías africanas (esclavos, cera, marfil, etc.) a la espera de ser reexportadas para otros destinos (Portugal, Castilla, Madeira, Canarias, Flandes, etc.), o inversamente, lugar de depósito temporal de productos de origen europeo (paños, caballos, bisutería, etc.), para ser posteriormente renviados a la costa

de Guinea (CORREIA E SILVA 1991: 199).

La transformación del medio insular por parte de los primeros colonos supuso los inicios de la explotación y del rendimiento de las tierras, lo que derivó en la revalorización de los espacios insulares, tanto por sus habitantes como por el reino. En el caso de Madeira, por ejemplo, la producción agrícola solucionó buena parte de las carencias del reino de Portugal. Además, durante el siglo XV, esta isla se convirtió en un enclave estratégico de avituallamiento de las carabelas que se aventuraban por la costa africana (VIEIRA 1988: 3). Como señala Schwartz (2010: 26), ya en la década de 1480 existía un comercio regular sustentado en el comercio de esclavos africanos con destino a las islas de Madeira y Canarias, donde las prósperas industrias azucareras requerían de esta mano de obra. Ciertamente, en estas islas el suelo y el clima favoreció la producción azucarera. Indica Stuart B. Schwartz (2010: 25), para el caso de Madeira, que esta isla no tardó en prosperar gracias a la inversión realizada tanto por portugueses como por genoveses o flamencos en los ingenios y en la compra de mano de obra esclava, tanto africana como aborigen canaria. Aquéllos europeos no solo se dedicaron a poner en explotación la caña de azúcar, sino que también se dedicaron a operaciones mercantiles y financieras.

El aprovechamiento económico del territorio y la situación estratégica de las islas en el Atlántico fue utilizado por foráneos de otros reinos para instalarse en ellas y así sacar el máximo provecho con una intervención directa en la explotación del espacio. Éstos, intervinieron tanto en la producción como en la comercialización de los géneros insulares. En el caso de Azores, llegaron como colonos madeirenses a la isla de San Miguel y flamencos a la de Faial (VIEIRA 1992: 59).

Indica Viña Brito (2012: 172) que “desde el año 1500 factores, es decir, agentes fijos, flamencos, se establecen temporalmente en Funchal y de allí pasarán a Canarias. Algunos de los factores documentados en la plaza de Madeira los encontramos también en Canarias”. Pero no solo se asientan los flamencos en Madeira o en Canarias. Recuerda la misma autora la relevancia de Jácome Bruges en Azores, a quien el Infante le encomendó la organización de Terceira (VIÑA 2012: 172).

Esta inquietud mercantilista interarchipelágica de los forasteros se extendió en todos los espacios de la Macaronesia – con mayor o menor éxito – y puede ser entendida como uno de los principales elementos que ayudaron a gestar la complementariedad entre islas. Así, historiadores como Verlinden (1984) o el propio Vieira (2007), partiendo del abordaje de un sujeto histórico concreto – los flamencos – en cada uno de los espacios insulares, concluyeron que el marco de sus actuaciones desborda los límites de cada isla para trazar una

nueva frontera interarchipiélágica que constituye, consecuente, un espacio intra-atlántico mayor y, aparentemente, unitario. Del mismo modo, para el mismo espacio macaronésico pero estudiando otro sujeto – la comunidad hanseática –, Kellembenz (1990) construye un relato histórico común entre los archipiélagos sustentado en los vínculos interinsulares con los territorios de la Hansa.

Los europeos que se establecen en las islas traen consigo su propia cultura de sustento y su bagaje tecnológico. Como señala Vieira, procuran adaptar la dieta mediterránea y la forma de explotación europea de los recursos a los nuevos entornos insulares. Asimismo, Vieira concluye que Madeira y Azores ofrecieron mejores condiciones para el asentamiento de los portugueses que el archipiélago de Cabo Verde debido a las similitudes del clima de aquellas islas con el de Portugal continental. Por el contrario, en el archipiélago africano, los europeos sufrieron innumerables dificultades (VIEIRA 2001: 15).

No obstante, pese a los contratiempos iniciales, se articularon vínculos entre los distintos archipiélagos de la Macaronesia. Así, en una fecha tan temprana como 1482, D. Manuel recomendaba que se dieran facilidades a las embarcaciones que llegaban a Funchal procedentes de Azores y Cabo Verde (VIEIRA 2005: 458). Mas no era solo Madeira la que trataba con Cabo Verde, refiere Torrão (1995: 37) que, entre las embarcaciones originarias de otros lugares, destacaban las procedentes de Canarias. Subraya la historiadora que, sobre estos vínculos, “aquelas ilhas atlânticas tinham com Cabo Verde imensas relações comerciais, desde o século XVI, trocando-se escravos por vinho”. Precisamente, el caldo canario será a su vez uno de los productos reexportados para Guinea por parte de los habitantes de Santiago.

En el mismo sentido Vieira expone que Azores mantuvo relevantes contactos con el archipiélago caboverdiano y señala, como estudio de caso, el nombramiento de Simão Lopes de Almeida, juez ordinario en San Miguel, como capitán de la isla de Fogo. Sobre este traslado indica el historiador madeirense (2005: 468) que: “desconhecemos as motivações ou as circunstâncias em que muitos [...] outros açorianos se fixaram em Cabo Verde. Mas naturalmente que o atractivo do comércio terá pesado na decisão”. Efectivamente, los moradores del archipiélago caboverdiano llegaron a comunicar al Monarca, en relación a la productividad de su espacio insular, que no producían “nem pão, nem vinho, nem azeite, nem ferramentas, nem pano de vestir” (CABRAL 1991: 134). No obstante, la integración de estas islas en el comercio atlántico, principalmente de esclavos con Canarias, Madeira, Sevilla y, más tarde, a las Antillas y Brasil, permitió a los habitantes de Cabo Verde garantizarse el suministro de productos esenciales procedentes de otras regiones circundantes. Sin embargo, surgieron

graves temores entre los habitantes de Cabo Verde cuando la Corona portuguesa procuró instaurar un comercio directo de esclavos entre Guinea y Lisboa. Este cambio en el ordenamiento del comercio esclavista suponía la exclusión del archipiélago caboverdiano del principal derrotero atlántico y, en consecuencia, los habitantes de Santiago elevaron una súplica al Monarca en la que afirmaban que, con la alteración en la ruta tradicional, no podrían sobrevivir ya que no alcanzarían a recibir las mercancías llevadas por comerciantes de “Lisboa, Setúbal, Algarve, ilha da Madeira, Açores, Canárias e Castela” (TORRÃO 1991: 290).

Por tanto, la valorización de un espacio – en este caso las islas – no depende de su tamaño o su situación geográfica, incluso la importancia de la producción interna como producto mercantil hacia el exterior ha de ser matizada. El atractivo de ciertas islas, como las de la región macaronésica, es la capacidad de éstas para entrecruzar caminos distantes, redistribuir productos y favorecer los flujos migratorios. Como señala Correia e Silva, las islas en sí mismas no generan ninguna aportación en cuanto no están conectadas a otros espacios. Como en una partida de ajedrez, un peón puede tornarse esencial para la supervivencia del rey:

Lugares cujo valor e importância contrastam com a sua reduzida dimensão física ou a exiguidade das riquezas endógenas possuídas. Como num xadrez, o valor de uma peça depende menos das possibilidades que lhe são conferidas a priori, pelas regras, do que duma determinada configuração momentânea existente sobre o tabuleiro. Um mero peão pode assim tornar-se subitamente essencial à sobrevivência do rei, que é como quem diz, vital à reprodução de toda uma constelação económico-política. Mas num tabuleiro, como num complexo geoeconómico, as configurações alteram-se. Toda a estabilidade é precária. Um espaço desinteressante, pouco solicitado ontem, pode converter-se, quase de um dia para o outro, num efervescente centro de confluência para, de seguida, anos, décadas ou mesmo séculos depois, tornar-se num espaço decadente, em perda progressiva e acelerada de vitalidade económica, política ou cultural que tão intensamente albergara (CORREIA E SILVA 1995: 2).

Insiste Rodrigues (2012: 38) que “diferentes realidades e vivências político-administrativas, económicas e sociais espelhavam-se assim na coexistência de representações espaciais e de identidades diferentes”. El condicionamiento geográfico de la Macaronesia, como espacios fragmentados, reducidos y distantes, restringe el modelo de vida europeo que se establece en estas tierras, pero no lo limita ni altera en demasía. Solo lo adapta a las nuevas condiciones.

La población europea que ocupa y se asienta en las islas, reproducirá a escala menor los principios básicos del comportamiento europeo en sus vertientes económica, social y cultural. La estructuración de un mecanismo de vinculación entre islas basado en la complementariedad permitirá no solo el abastecimiento, sino la continuidad – y por tanto la eficacia – de la ocupación europea.

Para el análisis histórico, además, el *limes* costero – la frontera del espacio insular – es el área que actúa como nexo con el exterior. Lugar de circulación y de intercambio, pero no de producción (RUMEU DE ARMAS 1958: 622). Las ciudades portuarias son espacios especialmente dinámicos donde todo se cambia. Son enclaves que actúan como intermediarios entre el interior, agrario, y los mercados exteriores. Por tanto, los moradores de los emplazamientos portuarios – como el puerto de La Orotava en Tenerife, Funchal en Madeira o Angra en Terceira – no viven de la producción directa, pero sí de los intercambios de lo que en la isla fue producido por productos foráneos (VIEIRA 1992). De ahí que estos habitantes se dediquen en su mayoría al comercio, tanto al de gran escala como al del menudeo, así como a otros servicios ligados a este trasiego mercantil. Consecuentemente, son las gentes, vecinos y estantes, que llevan a la práctica esta comunicación entre el mundo insular y el exterior. En palabras de Herzog (2013: 163): “[The] mercantile activities greatly modified the meaning and extension of citizenship”. Este mutuo interés, del isleño por el abastecimiento exterior y el de los foráneos por controlar parte de los productos que llegan a esta escala marítima, dará lugar a la conformación de una sociedad mixta en estos puertos en el que el individuo exógeno será una pieza tan relevante como el nativo (HESPANHA 2019: 31).

Los que fraguan esta unión entre los dos mundos, el insular y el continental son los hombres de la mar. Una comunidad anfibia que conecta puertos y sociedades (VIEIRA 2010: 18). Estos individuos pasaban la mayor parte de sus vidas en el mar, lo que les permitió tener una visión diferente del espacio con que se relacionan. El comportamiento y el modelo organizativo del grupo de los marineros eran completamente diferentes al de otros colectivos. Las experiencias adquiridas a través de los contactos con otros pueblos y continentes eran infinitamente más amplias que las que tenían los campesinos, incluso que las poblaciones urbanas con pocas posibilidades de viajar. Las reglas de la vida en tierra, las advertencias del párroco local, el poder de las autoridades locales... importaban relativamente poco a los marineros que vivían sometidos a un aislamiento colectivo (DIEGUES 1998: 69).

Estas sociedades marítimas tienen su propia representación simbólica del territorio en el que viven. Este imaginario se construye, según la época, a partir de imágenes o símbolos referenciales, los cuales pueden ser diferentes

de los usados por las sociedades continentales. Incluso, en una misma sociedad insular, los nativos isleños poseen una visión distinta sobre el territorio de la que crean los forasteros que se asientan en ella – como los portugueses que llegan a Canarias durante la Unión Ibérica (ÁLVAREZ SANTOS 2019) – ya que emigran en una altura concreta de su vida y, por tanto, con precedentes cognitivos (DIEGUES 1998: 69). Ni siquiera los nacidos en otras islas llegan a diluirse completamente en otros espacios insulares ya que cada ínsula es un universo simbólico propio, construido a partir de sus propias referencias y afinidad con el medio. Así, por ejemplo, existen sociedades insulares – principalmente en grandes islas como Gran Bretaña, Australia o Japón – cuyos habitantes han olvidado o ignoren que vivan en una isla. Pero si aplicamos este principio de la transposición de un medio insular a otro aplicado a las islas del Atlántico – pensemos en madeirenses o azorianos en Canarias –, el bagaje cultural que incorporan estos isleños, aunque semejante, aún difiere en cuanto a la lengua, prácticas religiosas, etc. Pero, sobre todo, porque supone un proceso adaptativo que comienza por abandonar una comunidad o grupo parental homogéneo para establecerse, como individuos, en un entramado social diferente.

#### **4. Las percepciones históricas del universo insular**

En este imaginario insular existen algunos patrones o elementos recurrentes. Complejos referentes como la madre y el hijo asociados al mar y a la isla. María Rosa Alonso (1953: 2), en el citado texto *San Borondón a la vista*, atisba la feminidad, la relación materno-filial entre agua y tierra: “Isla supone presa y embrujo, sabor femenino, dádiva y escape”. Diegues (1998: 8), como sociólogo, incide y sugiere que el mar representa para los insulares el útero protector de la isla. Así lo verifica en numerosas leyendas y mitos en los que la presencia del mar y la isla aparecen como elementos simbólicos en la construcción del cosmos y en la génesis cultural.

Hay diferentes percepciones del universo insular. La propia composición geográfica debe corresponder a la percepción económica y, sobre todo, social. Como expone Rodrigues (2012: 34), algunos cronistas e historiadores de la Modernidad – como el propio Gaspar Frutuoso – mencionan que el archipiélago de las Azores está formado por siete islas y no nueve. En palabras del cronista y recogidas por el historiador azoriano: “en las siete islas de las Azores no hay mejor terreno” (Rodrigues 2012: 34). Las islas de Flores y Corvo, a pesar de ser mencionadas, están demasiado lejos del cosmos azoriano para ser incluidas

dentro del archipiélago. Por el contrario, introduce en su texto una cosmovisión más amplia del mundo insular. Incorpora en su descripción a Canarias y Cabo Verde. Por tanto, como indica Armas Núñez (2017), se intuye en el historiador azoriano una mirada compartida sobre los distintos archipiélagos. Constituye este cronista el paradigma de hombre “insular”, tal vez – como señala Vieira – de individuo “macaronésico” (VIEIRA 2008: 9).

Por su parte, Leonardo Torriani incluye a Madeira y Porto Santo, como otras islas, en su libro *Descripción e historia del reino de las islas Canarias*. Estas crónicas no hacen más que insistir en la construcción de un supra-archipiélago o región propia y articulada por los constantes flujos migratorios, la interdependencia mercantil y, en definitiva, la complementariedad entre espacios, que correspondería a la configuración de la Macaronesia (VIERA Y CLAVIJO 1950: 512).

Pocas décadas después del comienzo de la colonización de Madeira, a mediados del siglo XV, D. Henrique de Portugal procuró el dominio del archipiélago canario. De los deseos del Infante, como relata Viera y Clavijo, se aprovechó Maciot de Bethencourt:

La providencia [...], acababa de descubrir a los hombres, por medio de los portugueses, en 8 de julio de 1420, la frondosa isla de la Madera; y considerándola desde luego Maciot como un lugar de refugio en sus tribulaciones, determinó pasarse a ella con la esperanza de tener parte entre los que empezaban a poblarla con permiso del grande infante don Enrique (1950: 351).

Maciot de Bethencourt, sobrino y sucesor Jean de Bethencourt – primer conquistador de Canarias – vendió sus derechos a D. Henrique y se trasladó a Madeira. En aquella isla enlazó con la élite madeirense, así como sus descendientes con la azoriana. El historiador Abreu Galindo, en 1632, percibió estos incipientes vínculos entre las sociedades insulares macaronésicas, al destacar que:

[Maciot] acordó irse a vivir a la isla de la Madera; y allí se heredó y avecindó casando una hija única que tenía Doña María de Betancor, que no tuvo otro hijo legítimo con Ruy González Dacamara capitán de la isla de S. Miguel, hijo de D. Juan González Dacamara, primero Capitán de la isla de la Madera. Y esta señora Doña María de Betancor no tuvo hijos y heredaron su hacienda Enrique de Betancor y Gaspar de Betancor sobrinos de Mosen Maciot de Betancor cuyos herederos poseen hoy su hacienda y conservan en aquella isla el apellido de Betancor (GALINDO 1848: 61).

La cercanía geográfica entre archipiélago, y la lejanía de éstos de la Península Ibérica, encarriló los movimientos migratorios entre ambos archipiélagos. De esta manera, ratifican los primeros cronistas en su discurso la configuración una sociedad insular de la Macaronesia entrelazada desde sus orígenes.

Las islas son un espacio imaginado y mitificado, tanto por los insulares como por los forasteros; incluso los territorios insulares son espacios proclives a la construcción de fábulas y misterios por continentales que nunca han estado en ellas. Para los isleños, la isla se erige como un mundo en miniatura sobre el que se refleja una imagen completa y perfecta del cosmos. Un universo mitificado y cimentado sobre un valor casi sacramental. En las islas – como las que estamos analizando –, alejadas en diferente grado de las sociedades continentales, se crean y reconstruyen mitos fundacionales. Este discurso, esta visión propia e inherente del espacio insular, es utilizado por los isleños – como los de Canarias durante el Antiguo Régimen – para dirigirse al “otro”, al reino y su metrópoli. Las crónicas que hemos analizado no son más que un esfuerzo de hacer llegar a un Rey, distante, esta construcción del mundo insular proyectada por sus propios moradores. Las continuas misivas que envía el gobierno de la isla de Tenerife al Monarca son el intento de los órganos rectores insulares de transmitir un ideal insular, simbólico a la par que real de la conciencia del colectivo insular, que choca repetidamente con la percepción y el mito – y las exigencias surgidas de él – asimilado al otro lado del mar, en el continente europeo.

## **5. La composición de la sociedad macaronésica moderna**

Todo individuo que no ha nacido en una isla es extranjero, un intruso. Consecuentemente, la construcción de la identidad insular pasa por la contraposición con el otro, el no insular. Una sociedad insular aislada – como la aborígen canaria preuropea – no tiene conciencia de la insularidad, mientras que el contacto con el exterior otorga a la conciencia del isleño su pertenencia a una isla y, por tanto, desarrolla una identidad insular. De esta forma, los fluidos contactos entre islas de la Macaronesia, complementarias y, más aún, dependientes durante la Unión Ibérica, potenció entre los isleños castellanos y portugueses más que un sentimiento de pertenencia a una monarquía ibérica supranacional (HESPANHA 2019: 37), una sensibilidad de pertenencia a una misma región insular conformada por una población lusa y española de origen extrapeninsular y cuyo nexo es la insularidad (HERZOG 2013:168).

Correia e Silva (1991: 234), además, profundiza en la definición de estos insulares según la temporalidad del establecimiento de las gentes en las islas.

Junto con los moradores nativos, distingue entre estantes e “instantes” según su relación temporal con el espacio insular. La designación de “instantes” se refiere a la parte de la población cuya fijación al territorio es extremadamente precaria y fluida, personas que se encuentran en las islas de tránsito hacia otras partes. Éstos son una parte importante de la población foránea que pasa por las islas, personas ligadas a la circulación atlántica y que dinamizan una red interdependiente de economías. Por el contrario, por estante se refiere a aquellos individuos que se instalan en las islas por un período de tiempo limitado, siendo éste predefinido o no.

La composición de la sociedad macaronésica moderna es el resultado de un proceso migratorio constante desde la ocupación europea (ELLIOTT 2001: 22). Para entender la constitución de esta población no basta con enunciar a los distintos colectivos de inmigrantes que arriban a las islas, ni siquiera con exponer las aportaciones de uno u otro grupo. Es necesario, en estas sociedades permeables y de frontera, como establece Fajardo Spínola (2009: 173) para el caso de Canarias, “[...] distinguir, ordenar y jerarquizar esas aportaciones, analizar el marco social, cultural e institucional [...] en que los inmigrantes se insertaban, y el modo en que lo hacían”.

En palabras de Diegues (1998: 97), esta sociedad que se conforma en las islas vive en un “nicho ecológico particular”. Es decir, la isla es a la comunidad lo que al continente es a la sociedad. El insular atraviesa fronteras y límites que no son percibidos por el continental, circunstancias que derivaban en estrategias particulares encaminadas a procurar el desarrollo – como la complementariedad entre las islas de la Macaronesia – y a dar solución a conflictos autóctonos en estos pequeños espacios. Para el que llega y se asienta puede suceder que la ínsula no sea ese espacio paradisiaco ni tenga esa proyección ficticia de otro mundo que había imaginado. Al fin y al cabo, la isla – como cualquier hogar – puede llegar a convertirse en un lugar frágil e inestable en donde tenga que desarrollar su vida cotidiana.

La transposición de un emigrante de un continente a una isla es un fenómeno complejo, aunque forme parte de un movimiento homogéneo de emigrantes. Como explica Godinho (1989: 1390), se produce un proceso de adaptación hasta con el propio paisaje que acaba por ser sentido de manera diferente; aunque persista la tendencia a continuar con viejas rutinas, hay que adaptarlas a situaciones nuevas. En palabras de Vieira:

From the 14th century the Peninsular Monarchs were to discover the islands of the Atlantic sand to embark on disputes for their colonisation. Heedless of this, the population, settled, created permanent bonds of family, relations and

interaction in the commercial field, thus defining mechanisms, complementarities, which were seldom understood by those who lived and still live on the mainland (2012: 134).

Señala Pietschmann que:

First it seems important, that both powers had acquired and settled all the Atlantic archipelagos situated comparatively close to Europe and Africa very early [...]. They became important intermediaries in the process of expansion and transatlantic shipping (2002: 15).

En el caso de islas del Atlántico, el hecho de pertenecer a los reinos peninsulares hizo que las sociedades insulares tuvieran una evolución diferente a la de los súbditos en otras partes de la Monarquía, con una cultura y un modo de vida europeo, pero que el distanciamiento con el continente – y de la metrópoli – abocó a las islas a una conformación social propia, articulada en la periferia y con unas características geográficas determinantes.

En palabras de Martínez Shaw:

Las islas tienen su propia singularidad, sus múltiples funciones específicas, pero al mismo tiempo las islas se insertan de lleno en el rico proceso no sólo de la configuración de un sistema atlántico, sino de la aparición de la primera mundialización o más aún, de una auténtica primera historia universal (2011: 819).

## 6. Consideraciones finales

Este análisis interpretativo de los mundos insulares, en especial en la historiografía europea, fue durante mucho tiempo marginado de los grandes procesos descriptivos. Las islas no pasaban de ser simples anécdotas – como el tamaño de ellas mismas – situadas en los límites de la civilización y, por tanto, en los márgenes de los principales debates históricos. Para la historiografía decimonónica, obnubilada por relatar las grandes historias y ensalzar a sus protagonistas, no había cabida para evocar en estos relatos a los pequeños espacios, más aún alejados de la Civilización. Las islas, en consecuencia, fueron relegadas a un segundo plano de la composición histórica. La ínsula, como sujeto de análisis, sucumbió ante un nuevo aislamiento.

Sin embargo, como señaló Braudel (1976: 203): “La gran historia, en efecto, pasa frecuentemente por las islas; acaso sería más justo, tal vez, decir que se

sirve de ellas”. Por el contrario, la búsqueda de la definición del mundo insular, a partir del propio imaginario de los insulares, constituye un tema de reflexión para la interpretación de estas sociedades, tanto para entender su origen y su cosmovisión, como para definir los parámetros que unen los espacios insulares con el exterior y, por consiguiente, con lo ajeno.

## Fuentes impresas

- FRUTUOSO, Gaspar (2008). *As Saudades da Terra*, in A. Vieira (ed.). Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”.
- GALINDO, Abreu (1848). *Historia de la Conquista de las Siete Islas de Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife: Ed. Isleña.
- NÚÑEZ DE LA PEÑA, Juan (1847). *Conquista y Antigüedades de las islas de la Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife: Imprenta Isleña.
- TORRIANI, Leonardo (1959). *Descripción e historia del reino de las islas Canarias*, in A. Cioranescu (ed.). Santa Cruz de Tenerife: Ed. Goya.
- VIERA Y CLAVIJO, José (1942). *Diccionario de historia natural de las Islas Canarias*. Santa Cruz de Tenerife: Imprenta Valentín Sanz.

## Bibliografía

- ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (2019). *Identidad insular y espacio atlántico. Portugal y Tenerife en tiempos de la Unión Ibérica*. Madrid: Catarata.
- ARMAS NÚÑEZ, Daniel (2017). “Canarias-Cabo Verde a través de la mirada de Gaspar Frutuoso en Saudades da Terra”. *ACL Revista Literaria*, 10. <http://acrevistaliteraria.academiacanarialengua.org/canarias-cabo-verde-a-traves-de-la-mirada-de-gaspar-frutuoso-en-saudades-da-terra/> (consultado en 1 de junio de 2021).
- AZNAR VALLEJO, Eduardo (2007). “Del mar soñado al mar hollado. El redescubrimiento del océano”. *Cuadernos del CEMYR*, 15, 175-195.
- BABCOCK, William H. (1922). *Legendary islands of the Atlantic. A study in medieval geography*. Nueva York: American Geographical Society.
- BRAUDEL, Fernand (1976). *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la época de Felipe II*. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica.
- CABRAL BALENO, Ilídio (1991). “Povoamento e formação da sociedade”, in M.E. Madeira Santos & L. Albuquerque (eds.), *História geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 125-178.

- CHAVES, Duarte Nuno (coord.) (2017). *Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade*. Azores: Santa Casa da Misericórdia das Velas e CHAM-Centro de Humanidades.
- CHAVES, Duarte Nuno (coord.) (2020). *Questões de Identidade Insular na Macaronésia*. Azores: Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM – Centro de Humanidades.
- CORREIA E SILVA, António (1991). “Espaço, ecologia e economia interna”, in M.E. Madeira Santos & L. Albuquerque (eds.), *História geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 179-236.
- CORREIA E SILVA, António (1995). “Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico”, in M.E. Madeira Santos (ed.), *História geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1-16.
- DIEGUES, António Carlos (1998). *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário*. São Paulo: Editora Hecitec.
- ELLIOTT, John H. (2001). *En búsqueda de la historia atlántica*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria.
- FAJARDO SPÍNOLA, Francisco (2009). “Inmigración e integración en Canarias en la Edad Moderna”, in J.A. Galván Tudela (ed.), *Migraciones e integración cultural*. Las Palmas de Gran Canaria: Academia Canaria de la Historia, 173-198.
- GARCÍA RAMOS, Juan Manuel (2002). *Atlantidad. Canarias y la comarca cultural atlántica*. Santa Cruz de Tenerife: Altasur ediciones.
- GILLIS, John R. (2004). *Islands of the Mind: How the Human Imagination Created the Atlantic World*. New York-Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1989). “As historiografias insulares: presente e futuro”, in *I Colóquio Internacional de História da Madeira (1986)*, vol. II. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1389-1398.
- GUIMERÁ RAVINA, Agustín (2017). “El mar en la obra histórica de Viera y Clavijo”. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 63, 1-13.
- HERZOG, Tamar (2013). “Merchants and Citizens. On the making and Un-making of merchants in early-modern Spain and Spanish America”. *Journal of European Economic History*, 42, 137-164.
- HESPAÑA. António Manuel (2019). *Filhos da Terra: Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- KELLEMBENZ, Hermann (1990). “Relações comerciais da Madeira e dos Açores com Alemanha e Escandinávia”, in *II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 99-113.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos (2006). “Las Islas Afortunadas en la Edad Media”. *Cuadernos del CEMYR*, 14, 55-78.
- MARTÍNEZ SHAW, Carcos (2011). “La multifuncionalidad de las islas en la

- primera mundialización. El prestigio de las islas”. *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 3, 818-835.
- MORALES PADRÓN, Francisco (1970, 12, 30). “Siete islas para siete dioses”. *ABC Sevilla*, 12.
- PIETSCHMANN, Horst (2002). “Introduction: Atlantic History. History between European History and Global History”, in H. Pietschmann (ed.), *Atlantic History. History of the Atlantic System. 1580-1830*. Göttingen: Vandenhoeck&Ruprecht, 11-53.
- RODRIGUES, José Damião (2012). *Histórias Atlânticas: Os Açores na primeira modernidade*. Ponta Delgada: CHAM.
- ROSA ALONSO, María (1953). “San Borondón a la vista”. *Gánigo: Poesía y arte*, 4, 2-3.
- RUMEU DE ARMAS, Antonio (1958). “Crónica: Actividades del Patronato de la Casa de Colón”. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 4, 617-645.
- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel (2017). “Viera y Clavijo: Historiador ilustrado del Atlántico”. *História da Historiografia*, 23, 43-63.
- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel y SANTANA PÉREZ, Germán (2021). *Puertas en el Mar. Islas africanas atlánticas en el Antiguo Régimen*. Valencia: Tirant Lo Blanc.
- SCHWARTZ, Stuart B (2010). “A Economia do Império Português”, in F. Bethencourt y Diego Ramada Curto (dir.), *A expansão mairtíma portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 21-52.
- TORRÃO, Maria Manuel (1991). “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, in M.E. Madeira Santos & L. Albuquerque (eds.), *História geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 237-346.
- TORRÃO, Maria Manuel (1995). “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”, in M.E. Madeira Santos (ed.), *História geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 17-124.
- VERLINDEN, Charles (1984). “Le peuplement flamand aux Açores au XIVE siècle”, in *Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 298-308
- VIEIRA, Alberto (1988). *A Madeira na rota dos descobrimentos e expansão Atlântica*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- VIEIRA, Alberto (1992). *Portugal y las islas del Atlántico*. Madrid: Mapfre.
- VIEIRA, Alberto (2001). “Las Islas y el mundo atlántico. 1580-1648”, in A. Béthencourt Massieu (ed.), *IV Centenario del ataque de Van der Does a las Palmas de Gran Canaria (1999)*. *Coloquio Internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, 309-347.

- VIEIRA, Alberto (2001). *A fortuna das afortunadas. Dados para uma análise comparada da História dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (2005). “As Canárias: Uma experiência de ocupação mal sucedida?”, in Joel Serrão y A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da expansão portuguesa*, vol. III, t. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 36-57.
- VIEIRA, Alberto (2006). *Madeira y Canarias. Rutas de ida y vuelta*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (2007). “Os flamengos e as ilhas portuguesas do Atlântico. Séculos XV-XVII”, in *Flandes y Canarias. Nuestros orígenes nórdicos*, vol. III. Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria, 107-135.
- VIEIRA, Alberto (2012). “Reconstrução e desconstrução do mundo insular do Atlântico Oriental. Séculos XV e XVI”. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 58, 133-184.
- VIEIRA, Alberto (2015). “As ilhas atlânticas (Canárias, Madeira, Açores) como espaços de fronteira”. *Cadernos de divulgação do CEHA*, 7, 1-55.
- VIÑA BRITO, Ana (2012). “Los flamencos en Canarias en el siglo XVI: ¿Una comunidad extranjera? Especificidades en la isla de La Palma”. *Revista de Historia Canaria*, 194, 161-191.

# Rivalidades entre Portugal e França e o papel dos espões portugueses nos portos franceses (1503-1566)

## *Portugal-France rivalries and the role of Portuguese spies in French ports (1503-1566)*

**MARCO OLIVEIRA BORGES**

Universidade de Lisboa, Centro de História

marcoliveiraborges@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1547-4554>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/07/2021

**Resumo.** O comércio de especiarias entre Portugal e a Índia despertou o interesse de diferentes reinos europeus, levando a expedições ultramarinas rivais, ao mesmo tempo que fez com que os navios portugueses vindos da Ásia fossem um alvo bastante apetecível para corsários e piratas, sendo que, na primeira metade do século XVI, destacaram-se as investidas francesas. Para fazer face a essas situações, e ao mesmo tempo que eram mobilizadas armadas para protegerem a navegação portuguesa, foi-se desenvolvendo uma rede de espionagem a fim de captar informação que pudesse antecipar as intenções francesas, fosse no que diz respeito à elaboração de expedições ultramarinas como de ataques navais. Neste estudo penetraremos nos meandros dessa rede de espionagem, tentando compreender como é que funcionava e de que modo Portugal recebia informações para poder atuar em conformidade com as diferentes situações.

**Palavras-chave.** Expedições ultramarinas, corso, espionagem, Portugal, França.

**Abstract.** In the first half of the sixteenth century, the spice trade between Portugal and India spiked the interest of different European realms, leading to overseas expeditions, thus making Portuguese ships from Asia a very desirable target for privateers and pirates, the French having particularly stood out in this timeframe. To face these perils, and in tandem with the mobilisation of armed forces to protect the Portuguese navigation, an espionage network was put in place in order to gather intelligence that could anticipate French movements, be them in regards to expeditions' preparation, or naval attacks. In this study, we will delve deeper into the intricacies of this espionage network, so as to attempt to get a better understanding of how Portugal received intelligence that informed oftentimes contrasting policy objectives toward its carefully constructed spice trade route.

**Keywords.** Overseas expeditions, privateering, espionage, Portugal, France

## Introdução

Desde o início do século XVI que havia o interesse em França de se alcançar os mercados das especiarias asiáticas<sup>1</sup>, sendo que, em 1503, um navio

<sup>1</sup> Este estudo é uma versão revista e corrigida de uma parte de um capítulo de uma tese de doutoramento: BORGES 2020, II: 729-743.

capitaneado pelo normando Binot Paulmier de Gonneville partiu de Honfleur com o objetivo de alcançar a Índia (*Relation authentique [...] 1869: 87-91*)<sup>2</sup>. Contudo, incorporando dois portugueses e tendo sido realizada com o apoio de financiamento privado, essa viagem foi apossada por um temporal em pleno Atlântico, tendo sido desviada da sua rota inicial e atingido somente a costa do Brasil. Perante a morte do piloto francês, o mau estado do navio e a descrença em se conseguir alcançar a Índia, decidiu-se regressar a França. Neste sentido, a expedição resultou num fracasso comercial, pois apesar de se ter carregado uma grande quantidade de peles, plumas, pau-brasil e outras mercadorias, o navio foi atacado por corsários, perto das ilhas Jersey e Guernesey, e veio a despedaçar-se contra rochedos, não sem antes os assaltantes terem levado tudo o que puderam (Ib.: 107-108).

Apesar deste fracasso, a ideia de se alcançar a Índia não desvaneceu, quer da parte dos investidores privados como da Coroa francesa. Todavia, a guerra dos anos seguintes veio a consumir amplos recursos humanos e materiais à França, crendo-se que isso poderá ter cortado algumas iniciativas privadas (FERREIRA 1995: 163). Somente para 1526 e 1529 é que se consegue confirmar a partida de expedições francesas que alcançaram o Índico, ainda que seja muito provável que tenha ocorrido outra viagem em 1527 (GUERREIRO 1989: 248-261; BORGES 2020, I: 326-349). Porém, antes destas datas existiram outras intenções. Se em 1519 Diogo de Gouveia, agente informador e encarregado de recuperar navios e mercadorias em França, havia conseguido dissuadir dois mercadores de Lyon preparados para seguirem rumo à Índia (BORGES 2020, I: 513-514), Pedro Correia, a 3 de outubro de 1524, escreveu de Logronho dando conta de que em França se armavam 3 naus com destino à Índia, pelo que o monarca ordenou ao embaixador João da Silveira que, agindo dissimuladamente, recolhesse mais dados sobre o assunto, tendo a liberdade de dar “allguu proveyto secreto” a qualquer informador (ANTT, *Fragmentos. Cartas para El Rei*, mc. 1, n.º 32; apud FERREIRA 2001: 11).

De modo alternativo, os franceses tinham na pirataria e no corso<sup>3</sup> um meio de adquirir as mercadorias ultramarinas e de tentar estagnar os circuitos comerciais ibéricos, sendo que, pelo menos desde 1512, Jean Ango e outros já resolviam a impossibilidade prática de chegar aos novos mercados ultramarinos e de poderem ter algum lucro direto ao organizarem cercos às naus portuguesas

<sup>2</sup> Para uma análise recente sobre a viagem de Gonneville e Portugal, cf. MANEUVRIER 2016: 95-109.

<sup>3</sup> Se a pirataria era uma atividade praticada sem qualquer tipo de justificação legal, por alguém que atacava navios por conta própria e sem estar sujeito a qualquer entidade, o corso ocorria quando um navio com pessoas e bens era atacado/apresado por um particular sob posse de uma ordem jurídica concedida por um rei ou um senhor. Ou seja, uma carta de corso ou de marca que permitisse exercer esse ato de agressão sob estatuto legal (FERREIRA 1995: 21-28; PEDROSA 2000: 79-81; PELÚCIA 2010: 83-85).

(MOLLAT 1952: 500; FERREIRA 1995: 239).

Perante o contexto atrás referido, é natural que Portugal tivesse criado meios para tentar limitar as ações francesas, quer no que respeita a expedições ultramarinas como a ataques navais. A espionagem, por conseguinte, foi um elemento fundamental para colher informações que permitissem atuar em conformidade com as diferentes situações e necessidades. Mas de que modo Portugal estabeleceu uma rede de espionagem para seguir as movimentações francesas? Quem eram as pessoas envolvidas? Como atuavam? Que informações conseguiram enviar para Portugal? De que forma o seu trabalho poderá ter sido útil? Tentaremos responder a estas e a outras questões no decurso deste artigo, mas antes de entrarmos mais pormenorizadamente no campo específico das relações entre Portugal e França, olharemos alguns antecedentes ligados à expansão portuguesa e que permitem uma melhor compreensão da extensão das complexas redes de espionagem, inclusive em Lisboa, com a presença de espões estrangeiros.

## **1. Redes de espionagem: alguns apontamentos**

Sabe-se que as atividades de espionagem têm uma existência milenar, tendo sido consideradas por todos os tratadistas militares antigos e medievos como fundamentais para uma boa movimentação dos exércitos. Na Península Ibérica, conforme referem algumas cartas de foral, a obtenção de “informação inteligente” (MONTEIRO 2003: 220) já era uma das preocupações das milícias municipais nos séculos XI-XIII, chegando a ser pagas recompensas àqueles que trouxessem informações relevantes sobre as movimentações das forças muçulmanas. Contudo, foi no final do século XV, com a afirmação das unidades políticas modernas, ligada à centralização do poder, à difusão de informações e à multiplicação de contactos de vasto âmbito geográfico, que se deu uma estruturação da informação secreta de modo eficaz (COUTO 2009: 221). Mercadores, embaixadores, pintores, padres, soldados e outras pessoas exclusivamente dedicadas à espionagem iam recolhendo informações sobre o “outro”, muitas vezes inimigo, podendo revelar inclusive segredos para mais facilmente se tomarem fortalezas, dados que permitissem uma melhor adaptação a cenários de guerra ou saber qual a constituição naval das forças opostas<sup>4</sup>.

A espionagem é um tema que, pelo menos para Portugal ou tendo como

---

<sup>4</sup> Para o caso francês e espanhol entre os séculos XVI-XVIII, cf. CÁMARA MUÑOZ; REVUELTA POL (coord.) 2018.

alvo assuntos da história portuguesa dos séculos XV-XVII, excetuando quando se olham as relações com o Império Otomano, parece que não tem atraído muitos investigadores, sendo poucos os estudos específicos que se encontram disponíveis<sup>5</sup>. Todavia, é sabido que a necessidade da existência e proliferação de redes de espionagem foi acelerada pelas navegações ultramarinas, que desde cedo obrigaram a uma otimização dos circuitos de informação, dadas as enormes distâncias entre a Metrópole e as diversas possessões territoriais, visando obter dados para que se pudesse controlar do ponto de vista económico, político e militar as diferentes regiões (COUTO 2009: 221).

Foi durante o reinado de D. João II, monarca que ficou conhecido por ter “jntelligencias” (BARROS 1988, I: 90) em todas as partes do Levante, que Portugal começou a criar redes informativas distintas das de Veneza, o primeiro grande foco de difusão de notícias, de espionagem europeia e a quem pertenceu, no contexto medieval do velho continente, a precedência do uso da criptografia em documentos oficiais (CORTESÃO 1997: 34-35 e 38-39; COUTO 2009: 221). Estas atividades, no que respeita à astuta república do Adriático, também estavam muito ligadas à defesa do monopólio comercial com a Ásia e das vias marítimas, chegando a fazer com que se planeasse o assassinato de monarcas inimigos e se montassem redes de pérfidas intrigas com os estados concorrentes, como aconteceu com os portugueses (CORTESÃO 1997: 34-35 e 38-39).

Quanto ao contexto português, e olhando para o Mediterrâneo, com o decorrer das décadas os eixos de difusão da espionagem abarcaram pontos de apoio em cidades e comunas italianas (Veneza, Roma, Ferrara, Ancona, Pisa), algumas delas onde estavam fixos diplomatas portugueses, certas ilhas (Chipre, Creta, Corfu, Quios) e os vastos espaços do Império Otomano: Egito (Suez, Cairo e Alexandria), Síria-Palestina (Damasco, Alepo, Tripoli e Síria) e Turquia (Istambul e a Andrinopla) (COUTO 2009: 221; Id.: 2013: 234). No que diz respeito às regiões desérticas em torno do Mar Vermelho, de que uma parte estava sob influência otomana, se não foram alvo da atividade de redes estruturadas – o que ainda está por compreender – tiveram um papel pontual, sendo usadas por informadores autónomos. Por vezes, esses informadores funcionavam em parceria, estando ligados a comendatários da Coroa portuguesa: capitães de fortalezas ou de armadas, bem como governadores ou vice-reis (Id.: 2009: 221).

---

<sup>5</sup> Entre estudos específicos e dados dispersos, cf., e.g., MATOS 1952: 3-18 e *passim*; MOLLAT 1952: 220-221; CORTESÃO 1974: 41-51; COUTO 1991: 243-267; FERREIRA 1993: 789-790; REGO 1994: 29-44; FERREIRA 1995: 311-314 e *passim*; FERREIRA 2001: 3-16; OLIVEIRA 2003: 22, 130, 203-204, 236, 363, 373, 1153-1222 e *passim*; BEBIANO 2004: 140-142; COUTO 2007: 274-312; Id. 2008: 171-196; Id. 2009: 221-223; GÜRKAN 2012; COUTO 2013: 233-252; MARINHO 2019: 194-217.

Estas redes de informação, usando diversos “espias”, “enculcas” ou “inteligências”<sup>6</sup>, assentavam em hierarquias flexíveis, em que um agente permanente, instalado numa determinada cidade, funcionava como eixo central de um grupo. Aquele, por conseguinte, concentrava em torno de si as informações e remunerava os agentes itinerantes que circulavam entre os centros secundários, tal como os informadores ocasionais e oculares, escolhidos sobretudo entre a população autóctone (COUTO 2009: 221).

No entanto, do mesmo modo que os monarcas portugueses tinham os seus espões no estrangeiro, a Portugal acorriam agentes castelhanos, aragoneses, franceses, venezianos, ingleses, neerlandeses e outros<sup>7</sup>. Face ao progresso das navegações portuguesas ao longo da costa ocidental africana, mas sobretudo com a chegada de Vasco da Gama à Índia e a abertura da rota do Cabo ao comércio das especiarias, os olhos da Europa voltaram-se para Portugal, despertando-se o interesse entre os reinos e potências comerciais rivais. Mais do que nunca, as atenções centraram-se em Lisboa, cidade aonde afluíam emissários, agentes, espões, aventureiros ou simples curiosos, especialmente de Itália e de Castela, as partes mais interessadas (CORTESÃO 1974: 43).

Sendo os venezianos os principais afetados com a vinda de especiarias por esta nova rota, é natural que tenham operado estratégias para tentar inverter a situação, ao mesmo tempo que a afluência de espões da *Sereníssima* a Lisboa tornava-se inevitável, procurando recolher dados de como se processavam as ligações comerciais com a Índia (PERAGALLO 1892: 67-97; PRETO 2010: 199, 217-218, 382 e 471). É o caso de Leonardo de Chá Masser, designado em março de 1504 para rumar à capital portuguesa numa missão secreta, disfarçando-se de mercador com o objetivo de obter informações, algo que durou durante vinte e sete meses (PRETO 2010: 217-218, 382 e 471). Nesse lote podemos incluir igualmente os franceses, desde cedo interessados em recolher informações em Lisboa sobre os negócios dos portugueses e rumar à Ásia pela rota do Cabo (MANEUVRIER 2016: 103).

Além de informações sobre as especiarias, a recolha de dados cartográficos seria prioritária, sendo que, pelo menos desde meados do século XV, conhecimentos obtidos da cartografia portuguesa chegavam a Itália, como

---

<sup>6</sup> Sobre a utilização destes termos, cf. *Roteiro da primeira viagem [...] 2016: 78*; BARROS 1988, I: 90; *Arquivo dos Açores* 1880, II: 418; COUTO 1780, V, II: 96; SOARES 1953: 339; MONTEIRO 2003: 220-221.

<sup>7</sup> Em 1528, Lope Hurtado, embaixador castelhano em Portugal, operando com espões, chegou a referir que tinha uma “*espya*” que acompanhava os movimentos de Honorato de Cais, embaixador francês (VIAUD 2001: 262). Por seu turno, Honorato de Cais, pelo menos entre 1523 e 1524, chegou a usar o porto de Cascais para fornecer informações aos corsários franceses para que atacassem navios portugueses carregados de especiarias. A ideia era que soubessem as datas de partida e de chegada, os carregamentos e o número de navios em trânsito para que melhor pudessem levar a cabo as suas investidas (BORGES 2020, I: 396-398).

se comprova pelo mapa de Andrea de Bianco. Esta era uma situação que se haveria de tornar monótona com o decorrer das décadas e a abranger outras áreas interessadas (FERREIRA 1995: 209-212). Neste sentido, é natural que Lisboa tenha funcionado, durante os séculos XVI e XVII, como centro de intercâmbio de conhecimentos cartográficos (DIAS, ALEGRIA 1994: 66-67). É muito provável que alguns dos espíões que atuavam naquela cidade, apoiados pelos diplomatas dos seus reinos, também tivessem como missão aliciar cartógrafos e pilotos portugueses, isto quando não eram os próprios portugueses a oferecer os seus préstimos no estrangeiro (FERREIRA 1995: 209-215).

Neste seguimento, as informações recolhidas em Lisboa ou por intermédio de portugueses, fossem cartográficas, dados escritos ou orais sobre as terras ultramarinas, foram sendo preciosas para que se pudessem preparar expedições pelos reinos rivais de Portugal. A título de exemplo, veja-se um caso que tem gerado polémica. Embora não se conheça de que forma foi obtida a informação primária que ajudou a elaborar os espécimes cartográficos que direta e indiretamente estão ligados à famosa escola cartográfica de Dieppe (1535-1587), que poderão representar parte daquilo que será a costa Norte da Austrália, decerto que esses exemplares resultaram do interesse francês em continuar as suas expedições pelo Índico, sob apoio e conhecimento náutico-cartográfico português, havendo, da parte de França, uma persistência em se tentar conseguir estabelecer um contacto duradouro com Samatra. Não se sabe de que forma essa informação cartográfica foi parar a mãos francesas, mas é de crer que algum (ou mais) exemplar português tenha sido apreendido num navio atacado ou, mais provavelmente, cartógrafos lusos tenham facilitado o seu acesso (BORGES 2020, I: 326-343).

## 2. Espíões portugueses em França

No caso do Norte da Europa, destaca-se a presença de espíões portugueses em França e Inglaterra. Para exemplificar a atividade em solo francês, ponto nevrálgico pelo menos desde a década de 1510<sup>8</sup>, refira-se que Portugal tinha espíões que se movimentavam em diferentes portos da Normandia, da

---

<sup>8</sup> Em inícios de Março de 1513, foi entregue a Diogo de Gouveia o ouro tomado a um navio português por franceses (cf. ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82 e 84; pub. BRANDÃO 1944, I: 279-282; ALBUQUERQUE 1972, II: 1265-1267. Sobre o assunto, cf., igualmente, ALBUQUERQUE 1972, I: 523-524). Chegados a 1525, Diogo de Gouveia dizia que exercia aquela atividade há treze anos, pelo que estaria em França desde 1512 (ANTI, CC, pt. I, mç. 32, n.º 38; pub. BRANDÃO 1944, I: 285).

Bretanha e da Picardia, informando os embaixadores portugueses em França<sup>9</sup>, ou diretamente a Corte, sobre os navios que se preparavam nesses locais (FERREIRA 1995: 126 e 312)<sup>10</sup>. Nunca, como então, os portos dessas costas haviam sido tão visitados “por portugueses encapotados e temerosos” (Id.: 312). Obter informações e, através delas, poder rentabilizar o policiamento naval armado foi uma tarefa usada por Portugal para evitar variados perigos, tendo envolvido diversas pessoas (Id. 1993: 789; Id. 1995: 312). Fosse quanto à preparação de expedições corsárias e piráticas ou de viagens ultramarinas que visavam romper com o monopólio ibérico<sup>11</sup>, os agentes portugueses iam obtendo informações preciosas que faziam acionar os meios de resposta no Reino, se bem que, por vezes, também caíssem no engano da contrainformação.

São vários os espões que surgem na documentação a informar os embaixadores ou que são mencionados nas suas cartas. Entre os mais ativos, Ana Maria Pereira Ferreira identificou João Vaz, agente em constante vaivém pelos portos normandos e bretões. O próprio João Pereira Dantas, embaixador português em França desde 1557, chegou a exercer essa tarefa, ainda que esporadicamente (Id. 1989: 159; Id. 1995: 313, n. 153). No entanto, em outros casos não é possível identificar o nome dos agentes, uma vez que se encontram omissos, o que é perfeitamente compreensível dado o caráter sigiloso das suas atividades (MARINHO 2019: 196).

Numa outra perspetiva, o estudo da documentação vai mostrando homens até com duplo rosto, caso de Afonso de Sevilha. Amigo de Diogo de Gouveia, agente em França desde 1512, Afonso de Sevilha ia fornecendo informações a partir de Rouen, ao mesmo tempo que estava implicado em negócios menos claros (Id. 1993: 789; Id. 1995: 312). Na mesma cidade, mas de forma mais luminosa, surgem outros colaboradores, caso de Francisco Torres. Refira-se, ainda, um inglês que, em 1531, na cidade de Rouen, forneceu indicações a Diogo de Gouveia sobre as atividades francesas, inclusive relativas à tomada de um navio português que vinha da Flandres, se bem que não se saiba se foi apenas um informador de ocasião ou com ligações mais profundas (*Colecção de São Lourenço* 1973, I: 223-224; FERREIRA 1995: 312).

Seja como for, estes informadores ou espões tinham como objetivo recolher

---

<sup>9</sup> Para um curto apanhado dos embaixadores portugueses em França entre 1522 e 1558, cf. SERRÃO 1969: 15-16.

<sup>10</sup> Cf., igualmente, as fontes indicadas por ALBUQUERQUE 1972, I: 569, n. 1.

<sup>11</sup> Castela também tinha os seus espões em França. Em 1541, aquando da preparação de uma expedição francesa ao Canadá, alude-se a isso mesmo (GUERREIRO 1989: 254-255). Poucos anos depois, o príncipe de Castela escreveu ao provedor das armadas dos Açores pedindo que as naus que viessem das Índias Ocidentais pusessem o ouro em terra. O motivo devia-se a informações que tinham chegado sobre certas naus de Dieppe que estavam a ser aprestadas para irem ao encontro das naus castelhanas aos Açores (ANTI, CC, pt. I, mç. 92, n.º 120; pub. *Archivo dos Açores* 1878, I: 131).

informações sobre a entrada e saída de navios suspeitos, estar atentos à possível chegada de embarcações roubadas a portugueses ou que traziam mercadorias e artilharia pertencente ao rei português e a seus vassallos. Em todo o caso, era difícil identificar quais os navios portugueses que davam entrada nos portos de França. A 19 de março de 1513, Diogo de Gouveia escreveu a D. Manuel I dando conta precisamente dessa situação, visto que os ladrões pintavam os navios roubados e mudavam-lhes a aparência. Neste sentido, pedia-se que os mestres dos navios lesados viessem a França para tentar identificá-los e assim se pudesse decretar o embargo perante as autoridades francesas (ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 90; pub. BRANDÃO 1944, I: 284). Chegados a 1538, Fernando Rodrigues Pereira escrevia de La Rochelle para Portugal dizendo que vários navios e caravelas tinham chegado ali vazios, porque os franceses haviam atirado as tripulações ao mar (FERREIRA 2001: 15).

Quanto mais rápida fosse a circulação de informação e os agentes portugueses se movimentassem perante as autoridades, maior era a possibilidade de se obterem bons resultados. Atentemos num caso ocorrido em 1554. Em setembro desse ano, estando-se perante a suspeita de um novo ataque francês e apresamento de um navio da carreira da Índia no Atlântico, D. João III escreveu a Brás de Alvide indicando que uma nau vinda da Índia, já perto de Lisboa, foi levada por um temporal para Sul, não havendo notícia desde então. Pairando o receio de que tivesse ido parar à Madeira ou sido tomada por corsários franceses, o monarca pretendia que o embaixador enviasse alguém para correr os portos de França e ver se ali havia chegado a dita nau. Brás de Alvide tinha ordens para que, caso esse navio ou algumas mercadorias asiáticas fossem detetadas, tomasse logo providências diante do rei francês para que as mercadorias e a nau fossem entregues (ANTI, *Colecção S. Vicente*, liv. 1, fól. 381; pub. Serrão 1969: 108-109).

A carta do monarca chegou a Fretemilhon a 3 de outubro, sendo que Brás de Alvide seguiu logo para Paris, vindo, já no dia 5, a dar ordem a Salvador Machado para correr os portos da Normandia. Ao mesmo tempo, um criado do diplomata seguiu para Nantes com uma carta para Fernão Rodrigues Pereira, o qual estava destacado nos portos da Bretanha. A 21 de outubro de 1554, data em que Brás de Alvide escreveu a D. João III dando conta das diligências acima referidas – embora por essa altura ainda não tivesse recebido qualquer notícia dos espíões portugueses –, não se sabia se a nau vinda da Índia havia sido eventualmente tomada por corsários franceses e levada para França. O diplomata duvidava mesmo que isso tivesse ocorrido, caso contrário, e face à importância do navio em questão, as notícias teriam corrido, acrescentando que ao momento da redação da sua carta talvez a nau já estivesse segura no

porto de Lisboa (ANTT, CC, pt. I, mç. 93, n.º 149).

Quanto às mercadorias portuguesas ou ultramarinas que davam entrada nos portos franceses, essas eram mais fáceis de identificar, podendo levar a que os agentes portugueses em França ordenassem às autoridades que decretassem o seu embargo (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 84; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1292-1293, n.º 37). Mas para além das tarefas já referidas, destaca-se o facto de os agentes terem que estar vigilantes quanto à formação de armadas que acabavam por ter como destino a costa portuguesa, as ilhas atlânticas, a Mina, o Brasil, a Índia e outros locais, fosse em ações depredatórias ou com intenções de ocupação territorial. Importava enviar para Portugal indicações quanto à tripulação dos navios, à sua tonelagem, de que porto iriam sair, qual a rota que seria seguida, a carga que transportavam e o objetivo da viagem.

Em agosto de 1531, D. António de Ataíde, embaixador em França, escreveu de “Frorym” a dar conta de que Jean Ango, mesmo após o almirante de França ter dado ordens para não se rumar a qualquer parte sob domínio português, preparava 4 naus para irem “a costa de guyne e vyr pola malageta”, se bem que houvesse o receio de que o destino final fosse o Brasil (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 37). As informações tinham chegado por intermédio de João Vaz, irmão de Gaspar Vaz, que havia andado pelos portos franceses e reunira igualmente dados sobre a preparação de 25 ou 30 naus na Normandia, para servirem Jean Ango, além das próprias embarcações deste armador e das que se armavam na Bretanha.

Quanto a Inglaterra, e por intermédio da informação vinda por um correio do imperador Carlos V, D. António de Ataíde referia que estava em preparação uma armada. As notícias não eram muito precisas, mas D. António indicava que os ingleses eram tão cobiçosos relativamente a Portugal, pelo que iria tentar aprofundar conhecimento sobre o assunto (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 37). Este caso mostra que havia uma colaboração entre os serviços de espionagem portuguesa e os de Carlos V, que também tinha homens destacados em França. Por outro lado, dá a entender que, por esta altura, Portugal contava com espíões em Inglaterra, se bem que até esse momento D. António de Ataíde não tivesse recebido qualquer notícia.

De uma forma geral, era difícil ter a certeza de qual seria o real destino ultramarino dos navios inimigos, sendo de crer que, em diversas ocasiões, as intenções terão passado mais por ataques navais no Atlântico, nomeadamente a naus vindas da Índia, da Mina e das Índias Ocidentais. A 5 de março de 1513, por exemplo, André da Silveira comunicava para Portugal que o escocês João Bretão, munido de uma carta de marca, armava no porto francês de Harfleur uma nau de 250 tonéis para ir esperar as naus da Índia e caravelas da Mina

(ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82; pub. Brandão 1944, I: 280; ALBUQUERQUE 1972, I: 523-524). Desde logo, os agentes portugueses moveram-se perante as autoridades francesas para tentar abortar ou minimizar as ações deste corsário. Além disso, André da Silveira referia que estava em preparação uma grande armada em França, tal como em Inglaterra, se bem que não fossem referidos quais os possíveis destinos que teriam (ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82; pub. Brandão 1944, I: 281).

Entre informadores ocasionais e aqueles que estavam destacados para trabalhar a médio e a longo prazo, as tarefas de quem percorria a costa francesa não foram fáceis nem isentas de riscos. Havendo agentes portugueses que se movimentavam nos portos do Norte de França a fim de tentar recuperar mercadorias e navios, sendo que as suas diligências acabavam por dar azo a embargos, processos judiciais, a multas e a penas afitivas para os agressores, as povoações locais, os corsários e os piratas chegavam a atacar e a matar<sup>12</sup> quem se intrometesse, tentando evitar que fossem recolhidas provas incriminatórias (MOLLAT 1952: 221; ALBUQUERQUE 1972, I: 569-572).

Na tal carta de 19 de março de 1513, Diogo de Gouveia referiu que estava a tomar sérias precauções a fim de evitar que fosse morto, pedindo que, caso o rei quisesse que o agente continuasse o seu trabalho de reclamar as presas e outras coisas de naturais portuguesas, fosse disponibilizada “outra guarda”<sup>13</sup>. Chegados a maio de 1525, o agente era claro quanto aos elevados gastos que as atividades em França exigiam<sup>14</sup>, queixando-se das próprias despesas que estava a suportar, pelo que, de Lyon, pedia ao rei que lhe fosse pago o que era devido<sup>15</sup>.

Num outro caso, em 1531, Belchior Raposo, agente destacado nos portos

---

<sup>12</sup> Por carta de 11 de novembro de 1551, é referido que um criado (português?) de Brás de Alvide havia sido morto em Harfleur, depois de ter tentado evitar que se vendessem as mercadorias de açúcar que haviam sido tomadas a uma nau portuguesa vinda de São Tomé. Nesta carta, é indicado igualmente que Francisco Duarte, mercador português estante em La Rochelle, viu apresado o seu navio que ia carregado de especiarias (ANTI, *Colecção S. Vicente*, liv. 1, fól. 370; pub. SERRÃO 1969: 88-90; ALBUQUERQUE 1972, II: 1331-1332, doc. 55).

<sup>13</sup> “[...] a terra esta de sorte que se muito bem me nom guardar parece me que não scaparej de deixar a vida [...]” (ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 90; pub. BRANDÃO 1944, I: 283).

<sup>14</sup> Olhando o lado francês, um conselheiro régio tardo-medieval de França recomendava que um terço do orçamento militar do Reino fosse gasto em atividades de espionagem (MONTEIRO 2003: 220).

<sup>15</sup> “Eu grande merce Receberei se Senhor mo fizesse qua despachar por que seria dar me a vida & tirar me do fundo dagoa onde Jaço [...]” (ANTI, CC, pt. I, mç. 32, n.º 38; pub. BRANDÃO 1944, I: 284-287). São constantes as queixas sobre os elevados gastos feitos por portugueses destacados em França, chegando a endividar-se e a passar carestia, sendo que as informações nem sempre eram transmitidas ao rei, tal como era referido em 1539 (ANTI, CC, pt. I, mç. 64, n.º 180; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1292-1293, doc. 37). Em 1541, o doutor Jorge Nunes queixava-se novamente e pedia ao rei que tivesse em conta o aumento do seu ordenado (ANTI, CC, pt. I, mç. 66, n.º 101; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1327, doc. 50).

da Normandia para vigiar as partidas e chegadas das armadas francesas, foi mesmo aconselhado a fugir por Afonso de Sevilha e Diogo de Gouveia, pois estaria em perigo de morte: “Eu ando qua beem atemorizado desta gente [...] se soubessem que aqui andava e que era portuguez me mataryão [...]” (FERREIRA 1993: 790; Id. 1995: 234 e 313)<sup>16</sup>.

Cinco anos mais tarde, pelo Tratado de Lyon, ficou firmado com a França que Portugal poderia ter pessoas nos portos franceses para neles procederem à recuperação dos navios e das mercadorias roubadas a portugueses, “tudo por autoridade de justiça” (SANTARÉM 1843, III: 255).

Por volta de 1540, D. João III foi informado pelo piloto, cartógrafo e espião português João Fernandes Pacheco, conhecido por Lagarto, de que o vice-almirante francês, Jean Anjo e outros investidores particulares, faziam pressão perante Francisco I para se construir um castelo na ilha de São Lourenço (VICENTE 2014: 168-169, 176-178 e 244-245). Remetendo as informações enquanto estava em Sevilha, Pacheco refere que essa fortificação, aos olhos dos franceses e podendo concentrar muita gente naquela área, seria fundamental como base de apoio aos seus navios, de onde se poderia vir a partir para comerciar com várias partes do Índico e chegar à ilha de Taprobana, naquilo que seria uma alusão errada a Samatra. Neste sentido, Rui Fernandes de Almada, a 27 de novembro desse ano, tendo informação de que algumas das naus que se armavam em França teriam como destino a ilha de São Lourenço e que os franceses queriam tomar terras e fortificá-las, aconselhava que D. João III mandasse construir uma fortaleza nesse local. Com essa edificação, refere o diplomata, o monarca já poderia alegar que a ilha não estava desabitada e que os portugueses se haviam instalado ali antes dos franceses. Saliente-se que, por esta altura, valia a premissa de que muitas terras descobertas pelos portugueses não eram habitadas e não tinham qualquer utilidade prática para Portugal, pelo que França poderia servir-se delas (ANTI, CC, pt. I, mç. 68, n.º 90; pub. BARATA 1971: 327).

No referido caso de João Fernandes Pacheco, espião na corte francesa mas com intenções duvidosas, foi indicado que os franceses, tendo chegado a ser confrontados com perguntas sobre uma armada que preparavam, revelaram que a viagem teria lugar a Inglaterra (ANTI, CC, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. VICENTE 2014: 250-251). No entanto, o espião temia que dali os navios largassem dissimuladamente para terras sob domínio português e até mesmo com uma possível colaboração inglesa. Foi neste sentido que decidiu ir pessoalmente a Inglaterra para averiguar o assunto, tendo chegado ao porto de Aria a 15 de

---

<sup>16</sup> A autora referiu que tinha em preparação uma monografia sobre Belchior Raposo, algo que não se concretizou.

maio, local onde encontrou duas naus de Dieppe que se preparavam para ir ao Brasil. A um inglês havia sido prometido que seria dada “parte” para dissimular o caso, sendo que, ao chegar a Londres, João Fernandes Pacheco ainda recebeu a indicação de que uma nau que teria como destino o Brasil havia afundado, se bem que não tenha referido se era francesa ou inglesa (ANTI, CC, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. VICENTE 2014: 251).

Este caso mostra bem como existiam estratégias para tentar iludir os espíões portugueses ou outros informadores complementares que corriam os portos de França em busca de informações que dessem conta de armadas que se preparavam para atacar navios ou ir a terras ultramarinas. E neste particular não se pode esquecer igualmente a Escócia – muito ligada a França – como possível local de partida de navios franceses, sendo um local que chegou igualmente a ser referido como tendo acolhido navios tomados a súbditos de Portugal, algo que também foi indicado relativamente à Dinamarca. Acresce que corsários escoceses, ou com ligações à Escócia, chegaram a ter intenções de tomar naus vindas da Índia e de outras partes ultramarinas, inclusive com cartas de marca (BORGES 2020, I: 358, 388-391 e 415).

Um dos espíões que, anos mais tarde, veio a exercer atividade nos portos do Norte de França foi Manuel de Araújo. A 8 de maio de 1548, numa carta dirigida a Pero de Alcáçova Carneiro, dava conta das diligências que havia levado a cabo recentemente:

Despois de meu negoceo feito na Rochela, tornei por Bertanha pera saber novas e fui-me dereito ao Crevique que é um porto de ladrons assás povoado, no qual achei novas que podia haver dous meses que um chamado Carahes roubara um navio portugues, ao qual alem da mercadaria tomou muita artelharia de cobre, a qual eu não pude ver por estar fechada em uma casa; todavia dixeram-me que tinha as armas de Portugal (ANTI, CC, pt. I, mç. 80, n.º 107; pub. MATOS 1952: 185; ALBUQUERQUE 1972, II: 1329, doc. 53).

Sendo a espionagem uma atividade de grande risco, o receio de serem apanhados e de que fossem exercidas represálias podia fazer com que os espíões e outros agentes portugueses não exercessem as funções para as quais tinham sido mobilizados, limitando-se a diligências dissimuladas. A 1 de maio de 1563, João Pereira Dantas, que coordenava um sistema informativo que também abrangia Inglaterra (FERREIRA 1989: 164), enviou uma carta para Portugal referindo que Manuel de Araújo não queria fazer o seu habitual trabalho de correr os portos franceses em busca de informações e de tentar confirmar a possível chegada de navios portugueses, alegando o “perigo que nisso

póde auer” (ANTT, CC, pt. I, mç. 106, n.º 70). O espião não havia cumprido igualmente outros pedidos de João Pereira Dantas. Neste sentido, e para não se perder a vigilância dos portos franceses, o embaixador aconselhava que o ordenado que Manuel de Araújo recebia (100.000 reais) fosse distribuído por outras pessoas – escolhidas pelo próprio João Pereira Dantas – que pudessem fazer o respetivo trabalho de vigilância e de envio de informações (ANTT, CC, pt. I, mç. 106, n.º 70).

Três anos volvidos, o mesmo Manuel de Araújo aconselhou o cardeal D. Henrique a ter cautela em relação aos Açores, pois tinha informação de que os franceses queriam deslocar-se a um local onde pudessem esperar pelas armadas que vinham da Nova Espanha e da Índia. Assim, e até prevendo um possível ataque semelhante ao que Montluc realizou à Madeira pouco tempo antes, Manuel de Araújo refere que deveria ser enviada uma frota com mais de 50 navios (ANTT, CC, pt. I, mç. 108, n.º 8; pub. MATOS 1952: 198; ALBUQUERQUE 1972, II: 1340, doc. 57). Poucos dias depois, o espião indicava serem certos cristãos novos que faziam com que os franceses fossem à Mina, daí que aconselhasse o seu enforcamento, tal como a um piloto português que havia levado Montluc à ilha da Madeira:

Entre todos encomendo a Vossa Alteza certos cristãos novos, que eles são os que fazem ir estes à Mina e tratam em Portugal e estão-se cá rindo, dizendo que não temem já a Santa Inquisição. Sobre todos seja também enforcado o piloto torto portugues, que vive no Abra de Graça, porque ele foi o que levou Montluc à Ilha da Madeira, porque sua vontade não era senão em ir ao Benim; e se o diabo o cá torna a trazer, eu espero em Deus de o fazer enforçar<sup>17</sup>.

Por este tipo de situações, vê-se bem a importância das informações vindas do estrangeiro para a mobilização das armadas de defesa e de escolta, bem como para prevenir os portos e os comerciantes. Em todo o caso, era impossível ter um espião em cada recanto da faixa atlântica entre o Mar do Norte e as costas ibéricas, pelo que os mareantes reinóis e outros delatores de ocasião ajudavam a construir a teia de informação e comunicação (FERREIRA 1993: 790; Id. 1995: 313). Se muitas das vezes as informações eram transmitidas em cifra, por agentes atentos ao movimento nos portos estrangeiros, veiculando-se informação por correio marítimo ou terrestre até Lisboa, o contributo de navios comerciais – nacionais e estrangeiros – também constituía uma fonte preciosa de conhecimento (SOARES 1953: 338-339; GUERREIRO 1994:

<sup>17</sup> ANTT, CC, pt. I, mç. 108, n.º 10; pub. MATOS 1952: 201; ALBUQUERQUE 1972, II: 1341, doc. 58.

299; Id. 1996: 73).

De facto, em inúmeros casos eram os navios comerciais a trazerem informações em primeira-mão. Em 1532, por exemplo, Aires da Cunha, enquanto capitão-mor da armada das ilhas, escreveu uma carta a D. António de Ataíde, por essa altura já de volta a Portugal, informando que um navio fugido de “Calez” havia chegado a Cascais e indicado que três naus grossas de Marselha se deslocavam para Poente com más intenções. Estavam sem nenhuma carga a bordo, mas bem artilhadas e providas de gente, mostrando intenções de “omde acharem portugueses hos am todos de emforquar e fazer todo ho mal que puderem” (*Colecção de São Lourenço* 1973, I: 257-258; *Chartularium Universitatis Portugalsis* 2001, XIV: 357). Aires da Cunha referiu ainda que, caso fosse necessário, aguardaria ordens do conde da Castanheira para saber o que fazer se encontrasse as tais naus.

De qualquer modo, seria o correio expedido diretamente para Portugal que teria maior importância. Mas quanto tempo demoravam as informações escritas a circular entre França e o Reino? Para garantir a rapidez na transmissão de notícias, a contratação de caminheiros e de correios especiais tornava-se fundamental (SILVA 1985: 328). Contudo, sabendo que essa rápida circulação de informação era essencial para a preparação e saída das armadas de defesa costeira e de proteção, ou até mesmo para que certas partes costeiras vulneráveis fossem postas em alerta e guarnecidas, o correio marítimo deveria ser o mais usado. Se o correio terrestre entre Portugal e França demoraria entre três a quatro semanas a chegar ao seu destino, as cartas enviadas por mar poderiam chegar em oito ou dez dias a Nantes ou a Rouen, com mais dois dias de viagem para o emissário chegar até Paris (SERRÃO 1969: 39).

## **Conclusão**

Fundamental para acionar a defesa do Reino, das ilhas, das partes ultramarinas e dos navios comerciais face às investidas francesas, esteve em funcionamento uma complexa rede de espionagem que visava a recolha de dados nos portos do Norte de França. Essa atividade era uma realidade na década de 1510, mas muito provavelmente já tinha lugar antes disso, sendo obrigação dos espíões portugueses recolher informações sobre a possível realização de expedições ultramarinas, sobre a entrada e saída de navios suspeitos, assim como deveriam estar atentos à possível chegada de embarcações roubadas a portugueses ou que traziam mercadorias e artilharia lusa. Todavia, era difícil identificar quais os navios portugueses que davam entrada nos portos de França, até porque os

ladrões gauleses pintavam os navios roubados e mudavam-lhes a aparência, não esquecendo que os navios tomados de assalto poderiam ser levados, não para portos franceses, mas sim para outras partes, caso da Escócia e da Dinamarca.

Muito embora o trabalho dos espões fosse fundamental no contexto de todos os aspetos acima referidos, vimos que era bastante perigoso e que poderia acabar em morte ou fazer com que o medo imperasse e os agentes, com receio de represálias, não realizassem as tarefas para as quais tinham sido destacados. Por outro lado, as informações reunidas nem sempre tinham grande fundamento. Acresce que alguns homens acabavam por fazer jogo duplo, pelo que podiam transmitir informações falsas para o Reino e afetar a defesa dos interesses portugueses. Era este o perigo da contrainformação, que podia levar Portugal a destacar armadas para um determinado sítio quando o alvo inimigo era outro, ou que podia acarretar grandes esforços para se fortificar sítios, reunir homens e armamento para a defesa da costa e de Lisboa, levando a receios, tensões, esforços e a gastos desnecessários.

Fosse como fosse, depois da chegada de informações ao Reino havia que expedir indicações para os locais estratégicos e mais expostos à ação inimiga: as áreas portuárias mais sensíveis e o arquipélago dos Açores. Neste seguimento, diversos navios de aviso, sobretudo caravelas e caravelões, circulavam junto à costa, mas também entre Lisboa e as ilhas, tendo um papel fulcral no transporte e transmissão de informação, visando que as diferentes partes se preparassem para o perigo (BORGES 2020, II: 745-767).

Por fim, refira-se apenas que a espionagem é um tema bastante complexo, por vezes sendo muito complicado ligar informações dispersas, compreender em profundidade o que está a ser indicado e quem são certos intervenientes, não esquecendo que alguma comunicação até se encontra cifrada. Seja como for, este tema deveria ser mais estudado, até porque, face à documentação disponível para o século XVI, apresenta ainda um grande potencial para se avançar no conhecimento.

### **Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 47, n.º 37; mç. 93, n.º 149; mç. 106, n.º 70.

### **Fontes impressas**

*Archivo dos Açores* (1878-1880). Vols. I e II. Ponta Delgada: Typographia do

Arquivo dos Açores.

- BARROS, João de (1988). *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, déc. I. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)* (2001). Vol. XIV (1530-1532). Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Colecção de São Lourenço* (1973). Pref. e notas de Elaine Sanceau, t. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- COUTO, Diogo de (1780). *Da Ásia de Diogo de Couto*, déc. IV-XII. Lisboa: Na Officina Typografica.
- PERAGALLO, Prospero (1892). *Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à India desde 1500 até 1505*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Relation authentique du voyage du capitaine Gonneville ès nouvelles terres des Indes. Campagne du navire l'Espoir de Honfleur, 1503-1505* (1869). Paris: Challamel Aine, Libraire-Éditeur.
- Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, 1497-1499* (2016). Ed., estudo introd., índ. e glossário por Luís Fernando de Sá Fardilha e Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- SOARES, Pero Roiz (1953). *Memorial de Pero Roiz Soares*. Leit. e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- VIAUD, Aude (2001). *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530. Lope Hurtado de Mendoza*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Ruy de (1972). *As represálias. Estudo de história do Direito português (sécs. XV e XVI)*. 2 vols. Lisboa: [s.n.].
- BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo (1971). *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- BEBIANO, Rui (2004). “A arte da guerra. Estratégia e táctica”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 112-195.
- BORGES, Marco Oliveira (2020). *O trajecto final da Carreira da Índia na torna-viagem (1500-1640). Problemas da navegação entre os Açores e Lisboa: acções e reacções*, 2 vols. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras: Universidade de Lisboa.

- BRANDÃO, Mário (1944). *O processo na Inquisição do Mestre João da Costa*, vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CÁMARA MUÑOZ, Alicia; REVUELTA POL, Bernardo (coords.) (2018), *El ingeniero espía*. Segóvia: Fundación Juanelo Turriano.
- CORTESÃO, Armando (1974). “Espionagem dos Descobrimentos”, in *Esparsos*, vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 41-51.
- CORTESÃO, Jaime (1997). *Os Descobrimentos pré-colombinos dos portugueses*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COUTO, Dejanirah (1991). “L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle”, in J. Aubin (ed.), *Le Portugal, la découverte et l’Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 243-267.
- COUTO, Dejanirah (2000). “L’itinéraire d’un marginal: la deuxième vie de Diogo de Mesquita”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX. Lisboa - Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 12-35.
- COUTO, Dejanirah (2007). “Spying in the Ottoman Empire: sixteenth-century encrypted correspondence”, in Francisco Bethencourt and Florike Egmond (eds.), *Cultural exchange in Early Modern Europe*, vol. III – *Correspondence and cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 274-312.
- COUTO, Dejanirah (2008). “Arméniens et portugais dans les réseaux d’information de l’océan Indien”, in S. Chaudhury et K. Kévonian (eds.), *Les arméniens dans le commerce asiatique au début de l’ère moderne*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 171-196.
- COUTO, Dejanirah (2009). “Redes de espionagem”, in Lúcia Liba Mucznik et al. (coords.), *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 221.
- COUTO, Dejanirah (2013). “Au-delà des frontières: réseaux d’espionnage portugais dans le Levant méditerranéen et dans l’océan Indien au XVI<sup>e</sup> siècle”, in Albrecht Fuess et Bernard Heyberger (eds.), *La frontière méditerranéenne du XV<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle. Échanges, circulations et affrontements*. Turnhout: Brepols, 233-252.
- DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda (1994). “Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio”. *Penélope. Fazer e desfazer História*, n.º 13. Lisboa, 55-70.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1989). “Da defesa do monopólio do “mare clausum”: alguns apontamentos na correspondência de João Pereira Dantas (1562-1565)”, in *A viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimentos. Actas do Seminário realizado em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta de 2 a 7 de Maio de 1988*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores – Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 159-166.

- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1993). “Defesa do Atlântico: algumas medidas de Portugal contra a França na 1ª metade de Quinhentos”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 787-790.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (2001). “Subornos, espões e espionagem na defesa do “mare clausum”: alguns episódios no reinado de D. João III”, in *Memórias*, vol. XXXI. Lisboa: Academia de Marinha, 3-16.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1989). “As tentativas de intromissão da França (1503-1560)”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 248-261.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1994). “Curso e pirataria nos descobrimentos”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I. [Lisboa]: Caminho, 296-301.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1996). *O grande livro da pirataria e do curso*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GÜRKAN, Emrah Safa (2012). *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the ottoman habzburg rivalry*. Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy in History. Georgetown University: Washington, DC.
- MANEUVRIER, Christophe (2016). “Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 95-109.
- MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2019). “Diplomacia e espionagem na baixa Idade Média portuguesa”, in Néstor Vigil Montes (dir.), *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do CIDEHUS.
- MATOS, Luís de (1952). *Les Portugais en France au XVIe Siècle. Études et Documents*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- MOLLAT, Michel (1952). *Le commerce maritime normand a la fin du Moyen Age*. Paris: Librairie Plon.
- MONTEIRO, João Gouveia (2003). “Estratégia e tática militares”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 216-244.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o*

- mundo chinês à Europa culta*. Tese em Geografia Humana. Universitat Autònoma de Barcelona.
- PEDROSA, Fernando Gomes (2000). *Os homens dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- PELÚCIA, Alexandra (2010). *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos mares da Ásia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PRETO, Paolo (2010). *I servizi segreti di Venezia. Spionaggio e controspionaggio ai tempi della Serenissima*. Milano: Il Saggiatore.
- REGO, António da Silva (1994). “Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)”, in *Estudos de História Luso-Africana e Oriental (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 29-44.
- SANTARÉM, Visconde de (1843). *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, com as diversas potências do mundo, desde o princípio da morchia portugueza até aos nossos dias*, tomo III. Paris: Em Casa de J.P. Aillaud.
- SILVA, F. Ribeiro da (1985). “O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640)”. Sep das *Actas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima*, vol. III. Póvoa de Varzim: 311-339.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1969). *A embaixada em França de Brás de Alvide, (1548-1554)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VICENTE, Manuel Alberto Carvalho (2014). *Le Madagáscar et le Portugal (1521-1557)*. Lisboa: CLEPUL.



# A crise económica em Penafiel nos inícios do século XIX pelos livros das *décimas* de 1800, 1813 e 1821<sup>1</sup>

*The economic crisis in Penafiel at the beginning of the 19th century through the books of the *décimas* of 1800, 1813 and 1821*

**JOSÉ LUÍS BARBOSA**

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

jlsb101088@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/08/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 26/08/2021

**Resumo.** Nos inícios do séc. XIX, Penafiel viveu um período de crise económica, agravada pela conjuntura da Guerra Peninsular e da instabilidade que se seguiu, até à Revolução Liberal. Neste estudo pretendemos analisar o impacto desta crise em Penafiel, com base nos livros das *décimas* da cidade, relativos aos anos de 1800, 1813 e 1821. Com vista a tal objetivo, esta investigação apresenta três eixos principais de análise: o estudo da *décima do maneiro* enquanto indicador da atividade económica; a análise da *décima dos juros* e a evolução do mercado creditício; e a aferição da desigualdade nos rendimentos dos penafielenses, por intermédio do coeficiente de Gini. A análise dos dados terá uma componente comparativa com outras localidades portuguesas.

**Palavras-chave.** *Décimas*, Penafiel, Impostos, Século XIX, Crise.

**Abstract.** At the beginning of the 19th century, Penafiel went through a period of economic crisis, aggravated by the conjuncture of the Peninsular War and the instability that followed, until the Liberal Revolution. We intend to analyse the impact of this crisis in Penafiel, throughout the city's tax books of *décimas* (royal tithe), from 1800, 1813 and 1821. With this objective in mind, this investigation presents three main axes of analysis: the study of the *décima do maneiro* (professions), as an indicator of economic activity; the analysis of the *décima dos juros* (interests) and the evolution of credit market; and the measurement of inequality in the income of Penafiel's population, through the Gini coefficient. The data analysis will have a comparative component with other Portuguese locations.

**Keywords.** Royal tithe, Penafiel, Taxes, 19th Century, Crisis.

## Introdução<sup>2</sup>

O dealbar do séc. XIX é considerado um dos momentos mais atribulados da História de Portugal. Estudos recentes revelam que, nesse período, assistiu-se

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019.

<sup>2</sup> Um agradecimento aos Doutores Carlos Faisca e Margarida Sobral Neto pelas sugestões, que muito contribuíram para este estudo. O autor também agradece aos revisores as importantes contribuições.

a uma diminuição do PIB *per capita* em Portugal. A tendência de declínio era, no entanto, mais antiga, tendo-se iniciado por volta de 1750 (PALMA; REIS 2019: 478). A historiografia penafidense tem apresentado dados importantes que apontam para a existência de uma crise demográfica, económica e financeira, em grande parte associada às Invasões Francesas e à instabilidade que antecedeu a Revolução Liberal (SANTOS 1996, 2000; SOEIRO 2005, 2010; BARBOSA 2016, 2017). Tendo em conta os sinais de crise que se verificavam nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, o presente trabalho pretende analisar a crise económica em Penafiel, com base nos dados disponíveis nos livros das décimas da cidade, relativos aos anos de 1800, 1813 e 1821<sup>3</sup>.

Aproveitando as potencialidades que as fontes relacionadas com a cobrança das décimas oferecem, pretendemos realizar um estudo que parte da análise estatística dos montantes coletados em Penafiel, comparando a sua evolução em cada uma das diferentes categorias: prédios rústicos, prédios urbanos, maneio e juros. A análise apresenta três eixos principais: a partir da décima do maneio (parte da décima referente à atividade artesanal, comercial e doméstica – criados; cf. COSTA et al. 2014: 285), da evolução dos seus montantes e do número de agências registadas; através da décima dos juros, analisando de que forma o mercado creditício evoluiu; e pelo estudo da desigualdade nos rendimentos, por intermédio do cálculo do coeficiente de Gini<sup>4</sup>.

Almejamos ainda dar resposta a outras questões complementares: como se repartiram os diferentes tipos de décimas e qual foi a sua evolução; como evoluiu o número de agências registadas nas décimas do maneio; que relação existe entre a evolução das agências e a evolução da população; como se dividiam as agências por setor económico e como progrediram; quais os setores com os rendimentos mais elevados. Sempre que possível, procederemos a uma comparação com outras localidades portuguesas, tarefa que é dificultada devido à escassez de estudos nesta área.

## 1. Campo em análise

As possibilidades oferecidas pelos livros das décimas têm permitido a

---

<sup>3</sup> A escolha destes três anos partiu da exclusão de partes. Até ao ano de 1797, as fontes são quase inexistentes. Os anos escolhidos visam corresponder às fontes que contêm mais informações, mas separadas no tempo, para permitir uma “evolução” na análise do seu conteúdo.

<sup>4</sup> O coeficiente de Gini é uma medida de dispersão estatística, utilizada para a aferição de desigualdades de uma frequência de distribuição, numa escala de valores que variam entre 0 e 1, em que 0 corresponde a uma distribuição igualitária máxima e 1 significa o expoente máximo da desigualdade (FAÍSCA; LOPES 2015: 335).

realização de alguns estudos com metodologias quantitativas e qualitativas. Entre as análises mais utilizadas constam o cálculo dos efetivos populacionais e a constituição dos agregados familiares, o estudo da população ativa e das atividades económicas, o cadastro da terra cultivada, a identificação dos proprietários dos bens de raiz, a movimentação de capitais, a caracterização dos rendimentos dos agregados, as formas de exploração, o cálculo da desigualdade e a distribuição dos rendimentos (MACEDO 1982; SILVA 1993; CONDE 2003; FAÍSCA; LOPES 2015; REIS 2017).

Destaque também para as obras que utilizaram os livros das décimas em estudos de reconstituição urbana dos prédios e ruas (RIBEIRO 1998; RIJO; MOREIRA s.d.; e MOREIRA 2013) e para a análise dos processos de cobrança ao nível do poder local (MOTA 1990). Um grande contributo foi dado, igualmente, pelos estudos que analisam o contexto político-militar e financeiro em que se criou o imposto e apresentaram todo o seu enquadramento normativo, desde a sua constituição até à sua extinção (HESPANHA 1993: 217-218; COSTA 2009; MOREIRA 2009; MAGALHÃES 2012: 101-105; COSTA et al. 2014: 284-285; e OLIVEIRA 2015: 388-392).

### **1.1. Origem da décima**

A *Décima Militar* foi um imposto régio que incidiu sobre a décima parte dos bens de raiz (urbanos e rústicos), maneios (atividades profissionais), juros (provenientes de empréstimos a dinheiro) e alcances (legados a tutores). Abrangia toda a população, excetuando os “miseráveis”. Foi criado em 1641, na sequência da Restauração da Independência e Aclamação de D. João IV. O novo imposto deveria financiar o recrutamento de um exército capaz, que permitisse a proteção e integridade do território português (COSTA 2009: 12-13; MOREIRA 2009: 1; MAGALHÃES 2012: 101-106; COSTA et al. 2014: 284-285; e OLIVEIRA 2015: 388-392).

Tratava-se de um tributo direto e universal, que recaía sobre as fazendas de todos os vassallos do reino, de forma proporcional aos rendimentos de cada um, o que tornava este imposto numa grande inovação fiscal em Portugal. Apesar da contribuição do clero ter assumido a forma de “donativo”, na prática a lei geral da décima impôs-se a todos os estratos sociais. Por sua vez, a dupla décima, ou o quinto, decretada a 19 de novembro de 1652, incidiu sobre os bens da coroa, alargando ainda mais a base tributada. A partir de 1762, o pagamento da décima alastrou-se aos juros particulares. Neste caso, os pagamentos seriam sempre feitos pelos devedores e, posteriormente, descontados nos credores

(MOREIRA 2009: 1; HESPANHA 1993: 217-218; COSTA 2009: 12-13; MAGALHÃES 2012: 105-106).

A arrecadação da décima estava a cargo dos municípios. Desde a Idade Média que uma das principais funções das câmaras municipais era a arrecadação de impostos, tanto municipais como régios. Além das décimas, as câmaras eram responsáveis pela arrecadação de outros tributos régios, como as sisas, o real de água e as meias anatas (MONTEIRO 1996: 121-122; MAGALHÃES 2004).

## 1.2. Fontes e metodologia

O estudo de Álvaro Ferreira da Silva (1993) é muito elucidativo acerca das potencialidades e limitações dos livros das décimas. O autor começa por elencar as diferenças entre as duas fontes mais comuns: os livros de arruamentos e os livros de lançamentos.

Para se proceder à cobrança da décima, os oficiais responsáveis deveriam elaborar um livro de arruamentos. Neste eram lançados sequencialmente todos os prédios, os seus proprietários ou detentores de direitos e eventuais rendeiros, os moradores em cada casa e que exerciam uma profissão suscetível de ser taxada pela décima do maneiro. Este livro servia de matriz para outro tipo de livro, o de lançamento das décimas, onde era registado o pagamento dos impostos pelos contribuintes (SILVA 1993: 283-284).

O mesmo autor considera que os livros de arruamentos são fontes com informação mais ampla e detalhada do que os lançamentos das décimas, porque agrupavam todas as informações presentes nos registos de maneios, de prédios rústicos e urbanos por unidade predial, assim como eram mais detalhados na descrição de cada prédio. Contudo, alerta que nem todas as listas de arruamento tinham o mesmo grau de detalhe na descrição (SILVA 1993: 284-285).

É de salientar ainda que, após 1762, foram introduzidas alterações importantes na cobrança do maneiro. A mais relevante para o nosso estudo prende-se com a isenção dos trabalhadores que laboravam por jorna, quer fossem agricultores, oficiais mecânicos ou criados, desde que fossem assalariados. A partir de 1789, deixam de ser referidos os indivíduos que trabalham por conta de outrem. Este aspeto é relevante porque retira à nossa análise uma parte significativa da população ativa, que não era chefe de família ou que não arrendava ou possuía bens de raiz (SILVA 1993: 288).

As fontes existentes no Arquivo Municipal de Penafiel dizem respeito, essencialmente, a lançamentos das décimas, existindo apenas um livro de arruamentos, para o ano de 1762. Estavam divididas em dois livros, corres-

pondendo um à cidade e outro ao seu termo. As diferentes décimas (raiz, maneios e ordenados e juros) eram lançadas no mesmo livro, salvo algumas exceções<sup>5</sup>. Somente a partir de 1823 é que este tributo começa a ser dividido por diferentes registos, agrupando, por um lado, os prédios urbanos e rústicos, por outro, os maneios, ordenados e juros.

Os registos estão organizados de acordo com as ruas e lugares, em que constam o nome dos pagadores dos prédios rústicos, urbanos e maneios (também designados por “agências”). Na eventualidade de um dos contribuintes possuir um ordenado, este era referido junto aos prédios/maneios. No final, eram enumerados os restantes salários e, por último, surgia a lista dos juros. Regra geral, as fontes apresentam o nome do proprietário (que era o chefe de família), o montante a pagar e o tipo de rendimento que auferia.

## **2. Penafiel na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX**

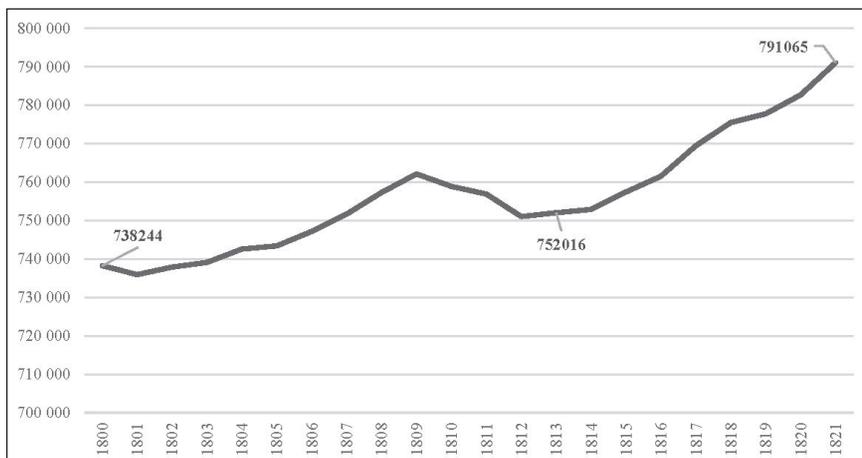
Foi durante o séc. XVIII que Penafiel se afirmou como um importante centro de poder no Entre Douro e Minho. A mercê régia de 14 de março de 1741 elevou Arrifana de Sousa a vila, no seguimento de uma petição apresentada pelos moradores. Quase três décadas depois, em 1770, D. José elevou Arrifana a cidade, alterando-lhe o seu nome para Penafiel. No mesmo ano, era criado o seu Bispado, como resultado do desmembramento da diocese do Porto, mas teve uma duração curta, de apenas oito anos. Volvidos quatro meses, foi atribuído um termo à cidade, que seria constituído, essencialmente, pelas terras que compunham o julgado de Penafiel. Em 1775, nomeou-se o primeiro corregedor e provedor da comarca de Penafiel, ficando sujeitos à sua jurisdição alguns concelhos menores, como os de Unhão, Santa Cruz de Riba Tâmega, Gouveia e Gestaçô, assim como as vilas de Canaveses e Tuías e a honra de Vila Caiz (FUNDO 2010: 22; e SOEIRO 2005: 128-153).

Os séculos XVIII e XIX corresponderam a um período de crescimento populacional. De acordo com Palma, Reis e Zhang, o Entre Douro e Minho foi uma das regiões portuguesas que mais cresceu demograficamente entre 1530 e 1864. A segunda metade do séc. XVIII e inícios do séc. XIX foi um dos períodos de crescimento mais acelerado (PALMA; REIS; ZHANG 2019: 10). Mas se cingirmos a nossa análise ao período de 1800 a 1821, verificamos que houve dois momentos em que a população na região diminuiu: um pequeno decréscimo, entre 1800 e 1801, e um maior, entre 1809 e 1812 (-1,46%).

---

<sup>5</sup> Em alguns anos os prédios urbanos foram lançados num livro diferente, como ocorreu em 1800.

**Gráfico I.** População total na província do Entre Douro e Minho (1800-1821)



Fonte: PALMA; REIS; ZHANG 2019.

Observando apenas as três datas analisadas neste estudo, verifica-se que os efetivos populacionais no Entre Douro e Minho cresceram entre 1800 e 1813 e entre 1813 e 1821. Contudo, é necessário analisar o caso de Penafiel de forma mais pormenorizada. Os trabalhos realizados apresentam indícios de um pequeno decréscimo populacional neste período, em particular no seguimento das Invasões Francesas.

**Tabela I.** População e fogos em Penafiel nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX

| Ano       | Habitantes | Var. anual | Fogos | Var. anual | Habitantes/fogo |
|-----------|------------|------------|-------|------------|-----------------|
| 1771      | 1742       |            | 580   |            | 3,00            |
| 1798-1801 | 2873       | 1,87%      | 906   | 1,67%      | 3,17            |
| 1816      | 2723       | -0,36%     | 919   | 0,10%      | 2,96            |

Fontes: GUEDES 2000: 17-18 e SOEIRO 2005: 172-179.

Segundo Geralda Santos, entre 1700 e 1807 o número de óbitos ultrapassou o número de nascimentos apenas em 16 anos (SANTOS 1996: 254-257). Com a viragem para o séc. XIX, a cidade conheceu um aumento da mortalidade, que justifica a estagnação no crescimento populacional, verificada na Tabela

I. A mortalidade média anual na cidade de Penafiel, entre 1800 e 1807, foi de 85,37 óbitos – uma melhoria relativamente ao período anterior (1785-1799), em que a média foi de 89,93 (SANTOS 2000: 185). A segunda Invasão Francesa teve impacto na mortalidade no concelho, provocando um total de 121 vítimas mortais (sendo que 18 eram moradores na cidade) (SOEIRO 2012: 519).

O termo de Penafiel subsistia da atividade agrícola e criação de gado, em particular do cultivo do milho – que no séc. XVIII aumentou a preponderância sobre os demais cereais – e vinho verde. No que compete ao gado, havia produção em grande quantidade e de toda a espécie, mas em particular do bovino, que frequentemente abastecia a cidade do Porto (desde o séc. XVI até aos inícios do séc. XIX), chegando, por vezes, a abastecer localidades mais longínquas, como Coimbra (SILVA 1988: 724-730; SOEIRO 2010: 524; e BARBOSA 2019: 154-155)<sup>6</sup>.

A atividade comercial era importante, possuindo a cidade duas feiras mensais, nos dias 10 e 24 de cada mês, para além da feira anual realizada pelo S. Martinho, que atraía muitos comerciantes de concelhos vizinhos (COELHO 1988: 257-343; e GUEDES 2000: 20-25). A atividade industrial também era relevante para a economia do concelho, em particular a têxtil e metalúrgica, sendo a produção do linho a atividade mais difundida (GUEDES 2000: 26-39; e ANILEIRO 2010: 8-12).

Nos inícios do séc. XIX, a Guerra Peninsular teve um impacto significativo na região. Localizada numa encruzilhada de caminhos – na estrada real que ligava o Porto a Trás-os-Montes e às Beiras – Penafiel era uma localidade chave para o domínio francês do norte de Portugal (SOEIRO 2010: 501-502). A cidade foi evacuada a 26 de março, sendo ocupada posteriormente pelas tropas francesas (SOEIRO 2010: 505-506, 511). As movimentações militares interferiram com o normal funcionamento da Câmara Municipal, levando à interrupção das reuniões entre os finais de março e meados junho, altura em que se contabilizaram os prejuízos. Os livros das atas das vereações referem o saque que se verificou na cidade, mas também as perdas dos frutos produzidos pela terra e o número de vítimas mortais associado à incursão inimiga (SOEIRO 2010: 518-519).

Após a retirada das tropas francesas (em maio), um contingente militar português manteve-se na cidade. O abrigo dos soldados levantou vários pro-

---

<sup>6</sup> Contudo, nos inícios do séc. XIX, a cidade conheceu alguns períodos de carestia de carne, nomeadamente em 1800, 1807, 1810 e 1811, motivados pelo aumento dos preços e pelo aquartelamento de tropas na cidade (AMP, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 17 (1794-1803), fl. 169v; e *Livro de registo dos actos da Câmara*, 18 (1803-1815), fl. 87, 87v, 190v, 202v e 219).

blemas logísticos, o que também provocou dificuldades acrescidas à população local. O aquartelamento das tropas levou a Câmara a aumentar o preço da carne, para desta forma financiar esta despesa extraordinária (AMP, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 18 (1803-1815), fl. 164, 166-167).

As finanças da Câmara Municipal de Penafiel foram prejudicadas com o agravar da conjuntura política e económica. Entre 1794 e 1807, o município conseguiu equilibrar as suas contas através da estabilização da despesa, após um período (1782-1794) de maior descontrolo. Entre 1807 e 1814, o pagamento da terça régia e da contribuição extraordinária retiraram ao concelho dois terços dos seus rendimentos. A diminuição das receitas desregulou o normal funcionamento camarário, originando um menor volume de despesas, embora esta redução não tenha impedido que, entre 1807 e 1820, a Câmara tenha conseguido apenas dois saldos positivos. As dívidas aos tesoureiros foram-se acumulando, sem que tivessem sido saldadas até ao ano de 1820 (BARBOSA 2017: 205-211).

Penafiel foi severamente afetada pela alta dos preços registada nos inícios do século XIX. Entre 1800 e 1808, estes mantiveram-se relativamente estáveis, mas com a guerra veio a inflação, em particular nos anos de 1810-1811 para os cereais, 1809-1811 e 1816 para o vinho verde e 1811-1813 para o azeite. Após a alta nos preços, deu-se um período de deflação até 1821, valendo os géneros nesse ano menos do que valiam em 1800 (BARBOSA 2016: 10-12). Durante este período difícil, a pobreza aumentou significativamente, tendo-se repercutido no número de crianças abandonadas: em 1806 e 1807, os expostos representaram, sensivelmente, metade dos nascimentos na cidade (SANTOS 1996: 252).

### **3. A crise económica em Penafiel nos inícios do séc. XIX pelos livros das décimas**

Conforme referido, nos livros das décimas consta o registo dos valores pagos pelos prédios urbanos e rústicos, maneio, ordenados e juros. Neste capítulo vamos analisar de que forma estes dados evidenciam a crise económica que assolou Penafiel nos inícios do séc. XIX<sup>7</sup>.

Conforme se pode verificar na Tabela II, a décima dos prédios urbanos foi a que mais rendeu na cidade de Penafiel, seguida da décima dos juros, dos bens de rústicos, do maneio, dos ordenados e dos foros<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Não vamos aprofundar o estudo das décimas dos foros e dos ordenados por não conterem elementos relevantes para a análise que pretendemos realizar.

<sup>8</sup> Estes totais podem não coincidir com os livros, devido a enganos nos cálculos por parte do escrivão.

**Tabela II.** Décimas em 1800, 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)<sup>9</sup>

| Décima          | 1800    | %      | 1813       | %      | 1821         | %      | Média      | %      |
|-----------------|---------|--------|------------|--------|--------------|--------|------------|--------|
| Prédios urbanos | 175 221 | 23,07% | 177 814,48 | 35,42% | 542 359,71   | 49,68% | 298 465,07 | 38,05% |
| Juros           | 323 591 | 42,60% | 44 838,12  | 8,93%  | 239 722,13   | 21,96% | 202 717,08 | 25,84% |
| Bens rústicos   | 128 750 | 16,95% | 192 841,51 | 38,42% | 211 742,94   | 19,40% | 177 778,15 | 22,66% |
| Maneio          | 70 500  | 9,28%  | 47 518,77  | 9,47%  | 51 057,10    | 4,68%  | 56 358,62  | 7,18%  |
| Ordenados       | 42 445  | 5,59%  | 31 004,27  | 6,18%  | 40 418,27    | 3,70%  | 37 955,85  | 4,84%  |
| Foros           | 18 944  | 2,50%  | 7 938,50   | 1,58%  | 6 504,09     | 0,60%  | 11 128,86  | 1,42%  |
| Total           | 759 551 | 100%   | 501 955,66 | 100%   | 1 091 688,09 | 100%   | 784 398,25 | 100%   |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento da décima desta cidade*, 1452 (1800); *Livro do lançamento da décima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento da décima desta cidade*, 1479 (1821).

Como termo de comparação, em Gouveia, no ano de 1771, pagaram-se 223 928 réis (55,54%) da décima dos prédios urbanos e rústicos, 142 230 réis (35,28%) das “agências, ofícios, tratos e maneios” e 37 024 réis (9,18%) dos juros (MOTA 1990: 104). A maior diferença dá-se ao nível da décima do maneio, maior em Gouveia, devido à importância da indústria têxtil, muito desenvolvida na região (NETO 2010: 277-278). Por outro lado, em Penafiel, em alguns anos o valor da décima dos juros foi muito elevado, devido ao pagamento de valores em atraso dos anos anteriores, como vamos constatar mais adiante.

### 3.1. A propriedade: bens de raiz urbanos e rústicos

A décima dos bens de raiz corresponde a cerca de 60% do montante total arrecadado. A maior fatia cabe aos prédios urbanos, que correspondiam a habitações na cidade e nos subúrbios. O seu valor foi aumentando nos três anos, chegando, em 1821, a representar quase metade das décimas arrecadadas na cidade, valendo mais de três vezes o valor de 1800.

O registo das décimas de 1800 indica apenas os valores dos bens de raiz rústicos, maneio e juros – os bens urbanos foram anotados noutra livro, que, presentemente, não está disponível para consulta no Arquivo Municipal. Sabemos da sua existência (e do valor da décima) porque no final do livro de 1800 esse valor é indicado e somado ao total. Por essa razão, não sabemos quantos

<sup>9</sup> Para efeitos de deflação, utilizamos o índice de preços de Palma e Reis (2019).

números/fogos foram contabilizados para o pagamento do imposto.

Apesar do número de registos ter aumentado apenas cerca de 14% entre 1813 e 1821, o valor da décima dos prédios urbanos cresceu mais de 200%<sup>10</sup>. O que também se justifica com o aumento do valor médio pago por cada número, que cresceu quase 167,68%.

**Tabela III.** Décima dos prédios urbanos em 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Prédios Urbanos | Var.   | Total da décima | Var.    | Média por prédio | Var.    |
|------|-----------------|--------|-----------------|---------|------------------|---------|
| 1813 | 466             |        | 177 814,48      |         | 381,58           |         |
| 1821 | 531             | 13,95% | 542 359,71      | 205,01% | 1 021,39         | 167,68% |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

O aumento dos registos não significou uma maior taxa de ocupação das habitações. Se retirarmos ao total de prédios urbanos declarados aqueles considerados vagos, demolidos e coletados noutra número<sup>11</sup>, constatamos que a taxa de ocupação aumenta muito ligeiramente. Na freguesia de Santa Cruz de Lisboa, a taxa de ocupação era sensivelmente idêntica à verificada em Penafiel, na ordem dos 85% (RIJO; MOREIRA s.d.: 8).

**Tabela IV.** Taxa de ocupação dos prédios urbanos em 1813 e 1821

| Ano  | Prédios Urbanos | Vagos | Demolidos | Cole. Noutro | Total ocupação | Taxa ocupação |
|------|-----------------|-------|-----------|--------------|----------------|---------------|
| 1813 | 466             | 49    | 16        | 12           | 389            | 83,48%        |
| 1821 | 531             | 34    | 10        | 33           | 454            | 85,50%        |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

<sup>10</sup> A hipótese mais plausível para este crescimento passa por um aumento no valor das avaliações realizadas pelos oficiais da décima, o que teve impacto nos montantes pagos. Os proprietários que habitavam nos seus prédios pagavam de décima o equivalente ao que receberiam caso estivessem a receber rendimentos sobre o mesmo. Este é um problema realçado por Álvaro F. da Silva, chamando a atenção para a necessidade de se comparar a evolução das avaliações feitas a cada um dos bens de raiz ao longo dos anos (SILVA 2013: 285-286).

<sup>11</sup> O livro de 1813 refere os nomes dos proprietários dos prédios “coletados noutros números”. Como já pagaram a décima de todas as propriedades anteriormente, no registo daquele prédio específico estão isentos (AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 [1813], fls. 4v, 14v). No livro de 1821, refere-se com frequência apenas “Nada por hir atras coletado” (AMP, *Livro do lançamento...*, 1479 [1821], fl. 7v). Podíamos, em última análise, admitir que tratava ser casas locadas, mas, regra geral, quando um pagamento de *Décima* correspondia a uma casa arrendada, o escrivão fazia referência desse pormenor (AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 [1813], fl. 2; e AMP, *Livro do lançamento...*, 1479 [1821], fl. 2). Por essas razões, consideramos estes prédios como vagos.

No que respeita à proporção entre casa própria e arrendada, esta era idêntica em 1813. No ano de 1821, a habitação própria cresceu ligeiramente para 54%. Estes valores são elevados, se tivermos em conta que na freguesia de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa, a taxa rondava os 17% (RIJO; MOREIRA s.d.: 12).

**Tabela V.** Taxas de habitação própria e arrendada em 1813 e 1821

| Ano  | Prédios Urbanos | Habitação própria | Habitação arrendada | Taxa de habitação própria | Taxa habitação arrendada |
|------|-----------------|-------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1813 | 466             | 235               | 231                 | 50,43%                    | 49,57%                   |
| 1821 | 531             | 288               | 243                 | 54,24%                    | 45,76%                   |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Relativamente à décima dos bens rústicos, o valor mais elevado foi registado em 1821, apesar de, em 1813, ter chegado a representar 38,42% do total das décimas. O livro de 1800 faz referência a 162 assentamentos, a uma média de 794,75 réis por proprietário. Em 1813, os registos totalizam 128, a uma média de 1 506,57 réis. Em 1821, são referidos 80 prédios, a uma média de 2 646,79 réis. Apesar do aumento da décima dos bens rústicos, a população urbana possuía menos prédios fora da zona urbana em 1821 do que em 1800. Contudo, o valor médio pago pelas propriedades aumentou.

**Tabela VI.** Décima dos prédios rústicos em 1801, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Rústicos | Var.    | Total da décima | Var.   | Média por prédio | Var.   |
|------|----------|---------|-----------------|--------|------------------|--------|
| 1800 | 162      |         | 128 750,00      |        | 794,75           |        |
| 1813 | 128      | -20,99% | 192 841,51      | 49,78% | 1 506,57         | 89,57% |
| 1821 | 80       | -37,50% | 211 742,94      | 9,80%  | 2 646,79         | 75,68% |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

### 3.2. O maneiio

O maneiio corresponde a pouco mais de 7% do total da décima no conjunto dos três anos. Aproveitando os dados fornecidos por Maria Guedes, a variação do número de agências registadas passou de 233, em 1772, para 284, em 1800 (aumento de 21,89%, a um ritmo anual de 0,71%). Deste ano até 1813, os maneios diminuíram 23,59%, ou seja, a um ritmo superior ao crescimento

verificado nos 28 anos anteriores (-2,05%). Até 1821, o decréscimo foi de cerca de 18%, a -2,45% ao ano. Em 1813, o número de agências registadas nos livros das décimas era já inferior ao valor verificado em 1772.

**Tabela VII.** Total de agências em 1772, 1800, 1813 e 1821

| Ano  | Agências | Var.    | Var. média anual |
|------|----------|---------|------------------|
| 1772 | 233      |         |                  |
| 1800 | 284      | 21,89%  | 0,71%            |
| 1813 | 217      | -23,59% | -2,05%           |
| 1821 | 178      | -17,97% | -2,45%           |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

Comparando a variação do número de agências com a evolução da população em Penafiel, constatamos que o crescimento populacional verificado ao longo do séc. XVIII coincidiu com o incremento verificado no registo de maneios. Após 1800, a situação alterou-se e os dois indicadores passaram a valores negativos. Ainda assim, a diminuição no total de maneios declarados ocorreu a um ritmo bem mais acelerado do que o decréscimo populacional, o que nos leva a considerar que a diminuição da população não foi a principal causa para o decréscimo de agências.

Este decréscimo teve impacto no montante total pago da décima do maneio. De 1800 a 1813, a queda foi de cerca de 32,60% (quase 3% ao ano), recuperando 7,20% entre 1813 e 1821 (0,87% ao ano).

**Tabela VIII.** Total das décimas do maneio em 1800, 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Total do maneio | Var.    | Var. média anual |
|------|-----------------|---------|------------------|
| 1800 | 70 500,00       |         |                  |
| 1813 | 47 518,77       | -32,60% | -2,99%           |
| 1821 | 50 940,95       | 7,20%   | 0,87%            |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Um aspeto relevante prende-se com o valor médio pago pelas agências. Entre 1800 e 1813, este valor diminuiu cerca de 11%, aumentando posteriormente para 31,43%, até 1821.

**Tabela IX.** Média dos maneios em 1800, 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Média do maneio | Var.    | Var. média anual |
|------|-----------------|---------|------------------|
| 1800 | 245,64          |         |                  |
| 1813 | 218,98          | -10,85% | -0,88%           |
| 1821 | 287,81          | 31,43%  | 3,48%            |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Durante muito tempo, a historiografia nacional centrou as causas das crises económicas e financeiras em Portugal, dos inícios do séc. XIX, nas Invasões Francesas, na instabilidade da Revolução Liberal e na Independência do Brasil (PEDREIRA 1994: 317-322; SERRÃO 1993: 93-94; e MENDES 1993: 315-316). Mas estudos mais recentes demonstram que a crise era mais antiga, tendo-se iniciado na segunda metade do séc. XVIII, levando à redução do PIB *per capita* até 1811 (PALMA; REIS 2019: 497). Os dados de que dispomos permitem-nos conhecer apenas que o número de maneios declarados nos livros das décimas aumentou entre 1772 e 1800, mas não sabemos se os rendimentos provenientes desses ofícios acompanharam essa tendência. Por essa razão, podemos apenas referir que houve uma diminuição no número de agências até 1821 e uma quebra nos rendimentos até 1813, que cresceram depois a um ritmo bem superior. Tendo em conta o impacto que a conjuntura do início do século (em particular por ação da Segunda Invasão Francesa) teve na demografia e economia de Penafiel (com base nos estudos anteriormente citados), é possível deduzir que a diminuição do número de agências possa estar associada a esse acontecimento<sup>12</sup>.

Um outro aspeto particular que prejudicou a atividade comercial e artesanal/industrial de Penafiel foi a corrente migratória que ocorreu da província do Entre Douro e Minho em direção à cidade do Porto, com o fim das Invasões Francesas. De acordo com Nuno Luís Madureira, não se tratou de um fenómeno geral e indiscriminado, mas de uma transferência seletiva de mão de obra de “indústrias rurais” para fábricas urbanas. No período que se seguiu à guerra, cerca de 44 trabalhadores do fabrico de sedas do Porto eram originários da cidade e termo penafidelense (MADUREIRA 1997: 248-249).

Partindo dos livros das décimas, podemos analisar as agências divididas por setores económicos. A média dos quatro anos revela que as atividades

<sup>12</sup> Convém realçar que a falta de fontes mais próximas a 1809 e o facto de os períodos em análise não terem o mesmo intervalo, dificultam a nossa análise.

económicas do setor primário<sup>13</sup> representavam 3,61% das agências, as do setor secundário 48,20% e as do setor terciário 34,32% (as restantes correspondem a agências não identificadas – 13,88%).

**Tabela X.** Agências por setor económico em 1772, 1800, 1813 e 1821

| Setor        | 1772       | %           | 1800       | %           | 1813       | %           | 1821       | %           | Total      | %              |
|--------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|----------------|
| Primário     | 18         | 7,73%       | 10         | 3,48%       | 2          | 0,92%       | 3          | 1,69%       | 33         | 3,61%          |
| Secundário   | 131        | 56,22%      | 130        | 45,30%      | 105        | 48,39%      | 75         | 42,13%      | 441        | 48,20%         |
| Terciário    | 84         | 36,05%      | 100        | 34,84%      | 78         | 35,94%      | 52         | 29,21%      | 314        | 34,32%         |
| Não indicado | 0          | 0,00%       | 47         | 16,38%      | 32         | 14,75%      | 48         | 26,97%      | 127        | 13,88%         |
| <b>Total</b> | <b>233</b> | <b>100%</b> | <b>287</b> | <b>100%</b> | <b>217</b> | <b>100%</b> | <b>178</b> | <b>100%</b> | <b>915</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

Se excluirmos os maneios sem a declaração da profissão (Tabela XI), constatamos que, na média dos quatro anos, o setor primário correspondia a 4,19%, o secundário a 55,96% e o terciário a 39,85%. O número de trabalhadores no setor primário baixou imenso entre 1772 e 1813. O secundário manteve uma proporção semelhante nos quatro anos, apesar da grande diminuição no número de agências a partir de 1800. Por seu turno, o setor terciário viu o seu peso aumentar de 1772 para 1800, mantendo depois a proporção, apesar de, tal como nos casos anteriores, o total de maneios ter diminuído.

**Tabela XI.** Agências por setor económico em 1772, 1800, 1813 e 1821 (sem a categoria não indicado)

| Setor        | 1772       | %              | 1800       | %              | 1813       | %              | 1821       | %              | Total      | %              |
|--------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|
| Primário     | 18         | 7,73%          | 10         | 4,17%          | 2          | 1,08%          | 3          | 2,31%          | 33         | 4,19%          |
| Secundário   | 131        | 56,22%         | 130        | 54,17%         | 105        | 56,76%         | 75         | 57,69%         | 441        | 55,96%         |
| Terciário    | 84         | 36,05%         | 100        | 41,67%         | 78         | 42,16%         | 52         | 40,00%         | 314        | 39,85%         |
| <b>Total</b> | <b>233</b> | <b>100,00%</b> | <b>240</b> | <b>100,00%</b> | <b>185</b> | <b>100,00%</b> | <b>130</b> | <b>100,00%</b> | <b>788</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

<sup>13</sup> Optámos por utilizar a designação contemporânea dos setores económicos para uma melhor compreensão da parte do leitor (FAÍSCA; LOPES 2015: 335).

Se compararmos com o caso de Lisboa, na década de 60 do séc. XVIII, constatamos que a percentagem de agências dedicadas à agricultura era idêntica, todavia o setor secundário em Penafiel era superior, assim como o era o setor terciário em Lisboa.

**Tabela XII.** Agências por setor económico em Lisboa nos anos de 1763, 1764, 1768 e 1769

| <b>Setor</b> | <b>Percentagem</b> |
|--------------|--------------------|
| Primário     | 6,39%              |
| Secundário   | 35,51%             |
| Terciário    | 56,32%             |
| N. i.        | 1,78%              |
| <b>Total</b> | <b>100,00%</b>     |

Fonte: MACEDO 1982: 87.

Relativamente ao termo de Lisboa, em 1753, constatamos que o setor primário tem um peso muitíssimo superior, em contraste com os setores secundário e terciário, mais significativos em Penafiel.

**Tabela XIII.** Agências por setor económico no Termo de Lisboa em 1753

| <b>Setor</b> | <b>Percentagem</b> |
|--------------|--------------------|
| Primário     | 39,10%             |
| Secundário   | 22,20%             |
| Terciário    | 31,03%             |
| N. i.        | 7,67%              |
| <b>Total</b> | <b>100,00%</b>     |

Fonte: MACEDO 1982: 112.

A cidade de Portalegre, quase um século antes, tinha o setor secundário muito representativo, em virtude da presença de uma indústria têxtil muito importante (de peças de tapeçaria e vestuário) (FAÍSCA; LOPES 2015: 231).

**Tabela XIV.** Agências por setor económico em Portalegre em 1725

| <b>Setor</b> | <b>Percentagem</b> |
|--------------|--------------------|
| Primário     | 17,60%             |
| Secundário   | 42,60%             |
| Terciário    | 15,20%             |
| N. i.        | 24,60%             |
| <b>Total</b> | 100,00%            |

Fonte: FAÍSCA; LOPES 2015: 231.

Situação idêntica verificava-se em Évora, em 1764, com o setor primário a ser o menos representativo e o secundário o mais expressivo. Tratava-se de um concelho relativamente autónomo, em que a zona rural abastecia a cidade de alimentos, enquanto esta fornecia ao campo produtos artesanais (FONSECA 2002: 63).

**Tabela XV.** Agências por setor económico em Évora em 1764

| <b>Setor</b> | <b>Percentagem</b> |
|--------------|--------------------|
| Primário     | 16,1%              |
| Secundário   | 43,6%              |
| Terciário    | 38,3%              |
| Outros       | 2%                 |
| <b>Total</b> | 100%               |

Fonte: FONSECA 2002: 64.

Penafiel, apesar de não ser um grande polo industrial, tinha um setor secundário muito importante. Ainda assim, entre 1772 e 1800, manteve-se inalterado, apesar do forte crescimento populacional que se verificou. O principal beneficiado deste crescimento foi o setor terciário, enquanto o setor primário perdeu quase metade dos seus efetivos. No pós-Invasões Francesas, todos os setores económicos diminuíram em número, em particular o setor terciário.

**Tabela XVI.** Variação do número de agências

| Ano  | Primário | Var. %  | Secundário | Var. %  | Terciário | Var. %  |
|------|----------|---------|------------|---------|-----------|---------|
| 1772 | 18       |         | 131        |         | 84        |         |
| 1800 | 10       | -44,44% | 130        | -0,76%  | 100       | 19,05%  |
| 1813 | 2        | -80,00% | 105        | -19,23% | 78        | -22,00% |
| 1821 | 3        | 50,00%  | 75         | -28,57% | 52        | -33,33% |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Conforme referido, a média da décima baixou de 1800 para 1813, recuperando posteriormente para 1821, enquanto o total de maneios decresceu de forma constante. Acreditamos que a falta de matérias-primas, o aumento de impostos, o crescimento dos custos de transporte e a consequente subida dos preços levou a uma diminuição da procura, o que provocou a descida nos rendimentos dos produtores nesse período<sup>14</sup>. A guerra causou mortes na cidade e termo, mas falta apurar o impacto do recrutamento na população e, consequentemente, no número de maneios. Por outro lado, não podemos colocar de parte a hipótese do trabalho assalariado ter aumentado (e, por essa razão, não ser mencionado nos livros das décimas, cf. SILVA 1993: 288), apesar de serem necessários mais estudos nesse campo.

### 3.3. Os juros

As décimas dos juros corresponderam a cerca de  $\frac{1}{4}$  do total arrecadado em Penafiel, nos três anos em análise. O valor cobrado em 1800 é superior ao conjunto dos anos seguintes, enquanto 1813 foi o ano de menor cobrança. Essa diferença é justificada pelo facto de, em 1800, terem sido regularizados vários valores da décima dos juros em atraso, correspondendo a quase 75% do valor total. Em 1821, os pagamentos atrasados corresponderam a cerca de metade do valor total.

<sup>14</sup> Situação idêntica à de Espanha, cf. Leandro Prados de la Escosura e Carlos Santiago-Caballero (2018: 6-19).

**Tabela XVII.** Décimas dos juros de 1800, 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Décimas                    | 1800       | %       | 1813      | %       | 1821       | %       |
|----------------------------|------------|---------|-----------|---------|------------|---------|
| Décimas do ano corrente    | 85 097,00  | 26,30%  | 44 838,12 | 100,00% | 118 869,19 | 49,59%  |
| Décimas de juros atrasados | 238 494,00 | 73,70%  | -         | -       | 120 852,94 | 50,41%  |
| Total dos juros            | 323 591,00 | 100,00% | 44 838,12 | 100,00% | 239 722,13 | 100,00% |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Se ignorarmos os valores em atraso, constatamos que, de 1800 para 1813, a décima baixou quase 50%. Entre 1813 e 1821, o mesmo valor cresceu 165,11%.

**Tabela XVIII.** Total das décimas dos juros de 1800, 1813 e 1821  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Décimas do ano corrente | Var.    | Var. média anual |
|------|-------------------------|---------|------------------|
| 1800 | 85 097,00               |         |                  |
| 1813 | 44 838,12               | -47,31% | -4,81%           |
| 1821 | 118 869,19              | 165,11% | 12,96%           |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Em 1800, pouco mais de  $\frac{1}{4}$  do total de rubricas dizia respeito a décimas em atraso, ou seja, 26% dos registos dizem respeito a 74% do montante cobrado nesse ano. Para 1821, os 19% correspondentes às rubricas em atraso significam 50,41% do montante.

**Tabela XIX.** Total de empréstimos coletados de 1800, 1813 e 1821

| Empréstimos                 | 1800 | %       | 1813 | %    | 1821 | %       |
|-----------------------------|------|---------|------|------|------|---------|
| Empréstimos do ano corrente | 150  | 73,17%  | 81   | 100% | 112  | 80,58%  |
| Empréstimos atrasados       | 55   | 26,83%  | -    | -    | 27   | 19,42%  |
| Total de juros              | 205  | 100,00% | 81   | 100% | 139  | 100,00% |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

De 1800 para 1813, deu-se uma grande quebra no total de empréstimos ativos, na ordem dos 46%. Posteriormente, entre 1813 e 1821, assistiu-se a uma recuperação igualmente significativa, a um ritmo ligeiramente mais lento.

**Tabela XX.** Variação do total de empréstimos coletados de 1800, 1813 e 1821

| Ano  | Empréstimos | Var.    | Var. média anual |
|------|-------------|---------|------------------|
| 1800 | 150         |         |                  |
| 1813 | 81          | -46,00% | -4,63%           |
| 1821 | 112         | 38,27%  | 4,13%            |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

A média da décima dos juros por empréstimo diminuiu 2,42%, de 1800 para 1813, e aumentou 91,73%, de 1813 para 1821, com uma variação média anual de -0,19% e 8,48%, respetivamente.

**Tabela XXI.** Média da décima por empréstimo em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)<sup>15</sup>

| Ano  | Média da décima por empréstimo | Var. da média | Var. média anual |
|------|--------------------------------|---------------|------------------|
| 1800 | 567,31                         |               |                  |
| 1813 | 553,55                         | -2,42%        | -0,19%           |
| 1821 | 1 061,33                       | 91,73%        | 8,48%            |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Apesar do número de empréstimos concedidos diminuir entre 1800 e 1813, com o tempo a proporção dos empréstimos mais valiosos foi aumentando.

<sup>15</sup> Não leva em conta as décimas dos empréstimos em atraso.

**Tabela XXII.** Montantes emprestados e a sua proporção no total de empréstimos em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Valor dos empréstimos <sup>1</sup> | 1800 <sup>2</sup> | %              | 1813      | %              | 1821       | %              |
|------------------------------------|-------------------|----------------|-----------|----------------|------------|----------------|
| 1 - 49 999                         | 62                | 41,89%         | 33        | 40,74%         | 18         | 16,07%         |
| 50 000 - 99 999                    | 27                | 18,24%         | 17        | 20,99%         | 26         | 23,21%         |
| 100 000 - 149 999                  | 18                | 12,16%         | 8         | 9,88%          | 14         | 12,50%         |
| 150 000 - 199 999                  | 12                | 8,11%          | 10        | 12,35%         | 16         | 14,29%         |
| 200 000 - 249 999                  | 13                | 8,78%          | 7         | 8,64%          | 10         | 8,93%          |
| 250 000 - 299 999                  | 1                 | 0,68%          | 1         | 1,23%          | 7          | 6,25%          |
| 300 000 - 399 999                  | 9                 | 6,08%          | 2         | 2,47%          | 5          | 4,46%          |
| 400 000 - 499 999                  | 3                 | 2,03%          | 2         | 2,47%          | 7          | 6,25%          |
| 500 000 - 599 999                  | 2                 | 1,35%          | 0         | 0,00%          | 4          | 3,57%          |
| Superior a 600 000                 | 1                 | 0,68%          | 1         | 1,23%          | 5          | 4,46%          |
| <b>Total</b>                       | <b>148</b>        | <b>100,00%</b> | <b>81</b> | <b>100,00%</b> | <b>112</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

<sup>1</sup> Não inclui os empréstimos com décimas em atraso. <sup>2</sup> Não contém o valor de dois empréstimos, por estarem omissos na fonte.

Analisando a média dos empréstimos em que a décima incidiu, verificamos que esta manteve-se praticamente igual entre 1800 e 1813, mas aumentou muito significativamente entre 1800 e 1821.

**Tabela XXIII.** Média dos montantes emprestados em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| Ano  | Média dos montantes emprestados | Var.   | Var. média anual |
|------|---------------------------------|--------|------------------|
| 1800 | 109 208,68                      |        |                  |
| 1813 | 108 766,42                      | -0,40% | -0,03%           |
| 1821 | 213 818,21                      | 96,58% | 8,82%            |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Em suma, o mercado de crédito caiu significativamente entre 1800 e 1813, como consequência da instabilidade provocada pela guerra, conhecendo posteriormente uma recuperação até 1821. Os créditos de menor valor foram perdendo o seu espaço e a média total dos empréstimos aumentou. A conjuntura do pós-guerra conheceu um aumento da décima, no seguimento do aumento dos montantes emprestados.

### 3.4. A desigualdade nos rendimentos em Penafiel

Esta análise permite avaliar os níveis de desigualdade social – ou seja, entre um grupo de indivíduos dentro de um mesmo território – e traçar a sua evolução ao longo do período correspondente, a partir do estudo dos seus rendimentos (FAÍSCA; LOPES 2015: 343).

A tabela seguinte apresenta dois cálculos do coeficiente de Gini para Penafiel, a partir de todos os rendimentos, exceto os dos bens raiz urbanos para o ano de 1800, por não serem indicados os seus pagadores. A diferença entre os dois coeficientes de Gini apresentados está na inclusão dos “pobres”. Apenas possuímos os dados sobre a pobreza para 1800, que corresponde a 30,33%<sup>16</sup>. Contudo, juntando à análise as décimas dos ordenados e juros, a proporção de população sem rendimentos cai para 17,7%. Aplicámos esta proporção de “pobres” para os anos de 1813 e 1821, de forma a termos uma base mais sólida para comparação<sup>17</sup>. Este coeficiente estará mais próximo da realidade, apesar de não fornecer informação nova sobre a evolução da pobreza, porque a mesma proporção de desvalidos foi aplicada nos três anos.

**Tabela XXIV.** Coeficiente de Gini dos rendimentos em Penafiel em 1800, 1813 e 1821

| Ano  | Sem pobres | Var.    | Com pobres | Var.    |
|------|------------|---------|------------|---------|
| 1800 | 0,703      |         | 0,756      |         |
| 1813 | 0,567      | -19,43% | 0,643      | -14,87% |
| 1821 | 0,586      | 3,43%   | 0,659      | 2,47%   |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

<sup>16</sup> Possuidores de maneio considerados pobres (6,14%), homens desempregados (10,75%) e mulheres solteiras ou viúvas (13,17%).

<sup>17</sup> A percentagem de pobreza foi calculada após se retirarem os prédios isentos dos religiosos e os vagos, assim como as décimas sem referências, porque a inclusão destes no cálculo do coeficiente de Gini não era desejável, por desvirtuarem o real valor da pobreza. No caso dos religiosos, estes têm rendimentos e não pagam décima, por isso não são pobres, não podendo ser contabilizados como tal.

A tabela anterior demonstra que Penafiel era uma cidade com fortes níveis de desigualdade. Entre 1800 e 1813 houve uma redução muito considerável, recuperando ligeiramente de 1813 para 1821<sup>18</sup>. Parece-nos evidente que a difícil conjuntura provocada pela guerra foi a principal razão para esta diminuição. A tabela seguinte demonstra o Gini e a sua variação por tipo de décima. As contribuições referentes aos prédios foram as únicas a diminuir constantemente até 1821. Os rendimentos provenientes dos maneios e ordenados e os juros decresceram até 1813, mas recuperaram até 1821. A décima sobre os rendimentos provenientes dos créditos foi a que maior variação teve. Aliado ao facto de serem a segunda categoria mais representativa no computo geral, podemos considerar que os juros foram os principais responsáveis pela variação do Gini geral.

Thomas Piketty indica que os processos de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação da mão de obra operaram como “força de convergência”, ou seja, levaram à diminuição da desigualdade (PIKETTY 2014: 31 [e-book]). Mas tendo em conta que a desigualdade já vinha aumentando desde os inícios do séc. XVIII (REIS 2017) e que estas variações na desigualdade ocorreram num curto espaço de tempo, acreditamos que a razão esteja na guerra e nas suas consequências. Para outro período histórico (1910-1960), Piketty afirma que a redução da desigualdade foi resultado das guerras e das políticas públicas utilizadas para atenuar o seu impacto. As consequências da guerra fizeram com que metade do capital tivesse desaparecido em meados do séc. XX (PIKETTY 2014: 29, 146 [e-book]).

**Tabela XXV.** Coeficiente de Gini por tipo de décima em Penafiel em 1800, 1813 e 1821

| Ano  | Prédios (rústicos, urbanos e foros) | Var.    | Maneios e ordenados | Var.   | Juros | Var.    |
|------|-------------------------------------|---------|---------------------|--------|-------|---------|
| 1800 | 0,669                               |         | 0,552               |        | 0,698 |         |
| 1813 | 0,563                               | -15,97% | 0,525               | -5,02% | 0,489 | -29,94% |
| 1821 | 0,526                               | -6,49%  | 0,566               | 7,88%  | 0,633 | 29,32%  |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

<sup>18</sup> O facto de 1800 não ter incluído o valor dos prédios urbanos pode justificar um valor tão elevado para esse ano. Por outro lado, por não ser possível associar os juros às restantes décimas, o coeficiente de Gini pode baixar ligeiramente. Estes valores devem ser tidos como aproximados.

Em comparação com as localidades alentejanas de Avis, Arraiolos e Portalegre (coeficientes de Gini de 0,65; 0,65; e 0,50, respetivamente), constatamos que os índices de Penafiel são semelhantes, mas os coeficientes que incluíram a pobreza indicam que a desigualdade era superior na cidade nortenha<sup>19</sup>. As razões apresentadas para as desigualdades verificadas nas regiões urbanas prendem-se com: a maior concentração de capital (relativamente às zonas rurais), visto ser nas cidades onde os grandes proprietários normalmente vivem; a coexistência no mesmo espaço de trabalhadores ligados ao trabalho agrícola (que gera menores rendimentos) com os trabalhadores da indústria e comércio, normalmente mais rentáveis; a dimensão do espaço em análise, ou seja, quanto maior o núcleo urbano, maior seria a desigualdade de rendimento (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-348, citando ZANDEN 1995: 649-655, 661).

À primeira e terceira questão não nos é possível responder, uma vez que o termo de Penafiel não entra no âmbito deste trabalho, mas sabemos, pelo estudo citado sobre as localidades alentejanas, que não se verificaram diferenças significativas entre os rendimentos das zonas rurais e urbanas (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-351).

Relativamente à segunda questão sobre as divergências entre os rendimentos dos diferentes setores, constatamos que a média da décima do maneo (e, conseqüentemente, a média dos rendimentos) do setor primário foi sempre um pouco superior à do setor secundário, sendo o setor terciário o que tinha o valor médio mais elevado. A tabela seguinte demonstra que a diferença entre a média dos salários dos diferentes setores económicos e a média anual encurtou-se em 1813. Os dados são inconclusivos relativamente a 1821, devido à grande percentagem de maneios não identificados.

---

<sup>19</sup> Há duas razões que podem justificar esta discrepância. Em primeiro lugar, nas localidades alentejanas, a percentagem de pessoas pobres/sem rendimentos, indicada nas fontes, era muito inferior, não ultrapassando os 1,4% (FAÍSCA; LOPES 2015: 334). Em segundo lugar, as realidades em comparação estão separadas por várias dezenas de anos e por uma geografia muito distinta, o que significa que as conjunturas económicas poderiam diferir de forma significativa, o que pode ter muita influência nos resultados apresentados.

**Tabela XXVI.** Média da décima paga por maneiio em 1800, 1813 e 1821<sup>20</sup>  
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

| <b>Sector</b> | <b>1800</b> | <b>Dif. rel.<br/>Média</b> | <b>1813</b> | <b>Dif. rel.<br/>média</b> | <b>1821</b> | <b>Dif. rel.<br/>média</b> | <b>Média</b> |
|---------------|-------------|----------------------------|-------------|----------------------------|-------------|----------------------------|--------------|
| Primário      | 185,00      | -21,59%                    | 200,47      | -10,76%                    | 232,29      | -18,59%                    | 205,92       |
| Secundário    | 167,21      | -29,13%                    | 174,08      | -22,51%                    | 212,16      | -25,65%                    | 184,48       |
| Terciário     | 398,13      | 68,74%                     | 291,49      | 29,76%                     | 338,61      | 18,67%                     | 342,74       |
| Não indicado  | 193,41      | -18,02%                    | 232,54      | 3,52%                      | 358,32      | 25,57%                     | 261,42       |
| Média         | 235,94      |                            | 224,64      |                            | 285,34      |                            | 248,64       |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

A análise do coeficiente de Gini revela a desigualdade presente numa determinada amostra, mas não demonstra a sua distribuição. Por essa razão, torna-se imperativo examinar a distribuição dos rendimentos pela população da cidade.

**Tabela XXVII.** Distribuição dos rendimentos pela população em 1800, 1813 e 1821 (não contabilizando a população pobre)

| <b>% de população</b>          | <b>1800</b>                  |                      | <b>1813</b>                  |                      | <b>1821</b>                  |                      |
|--------------------------------|------------------------------|----------------------|------------------------------|----------------------|------------------------------|----------------------|
|                                | <b>% dos<br/>rendimentos</b> | <b>%<br/>acumul.</b> | <b>% dos<br/>rendimentos</b> | <b>%<br/>acumul.</b> | <b>% dos<br/>rendimentos</b> | <b>%<br/>acumul.</b> |
| 1% com maior rendimento        | 22,08                        | 22,08                | 19,34                        | 19,34                | 14,94                        | 14,94                |
| 2 a 5% com maior rendimento    | 26,77                        | 48,85                | 20,78                        | 40,12                | 21,10                        | 36,04                |
| 6 a 10% com maior rendimento   | 12,73                        | 61,58                | 9,47                         | 49,59                | 11,83                        | 47,87                |
| 10% a 50% com maior rendimento | 30,19                        | 91,77                | 34,39                        | 83,98                | 38,97                        | 86,84                |
| 50% com menor rendimento       | 8,23                         | 100                  | 16,02                        | 100                  | 13,16                        | 100                  |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

<sup>20</sup> De salientar que a amostra de agências do setor primário é muito reduzida, o que pode desvirtuar um pouco este valor. As médias não incluem os maneios dos pobres, visto esta informação existir apenas para o ano de 1800.

**Tabela XXVIII.** Distribuição dos rendimentos pela população em 1800, 1813 e 1821 (contabilizando a população pobre)

| % de população                 | 1800              |           | 1813              |           | 1821              |           |
|--------------------------------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|
|                                | % dos rendimentos | % acumul. | % dos rendimentos | % acumul. | % dos rendimentos | % acumul. |
| 1% com maior rendimento        | 24,26             | 24,26     | 22,79             | 22,79     | 17,81             | 17,81     |
| 2 a 5% com maior rendimento    | 28,09             | 52,35     | 19,40             | 42,19     | 21,78             | 39,59     |
| 6 a 10% com maior rendimento   | 12,60             | 64,95     | 10,80             | 52,99     | 12,50             | 52,09     |
| 10% a 52% com maior rendimento | 29,98             | 94,92     | 37,74             | 90,73     | 40,19             | 92,28     |
| 47% com menor rendimento       | 5,08              | 100       | 9,27              | 100       | 7,72              | 100       |

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

As tabelas anteriores demonstram que, em 1800, 1% da população detinha entre 22 e 24% dos rendimentos mais elevados. Contudo, esse grupo perdeu representatividade de forma constante até 1821. Se considerarmos o conjunto que corresponde aos 2 a 5% com maiores proventos, constatamos que auferiam entre 27 e 28% do total, em 1800. Entre 1800 e 1813, a sua expressão decresceu, recuperando posteriormente de forma ligeira até 1821. O grupo de pessoas que se enquadrava na categoria dos 6 a 10% tinha uma representação menor, cerca de 13%. Em 1821, a percentagem é sensivelmente a mesma. A única categoria que conheceu um elevado crescimento corresponde às pessoas com os 10 a c. 50% maiores rendimentos. Entre 1800 e 1821, cresceram entre 9 e 11 pontos percentuais. A categoria mais baixa, os “últimos” 50%, conheceram um aumento entre 1800 e 1813, baixando ligeiramente para 1821. De salientar que, os rendimentos acumulados dos 10% das pessoas mais ricas, em 1800, correspondiam entre 61 e 65 % do total de rendimentos, baixando para 48 a 52%, em 1821.

Em comparação com as localidades alentejanas mencionadas, constatamos que havia uma maior desigualdade na distribuição dos rendimentos em Penafiel, no ano de 1800<sup>21</sup>. Em 1821, a realidade já estava mais próxima das três terras citadas (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-351).

<sup>21</sup> De salientar que as fontes utilizadas no caso do estudo das localidades alentejanas apresentaram uma percentagem de pobres relativamente baixa (entre 0,4 e 1,3%), quando comparada aos 17,7% por nós utilizado (FAÍSCA; LOPES 2015: 334).

## Conclusão

Os livros das décimas constituem-se como fontes privilegiadas para estudos de história nas mais diversas áreas. As médias dos três períodos em análise demonstram que a décima dos bens de raiz foi a que mais rendeu, sendo superior a 60% do total. O total arrecadado e a média da décima dos prédios urbanos cresceram mais do que o próprio número de prédios. Tendo em conta a evolução dos efetivos populacionais, a taxa de ocupação das casas (que se manteve sensivelmente igual) e a percentagem de pessoas com habitação própria (que cresceu ligeiramente), acreditamos que este crescimento se justifica com um provável aumento na avaliação feita aos imóveis – sabemos, pelo estudo citado de Álvaro Ferreira da Silva, que os proprietários que habitavam nos seus prédios pagavam de décima o equivalente ao que poderiam auferir, caso estivessem a receber rendimentos sobre o mesmo.

Relativamente aos prédios rústicos, a situação é semelhante. O número de prédios registados diminuiu gradualmente, mas o total e média da décima aumentaram. Não nos parece plausível que os rendimentos provenientes desses bens tenham tido um crescimento muito elevado, numa conjuntura marcada pelas dificuldades causadas pela guerra. Acreditamos que também aqui o problema se relaciona com a avaliação feita pelos oficiais aos bens próprios.

O número de maneios também diminuiu ao longo da cronologia estudada. A guerra e a instabilidade que se seguiu apresenta-se como causa direta mais provável. Contudo, a diminuição do número de agências pode ter sido causada por outros fatores que não estão ainda estudados, como o impacto do recrutamento na população ou a transferência de pessoas detentoras de maneios para o setor dos assalariados (visto estes não serem incluídos nos livros das décimas). Mais estudos nestes campos são necessários. O total das décimas do maneio decresceu até 1813, recuperando posteriormente até 1821. A média da décima paga teve um comportamento semelhante, mas cresceu a um ritmo superior a partir de 1813. Acreditamos que a queda na procura provocada pela guerra tenha baixado os rendimentos dos produtores. Com a melhoria da conjuntura, estes recuperaram novamente.

Quanto aos juros, o seu valor total baixou muito para 1813, recuperando posteriormente até 1821. O número de empréstimos ativos teve a mesma evolução, contudo, o crescimento pós 1813 foi menor. A média paga por décima diminuiu em 1813, mas cresceu quase o dobro para 1821. A conjuntura de guerra e a instabilidade levou à retirada de muitos créditos do mercado, devido à menor disponibilidade de dinheiro, causada pela diminuição nos rendimentos e à falta de confiança.

A análise do coeficiente de Gini demonstra que a desigualdade diminuiu entre 1800 e 1813, recuperando ligeiramente até 1821. A força que levou à convergência nos rendimentos teve a origem mais provável na conjuntura de guerra e na instabilidade que se seguiu. O artigo citado de Jaime Reis refere que a desigualdade cresceu entre 1700 e 1770. Apesar de não conhecermos a tendência entre 1770 e 1800, podemos assumir que se manteve. Nesse caso, a conjuntura provocou uma interrupção numa tendência de aumento da desigualdade que já se verificava desde inícios do séc. XVIII. A análise do coeficiente de Gini por décima demonstra que a disparidade nos rendimentos do dinheiro a juros foi a que mais diminuiu com a guerra, mas também a que mais aumentou para 1821. Acreditamos que a destruição do capital<sup>22</sup>, provocada pela guerra, foi um fator determinante para a diminuição da desigualdade em 1813.

Um aspeto que nos parece importante prende-se com a proporção capital-trabalho. Comparando o valor das décimas do maneio com o dos juros, constatamos que, apesar do número de empréstimos ativos (dos anos correntes, não considerando os empréstimos em atraso) ser menor do que o número de agências, o valor total e médio (por pagador) da sua décima é muito superior à dos maneios. A mesma análise pode ser feita entre os rendimentos dos prédios e do maneio. Isto revela que os rendimentos provenientes do capital eram superiores aos rendimentos do trabalho.

Como consequência da difícil conjuntura, a desigualdade entre os rendimentos dos diferentes setores económicos diminuiu. Em parte, devido à quebra dos rendimentos no setor terciário, apesar de continuar a ser o mais lucrativo em 1821. A disrupção no comércio e a diminuição na procura podem ter ajudado a este fenómeno, aliado à falta de mão de obra, às pilhagens, requisições e destruição do setor produtivo.

A conjuntura de guerra também afetou a redistribuição da renda. O 1% de pessoas com maiores rendimentos perderam representatividade de forma constante, até 1821. O grupo que se situa entre os 2 e 5% com maiores rendimentos viram a sua expressão diminuir para 1813, recuperando ligeiramente até 1821. A categoria dos 6 a 10% com maior renda manteve-se praticamente inalterada entre 1800 e 1821. O grupo que mais cresceu foi os 10 a c. 50% com maiores rendimentos, conhecendo um crescimento constante até 1821. A última categoria, os 50% de pessoas com menores rendimentos, conheceu um aumento significativo na sua representatividade dos rendimentos no ano de 1813, diminuindo depois ligeiramente para 1821.

Por último, acreditamos que este trabalho carreou um melhor conheci-

---

<sup>22</sup> Na aceção do termo utilizada por Thomas Piketty (2014).

mento da crise económica que ocorreu em Penafiel nos inícios do séc. XIX e contribuiu, concomitantemente, para um maior conhecimento da conjuntura económica e social dos territórios nesse mesmo período.

## Fontes

Arquivo Municipal de Penafiel:

N.º 17 – Livro de registo dos actos da Câmara (1794-1803).

N.º 18 – Livro de registo dos actos da Câmara (1803-1815).

N.º 1452 – Livro do lançamento da décima desta cidade (1800).

N.º 1470 – Livro do lançamento da décima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados (1813).

N.º 1479 – Livro do lançamento da décima desta cidade (1821).

## Bibliografia

ANILEIRO, Ana Dolores Leal (2010). *O linho em Penafiel*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2016). “Alguns preços de géneros em Penafiel nos inícios do séc. XIX (1800-1825)”, in *I Seminário: Penafiel e Penafidenses na História – Atas*. Penafiel: Amigos do Arquivo de Penafiel, 1-20.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2017). “As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: A importância das rendas nas finanças municipais 1782-1820”. *História. Revista da FLUP*, IV Série. Vol. 7, nº 2, 190-215.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2019). “O abastecimento de carne e sal em Coimbra: os contratos de obrigação da câmara municipal (1641-1721)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19, 145-173.

COELHO, Manuel Ferreira (1988). “O Concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758”. *Separata de Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, nº 5, 257-343.

CONDE, António Fialho (2003). “O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Décima eclesiástica”. *Revista Portuguesa de História*, XXXVI, 161-172.

COSTA, Leonor Freire (2009). “Fiscal innovations in early modern states: which war did really matter in the portuguese case”. *Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES Documento de Trabalho/Working Paper*, nº 40-2009, 1-36.

- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch (2014). *História Económica de Portugal (1143-2010)*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros.
- FAÍSCA, Carlos Manuel; LOPES, Bruno (2015). “Desigualdades de rendimento no Alentejo do Antigo Regime: Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725)”. *Análise Social*, 215, 1 (2.º), 330-354.
- FONSECA, Teresa (2002). *Absolutismo e municipalismo. Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri.
- FUNDO, António José Pinto do (2010). *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na Reforma Liberal: 1834-1851*. Penafiel: Museu Municipal.
- GUEDES, Maria do Céu da Cunha Correia (2000). *Administração Municipal e elites locais no concelho de Penafiel (1770-1779)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.
- HESPANHA, António Manuel (1993). “A fazenda”, in José Mattoso (ed.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 203-238.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982). *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Querco.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1997). *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2004). “O dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração”. *Hispania*, LXIV/1, núm. 216, 157-182.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012). *No Portugal Moderno: espaços, tratos e dinheiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MENDES, José Amado (1993). “Etapas e limites da industrialização”, in José Mattoso (Ed.), *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 355-367.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1996). “As câmaras no equilíbrio dos poderes: funções sociais e dinâmicas locais”, in César Oliveira (ed.), *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 121-136.
- MOREIRA, Maria da Luz Franco Monteiro (2009). “Fontes para o estudo da História Regional e Local: as finanças e o imposto da *Décima*”. *Revista do Tribunal de Contas*, n.º 50, 1-40.
- MOREIRA, Maria da Luz Franco Monteiro (2013). *Batalha – 1763-1803 Um termo da Estremadura: estudo económico e social*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MOTA, Eduardo (1990). *Administração Municipal de Gouveia em Finais de*

- Setecentos. Gouveia: Gaudela.
- NETO, Margarida Sobral (2010). *O Universo da Comunidade Rural*. Coimbra: Palimage.
- OLIVEIRA, António (2015). *Capítulos de História de Portugal*, Vol. I. Coimbra: Palimage.
- PALMA, Nuno; REIS, Jaime (2019). “From convergence to divergence Portuguese economic growth, 1527-1850”. *Journal of Economic History*, 79 (2), junho 2019, 477-506.
- PALMA, Nuno; REIS, Jaime; ZHANG, Mengtian (2019). “Reconstruction of regional and national population using intermittent census-type data: The case of Portugal, 1527–1864”. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, 1-16.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana (1994). *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha: Difel.
- PIKETTY, Thomas (2014). *O Capital no século XXI*. Edição Digital. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro; SANTIAGO-CABALLERO, Carlos (2018). “The Napoleonic Wars: A Watershed in Spanish History?”. *EHES Working Paper*, No. 130, April 2018, 1-39.
- REIS, Jaime (2017). “Deviant behaviour? Inequality in Portugal 1565–1770”. *Cliometrica*. Vol. 11, Issue 3, 297-319.
- RIBEIRO, Teresa Casquilho (1998). *O Município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII*. Viseu: Palimage.
- RIJO, Delminda; MOREIRA, Francisco (s.d.). “A Freguesia de Santa Cruz do Castelo nas Décimas de 1776”. *Gabinete de Estudos Orlisiponenses da CML*, 1-26.
- SANTOS, GERALDA MARIA FERREIRA DOS (1996). “A população da cidade de S. Martinho de Penafiel nos séculos XVII e XIX”. *Cepese Publicações - População e Sociedade*, n.º 2, 247-260.
- SANTOS, GERALDA MARIA FERREIRA DOS (2000). *População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel: Museu Municipal – Câmara Municipal de Penafiel.
- SERRÃO, José Vicente (1993). “O quadro económico: configurações estruturais e tendências de evolução”, in José Mattoso (Ed.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1640-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 71-117.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993). *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico do Porto.

- SOEIRO, Teresa, (2005). “Penafiel, composição de um espaço administrativo”, in Maria José Ferreira dos Santos e Teresa Soeiro, *Município de Penafiel: uma longa história*. Penafiel: Museu Municipal, 101-209.
- SOEIRO, Teresa, (2010). “Penafiel 1809: a cidade que os franceses viram”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, IX-X, 500-527.
- ZANDEN, J. L. van (1995). “Tracing the beginning of the Kuznets curve: Western Europe during the Early Modern period”. *The Economic History Review*, 48 (4), 643-664.



# D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834

*D. Miguel and the jesuits: mutual fidelity to ancient traditions 1829-1834*

**FRANCISCA M. C. BRANCO VEIGA**

Universidade de Lisboa, CH-UL

[francisca.veiga@gmail.com](mailto:francisca.veiga@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2844-6867>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 30/08/2021

**Resumo.** Este artigo tem como objetivo procurar responder a questões relativas à segunda entrada da Companhia de Jesus em Portugal, concretamente o contexto externo e interno que lhe deu origem, os propósitos que serviu e as razões que determinaram a segunda expulsão. A autora baseou a sua análise em fontes históricas documentais inéditas e secundárias, destacando-se entre as fontes primárias um repositório de documentos do espólio documental do Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

Foi seguida uma metodologia cronológico-evolutiva na reconstrução do período histórico em análise, seguindo os estudos de historiadores de relevo para a história política e religiosa miguelista.

Como representante do tradicionalismo e conservadorismo, a Companhia de Jesus constituiu-se como um instrumento fundamental na afirmação dos ideais miguelistas e reforço da sua causa, mas jesuítas e miguelistas tinham o destino da sua presença traçado perante os ideais do liberalismo.

**Palavras-Chave.** Miguelismo, jesuítas, liberalismo.

**Abstract.** This article aims to provide answers to some questions related to the second entry of the Society of Jesus in Portugal, specifically the external and internal context that gave rise to it, the purposes it served, and the reasons that determined the second expulsion.

The author based her analysis on unpublished and secondary historical documentary sources, highlighting among the primary sources a repository of documents from the documentary collection of the Archive of the Portuguese Province of Society of Jesus.

A chronological-evolutionary methodology was followed in the reconstruction of the historical period under analysis, following the studies of relevant historians regarding the miguelist political and religious history.

As a representative of traditionalism and conservatism, the Society of Jesus constitutes itself as a fundamental instrument in the affirmation of the miguelist ideals and reinforcement of its cause, but Jesuits and miguelists had the destiny of their presence traced before the ideals of liberalism.

**Keywords.** Miguelism, jesuits, liberalism.

## Introdução

Em 1759 os jesuítas foram expulsos de todos os territórios portugueses e pelo breve papal *Dominus ac Redemptor* (21 de julho de 1773), o Papa Clemente XIV suprime a Companhia de Jesus no mundo.

A sua expulsão de Portugal fazia parte de um projeto político iluminista e centralizador para o qual a Companhia de Jesus era considerada um obstáculo. Na literatura sobre a temática dos Jesuítas portugueses exilados pelo marquês de Pombal prevalece o estudo recente de António Trigueiros, afirmando este que, “No horizonte da política regalista de Carvalho e Melo estaria a total subordinação da Igreja ao poder do Estado e a simpatia pela criação de uma Igreja nacional” (TRIGUEIROS 2016: 13).

A literatura sobre o pensamento europeu moderno faz referência a acontecimentos como a Revolução Francesa (1789) ou a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico (1806) e a consequente ascensão do nacionalismo, como indicadores relevantes de que estava a nascer uma nova “orgânica” política e social na Europa (BAUMER 1977: 13). As explicações metafísicas do mundo já não se coadunavam com o mundo da experiência e com a consciência crescente do condicionalismo histórico do respetivo momento (BAUMER 1977; HOBSBAWM 2001; RÉMOND 1994).

Contudo, após as *Guerras Napoleónicas* e a consequente derrota de Napoleão na *Batalha de Waterloo*, as monarquias conservadoras depostas/exiladas voltam a subir ao trono, pretendendo-se o restabelecimento do princípio da legitimidade monárquica. O programa de uma *Santa Aliança* como mecanismo regulador terá então como objetivo a contenção de novos focos revolucionários.

Neste contexto, em 1814 “O mundo católico exige com unanimidade o restabelecimento da Companhia de Jesus”. Assim sustentava o Papa Pio VII, por meio da Bula Pontifícia *Sollicitudo omnium Ecclesiarum*, lida no dia 7 de agosto de 1814 na Igreja de *Gesù*, restabelecendo a Companhia no mundo. Não obstante, para muitos historiadores, como por exemplo Eric Hobsbawm, “a tendência geral, entre 1789 e 1848, foi a de uma acentuada secularização” da sociedade (HOBSBAWM 2001: 225).

Assim, em Portugal, na primeira metade do século XIX, a sociedade foi atravessada por uma série de acontecimentos – invasões francesas, domínio inglês, a revolução de 1820, a guerra civil – que despertaram, nas palavras de M. de Lourdes Lima dos Santos, uma nova *intelligentsia* cuja ideologia contribuiu para criar uma crise orgânica com a *intelligentsia* tradicional, cimentando novos discursos (SANTOS 1979: 69-115). Do lado dos governantes portugueses continuava a pesar, como refere Acácio Casimiro, uma “atmosfera de ódios e

calúnias adensada por Pombal e não dissipada por seus sucessores” (CASIMIRO 1940: 475). Após um estudo exploratório do *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza* concluiu-se que a maioria dos parlamentares desde a revolução de 1820 reassumiu os princípios regalistas estabelecidos no século XVIII por especialistas como António Pereira de Figueiredo, Seabra da Silva ou Ribeiro dos Santos, que defendiam a supremacia do poder civil sobre o eclesiástico, legitimando, deste modo, a política pombalina de dominação do Estado sobre a Igreja. Deste estudo concluiu-se, inclusive, que a propaganda negativa levada a cabo contra a Ordem dos Jesuítas continuava a ter um espaço de riquíssimo debate onde era impossível vingarem as ideias dos políticos mais conservadores, e muito menos a do regresso da Companhia de Jesus.

Neste contexto, os jesuítas eram acusados e combatidos pelos movimentos antijesuíticos, pela sua colagem aos modelos políticos e sociais do passado e pela sua luta contra a modernidade das ideias. D. João VI alegava que a memória histórica da Companhia de Jesus encontrava-se ainda muito manchada. Teófilo Braga refere-se a este assunto alegando que: “Quando D. João VI estava ainda no Brasil tentou-se trazel-o á coligação monarchica que começava pelo restabelecimento dos Jesuítas; os políticos que o rodeavam não comprehendiram o jogo...” (BRAGA 1902: 83). Embora ele e a rainha-mãe D. Maria I não fossem desafetos da Companhia, encontravam-se rodeados por um conjunto de pessoas que não sendo liberais mantinham os ideais pró-pombalinos, como Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, António de Araújo, conde da Barca, e o conde de Linhares Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que pretendiam manter em vigor o alvará de 3 de setembro de 1759. Em 1832, no periódico *A Contra-Mina*, Fortunato de S. Boaventura referia as calúnias a que estavam sujeitos os jesuítas no reinado de D. Maria I:

Nem a saudosissima, e piedosissima Rainha D. Maria I, que tomava a peito o restabelecimento dos Jesuítas em Portugal, porque tomava a peito a verdadeira, felicidade dos seus Povos, conseguiu trazer novamente a este Reino, e suas Conquistas os Filhos de Sancto Ignacio! Vio-se necessitada a conter, ou reprimir os seus votos, e a deixa-los como abafados, e sepultados em seu Regio Coração ... Tanta era a força das prevenções, ou das calumnias, que arditosamente se havião espalhado neste Reino contra os Jesuítas! (A CONTRA MINA 1832).

A rainha pretendia readmitir em Portugal os jesuítas expulsos, mas os seus conselheiros fizeram-lhe ver que tinha sido a própria Cúria Romana a extinguir essa Ordem e que esse pedido tinha vindo de várias potências europeias, para além de que a readmissão dos jesuítas em Portugal seria um motivo de censura

por parte do governo de Espanha e de França (DICIONÁRIO HISTÓRICO 1908: 817-819).

Tendo em conta a atuação política, social, educacional e religiosa da Companhia de Jesus no período até à sua extinção em 1759, pretenderam os absolutistas/miguelistas, para revigorar a Igreja, o seu restabelecimento em Portugal. O seu renascimento torna-se inteligível no quadro histórico-político e doutrinário da contrarrevolução europeia, após o Congresso de Viena. Este movimento religioso restaurador assegurava o suporte do seu sistema político na luta contra a avalanche revolucionária iniciada na França dos iluminados e pedreiros-livres.

Depois de fazer um levantamento bibliográfico do tema sentimos ser pertinente efetuar uma nova recolha de informação, mais atualizada e com uma nova perspetiva de análise que o tema merece, não realizada até hoje, tendo como enfoque principal a visão interna da Companhia de Jesus.

Esta visão interna da Companhia sobre o contexto político e social no período em análise permitiria validar as teses sobre o anti jesuitismo dominante na sociedade portuguesa, bem como sobre a manutenção dos seus ideais fortemente associados ao conservadorismo e ao absolutismo.

Podendo delimitar o estudo do objeto de análise do presente artigo, no contexto europeu, no período entre o Congresso de Viena, em 1814, e os movimentos revolucionários da década de 1830, o caso em concreto do *corpus* deste artigo foca-se no período histórico entre 1829 e 1834, ascensão e queda de um regime tradicionalista.

Como orientação na organização da nossa análise, optámos por uma metodologia cronológico-evolutiva, baseada numa abordagem interpretativa e demonstrativa do processo histórico antecedente e da causalidade desse processo na construção do período histórico-cronológico em análise.

Relativamente à escolha das fontes documentais a utilizar, seguimos uma via múltipla, a leitura e análise relativa à história da Europa e da Igreja Católica na época Moderna e Contemporânea, e o espólio documental que se encontra no arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, instrumento fundamental para o objetivo do nosso trabalho, nunca antes explorado.

Assim sendo, para Portugal beneficiamos de um ambiente fecundo, onde historiadores de relevo aprofundaram a história política e religiosa. De Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues lemos um estudo sobre a revolução e contrarrevolução na sua passagem do vintismo até ao absolutismo (TORGAL; VARGUES 1993: 65-87), e de Luís Reis Torgal o estudo sobre o Tradicionalismo Absolutista e Contrarrevolucionário e o Movimento Católico (TORGAL 1993: 227-239). De Maria Alexandre Lousada procurámos descobrir o discurso

político do miguelismo (LOUSADA 1987), tal como foi importante ler as diversas publicações de Armando Malheiro da Silva, historiador do miguelismo (SILVA 1993). Com Vítor Neto estudámos a relação entre o Estado e a Igreja neste contexto de mudança (NETO 1993: 265-283). D. Manuel Clemente publicou um conjunto de artigos sobre a Igreja e a sociedade portuguesa que se tornaram relevantes para a temática em questão (CLEMENTE 2012). António Matos Ferreira foi um investigador incontornável para o estudo da desarticulação do Antigo Regime e da Guerra Civil (FERREIRA 2002: 21-35). Na defesa do pensamento contrarrevolucionário em Portugal no século XIX, Fernando Campos, que organizou o inventário do pensamento contrarrevolucionário português, relembra-nos os autores que “... à refutação dos sofismos revolucionários dedicaram o melhor esforço da sua inteligência” (CAMPOS 1931: 32).

O estudo sobre os jesuítas, desde o seu nascimento como Ordem religiosa até à atualidade, e em particular o fenómeno anti jesuíta estudado por José Eduardo Franco foi uma contribuição importante para a História e Antropologia religiosas da Europa Moderna e Contemporânea e em particular da História da Companhia de Jesus.

Para suportar todo o processo de investigação, tivemos a oportunidade única de trazer à luz do dia um espólio documental que se encontra no arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus em Portugal, e que consideramos ter sido um recurso de enorme relevo para a nossa pesquisa, no contexto da sua primeira utilização para pesquisa histórica.

Adicionalmente, o estudo de documentos inéditos como uma pequena obra elaborada por ex missionários jesuítas em 1834 que se encontra na biblioteca da revista Brotéria, desperta o interesse para este período de seis anos, período de profundas transformações no campo político, social e das mentalidades.

Também na coleção privada da família Conefrey encontra-se um copiadador, no qual se destaca um Requerimento escrito pelos habitantes de Coimbra (de ambas as fações políticas) ao governo do regente D. Pedro, dando conhecimento do não envolvimento dos missionários Jesuítas na política do país.

Destaca-se, inclusive, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, um espólio documental relativo à correspondência trocada entre António Ribeiro Saraiva e diversas personalidades, como por exemplo, a Princesa da Beira, D. Maria Teresa, o Padre Provincial francês Godinot e o Duque de Cadaval, relativas ao assunto dos jesuítas em Portugal, revelando estes o interesse e preocupação das principais figuras do reino para com estes “homens de Deus”. Espólio composto por centenas de caixas e já estudado em parte por Maria Teresa Mónica.

Como resultado deste estudo, acreditamos ter cumprido o objetivo de evidenciar o alinhamento de D. Miguel e dos jesuítas no que respeita à fidelidade mútua às antigas tradições, e contribuir para a identificação de novas áreas de pesquisa no âmbito da temática em apreço.

### **1. 13 de agosto de 1829 – missão jesuíta em progresso**

Na defesa da união entre a monarquia absoluta e a instituição eclesiástica, e num período inquietante da vida política nacional, emerge a figura de D. Miguel, que, tendo como retaguarda a bandeira da *Santa Aliança*, vem reforçar a união entre o Trono e o Altar.

Frei Fortunato de São Boaventura, Arcebispo de Évora, referia que existia o “dedo de Deus” na legitimidade de D. Miguel ao trono de Portugal, e que “o restabelecimento da Companhia de Jesus, o formidável antemural da religião, foi um facto e é uma prova manifesta de quanto D. Miguel soube organizar em seu proveito o elemento religioso” (PIMENTEL 1893: 303).

É neste sentido que D. Miguel, no decreto de 10 de junho de 1829, deixava revelar o seu anseio em encontrar nesta Ordem o apoio ao ideário absolutista:

Considerando o grave prejuizo que soffre a educação christã e a civilização dos domínios d’estes reynos, pela falta de ministros evangélicos; e querendo attender a males de tal natureza, cuja duração os tornaria irremediáveis, tendo sempre em vista o bem da christandade, e por elle a felicidade dos meus fieis vassallos, hei por bem chamar para este fim a companhia de jesus e permittir que ella se estabeleça de novo (O AMIGO DA RELIGIÃO 1853: 60).

D. Miguel sentia que as dificuldades políticas se deviam ao “grave prejuizo que soffre a educação christã e a civilização”. Os jesuítas, com séculos ligados à educação, seriam o veículo ideal para encaminhar (guiar) os jovens nos valores conservadores, baseados na “antiga tradição” (BRAGA 1902: 414).

Um dos objetivos e fundamentos da doutrinação contrarrevolucionária e antiliberal miguelista era a renovação na formação religiosa e moral dos jovens. Já quando Pio VII restaurou a Companhia de Jesus em 1814, uma das razões que deu para a sua determinação foi que a Igreja Católica pudesse gozar, de novo, do benefício da experiência educativa e da tradição pedagógica desta Ordem. Refere Auguste Carayon que “Le monarque et la plupart de ses ministres attribuent les difficultés politiques à la décadence de la foi et des meurs; ils n’y voyaient de remèdes efficaces que la bonne éducation de la jeunesse,

c'était pour cela que la Compagnie avait été rappelée en Portugal" (CARAYON 1863: 31).

No contexto internacional, D. Miguel foi reconhecido pelos Estados Unidos, pela Espanha e pela Rússia. Na Inglaterra, no dia 8 de janeiro de 1828, subia ao poder o duque de Wellington, que não era favorável aos liberais portugueses, o que levou o marquês de Palmela a afirmar a D. Pedro (imperador do Brasil): "... parece-me que se o governo britannico for levado á alternativa de escolher entre a usurpação ou a revolução no sentido opposto, propenderá antes para a primeira do que para a segunda" (PALMELA 1869: 15-16). Em 1823, com o apoio da *Santa Aliança*, o exército francês invade a Espanha e restaura o absolutismo monárquico, repondo no poder os apostólicos. Consequentemente, até 1833, o rei Fernando VII irá desenvolver uma violenta perseguição aos seus adversários, liberais e maçons.

Na França, o visconde de Martignac, fiel aos seus princípios legitimistas, era inimigo de todas as ideias revolucionárias e, em abril de 1828, preocupado com a instabilidade no Oriente Europeu, decide enviar uma força expedicionária para compelir a retirada das tropas otomanas da Grécia central e meridional e para garantir a independência grega, retirando para esse fim os seus exércitos de Espanha, onde em Madrid já se encontravam no poder os apostólicos.

Quanto ao apoio da Santa Sé, o assunto pode estar sujeito a várias interpretações. Quando Gregório XVI é eleito, a 2 de fevereiro de 1831, junto da Santa Sé estão presentes representantes das duas facções (liberais e absolutistas) que não deixam de pressionar o novo pontífice de acordo com as suas pretensões. E, a 5 de agosto desse mesmo ano, o Santo Padre expede a Constituição apostólica *Sollicitudo ecclesiarum* onde, abstendo-se de se pronunciar sobre os aspetos da política portuguesa, justifica eclesialmente o restabelecimento das relações entre a Santa Sé e o Governo de D. Miguel: "Nós unicamente fazemos diligências pelas coisas que são de Cristo, como único fim a que tendem Nossos desígnios, conservando incessantemente sob os Nossos olhos o que mais pode ser conducente à felicidade espiritual e eterna das nações" (BIKER 1879: 47-55).

E foi à luz desta doutrina que o Papa confirmou os bispos apresentados por D. Miguel, resultando esta atitude, indiretamente, num reconhecimento político internacional do regime miguelista. O periódico inglês *The Corsaire* exprimiu-se do seguinte modo em relação a este assunto: "Sua santidade reconheceu finalmente D. Miguel!!! Se o não tivesse reconhecido, seria este um facto novo na história das usurpações" (*apud* LUZ SORIANO 1883: 155-156).

Contudo, o papa Gregório XVI, no consistório secreto do dia 1 de agosto de 1834, terá apresentado D. Miguel como "o rei mais Católico que tenho em

toda a Cristandade” (*apud* CAMPOS 1932: 25).

A intolerância do Sumo Pontífice para com as políticas liberais e maçónicas reforça a ação da Igreja Católica Romana contra as novas ideologias, como evidenciam alguns documentos pontifícios: em 24 de maio de 1829, do Papa Pio VIII, a Carta encíclica *Traditi Humilitati*; em 25 de março de 1830, a Carta apostólica *Litteris Altero*; em 15 de agosto de 1832, a Encíclica *Mirari Vos*, de Gregório XVI.

Assim, a Igreja Católica orientava o seu rebanho no sentido de que a vida que ela inspira é incompatível com o liberalismo, ligado muitas vezes a alguns preceitos como, por exemplo, a separação entre Estado e Igreja, sendo que a aliança entre a religião e a monarquia só sairia fortalecida de modo efetivo pela cooperação entre ambas as instituições que as representam. Para combater esta onda, o papa Gregório XVI iniciava a Encíclica *Mirari Vos*, condenando os “males atuais”.

A ideologia política miguelista era baseada no pressuposto segundo o qual a religião católica “segura os Tronos dos Imperantes” e o monarca D. Miguel “mantém a tranquilidade pública; contém os povos nos seus deveres, e abate pela raiz as comoções irreligiosas, e antipolíticas dos ferozes ateístas e desorganizadores de toda a ordem social” (LOUSADA 1987: 132-133).

No contexto político interno, o miguelismo foi também suportado pelo reforço dos conceitos e ideais do tradicionalismo político e doutrinário. Assim, entre 1823 e 1834, surge uma frente de ação contrarrevolucionária, com personagens do regime miguelista, conservadores e panfletários, como Faustino José de Madre Deus (1773-1833), Frei Fortunato de São Boaventura (1777-1844), padre José Agostinho de Macedo (1761-1831) ou António Joaquim de Gouveia Pinto (1777-1833), que espalharam a “apologia” do regime, lutando contra a maçonaria, na defesa firme da tradição.

Com os ventos europeus favoráveis, em Portugal são convocadas as Cortes à maneira antiga, e D. Miguel é proclamado pelos três estados do reino rei absoluto. Para segurar o seu Trono, D. Miguel chama novamente os jesuítas:

Don Miguel n’ignorait pas la popularité dont, après soixante dix ans d’exil, le nom des Jésuites jouissait encore sur les rives du Tage. Son trône était mal affermi, il pensa qu’en rendant a ses sujets les apôtres que Pombal leur avait arrachés, il ferait un acte aussi agréable qu’utile à sa patrie (CRÉTINEAU-JOLY 1858: 359).

Nesse sentido, o Padre Delvaux, responsável da missão portuguesa da Companhia de Jesus em Portugal, sentia que a defesa dos valores tradicionais era uma

prioridade, mostrando, ele próprio, “peu d’estime pour les idées dites modernes, et beaucoup moins encore pour le libéralisme” (CARAYON 1863: XI).

## **2. As missões jesuítas e a educação como base da ordem social absolutista**

Os jesuítas que chegam a Portugal iniciam as suas atividades nas missões populares, na educação, na assistência espiritual aos feridos da guerra civil e nas prisões. Refletindo a sua visão elitista, irão atuar na sociedade criando um ambiente propício à instalação dos ideais tradicionais, como garantia da conservação política e social. Confessava o Superior da missão jesuíta Philippe Delvaux que existia muito jansenismo no clero, liberalismo na nobreza e corrupção em todos os lugares (CARAYON 1866: 126).

Alertados pelos seus amigos que lhes diziam “Jésuites, nous provoquerions les moqueries et les haines du libéralisme”, mas com o apoio incondicional do rei que lhes afirmava, “ils savent mes dispositions envers la Compagnie: cependant si le cas arrivait, vous pouvez compter sur moi” (CARAYON 1866: 328-329), os jesuítas criaram uma rede de locais onde iam propagar os princípios do Cristianismo, atuando como pregadores e confessores, inserindo-se em comunidades como Laveiras, Barcarena, Carnaxide, Bucelas, Belém e Vialonga.

Na missão de Barcarena, local próximo do palácio de Queluz, tinham a assistir às suas missas muita gente da nobreza: “Les gens du château vinrent en grand nombre, et plusieurs dames d’honneur des infantes suivirent exactement les exercices de la mission” (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial): fls. 1-3).

Encontrando-se protegidos pelas principais famílias da primeira nobreza como os duques de Cadaval e os duques de Lafões, que os auxiliam na sua estada e nas suas diversas missões, irão aproximar-se de uma ampla camada populacional analfabeta, sendo que os seus discursos refletirão a visão desta elite de famílias conservadoras. Por exemplo, na missão de Laveiras estes missionários recordavam essa proximidade, que era sempre muito calorosa:

S. Ex<sup>ca</sup> la Duchese de Cadaval avoit *été* la bonté de leur envoyer quelque jour auparavant des doces pour achever de les apprivoiser. [...] S. Exc. La Duchese de Lafoens avoit contribué avec la pieté ordinaire à ces petits dons, y ajoutant des Médailles, qui furent distribuées aussi mais aux membres de la Confrairie (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial): fls. 4-7).

O Núncio Apostólico, embaixador da Santa Sé em Portugal, protegeu desde o início os jesuítas em Portugal. Dando-lhes força e ânimo, afirmava com segurança, “mon palais leur servira de premier domicile”, “Hommes de peu de foi, pourquoi tant d’inquiétude?” (CHAZOURNES 1870: 184).

A missão de Carnaxide tornou-se muito especial para os jesuítas, devido à ligação afetiva que o rei D. Miguel tinha pela imagem de Nossa Senhora da Rocha. Oliveira Marques conta que Frei Fortunato de São Boaventura chamou-lhe a “primeira revolucionária”, a “emissária divina para contrariar a política vintista” (MARQUES 1996: 26), o símbolo da luta contra os ideais liberais e constitucionais, mas também da legitimação sagrada do poder miguelista, e, por conseguinte, da união entre a religião e a causa do rei. Em 1905, o maçom Faustino da Fonseca referia-se deste modo ao assunto:

A Senhora Aparecida vinha como castigo aos pedreiros livres, para, em nome de Deus, livrar Portugal da terrível seita dos maçons, da sua obra monstruosa, a constituição.

Fizeram-se romarias, em que Carlota Joaquina, D. Miguel, e a alta roda tinham o primeiro lugar.

[...] Carnaxide tornou-se o ponto de reunião dos adversários do regime liberal e o foco das conspirações, porque ali podiam encontrar-se fóra da vigilância da polícia.

A Senhora da Rocha era a bandeira da nova cruzada (FONSECA 1905: 78-79).

Anos mais tarde, escrevendo sobre o mesmo tema, Joaquim Martins de Carvalho, redator do periódico *O Conimbricense*, encontrava-se convicto que, “... os jesuítas, ligados com D. Miguel e os seus partidários, faziam dessa invocação um instrumento da política absolutista” (O CONIMBRICENSE 1883). A sua convicção provinha do facto do Superior da missão jesuíta ter afirmado que Deus tinha pretendido que a sua missão em Portugal “explorasse” essa devoção no reino e em seu benefício (CARAYON 1866: 276). Deste modo, a imagem da Virgem da Rocha tinha sido usada pelos jesuítas em seu proveito e através deles na exaltação do regime miguelista. Referiam os liberais que a ligação entre D. Miguel, N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Rocha e os jesuítas tinha um único fim: a intervenção política sobre o povo, instigando este contra os ideais liberais e, desta forma, contribuindo a Virgem e os jesuítas para a dominação absoluta de D. Miguel.

Conforme descrito acima, o rei e algumas pessoas da nobreza assistiam aos sermões dos jesuítas nas diversas missões, junto da população, intervindo de forma ativa e dando um testemunho inequívoco da sua satisfação e dedicação à Companhia de Jesus. Verifica-se, inclusive, que na defesa da legitimidade

de D. Miguel no trono português, a mentalidade barroca da população desenvolvia um imaginário místico do seu Rei, tornando-se uma das forças de apoio fundamentais (LOUSADA 1997: 130). As cerimónias religiosas junto dos jesuítas serviriam de contributo para legitimar o rei “Desejado” ou o rei “Salvador” (VEIGA 2019: 372-392).

Os jesuítas encontraram também o apoio na rainha-mãe, D. Carlota Joaquina, e de suas filhas, a princesa da Beira D. Maria Teresa, D. Maria Isabel e D. Maria da Assunção. António Ribeiro Saraiva, os duques de Lafões e de Cadaval e a proteção inequívoca do Núncio apostólico guiaram a empresa levada a cabo por estes missionários, confirmando-os aos olhos de todos. Foi o próprio duque de Cadaval que avisou o padre Barrelle para que no seu discurso, na Igreja do Loreto, agradecesse ao rei o restabelecimento da Companhia de Jesus, tornando, deste modo, o assunto como um ato consumado e aprovado pelo próprio monarca (CARAYON 1866: 225).

Após a preparação prévia feita por D. Miguel logo a partir de 1829 com a reorganização do Colégio das Artes e do ensino dos preparatórios, as suas atividades foram também dirigidas para aquilo que a sua formação estava tão bem construída, isto é, a atividade educativa católica e científica da mocidade, baseada nos “bons costumes”.

Os miguelistas sentiam a urgência de encontrar educadores e mestres jesuítas no ensino em Coimbra para poder conter o avanço das ideias jansenistas e maçónicas (A CONTRA-MINA 1832) e a “erradicação dos ideais liberais” (NOVO VOCABULÁRIO FILOSÓFICO-DEMOCRÁTICO 1832: 131). Em fevereiro de 1832 escrevia-se o seguinte no periódico *A Contra Mina*:

Foi Coimbra, e o foi por muitos annos a Cidadella do Jansenismo. Este acolhêo benignamente, como sempre costuma, o seu Irmão gémeo, quero dizer, o Maçonismo; e ambos entrincheirados nesta, como Fortaleza das Sciencias, promettião guardar para sempre o seu ponto central, donde se repartião para toda a Monarchia, e suas Possessões Ultramarinas os mancebos de esperanças, os homens de bem, as luzes, e as trolhas Maçonicas [...]. Tinha-se chegado a taes pontos de perversidade, e desenvoltura, que já os recrutamentos para a Ordem dos Pedreiros Livres se tractavão, e fazião a cara descoberta, e até se oferecia dinheiro aos Estudantes pobres, que ainda fieis aos sentimentos religiosos, hesitavão ou repellião indignados a mais infame, e atraçoada proposta [...]. (A CONTRA MINA 1832: 4).

Esta ideia era partilhada pelo Superior da missão dos jesuítas, afirmando que “la franc-maçonnerie et la révolution avaient fait dit’on de Coïmbre et de

son université leur place d'armes" (CARAYON 1866: 338-339).

A dependência da instrução pública dos interesses religiosos sustentada pelo monarca era uma arma política contra os inimigos do tradicionalismo. Assim, por decreto do dia 9 de janeiro de 1832 D. Miguel entrega aos jesuítas o *Real Colégio das Artes*.

No domingo, 12 de janeiro, o rei dirigiu-se ao Colégio de Santo Antão-o-Velho, "sans être inattendu, ni annoncé, ni accompagné", para despedir-se destes religiosos, prometendo-lhes que no dia 22, no aniversário do seu regresso a Portugal, seria publicado o decreto do restabelecimento da Companhia. Esta visita deixa os missionários jesuítas muito tranquilos, levando o Padre Delvaux a afirmar "Voilà le jeune et digne roi de Portugal! A présent, vous pourrez facilement comprendre pourquoi l'enfer est déchaîné contre lui [...] q'il n'y ait quelque chose d'extraordinaire dans ce prince; pour moi, laissé comme une impression d'en haut: lumière, force et joie, et cette impression fut générale parmi nous" (CARAYON 1866: 329), confirmando, deste modo, o seu apoio e dedicação a D. Miguel. O rei, entre outros assuntos, informa-os do seu amor para com a Ordem, "dando-lhes assim nova prova da Sua Augusta benevolência", dizendo-lhes que o Colégio das Artes foi criado pelo seu Instituto e com a maior independência e por isso mesmo o que ele queria era o mesmo colégio da Companhia (GAZETA DE LISBOA 1832: 3).

No dia 18 de julho de 1832, por carta régia de D. Miguel a D. João da Assumpção Couceiro, Vice-reitor da Universidade de Coimbra, o rei pede para se proceder, antes da abertura da Universidade, a uma averiguação sobre os sentimentos religiosos e políticos da sobredita mocidade, questionando inclusive se eram desafetos à sua real pessoa ou imbuídos de princípios liberais e até aderentes às sociedades secretas.

O processo de entrega da educação da juventude à Companhia de Jesus tem o seu ponto mais alto com o decreto de 10 de setembro de 1832, no qual D. Miguel submete a Universidade de Coimbra ao Colégio das Artes (CARAYON 1866: 358-359). Neste encontra-se explicitamente escrita a necessidade da frequência de pelo menos um ano nos colégios jesuítas antes da passagem à universidade, para que deste modo possam ser previamente preparados os alunos de acordo com a "antiga tradição" (CARAYON 1863: 13). Este decreto refere, inclusivamente, a doação a esta Ordem do Colégio do Espírito Santo de Évora, e mostra a intenção de lhe entregar o Colégio dos Nobres, antigo noviciado da Companhia de Jesus e o primeiro separado das restantes casas da Companhia na Península Ibérica (VEIGA 2009).

A educação ficou integralmente na mão dos jesuítas, pois iriam ter o exclusivo do ensino em todo o reino, deixando o Superior da Missão portuguesa

muito satisfeito com este triunfo, afirmando *Et hæc est victoria quæ vincit mundum!* (CARAYON 1866: 361-367). Para o regime miguelista, a influência na juventude traria no futuro um completo domínio da toda a sociedade.

Joaquim Martins de Carvalho revela, no *Conimbricense*, o que expressavam, a respeito destes decretos, os inimigos de D. Miguel:

Diziam que Portugal tinha chegado á degradação de ser entregue o exclusivo do ensino da mocidade portugueza a uma sociedade de padres estrangeiros, que não reconheciam por chefe senão ao seu geral, também estrangeiro. Diziam que não podendo matricular-se na Universidade senão os mancebos que elles aprovassem, ficavam esses estrangeiros senhores exclusivos, não só dos estudos secundários, mas dos estudos superiores! Esperavam os jesuitas que tanta piedade de D. Miguel em lhes entregar o exclusivo dos estudos, havia de fazer inclinar a balança em seu favor, na lucta que elle tinha contra a impiedade (isto é, contra o partido liberal), fazendo triunfar o seu valoroso exercito (O CONIMBRICENSE 1887: 2).

Por outro lado, na “apologia” da união entre Rei (Trono) e Jesuítas (Altar), surge um conjunto de panfletários e polemistas, destacando-se Frei Fortunato de São Boaventura, o padre José Agostinho de Macedo e o padre Alvito Buela Pereira de Miranda, que através da imprensa reforçam os ideais do tradicionalismo contrarrevolucionário atacando a Revolução, lutando contra a maçonaria, na defesa firme da tradição e na apologia quase profética dos jesuítas. Nesse mesmo ano de 1832, um contributo de um autor anónimo reforça os dogmas político-religiosos do absolutismo implantado, escrevendo:

Jesuítas em toda a parte, e quando chegue esta epoca d’elles estarem Senhores de toda a Educação, então sim poderemos dizer que foi sepultado o Jansenismo nas ruinas do Liberalismo; e para que esta Victoria seja completa, deve ser a sua sepultura em Coimbra no Pateo da Universidade (NOVO VOCABULÁRIO FILOSÓFICO-DEMOCRÁTICO 1832: 132).

Para D. Miguel impunha-se que se tapasse os ouvidos do povo às prote-ladas promessas dos liberais, doando aos missionários jesuítas o Colégio das Artes, em Coimbra, cidade essa considerada a mais atingida pela “impiedade” devido à influência liberal entre os estudantes. Todavia, devido à instabilidade política e social constante neste curto período em que os missionários jesuítas estiveram em Portugal (1829-1834), não foi possível tornar a sua contribuição efetiva.

### 3. 1833-1834 – queda do regime miguelista e fim da missão jesuíta

No dia 28 de julho de 1833, D. Pedro chega a Lisboa no vapor *William the Fourth*, sentindo o apoio da população. Na *Chronica Constitucional de Lisboa* publicava-se: “Já respiramos a aura benéfica da liberdade legal; caíram os patíbulos, fugiram os verdugos; escravos ontem, somos hoje Cidadãos; já não é crime a lealdade e a honra” (CHRONICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA 1833).

No mesmo dia, pelas quatro horas da tarde, D. Pedro dá ordem de prisão aos jesuítas. A partir deste momento seguiu-se, como menciona o P. Delvaux, uma “*Persécution spéciale contre les Pères de la Compagnie de Jésus*” (CARRAYON 1866: 435).

Um ano depois, o tratado de *Concessão de Évora Monte* (26 de maio) (VENTURA 2008: 119), assinado na casa de Joaquim António Saramago e na presença de John Grant, secretário da Legação Britânica em Lisboa, põe fim à guerra civil e ao governo miguelista (CHRONICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA 1834). D. Miguel embarca em Sines para o exílio, no vapor inglês *Stag*, em direção a Génova, no dia 1 de junho de 1834, para nunca mais regressar a Portugal (DIÁRIO DA MANHÃ 1967: 1, 3).

Num tempo de transição para a modernidade, D. Miguel sofreu as consequências das mudanças políticas europeias no combate contra os absolutismos, das revoluções liberais de Paris, e que se alastraram pela Europa. A queda dos conservadores Tories no Ministério inglês e a ascensão dos Whigs, o tratado da *Quádrupla Aliança* entre a Grã-Bretanha de Guilherme IV, a França de Luís Filipe, a regente de Espanha D. Maria Cristina de Bourbon, e os liberais portugueses, alterarão de modo significativo a estrutura política europeia. O triunfo de D. Maria da Glória significava o domínio dos ideais liberais na Europa Ocidental, em oposição à *Santa Aliança* das potências Orientais (Viena, Berlim e S. Petersburgo).

Portugal passava por uma grave crise económica, com uma extensa dívida pública, resultante da perda dos mercados brasileiros e agravada pela guerra civil, nomeadamente com os empréstimos externos. Neste contexto, a desamortização e a nacionalização dos bens das ordens religiosas, com o propósito de os pôr à venda na praça pública, acabaria por gerar receitas financeiras para o Estado, ajudando o governo a resolver alguns problemas relativos à dívida pública. Para além disso, a existência das Ordens Regulares era vista por D. Pedro como não sendo útil à religião, pois tinha consciência da incompatibilidade radical entre estas estruturas representantes do Antigo Regime e a nova ordem sociopolítica que os ideólogos da Revolução pretendiam instaurar.

A entrega total do ensino aos jesuítas foi outro ponto que mereceu a atenção dos liberais. Desde sempre que este assunto era seguido pelos liberais que se encontravam no exílio. No caso dos emigrados em Inglaterra, estes demonstravam continuamente a sua revolta contra o absolutismo miguelista e indignação perante a aceitação deste governo relativa ao regresso dos jesuítas a Portugal, e mais especificamente a entrega do ensino a esta Ordem. O maçõ e editor de um dos jornais da emigração liberal portuguesa em Londres, José Liberato Freire de Carvalho, na obra *Memórias com o Título de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Miguel*, exprimia a sua indignação perante este assunto da seguinte forma:

Neste mez chegou também a Londres a noticia, vinda de Lisboa, que D. Miguel tinha permittido aos Jesuitas hirem tomar posse de uma parte das suas antigas casas de Coimbra, hoje chamada o Collegio das Artes. Em consequência disto para lá tinhão partido alguns indivíduos d'aquella ressuscitada ordem, acompanhados pelo mui conhecido fr. Fortunato monge de S. Bernardo o qual, como novo director da ignorância do reino, foi destinado para lhes dar a posse d'aquelle estabelecimento. A facção usurpadora, vendo-se na hora da agonia, quiz ver se ainda se podia fortificar com este velho, e já decrépito apoio do absolutismo, empregando taes instrumentos na educação da mocidade; porém o tempo em breve lhe mostrou que o remédio já vinha tarde, e que a morte era irremediável (CARVALHO 1842: 162-163).

Assim, logo que se encontrou instalado em Lisboa, o governo liberal tomou como obra vital eliminar na formação dos jovens a matriz tradicionalista e jesuítica.

A seguir foi necessário pôr fim às instituições de carácter supranacional, eliminando quem se encontrava na frente de batalha do regime miguelista, os missionários jesuítas. Estes encontravam-se organizados segundo o estatuto canónico de “Missão portuguesa da Companhia de Jesus”, diretamente dependentes do Geral da Ordem que se encontrava em Roma, e enquanto ordem religiosa eram considerados os mentores e executores da política papal, isto é, totalmente dependentes do Papa e independentes do Estado em que se encontravam.

Contudo, o duque de Bragança, ainda no Porto, tomou uma atitude de acolhimento da Companhia de Jesus no reino português (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 1 fl.), prometendo todo o tipo de encorajamento aos jesuítas (CARAYON 1866: 418), com a condição de que eles deveriam servir em Portugal a causa da futura rainha D. Maria (ROQUEFEUIL 1868: 559). A resposta dos jesuítas a D. Pedro não foi a esperada, afirmando

que a Companhia, sendo estrangeira, por princípios e pelo seu Instituto, era alheia aos interesses políticos de todos os países e, deste modo, continuaria sob o governo da rainha D. Maria II a procurar, apenas, a Maior Glória de Deus e florescimento da religião e da moral, sendo este o seu único fim e assim devia prevalecer junto dos governos esclarecidos (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 2 fls; CARAYON 1866: 405). Esta posição foi geradora da solução final: a sua expulsão do território português.

No Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus encontra-se um espólio documental único, valiosíssimo para o estudo da época em questão, e inserido no mesmo existe parte de uma carta, cujo destinatário é, provavelmente, D. Miguel, e que descreve de modo claro e evidente o reconhecimento e a gratidão que os missionários jesuítas tinham a este rei, tal como a fidelidade mútua às antigas tradições (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, fls 26-29):

os quaes [os jesuítas] bem conhecidos por terem tudo recebido em Portugal da Sua Real e magnifica vontade, não podião deixar de serem os primeiros acometidos pela tempestade revolucionaria, aonde quer q dêsse com elles. Depois de satisfeito à obrigação da justiça e de gratidão pa com aquelle verdadeiro amigo, fica uma outra imensa divida, quero dizer aquella da Ca de Jesus pa com [Vossa Magestade] (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, fl. 103).

Uma outra carta, intensa e significativa, revela a amizade e o apoio pleno à causa deste rei, por parte do Superior da missão:

Senhor,

Não cabe no possivel dizer a Vossa Magestade o muito que senti os lastimosos acontecimentos qe acabão de abismar no barranco das revoluções, assim o seu Real Trono como todas as antigas e veneráveis instituições de Portugal. [...] [...] beijar lhe a mão, e banhá-la em lagrymas, se dispor da minha vontade tivesse dependido de mim; [...] depois do flagelado [...] lhe restituão ao Seu legitimo e Amado Monarca (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, fls. 109-110).

Na estada dos jesuítas em Portugal, associada à imagem de D. Miguel, irá transparecer essa cumplicidade para com os mesmos ideais, no reforço de uma sociedade legitimadora do *status quo*, com princípios sociopolíticos estáticos, com a afirmação da tradição e do caráter sagrado do passado, baseados na re-

produção empírica e consuetudinária, isto é, nas experiências vividas, fundadas nos usos e costumes.

Dá-se outro exemplo da carta do padre Delvaux, enviada de Paris ao rei D. Miguel, no dia 30 de outubro de 1834:

... limito me a protestar a Vossa Magede qe a lembrança assim de sua augusta Pessoa como dos seus Reaes Beneficios fica p<sup>a</sup> sempre inculpida no meu coração [...]. Amanhecerá de novo p<sup>a</sup> Portugal o dia da Restauração e Vossa Magede terá o gosto bem como a honra de preencher os seus altissimos destinos em pról da Igreja Catholica e da Monarquia legitima (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux: fls. 109-110).

Carta do padre Delvaux ao rei D. Miguel. Paris, 30 de outubro de 1834 (excerto)<sup>1</sup>.

Os jesuítas, chamados e protegidos por D. Miguel, foram os primeiros a serem expostos à avalanche liberal e por isso sujeitos a pagar com a sua própria vida. Assim o afirmava com grande nostalgia o padre Estanislau a um amigo residente de Coimbra: “é grande miséria, agente se vae esquecendo cada vez mais da língua portugueza, mas de Portugal, e d’alguns portuguezes, nunca nem sequer com a vida, da qual talvez lhe sejamos devedores!” (APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, fls. 50-52.).

<sup>1</sup> «De Vossa Magestade [D. Miguel]

O mais humilde porem o mais

respeituoso e devoto Criado

em o Senhor

Philippe José Delvaux

Superior que foi da Companhia de Jesus

em Portugal».

In APPCJ, Companhia de Jesus 1829-1834, 1833-34 Delvaux, 2fls.

A Europa estava em mudança. A propagação do liberalismo e nacionalismo como ideologias punha fim às estruturas do Antigo Regime. Apenas a Rússia, a Áustria-Hungria e a Prússia, principais signatárias do Congresso de Viena, mantinham monarquias absolutistas. Em 1848, António Ribeiro Saraiva, consternado com o estado em que se encontrava a Europa, escrevia com grande desgosto: “É, todavia, um facto, que não há quase um canto da Europa em que se esteja ao abrigo da borrasca revolucionária e republicana, as únicas excepções por ora parecem ser aqui a Rússia. É triste não se ver apoio aos princípios monárquicos quase em parte alguma” (BNP, ARS, cx. 172, nº 22).

Também o historiador da Companhia de Jesus, Auguste Carayon, manifesta o seu desconsolo com o avanço das ideias liberais: “... Fribourg, Chambéry, Mélan, Le Passage et Coïmbre, après avoir appelé les Jésuites et les avoir tant aimés les virent expulser au nom de toutes les libertés modernes” (CARAYON 1863: X).

D. Pedro, tal como a maior parte dos chefes militares do seu exército, era maçom (SARAIVA 1844: 123)<sup>2</sup>. Com o fim último, o triunfo dos ideais liberais, almejava apagar da memória do povo a imagem divina do “novo David suscitado entre nós pelo Céu misericordioso” (FERREIRA 1917: 450) e para isso necessitava derrubar os padres afetos à causa miguelista e os jesuítas, pois estes eram apontados como aqueles que utilizavam os púlpitos das igrejas como tribunais, com calúnias tendenciosas e os confessionários com profecias (O CONIMBRICENSE 1871: 5).

## Conclusão

Este trabalho teve como propósito estudar o processo de reconstrução e queda de uma estrutura tradicionalista, apostólica e legitimista baseada na imagem ideológica de D. Miguel e no epíteto “Em Nome de Deus, da Pátria e d’El Rei”.

---

<sup>2</sup> António Ribeiro Saraiva na obra *Cartas Conspiradoras*, fazia a seguinte ligação: “Empoleirado o Pedrismo (ou Pedreirismo) em Lisboa”. Oliveira Marques refere-se ao poder da maçonaria na política liberal pedrista do seguinte modo: “A vitória definitiva dos Liberais, em Maio de 1834, entregou à Maçonaria a quase plenitude do poder. O ministério de Outubro de 1833 a Abril de 1834 e o que lhe seguiu, de Abril a Setembro de 1834, foram constituídos exclusivamente por maçons. Na Câmara dos Deputados, eleita em 28 de Julho e funcionando desde 15 de Agosto de 1834, a Maçonaria obteve um dos melhores, se não o melhor resultado de sempre: pelo menos 71% de participações, com percentagens de 100% para os dois círculos dos Açores e da Madeira, de 89% para o do Algarve e de 88% para o do Alentejo. E, até Setembro, o próprio Chefe efectivo do Estado, D. Pedro IV, embora afastado dos trabalhos, era pedreiro-livre também” (MARQUES 1996: 51).

Partindo do seu título *D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834* e seguindo uma metodologia cronológico-evolutiva, verificou-se que a aclamação de D. Miguel como rei absoluto teve como contributos a passividade europeia e a intolerância política do Sumo Pontífice para com os ideais liberais e maçónicos. Por outro lado, para reforçar este contexto externo, D. Miguel contou com o apoio de um conjunto de personagens com um discurso ideopolítico e ideopropagandístico, que contribuíram para a manutenção do absolutismo como filosofia do Estado. Também como elo deste desiderato, D. Miguel contou com o apoio da maioria do clero regular e mais especificamente com a Companhia de Jesus como garantia da conservação política e social, contra as “ideias modernas”.

No segundo ponto deste artigo, com o título *As missões jesuítas e a educação como base da ordem social absolutista*, verificou-se que as missões e a educação eram a base principal da manutenção da ordem social e tiveram como objetivo o reforço do absolutismo régio, baseado numa cultura que não contrariava os princípios da fé que a Igreja Católica Romana estatua. A presença da corte e de diversos elementos da hierarquia católica nestas missões encontrava-se moldada para o fim a que se propunham, a legitimação do poder miguelista, tornando, deste modo, a causa da religião inseparável da causa do rei. Tendo em conta a proximidade ao rei e à sua corte, os discursos proferidos por estes jesuítas letrados para uma ampla camada populacional analfabeta irão refletir a visão desta elite. Outro ponto alto desta relação fica evidente quando D. Miguel, por decreto de 10 de setembro de 1832, submete a Universidade de Coimbra ao Colégio das Artes, entregando a educação da juventude à Companhia de Jesus. Tal como para Rómulo de Carvalho, “Seria sonho dos jesuítas que todas as crianças se sentassem nos bancos das suas escolas e que a orientação do seu ensino as modelasse de tal feição que uma por uma constituísse um esteio do pensamento filosófico que defendiam” (CARVALHO 2008: 329), também D. Miguel procurava nesta Ordem essa modelação da juventude, como obstáculo poderoso contra os enciclopedistas e iluministas (CARAYON 1866: 31).

Contudo, no dia 26 de maio de 1834, em Évora Monte, sucumbe o governo absolutista de D. Miguel. Confirmámos os contextos e pretextos que levaram à derrocada miguelista e à expulsão dos missionários jesuítas, nomeadamente devido às alterações na estrutura política europeia dos anos trinta e à consequente falta de apoio às causas absolutistas, e ao facto de o prolongamento das atividades apostólicas jesuítas junto das populações e das atividades educativas e pedagógicas para os jovens se tornarem, aos olhos dos liberais, um obstáculo claro aos seus ideais.

Na análise que realizámos, procurámos ainda tornar evidente que, em Portugal,

a missão jesuíta foi feita em função do contexto histórico que lhes foi dado viver, encontrando-se enquadrada na realidade para a qual foram chamados. Como consequência, vamos encontrar diversos ideólogos políticos e liberais que se encontravam no exílio – como, por exemplo, José Liberato Freire de Carvalho<sup>3</sup>, José Ferreira Borges, Almeida Garrett ou Paulo Midosi<sup>4</sup> – a defenderem a existência de um alinhamento dos jesuítas com as ideologias miguelistas e antiliberais, associadas às antigas tradições, o que fazia deles representantes do fixismo, do ultramontanismo e causadores da decadência do reino (CARVALHO 1830: 54).

Na lógica do anteriormente afirmado, os missionários jesuítas encontravam-se presos ao seu ideal tradicionalista, de ligação ao rei que os chamou e a um modelo de educação pouco sensível à mudança que as “Luzes” implicavam na Europa, e este contexto determinou que a Ordem tinha o destino traçado perante os ideais do liberalismo<sup>5</sup>.

Junto do túmulo do Marquês de Pombal, o Superior da Missão Portuguesa terá dito, “La Compagnie reviendra, mais il lui sera difficile de refaire son nid”. Essa expressão, carregada de incertezas, revelava um futuro onde as bases da estrutura social e política se encontravam em devir. Passadas cerca de duas décadas verificou-se o regresso da Companhia de Jesus e com este o alvo preferido dos liberais anticlericais. As palavras do Superior da Missão foram uma premonição da nova expansão.

## Fontes manuscritas

Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (APPCJ). *Companhia de Jesus 1829-1834*, Correspondência do Padre Cândido de Azevedo Mendes (Provincial).

APPCJ. *Companhia de Jesus 1829-1834*, Memórias pertencentes aos padres da Companhia de Jesus.

[s/ tratamento Arquivístico]

<sup>3</sup> Veja-se as obras, *Memórias com o Título de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Miguel e Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal*.

<sup>4</sup> Publicação de considerável influência no seio da emigração portuguesa foi *O Chaveco Liberal* [nº1 (9 set. 1829) – nº 17 (30 dez. 1829)]. Publicado na cidade londrina pelos liberais e maçons José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi, que aí se encontravam refugiados após a entrada em Portugal de D. Miguel, fazia a apologia dos ideais liberais e a defesa de D. Pedro.

<sup>5</sup> Pela Portaria de 24 de maio de 1834, dirigida ao Corregedor de Coimbra, quatro dias antes da publicação do Decreto da extinção das Ordens religiosas, determinava Joaquim António de Aguiar que “d’ella saiam imediatamente, dando-lhes itinerário”, e no prazo mais curto possível se apresentassem na secretaria de estado, onde se providenciaria os meios para o seu embarque com destino ao exílio. No dia 29 de julho de 1833 tinham sido expulsos os jesuítas que se encontravam no antigo colégio de Santo Antão-o-Velho, em Lisboa.

Arquivo da Biblioteca da Brotéria (ABB). *Produções dos Padres Jesuítas, durante o tempo q estiverão na Torre de São Julião da Barra*, [documento manuscrito].  
São Julião da Barra: [s.n.], Anno 1834, [s/ cota].

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). António Ribeiro Saraiva (ARS), Cx. 172, nº 22.

BNP. ARS, Mss 100, I, n.º 145, 3 fls.

Arquivo privado da família Conefrey. *Coleção de Joseph Conefrey* [s/ tratamento Arquivístico].

### Fontes impressas

BIKER, Júlio Firmino Júdice (1879). *Suplemento á Collecção dos Tratados, Convenções e actos Publicos*, tomo XXX. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARAYON, Auguste (1863). *Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus: Notes historiques sur le rétablissement de la Compagnie de Jésus en Portugal*, vol. X. Poitiers: Henri Oudin.

CARAYON, Auguste (1866). *Lettres inédites du R.P. Joseph Delvaux sur le rétablissement des Jésuites en Portugal, 1829-1834*, vol. XIX. Paris: L'Écureux, Libraire.

CARVALHO, José Liberato Freire de (1842). *Memórias com o Titulo de Annaes, para a Historia do Tempo que durou a Usurpação de D. Migue*, vol. 3l. Lisboa: Na Imprensa Nevesiana.

CARVALHO, José Liberato Freire de (1830). *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal....* Paris: na Oficina Tipográfica de Casimir.

CASIMIRO, Acácio (1940). "O Governo de D. João VI e a restauração da Companhia de Jesus (1814-1815)". *Brotéria*, 31, 469-475.

CHAZOURNES, Léon de, S.J. (1870). *Vie du Révérend Père Joseph Barrelle de la Compagnie de Jesus*, 2ªed., Tomo I. Paris: Henri Plon.

PORTUGAL. *Diario das cortes geraes e extraordinarias da nacão portugueza, (1821-1822)*, 7 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

ROQUEFEUIL, F. de (1868). *Les Jésuites en Portugal*. Paris: Ed. LibrairieVictor Palmé.

SORIANO, Simão José da Luz (1866-1890). *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

SARAIVA, António Ribeiro (1844). *Cartas Conspiradoras*. Londres: Schulze e Ca.

SILVA, António Delgado da (1835). *Collecção da legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações: Legislação de 1828 a 1832*, vol. VII. Lisboa: Typ. Maignrense.

## Publicações periódicas

*A Contra-Mina*, n.º 50, de 22 de fevereiro de 1832.

*A Nação*, n.º 14 494, de 20 de junho de 1907.

*Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º 1, 25 de julho de 1833; n.º 5, 31 de julho de 1833; n.º 124, 27 de maio de 1834.

*Diário da Manhã*, n.º 12828, de 6 de abril de 1967.

*Gazeta de Lisboa*, n.º 38, de 14 de fevereiro de 1832.

*O Amigo da Religião*, vol. I, série I, n.º 4, de 27 de agosto de 1853.

*O Conimbricense*, n.º 2485, 20 de maio de 1871; n.º 3529, de 7 de junho de 1881; n.º 3772, de 9 de outubro de 1883; n.º 4188, de 15 de outubro de 1887.

## Estudos

BAUMER, Franklin L. (1977). *O pensamento europeu moderno*, 2 vols.. Lisboa: ed. 70.

BRAGA, Teófilo (1902). *História da Universidade de Coimbra*, tomo 4. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

CAMPOS, Fernando (1931-32). *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal*. Lisboa: José Fernandes Júnior.

CARVALHO, Rómulo de (2008). *História do ensino em Portugal*, 4ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CLEMENTE, Manuel, D. (2012). *A Igreja e a Sociedade Portuguesa: do Liberalismo à República*. Porto: Assírio & Alvim.

CRÉTINEAU-JOLY, Jacques (1858). *Historia Religiosa, Política y Literaria de la Compañía De Jesús*, tomo 6. Barcelona: Libreria Religiosa.

FERREIRA, António Matos (2002). “Desarticulação do antigo regime e guerra civil”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História religiosa de Portugal*, 3º vol.: *Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 21-35.

FERREIRA, J. Augusto (1917). *Memórias para a História dum Scisma (1832-1842)*. Braga: Cruz&Cª- ed.

FONSECA, Faustino da (1908). *El-Rei D. Miguel (Chronica popular do absolutismo)*. Lisboa: Ed. Guimarães &Cª.

- FRANCO, José Eduardo (2007). *O mito dos Jesuítas (Séculos XVI a XX)*, vol. II. Lisboa, Ed. Gradiva.
- HOBBSAWM, Eric (2001). *A Era das Revoluções*. 5ª ed.. Lisboa: ed. Presença.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1987). *O Miguelismo (1828-1834). O discurso político da nobreza titulada*. Prova da capacidade científica apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1997). “A mobilização política em Portugal entre 1820 e 1834: alguns aspectos”, in *Actas dos 3.os Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 119-144.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996). *História da Maçonaria em Portugal*, 2º vol.. Lisboa: ed. Presença.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1882). *História de Portugal*. 3ª ed. emendada, 2º vol. Lisboa: Viúva Bertrand.
- MONTEIRO, Miguel Corrêa (2011). *Os Jesuítas e o Ensino Médio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- NETO, Vítor (1993). “O Estado e a Igreja”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 265-283.
- Novo Vocabulário Filosófico-Democrático: indispensavel para todos os que desejem entender a nova lingua revolucionaria* (1832), tomo 2. Lisboa: na Imprensa Regia.
- PALMELA, D. José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, duque de (1869). *Despachos e correspondência do Duque de Palmella*, vol. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIMENTEL, Alberto (1893). *A ultima côrte do absolutismo em Portugal*. Lisboa: ed. Ferin.
- RÉMOND, René (1994). *Introdução à História do Nosso Tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: ed. Gradiva.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1979). “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”. *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1º, 69-115.
- TORGAL, Luís Reis (1993). “O Tradicionalismo Absolutista e Contra - Revolucionário e o Movimento Católico”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre (1993). “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 65-87.
- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo (2016). *Os Jesuítas Portugueses exilados nos Estados Pontifícios no período pombalino e pós-pombalino*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de História Moderna, apresentada

- à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- VEIGA, Francisca M. C. Branco (2019). *A Restauração da Companhia de Jesus em Portugal, 1828-1834. O breve regresso no reinado de D. Miguel*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL.
- VEIGA, Francisca M. C. Branco (2009). *Noviciado da Cotovia: o passado dos Museus da Politécnica 1619-1759*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: UCP.
- VENTURA, António (2008). *As Guerras Liberais 1820-1834*. Lisboa: QuidNovi.
- VENTURA, António (2013). *Uma História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- WEBER, F. (2001). “Filosofia-Tradicionalismo”, in Charles E. O’Neill, *Diccionario Historico de la Compania de Jesus: Biográfico-temático*, vol. II. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1453.

# Vozes femininas a favor da instrução das mulheres nos jornais oitocentistas: *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina*\*

*Women's voices in favour of women's education in 19th century newspapers: A Assembléa Litteraria and A Voz Feminina*

**SÓNIA COELHO**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

ccoelho@utad.pt

<http://orcid.org/0000-0002-8611-5209>

**SUSANA FONTES**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

sfontes@utad.pt

<http://orcid.org/0000-0003-4414-9248>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/09/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 29/09/2021

**Resumo.** O século XIX constitui-se como um marco na história da imprensa feminina portuguesa.

Datam deste período as primeiras colaborações femininas em periódicos, assim como a criação dos primeiros jornais destinados e dirigidos por mulheres, como é o caso de *A Assembléa Litteraria* e de *A Voz Feminina*, que se constituem como dois periódicos pioneiros na luta pela causa feminina. Neste sentido, no presente artigo é nosso objetivo analisar as vozes das mulheres presentes na imprensa oitocentista, especificamente nos jornais anteriormente mencionados, que se constituem como uma fonte inestimável de informação acerca da mentalidade da época. Destacaremos as ideias destas mulheres em favor do seu sexo e do acesso a direitos fundamentais, como a instrução, chave para a emancipação intelectual do sexo feminino. Para levar a cabo esta investigação, foram consultadas fontes bibliográficas e hemerográficas.

**Palavras-chave.** Século XIX, mulheres, *A Assembléa Litteraria*, *A Voz Feminina*, instrução feminina.

**Abstract.** The nineteenth century is a landmark in the history of the Portuguese women's press.

The first women's contributions in periodicals date from this century, as well as the creation of the first newspapers aimed at women and directed by women, such as *A Assembléa Litteraria* and *A Voz Feminina*. These two publications are considered pioneering newspapers in the struggle for the feminine cause. In this sense, we intend to analyze the women's voices in the nineteenth-century press, an inexhaustible source of information about the mentality of the time. We would like to highlight these women's ideas in favor of their sex and, particularly, the access to instruction, key to women's intellectual emancipation. To carry out this investigation, bibliographic and hemerographic sources have been consulted.

**Keywords.** Nineteenth century, women, *A Assembléa Litteraria*, *A Voz Feminina*, female instruction.

---

\* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDP/00707/2020.

## Considerações iniciais

Na sociedade portuguesa oitocentista, os papéis associados ao sexo masculino e feminino encontravam-se bem demarcados, cabendo ao homem a esfera pública e à mulher a esfera privada. Neste século, prevalecia a imagem da mulher como filha, esposa e mãe, numa hierarquia claramente definida que a colocava a um nível inferior e dependente, inicialmente do pai e posteriormente do marido. Neste sentido, a mulher estava praticamente ausente do espaço público, muitas vezes por se considerar que não era detentora de capacidades intelectuais e físicas para tal. Na verdade, esta ideia de que a mulher era inferior ao homem era recorrente na época, como, por exemplo, uma passagem pelos manuais de civildade nos permite constatar. Na obra anónima *Elementos da civildade e da decencia, para instrução da mocidade de ambos os sexos* (1788), o autor corrobora esta ideia da mulher como um ser culturalmente mais limitado, o que impossibilitava a abordagem de diversos temas numa conversação com este sexo: “Na conversação das senhoras, não devemos fazer ostentação de tudo quanto houvermos aprendido nos Collegios com grande custo por espaço de dez annos; porque ellas não nos entenderão, e por consequencia lhes seremos enfadonhos” (Anónimo 1801: 163).

Este contexto levou a que surgissem, ainda no século XVIII, os primeiros documentos de reivindicação feminina escritos por mulheres em defesa do seu sexo. Neste âmbito, destacam-se os textos de Paula da Graça, que publica *Bondade das mulheres vendicada, e malicia dos homens manifesta* (1715) e de Gertrudes Margarida de Jesus, que escreveu dois opúsculos intitulados *Primeira [Segunda] Carta Apologetica, em favor, e defesa das mulheres* (1761)<sup>1</sup>. Os textos de Jesus surgem como resposta ao *Espelho Critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das mulheres* (1761), da autoria de um religioso identificado como Amador do Desengano, que apresenta as mulheres precisamente como seres inferiores em relação ao homem.

Não se sabe ao certo quem foi Gertrudes Margarida de Jesus, no entanto os seus textos deixam transparecer uma mulher de elevada cultura. Nestas cartas, através de um humor requintado, a autora mostra-se detentora de um alto nível intelectual, considerando-se fluente em italiano e também na língua francesa. Por outro lado, a sua escrita revela um inquestionável domínio da técnica retórica, argumentando solidamente contra as acusações masculinas.

De entre os defeitos apontados no *Espelho Critico*, o primeiro que Gertrudes Margarida de Jesus rebate é a ignorância, que ela explica ser a consequência

---

<sup>1</sup> Para mais informações acerca destas cartas, veja-se TORRES FEIJÓ (2005) e RUIZ (2009).

da falta de acesso das mulheres à instrução, referindo que, se fosse possível às mulheres acederem aos mesmos contextos educativos dos homens, “[...] seria a mayor parte dellas sapientissimas; pois vemos terem havido muitas de tão alta compreensão, e engenho, que ainda sem Mestres, e sem exercicio, tem feito admiraveis progressos, assim nas letras, como nas manufacturas” (JESUS 1761: 8). São várias as figuras do sexo feminino ilustradas a que Jesus alude, mostrando que, apesar dos constrangimentos conhecidos, havia já muitas mulheres a brilhar no panorama cultural português.

Este percurso de reivindicação iniciado pelas mulheres no século XVIII ganha força sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, momento em “[...] que, algumas mulheres, não podendo intervir politicamente, pegam na caneta e se fazem escritoras, jornalistas, publicistas, para defender uma causa, ou causas, que consideram não dizer apenas respeito às mulheres mas a toda a sociedade” (VAQUINHAS 2011: 46).

Assim, uma forma de as mulheres se tentarem afirmar e se fazerem ouvir ao longo do século XIX consistiu precisamente na sua participação em periódicos da época, inicialmente de uma forma mais esporádica e recorrendo frequentemente ao anonimato ou a pseudónimos, pois às mulheres decentes impunha-se recato e silêncio. “Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo” (PERROT 2007: 16-17).

Neste âmbito, é digna de destaque a participação feminina em jornais como *A Assembléa Litteraria* (1849) e *A Voz Feminina* (1868), periódicos fundados e dirigidos por mulheres, que visavam despertar a consciência da sua classe. Como salienta Muzart (2003: 226) para o contexto brasileiro, também em Portugal “uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto”.

No presente artigo, tendo por base a análise dos dois jornais acima mencionados, pretendemos perceber o papel que estes tiveram no contexto em que surgiram e como vieram possibilitar e potenciar a expressão do pensamento e das reivindicações de um conjunto de mulheres, particularmente no que respeita à questão da instrução feminina, temática polémica que mereceu destaque e debate na sociedade portuguesa oitocentista. Estas mulheres representam um grupo pertencente por norma a uma camada social mais elevada que não se conformava com a imagem de passividade e submissão que lhe estava normalmente associada. As fontes analisadas são uma pequena amostra da forma

como estas mulheres lutaram por uma sociedade mais equilibrada e justa, inspirando outras a promoverem a mudança em prol dos seus direitos.

## Estado da arte

Os jornais têm-se constituído, ao longo dos anos, como legítimas fontes para a pesquisa histórica, sendo, por essa razão, escolhidos por diversos investigadores para os seus estudos. Neste artigo, socorremo-nos dos periódicos oitocentistas *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina* com o propósito de reunir e disponibilizar informação acerca da visão da mulher sobre a educação feminina durante a segunda metade do século XIX. A opção por estes jornais deveu-se ao facto de *A Assembléa Litteraria* ter sido o primeiro jornal fundado por uma mulher e assinalar o surgimento de uma imprensa feminina mais interventiva e de *A Voz Feminina* ser considerado “[...] o primeiro jornal feminista surgido na Europa” (LEAL 1992: 71).

Por forma a conduzir esta investigação, a metodologia seguida baseou-se na análise documental e na revisão bibliográfica de autores consagrados no âmbito da história das mulheres, da educação feminina e da história da imprensa periódica feminina.

Primeiramente, é uma referência incontornável a *História da Vida Privada em Portugal*, em particular o terceiro volume desta coleção, *A Época Contemporânea* (2011), sob a coordenação de Irene Vaquinhas. Desta autora, são também fundamentais as obras *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)* (2005) e *‘Senhoras e mulheres’ na sociedade portuguesa do século XIX* (2011) para uma melhor compreensão do papel da mulher na sociedade portuguesa oitocentista.

No que diz respeito a biografias femininas, são importantes o *Dicionário no Feminino* (2005) e o *Dicionário de Educadores Portugueses* (2003), que apresentam entradas com informações relevantes sobre a vida e obra de mulheres que se destacaram no período em estudo.

Para obtermos uma visão global acerca da história do ensino em Portugal, socorremo-nos de Carvalho (2008), obra incontornável e vastamente documentada que nos dá a conhecer o percurso da atividade pedagógica ao longo dos séculos no nosso país. No âmbito da educação feminina, alguns estudos de produção historiográfica de referência acerca das mulheres remontam já ao século XIX, nomeadamente os escritos de D. António da Costa (1870), que evidenciam a necessidade de um investimento na instrução feminina ao nível da escolaridade básica. O estudo de Rogério Fernandes (1994) permite-nos

traçar um quadro acerca do ensino das primeiras letras no século XIX e conhecer a evolução do ensino feminino nas suas diferentes modalidades, tais como o ensino doméstico, as casas de educação, o ensino nas ordens religiosas e a criação das primeiras escolas régias. A obra *Girls' Secondary Education in the Western World* (2010) apresenta o percurso da educação feminina desde o século XVIII ao século XX no mundo ocidental, ajudando-nos também a compreender o contexto português, que é tratado no capítulo sexto. Por seu turno, a investigação de Pedro (2006) fornece uma visão do contexto educativo das mulheres portuguesas oitocentistas e possibilita uma reflexão acerca da utilidade da instrução feminina na sociedade portuguesa do século XIX. O capítulo 1 “A Educação em Portugal no Século XX” e o capítulo 2 “A Instrução Feminina” de Lopes (2005) constituem-se como um importante contributo para conhecermos, por um lado, os autores que se dedicam à causa da instrução feminina e, por outro, as medidas políticas encetadas e as instituições vocacionadas para o ensino das mulheres. No âmbito dos estudos dedicados à imprensa periódica do século XIX, é de consulta obrigatória o catálogo *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX* (1998, 2002), da autoria de Rafael e Santos, complementado pelo inventário incontornável realizado por Ivone Leal *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926* (1992) acerca dos periódicos femininos. Por sua vez, o artigo de Salvador (2009) contribui para clarificar a natureza dos periódicos femininos e das suas designações. A obra *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade* (2005) de Ana Maria Costa Lopes tem, na área em estudo, um papel de destaque, pois fornece uma reflexão acerca da evolução da mentalidade feminina na época e comprova a importância dos periódicos femininos como fonte para a compreensão da luta da mulher em prol da sua instrução, autonomia e independência, interessando-nos especialmente as partes dedicadas a Antónia Gertrudes Pusich e ao casal Wood. Também a investigação conduzida por Rafael (2011) é um importante contributo para a compreensão do acesso à leitura feminina e do papel da imprensa periódica no século XIX, destacando-se a figura de Antónia Gertrudes Pusich e os três jornais que fundou e dirigiu. Finalmente, para a análise da participação das mulheres na imprensa periódica do século XIX, em particular no jornal *A Voz Feminina*, é imprescindível a leitura de Ildefonso (1998), que analisa as diferentes temáticas abordadas nesta publicação e fornece uma visão acerca das mentalidades e comportamentos das mulheres na época.

Este elenco de trabalhos, uns de carácter mais geral e outros mais específicos, permite-nos traçar um percurso e perceber a importância da imprensa periódica feminina do século XIX, o papel que tiveram as mulheres enquanto

colaboradoras, redatoras e proprietárias deste tipo de imprensa, bem como o seu ideário e reivindicações, particularmente no que respeita à defesa da instrução feminina.

## 1. A imprensa periódica feminina no século XIX em Portugal

A imprensa feminina surgiu ainda em finais do século XVII, com a publicação, em 1693, do periódico *Ladies' Mercury* (STEARNS 1933), em Inglaterra, no entanto, foi em França que este tipo de imprensa ganhou mais destaque, com a publicação do *Journal de Dames* (1759-1778), que começou por ser apenas um jornal literário, mas posteriormente passou a incluir páginas dedicadas à moda (SULLEROT 1966). Como refere BUITONI (1990: 22),

A imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura, logo depois acompanhado pelo da moda. Nos primeiros tempos, moda e literatura dividiam a atenção. Os direitos femininos entraram em cena nos séculos XVIII e XIX, às vezes como dominantes. Paralelamente, os signos da utilidade iam-se introduzindo e ganhando espaço: trabalhos manuais, conselhos de saúde, de economia doméstica.

Esta ligação entre a imprensa e a literatura é uma característica da história do jornalismo europeu, sendo reconhecida, por exemplo, por Mancini (2005) e Neveu (2001). No caso português, o jornalismo “[...] oitocentista pode, em alguns aspetos, ser comparado ao francês onde, não houve, tão-pouco, uma clara separação entre jornalismo e outras formas de literatura, ou entre jornalistas e outros escritores” (SILVEIRINHA 2012: 168).

O surgimento dos primeiros periódicos dedicados ao sexo feminino em Portugal deu-se apenas no início do século XIX, com o lançamento, em 1807<sup>2</sup>, do *Correio das Modas*, seguindo-se-lhe outras publicações do género como *O Toucador*, *A Gazeta das Damas*, *Correio das Damas*. Em geral, estas publicações tiveram uma vida efémera, eram escritas por homens para mulheres e a colaboração feminina era muita escassa. Nestas publicações, predominava uma mentalidade sexista e os temas abordados situavam-se no domínio da frivolidade, debruçando-se sobre moda, poesia, romances, anúncios, crítica literária, crónica social, entre outros. A opção por estes temas justificava-se pelo entendimento de que à mulher apenas interessavam e convinham estas

---

<sup>2</sup> Para mais informações acerca da imprensa periódica feminina de oitocentos, veja-se o artigo de LOPES (2018), que apresenta uma “[...] visão das oscilações do movimento do periodismo feminino português de 1807 e 1890 [...]” (LOPES 2018: 29).

questões, sendo, por exemplo, a política e outros assuntos semelhantes considerados inapropriados ao sexo feminino. No entanto, como reconhece Teresa Salvador (2009: 97),

[...] nem toda a imprensa feminina se apresentava acomodada à imagem idealizada do “belo sexo”, compreendida entre o próprio e o impróprio. Também se apresentou extrovertida, combativa e decidida a permanecer no espaço informativo, equacionando os problemas da mulher e da sociedade, juntando a vida privada com a pública e harmonizando valores.

É neste grupo mencionado por Salvador que se enquadra *A Assembléa Litteraria* (1849), jornal que foi fundado por uma mulher, Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883)<sup>3</sup>, figura notável que D. António da Costa de Sousa Macedo (1824-1892) descreve da seguinte forma:

Labutava por esse tempo em Lisboa uma senhora notavel, talento muito flexivel, compondo poemas, elegias, odes, fundando successivamente revistas uteis, *A Cruzada*, *A Beneficencia*, *A Assembléa Litteraria*, escrevendo dramas, enchendo de artigos os jornaes, combatendo hoje nas secretarias para comprovar a sua justiça, ámanhan presidindo a um grupo de rapazes inteligentes, no dia seguinte animando quantos seus conhecidos careciam de animo, affeçoando-se aos espiritos elevados do paiz, e advogando sempre a causa do fraco e do opprimido (COSTA 1893: 305).

Antónia Gertrudes Pusich, quebrando a tradição do anonimato, assume-se explicitamente como proprietária e redatora<sup>4</sup> de *A Assembléa Litteraria*, jornal que identifica como bandeira a questão da instrução, como se pode confirmar pelo subtítulo, *Jornal d’Instrução*, dando especial destaque à defesa da instrução feminina. Trata-se, assim, de um periódico inovador, que “[...] rompe a teia que isolava as mulheres dos fundos problemas económicos e sociais que caracterizavam a vida nacional da época” (LEAL 1992: 85).

Ao contrário dos periódicos anteriores, dirigidos por homens e destinados

<sup>3</sup> Para mais informações acerca da vida de Antónia Gertrudes Pusich, veja-se NÓVOA (2003), STONE (2005: 127-129), TALAN (2005) e COELHO e FONTES (2019).

<sup>4</sup> LOPES (2018: 31) salienta que, no período entre 1807 a 1890, as mulheres “[...] conseguiram igualar-se nas funções e cargos ao outro sexo apesar das muitas dificuldades existentes. Podemos observar todas as funções por elas exercidas e, apesar de serem todas muito importantes, as de proprietária e directora eram de maior responsabilidade e poder. Na verdade, não foi fácil a conquista destas funções por mor da mentalidade vigente. Tudo era transgressão nesta época e é necessário ter sempre isso presente”.

a mulheres, este jornal não se destinava exclusivamente ao público feminino e, por isso, as temáticas não incidiam sobre os temas tradicionais que visavam confirmar o papel da mulher e o seu estatuto subalterno na sociedade. Entre as temáticas abordadas em *A Assembléa Litteraria*, encontram-se textos sobre educação, religião, economia, política, beneficência, literatura, teatro, entre outros. Muitos destes textos eram da autoria da redatora, que contou com um conjunto extenso de colaboradores que incluíam homens, mulheres, jovens conhecidos ou desconhecidos da sociedade da época. Como refere Lopes (2005: 260), Pusich “foi audaz na exposição das suas ideias e em dar guarida às de outras suas contemporâneas nestes diversos espaços que, para si, e para outras, criou”.

Entre as colaboradoras mais conhecidas, encontramos nomes como Catarina Douthat Álvares de Andrada (finais do século XVIII-1860), que dirigiu o periódico *L’Abeille* e colaborou em diversas publicações da época; Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes, prima de Antónia Gertrudes Pusich e defensora da causa feminina; e Maria José da Silva Canuto (1812-1890), uma professora extremamente dedicada à causa da instrução feminina. Estas mulheres, juntamente com a redatora, formam o grupo das pioneiras na defesa da instrução feminina, pois foram as “[...] que primeiro ergueram o brado da liberdade intellectual, e o pendão da illustração feminil, que termulará sobranceiro aos seculos, espancando até os ultimos vestigios das sombras da ignorancia” (PUSICH 1849, n.º 4: 28).

Para além de *A Assembléa Litteraria*, Antónia Gertrudes Pusich fundou também *A Beneficencia. Jornal Religioso e Litterario* (1852-1855) e *A Cruzada. Jornal Religioso e Litterario* (1858), jornais que testemunham o seu carácter pioneiro e interventivo na sociedade. Nestas três publicações, expressa corajosamente a sua opinião acerca de variados temas, permitindo à mulher ter voz num contexto particularmente adverso ao sexo feminino, como foi o século XIX. Como refere Antónia Luísa Cabral Pontes (1849, n.º 4: 28), Pusich, “[...] espancando as trevas em que pertendem submergir a illustração feminil, surge atravez de innumeradas difficuldades a levantar seu brado a favor da nossa liberdade intellectual [...]”.

Vinte anos depois da fundação de *A Assembléa Litteraria*, surge *A Voz feminina. Jornal Semanal Scientifico, Litterario e Noticioso*, cujo primeiro número veio a lume no dia 5 de janeiro de 1868 e que, inicialmente, se assumiu como “exclusivamente collaborado por Senhoras”<sup>5</sup>. Trata-se de um periódico histó-

---

<sup>5</sup> Esta informação é retirada a partir do n.º 4 do jornal, pois a verdade é que, desde o início, este jornal contou com a colaboração de homens, que escreviam sob pseudónimos, como foi o caso do colaborador que escreveu vários editoriais sob o pseudónimo Carlota A.P.

rico, que, juntamente com *O Progresso*, preencheu “[...] os raros «lugares» de discussão pública e de confronto de ideias, ocupados, anteriormente, pelo grupo que se tinha formado à volta das publicações de Pusich” (LOPES 2005: 362).

Ao longo dos vários números, vão sendo transcritos textos de outros jornais que dão conta do acolhimento favorável que esta publicação mereceu entre alguns dos seus pares, como por exemplo *O País* de Coimbra, *A Voz do Povo* do Funchal, *O Eco do Algarve*, *O Egyptaniense*, *A Aurora do Cávado* ou o *Correio dos Dois Mundos*. Estes jornais fazem menções elogiosas a esta publicação, considerando-a fundamental para a defesa da condição feminina, como podemos ler, por exemplo, na transcrição feita a partir do *Correio dos Dois Mundos*:

Com a devida venia transcrevemos do *Correio dos Dois Mundos* a seguinte apreciação que faz da nossa folha: [...]

*A Voz Feminina*, representando pois na imprensa o bello sexo, e sendo bem guiada, isto é, respirando os verdadeiros principios da religião de nossos pais e da boa instrucção, póde, em pouco, alcançar um logar elevadissimo na republica das letras, e dar um nobre exemplo de dedicação pela civilização moderna, que nivella a virtude e o talento, quer do homem, quer da mulher (AVF 1868, n.º 27: 1).

Também o *Egyptaniense* tece rasgados elogios a esta publicação pioneira:

*A Voz Feminina*. – É este o titulo de um excelente jornal, redigido exclusivamente por senhoras, que se publica semanalmente em Lisboa.

Tem artigos primorosos, poesias magnificas.

Á medida que o vamos lendo, sentimo-nos orgulhosos, porque somos portugueses, porque respeitamos a mulher, e suspiramos pela sua emancipação. [...]

Honra a quem teve o nobre arrojo de encetar tão gloriosa publicação; honra ao publico, se lhe prestar o merecido acolhimento (AVF 1868, n.º 33: 1).

No que respeita à estrutura de *A Voz Feminina*, o jornal abria com um editorial, seguindo-se diferentes secções, como a secção literária, das modas, a correspondência, as notícias, artigos didáticos diversos, variedades e anúncios. Os textos abordavam frequentemente temáticas relacionadas com os direitos das mulheres e a defesa da instrução feminina, a religião, a crítica literária e a defesa dos animais, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento intelectual da mulher, através do acesso à informação, diversão e cultura. Neste

sentido, “a imprensa [...] é um dos lugares privilegiados da manifestação do pensamento feminino que luta por uma identidade que lhe era negada pelas estruturas sociais. O jornal é o lugar próprio da manifestação das ideias novas” (RAFAEL 2011: 46).

A grande impulsionadora do jornal *A Voz Feminina* foi Francisca de Assis Martins Wood (1896-?), que contou com o apoio do marido, William Thorold Wood, e com a colaboração de mulheres e homens, que se uniram em prol da causa feminina, num estilo inovador. Como salienta Lopes (2005: 362), “possivelmente nunca antes os problemas foram colocados de maneira tão clara, exaustiva e contundente como nas revistas do casal Wood”.

Entre as colaboradoras deste jornal, surgem nomes como Guiomar Torresão, Mariana Angélica de Andrade, Emília da Maia, Maria Adelaide Fernandes Prata, oscilando entre uma linha mais conservadora, como é o caso de Mariana de Andrade, que era mais moderada e que remetia a mulher para o espaço doméstico<sup>6</sup>, e uma linha mais progressista, representada por Guiomar Torresão, que defendia inclusive o direito da mulher ao voto.

O trabalho destas colaboradoras era muitas vezes dificultado pela opinião geral de que a mulher não podia conciliar as suas tradicionais funções com uma atividade intelectual, considerando-se que a redação em jornais pertencia ao domínio masculino<sup>7</sup>. Esta razão terá levado Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), por exemplo, a recusar o convite para colaborar com *A Voz Feminina*, argumentando que “[...] as folhas diárias, as publicações efêmeras, o jornal emfim, deve ser masculino, exclusivamente masculino, porque só homens tem o espirito positivo que esse genero demanda” (CARVALHO 1868, n.º 25: 4). Atitudes como esta mereceram da redatora uma condenação, aproveitando a situação para criticar duramente a passividade da mulher portuguesa.

Este jornal sofrerá uma alteração, que foi anunciada pela redatora no dia 13 de junho de 1869. Por considerar que o título não era o mais adequado à causa defendida, revela que, a partir do número 77, o jornal surgirá com a designação de *O Progresso*, mantendo, no entanto, o formato original. Também

---

<sup>6</sup> Veja-se um exemplo da sua posição relativamente a esta questão:

“A mulher, sentada à banca do estudo, lendo, pensando e escrevendo, não perde nada da sua dignidade, não deixa de velar pela sua casa, nem falta aos deveres três vezes santos de filha, esposa e mãe; mas se tiver um emprego, se for obrigada a entregar a pessoas estranhas o governo domestico, como ha de ser a guarda incansavel de seus filhos, companheira extremosa de seu marido, anjo bom e protector do seu lar?!” (ANDRADE 1868, n.º 30: 1).

<sup>7</sup> Estas publicações não só permitiram que a mulher expressasse a sua voz, mas também abriram caminho para que estas pudessem aceder à profissão de jornalista, à semelhança do que acontecia em outros países europeus: “Desde então o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, na França e na maioria dos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (PERROT 2007: 35).

neste editorial, Francisca Wood anuncia que deixará de ser a redatora, devido à má publicidade de que era alvo, cedendo o lugar ao marido, não deixando, contudo, de colaborar no jornal e de expressar a sua opinião livremente, como sempre fez.

Este jornal, que foi polémico, constitui um importante legado que nos permite ter acesso à mentalidade da época e perceber as dinâmicas sociais de então. Pode considerar-se como um canal para as reivindicações femininas, dando voz a um grupo privilegiado de mulheres que puderam divulgar a sua luta e ideário ao seu público leitor. Em síntese e tendo por base as palavras de Maria Isabel Ildefonso (1998: 4), podemos caracterizar *A Voz Feminina*

[...] como a mais significativa publicação orientada por mulheres auxiliadas por homens feministas. Apesar da inevitável datação de algumas abordagens, o jornal é extraordinariamente moderno e progressista e grande parte da problemática continua actual: defesa da democracia, da natureza, combate a racismo, à exclusão social e sexual.

## **2. A voz da mulher em favor da instrução nos jornais *A Assembléa Litteraria* e *A Voz Feminina***

Como já referido, no século XIX a imagem da mulher estava ainda muito associada a um ser subalterno e intelectualmente inferior ao homem, por isso a instrução de ambos era diferente, como ilustra a citação que se segue:

[...] the girls' education was focused on the teaching of reading and writing, handicrafts, and Christian doctrine, supplying them with the necessary skills to become good mothers and housewives. In almost all of the curricula there was a differentiation of the subjects to be taught to the two sexes, barring women from those related to, for instance, political and economic life (COELHO; FONTES; KEMMLER 2020: 156).

Esta ideia da mulher como alguém mais limitado era representada, por exemplo, pela sua incapacidade em sustentar uma conversa mais profunda ou discorrer acerca de assuntos que ultrapassassem o domínio feminino. Antónia Gertrudes Pusich dá-nos conta dessa imagem da mulher da sua época no n.º 4 do jornal *A Assembléa Litteraria*:

Aparecem n'uma sociedade, ostentam uma brilhante conversação, fazem ele-

gante figura... encantam os espectadores... seduzem... adquirem nomeada, estudam todas essas apparencias phosforicas; vae um sabio entrar com ellas em discurso... onde está o espirito d'essas fascinadoras beldades?... Evaporou-se! Nem sabem dar uma razão do que dizem!... (PUSICH 1849, n.º 4: 26).

Esta representação da mulher na imprensa da época é uma consequência do papel que a sociedade lhe consignou, pois o objetivo não era que tivesse uma opinião e voz próprias, mas que servisse essencialmente de adorno e de companhia do marido. No editorial do n.º 43 de *A Voz Feminina*, Francisca Wood critica o facto de, desde crianças, as mulheres crescerem num ambiente de frivolidade, em que apenas se valorizava o aspeto exterior. Um exemplo disso era a prática de as meninas de tenra idade acompanharem as suas mães ao teatro, não como forma de aprendizagem ou acesso à cultura, mas apenas para apreciarem as atrizes e os figurinos:

A mamã vai ao theatro, a menina que tem só oito, nove ou dez annos vai tambem; primeira gotta de veneno que cae naquelle coração, o qual áquella hora deveria palpitar tranquillamente entre os lençoes no somno restaurante da infancia. A menina leva o seu leque, as suas flores ou fitas na cabeça, e o seu vestidinho *secundum Raymond* (WOOD 1968, n.º 43: 1).

Esta postura da redatora de *A Voz Feminina* é exemplo da linha seguida por muitos escritos surgidos neste jornal acerca da importância concedida pelas mulheres às modas, criticando a superficialidade da mulher, que, tomando parte da vida social e frequentando o espaço público, deveria preocupar-se com a sua instrução de forma a não ser ridicularizada. Esse devia ser o seu propósito, tal como defendia Adelaide B. S. da C. (1868, n.º 1: 4):

Na nossa humilde opinião é preciso que as Senhoras se façam amar pela sua illustração, pelos seus dotes d'alma, e não só pela moda elegante, porque todas nós sabemos o que tudo isto valle no lar domestico.

Que uma Senhora trate dos seus enfeites é justo e curial, mas que sacrifique toda a sua vida a enfeitar-se como qualquer boneca, julgando que só assim póde agradar, é o que nós não admittimos, porque o julgamos um erro manifesto.

A mulher que privilegiava a instrução era digna de admiração, pois cultivava algo que perdurava no tempo, ao passo que a beleza exterior era efémera. Como refere Andrade (1868, n.º 16: 1), “[...] quando a mulher, embora destituida dos favores da natureza e do toucador, tem uma alma boa e generosa, uma educação

solida e illustrada, torna-se digna da mais justa admiração, e tem encantos que o tempo não desvanece, e a própria desgraça respeita”.

Reconhecendo as limitações e a inadequação da educação feminina de então, afigurava-se como imprescindível uma mudança de mentalidades, erguendo diversas mulheres a voz em favor da educação feminina, único meio para atingir na sociedade o lugar merecido: “É effectivamente pelo estudo que a mulher pode attingir á sua maxima elevação, é por elle que a mulher portugueza deve e ha de rehabilitar-se da desagradavel opinião que as nações estrangeiras formam a seu respeito, suppondo-a analphabeta!” (TORRESÃO 1868, n.º 42: 1).

Para além de contribuir para a formação da mulher, a instrução em geral pode ser vista como uma forma de progresso da sociedade, sendo fundamental combater a ignorância:

A ignorancia popular é um monstro hediondo perigosissimo á existencia das sociedades, que o devem atacar, exterminar. Assim pois, todo o ente humano que jaz nas trevas da ignorancia podendo caminhar á luz gloriosa da sabedoria, representa uma fracção de força inutilisada para a sociedade; um agente infructuoso porque nunca foi desenvolvido (WOOD 1869, n.º 79: 1).

Antónia Gertrudes Pusich, por diversas vezes, alude à instrução dos povos como condição necessária para a prosperidade das nações, apelando ao Governo que tome esta causa como sua e que invista no garante do seu futuro:

Se o Parlamento, se o Governo trabalham de coração pelo bem deste paiz, eis a occasião de o mostrar; de nos convencer!... Cuidem na instrucção publica – empreguem todos os seus esforços; destine os meios – firmem as Escolas convidem a coadjuval-os todos aquelles que estiverem competentemente habilitados a ensinar o povo, ou a concorrer por algum modo para tão justa e grandiosa empresa (PUSICH 1854, n.º 15: 1).

Esta pioneira não se inibe de imputar responsabilidades, expressando sempre a sua opinião sem receios e lutando por aquilo que considerava ser o mais vantajoso para a sociedade. No que respeita à instrução feminina, Pusich preocupava-se particularmente com as meninas das classes média e baixa, por serem as que existiam em maior número na sociedade e as mais necessitadas. Nestes casos, a instrução era vista como uma causa social, servindo também como forma de reabilitar a sociedade, evitar a mendicidade, que lhes estava frequentemente reservada, e moralizar os povos. Fica aqui bem plasmado o seu carácter interventivo em favor da beneficência pública.

No caso concreto das meninas das classes nobres e abastadas, Pusich considerava que estas teriam outros meios que lhes permitiriam ter acesso a uma boa instrução. No entanto, o que se constatava é que entre as mulheres mais ricas não se privilegiava a instrução feminina, como nos permite perceber o testemunho feito por uma leitora de *A Voz Feminina*, que lamenta o facto de nunca se ter interessado pela instrução, sendo ‘ignorante e mal educada’ e considerando que a sua condição económica lhe bastava: “Sabe que mais, mamã, eu sou muito rica e a mamã dizia-me, quando eu tinha oito e nove annos, que eu não precisava saber!” (AVF 1868, n.º 4: 4).

Francisca Wood insurge-se em diferentes momentos contra as mulheres que nada mais almejavam do que o toucador e os teatros, pretendendo agitar as consciências femininas e fazê-las sair do estado de letargia em que se encontravam: “Não queremos a mulher creança, piegas, banal, como a sociedade a tem feito; queremos-la sensata, nobre, intelligente, economica, elegante, como *deve ser*; como *pode ser*, como *Deus a fez*” (WOOD 1868, n.º 43: 2).

Neste sentido, a instrução era vista como a chave para a resolução destes problemas, sendo, no entanto, necessário refletir sobre o tipo de instrução dado às mulheres e o que se pretendia, uma vez que havia muitas matérias que lhes eram vedadas.

Contrariando esta perspectiva de que a mulher era intelectualmente inferior e que não tinha estrutura física e mental para receber uma educação mais esmerada, já no século XVIII surgiam vozes, como a de Luís António de Verney (1713-1792) e António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), que defendiam a educação feminina, tendo por base as ideias modernas de tratadistas franceses, como François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715) e Charles Rollin (1661-1741).

Na sua obra *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja* (1746), Verney (1746, II: 291-300) apresenta, no final da última das suas 16 cartas, um breve apêndice dedicado ao “ESTUDO DAS-MOLHERES”, no qual defende que “Polo que toca à capacidade, é loucura persuadiar-se que as Molheres tenham menos, que os Omens”. Refletindo acerca da mulher portuguesa setecentista, constata a generalizada falta de conhecimentos.

Neste sentido e porque considerava a instrução da mulher fundamental, Verney apresenta neste apêndice uma proposta de programa para o ensino feminino, que deveria contemplar a aprendizagem da Língua Materna, Aritmética, História, Economia, Trabalhos Manuais, Dança e Latim.

Um século depois, a questão das disciplinas a serem estudadas pelo sexo feminino continuava a merecer destaque e é abordada por Maria Adelaide Fernandes Prata, uma correspondente do Porto, no n.º 4 de *A Voz Feminina*,

que considerava a utilidade de as raparigas estudarem Geografia, Matemática e Astronomia e lamentava que, em vez disso, despendessem tantas horas a estudar piano. Termina esta correspondência com um apelo, que resume a sua intervenção: “Antes tocar menos e cuidar mais das letras” (PRATA 1868, n.º 4: 3).

Para além do piano, as meninas também estudavam francês, que na época gozava de grande prestígio junto das classes mais elevadas da sociedade. Criticando a superioridade atribuída pelas mães de família a esta língua, Maria Adelaide Prata lamentava o facto de não se conferir a devida atenção à língua materna, o que culminava numa aprendizagem sofrível das duas línguas: “[...] o que acontece, é que ellas enthusiasmas com uma lingua estranha, que aprendem quasi sempre de leve, ignoram a riqueza da sua, que fallam mal e escrevem peor” (PRATA 1868, n.º 3: 3).

Concordando com Maria Adelaide Prata, outra correspondente deste jornal enfatiza anedoticamente as deficiências evidenciadas pelas mulheres portuguesas no que respeita ao uso da língua materna, defendendo que a redatora não deveria aceitar contribuições em que não se respeitasse o uso correto da língua:

Realmente faz vergonha ouvir meninas (assim com as que já não são meninas) que se prezam de fallar francês; que se assentam ao piano e tocam um bello potpourri, dizerem na lingua materna:

«Ó Quinquinha comestes hoje o *espernegado*?»

«Não comi, porque cahio *ferrugem* na cassarola!

«Pois olha *hades* comer amanhã!!» (W. 1868, n.º 5: 2).

As dificuldades evidenciadas pelas mulheres não se circunscreviam apenas ao domínio da língua portuguesa, carecendo também de noções básicas e elementares, consequência da instrução limitada que lhes era ministrada. Como se sabe, na época, geralmente as raparigas não ultrapassavam o nível mais elementar da escolarização e apresentavam elevados índices de analfabetismo, como se pode comprovar pela análise do *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, que, reportando-se ao ano de 1878, informa que existiam 2 120 501 analfabetas face aos 1 631 273 de analfabetos (CARVALHO 2008: 614). Tal falta de escolarização é evidenciada, por exemplo, por Luísa H. P. (1969, n.º 66: 2) em *A Voz Feminina*:

A maior parte das senhoras, com honrosas excepções, ignoram as simples noções de physica, a posição geographica do seu paiz, as partes em que o

mundo é dividido, as leis que governam os corpos, a historiapatria e outras cousas, que é de grande conveniencia saberem, e que infelizmente ignoram, repito com honrosas excepções.

Uma consequência desta falta de instrução é a lamentável constatação que Antónia Gertrudes Pusich faz em *A Assembléa Litteraria* de que, face à imperiosa necessidade de criação de novas escolas, as mulheres não poderiam assumir a função de professoras, pela falta de conhecimentos que evidenciavam:

Poucas senhoras sabem escrever bem; não digo só do bem lançado, ou da bonita forma da letra; mas da orthographia, e mais circumstancias precisas; poucas senhoras sabem fallar o patrio idioma, porque não aprenderam grammatica. E como hão de ensinar os outros? (PUSICH 1849, n.º 4: 26).

Recorde-se que, em Portugal, apesar da boa vontade governamental em colmatar a carência ao nível da instrução feminina, só em 1816 se aplica a resolução régia de 1790<sup>8</sup> e se instalam as 18 escolas de meninas previstas na cidade de Lisboa, do mesmo modo que se nomeiam as três primeiras mestras régias de ler, escrever e contar<sup>9</sup>. Tal atraso poder-se-á explicar não só por razões de carácter financeiro, mas também pelo próprio preconceito existente em torno do ensino feminino (FERNANDES 1994: 174).

Na opinião de Pusich, uma vez que as mulheres não possuíam a formação necessária, dever-se-iam limitar a ministrar conteúdos próprios do seu sexo, como coser, fiar, bordar e música, não causando, assim, danos na aprendizagem das meninas. Como a própria assume, lamentavelmente, teria de caber ao homem a tarefa de ministrar os conteúdos mais complexos, até que as mulheres reunissem condições para assumirem estas funções.

Como se sabe, só em meados do século é que se dá o primeiro passo para a preparação profissional das professoras, sendo necessário esperar pela década de 1860 para que entrasse em funcionamento a primeira Escola Normal do sexo feminino de Lisboa (GOMES 1996: 37). É precisamente a pensar na necessidade de preparação científica e pedagógica das professoras que D. António da Costa, enquanto ministro da Instrução Pública, determinou a criação, em 1870, de duas escolas Normais, em Lisboa e no Porto, destinadas ao sexo feminino.

Como autor, Costa assumiu-se como um defensor da instrução feminina

---

<sup>8</sup> Para a transcrição desta Resolução, veja-se FERNANDES (1994: 613).

<sup>9</sup> Margarida Jesus, Maria Procópio e Teresa Rosa de Jesus podem ser consideradas as três primeiras professoras do ensino primário oficial em Portugal (NÓVOA 1987: 422).

no século XIX, tendo-lhe dedicado um capítulo na sua obra *A Instrução Nacional*, publicada em 1870, na qual, entre outros aspetos, lamentava a reduzida escolarização feminina e defendia inclusive que, “[...] na duvida, a educação do sexo feminino seja preferida á do sexo masculino. Bastaria a razão de que um homem educado pôde deixar os filhos por educar; uma mulher, não os deixará de certo” (COSTA 1870: 127). No entanto, opunha-se ao acesso da mulher a patamares mais elevados, afastando-a da “[...] emancipação politica e scientifica [...]” (COSTA 1870: 142).

Como se verifica pelas palavras de D. António da Costa, vivíamos ainda numa sociedade muito conservadora, em que mesmo homens que reconheciam direitos à mulher não aceitavam a sua emancipação. Continuaria, assim, a existir uma grande desigualdade que se verificava particularmente no tipo de instrução ministrada ao homem e à mulher, defendendo-se que “[...] uma instrução de alto nível não era possível nem desejável para as raparigas, argumentando com a sua pretensa inferioridade intelectual e com o facto de, assim, se eximirem aos deveres familiares” (VAQUINHAS 2005: 76).

A este propósito, como muito bem questiona Francisca Wood (1869, n.º 93: 1), “o que seria o homem se a sua educação se limitasse ao estudo *puramente manual* do piano, a escrever, a ler duas ou tres linguas e a falla-las pessimamente, aos primeiros rudimentos de geographia, a coser, bordar crochet, etc. etc.” Neste sentido, e na linha do que já havia sido feito por Antónia Gertrudes Pusich, Francisca Wood apela a que se dessem as mesmas condições às mulheres e que se lhes permitisse o acesso à ciência. Certamente não seriam poucas as que igualariam ou ultrapassariam o homem em inteligência.

## Considerações finais

Em Portugal, o século XIX ficou marcado pelo surgimento da imprensa periódica feminina, desempenhando esta um papel importante num contexto muito desfavorável à mulher. A escrita na imprensa, nomeadamente em jornais como *A Assembléa Litterária* e *A Voz Feminina* (este último de pendor mais progressista), veio permitir a um grupo privilegiado de mulheres expressar a sua voz e os seus anseios, numa altura em que ainda não existiam associações ou outros movimentos feministas que lutassem em favor dos direitos da mulher. A imprensa periódica feminina constitui-se, assim, como uma importante fonte de investigação, que fornece um manancial de informação acerca da mulher e das suas vivências, permitindo-nos conhecer a mentalidade e a panorâmica social da época.

Num momento inicial, a imprensa periódica feminina destinava-se às mulheres, mas era pensada e produzida por homens, que mantinham a sua visão sexista, facto visível na escolha e na abordagem dos temas publicados. No entanto, nem todos os periódicos se acomodaram a esta visão mais redutora e tradicional da mulher e, em meados do século, surgiu o jornal *A Assembléa Litterária*, que se assumiu como um meio para o desenvolvimento cultural das mulheres, abrindo-lhe assim as portas da atividade intelectual. A esta publicação juntou-se *A Voz Feminina*, com um carácter ainda mais progressista, pretendendo agitar as mentalidades da época. Nestas publicações, muitas mulheres despiam os véus que as cobriam, assumindo corajosamente a autoria daquilo que escreviam e os ideais por que lutavam.

Uma das bandeiras destes dois periódicos foi precisamente a luta pela instrução feminina, alicerce fundamental para as mulheres alcançarem um estatuto que ultrapassasse as suas habituais funções domésticas. Com o presente estudo, procuramos destacar precisamente os textos destes jornais em que as mulheres reivindicaram o direito à instrução feminina. Neste âmbito, e de forma a contrariar a ignorância associada ao sexo feminino, as mulheres que escreveram nos jornais defenderam a criação de mais escolas, a possibilidade de o ensino ultrapassar o nível elementar para que pudessem ter acesso a outro tipo de profissões, a inclusão no currículo de disciplinas que lhes estavam habitualmente vedadas, por se considerar que não detinham capacidade intelectual para as estudar ou ainda uma formação mais adequada para que pudessem ser as mulheres a assegurarem o ensino.

Estes jornais e as temáticas neles tratadas evidenciam, assim, uma clara mudança nos gostos e interesses da mulher oitocentista, que deixa de ser apenas ouvinte e passa a socorrer-se da caneta para começar a expressar as suas preocupações. A sua participação na imprensa periódica terá contribuído para o ambiente de mudança que se fazia sentir no final do século, numa altura em que começavam a surgir os ideais republicanos, que valorizavam a educação feminina, considerada como a chave para a emancipação social e económica da mulher, para a igualdade de direitos entre os dois sexos e o acesso a diversas profissões.

Em síntese, nestes jornais, as mulheres lutaram pela dignidade do sexo feminino e por uma maior igualdade de direitos relativamente ao homem. “A mulher livre ao lado do homem livre” é o lema do jornal *A Voz Feminina*, que surge no cabeçalho a partir do n.º 51, uma audaz proposta na época e que constituiria uma solução para muitos dos problemas aqui apontados.

## Bibliografia

### Fontes

- ANDRADE, Mariana Angélica de (1868). “Lisboa 3 de Maio de 1868”. *A Voz feminina*, 16, 1.
- ANDRADE, Mariana Angélica de (1868). “Lisboa 9 de agosto de 1868”. *A Voz feminina*, 30, 1.
- ANÓNIMO (1801). *Elementos da civilidade e da decencia, para instrucção da mocidade de ambos os sexos. Traduzidos do francez em vulgar e divididos em tres partes*. Lisboa: Typographia Rollandiana.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “A Voz Feminina”. *A Voz feminina*, 27, 1.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 4, 4.
- AVF = *A Voz feminina* (1868). “Lisboa 30 de Agosto de 1868”. *A Voz feminina*, 33, 1.
- B. S. da C., Adelaide (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 1, 4.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 25, 4.
- COSTA, D. António da (1870). *A Instrucção Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António da (1893). *A mulher em Portugal*. Lisboa: Livraria Féris.
- DESENGANO, Amador do (1761). *Espelho critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das Mulheres, fabricado na loja da verdade pelo Irmaõ Amador do Dezenzano, que pôde servir de estimulo para a reforma dos mesmos defeitos*. Lisboa: Antonio Vicente da Silva.
- H. P., Luísa (1869). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 66, 2.
- JESUS, Gertrudes Margarida de (1761). *Primeira [Segunda] Carta Apologetica, em favor, e defesa das mulheres, escrita por Dona Gertrudes Margarida de Jesus, ao Irmaõ Amador do Dezenzano, Com a qual destroe toda a fabrica do seu Espelho Critico*. Lisboa: Francisco Borges de Sousa.
- PONTES, Antónia L. Cabral (1849). Sem título. *A Assembléa Litteraria*, 4, 28-29.
- PRATA, Maria Adelaide Fernandes (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 4, 3.
- PRATA, Maria Adelaide Fernandes (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 3, 3.
- PUSICH, Antónia Gertrudes (1849). “Educação”. *A Assembléa Litteraria*, 4, 25-28.
- PUSICH, Antónia Gertrudes (1854). “Instrucção Publica”. *Beneficencia*, 15, 1.
- VERNEY, Luís António (1746, II). *Verdadeiro metodo de estudar, igreja. Pro-*

- porcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. polo R. P. \*\*\* Barbadinho da Congregasam de Italia, ao Coimbra. Tomo segundo. Valensa: Antonio Balle. W. (1868). “Correspondencia”. *A Voz feminina*, 5, 2.
- WOOD, Francisca (1868). “Escripto dedicado ao Ill.<sup>mo</sup> SR. JP T. Cardona, distincto folhetista da «Gazeta da Beira.»”. *A Voz feminina*, 43, 1-2.
- WOOD, Francisca (1869). *O Progresso*, 79, 1.
- WOOD, Francisca (1869). “Lisboa 24 de Outubro de 1869”. *O Progresso*, 93, 1.

## Estudos

- ALBISETTI, James C.; GOODMAN, Joyce; ROGERS, Rebecca (2010). *Girls' Secondary Education in the Western World: From the 18th to the 20th Century*. New York: Palgrave Macmillan.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder (1990). *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática.
- CARVALHO, Rómulo (2008). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COELHO, Sónia; FONTES, Susana (2019). “Antónia Gertrudes Pusich e a defesa da instrução feminina no século XIX”. *Faces de Eva, Revista de Estudos sobre a Mulher*, 41, 107-119.
- COELHO, Sónia; FONTES, Susana; KEMMLER, Rolf (2020). “The female contribution to language studies in Portugal”, in W. Ayres-Bennett e H. Sanson (eds.), *Women in the History of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 145-166.
- FERNANDES, Rogério (1994). *Os caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1996). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte (1998). *As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O Jornal A Voz Feminina (1868-1869)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEAL, Maria Ivone (1992). *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- LOPES, Ana Maria Costa (2005). *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- LOPES, Ana Costa (2018). “Tendências progressistas e conservadoras na imprensa periódica feminina portuguesa de Oitocentos”. *Miscelânea*, v.

24, jul-dez, 27-43.

- MANCINI, P. (2005). “Is there a European model of journalism?” in Hugo de Burgh (ed.), *Making Journalists*. Londres: Routledge.
- MATTOSO, José (dir.) (2011). *História da Vida Privada em Portugal*, volume III - *A Época Contemporânea* (coordenação de Irene Vaquinhas). Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (2003). “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, 1, 225-233. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso) (consultado em 4 de setembro de 2020).
- NEVEU, E. (2001). *Sociologie du Journalisme*. Paris: Edition La Decouverte.
- NÓVOA, António (1987). “Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)”. *Análise Psicológica*, 3/5, 413-440.
- NÓVOA, António (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa.
- PEDRO, Carlota Maria Conceição Aires (2006). *A Educação feminina no século XIX em Portugal: em busca de uma consciência*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- PERROT, Michelle (2007). *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Córrea. São Paulo: Editora Contexto.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord.) (1998, 2002). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RAFAEL, Gina Guedes (2011). *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: Testemunhos e Problemas*. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- RUIZ, Betina dos Santos (2009). *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII. Os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L.D.P.G. e outros nomes (quase) anónimos*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SALVADOR, Teresa (2009). “Em torno dos periódicos femininos”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 26, 95-117.
- SILVEIRINHA, Maria João (2012). “As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-classificação da História do jornalismo”. *Comunicação e Sociedade*, vol. 21, 165-182.
- STEARNS, B. (1933). “Early English Periodicals for Ladies (1700–1760)”. *PMLA/Publications of the Modern Language Association of America*, 48(1), 38-60.

- STONE, Maria Emília (2005). “Antónia Gertrudes Pusich”, in Zília Osório de Castro e João Esteves (dir.), *Dicionário no feminino (século XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 127-129.
- SULLEROT, Evelyne (1966). *Histoire de la presse féminine en France des origines à 1848*. Paris: A. Colin.
- TALAN, Nikica (2005). “In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich”. *SPRAZ L*, 145-192.
- TORRES FEIJÓ, Elias José (2005). “Cartas apologéticas, cartas polemistas. As cartas apologéticas de Gertrudes Margarida de Jesus. Argumentação e inovação”, in Vanda Anastácio (ed.), *Correspondências. Usos da Carta no Século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri, 223-253.
- TORRESÃO, Guiomar (1868). “Á minha amiga e collega a Ex.<sup>ma</sup> SR.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Marianna A. de Andrade”. *A Voz feminina*, 42, 1.
- VAQUINHAS, Irene (2005). *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VAQUINHAS, Irene (2011). *‘Senhoras e mulheres’ na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, Coleção Colibri História.

# “Consommé, glacé, fricassé”. Francesismos na terminologia culinária em *Arte de cozinha* de João da Matta

“Consommé, glacé, fricassé”. French terms in the culinary book of João da Mata

GUIDA CÂNDIDO<sup>1</sup>

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Faculdade de Letras  
guida.silva.candido@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-3694-4885>

Texto recebido em / Text submitted on: 12/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 03/09/2021

**Resumo.** Contextualizando o valor e preponderância da culinária francesa no panorama internacional, tecem-se breves considerações sobre a influência dessa cozinha no receituário nacional dos séculos XIX e XX. Reflete-se sobre os meios de introdução dos “francesismos” culinários na língua portuguesa, analisando a terminologia francesa na obra *Arte de Cozinha* de João da Matta (1876). Procura-se sistematizar esse léxico em diferentes categorias: nomes culinários; nomes comuns metaforicamente usados na cozinha; nomes geográficos; nomes próprios; vocábulos exclusivos de livros de cozinha e termos caídos em desuso, observando a sua relevância na literatura culinária portuguesa. Esta análise apoia-se na tese de licenciatura em Filologia Românica com o título *Francesismos na terminologia da culinária portuguesa*. Apresentado em 1953 por Maria José Osório dos Santos Carvalheira à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, este trabalho pioneiro propõe uma reflexão sobre a apropriação desses vocábulos e as diferentes formas como se introduziram no quotidiano português.

**Palavras-chave.** Francesismos, culinária, *Arte de Cozinha*, João da Matta.

**Abstract.** After contextualizing French cuisine importance and dominance in the international panorama, brief considerations are made about its influence in 19th and 20th centuries national recipes. It reflects on the ways of introducing culinary “Frenchisms” in Portuguese language, analyzing French terminology in the work *Arte de Cozinha* (1876) by João da Matta. We try to systematize this lexicon in different categories: culinary names; common names metaphorically used in the kitchen; geographical names; surnames; exclusive vocabulary from cookbooks and terms that have fallen into disuse, noting their relevance in the Portuguese culinary literature. This analysis is supported by the bachelor thesis in Romanesque Philology with the title *Francesismos na terminologia da culinária portuguesa* presented in 1953 by Maria José Osório dos Santos Carvalheira to the Faculty of Humanities of the University of Coimbra. This pioneering work proposes a reflection on the appropriation of these words and the different ways in which they were introduced into Portuguese daily life.

**Keywords.** Frenchisms, Cooking, *Arte de Cozinha*, João da Matta.

<sup>1</sup> Bolseira FCT - SFRH/BD/146062/2019.

## **Cozinha francesa: breve análise da preponderância internacional e influência na cozinha portuguesa do século XIX até ao Estado Novo**

A influência da culinária francesa nas cozinhas de outras nações tem sido objeto de estudo por diversos autores (FLANDRIN 2001; HYMAN 2001; BRAGA 2004; MEYZIE 2009; BRUEGUEL ET LAURIOUX 2002, entre outros), revelando ser terreno profícuo para a investigação dos patrimónios alimentares. Um dos aspetos que desperta mais interesse aos investigadores é conhecer quais os atores na difusão e na receção do gosto alimentar francês, bem como medir a influência dessa cozinha noutras, ou seja, compreender se acontece uma adoção significativa por parte do país influenciado ou se se verifica um processo de apropriação e mestiçagem (MEYZIE 2009: 182). Flandrin defende que “em toda a Europa Ocidental, as cozinhas medievais [...] apresentaram [...] características comuns que as diferenciam claramente das cozinhas europeias dos séculos XIX e XX.” (2001: 237). Do século XVI ao século XVIII, a influência da cozinha francesa predomina no receituário publicado. Pode-se falar de uma “modernização à francesa”, sendo que essa modernidade do gosto se manifesta tanto ao nível da escolha dos alimentos como da sua preparação. A partir da segunda metade do século XVI, aumenta o número de pratos de legumes (entenda-se hortaliças e leguminosas) nos livros de cozinha não significando que sejam consumidos em abundância. Nos grupos privilegiados o seu consumo é reduzido decorrente das teorias humorais em vigor. O peru entra nos hábitos dos europeus e abandonam-se progressivamente o consumo de aves hoje consideradas excêntricas, como o alcatraz, o pavão, o cisne ou o grou, o mesmo sucedendo com mamíferos marinhos, como as focas. A partir do século XVIII, das mesas reais começam a desaparecer caprinos e ovinos, resgatando-se o interesse pelo boi, mas conservando-se o porco em clara desvalorização, à exceção do toucinho e do presunto. No que respeita à transformação das técnicas e das preparações, constata-se que “os cozinheiros franceses dos séculos XVII e XVIII, tal como os da Idade Média, sujeitaram muitas vezes as carnes a várias cozeduras sucessivas”. Porém, existe a preocupação de conservar o sabor natural dos alimentos (FLANDRIN 2001: 237-245). Mas é na transformação da condimentação que se observam as mudanças mais significativas, justificando uma verdadeira mutação do gosto. Especiarias e acidulantes perdem o protagonismo em proveito de condimentos gordos, como as natas e a manteiga, mais delicados e discretos. Ademais, desde o século XVII, a proporção de açúcar nas receitas começa a diminuir, embora a sua utilização aumente por toda a Europa, anunciando a democratização do seu consumo. Se antes se encontra nos diferentes momentos da refeição, os

pratos adoçados tendem agora a concentrar-se no final da mesma (FLANDRIN 2001: 246-249).

A influência da cozinha francesa verifica-se de forma geral por toda a Europa, materializando-se na difusão de produtos alimentares, nos hábitos de comensalidade e tendências partilhadas, não tendo, todavia, a mesma expressão em todas as regiões.

Em suma, “a influência da cozinha francesa sobre o gosto das elites sociais europeias foi particularmente marcante ao nível dos tratados de culinária”, uma vez que, em diversos países, os livros de cozinha editados limitam-se a traduções ou adaptações de tratados franceses (FLANDRIN 2001: 257).

Esta literatura culinária constitui um dos principais pilares na disseminação da cozinha francesa, cuja dinâmica editorial, sobretudo datada da segunda metade do século XVII até ao século XVIII, é significativa face a outros territórios europeus. A par desta difusão editorial, os viajantes, nas suas mais diversas funções, exercem um papel relevante neste processo, tal como a mobilidade de diversos cozinheiros franceses pelas cortes europeias. A partir do século XIX, os restaurantes, estabelecimentos de inspiração francesa, operam uma transformação identicamente incisiva na referida preponderância da cozinha francesa. Por último, um aspeto relevante nesta dinâmica de transmissão de modas e gosto está agregado ao movimento de embaixadores entre cortes e aos próprios consórcios reais que permitem a contaminação de gostos, práticas e padrões que valorizam a mesa francesa (MEYZIE 2009: 191-195).

No contexto nacional são identificáveis diversas influências estrangeiras, sobretudo devido ao percurso pessoal dos autores dos livros de cozinha, “alguns dos quais serviram em diversas cortes antes de se estabelecerem em Portugal” e também fruto da leitura e sucessivas cópias de receituários. Resgatando o primeiro livro de culinária escrito e impresso no território nacional, em 1680, por Domingos Rodrigues, identificam-se pratos preparados à moda de França, “tais como empadas, frangões, galinha em potagem, olha e perdizes assadas” (BRAGA 2004: 239). Não obstante, as receitas cuja nomenclatura revela a influência estrangeira, não se restringem à cozinha francesa. Lucas Rigaud, em 1780, com o *Cozinheiro Moderno*, aponta para um maior conhecimento da culinária europeia, uma vez que refere ter exercido o ofício em diferentes cortes e casas, sofrendo a influência de Vincent La Chapelle, em cuja estada em Portugal terá eventualmente cozinhado para D. João V.

A primazia do receituário de matriz francesa mantém-se ao longo do século XIX, com destaque para as obras de Visconde Vilarinho de São Romão que, em 1841, retoma a obra de Madame Aglaet Adanson, de João da Matta (1876) e de Paul Plantier (1870), sendo algumas preparações “à moda de França” ou

designadas com termos franceses comuns nas duas obras.

A contar do século XVII, o nosso vocabulário reúne numerosos termos invulgares, alvo de estudo pela escritora e professora universitária Carolina Michaelis<sup>2</sup>. Nesse domínio, será a França o país que mais influencia o nosso léxico, com centenas de vocábulos adotados, respeitantes à sua gastronomia (CARVALHEIRA 1953: 53).

As relações das cortes portuguesa e gaulesa contribuem de forma inequívoca para disseminar o gosto e léxico francês. Os livros de cozinha daquele país constituem veículo privilegiado dessa propagação lexical e, da mesma forma, a introdução dos menus no século XIX, escritos maioritariamente naquele idioma. Entretanto, “a terminologia francesa não se estendeu a todas as classes sociais”, sendo do conhecimento dos estratos populares alguns termos de uso mais comum como *puré*, *omelete*, *creme* e, em contexto citadino, *filete* e *croquete*. Nos meios privilegiados, a hierarquia estabelece-se de acordo com o grau de conhecimento dos termos, estando no domínio das classes superiores vocábulos como *foie-gras*, *hors-d’oeuvre*, *petits-fours*, *gratin* ou *consommé* (CARVALHEIRA 1953: 69).

A cozinha francesa é reconhecida como símbolo de modernidade e poder, materializando o domínio de um país exportador e elitista por ser exclusiva de um grupo restrito. Nesse particular, corresponde a um novo estilo de vida e a “uma rutura em relação à cozinha nacional regulada pela tradição e pelos costumes” (QUEIROGA 2015: 127).

## **Francesismos culinários na língua portuguesa: análise do léxico na obra de João da Matta**

Corre o ano 1953 quando Maria José Osório dos Santos Carvalheira apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a sua tese de licenciatura em Filologia Românica com o título *Francesismos na terminologia da culinária portuguesa*. Trata-se de um trabalho pioneiro nesta área de estudos que propõe uma reflexão sobre o modo como nos apropriámos desses vocábulos e as diferentes formas como se introduziram no quotidiano português. Justifica a escolha do seu tema lembrando que o “estudo dos estrangeirismos que se têm introduzido em Portugal preocupou sempre todos os que se interessam por conservar a vernaculidade da língua pátria” (1953: I).

Carvalheira consulta mais de três dezenas de livros de culinária e cerca

---

<sup>2</sup> Para um estudo mais aprofundado deste assunto, tome-se como referência VASCONCELOS 2012.

de uma vintena de revistas. Nesta seleção, a maioria da obra consultada é da primeira metade do século XX, embora alguns livros não apresentem a indicação da data de edição. Nas obras, a influência francesa é manifesta revelando receitas rotuladas em francês: “Umaz vezes os francesismos são conservados sem alterações; outras vezes são aportuguesados ou traduzidos; outras ainda [...] tornam-se franceses nomes genuinamente portugueses” (1953: 56-57). Nesse conjunto, destaca-se, pela busca em manter a fidelidade ao vocabulário português, a obra *Tratado completo de cozinha e copa*, na qual Carlos Bento da Maia procura aportuguesar os francesismos e substituí-los por expressões nossas, embora em algumas situações opte por empregar a terminologia francesa “para que os portugueses possam compreender”, como no caso de charcutaria (MAIA 1904: 137).

Na análise de Carvalheira surgem meia dúzia de títulos anteriores ao século XX, como o primeiro livro de culinária impresso em Portugal (1680), *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues<sup>3</sup>; o manuscrito de Francisco Borges Henriques de 1715 que, de acordo com as suas palavras, atendendo à “letra pouco legível, poucas informações [conseguiu] colher.” De 1863, e sem autoria indicada, analisa o *Tesouro do cozinheiro, confeitiro e copeiro* e, a encerrar o século XIX, a 2.<sup>a</sup> edição de 1877 de Paul Plantier, *O cosinheiro dos cosinheiros*<sup>4</sup> e *Cozinha e Copa* de António de Macedo Mengo de 1887 (CARVALHEIRA 1953: 269-273). À data da sua pesquisa, não lhe foi possível consultar duas obras relevantes, indisponíveis nas bibliotecas: *Cozinheiro popular das famílias portuguesas e brasileiras* de 1890 e *Arte de Cozinha* de João da Matta, cuja primeira edição é de 1876. Tomaremos este último como objeto de análise sobre o tema em apreço, em virtude de ser uma obra muito profícua, porquanto o cozinheiro “usou e abusou de termos franceses quer na designação das receitas quer até nos ingredientes e nos utensílios” (BRAGA 2004: 241)<sup>5</sup>.

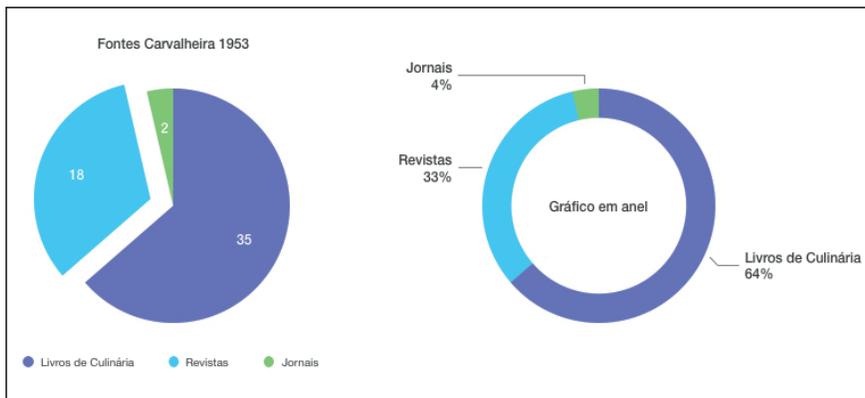
---

<sup>3</sup> A autora consultou a edição de 1693.

<sup>4</sup> A data da primeira edição é 1870.

<sup>5</sup> Não se considerou neste levantamento dos termos em francês o prefácio à obra da autoria de Alberto Pimentel.

**Gráfico 1.** Fontes consultadas em CARVALHEIRA 1953



Fontes: CARVALHEIRA 1953.

Esta análise não procura biografar João da Matta, embora se apresente uma breve contextualização sobre o cozinheiro e a sua obra. O autor terá nascido em 1818 e, supõe-se, morre no final da década de 1890, já octogenário. Filho de cozinheiro, de quem herda o nome e o talento, assume, desde cedo, as suas qualidades de cozinheiro em algumas das mais ilustres casas lisboetas. Autonomiza-se com restaurantes que se tornam icónicos, o primeiro dos quais em 1848, seguindo-se outros espaços que o catapultam para o reconhecimento público.

A editora Mattos Moreira, em Lisboa, edita em 1876 o seu livro com 10 jantares completos e “muitas receitas de cozinha ao alcance de todos – uma variada secção de doces, massas, molhos, caldos e compotas – maneira de pôr a mesa e de a servir”. A obra alcança extraordinário sucesso junto do público, conduzindo a várias reedições, a primeira em 1882. Na terceira, de 1888, o autor agradece essa receptividade e dá conta do acréscimo de cem preparações face à edição original (MATTÁ 2017: V). No derradeiro ano do século XIX surge nova reedição e na primeira metade do século XX são conhecidas as correspondentes aos anos 1904, 1924 e 1947 (RÊGO 1989: 70). Na segunda metade desse século existem seguramente cinco reedições pela editora Vega (MATA 1993: 5).

Em consonância com a tendência estrangeira nos livros de cozinha, com destaque para França, João da Matta inclui no seu livro pratos de diferentes latitudes. A obra é editada durante o reinado de D. Luís e D. Maria Pia, introdutores na mesa real do serviço *à russa*. Este serviço é amplamente descrito pelo

cozinheiro que lhe dedica um capítulo: *Arte de Servir à Mesa*. O prefácio da primeira edição d' *Arte de Cozinha* é da responsabilidade de Alberto Pimentel que, sobre o autor, afirma “o talento deste homem zomba do próprio nome! Chama-se Mata e restaura, conforta, avigora, vivifica! Ele tem feito de Lisboa a miniatura culinária de Paris.” (MATTA 2017: XII-XIII). Trata-se de uma inequívoca defesa da cozinha francesa, em oposição às marcas portuguesas que considera desprestigiadas. Adianta que se deve a João da Matta a possibilidade de os estrangeiros jantarem “em Portugal sem comer dobrada, orelheira e canja, o que faz com que os estrangeiros já nos não visitem receosos do porco e do arroz!” (2017: XII-XIII). No entanto, ao contrário de outros autores, como Domingos Rodrigues e Lucas Rigaud, João da Matta embora pratique uma cozinha de matriz francesa e com receitas oriundas dessa região, não indica nenhuma receita designada à francesa<sup>6</sup>.

Mas voltemos ao estudo de Carvalheira. A autora procura criar uma sistematização das centenas (312) de termos que recolhe, tentando “agrupar em categorias diversas, trabalho que [verifica] ser difícil. E que não é possível estabelecer, com certeza, limites no conhecimento de cada termo”. Da análise dos vocábulos, resultam “três grupos: os mais conhecidos, os menos conhecidos e aqueles que aparecem apenas nos livros. É óbvio o critério desta ordenação” (1953: II-III)<sup>7</sup>.

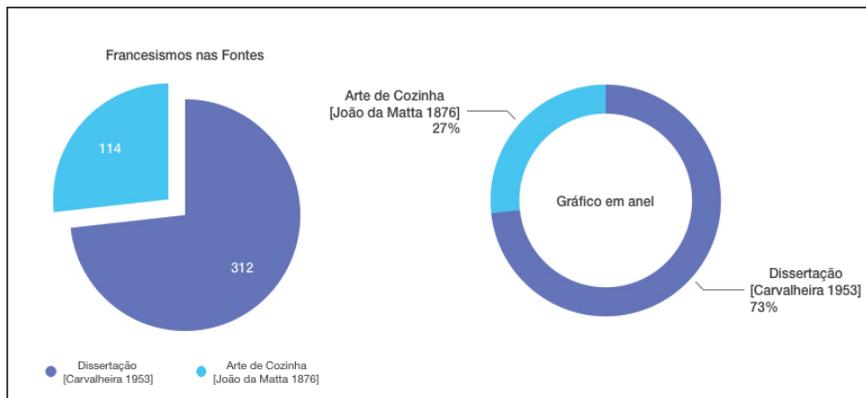
Dentro da família dos termos comuns, a autora distingue ainda quatro categorias, a saber: nomes culinários propriamente ditos; nomes comuns metaforicamente usados na cozinha; nomes geográficos; e nomes próprios. Usaremos a mesma categorização na análise à obra de João da Matta, cruzando os termos evidenciados no livro do cozinheiro, confrontando-os com o levantamento que Carvalheira realiza no seu estudo e acrescentando os que a autora não regista.

---

<sup>6</sup> Domingos Rodrigues indica treze receitas “à francesa”, sobretudo para aves, como galinha, frangãos, peru e perdizes (RODRIGUES 2001: 41, 56, 67, 70 e 102) e Lucas Rigaud apresenta, igualmente, receitas “à francesa”, três sopas e uma “receita para preparar azeitonas á francesa” (RIGAUD 1999: 164, 166, 167 e 286).

<sup>7</sup> Apesar de a autora considerar óbvio o critério na formulação das categorias apresentadas, a metodologia não é explicitada e carece de clareza. Carvalheira dedica uma secção a termos que surgem exclusivamente nos livros de cozinha, num total de 20 em comum com a obra de João da Matta. Não foi possível verificar a veracidade dessa afirmação que se assemelha inusitada. Por uma questão de coerência e sistematização, manteve-se a mesma classificação aplicada pela autora no estudo em apreço. Porém, neste particular, uma vez que não se afigura clara a utilização desta categoria, omite-se a sua análise etimológica, mantendo-se apenas a indicação quantitativa relevante para o número de termos franceses na obra de João da Matta.

**Gráfico 2.** Francesismos em CARVALHEIRA 1953 e MATTA 1876



Fontes: CARVALHEIRA1953; MATTA 2017.

**Lista 1.** Francesismos em *Arte de Cozinha* de João da Matta

| NOMES CULINARIOS   | NOMES COMUNS METAFORICAMENTE USADOS NA COZINHA  | NOMES GEOGRAFICOS   | NOMES PROPRIOS   | VOCABULOS USO RESTRITO   | VOCABULOS EXCLUSIVOS LIVROS COZINHA  | PALAVRAS DESUSO   |
|--|---|---|--|--|--|---|
| BARA<br>BLANC-MANGER<br>BISQUE<br>CASSAROLE<br>CHAMPIGNONS<br>CHAUDROS<br>CONSUMÉ<br>COMPOTTA<br>CRAPAUDINE<br>CROQUETTE<br>CROQUETÉ-BOUCHE<br>CREME<br>ENCOVAS<br>PERCASSÉ<br>FILETIS<br>FLAN<br>GALANTINE<br>GRATINE<br>GRATIN<br>GROSSELLE<br>HORS D'ŒUVRE<br>MATELÔTE<br>MAYONNAISE<br>MENU<br>POLME<br>PISTACHE<br>PLATEAUS<br>FLAMB<br>RELEVÉ<br>RHUM<br>SALADA<br>SOPA<br>TRUFFES<br>TRUFFAS<br>TARTARE<br>VINHÉ<br>VOL-AU-VENT | BLANCHER/BLANCHER<br>GLACE<br>GLACADO<br>GELLE<br>GLACAR<br>GELLEIA<br>JARDINEIRA<br>OMLETTE<br>RISOLLES<br>SOUFFLÉ<br>TYMBALES | CHANTILLI<br>CHAMPAGNE<br>COGNAC<br>MICOQUE<br>POLONAIS<br>ROMAINE<br>RUINO<br>RUSSE<br>STRASBOURG<br>SAUTERNES<br>TIVOLI | BECHAMEL<br>CHARLOTTE<br>DAME<br>FÊLKE<br>JULIANNE<br>PRINCESS<br>REINE<br>ROTSCHILD | ASPICS<br>BLANQUETTE<br>BAVAROISE<br>CONDÉ<br>CRECY<br>CHOUX / CHOU<br>COQUELON / COURT-<br>BOUILLON<br>CROUSTADE<br>DUCHESSÉ<br>ÉCHALOTTES<br>FINANCIER<br>FRAMBOISE<br>FRAPPE<br>FINES HERBES<br>FRICANDO<br>GÂTEAU<br>GENDARME<br>IMPERALE<br>MACEDOINE<br>MÂTRE D'HÔTEL<br>MARÉCHALE<br>MARENGO<br>MINUT<br>REGENCE<br>SAUTE<br>SUPRÊME<br>SAUCE | BELLEVUE<br>BORDELAISE<br>BORDOIS<br>DRACA<br>ÉCARLATE<br>JANOUX / GENOISE<br>LIVIGNAZZI<br>MIGNON<br>MILTON<br>PRINTANIÈRE<br>PARISIENNE<br>PROVINCIALE<br>FURGOLUX<br>ROYAL<br>RICHELIEU<br>SABOYA<br>SOUBISE<br>TALLEYRAND<br>VANILLE<br>ZAMBAYON | BARRIGOLE<br>CHEVALIER<br>CHARTREUSE<br>FOURCADE / FEVERADE<br>KAROLÉ |

Fontes: MATTA 2017.

## Nomes culinários

Nesta secção são identificados 26 termos, encontrando correspondência com 21 na obra de João da Matta, a que se acrescentam mais cinco que Carvalho não indica: *confiture*, *framboise* e *grosseille* com apenas uma referência e *relevé* e *truffé* ambos num par de receitas. Os mais citados ultrapassam mais de uma dezena, nomeadamente *consommé*. De acordo com a definição de Matta,

“faz-se [o consommé], estufando algumas aves, carnes e fêvera de presunto, até ficar com o caldo apurado e grosso; estando assim, tira-se-lhe a gordura” (2017: 247-8). Conquanto, em algumas receitas, o cozinheiro a ele se refere como *consommé de peixe* (2017: 71, 102). Por outro lado, Carlos Bento da Maia, quando enumera os diversos caldos e particulariza o caldo de vaca, indica tratar-se do “caldo a que os franceses chamam consomé” (1904: 137). Carvalheira observa que “entre nós o termo é vulgar, exceptuando a classe popular que ainda não o conhece. Simplesmente nem toda a gente lhe associa a mesma ideia”, porquanto varia de caldo apurado ou sopa, sendo que a ideia mais vulgar do termo é caldo de carne ou galinha. Nos livros que consulta, refere que apenas o identifica nas obras do século XX<sup>8</sup>. Acrescenta que o termo foi adotado sem modificações fonéticas, embora graficamente se verifique em alguns autores a queda de um *m*., e sugere que se deveria “substituir o vocábulo francês por caldo concentrado ou caldo de substância” (1953: 83-4).

Matta apresenta uma dúzia de receitas onde emprega o termo *filete* ou *fillete* (prevalecendo a primeira grafia), as mais das vezes intitulado iguarias na sua maioria de carne e aves. De resto, já aparece na obra de Lucas Rigaud, em 1780, no prato *guisado de lebres em filetes* (1999: 72), corroborando a ideia de que primitivamente se aplica à carne de determinados animais. Os dicionários mais antigos ainda não se referem ao termo associado à culinária. No início do século XX, o etimologista Cândido de Figueiredo, além de outros significados, remete-o para “posta delgada e frita de carne ou peixe”, considerando que se trata de um vocábulo de origem francesa de *filet* (1913: 878). Paul Plantier presenteia-nos com diversas receitas de filetes de linguado, porém não é alheio à associação a carne, com uma proposta de “filetes de frango salteados com tubaras” (1905: 120). Sendo uma palavra do conhecimento geral, é usada para as postas delgadas de peixe, tendo caído em desuso a sua aceção a fio delgado e guarnição estreita, como consta nos primeiros dicionários (CARVALHEIRA 1953: 89-90).

São onze as receitas em que João da Matta introduz o termo *fricassé*, cinco das quais o levam no título. O original francês é do género feminino. Em português passa a masculino e é dos “que mais cedo entrou na nossa língua” (CARVALHEIRA 1953: 95), sendo possível encontrá-lo em *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, na 2.<sup>a</sup> edição de 1690, quando descreve um banquete que se pode servir a um Embaixador, sugerindo na segunda coberta de cozinha, entre outras iguarias, “pratinhos de fricassé de frangãos com descaídas” (2001:

---

<sup>8</sup> A obra de Paul Plantier faz parte do *corpus* da autora. Plantier introduz o vocábulo na sua receita de *Suprême de frango* (PLANTIER 1905: 237). Não foi possível verificar se esta estaria ausente da 2.<sup>a</sup> edição de 1877, a utilizada no estudo em apreço.

174). Será uma das primeiras referências escritas, uma vez que Raphael Bluteau no *Vocabulário Português e Latino*, publicado em 1712, regista a entrada como “tomado do francês fricassée, e há pouco que se começa a usar em Portugal”. Complementa que se trata de “manjares que com pressa se cozem e fringem com manteiga ou unto de porco...” (1712: 213). Em 1715, o manuscrito de Francisco Borges Henriques propõe um “fricace de ovos para dias de peixe” (1715: 193). O termo é uma corruptela do original *fricassée* e é familiar a Lucas Rigaud, que apresenta algumas propostas, como “feijões verdes de fricassé”, “frangos de fricassé em agraço” ou “ovos de fricassé branco” (1999: 211, 112 e 261). Na entrada do *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre Raphael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, de 1789, surge o “aportuguesamento” do termo: “friquase, guisado de carne picado, ou aves em pedaço, fritas em manteiga” (1789: 637). João da Matta inclui um “Molho de fricassé para servir em peixe”, a par das preparações com carnes de açougue e aves. A palavra surge na generalidade dos livros de cozinha portugueses, aplicada às mais diversas iguarias, tendo na base o mesmo molho com gemas de ovos, sumo de limão e salsa. Paul Plantier, em *O Cosinheiro dos Cosinheiros*, apresenta algumas receitas de *fricassé*, sendo três delas as mesmas que João da Matta partilha na sua obra, confirmando a uniformidade do receituário praticado à época, assente na matriz francesa<sup>9</sup>. Resgatado para a literatura por diversos autores, o vocábulo não escapa ao romancista Eça de Queirós que o evoca nos *Maias*: “Ora sirva-se desse fricassé, ande abade, disse Afonso, que eu sei que é o seu fraco, e deixe lá o latim... o abade obedeceu com deleite, e escolhendo no molho rico os bons pedaços de ave...” (QUEIRÓS 2004: 51).

Por sua vez, Camilo Castelo Branco, no romance *Carlota Angela*, usa-o com a mesma aceção dos dicionários da primeira metade do século XX, como mistura de várias coisas: “Embora travem á hervilhaca, é o que temos, e o que nos dão os Watteis dos fricassés litterarios, em menoscabo do clássico cozinhado de Domingos Rodrigues” (1874: 7).

Termos há que oferecem mais dificuldades de estabelecimento da sua origem e da aplicação na terminologia culinária. É o caso do vocábulo *purée* que divide as opiniões dos etimologistas, no que se refere à filiação primitiva. Na sua análise, Carvalheira refere que alguns especialistas indicam o verbo *purere* que significa *purificar, limpar*, do baixo-latim *purare*. Carolina Michaelis aponta a evolução de *pipperata, pevrée, peurée*, finalmente *purée*. Foneticamente é uma alegação razoável, mas semanticamente está distante uma vez que *piper* é *pimenta* e *purée*, na sua origem, é uma massa obtida pela passagem de legumes ou carnes

<sup>9</sup> As receitas que se encontram nas duas obras são *Cabeça de Vitela Recheada, Língua de Fricassé e Mãos de Carneiro em Fricassé* (PLANTIER 1905: 150, 124 e 184).

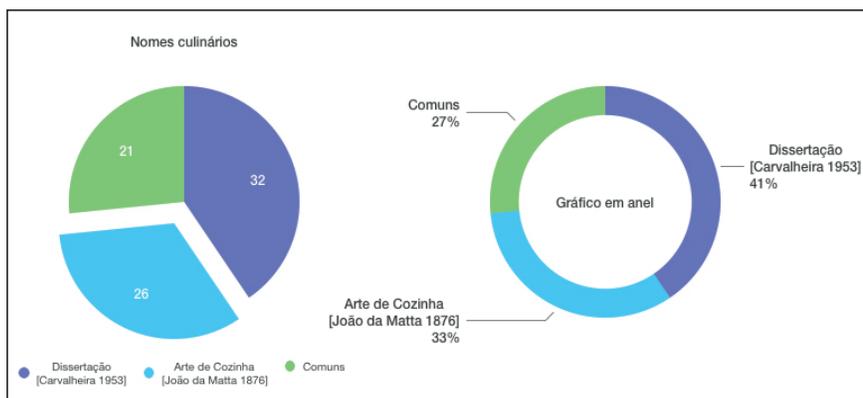
pelo passador, sobretudo para preparar sopas (CARVALHEIRA 1953: 112). Bluteau refere-se a *porêa* como sendo uma “potagem que fazem as religiosas da Madre de Deos” (1720: 620). Da mesma forma, Cândido de Figueiredo filia o termo no baixo-latim, referindo a *pureia* como “uma espécie de sopa, feita de legumes, carnes ou outras substâncias raladas, formando caldo grosso”. Adita, ainda, a “iguaria análoga, mas mais consistente em forma de pão ou pudim”. À semelhança de Bluteau, remete para ligações conventuais, referindo que é mais “usual o francesismo puré, o que não invalida a nossa pureia que eu li, pelo menos, num antigo documento conventual” (FIGUEIREDO 1913: 1649). Entretanto, Carvalho indica a sua ausência em livros anteriores ao século XX, insistindo que, embora os franceses tenham preparações de purés de legumes, carnes e crustáceos, a sua aplicação na culinária portuguesa restringe-se “aos legumes, quer em sopas, quer em outros pratos” (1953: 113). Apesar disso, refuta-se essa afirmação uma vez que na obra culinária oitocentista de João da Matta apresentam-se 16 receitas que incluem o termo *purée*, metade das quais são sopas, mas também preparações com carnes, particularmente com caça, vitela e carneiro. Acresce a sua inclusão na obra de Plantier, definindo-o no dicionário de termos culinários como: “polme. Certos legumes cozidos, esmagados, e passados por peneira ou por passador. Chamam-se também purés às iguarias preparadas com lagostas, aves ou caça, pisadas e passadas pela peneira” (1905: 765).

O vocábulo *sopa*, do germânico *suppe*, terá entrado no nosso vocabulário através do francês *soupe*. No *Elucidário* de Joaquim Viterbo, a entrada para o termo *sopa*, remetido pelo autor para “refeição comum e ordinária nas Comunidades Religiosas”, vem acompanhada de uma citação epistolar do Bispo de Lamego a D. Afonso das Astúrias, sobre as ofertas das Salzedas no ano 1306: “Mandamos que toda las cousas, que Ihis foram mandadas pola alma dos Passados, pera Pitanças, pera Sopas, que ayam livres, e sen outro embargo” (VITERBO 1865: 220).

João da Matta oferece ao leitor 21 receitas de sopa. Com massas, carnes, pescados ou legumes, são diversas as suas propostas, em conformidade com o receituário da época, distinto e sofisticado, a que as elites estão acostumadas. Maria Amália Vaz de Carvalho, no seu manual de civilidade e etiqueta, editado em 1895, evoca os costumes de sociabilidade do século XIX, revelando regras de conduta à mesa e sublinhando a importância do bom senso nas práticas de bem servir. Nas suas palavras: “mais vale uma pequena quantidade de pratos bem feitos, do que uma longa lista de manjares que apenas se distinguem pela pomposa aparência e pelos nomes franceses que laboriosamente engendrou a fantasia dos cozinheiros” (2004: 88). A sopa inicia a refeição e deve ser acom-

panhada com pelo menos duas variedades de vinho, de preferência Madeira e Xerez (CARVALHO 2004: 84). Algumas das iguarias de Matta estão patentes na obra de Plantier, tais como a “sopa de purée de ervilhas verdes”, a “sopa de rabo de boi” ou a “sopa de Julianne” (1905: 33, 34, 37).

**Gráfico 3.** Nomes culinários em CARVALHEIRA 1953 e MATTÁ 1876



Fontes: CARVALHEIRA 1953; MATTÁ 2017.

### Nomes comuns metaforicamente usados na cozinha

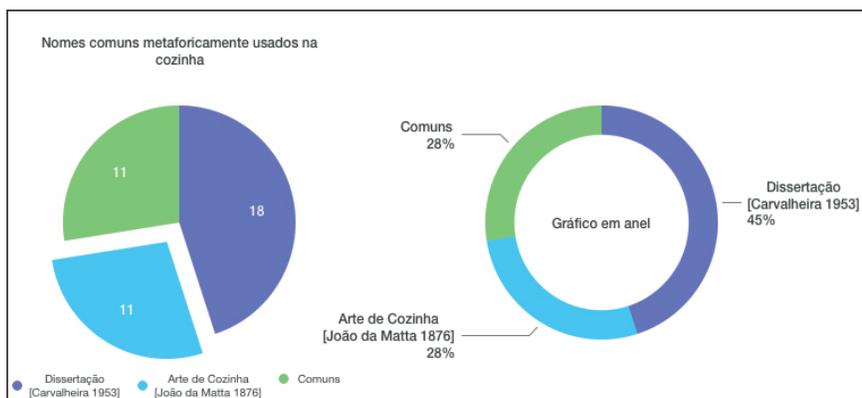
Encontrando correspondência com o levantamento apresentado por Carvalho, nesta seção apontam-se onze termos na Arte de Cozinha, sendo *glace* e *omelette* os mais citados por João da Matta. Além de *glace*, o cozinheiro emprega as variações enquanto verbo *glaçar* e *glaçado*. *Glace* ou *glacé* é um francesismo que se torna corrente no século XX, embora a sua utilização na literatura culinária portuguesa seja anterior. Aplica-se para designar uma substância com que se cobrem bolos, uma espécie de creme utilizado como enfeite, diferente do significado francês que remete para “um líquido açucarado e aromatizado, tornado espesso pela congelação”. Como observa a autora, formou-se o verbo *glaçar*, usado na mesma aceção de cobrir de *glace*, verificando-se uma menor utilização do verbo do que do substantivo (1953: 129-130), o que corrobora o seu emprego na obra de Matta, onde o verbo surge em apenas cinco ocasiões. Porém, a utilização do termo *glace* na obra do cozinheiro está associada a um molho e não a esse preparo de açúcar, excetuando as três receitas de doçaria, designadamente o “Gateau de plom á la Parisienne”, onde descreve a operação *glaçar* nos seguintes termos: “batem-se umas claras d’ovos com assucar e 1 pitada

de baunilha, até ficarem bem grossas; cobre-se este bolo com o auxílio de um pincel de penas” (2017: 88-89). Também Plantier refere no seu dicionário de termos que *cobrir* corresponde ao francês *glacer* e consiste em “aplicar camadas de assucar sobre bolos e outras peças de pastelaria que voltem ao forno, bem como em passar o pincel [...]. É ainda na confeitaria mergulhar diversos fructos em calda de assucar” (1905: 761).

Anteriormente, Lucas Rigaud utiliza para a mesma operação o termo *giaça* e *giaçado*, ostentado no preparado de “pão-de-ló ou bolo de Sabóia”, onde o autor sugere que se pode servir ao natural ou “cubra-se com uma giaça feita de açúcar fino, clara de ovos e sumo de limão” (1999: 226).

Consta que o termo *omelette* deriva da alteração *amelette*, por sua vez “alterada de alemette, alumette, provindas do antigo francês alemelle, com mudança do sufixo, sob a influência de *oeuf*”, reforçando a origem latina do termo *ova mellita*. A designação deriva da comparação de *omelette* a uma lâmina (CARVALHEIRA 1953: 132). São onze as receitas de *omelettes* na *Arte de Cozinha*, três delas na categoria de doçaria. A versão doce é também evocada pelo escritor Camilo Castelo Branco: “são moda agora uns fofos vaporentos/omelettes soufflés denominados omelettes sucrées.” (BRANCO 2017: 183) e servidas na mesa real, como a “omelette au rhum”, nos “entremets sucrés” (MONGE et al. 2019: 187). Ao contrário de João da Matta que usa invariavelmente o termo *omelette*, um século antes, Rigaud “aportuguesa” o vocábulo, designando *omeletas*, remetendo para *trouxas-de-ovos* (1999: 218). Segundo Carvalheira, “trouxa ou torta é a omelete doce dos livros de cozinha” (1953: 133), ao invés do que se verifica em Rigaud que, na receita onde utiliza ambos os termos, apresenta uma preparação salgada. Os etimólogos mais puristas como Cândido de Figueiredo procuram impor como forma nacional o termo *omeleta* (1913: 1416). Nos dicionários mais recentes são possíveis ambas as grafias, remetendo para a origem francesa e relacionando com o vocábulo *fritada*, já enunciado por Bluteau como “fritada de passarinhos ou bocados de carne com ovos”, a que acrescenta “fritada de amor chamão em Lisboa as Freiras do Calvário & outras, humas fatias de pão torrado, com manteiga e ovos” (1712: 217-218). Morais Silva é mais restritivo, definindo apenas como “fritada de ovos.” (1789: 639).

**Gráfico 4.** Nomes comuns metaforicamente usados na cozinha em CARVALHEIRA 1953 e MATA 1876



Fontes: CARVALHEIRA 1953; MATA 2017.

## Nomes geográficos

Na obra de João da Matta estão registados doze vocábulos de nomes geográficos, os quais apenas encontram correspondência com dois identificados por Carvalheira no seu levantamento. Trata-se de *chantilli* e *merengues*. O cozinheiro desvia-se da grafia original *chantilly*, para designar a “Charlotte au Chantilli”. Esta especialidade é bastante popular na época, constando em diversos menus da Casa Real Portuguesa (MONGE et al. 2019: 214). Entra no vocabulário português como *chantili*, embora com a referência à sua origem francesa, designando “creme feito à base de natas de leite batidas até ficarem firmes, a que se junta açúcar e baunilha” (PEREIRA; PERICÃO 2015: 160). Apesar da sua associação a este creme, é provável que a primeira referência em literatura culinária no nosso território surja em Lucas Rigaud na “popietas de vitela à Chantilly”, que remete para a localidade francesa (1999: 50). Paul Plantier utiliza-o nos mesmos moldes referindo-se à inclusão numa receita de “um queijo de Chantilly” (1905: 757). Na opinião da autora, o termo culinário tem origem no Castelo de Chantilly, também popular pelas rendas que aí se faziam (CARVALHEIRA 1953: 143).

De acordo com o estudo de Carvalheira, o termo francês *merengue* deriva do nome da cidade suíça do cantão alemão Meiringen e corresponde ao bolo preparado com claras de ovos batidas com açúcar. Complementa que “no século XX aparece sempre *merengue*, e esta forma é a conhecida para designar

uns bolos semelhantes a *suspiros*” (1953: 143). Esta teoria assenta na eventual criação, em 1720, por parte de um pasteleiro local chamado Gasparini, desta preparação culinária<sup>10</sup>. Todavia, será mais provável que o pasteleiro tenha “aperfeiçoado a forma de fazer o merengue clássico uma vez que a receita e o nome já tinham sido publicados em 1691” no livro *Le cuisinier royal et bourgeois*, por François Massialot, cozinheiro de Luís XIV (CÂMARA 2013: 90-91). *Merengue* e *suspiros* estão ausentes em Bluteau (1712), Morais Silva (1789) e Viterbo (1865). Cândido de Figueiredo refere de forma sucinta na entrada de *suspiro* “espécie de bolo tenro” e para *merengue* “bolo de claras com açúcar”, porém, sem qualquer indicação da origem do vocábulo (1913: 1896 e 1279). José Pedro Machado, em dicionário mais recente, indica que a origem é do castelhano, “talvez com origem no fr. meringue, de origem obscura” (1995: 109). Sem embargo, Lucas Rigaud já emprega termo semelhante em 1780, apresentando uma “crema meringada” com as claras batidas em neve e com “duas ou três mãos cheias de açúcar fino” (1999: 233). Nos menus da Casa Real constam diversas referências a *meringues* (MONGE et al. 2019: 222), uma corruptela do termo *merengue*.

Quanto aos restantes seis nomes geográficos, não se encontram na categoria de termos culinários, remetendo para bebidas que ficaram associadas às regiões de produção, como *Champagne*, *Cognac*, *Rheno*, *Sauternes*, *Chateau-Yquem* e *Chateau-Barsac*, estes menos vulgarizados, referidos por João da Matta no capítulo dedicado à “Arte de servir à mesa”, indicando serem os apropriados para servir na entrada da refeição “com ostras cruas na casca”. Acrescenta que,

depois da entrada fria serve-se o ponche á la Romaine, em copos ou taças semelhantes às do vinho de Champagne ou em canecas de cristal. Conjuntamente com o ponche costuma servir-se vinho de Chateau-Yquem ou Chateau-Barsac fresco. Em seguida, entra o assado, com vinho de Champagne bem nevado (2017: 257).

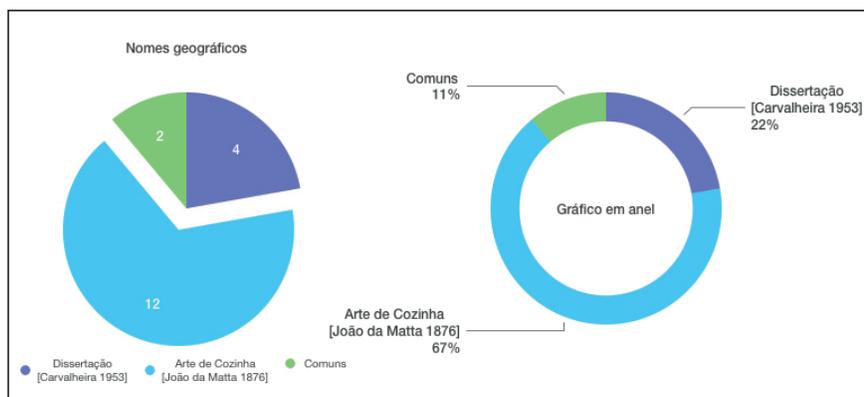
Contudo, em Lucas Rigaud já consta *Champagne*, remetendo para a região e não para a bebida. Trata-se da iguaria dita “salsichas de Champagne” (1999: 267).

A receita de “pastel de fígados gordos de Strasbourg” é reveladora da qualidade do *foie gras* desta região, uma vez que aparece na mesa da família real seguramente em meia dúzia de menus (MONGE et al. 2019: 219). Refere-se igualmente como uma região e não uma técnica culinária.

---

<sup>10</sup> Uma das técnicas desta preparação é designada “merengue suíço”.

**Gráfico 5.** Nomes geográficos em CARVALHEIRA 1953 e MATTÁ 1876



Fontes CARVALHEIRA 1953; MATTÁ 2017.

## Nomes próprios

Identificam-se 13 nomes próprios no livro de João da Matta, a maioria apenas com uma referência. *Béchamel*, *Charlotte*, *Julianne* e *Reine* são de igual modo identificados no estudo de Carvalheira (1953). Estamos perante exemplos da dita *cozinha honorífica*.

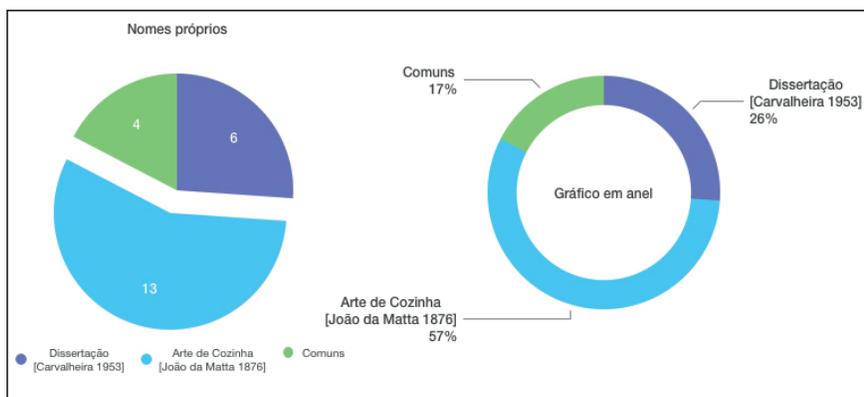
*Béchamel* deriva do apelido Bechameil, marquês de Nointel, mestre-de-cerimónias de Luís XIV. Não terá sido o inventor da preparação culinária, mas, antes, homenageado com o nome de uma receita por ser uma figura de prestígio. À época, o cozinheiro da corte é François Pierre de La Varenne, autor do livro *Le Cuisinier Français*, de 1651, onde surge “o molho aveludado para carnes [...] mais complexo do que o actual” que estará na base do preparado que entretanto se dissemina como “Molho à Béchamel” (CÂMARA 2013: 218-9). O vocábulo entra na nossa literatura culinária com Lucas Rigaud, embora com grafia diferente, *Bexaméla*, julgamos que numa tentativa de “aportuguesar” o termo, o mesmo que se verifica com *crema* e *gelantina*. O cozinheiro apresenta a descrição do molho e também o “bacalhau á Bexaméla”; “camarões á Bexaméla”; “ovos á Bexaméla”; e “trouxas á Bexaméla” (1999: 245, 196, 202, 217, 220). “Molho feito de gorduras e legumes” é a definição de Cândido Figueiredo (1913: 266), mais próxima da descrição que João da Matta faz deste molho do que a versão de Lucas Rigaud, que inclui diversas carnes na sua base. Porém, no “peito de vitela recheado á Macedoine”, Matta indica o “preparo do molho á Macedoine chamado béchamel”, semelhante ao preparado anterior a que

acrescenta batatas cozidas (2017: 14-15). Por sua vez, no “lombo de vacca lardeado á la Macedoine”, o molho é semelhante ao *béchamel* omitindo as gemas de ovos e o queijo parmesão (2017: 35-36).

Nos livros mais modernos maioritariamente deixou-se cair o prefixo “à”. Não obstante, alguns autores “cientes de que se trata de um nome próprio, escrevem a palavra com maiúscula; outros há que perderam já a noção da origem e tratam-no como um nome comum” usando a minúscula (CARVALHEIRA 1953: 146). Verificam-se alguns equívocos designando-o como “molho branco”. Apesar das semelhanças, a diferença mais evidente prende-se com a substituição neste do leite por água, como já indica João da Matta (2017: 240).

Outro dos nomes próprios que surge várias vezes em *Arte de Cozinha é Charlotte*, em consonância com a popularidade desta iguaria nas mesas sofisticadas do período em apreço. O nome da sobremesa está associado a dois pratos distintos. A original, provavelmente do século XVIII, é inglesa e remete para os “bread puddings”. Trata-se de um aproveitamento de sobras de pão, maçã e “custard”, o “crème anglaise” ou “creme de pasteleiro”. Contudo, o carismático cozinheiro Antonin Carême, revolucionário da culinária da primeira metade do século XIX, distancia-se desta versão e apresenta uma receita transformada e requintada, tendo *palitos de la Reine* a forrar a forma e com um recheio usualmente de creme de natas, próxima das que encontramos em João da Matta (CÂNDIDO 2018: 204), respetivamente a “Charlotte á la Russe” e a “Charlotte au Chantilli”. O cozinheiro deverá estar familiarizado com o receituário inglês pois a “Charlotte de maçãs” não segue a técnica das anteriores, aproximando-se mais do que poderá ser a versão inglesa deste preparo (MATTÁ 2017: 9, 79 e 80). Também o etimólogo Cândido de Figueiredo terá conhecimento da receita britânica, uma vez que no dicionário indica para o termo adaptado ao português “charlota: pastelão de creme, cercas de lascas de pão-de-ló” (1913: 424), não fazendo qualquer referência à origem francesa do vocábulo. Conforme Carvalheira, o termo *Charlotte* terá origem em 1804 (1953: 147).

**Gráfico 6.** Nomes próprios em CARVALHEIRA 1953 e MATTÁ 1876



Fontes: CARVALHEIRA 1953; MATTÁ 2017.

### Vocábulos de uso restrito

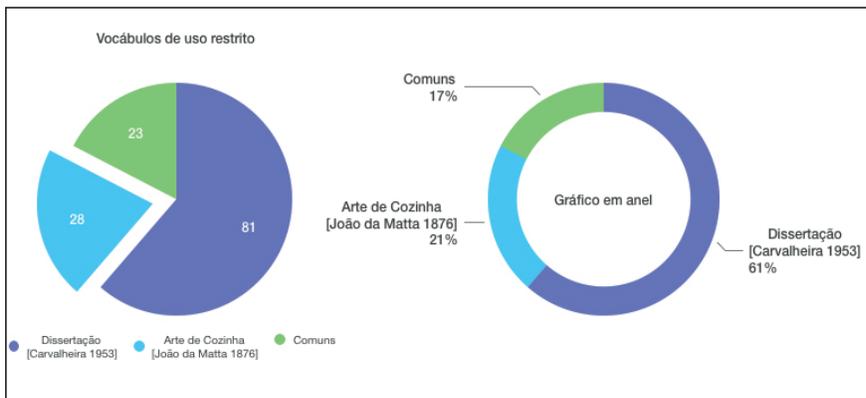
Chegados aos vocábulos de uso restrito, identificam-se 28 na obra de João da Matta, encontrando 23 correspondências com o estudo em análise. Da totalidade, mais de metade surgem apenas com uma referência isolada, como *bisque*, no caso “sopa de bisque de camarões”. A designação é de origem francesa e corresponde a uma sopa cremosa que tem por base um puré de crustáceos ou então de cogumelos, ligada com natas e temperada com vinho ou conhaque. Trata-se de uma corruptela de *biscuit*, que significa “cozido duas vezes” e que remete para a ideia de “engrossar” a sopa. Durante a centúria de Setecentos, as *bisques* são feitas de aves de caça, tradição que se perde, sendo as de marisco as que prevalecem. A mais famosa *bisque* é a de lagosta e de camarão (CÂNDIDO 2016: 214).

No extremo oposto de termos que são mais referenciados por João da Matta encontram-se, com onze receitas cada, *aspic* e *sauté*, o primeiro empregue para designar uma técnica, mas também o resultado dessa preparação. O segundo remete para um método e para o utensílio da bateria de cozinha usado nessa preparação. Carvalheira, na entrada *aspic*, lembra que não é termo conhecido da generalidade das pessoas, no contexto temporal do seu estudo, porque se trata “de uma guarnição que não é usada na cozinha vulgar. É por vezes servida nos hotéis”. De acordo com a autora, em França o termo serve apenas na cozinha. O vocábulo tem origem em “*aspis – idis*, víbora, que em português resultou em *áspide*. O *c* provém de uma contaminação com *espice*”. Assegura que se trata de um francesismo desnecessário na literatura culinária portuguesa uma vez que

corresponde à geleia de carnes (CARVALHEIRA 1953: 158). Na descrição apresentada por João da Matta, assemelha-se a uma gelatina preparada com caldo de carne ou aves e “serve para guarnecer diversas viandas” (2017: 249). O cozinheiro apresenta “pequenos aspics de salpicão” (2017: 38).

Quanto ao termo *sauté*, Paul Plantier refere que “á falta de vocábulo portu-guez que exprimissem o verbo *sauter* dos francezes, adoptamos o saltear”, sendo que *saltear* é definido como “sacudir dentro da frigideira” (1905: 765). Matta define *sauté* como “frigideira com cabo” e *saltear* “cozer ligeiramente qualquer iguaria, ou melhor será fritar ligeiramente em manteiga qualquer cousa, mexendo sempre para que não se pegue nem fique frita” (1876: 247). Surge apenas no título de dois pratos, “cabrito sauté para entradas” e “fígado de vitela sauté” (1876: 150, 168). Também nos menus da Casa Real vai aparecendo nos títulos de pratos de carnes e aves (MONGE et al. 2019: 39, 49, 100, 133, 173, 206 e 305).

**Gráfico 7.** Vocábulos de uso restrito em CARVALHEIRA 1953 e MATTÁ 1876



Fontes: CARVALHEIRA 1953; MATTÁ 2017.

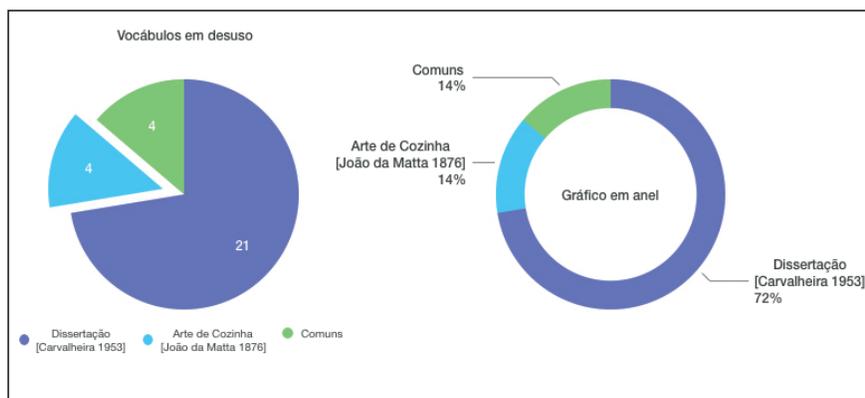
## Vocábulos em desuso

Maria José Carvalheira reserva uma secção onde coloca os termos que considera caídos em desuso na época em que realiza o estudo. Salienta que “os livros de cozinha antigos citam muitos termos que não se encontram no nosso tempo”. Dos 21 vocábulos que reúne nesta categoria, quatro estão presentes na obra de João da Matta.

O termo *barigoule* é de origem provençal, sendo as “alcachofras à la Barigoule” comum em ambas as obras (PLANTIER 1905: 395; MATTA 2017: 29). Quanto ao vocábulo *chartreuse*, atualmente é conhecido como referência a uma bebida, um licor preparado por monges de Chartres desde 1764. Todavia, nas receitas com essa expressão, indicadas por Matta e Plantier, não se inclui qualquer bebida alcoólica. Plantier finaliza a descrição de “Chartreuse de perdizes” nos seguintes termos: “na ocasião de servir vire-se um prato sobre a torteira, volte-se com ligeireza a torteira e o prato, tire-se aquella e o papel, e deite-se sobre a *chartreuse* o molho da cocção das perdizes” (1905: 288). A palavra *Chevalier* encontra-se presente nestas duas obras culinárias coevas, associada a frangos (MATTA 1876: 4; PLANTIER 1905: 248).

Finalmente, o termo *rabioli*. Figueiredo indica os *ravióis*, vocábulo de origem italiana (*ravioli*), definido como “sopa seca de rodelas de massa, com recheio fino e saboroso” (1913: 1677). João da Matta apresenta uma sugestão de “sopa de ravioli á la Tivoli” (2017: 20), em tudo semelhante à descrita no *Cosinheiro dos Cosinheiros* (1905: 42).

**Gráfico 8.** Vocábulos em desuso em CARVALHEIRA 1953 e MATTA 1876



Fontes: CARVALHEIRA 1953; MATTA 2017.

## Considerações finais

Analisada do ponto de vista etimológico, com o levantamento e sistematização dos vocábulos de origem gauleses, a obra de João da Matta, *Arte de Cozinha*, é reveladora da grande expressividade e preponderância desses francesismos nos livros de cozinha da época, em consonância com a aná-

lise levada a cabo por Maria José Carvalheira em 1953. Importa sublinhar que João da Matta, não sendo tão prolixo, ultrapassa a centena de termos franceses, seja na identificação de receitas, técnicas, utensílios, produtos e regiões. Ademais, identificam-se na sua obra 30 termos omissos no estudo de Carvalheira, uma dezena dos quais respeitantes a regiões. Tomando as 443 propostas culinárias de João da Matta, são relevantes a frequência e a percentagem de iguarias com recurso a francesismos, estando nesta categoria 279 registos, ou seja, 63% do total. Nessa medida, escora um traço muito expressivo na cozinha que pratica e divulga, fruto do contexto social, cultural e económico onde se movimentava.

Não obstante a inscrição cosmopolita, o livro reflete, do mesmo modo, algumas marcas identitárias com dois jantares à *antiga portuguesa* com ementas que se aproximam do que se convencionou designar de tradicional na nossa cozinha, como “cabeça de porco com feijão branco”, “vitela assada e batatas” e os célebres “pastéis de nata”, ou um prato de “carne cozida com toucinho, paio, chispe de porco e hortaliças, e à parte arroz de substância” (MATA 1993: 354) que não está distante do famoso “cozido à portuguesa”. As receitas que designa à *portuguesa* correspondem em parte a um receituário que se mantém fiel a essa matriz, tais como as “favas à portuguesa” ou a “dobrada guizada à portuguesa” (MATA 2017: 139, 133). Acrescem outros pratos que remetem para o imaginário da cozinha tradicional portuguesa como o “cabrito assado”, o “coelho à caçadora” e as “ervilhas com ovos escalfados”, ainda hoje a marcarem presença na mesa de muitas famílias portuguesas.

## Fontes

BRANCO, Camillo Castelo (1874). *Carlota Angela*. Porto: Casa de A. R. da Cruz editor. 3ª edição.

BRANCO, Camilo Castelo (2017). *Coração, cabeça e estômago*. Lisboa: Expresso | Alêtheia Editores.

CARVALHO, Maria Amália Vaz (2004). *Arte de Viver na Sociedade*. Estudo e atualização do texto de I. M. D. Braga, P. D. Braga. Sintra: Colares Editora.

MAIA, Carlos Bento da (1904). *Tratado Completo de Cozinha e de Copa*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.<sup>a</sup>.

MATA, João (1993). *Arte de Cozinha*. Lisboa: Vega.

MATA, João (2017). *Arte de Cozinha*. Ed. Fac-símile. Belém: Governo do Estado do Pará.

PLANTIER, Paul (1905). *O Cozinheiro dos Cozinheiros*. Lisboa: Ed. de autor.

- QUEIRÓS, Eça (2004). *Os Maias*. Os Grandes Génios da Literatura Universal. 2 vol. Mediasat Group, S. A.
- Receitas de milhores doces e de alguns guizados particullares e remedios de conhecida experiencia que fes Francisco Borges Henriques para o uzo da sua caza. No anno de 1715. Tem seo alfabeto no fim. 1715-1729*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.), cod. 7376.
- RIGAUD, Lucas (1999). *Cozinheiro Moderno ou a Nova Arte de Cozinha*. Sintra: Colares Editora.
- RODRIGUES, Domingos (2001). *Arte de Cozinha*. Sintra: Colares Editora.

## Dicionários

- BLUTEAU, Raphael (1789). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1913). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. <http://dicionario-aberto.net>
- MACHADO, José Pedro (1995). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, António de Moraes (1789). *Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 2 vol. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- VIEIRA, Domingos (1873). *Grande dicionario portuguezou Thesouro da lingua portugueza*. 3 vol. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. De Moraes.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarem e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam/Publicado em beneficio da litteratura portugueza por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo*. 2ª ed. Revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

## Estudos

- BRAGA, Isabel Drumond (2004). "Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI-XIX). Alguns problemas de análise". *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. 2 vol. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 237-248.

- CÂMARA, Fortunato da (2012). *Os mistérios do Abade de Priscos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- CÂNDIDO, Guida (2016). *Cinco Séculos à Mesa. 50 receitas com História*. Alfragide: Dom Quixote.
- CÂNDIDO, Guida (2018). *Comer como uma Rainha. O receituário real do século XVI ao século XX*. Alfragide: Dom Quixote.
- CARVALHEIRA, Maria José Osório dos Santos (1953). *Francesismos na terminologia da culinária portuguesa*. Dissertação licenciatura em Filologia Românica. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FLANDRIN, Jean-Louis (2001). “Opções alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII)”, in Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (dir.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 237-259.
- HYMAN, Philip e Mary (2001). “Imprimir a cozinha: os livros de cozinha em França entre os séculos XV e XIX”, in Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (dir.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 225-236.
- MONGE, Maria de Jesus (coord.) (2019). *Menus da Família Real. Coleção do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*. Fundação da Casa de Bragança.
- MEYZIE, Philippe (2009). “Une Cuisine d’Europe à la mode française. Mythes et réalités (XVIe – milieu XIXe siècles)”, in Olivier Chaline, Jaroslaw Dumanowski, Michel Figeac (dir.), *Le rayonnement français en Europe centrale. Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine*, 181-196.
- PEREIRA, Ana Marques; PERICÃO, Maria da Graça (2015). *Do comer e do falar. Vocabulário gastronómico*. Lisboa: Relógio d’Água.
- QUEIROGA, Elzira Sá (2015). *Os gestos e os paladares da mesa camiliana*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. Universidade Aberta.
- RÊGO, Manuela (org.) (1989). *Livros portugueses de cozinha*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de (2012). *Lições de filologia portuguesa: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13; seguidos das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Edição Dinalivro.



# Indebtedness and the road to monetary sovereignty following the international recognition of Montenegro in 1878

**RADOSLAV RASPOPOVIĆ**

University of Montenegro, Historical Institute of Montenegro

rader888@yahoo.com

<https://orcid.org/0000-0002-3160-1330>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 03/09/2021

**Abstract.** The paper is dedicated to furthering the research into different aspects of Montenegrin sovereign status gained at the Congress of Berlin, with a focus on the country's financial sovereignty. Becoming an independent state had a great historical significance for Montenegro, marking the realisation of the centuries-old aspirations for liberation. Still, exercising sovereign power proved challenging for Montenegro, as the country was still an underdeveloped, agrarian country with a high percentage of illiterate population, scarce human resources and modest economic opportunities. Aside from this, there were still many congressional restrictions to exercising the rights acquired by gaining access to the sea. The author seeks to determine the reasons for the high level of indebtedness, as well as the decisions made in trying to resolve the challenges in maintaining the country's financial sovereignty. The author also touches upon the broader subject of the role of gold standard in international trade and argues to which extent Montenegro was able to adhere to this internationally accepted standard, having established its banking institutions and having introduced its own currency. Considering that this paper is a part of the scientific research work on the project 'Montenegro on the political and cultural map of Europe' (CLIO MAP), explaining the reasons for minting the first Montenegrin coin is but a way to examine a segment in exhibit the country's sovereign status acquired at the Congress of Berlin.

**Keywords.** Montenegro, Austro-Hungary, national currency, financial sovereignty, monetary sovereignty.

## State of play subsequent to gaining sovereignty at the Congress of Berlin

With international admission acquired at the Congress of Berlin in 1878, Montenegro received all attributes of a sovereign country, as well as equal legal status with other members of the international community. Having been a state in a factual sense throughout the majority of the 19th century, it was at the Congress of Berlin that Montenegro finally became a state “in the sense of international law”.

The decisions passed by the Congress contained a set of stipulations

which can be positively characterised, such as the recognition of Montenegrin independence, determination of its territory and territorial extension to include access to the sea. However, there were still a number of negative stipulations concerning the compromises made in favour of Austria-Hungary<sup>1</sup>. According to some authors, thus imposed limitations to Montenegrin sovereignty, especially those concerning coastal control, had put Montenegro in a very dependant position<sup>2</sup>.

Despite such interpretations, there is still no doubt regarding the historical significance of the decisions made at the Congress. Apart from the fact that Montenegro was recognised as an independent state, it also gained territorial expansion allowing it to establish conditions for faster economic growth and development. Although it was still an underdeveloped agrarian country, the forms of improved economic and overall social relations were far from negligible. In addition to a boost in domestic trade with the acquisition of new territories, there were also developments in foreign trade and a significant increase in import levels. After the Congress of Berlin, trade agreements were concluded with: Italy, Belgium, Serbia, Egypt, Germany, Greece, the Netherlands, France, Turkey, Bulgaria, Russia, England, Switzerland and Austria-Hungary. The economic and political life of Montenegro and its relations with the world began to intensify relatively quickly.

Still, there was pronounced industrial backwardness, especially subsequent to the Congress of Berlin. The enterprises were mostly small-scale with limited capacity and crude mechanisation, mainly in the field of food and wood industries. At the beginning of the 20th century, with the influx of foreign capital, primarily Italian, major Montenegrin companies found themselves in

---

<sup>1</sup> In article 26 of the Berlin Contract (see *Le Traité de Berlin = Berlinger vertrag = Berlinski ugovor 1878: 190*) it was provided that the port of Bar and all Montenegrin waters would be closed for war ships of all nations; naval-police and sanitary control, both in Bar and along the Montenegrin coast were to be done by the Austrian light watch boats. Legislation which was in force in Dalmatia was adopted for the Montenegrin coast. The Austria-Hungary reserved the right to provide consular protection to Montenegrin trade flag. Finally, Montenegro had to make an agreement with Austria-Hungary about the right of that country to build and maintain one road and one railway road across Montenegrin territory on the coast. They also had to demolish all the fortresses built along the Bojana river and in the interior of Montenegrin territory; (see VUKIC 1928: 281 and PERAZIC, RASPOPOVIC 1992: 127).

<sup>2</sup> A famous lawyer in the XIX century, Friedrich Martens, wrote that if the decisions of the Berlin congress are taken into consideration, especially article no 29, then we can conclude that "The Berlin agreement obviously put Montenegro in a worse position than it had had previously been in; from factually independent country which it had been until the war with Turkey, the contract turned it into a country, with the right of the patronage of Austria-Hungary, which certainly has both strength and means to exercise that patronage". We should, as Martins states, agree with the opinion of Bluncilo that Montenegro with its 285,000 citizens, under the conditions created in accordance with the Berling agreement, could not avoid falling under the influence of a big neighbouring state, and that it would make it difficult for the country to keep its political independence (MARTENS 1882: 264).

Italian hands. With granted monopoly in particular industries, the companies such Crnogorsko anonimno društvo controlled tobacco trade. Another example is Barsko društvo with monopoly over the exploitation of the Port of Bar, the construction of the railway to connect Bar and Virpazar and sails across Lake Skadar. However, it is important to note that the contribution of these companies in the country's overall economic growth was minor. The trade capital and the associated bank capital played a much more significant role.

Aside from the newly acquired ability to take part in international trade and thus undergo industrial transformation, the basic attributes in exhibiting a newly gained international and legal capacity as a sovereign country did not solely depend on congressional decisions, but were also conditioned by the country's own internal development. In spite of any internationally set frameworks, the country's capacity to become a full-fledged member of the international community is reflected in its ability to meet the requirements of establishing internal organisation as set by the international community. Following Montenegro's international recognition, we can note that all national life, in terms of state organisation, was underprepared. Ramping up state reforms became imperative immediately following the gaining of independence. The reforms would allow Montenegro to venture out of its ossified traditionalism and set up new, modernised institutions encapsulating the spirit of the times, while ensuring that the internal metamorphose would not affect the relations with its neighbours.

In terms of institutional solutions, there were assumptions that any country gaining independence through an international plan should work towards establishing its departments, while simultaneously improving in other segments.

Most of the state reforms made during the first decades following Montenegro's independence concerned mainly the government administration and institutional organisation, whereas the reforms in the areas such as economy, education, business, monetary policy and many others were yet to be tackled. Aside from any negative assessments of the reforms in 1879 and 1903, they still were, in a formal sense, directed towards reaching modern European standards in state administration. The said reforms exhibited strong aspirations to affirm international independence and improve the institutional apparatus.

The rights given to Austria-Hungary to "interfere" in the domestic affairs of Montenegro, in accordance with the Article 29 of the Treaty of Berlin, also included the monetary sphere. The establishment of a long-standing monetary policy proved yet another challenging task in the reform process. Even a few decades following its independence, Montenegro failed to establish coherent

monetary policy and decisively claim its monetary sovereignty<sup>3</sup>, seizing its sovereign rights to regulate all matters in regard to possible implementation of a national currency in the economic life of the state. The reasons preventing it from doing so were of realistic and objective nature and concerned the low level of development, small scale of trading, underdeveloped industry and crafts, and so on.

For Montenegro, finding foreign sources of financing was crucial to ensuring economic flow after 1878. The expansion of its territory to new areas of cultivated land and the cities gained after the liberation wars could not solely account for substantive economic development. General economic backwardness and poverty, along with the poorly developed trading relations, conditioned the low degree of capital accumulation, so the requests for loans abroad were necessary in order to acquire financial resources.

### **Borrowing from the foreign creditors**

Without adequate economic or financial policies set in place to ensure a certain amount of profit and under the circumstance that the loans were mostly used for the sole purpose of meeting essential and vital needs, this practice would soon enough bring about heavy debt for the state, making the payoff of such loans particularly challenging<sup>4</sup>.

The estimated indebtedness in the late eighties amounted to more than two million florins. There was an attempt to overcome the financial difficulties by arranging a new, larger loan. Such loan was agreed in Russia 11-23 September 1889. By concluding the Loan Agreement between the Principality of Montenegro and the State Bank of the Russian Empire, the debt to the Bank of Saint Petersburg was written off on the basis of the a from 1879 and the debt to other banks and foreign creditors were rehabilitated (AVPRI, F. Politarchiv d. 384).

Montenegro was able to consolidate its state debts by liquidating Viennese loans and regulating its debts to Russia. Still, the effect was not a lasting one. By concluding a very beneficial loan arrangement with Russia, Montenegro pledged not to no longer borrow money and in particular from Austria-Hungary. However, this commitment was soon broken when a loan agreement in the

---

<sup>3</sup> On limitations to monetary sovereignty see ĐURIĆ 1992

<sup>4</sup> Although, along with the international recognition and territorial expansion (the territory of Montenegro doubled in 1878 and covered about 9.000 square km) its economic power grew, and as was noted, Montenegro did not manage to become financially independent from foreign financial funds that were gained by means of loans. That practice was developed to a greater degree, by taking more loans than in 1878. That was the reason why Montenegro found itself in the state of permanent indebtedness.

amount of 250 000 florins was concluded with a lender bank from Vienna on 31 October 1890. Yet another loan was arranged in Constantinople in 1892. Mitar Bakić, who was a diplomatic representative of Montenegro in Turkey at the time, arranged the conclusion of a loan agreement (DJUROVIC 1960: 218). The situation, however, drastically worsened in the following year 1893, when another large loan was concluded with the Imperial and Royal bank in Vienna on July 17/29<sup>5</sup>. By arranging this loan, Montenegro found itself in a challenging financial position. In his book, Djurovic notes that with this loan Montenegro had stepped into acute crisis, which would gradually become more apparent until there is a bigger force “to appear and temporarily settle this situation, only to, once again, continue along the same tracks and enter the financial ravine. The year 1893 marks a period when Montenegro had no option other than to conclude loans, one after another, in order simply to pay off the debts, and what is worse, to pay them off only partially”.

The debiting of the country abroad continued with Austrian credit bank, by concluding two loan agreements in Constantinople in 1897 in the amount of 350 000 napoleons in gold, and another loan was agreed in Italy in the amount of 500 000 francs (DACG, MF 1893-1896). Furthermore, in 1889 Montenegro caused a scandal due to unauthorized spending of the Austrian post office money, which consequentially lead to a crisis in the political relations with Austria-Hungary<sup>6</sup>.

Once again, the way out was sought with the help of Russia. The initial loan of 2 000 000 francs was given and the payoff was supposed to be done from the approved Russian subvention. The debt towards the Austrian post offices was liquidated (1 848 963,38) from these funds and a special protocol was signed between the Austrian Post and Montenegro (DACG, MF, 1898, folio 65). This time, aside from paying off all Montenegro's debts, Russia took extensive action to regulate internal financial conditions in the country. In 1900, a Russian financial expert Miler was sent to Montenegro on a mission to assist the process.

By eliminating the postal debt and paying off other due obligations with the help of Russia, the financial position of the country was alleviated. Although the conditions had improved, the debt at the end of 1900 towards the beginning

---

<sup>5</sup> The loan was agreed with the interest rate of 6% and it was to be paid off in 25 equal semiannual installments. Much like with the earlier loan concluded in Austria-Hungary, the incomes from the monopoly on salt, income from customs duties, as well as the right to country's forest resources were given as a guarantee.

<sup>6</sup> Due to a lack of money from its own resources, the state was taking money from the post offices. In 1900, the amount of the taken money reached 600.000 florins. The money mostly belonged to Austria-Hungary, and thus Montenegro became even more indebted to Austria-Hungary. Because of this, the government of Austria-Hungary threatened to occupy a part of land until the postal debt is paid off.

of 1901 was 4,5 million florins. An unsolved question of paying off the loans from the Viennese banks remained, and there was the issue of paying off the million-worth loan agreements. Furthermore, the loan was regulated twice (in 1895 and in 1900) with a prolonged duration until the end of 1910. Due to financial difficulties, the State bank of Russia undertook to pay off of the Russian loan. In that way, a part of annual subventions to Montenegro were carried out in the amount of 60 000 rubles. This money had previously been used for paying off the loan. Owing to Russian assistance in sending its financial adviser Miler to Montenegro tasked with helping the process of modernization of the Montenegrin financial system, establishing the system of budget financing meant a significant step forward in reforming the monetary sphere. It resulted in passing the Law on Budget on 1-14 May 1901 (Crnogorski zakonici, Book II, 534). By means of this law, state financial policy was legally regulated for the first time. The Law on Budget was again passed in 1907 and for the first time in history of Montenegro the peoples' representatives at the Montenegrin National Assembly, introduced by the Constitution of 1905, were given power to control state incomes and expenses.

By establishing a modern budget system, for which Miler's mission was extremely significant, the conditions for paying off the annuities due on the basis of other loans from the state's own funds were set in place. By obtaining internal revenues through customs and taxes, the financial abilities of the country were strengthened, while the need to borrow money abroad was simultaneously reduced. As regards the financial conditions within the country, the situation in the first decade of the XX century changed significantly in a positive way. It was namely at the time that a decision was made towards stabilizing the financial system by introducing a new measure – a national currency.

### **Influence of external and internal factors on introducing Montenegrin currency**

Montenegro did not have its own currency until the beginning of XX century, or more precisely, until 1906. People used other currencies on its territory (mostly Austrian thaler, or florin). That was why all the clearing service was done in the Austrian currency – the gold currency until the Berlin congress and after 1878 in inconstant one (florins of Austrian value), which also had a cover in gold.

In terms of larger amounts of money (except for the banknotes of the Austrian bank of all denominations), various currencies circulated in the

country: “gold American dollars, which circulated in large amounts, because Montenegrin emigrants sent them ... , then French gold napoleons, Italian gold liras, English gold pounds, Turkish gold liras, German gold marks, and Russian gold rubles” (ASIICG, Jovanovic, f. 480). The official exchange rates for these currencies would be calculated by the Montenegrin Ministry of Finance in relation to the Austrian kronen, and these would be published in the Official Gazette Glas Crnogorca.

For Montenegro, possessing its own currency had great significance not only in economic, but also in a political sense. As we shall later see, such move eventually proved to be justified in terms of generated income. Still, having a national currency was a natural need for a sovereign country, as it meant emancipation from foreign forms of influence on monetary flows in the country. The goal was to limit any political interference of foreign centres of power in the internal matters of Montenegro. From a broader perspective, the existence of a national currency bears specific significance, not solely as a confirmation of national sovereignty, but it synthesises collective awareness and a sense of belonging to a national community. The existence of a national currency was likely to galvanise the identity status and a sense of historical individuality.

By the very nature of its existence, a national currency not only affirms the sovereign status of a country, but it can have a range of other influences on the collective. For example, showing state symbols and national heroes engraved on monetary units, as a way of paying homage to personalities of unquestionable high regard in a society, serves to make an imprint in the historical memory of the people, connecting it to a sense of pride and belonging to a state union, which then contributes to social cohesion within a given national historical and socio-cultural context.

Such ardent emancipatory ambition is not only evident in the national historical and socio-cultural sphere as it simultaneously pertains to the political realm, and strongly articulates the political resolve of the state of Montenegro. At the beginning of the first decade of the 20th century, this desire can be seen as very pronounced not only in the views of Prince Nikola, but also in the opinion of his political associates. After gaining independence, the Montenegrin people had Prince Nikola to thank for introducing Montenegrin money (ASIICG, Jovanovic, f. 480).

Still, no matter how adequate the economic and political reasoning behind the move to start minting Montenegrin money, or the determination to set off activities in that direction, the manner in which this was done in Montenegro was very particular bearing in mind the internationally upheld standards and established monetary practices of other countries.

The emergence of Montenegrin currency occurred at the time marked by the internationally adhered set of rules relating to exchangeability of national currencies, also known as “the gold standard” – a monetary system set in place to counter the volatility of exchange rates by ensuring that the money in circulation had a backing in gold. While “each country would define the price of gold in terms of its currency and keep the price fixed” still, “as an international standard, the key rule was maintenance of gold convertibility at the established par.” (BORDO 1999: 202). Generally, this meant that countries that opted for the gold standard tied the value of their currency to gold and the “maintenance of a fixed price of gold by its adherents in turn ensured fixed exchange rates” (BORDO 1999: 202). It is traditionally regarded by the scientific community that the system was put in place to stabilise volatile exchange rates and thus consolidate international trade, however, in more recently published literature, it is argued that British model of the gold standard, that eventually came to be internationally applied, was actually introduced with the aim of resolving domestic issues relating the rise of modern banking institutions, i.e. issuing banks. Thus, it is argued that what is known as “gold monometallism” was not merely “a technical solution” in bringing market stability by resorting to a fixed value of gold, but it rather “represented a first step in the state’s attempt to gain control over the rise of modern banking” (KNAFO 2013: 123). It is therefore argued that this system may be regarded as essentially political, as its goal was primarily to discipline banking institutions (KNAFO 2013: 150).

It is argued that “the essence of the gold standard rule was as a domestic commitment mechanism” (BORDO 1999: 205). By agreeing to gold standard, the countries were to set up their own institutions of gold standard, i.e. central bank, gold monometallism and sound money. It is important to note that this monetary regime was often adopted to provide domestic tools of governance to empower states (KNAFO 2013: 150). Therefore, the system is said to have been “particularly important to the countries that were relatively less developed and therefore depended on access to international debt markets” (BORDO 1999: 205).

Given what we have briefly said about the amount of public debt in Montenegro, in the first decades after gaining independence, due to the difficult economic situation it evidently struggled to maintain the country’s financial system and large borrowings from foreign banks show that there were neither gold nor silver reserves, and for a relatively long time after 1878 there were no

banking institutions<sup>7</sup>. Even after they were established, none of these institutions reached the level of a Central Bank, nor did they have an issuing function. This means that at the time when Montenegro started minting its first metal coin, it could not adhere to the international gold standard by means of any established “gold standard institutions”.

There was yet another noteworthy aspect of gold standard that concerned Montenegro. Since international adherence to the standard “created a system of fixed exchange rates linking all countries on the same standard,” there was an established practice where countries could choose currency of another country as its monetary basis, and the amount of monetary units was determined based on that currency stock (DJUROVIC 1960: 1969).

The issuing of the first Montenegrin coin was not done through the banking system, as there were no the issuing banks, but this was performed in accordance with the Article 10 of the Constitution of the Principality of Montenegro, which stated: “The Prince is entitled to mint money.” After issuing such decision, the first Montenegrin money could be minted on the basis of the monetary stock, that is, the required amount of foreign currency, likely of the country in which the money was to be minted.

## **The minting of Montenegrin money**

The Montenegrin government felt the need to “emancipate from the Austrian money” and the first attempts in that direction were made in 1893<sup>8</sup>. However, because of the position of Montenegrin finances and the big debt of the country, breaking away was not easy. On the other hand, Austria-Hungary had no interest in allowing Montenegro to mint its own money, especially allow its circulation on the Austrian territory. That was why the negotiations between the Minister of Finance Matanovic and the Austrian Prime Minister

---

<sup>7</sup> The first banking institution in Montenegro was the Prva nikšićka štedionica, founded on 5-18 March 1901. The bank capital consisted of shares of 200 shareholders, with a total value of 200 thousand crown (the bank changed its name to Nikšićka kreditna banka in 1911). In the following years the following institutions were established: Podgorička banka (1904), Crnogorska banka (1905), Narodna štedionica Cetinje (1906), Narodna banka Knjaževine Crne Gore (1908), Državna hipoterna banka Kraljevine Crne Gore (1912) (DJUROVIC 1959).

<sup>8</sup> In the mid 1893, the Minister of Finance Niko Matanovic addressed Mita Perovic, the manager of the Viennese mint, in order to give him data about coins. At the end of 1893 Gavro Vukovic informed the Austrian deputy in Cetinje that the Montenegrin money could be equalised with the Austrian. The only difference would be that the Montenegrin money would contain Prince Nicholas's image and the two-headed eagle with the state coat of arms N. Matanovic travelled to Vienna from the same reasons and talked to the Austrian government (DJUROVIC 1960: 340).

Kucinski ended in failure<sup>9</sup>.

Minting its own money had great significance for Montenegro, not only in economic, but also in a political sense. As a sovereign country, it showed a natural need for possessing its own currency, which meant not only the confirmation of that sovereignty, but also a means for emancipation from foreign influence, Austrian most of all, and as a dam against its financial and political interference in Montenegro's internal affairs.

The edict of Prince Nichola concerning minting Montenegrin nickel and copper coins in denominational value of 200.000 kronen was announced on April 11/24 in 1906. This edict allowed Prince Nichola to exercise his right under Article 10 of the Constitution of Montenegro written in cyrillic alphabet, namely, that "The Prince ruler had the right to mint money." (PAVICEVIC, RASPOPOVIC 1998: 4). The edict specified that the money was to be minted in the currency units of 20, 10, 2 and 1 paras. It also determined the characteristics of Montenegrin money. It would bear the state coat of arms on one side, and the value designated in Arabic numerals on the other side, along with the inscription in a circle along the rim: "Principality of Montenegro 1906" (Glas Crnogorca, 15/04/1906). The Ministry of Finance was in charge of determining alloy and the amount of certain pieces. The specifics regarding the minted copper and nickel money were given in the book "Pedeset godina na prestolu Crne Gore". Perper was considered a basic monetary unit for the money minted in 1906. Bearing in mind that it had not existed as a monetary unit at that time and that all the clearing service was still being done in Austrian kronen, a reason for using such designation in this book can be that the value of perper, after it was minted in 1908, was equal to kronen and there was no basic difference between them.

According to data published in 1906, 200 000 pieces of bronze were minted in the value of one para (or 2 000 perpers) and 600 000 pieces of the same currency in the value of two paras (or 12 000 perpers). 750 000 of the nickel coins were minted in the value of 10 paras (or 75 000 perpers), and 600 000 pieces of 20 paras (120 000 perpers). The total amount of minted money, both bronze and nickel had the value of 209 000 perpers, which, as said, equals to the same amount in kronen (TOMANOVIC 1910: 189).

---

<sup>9</sup> Concerning the ideas about minting real Montenegrin money, before it really came true, literature quotes the suggestion of the former Montenegrin consul in Skadar, Jovan Vaclik. In 1902 he suggested that the "Russian monetary palace in St Petersburg" minted the Montenegrin money out of the funds that Montenegro got from Russia as a subvention. Instead of paying off the subvention in rubles, Vaclik suggested that the Montenegrin money would be minted in St Petersburg during the following four years and sent to Montenegro. He thought that gold money should be minted first and then little copper or nickel money, which would then substitute the Austrian currency.

According to the writings of the gazette *Trgovinski glasnik* which was quoted by *Glas Crnogorca*, “the main Imperial and Royal Mint in Vienna” took on the job and completed it successfully “according not only to the experts who can assess this job, but also to the Montenegrin government” (*Glas Crnogorca*, 09/09/1906).

“A special deputy of the Imperial and Royal state Mint” in Cetinje was supposed to deliver the money. As it is later stated in the text, “project, model and the production of the coins were carried out in the mint itself, under the supervision of its manager, court counselor Mita Petrovic who was born in Pancevo, and was a mining engineer by profession” (*Glas Crnogorca*, 09/09/1906).

Once the minted money arrived in Cetinje by means of a communication made by the Ministry of Finance of August 28/September 10, the Montenegrin money was released and the customs offices were ordered to make exchange for Austrian small change – heller – which used to circulate in Montenegro. The customs received the necessary amount of money and were supposed to complete the exchange into Montenegrin currency by October 15 1906, after which the Austrian small change on Montenegrin territory would be removed from circulation by January 1 1907.

Montenegro began the seizing of its “monetary sovereignty” by minting small bronze and nickel coins. In the following years bronze and nickel small coins were still minted. This was followed by the minting of silver and gold coins.

In 1908, 110 000 small nickel and bronze perper coins were minted. According to the Prince’s edict from May 18 1908 the Ministry of Finance was authorized to release Montenegrin nickel and bronze coins in the stated nominal value, in the pieces of twenty, ten and two paras (*Glas Crnogorca*, 24/05/1906).

The nickel and bronze coins were minted in Vienna under the same conditions as those of 1906. Now, 250.000 pieces of nickel coins of 10 paras in the value of 25 000 kronen and 40 000 pieces of 20 paras in the value of 80 000 kronen were minted. There were 250 000 bronze coins of 2 paras minted in the value of 5 000 perpers (TOMANOVIC 1910: 191). The coins minted in 1906 and 1908 were not enough to meet the needs of the circulation in Montenegro. Thus, although it was strictly ordered that small Austrian money – heller, would not be accepted after 1 January 1907, it was still in circulation.

By taking up the minting of coins, the state achieved a large special income which it did not have before. It is estimated that the income from the money minted in 1906 was 162 441,17 perpers, or kronen, and from the money in 1908 – 88 560,32 kronen (TOMANOVIC 1910: 191).

It was certain that the financial profit was one of the reasons for continuing with minting money in Montenegro and raising the amount of cash flow. There was also the need to eliminate the domination of Austrian money and great diversity of different currencies which circulated in Montenegro. Certain expectations were expressed regarding the minting of silver Montenegrin coins. This would eliminate the Austrian silver krone which was the only silver currency that was circulating in Montenegro.

### **The minting of Montenegrin silver coins**

After the decision on minting Montenegrin silver coins was made, the government decided to have the coins minted in Paris because of the annexation of Bosnia and Herzegovina in 1908. Avoiding the Viennese mints was a sign of protest towards the expansionist politics of the Dual monarchy. The suggestion made by the Head Minister of Finance of Montenegro that the National Bank in Belgrade should take the responsibility of crediting the minting by opening the credit at the Parisian bank – Banque de Paris et des Pays-Bas, was accepted. In concomitance with bringing the decision about minting the silver coins, it was necessary to determine its name, too. Mihailo Jovanovic wrote in his memoirs that there were different suggestions such as: Lovcen, Zeta, Srebrnik. Since these names were declared as “inconvenient, though, in the end the name ‘Perper’ was finally suggested. It was the name of the old German money from the time of Emperor Dushan” (AZIICGT, folio 380). The design for both sides of the coins was drafted by the Prof. Sobajic from Cetinje, and the cliché by Prof. Stevan Sulc from Vienna. The coins were minted in the French mint Bertrand et Beranger in the units of one and five perpers. The Prince’s edict, which empowered the Ministry of Finance “to have permission to mint and release Montenegrin silver money in the total value of 800 000 perpers,” was announced only after the money was minted and brought to Montenegro (Glas Crnogorca, 06/07/1909). There were 60 000 pieces made in denominational units of five perpers, in the value of 300 000 perpers. The second part of minted coins of 500 000 perpers was done in pieces of one perper. The excess profit from making this money was 492 216,99 perpers.

Together with the decision to mint silver coins, the Montenegrin government also decided to mint gold coins. The preparations were completed at the beginning of 1910. The draft and cliché were created by the same authors who were hired for the silver money. Minting these coins was entrusted to the Viennese mints, but a small profit was expected from the minting.

The edict which empowered the Ministry of Finance to mint and release Montenegrin gold and silver coins in denominational value of 1 630 000 perpers – 1 030 000 gold and 600 000 silver, was announced on March 19 / April 1 in 1910. The gold coins were minted in the pieces of 100 perpers (300 monetary units in the value of 30 000 perpers); 20 perpers (30.000 monetary units in the value of 600.000 perpers) and 10 perpers (in the value of 400 000 perpers); 300 000 pieces of silver money of two perpers in the total value of 600.000 perpers were minted. (Glas Crnogorca, 21/03/1910).

By the decision of the Ministry of Finance, the gold Montenegrin money in the total value of 1 030 000 perpers was released on March 25 in 1910 on the day of annunciation (Glas Crnogorca, 21/03/1910).

In 1910, on the occasion of celebrating the fiftieth anniversary of the reign of Prince Nichola, a jubilee gold coins were minted. They were different from those minted before. Next to the image of Prince Nichola, a laurel was put with the inscription of the period of ruling 1860-1910. The jubilee gold coin was also minted in Vienna, a million perpers were released. The jubilee money was made of three types. 500 pieces of 100 perpers (50 000 perpers) were minted; 30.000 pieces of 20 perpers (600 000 perpers) and 35 000 pieces of 10 perpers (350 000 perpers). As a result of the minting in 1910, 2 030 000 gold perpers and 600 000 silver ones were released.

No extra profit was made from the minting of gold coins in 1910. On the contrary, there were losses. The minting cost was more than its denominational value. As far as the minting of the silver money is concerned, the profit turned out to be 378 674,92 perpers (DJUROVIĆ 1960: 348).

The normative bases for all the coins minted in 1910 and before were the Prince's edicts which were based upon the Article 10 of the Constitution of Montenegro. That was why it was necessary to pass a legal act which would authenticate the existing situation, that is to say, create a tangible basis for the Montenegrin monetary system based on its own currency. That act was the Law on State Currency of the Kingdom of Montenegro from December 4 – 17 in 1910, which came into effect at the beginning of 1911.

Article 1 of the Law specified that "The Kingdom of Montenegro has adopted gold currency for monetary traffic in its territory whose monetary unit is perper". Thus, the Law ratified the significance of the Montenegrin currency forms that had already been circulating at the time of its passing. It concerned the shape, size, weight and alloy composition of gold, silver and bronze coins.

In addition, the Law concerned the matters of foreign currency circulation in Montenegro, as well as Montenegrin the circulation of Montenegrin currency abroad. It also stipulated the possibility of allowing the circulation of foreign

currency in Montenegro based on reciprocity should a country mint its money according to the same system. A special agreement would have to be made in that case. It concerned the gold coins, whereas silver, nickel, bronze and other small units, according to the text of the Law, “would not be accepted at the state exchequers, nor could it circulate in the domestic traffic as money” (Law on State Money, Art. 32).

The importance of the state law on money was also in that perper, being the only accounting unit – since the accounting values were not to be expressed in foreign but in domestic units – the accounting books and records relating to institutions and individual persons had to be set according to the same principle.

Bearing in mind this and some other conclusions, we can consider correct the estimates in the scientific literature “that the Law basically sanctioned the existing situation, by adopting those principles on which the money in flow was minted” (DJUROVIĆ 1960: 349). Apart from this, by proclaiming perper as national currency, the Law excluded the circulation of foreign currency in regular monetary traffic.

The Efforts of Montenegro to make its currency independent and stable in the monetary aspect, which finally yielded positive results, did not meet the benevolent attitude of Austria. Austria, for example, bought out Montenegrin gold coins and cast it in Austrian kronen. Thus, the Montenegrin gold coins soon became a rarity and the presence of the Austrian krone was retained. On the other side, Montenegrin money made its way into the Austrian territory and circulated there. Unofficially, Montenegrin money was accepted in Austrian territory. Such circumstance posed a demand for special regulations relating to the matter of monetary circulation in both of the countries’ official territories.

As Montenegro achieved monetary sovereignty by minting its own money, Austria was forced to contractually regulate its monetary relations with Montenegro by issuing a special document. Thus, a monetary convention<sup>10</sup> was concluded and it became effective of 21 September 1911 (DACG, MID 1911, folio 153). Without going into further consideration of its stipulations, it can be said that it was accepted on the Austrian territory with equal value as Austrian money. By means of this convention, the flow of Montenegrin money was limited, especially the small coins and the circulation of the Austrian small coins on the Montenegrin territory was limited, as well. The principle of reciprocity was achieved, i.e. the Montenegrin money had a 1:1 exchange rate to the Austrian money.

---

<sup>10</sup> On the history of international monetary diplomacy see GALLAROTTI 2021.

Even after 1910, Montenegro continued minting money. Thus, on 23 December 1915 / 5 January 1912, The Monetary Law was passed (Glas Crnogorca, 11/06/1912). According to the said law, about 3 000 000 perpers, 2 000 000 of which were gold and 800.000 in silver, were to be minted, while 6 000 or 11 000 perpers were to be minted in nickel and bronze. The minting of such a big amount of gold coins was conditioned by the outflow of Montenegrin gold money and its treasuring, which influenced the permanent lack in flow. This law on money was partially realized. In 1912 only silver coins in the value of 586 800 perpers were minted. The minting continued in 1913 when the provided amount of nickel and bronze small money was minted. Two million gold coins were never minted.

After the First Balkan War, the Montenegrin territory significantly expanded and it required larger amounts of money in circulation. That was why the Montenegrin government passed a law on minting the silver, nickel and bronze money in February 1914 (Glas Crnogorca, 11/02/1914). The money was minted on the basis of the clauses of the Law on state money from 1910. A million and 250 000 perpers were minted in total. It was the last money minted in Montenegro. The Montenegrin government was not able to mint the rest of the planned 700 000 perpers of silver and 140 000 nickel and bronze coins because the World War I broke out.

## **Conclusion**

By introducing national currency, a great step was made towards strengthening the economic independence and state sovereignty of Montenegro with the emancipation from Austro-Hungary. By forming Monetary convention and thus creating a kind of monetary union, the equalization of both countries was carried out on the basis of equal currencies. In this manner, Montenegrin perper circulating on the territory of Austria-Hungary was treated as a monetary unit equal to Austrian krone. The result which was obtained with this Convention attested to the equality of the contracting parties and mutual acceptance of the reciprocities in cross-monetary relations.

Apart from the commercial and political effects, introducing national currency provided significant financial benefits as the net-income made from money issuance was 1 271 870,32 perpers. Compared to the condition of the Montenegrin financial system prior to minting its own currency, the monetary situation improved greatly which had far-reaching positive effects on the country's economic development.

## Abbreviations

ASIICG – Arhivska Sluzhba Istorijskog instituta Crne Gore (Archive collection of Historical Institute of Montenegro), Podgorica.

AVPRI – Archiv vneshnei politiki Rossiiskoi imperii (Archive of Foreign Policy of the Russian Empire), Moscow, St. Petersburg.

AZIICGT – Arhivska zbirka Istorijskog instituta Crne Gore Titograd (Archive collection of Historical Institute of Montenegro, Titograd), Podgorica.

DACG – Drzhavni Arhiv Crne Gore (State Archive of Montenegro), Cetinje.

MF – Ministarstvo finansija (Ministry of Finance).

MID – Ministarstvo inostranih djela (Ministry of Foreign Affairs).

## Sources

AVPRI folio Politarchiv d. 384, l. 26.

DACG, MF, folio 176, d. 387.

DACG, MF 1893-1896, folio State loans.

DACG, MF, 1898, folio 65, Financial Papers I from January 13/25 1898,  
Financial Papers II from August 10/22 1898.

DACG, MID 1911, folio 153 d. 2607.

Glas Crnogorca, No. 15, April 15th 1906.

Glas Crnogorca, No. 36, September 9th 1906.

Glas Crnogorca, No. 25, May 24th 1908.

Glas Crnogorca, No. 25, July 6th 1909.

Glas Crnogorca, No. 14, March 21st 1910.

Glas Crnogorca, No. 14, March 21st 1910.

Glas Crnogorca, No. 35, June 11th 1912.

Glas Crnogorca, No. 11, February 1914.

## References

BORDO, Michael (1999). *The Gold Standard and Related Regimes*. Collected Essays. New York: Cambridge University Press.

ĐURIĆ, Dragana (1992). *Monetarni suverenitet: promjene i ograničenja*. Beograd: Institut ekonomskih nauka.

ĐUROVIĆ, Mirčeta (1960). *Crnogorske finansije 1860-1915*. Podgorica: Historical Institute.

- ĐUROVIĆ, Mirčeta (1959). *Novčani zavodi u Crnoj Gori*. Cetinje.
- GALLAROTTI, Gulio M. (2021). *A history of International Monetary Diplomacy, 1867 to the Present: The Rise of the Guardian State and Economic Sovereignty in a Globalizing World*. London: Routledge.
- JOVANOVIĆ, Milivoje. *Moje uspomene iz Crne Gore*. Podgorica: AZIICGT, folio 380 and 480.
- KIRSANOV, Miodrag (2010). *Crnogorski papirni novac = The Paper Money of Montenegro*. Podgorica.
- KNAFO, Samuel (2013) *The Making of Modern Finance. Liberal governance and the gold standard*. London: Routledge.
- MUHADINOVIĆ, Jovan (2014). *Crnogorski novac*. Novi Sad.
- NOVAKOVIĆ, Pavle (2012). *Perper: crnogorski novac*. Cetinje: Antikva Montenegrina.
- PERAZIĆ, Gavro; RASPOPOVIĆ Radoslav (1992). *Medjunarodni ugovori Crne Gore 1878-1918*. Titograd: Historical Institute.
- PAVIĆEVIĆ Branko; RASPOPOVIĆ Radoslav (eds.) (1998). *Crnogorski zakonici: 1796-1916 I-IV*. Podgorica: Historical Institute.
- RAŽNATOVIĆ, Novak (1979). *Crna Gora i Berlinski kongres*. Podgorica.
- TOMANOVIĆ, Lazar (1910). *Pedeset godina na prestolu Crne Gore*. Cetinje.
- VUKIĆ, Jovan (1928). *Crna Gora na Berlinskom Kongresu 1878*”, in *Zapisi* vol. II sv. 1-6, 281-287.
- VON MARTENS, Friedrich (1882). *Sovremennoe mezhdunarodnoe pravo civilizovann'ih" narodov"*. Sankt Peterburg: s.n.
- (2018) *Le Traité de Berlin = Berlinger vertrag = Berlinski ugovor : 1878 . – Podgorica: Univerzitet Crne Gore Istorijiski institut Univerziteta Crne Gore Zakon o držaunom novcu Kraljevine Crne Gore. Cetinje 1911.*



# As eleições legislativas de 1922 no Alentejo

## *The 1922 legislative elections in the Alentejo*

MANUEL BAIÔA<sup>1</sup>

Universidade de Évora, CIDEHUS

manuelbaioa@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3176-5690>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/08/2021

**Resumo.** O presente estudo incide sobre as eleições legislativas de 1922 ocorridas nos seis círculos eleitorais do Alentejo. Aborda os tópicos referentes à contextualização política, à escolha dos candidatos a deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. Apresenta ainda uma revisão dos resultados eleitorais do Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.

**Palavras-chave.** Eleições, clientelismo, I República, Alentejo.

**Abstract.** This study focuses on the 1922 legislative elections that took place in the six electoral districts of the Alentejo (Portugal). It addresses topics related to political contextualization, the choice of candidates for deputies, the electoral campaign, clientelism, electoral fraud and agreements. It also presents a review of the electoral results of the Alentejo, moving away from the numbers followed by Portuguese historiography.

**Keywords.** Elections, clientelism, 1st Republic, Alentejo.

## Introdução

O presente artigo incide sobre as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados ocorridas em 1922 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Abordamos a contextualização política; o processo que levava à escolha dos candidatos a deputados; a campanha eleitoral, com os comícios, o percurso dos candidatos pelas vilas e cidades; os manifestos e as polémicas na imprensa; o clientelismo e o caciquismo político; os acordos, as fraudes e as irregularidades ocorridas nos atos eleitorais; e finalmente a análise dos resultados eleitorais, comparando os resultados nacionais com os do Alentejo. Como complemento, em anexo, apresentam-se os quadros com os resultados eleitorais. Não iremos abordar o tópico referente à legislação eleitoral, que já tem sido amplamente explorado pela historiografia portuguesa (ALMEIDA 1998, 2014; LOPES 2011; PEREIRA 2014).

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

Os estudos sobre as eleições legislativas da I República de Oliveira Marques (1978: 589-644; 1980: 126-128) foram pioneiros e os resultados finais apurados para cada uma das eleições continuam a ser usados por toda a historiografia portuguesa (LOPES 1994: 32-33; 2013). Contudo, conhecem-se várias imprecisões (SILVA 2006 II: 177; QUEIROZ 2010: 63-94; BAIÔA 2015: 309), fruto da dificuldade em identificar a orientação política de alguns deputados, e por esses resultados terem sido obtidos principalmente com recurso a fontes da imprensa, que não incorporaram alterações ocorridas nas assembleias de apuramento e nas comissões de verificação de poderes. Ainda assim, continuamos a usar neste estudo os resultados nacionais das eleições legislativas de 1922 propostos por Oliveira Marques (1980: 128), pois para estas eleições ainda não foi apresentada uma revisão dos mesmos, como já ocorreu para as eleições de 1918 e 1925 (SILVA 2006 II: 177; QUEIROZ 2010: 63-94; BAIÔA 2015: 309). Existe um estudo recente sobre as eleições legislativas de 1922 (VIEIRA 2019), mas tem várias omissões e erros. Os mais graves resultam de ter ignorado as decisões das comissões de verificação de poderes, pelo que não pode servir de referência.

As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local (SERRA 1987; MENEZES 1992; QUEIRÓS 2003; CRUZ 2007; SEQUEIRA 2014; QUEIROZ, 2015). Contudo, estas investigações são fundamentais para conhecer o processo político e os candidatos num contexto específico e singular. Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática (SILVA 1996; BAIÔA 1997, 2000; ALMEIDA 1997; FAUSTINO 1997; PIÇARRA 2010; PIÇARRA; PINTO 2010; BERNARDO 2013) onde se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre (VENTURA 2010), Évora (MATOS; BERNARDO; RODRIGUES 2010) e Beja (PIÇARRA; MATEUS 2010). Recentemente foram publicados dois estudos sobre as eleições legislativas de 1921 e de 1925 no Alentejo, que têm uma estrutura semelhante à abordada neste artigo (BAIÔA 2020, 2021). Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo.

As principais fontes arquivísticas utilizadas neste estudo foram as depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar onde se encontra toda a documentação oficial das eleições legislativas: listagens com o recenseamento eleitoral, atas das assembleias primárias, assembleias de apuramento e comissões de verificação de poderes; protestos e contra protestos dos candidatos e dos seus representantes. O seu conjunto dá-nos os resultados oficiais das eleições. O que não significa que eles espelhem o que realmente se passou, já que as fraudes e falsificações não foram exclusivas das assembleias eleitorais, verificaram-se também nas próprias

comissões de verificação de poderes. Todavia, eram estas que proclamavam os deputados eleitos.

Teria sido muito importante identificar arquivos privados que retratassem os bastidores das eleições, com as negociações, os acordos e as fraudes. No entanto, não conseguimos encontrar para o Alentejo este tipo de arquivos, conforme já foram identificados para outras regiões (QUEIRÓS 2008: 115-116; BAIÕA 2015: 291-317). Recorreu-se, pois, à imprensa nacional e regional e às memórias para obter o máximo de informações sobre estes tópicos, de modo a cruzá-las com as fontes oficiais.

## O contexto político

Após a revolução de 19 de outubro de 1921 os principais partidos republicanos (Partido Republicano Português – PRP; Partido Republicano Liberal – PRL; Partido Republicano de Reconstituição Nacional – PRRN) foram forçados pelas circunstâncias a fazer uma “frente única” para conseguir trazer o regime para um quadro de normalidade constitucional, afastando-o do clima revolucionário propiciado pelos “Outubristas”. Foi assinado um “Pacto” no dia 22 de novembro de 1921 (*O Mundo*, 23.11.1921: 1; *A Lucta*, 23.11.1921: 1; *O Regionalista*, 26.11.1921: 1; *Idem*, 4.12.1921: 1; SILVA 1996: 296-300), reforçado posteriormente com a aprovação de um “Programa de Realizações Imediatas” (*O Mundo*, 29.11.1921: 1; *A Lucta*, 29.11.1921: 1; LEAL 2008: 83-85).

O acordo contemplava também a distribuição proporcional dos lugares no Parlamento em função da “importância política de cada um dos três maiores partidos constitucionais” (SILVA 1947: 134), donde o PRP seria a força política vencedora, mas sem maioria absoluta, logo seguida do PRL e do PRRN (SILVA 1996: 115-117). Posteriormente também se chegou a acordo para a formação de um governo de concentração integrando elementos do PRRN, do PRL, do PRP e independentes, chefiado por Cunha Leal (LEAL 1967: 317-321), que preparou as novas eleições legislativas de janeiro de 1922 tendo em mente “entregar o Poder aos partidos” (Cunha Leal, *DCD*, 20.2.1922: 12).

O pacto entre as forças republicanas quebrou-se em muitos círculos aquando da preparação das listas eleitorais, pois não foi possível chegar a acordo na partilha dos lugares. Os liberais, os reconstituintes e os democráticos exigiam um número de deputados desproporcional e inexequível, instalando-se uma guerra entre as estruturas centrais e as estruturas locais dos partidos, dado que as primeiras queriam impor às segundas os seus candidatos (*O Alentejo*, 18.1.1922: 2; SILVA 1996: 297-299).

Em contrapartida, o presidente do ministério queria que o novo Parlamento

tivesse um novo equilíbrio de forças políticas que propiciasse um conjunto de reformas legislativas e constitucionais que permitisse dar estabilidade à República. Não queria entregar o poder de “mão beijada” novamente aos democráticos e procurou trazer para o Congresso novas personalidades, vindas das associações patronais, tentando regenerar a política e o regime, no sentido de formar um novo grupo político que contrabalançasse o poder dos democráticos e em menor grau dos liberais. Os homens próximos de Cunha Leal, denominados “Governamentais”, também tinham caras conhecidas da política nacional, autênticos profissionais da política caciquista, como Nuno Simões, que então desempenhava as funções de Ministro do Comércio (*Diário de Lisboa*, 18.1.1922: 8; *O Alentejo*, 20.1.1922: 2). O chefe do governo, Cunha Leal, confessou muitos anos depois que tinha recorrido ao clientelismo nestas eleições (LEAL 1967: 321-323). Pois para ganhar eleições não bastava ter boas ideias e bons candidatos, era necessário participar no jogo duro da “política dos amigos”, do “patrocinato” e da “engenharia eleitoral” (FARINHA 2003: 229-241; BAIÔA 2015: 291-307).

A campanha eleitoral continuava a ser financiada quase em exclusivo pela fortuna pessoal dos notáveis, o que afastava alguns potenciais candidatos da corrida eleitoral. O capitão-tenente da Armada, António Augusto Fernandes Rego, que foi senador do PRP na anterior legislatura, optou por não se candidatar desta vez, pois:

Para se ser legislador por tão curto prazo não vale a pena fazer-se uma despesa considerável com a eleição. Sim, porque embora não se paguem os votos, não há dúvida que os cumprimentos aos eleitores, a propaganda necessária, etc., tudo isso importa numa avultada soma, principalmente com o elevado custo dos transportes (*A Capital*, 13.1.1922: 1).

A “preparação” antecipada dos resultados eleitorais foi novamente uma prática generalizada, tendo os notáveis dos principais partidos consumado “pactos” em muitos círculos para não terem de ir para a luta eleitoral aberta e incerta. Assim, as práticas mais comuns eram o acordo pré-eleitoral com a combinação dos resultados finais das eleições em atas fraudulentas ou a “troca de votos”. Este último caso era também conhecido por “candidaturas certas”, isto é, o partido A não ia a votos no círculo 1 e “transferia” os seus votos para o partido B, em troca da integração de um seu correligionário na lista do partido B no círculo 2, ou em troca de outro qualquer favor. Havia ainda os independentes, ou falsos independentes, que angariavam apoios variados e por vezes contraditórios antes das eleições e que depois do ato eleitoral se juntavam ao partido vencedor (SILVA 1996: 298-303; FARINHA 2003: 229-241; MALTEZ 2004: 286-293).

Em cada círculo, ou mesmo em cada concelho, o arranjo das listas foi executado através de árduas negociações. O resultado final destas combinações políticas foi muito variado<sup>2</sup>. O próprio presidente do governo, Cunha Leal, que estava a organizar uma “lista Governamental”, integrou a lista patrocinada pelo PRP em Chaves. O PRP, enquanto partido mais poderoso, entrava nas negociações em vantagem, só permitindo integrar elementos de outros partidos ou independentes nas suas listas em troca de eleições asseguradas noutros círculos.

As eleições foram preparadas num quadro de desordem, violência e instabilidade, dada a dificuldade em controlar a Marinha e a própria GNR, que em muitas situações apoiavam os seus camaradas “revolucionários do 19 de outubro”. Nos dias anteriores às eleições foram realizadas buscas, tendo sido apreendidas armas e bombas detidas por civis e por alguns membros da GNR e do Exército, que estavam a organizar revoltas. As eleições foram adiadas quatro vezes, tendo sido marcadas finalmente para o dia 29 de janeiro de 1922 (*Diário de Lisboa*, 26.1.1922: 5 e 8; FARINHA 2003: 229-241).

## **As candidaturas apresentadas no Alentejo**

No Alentejo estas eleições foram, no geral, pouco disputadas, pois apresentaram-se poucas listas. Alguns indícios apontam ainda para um cenário de negociação entre os influentes eleitorais para o estabelecimento de “pactos”. Estes “acordos” entre os principais partidos republicanos pretendiam fazer uma prévia distribuição dos mandatos antes das eleições. Nos locais onde tal não era viável usavam-se as já tradicionais práticas caciquistas e clientelares que alguma imprensa não se cansava de denunciar:

As eleições são ainda o cacique, o habilidoso que o maneja ao sabor das suas aspirações políticas, a votação em bandos e no fim, a coroar-lhe a obra, a jantarada lauta oferecida pelo eleito, a pipa de vinho e a conseqüente embriagues, nesses dias grandes, permitida pela lei. [...] Em vez de propaganda, acordos. É muito mais simples (*Diário de Lisboa*, 24.1.1922: 1).

O PRP apresentou-se em todos os círculos a disputar as maiorias (dois candidatos), com exceção do círculo de Estremoz, onde apenas apresentou um candidato. Neste círculo apenas se apresentaram três candidatos (PRP, PRL e

---

<sup>2</sup> No concelho de Mogadouro fez-se um acordo eleitoral entre o PRL e o PRRN, “dando” os liberais cerca de 400 votos ao candidato a senador reconstituente. Já no Bombarral o PRL selou um acordo com o PRP através de uma coligação (*República*, 31.1.1922: 1-2).

PRRN), os que acabaram por ser eleitos. O PRL tentou ganhar as maiorias em Elvas e Beja e as minorias em Portalegre, Estremoz, Évora e Aljustrel. O PRRN apenas disputou as minorias em Évora, Estremoz e Aljustrel. Os monárquicos disputaram as maiorias em Portalegre<sup>3</sup> e as minorias em Évora e Elvas. Os outros partidos não se apresentaram ao sufrágio no Alentejo, pelo que estas eleições realizaram-se num quadro pouco competitivo. O Centro Católico Português não concorreu no Alentejo, mas negociou acordos com José Pequito Rebelo e com outros notáveis de diferentes partidos, no sentido de estabelecerem acordos que defendessem os interesses dos católicos (LIMA 2012: 475-484).

A escolha dos candidatos pelos partidos propiciou novamente alguma tensão entre os órgãos centrais dos partidos e as comissões políticas locais. O directório do PRRN ofereceu a Alberto Jordão Marques da Costa, líder do PRRN em Évora, a candidatura a deputado pelo círculo de Santo Tirso, para assim poder candidatar por Évora um político próximo das altas esferas do partido. No entanto, as comissões políticas locais do PRRN reunidas em Évora mostraram o seu desagrado com esta solução e foram unânimes em manifestar o apoio à candidatura de Alberto Jordão Marques da Costa, pelo círculo de Évora, onde já tinha sido estabelecido previamente um acordo com o PRL<sup>4</sup>.

Em Beja as comissões políticas do PRL reuniram no final de novembro de 1921. Elegeram a nova comissão distrital e propuseram os nomes dos candidatos a deputados pelos círculos de Beja e Aljustrel: Jaime Palma Mira, Eugénio Rodrigues Aresta, Manuel de Brito Camacho e João Rodrigues da Costa Palma. Decidiram ainda que fosse Jaime Palma Mira que tivesse a última palavra na escolha dos nomes a propor (*O Bejense*, 24.11.1921: 2). Este político bejense acabou por não aceitar a candidatura por Beja, vindo a ser convidado Mariano de Melo Vieira<sup>5</sup>, antigo governador civil de Beja, mas sem ligações à região (*O Bejense*, 1.12.1921: 1).

Em Évora houve algumas divergências entre o directório do PRL e as comissões políticas locais quanto aos candidatos a apresentar: Domingos Cordeiro Rosado ou Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá. O primeiro acabou por ser o escolhido para participar numa lista conjunta, denominada coligação liberal-reconstituente, com o candidato Alberto Jordão Marques da Costa do PRRN (*Democracia do*

<sup>3</sup> Severino de Santana Marques e José Adriano Pequito Rebelo apresentavam-se na imprensa conservadora como regionalistas, embora os órgãos de informação democráticos os classificassem de monárquicos e os acusassem de estarem apenas a ludibriar os eleitores, ao disfarçarem-se de regionalistas (*A Plebe*, 11.12.1921: 1).

<sup>4</sup> Alberto Jordão escreveu ao Directório do PRRN nestes termos: "Em nome dos reconstituíntes de Évora, agradeço a candidatura por Santo Tirso que o Directório me ofereceu. Permita-me v. ex.<sup>a</sup> lhe afirmar que prefiro não ir às Câmaras a representar outro círculo que não Évora. Iremos às urnas apresentando o meu nome imposto pelas comissões reconstituíntes de acordo com os liberais, esperando que o eleitorado fará justiça. Assim o exige a nossa dignidade individual e política. Alberto Jordão" (*Democracia do Sul*, 2.12.1921: 1).

<sup>5</sup> O advogado Mariano de Melo Vieira foi governador civil de Beja entre 6 de junho e 17 de agosto de 1921, durante o governo liberal liderado por Tomé de Barros Queirós.

*Sul*, 2.12.1921: 1; *idem*, 23.1.1922: 2). No entanto, esta divergência viu-se materializada nas eleições. Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá, embora não fosse formalmente candidato, obteve 70 votos, levando o órgão reconstituente de Évora a concluir que Domingos Rosado “não foi vencido pelos adversários, foi torpedeado pelos amigos” (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1-2). Já os democráticos atribuíram o desaire dos liberais ao facto de se terem coligado com os reconstituíntes, pois se tivessem ido sozinhos às eleições certamente teriam elegido um deputado (*O Democrático*, 28.12.1921: 2). Em Estremoz os liberais e os reconstituíntes surgiram com uma candidatura conjunta (Manuel de Sousa Câmara e Alberto Xavier). Os reconstituíntes apresentaram-se como um partido da ordem, da legalidade, do direito e da constituição, em oposição aos radicais constituídos pelos “outubristas, democráticos, populares e comunistas” (*O Lidador*, 23.1.1922: 2). Na opinião dos reconstituíntes alentejanos “democráticos e revolucionários de 19 d’Outubro são uma e a mesma coisa” (Firmino Martins, *Democracia do Sul*, 9.12.1921: 1).

Em Portalegre chegou-se a um acordo entre as forças republicanas no sentido de os democráticos disputarem as maiorias, com dois candidatos, e dos liberais competirem pelas minorias, com um candidato. A imprensa ainda divulgou a intensão dos reconstituíntes se apresentarem em Portalegre, mas acabaram por desistir para não dividirem as forças republicanas, ameaçadas naquele círculo por fortes candidatos monárquico-regionalistas: José Adriano Pequito Rebelo e Severino Santana Marques (*A Plebe*, 1.1.1922: 2; *idem*, 22.1.1922: 1; *idem*, 29.1.1922: 2). Estes políticos conservadores estabeleceram um acordo que teve o apoio dos católicos para disputarem as maiorias, indo numa lista conjunta. Porém, alguns apoiantes de Severino Santana Marques de Castelo de Vide recusaram-se a apoiar Pequito Rebelo, destacado membro do Integralismo Lusitano (IL), e prometeram dar o seu voto ao candidato do PRL, António Correia<sup>6</sup>.

Confrontado com este problema, Pequito Rebelo escreveu uma carta a Severino Santana Marques no dia 18 de janeiro desinteressando-se da sua candidatura, pelo que não ia fazer campanha eleitoral, embora continuasse a apoiar Severino Santana Marques (*O Distrito de Portalegre*, 22.1.1922: 2; *A Época*, 28.1.1922: 4). Pequito Rebelo escreveu ainda várias cartas para altas personalidades da hierarquia da Igreja e do Centro Católico Português (CCP), questionando um eventual apoio dos católicos aos liberais e negociando a ajuda dos integralistas à candidatura de Domingos Pulido Garcia<sup>7</sup> a senador pelo CCP no círculo de

<sup>6</sup> Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para António Lino Neto datada em Portalegre em 7.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 6.

<sup>7</sup> Amareleja (Moura), 16.10.1867 – Lisboa, 15.1.1947. Formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, exercendo a profissão em Moura e depois em Serpa. Foi um dos grandes dinamizadores da Associação dos Médicos Católicos.

Portalegre, “em troca justa”<sup>8</sup> pelo amparo dos católicos à candidatura a deputado de Luís Carlos de Lima de Almeida Braga<sup>9</sup> no círculo de Braga. Os melindres e ressentimentos entre católicos e monárquicos continuavam bem presentes nesta região, pois António Maria de Sousa Sardinha também se desinteressou da sua candidatura a deputado pelo círculo de Elvas, mas em carta avisou o Arcebispo de Évora, Manuel Mendes da Conceição Santos, que ia “hostilizar diretamente a [candidatura] do Dr. Pulido Garcia”<sup>10</sup>. Pequito Rebelo, seguindo a mesma orientação, informou o Arcebispo que o Integralismo tinha decidido “não votar no candidato Pulido Garcia”, pois discordavam da política seguida pelo CCP. Na sua opinião, a não inclusão de Luís de Almeida Braga na lista patrocinada pelos católicos em Braga prejudicava-os “como agrupamento”, e “terá como resultado ir ao Parlamento menos um defensor dos interesses da Igreja”<sup>11</sup>.

Em Aljustrel os reconstituintes apresentaram João Pereira Bastos como candidato e recomendaram a votação em Manuel de Brito Camacho, Alto-Comissário de Moçambique, que tinha sido indicado pelo Partido Republicano Liberal. Formou-se assim uma lista liberal-reconstituente que se opunha à lista do PRP (*O Lidador*, 23.1.1922: 1; *idem*, 6.2.1922: 2).

Os liberais mostraram alguma insatisfação com o governo de Cunha Leal por não colocar o pessoal político do PRL em número adequado nos cargos de governador civil e administrador do concelho, tidos como lugares-chave para vencer um ato eleitoral. Em contrapartida, teria colocado nesses lugares vários democráticos e “governamentais”, querendo assim apresentar “candidaturas certas”, isto é, candidaturas com a eleição assegurada, à custa dos liberais (*O Bejense*, 8.1.1922: 1). Ainda assim, os “governamentais” manifestaram-se preocupados por a maioria das autoridades administrativas serem democráticas:

As candidaturas do governo estão desamparadas. A política deve girar nas mãos de políticos e não [...] nas mãos de amadores. O governo teve pouco tempo; quem trata das eleições desconhece a províncias, as forças eleitorais, etc., etc. .... Depois as autoridades administrativas são democráticas. Não-de fazer pressão. Não lhes levo a mal, estão no seu papel (Joaquim Ribeiro de Carvalho, *Diário de Lisboa*, 25.1.1922: 8).

---

<sup>8</sup> Carta de José Pequito Rebelo para Domingos Pulido Garcia, [janeiro de 1922]. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

<sup>9</sup> Braga, 20.11.1886 – Lisboa, 2.3.1970. Advogado, escritor e fundador do Integralismo Lusitano.

<sup>10</sup> Carta de D. Manuel [Mendes da Conceição Santos], Arcebispo de Évora, para José Pequito Rebelo datada em Elvas em 24.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

<sup>11</sup> Carta de José Pequito Rebelo para D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, datada em 22.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

## A campanha eleitoral

A pouca competitividade que marcou estas eleições no Alentejo teve como consequência uma menor mobilização durante a campanha eleitoral. Todavia, realizaram-se diversas sessões públicas nos centros políticos e os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os influentes locais e com os eleitores, prometendo vários favores coletivos e individuais. Os candidatos e os notáveis locais distribuíram as “listas” pelos seus apoiantes ou deixaram-nas em centros políticos e em estabelecimentos comerciais para aí serem recolhidas antes do ato eleitoral (*O Bejense*, 29.1.1922: 1; *O Porvir*, 28.1.1922: 1).

Alberto Xavier, candidato a deputado do PRRN por Estremoz, fez várias diligências e anunciou poucos dias antes das eleições que tinha conseguido um crédito de 200 contos, por intermédio do ministério das Finanças, para a conclusão da linha de caminho-de-ferro entre Évora e Reguengos de Monsaraz. O órgão reconstituente assegurou que este empenho não foi por motivos eleitoristas, pois Alberto Xavier já estava proclamado deputado<sup>12</sup>, uma vez que apenas se apresentaram no prazo legal três candidatos no círculo de Estremoz (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1-2; *idem*, 3.2.1922: 2). Ainda assim, o governador civil e os candidatos do PRP fizeram fixar um documento em vários lugares públicos de Reguengos de Monsaraz como tendo sido eles que conseguiram o referido empréstimo (*Democracia do Sul*, 1.2.1922: 2).

Os candidatos do PRP à Câmara dos Deputados e ao Senado pelo círculo de Évora, Jorge Barros Capinha, Duarte Clodomir Patten de Sá Viana e Joaquim Manuel dos Santos Garcia percorreram as principais vilas e cidades do distrito de Évora desde o início de dezembro de 1921 (*O Democrático*, 22.1.1922: 2). Uma destas festas/visitas, que pode servir de arquétipo, ocorreu em Arraiolos no dia 4 de dezembro de 1921. A manhã começou cedo com uma salva de morteiros e foguetes, seguido de cortejo cívico, no qual participaram os candidatos a deputado e senador por Évora, Jorge Barros Capinha e Joaquim Manuel dos Santos Garcia. À frente do grupo encontrava-se Cláudio Percheiro, membro do PRP, que representava o governador civil. Mais atrás encontravam-se os membros das comissões políticas locais do PRP, representantes da classe dos professores e outras entidades oficiais. O primeiro ato simbólico desta festa cívica em honra da República foi plantar uma oliveira, símbolo da paz, pelos alunos da escola.

---

<sup>12</sup> Alberto Xavier, candidato do PRRN por Estremoz, disse o seguinte dois dias antes das eleições: “No meu círculo as eleições estão feitas!... Não oferecem já surpresa. [...] Já estão feitas em face da desistência do sr. Francisco Gentil [governamental]” (*A Capital*, 27.1.1922: 1). Ficavam eleitos três deputados, sem necessidade de haver eleições: um do PRRN, um do PRP e um do PRL.

Esta cerimónia foi acompanhada por diversas músicas entoadas pela banda “13 de Outubro”. Posteriormente, as crianças entregaram um bodo a cerca de 100 pobres. A comitiva dirigiu-se ao salão nobre da Câmara Municipal onde os convidados discursaram, sendo todos muito aplaudidos “pelo povo que enchia o salão e corredores da Câmara”, pois os mesmos demonstraram uma grande “fé republicana e patriótica”. Jorge Capinha centrou-se na “apologia da ordem e da disciplina como bases essenciais para o progresso da Pátria”, numa crítica aos “atentados do 19 de Outubro” (*O Democrático*, 28.12.1921: 2), tentando desta forma afastar o anátema lançado pelos reconstituintes de Évora que os acusavam de serem os responsáveis morais dos aviltantes acontecimentos.

No dia 25 de janeiro os mesmos candidatos do PRP discursaram no teatro de Montemor-o-Novo, onde apresentaram o seu programa eleitoral numa sala cheia de apoiantes. Nesse dia hospedaram-se em casa de Jaime Lopes Brejo, presidente da Câmara Municipal e chefe do PRP local. Dois dias depois houve uma reunião no Centro Democrático de Évora onde foram apresentados os candidatos do PRP (*O Democrático*, 5.2.1922: 2) e onde foi exposto o programa eleitoral dos parlamentares democráticos que passava pelo equilíbrio das contas públicas, moralização da administração pública e atenção aos interesses regionais<sup>13</sup>.

No dia 28 de dezembro de 1921 realizou-se uma sessão de propaganda eleitoral no salão do Teatro Portalegrense para apresentar os candidatos do PRP, tendo discursado Catanho de Menezes e Baltazar Teixeira, onde apresentaram em linhas gerais as teses defendidas pelo PRP para o país e para o Alentejo (*A Plebe*, 1.1.1922: 1).

## **Acordos, favores, irregularidades e fraudes**

Os candidatos monárquicos e conservadores ainda sentiam muitas dificuldades na realização de ações de campanha eleitoral com visibilidade, pois temiam atos violentos por parte das forças republicanas radicais. Por isso, limitavam-se

---

<sup>13</sup> Programa dos parlamentares do PRP aos círculos de Évora e Estremoz:

– Moralidade na Administração do Estado; simplificação nos serviços públicos e compressão da respetiva despesa.

– Criação de receitas, equilíbrio orçamental e restabelecimento do crédito nacional.

– Aproveitamento das riquezas nacionais; intensificação do trabalho nacional – aumento da produção e de exportação.

– Melhoria cambial; restauração do valor do escudo.

Eis os problemas basilares cuja solução os deputados e senadores do P.R.P. se propõem, de uma maneira geral, obter – sem descurarem, contudo, os interesses regionalistas deste distrito e da província alentejana. Vota, pois, nos candidatos do P.R.P.” (*O Democrático*, 22.1.1922: 1).

a divulgar os seus ideais nos jornais afetos à sua causa<sup>14</sup> e a contactar os notáveis locais. Em Nisa, só 48 horas antes das eleições é que os candidatos conservadores reuniram com os seus apoiantes para assegurar que pelo menos estivesse algum representante seu junto da mesa eleitoral para impedir a existência de fraudes (*O Districto de Portalegre*, 5.2.1921: 1).

O presidente do Ministério, Cunha Leal, defendeu publicamente que as eleições iriam ser realizadas com inteira transparência e liberdade:

As eleições vão realizar-se, repito, mas como nunca se efectuaram. Quero, exijo, as eleições livres, absolutamente livres, sem que o governo exerça a mais insignificante pressão [...]. É necessário que o povo português vote, em quem quiser, liberrimamente. Nesse sentido vou mandar circulares a todos os governadores civis e administradores do concelho, para que cumpram as minhas ordens (*A Época*, 15.1.1922: 1).

Sendo necessário avisar os delegados do governo para cumprirem a legalidade, não é de estranhar que estas eleições ficassem marcadas, mais uma vez, por inúmeros casos de violência, manipulação e fraude (VIEIRA 2019: 31-42), muitas vezes toleradas e algumas vezes organizadas pelas autoridades administrativas e policiais e por pactos ilegais entre vários partidos (*A Época*, 2.2.1922: 4).

Nalgumas assembleias eleitorais do círculo de Évora, como Escoural, Cabeção, Arraiolos, Vimieiro e Alandroal, a paridade das votações entre os vários candidatos indicia um acordo entre todos os partidos (SILVA 1996: 69). Havia uma preferência por acordos e pactos, em vez da competição livre e incerta.

Os caciques continuavam muito ativos em todo o país, fazendo favores individuais e coletivos para atingirem os seus objetivos, factos relatados em inúmeras crónicas na imprensa:

É preciso fazer favores pessoais, clínica gratuita, advocacia gratuita, e, sobretudo, a procuradoria política no Terreiro do Paço e nas repartições do Estado, a fim de obter nomeações, transferências de funcionários, anulações de multas e das obrigações militares, e, raramente, algum benefício local coletivo (João de Deus Ramos, *Diário de Lisboa*, 9.1.1922: 4).

O órgão democrático de Beja, *O Porvir*, denunciou José Francisco de Mira, dirigente do Partido Republicano Liberal, por oferecer terras para semear em

---

<sup>14</sup> *O Districto de Portalegre* (25.12.1921: 1) apoiava os candidatos conservadores e amedrontava os eleitores com o perigo de serem eleitos os candidatos dos partidos republicanos, “pois todos os impostos iriam aumentar consideravelmente”.

troca de votos. Em Beringel os democráticos relataram ainda vários subornos praticados por liberais e reconstituintes para obter votos (*O Porvir*, 4.2.1922: 1).

Já os reconstituintes denunciaram que numa assembleia eleitoral de Évora apareceram alguns indivíduos de uma aldeia que votaram em nome de outros eleitores, a mando de um candidato do Partido Democrático e a troco de várias promessas, eram os chamados “eleitores substitutos” (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1).

As eleições realizaram-se com alguma indiferença por parte da população, não se constituindo mesas nalgumas assembleias eleitorais, nomeadamente em Campo Maior, Vidigueira, S. Martinho das Amoreiras, Viana do Alentejo, Portel, Vera Cruz, Aldeia Nova de S. Bento e Pias. Algumas querelas internas dos partidos também levaram a um desinteresse por parte dos eleitores. Os liberais de Almodôvar, Castro Verde, Pias e Amareleja optaram pela abstenção eleitoral devido a questões internas, que contribuíram para que não se tivessem apresentado como candidatos os médicos bejenses Jaime Palma Mira e João Rodrigues da Costa Palma, o que prejudicou bastante os candidatos liberais (*O Bejense*, 5.2.1922: 1; PIÇARRA 2010: 74).

Na assembleia do Salvador, em Beja, o governador civil, tenente Matos, enviou a polícia para afastar alguns votantes que estavam junto da mesa eleitoral, impedindo que os eleitores exercessem livremente o direito ao voto. João Marcelino, diretor d’ *O Bejense*, não obedeceu, invocando o direito de aí permanecer. Acabou por ser preso, o que levantou muitos protestos de vários eleitores, pelo que foi necessário enviar uma força policial para o local das votações (*A Época*, 30.1.1920: 4; *O Porvir*, 4.2.1922: 1; *O Bejense*, 5.2.1922: 1).

Uma irregularidade recorrente ocorria durante a contagem dos votos. Os membros das mesas e das assembleias de apuramento podiam de forma arbitrária, contar ou não, as listas que continham nomes incompletos dos candidatos. Os reconstituintes denunciaram que numa assembleia de Évora encontrou-se uma lista com o nome incompleto de Alberto Jordão Marques da Costa, mas não foi validado o voto pelos delegados democráticos. Porém, noutra assembleia da cidade foi sancionado o nome incompleto do candidato democrático Manuel Fragoço (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1).

As comissões de verificação de poderes eram palco de outras discricionariedades clássicas. Artur Virgílio de Brito Carvalho da Silva, deputado monárquico, acusou as comissões de verificação de poderes de facciosismo, uma vez que devido a um acordo político, eram apenas constituídas por membros do PRP e do PRL, pelo que prejudicavam os candidatos dos outros partidos.

Nesse sentido fez o seguinte apelo: “É preciso evitar que sejam proclamados Deputados, criaturas que nem um voto tiveram [...], ficando de fora pessoas que obtiveram milhares de votos” (*DCD*, 2.3.1922: 8). A imprensa conservadora denunciou esta situação, uma vez que “os eleitos são juiz e parte nos processos que lhe dizem respeito” (Nemo, *A Época*, 6.2.1922: 1). De facto, em cada uma das três comissões de verificação de poderes constituídas em 1922 foram eleitos três membros do PRP e dois membros do PRL. Os reconstituintes, os católicos, os monárquicos e os independentes ficaram afastados destas importantes comissões (*DCD*, 15.2.1922: 9).

No círculo de Portalegre o candidato monárquico-regionalista Severino de Santana Marques não foi proclamado deputado pela comissão de verificação de poderes por alegadas irregularidades processuais da sua candidatura, embora tivesse tido mais votos que o candidato do PRL, António Correia, que acabou por ser eleito. Situação idêntica ocorreu no círculo de Elvas. Na assembleia de apuramento realizada no dia 5 de fevereiro foi atribuído ao candidato monárquico, Rui de Andrade, 863 votos, pelo que estaria eleito. Nesta reunião os candidatos apresentaram vários protestos por terem identificado várias irregularidades nas eleições. A comissão de verificação de poderes acabou por invalidar a eleição de Rui de Andrade, invocando questões relacionadas com deformidades na sua candidatura. António Sardinha também teve a mesma sorte, tendo a sua eleição sido invalidada pela comissão de verificação de poderes (*A Plebe*, 12.2.1922: 1; *O Districto de Portalegre*, 19.2.1922: 1; *idem*, 26.2.1922: 1; *A Época*, 23.2.1922: 4). Esta situação foi muito contestada pelos monárquicos que acusaram a segunda comissão de verificação de poderes de parcialidade nas suas decisões e incoerência face ao que tinha decidido a primeira comissão em situações idênticas (*DCD*, 20.2.1922: 5-8). Segundo *A Época* (18.2.1922: 4), os “democráticos e os liberais da comissão de verificação de poderes decidiram que os monárquicos apenas teriam quatro representantes, por isso torpedearam os monárquicos eleitos na província”. Sobre este assunto, Cunha Leal, o chefe do governo que presidiu às eleições, pareceu dar razão aos monárquicos ao afirmar que “o regime se prestigia mais, não impedindo a entrada de deputados monárquicos no Parlamento, do que impedindo-a” (*DCD*, 20.2.1922: 7).

Em Estremoz, o candidato governamental Serrão Machado apresentou a sua candidatura fora de prazo, pelo que apenas se apresentaram três candidatos para os três lugares em disputa. Portanto, tendo em conta a lei eleitoral, foram proclamados os três deputados, sem realização do ato eleitoral. Ainda assim, em algumas mesas houve votações, mas os resultados não foram validados (*A Época*, 30.1.1922: 4; *idem*, 4.1.1922: 2; *O Lidador*, 6.2.1922: 2; *O Porvir*, 4.2.1922: 1; *O Democrático*, 5.2.1922: 2; *Democracia do Sul*, 3.2.1922: 2).

## Os resultados finais das eleições

A nível nacional o PRP voltou a vencer as eleições, mas sem maioria absoluta (71 deputados – 44,6%). O PRL foi a segunda força mais votada, obtendo 33 deputados, seguido do PRRN com 17 deputados. Os monárquicos e os “Governamentais” de Cunha Leal, também conhecidos por “Grupo de Independentes” (DCD, 23.2.1922: 4), conseguiram ambos 13 deputados. O PRP, mesmo sem maioria absoluta, conseguiu formar um governo monocolor, liderado por António Maria da Silva, através do apoio inicial do PRL, do PRRN e do amparo dos católicos (cinco deputados), dos regionalistas (dois deputados) e de alguns independentes (cinco deputados), que o próprio PRP tinha ajudado nalguns casos a eleger (MARQUES 1980: 128). Alguns “governamentais” também foram engrossando as hostes dos democráticos, pelo que o grupo de Cunha Leal ficou reduzido a meia dúzia de deputados passado algumas semanas (LEAL 1967: 351-352). Após as eleições Cunha Leal reconheceu a sua incapacidade para conseguir eleger um grupo parlamentar forte:

Foi pretensão minha levar ao Parlamento alguns homens que, pelo seu nome e conhecimentos, se tornavam necessários no seio da representação nacional. Não lhes perguntei se eram meus correligionários, porque eu não tenho correligionários, sou um valor isolado – perguntei-lhes apenas se eram republicanos! Pois bem, os candidatos do governo foram fuzilados por esse país fora e disseram que eu não sei fazer eleições. É verdade! Não sei fazer eleições, não sei comprar votos, não sei subornar influências (*Diário de Lisboa*, 6.2.1922: 4).

No Alentejo o PRP conseguiu uma vitória contundente, conquistando 61,1% dos lugares, quando a nível nacional apenas conseguiu 44,6%. Obteve as maiorias em todos os círculos, com a exceção de Estremoz, onde apenas elegeu um deputado. Nesse círculo foram eleitos os três candidatos que participaram nas eleições, representando o PRP, o PRL e o PRRN. O PRL conseguiu ganhar as minorias, elegendo um deputado em todos os círculos, com a exceção de Évora. O PRRN elegeu dois deputados ao ganhar as minorias nos círculos de Évora e Estremoz. Os restantes partidos não elegeram nenhum deputado. O Partido Monárquico viu gorada a possibilidade de eleger deputados nos círculos de Portalegre e Elvas pela ação da comissão de verificação de poderes. Donde, a representação do Alentejo na Câmara dos Deputados ficou inteiramente republicana e de maioria democrática.

**Quadro 1.** As eleições legislativas de 1922  
(distribuição partidária a nível nacional e no Alentejo)

| Candidatos / Partidos                                 | Nacional* |      | Alentejo** |      | Alentejo***<br>(nova proposta) |      |
|---|-----------|------|------------|------|--------------------------------|------|
|   | N.º       | %    | N.º        | %    | N.º                            | %    |
| Partido Republicano Português (PRP)                   | 71        | 44,6 | 10         | 55,6 | 11                             | 61,1 |
| Partido Republicano Liberal (PRL)                     | 33        | 20,8 | 3          | 16,7 | 5                              | 27,8 |
| Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) | 17        | 10,7 | 2          | 11,1 | 2                              | 11,1 |
| Causa Monárquica / Partido Monárquico (PM)            | 13        | 8,2  | 2          | 11,1 | -                              | -    |
| Governmentais (Gov.)                                  | 13        | 8,2  | 1          | 5,5  | -                              | -    |
| Independentes (Ind.)                                  | 5         | 3,1  | -          | -    | -                              | -    |
| Centro Católico Português / Católicos (CCP)           | 5         | 3,1  | -          | -    | -                              | -    |
| Regionalistas (Reg.)                                  | 2         | 1,3  | -          | -    | -                              | -    |
| Total   | 159       | 100  | 18         | 100  | 18                             | 100  |

Fontes:

\* MARQUES 1980: 128; LOPES, 1994: 33.

\*\* MARQUES 1978: 624 e 639.

\*\*\* AHP, secção IX, cx. 384 a 388.

## Conclusão

As eleições legislativas de 1922 ficaram marcadas por uma fraca competitividade, fruto de um acordo pré-eleitoral estabelecido entre os principais partidos republicanos. Todavia, este “pacto” quebrou-se em alguns círculos, fomentando aí uma maior luta eleitoral.

No Alentejo também houve uma fraca disputa eleitoral, o que conduziu a uma débil mobilização durante a campanha eleitoral. No entanto, os jornais afetos aos partidos tentaram arregimentar os seus apoiantes e os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os caciques locais e realizaram-se diversas sessões públicas. Nestes comícios pouco se falou sobre os problemas desta região e sobre as propostas dos partidos para o seu desenvolvimento. Contudo, os candidatos prometeram alguns favores coletivos e capacidade de influência no Terreiro do Paço, e a nível privado, prometeram favores individuais aos eleitores, tentando assegurar o seu voto.

Em alguns círculos eleitorais do Alentejo surgiram indícios de irregula-

ridades, fraudes e acordos pré-eleitorais, com uma combinação prévia dos resultados finais das eleições através de uma árdua “engenharia eleitoral”. O Partido Republicano Português conseguiu estabelecer acordos com o Partido Republicano Liberal e com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, no sentido de estes partidos se contentarem com a divisão dos deputados das minorias, tendo em atenção o peso de cada partido e a sua implantação regional. Contudo, nos círculos eleitorais de Portalegre e Elvas houve uma maior competição, com a intromissão de fortes candidatos dos sectores conservadores não republicanos. No entanto, estes políticos estavam muito limitados nas suas atividades, não podendo desenvolver uma campanha eleitoral com toda a liberdade, uma vez que as pressões, as ameaças e a violência ainda permaneciam bem presentes. Ainda que os candidatos monárquicos tivessem um número de votos suficiente para serem eleitos em Portalegre e Elvas, a ação das comissões de verificação de poderes inviabilizou a sua eleição e proclamou os deputados do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Português.

Será que o voto expresso nas atas refletiu a vontade individual da pequena elite masculina alfabetizada que tinha direito ao sufrágio? Nalgumas assembleias eleitorais certamente. No entanto, muitas atas eleitorais apenas traduzem os acordos desonestos estabelecidos entre os dirigentes políticos nacionais e entre os caciques regionais. Os dados disponíveis não permitem saber com rigor o grau de ilegitimidade, a cartografia e o tipo de fraudes estabelecidos nestas eleições. A identificação de arquivos privados poderá ajudar no futuro a obter informações mais ricas e seguras sobre toda esta problemática.

O PRP recuperou o controlo da Câmara dos Deputados ao vencer as eleições legislativas de 1922, embora sem maioria absoluta, fruto do acordo estabelecido entre os principais partidos republicanos. No Alentejo a sua vitória foi mais robusta, deixando apenas as minorias para os liberais e para os reconstituintes. O PRP tinha nesta região uma vasta rede de influentes, comissões políticas, centros e jornais, mas foi o controlo do aparelho do estado que se mostrou decisivo para cimentar a sua vitória.

## Anexos. Eleições legislativas de 1922

### Quadro 2. Círculo N.º 32 – Portalegre

| Número de votantes: 3136                     |                |       |                    |
|--|----------------|-------|--------------------|
| Candidatos                                   | Listas         | Votos | Eleito/ Não Eleito |
| João José da Conceição Camoesas <sup>1</sup> | PRP            | 1439  | Eleito             |
| Baltasar de Almeida Teixeira <sup>2</sup>    | PRP            | 1426  | Eleito             |
| Severino de Santana Marques <sup>3</sup>     | Reg. / PM      | 1215  | Não Eleito         |
| António Correia <sup>4</sup>                 | PRL            | 947   | Eleito             |
| José Adriano Pequito Rebelo <sup>5</sup>     | Reg. / PM / IL | 845   | Não Eleito         |
| Mais 2 nomes com menos de 3 votos            |                |       |                    |

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 384; DCD, 20.2.1922: 5-8; *O Distrito de Portalegre*, 19.2.1922: 1; *idem*, 26.2.1922: 2.

### Quadro 3. Círculo N.º 33 – Elvas

| Número de votantes: 1815                         |                |       |                    |
|--|----------------|-------|--------------------|
| Candidatos                                       | Listas         | Votos | Eleito/ Não Eleito |
| Amaro Garcia Loureiro <sup>6</sup>               | PRL            | 863   | Eleito             |
| Plínio Octávio de Santana e Silva <sup>7</sup>   | PRP            | 747   | Eleito             |
| António Maria de Sousa Sardinha <sup>8</sup>     | Ind. / PM / IL | 733   | Não Eleito         |
| António Pais da Silva Marques <sup>9</sup>       | PRP            | 726   | Eleito             |
| Rui de Andrade <sup>10</sup>                     | PM             | 563   | Não Eleito         |
| José Pais de Vasconcelos Abranches <sup>11</sup> | PRL            | 561   | Não Eleito         |
| Luís Maria da Gama Ochoa <sup>12</sup>           | ?              | 27    | Não Eleito         |

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 385A; *A Plebe*, 12.2.1922, 1; *A Época*, 23.2.1922, 4; *O Distrito de Portalegre*, 26.2.1922, 2.

<sup>1</sup> Médico (Elvas, 13/3/1887 – New Bedford, EUA, 12/11/1951).

<sup>2</sup> Advogado e professor (Leiria, 12/12/1871 – Lisboa, 17/7/1975).

<sup>3</sup> Médico e lavrador (Alvega, Abrantes, 27/9/1873 – Alvega, Abrantes, 28/5/1949).

<sup>4</sup> Advogado e proprietário (Abrantes, 8/11/1891 – ?, 1964).

<sup>5</sup> Proprietário. Licenciado em Direito (Gavião, 21/5/1892 – Lisboa, 22/1/1983).

<sup>6</sup> Oficial do Exército (Ponta Delgada, 8/5/1892 – ?).

<sup>7</sup> Oficial do Exército (Elvas, 26/8/1890 – Lisboa, 7/6/1948).

<sup>8</sup> Advogado e professor (Monforte, 9/9/1887 – Elvas, 10/1/1925).

<sup>9</sup> Proprietário (Ervedal, Avis, 23/12/1876 - ?, 1950).

<sup>10</sup> Proprietário, doutorado em ciências agronómicas pela Universidade de Paris (Génova, 1/6/1880 – Lisboa, 20/12/1967).

<sup>11</sup> Proprietário, bacharel em Direito (Lisboa, 12/6/1865 – Lisboa, 6/5/1942).

<sup>12</sup> Oficial do Exército (Bichalim, Índia Portuguesa, ? – Lisboa, 1941).

#### Quadro 4. Círculo N.º 34 – Évora

| Número de votantes: 2444                                 |        |       |                    |
|--|--------|-------|--------------------|
| Candidatos   | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
| Manuel Eduardo da Costa Fragoso <sup>13</sup>            | PRP    | 1183  | Eleito             |
| Jorge Barros Capinha <sup>14</sup>                       | PRP    | 1151  | Eleito             |
| Alberto Jordão Marques da Costa <sup>15</sup>            | PRRN   | 906   | Eleito             |
| Domingos Victor Cordeiro Rosado <sup>16</sup>            | PRL    | 703   | Não Eleito         |
| Alfredo Augusto Cunhal Júnior <sup>17</sup>              | PM     | 470   | Não Eleito         |
| Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá <sup>18</sup> | PRL    | 70    | Não Eleito         |

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 386.

#### Quadro 5. Círculo N.º 35 – Estremoz

| Número de votantes: ?                                  |        |       |                    |
|--|--------|-------|--------------------|
| Candidatos   | Listas | Votos | Eleito/ Não Eleito |
| Manuel Sousa da Câmara <sup>19</sup>                   | PRL    |       | Eleito             |
| Sebastião de Herédia <sup>20</sup>                     | PRP    |       | Eleito             |
| António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier <sup>21</sup> | PRRN   |       | Eleito             |

Fontes: DCD, 20.2.1922: 5; *O Democrático*, 5.2.1922: 2.

<sup>13</sup> Escrivão de Direito (Montemor-o-Novo, 8/5/1886 – Lisboa, 1983).

<sup>14</sup> Médico (Loulé, 1/12/1890 – Évora, 11/8/1941).

<sup>15</sup> Professor do liceu e advogado (Cuba, 8/1/1884 – Évora, 2/10/1980).

<sup>16</sup> Advogado e professor (Redondo, 24/10/1889 – Évora, 13/2/1956).

<sup>17</sup> Advogado e proprietário (Coruche, 27/1/1877 – Montemor-o-Novo, 23/10/1937).

<sup>18</sup> Médico da Marinha (Porto, 28/11/1872 – Oeiras, 1/10/1929).

<sup>19</sup> Professor no Instituto de Agronomia e Veterinária (Vila Viçosa, 18/11/1871 – Lisboa, 23/4/1955).

<sup>20</sup> Sebastião Sancho Gil de Borgia Macedo Meneses Correia Herédia (Porto, 7/5/1876 – Lisboa, 5/2/1958). Industrial e proprietário. Era filho do Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia, 1852-1918 (GOMES 2014: 371).

<sup>21</sup> Advogado e jornalista. Foi secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (Nova Goa, 24/4/1881 – Lisboa, 15/7/1975).

## Quadro 6. Círculo N.º 36 – Beja

| <b>Número de votantes: 2314</b>                 |               |              |                           |
|---|---------------|--------------|---------------------------|
| <b>Candidatos</b>                               | <b>Listas</b> | <b>Votos</b> | <b>Eleito/ Não Eleito</b> |
| Paulo Limpo de Lacerda <sup>22</sup>            | PRP           | 1214         | Eleito                    |
| Eugénio Rodrigues Aresta <sup>23</sup>          | PRL           | 1176         | Eleito                    |
| Pedro Januário do Vale Sá Pereira <sup>24</sup> | PRP           | 1165         | Eleito                    |
| Mariano de Melo Vieira <sup>25</sup>            | PRL           | 1075         | Não Eleito                |

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 387.

## Quadro 7. Círculo N.º 37 – Aljustrel

| <b>Número de votantes: ?</b>                |               |              |                                 |
|---|---------------|--------------|---------------------------------|
| <b>Candidatos</b>                           | <b>Listas</b> | <b>Votos</b> | <b>Eleito/ Não Eleito</b>       |
| José Joaquim Gomes de Vilhena <sup>26</sup> | PRP           | 688          | Eleito                          |
| Manuel de Brito Camacho <sup>27</sup>       | PRL           | 628          | Eleito                          |
| João Pereira Bastos <sup>28</sup>           | PRRN          | 582          | Eleito pelo círculo de Moncorvo |
| Mariano Martins <sup>29</sup>               | PRP           | 559          | Eleito                          |

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 388.

<sup>22</sup> Advogado e proprietário (Moura, 5/11/1881 – Moura, 17/1/1960).

<sup>23</sup> Oficial do exército (Moura, 23/5/1891 – Porto, 24/8/1956).

<sup>24</sup> Funcionário Público (Lisboa, 18/1/1877 – Lisboa, 13/10/1930).

<sup>25</sup> Advogado (Lisboa, 9/1/1885 – Lisboa, 10/3/1951).

<sup>26</sup> Proprietário (Ferreira do Alentejo, 15/4/1876 – ?, 31/8/1931).

<sup>27</sup> Médico e jornalista (Rio de Moinhos, Aljustrel, 12/2/1882 – Lisboa, 19/9/1934).

<sup>28</sup> Oficial do Exército (Lisboa, 29/1/1865 – Lisboa, 3/8/1851).

<sup>29</sup> Oficial da Marinha (Aljustrel, 8/12/1880 – Lisboa, 22/5/1943).

<sup>30</sup> A eleição de Mariano Martins foi validada pela primeira comissão de verificação de poderes uma vez que João Pereira Bastos foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo (DCD, 20.2.1922: 3; idem, 23.2.1922: 3)

## Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – Secção IX, cx. 384 a cx. 388.  
Arquivo Professor António Lino Neto, Universidade Católica Portuguesa  
(APALN, UCP):  
Cx. 22, mç. 3, doc. 6 (PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/356).  
Cx. 22, mç. 3, doc. 8 (PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/358).

## Fontes impressas

LEAL, Cunha (1967). *As minhas memórias*, vol. II. Edição do autor.  
SILVA, António Maria da (1947). in AA.VV., *In Memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*. Lisboa, 133-135.

## Publicações periódicas

*Alentejo (O)*, Évora, 1921-1922.  
*Bejense (O)*, Beja, 1921-1922.  
*Capital (A)*, Lisboa, 1921-1922.  
*Democracia do Sul*, Évora, 1921-1922.  
*Democrático (O)*, Évora, 1921-1922.  
*Distrito de Portalegre (O)*, Portalegre, 1921-1922.  
*Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, Lisboa, 1921-1922.  
*Diário de Lisboa*, 1921-1922.  
*Diário do Governo (DG)*, Lisboa, 1921-1922  
*Época (A)*, Lisboa, 1921-1922.  
*Lidador (O)*, Beja, 1921-1922.  
*Lucta, (A)*, Lisboa, 1921-1922.  
*Mundo (O)*, Lisboa, 1921-1922.  
*Plebe (A)*, Portalegre, 1921-1922.  
*Porvir (O)*, Beja, 1921-1922.  
*República*, Lisboa, 1922.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (1997). *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis – 1886-1941)*. Lisboa: Colibri.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (Organização e introdução de) (1998). *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (2014). “Lei Eleitoral”, in Maria Fernanda Rollo, (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II. Lisboa: Assembleia da República, 642-646.
- BAIÔA, Manuel (1997). “Elites políticas locais face ao «28 de Maio»». O caso de Portalegre”. *IBN MÁRWAM*, 7, 205-217.
- BAIÔA, Manuel (2000). *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- BAIÔA, Manuel (2015). *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- BAIÔA, Manuel (2020). “As eleições legislativas de 1925 no Alentejo”. *Polis*, 2, II série, 9-29.
- BAIÔA, Manuel (2021). “As eleições legislativas de 1921 no Alentejo”. *História. Revista da FLUP*, 11, IV série, 173-201.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (2013). *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- CRUZ, Maria Antonieta (2007). “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 8, 459-479.
- FARINHA, Luís (2003). *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL.
- FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1997). *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- GOMES, Nulita Raquel Freitas de Andrade Carvalho (2014). *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República Madeirense*. Tese de Mestrado. Funchal: Universidade da Madeira.
- LEAL, Ernesto Castro (2008). *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LIMA, Luís (2012). *Catálogo do Arquivo Professor Lino Neto*. Lisboa: Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

- LOPES, Fernando Farello (1994). *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, Fernando Farello (2011). “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa”, in André Freire (coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*. Lisboa: Edições Colibri, 101-123.
- LOPES, Fernando Farello (2013). “Eleições”, in Maria Fernanda Rollo (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 1092-1099.
- MALTEZ, José Adelino (2004). *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II. Lisboa: Tribuna da História.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). *História da 1.ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1980). *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATOS, Ana Cardoso de; BERNARDO, Maria Ana Bernardo; RODRIGUES, Paulo Simões (2010). *Évora. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- MENEZES, Luís Manuel (1992). *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*. s.l.: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2014). “A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica”. *Historia Constitucional*, 15, 509-527.
- PIÇARRA, Constantino (2010). *Beja republicana: 1910-1926*. Loulé: 100 Luz.
- PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010). *Beja. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- PIÇARRA, Constantino; PINTO, Ana Catarina (2010). *A Primeira República no Baixo Alentejo*. Almodôvar: Câmara Municipal.
- QUEIRÓS, António José (2003). “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 2, 95-105.
- QUEIRÓS, António José (2008). *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.
- QUEIROZ, António José (2010). “As eleições legislativas de 1925”. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 11, 63-94.
- QUEIROZ, António José (2015). “As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão”. *Boletim Cultural*, 8/9, 121-137.
- SEQUEIRA, Carla (2014). *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CHCEM.
- SERRA, João B. (1987). “Elites locais e competição eleitoral em 1911”. *Análise Social*, 95, 59-95.

- SILVA, Armando Malheiro da (2006). *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol.. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996). *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*. Tese de Mestrado. Lisboa: ICS.
- VENTURA, António (2010). *Portalegre. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- VIEIRA, Duarte Pedro Cação (2019). *Burguesia às Urnas? O Voto na 1.ª República (As Eleições de 1922)*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.



# Refugiados no Forte de Caxias no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-39)

## *Refugees at Forte de Caxias in the context of the Spanish Civil War (1936-39)*

FÁBIO ALEXANDRE FARIA<sup>1</sup>

Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE

[fabio\\_faria@iscte-iul.pt](mailto:fabio_faria@iscte-iul.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-3803-0374>

Texto recebido em / Text submitted on: 17/11/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 18/08/2021

**Resumo.** Este artigo pretende abordar um aspeto particular do fenómeno do refúgio republicano espanhol em Portugal que se relaciona com a passagem de refugiados pelo Forte de Caxias no decorrer da Guerra Civil de Espanha. Com o início do conflito, inúmeros espanhóis fugiram da violência da guerra e das perseguições inimigas e tentaram salvar-se através do país vizinho, encontrando, no entanto, um regime político hostil à sua presença. O governo português, apoiante da causa nacionalista, procurou dificultar a estadia de refugiados espanhóis, sobretudo os de tendência republicana, em Portugal, entregando-os a Franco e concentrando-os nas prisões portuguesas, de que o Forte de Caxias foi um importante exemplo. A partir daqui, onde passaram por inúmeras dificuldades, os refugiados tentaram tratar da sua saída do país e procuraram obter melhores condições de detenção.

**Palavras-chave.** Refugiados, salazarismo, repressão, Guerra Civil de Espanha, Forte de Caxias.

**Abstract.** This article intends to address a particular aspect of the phenomenon of the Spanish republican refuge in Portugal that is related to the passage of refugees through Forte de Caxias during the Spanish Civil War. With the start of the conflict, many Spaniards fled the violence of war and enemy persecution and tried to save themselves through the neighboring country, however, finding a political regime hostile to its presence. The portuguese government, supportive of the nationalist cause, sought to hinder the stay of Spanish refugees, especially those of republican tendency, in Portugal, handing them over to Franco and concentrating them in the Portuguese prisons, of which Forte de Caxias was an important example. From here, where they went through countless difficulties, the refugees tried to arrange their departure from the country and sought better conditions of detention.

**Keywords.** Refugees, salazarism, repression, Spanish Civil War, Forte de Caxias.

---

<sup>1</sup> A investigação conducente a este trabalho foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/114813/2016). Doutorado em História Moderna e Contemporânea – Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

## Introdução

A Guerra Civil de Espanha, iniciada em julho de 1936, provocou a fuga para Portugal de centenas de refugiados espanhóis que, através do país vizinho, procuraram salvar a vida. Este conflito, terminado em abril de 1939, opôs os revoltosos liderados pelo general Francisco Franco ao legítimo governo da Frente Popular, eleito nas eleições de fevereiro de 1936, que colocou no poder uma coligação de esquerda formada por republicanos, socialistas e comunistas. Em função da violência característica de um conflito bélico e das perseguições de caráter político levadas a cabo por ambos os grupos em confronto, inúmeros espanhóis saíram de Espanha com destino a novos países. Portugal, em virtude da sua proximidade geográfica, foi um dos primeiros países a desempenhar a função de espaço de refúgio para estes fugitivos, desde os afetos aos dois grupos em confronto até aos que não manifestavam qualquer simpatia política e que apenas pretendiam escapar à violência da guerra. Para esta escolha de Portugal enquanto lugar de refúgio contribuíram também as redes de relações fronteiriças construídas e desenvolvidas ao longo do tempo, particularmente na zona fronteiriça que compreende a Galiza e o Norte de Portugal (GODINHO 2011) e na região do Alentejo (CUNHA 2006; SIMÕES 2016). Entre os espanhóis que saíram para o país vizinho contaram-se militares e civis, que se deslocavam sozinhos, em grupo ou acompanhados pela família. O refúgio republicano espanhol em Portugal foi protagonizado essencialmente por elementos do sexo masculino residentes nas províncias espanholas mais próximas do país vizinho, como Pontevedra, Ourense, Badajoz e Zamora, que desempenhavam profissões relacionadas com o setor primário, especialmente com a agricultura e a criação de gado.

Os refugiados espanhóis da guerra civil de 1936-1939 movimentaram-se por diversos espaços na tentativa de fugir aos perigos da guerra e às perseguições de que eram alvo, situação que foi mais evidente no caso dos refugiados republicanos que procuravam escapar à repressão franquista, passando por países como Portugal, França, União Soviética e da América Latina, com destaque para a Argentina e o México. A historiografia tem abordado esta temática estudando a presença destes fugitivos em diversos países e a forma como foram acolhidos pelos respetivos governos e pela população em geral, nomeadamente em França, no México e na Argentina. Os refugiados espanhóis encontraram maiores facilidades de acolhimento no México, uma vez que o governo mexicano se mostrou favorável ao governo republicano espanhol e não reconheceu o regime franquista saído da guerra civil, embora, de uma forma geral, a sua deslocação para a América Latina estivesse facilitada em termos linguísticos e culturais e

favorecida pela presença de um maior número de conterrâneos, resultado de deslocamentos populacionais anteriores (DREYFUS-ARMAND 2000; ORTUÑO MARTÍNEZ 2010; NÚÑEZ SEIXAS 2006; SCHWARZSTEIN 2001).

Relativamente a Portugal, destacaram-se os estudos pioneiros de Iva Delgado e de César Oliveira, que abordaram a questão ao analisar as relações entre os países ibéricos durante a Guerra Civil de Espanha (DELGADO 1980; OLIVEIRA 1987). Mais recentemente, historiadores e antropólogos começaram a dar a este fenómeno um carácter central nos seus estudos. Os primeiros passaram a analisar o reforço da vigilância fronteiriça realizado no decorrer do conflito e a estudar a passagem de refugiados por localidades tão distintas como Elvas, Figueira da Foz e Caldas da Rainha (CANDEIAS 1997; FARIA 2017; LOPES 2017; VAQUINHAS 2015; PEREIRA 2017). Por seu turno, a Antropologia, resgatando as memórias das populações, que direta ou indiretamente participaram nos acontecimentos, tem estudado o fenómeno no âmbito da vivência das comunidades fronteiriças que acolheram estes fugitivos (SIMÕES 2016; GODINHO 2011; CUNHA 2006).

Este artigo foca-se na presença de refugiados espanhóis no Forte de Caxias, um dos principais espaços de detenção de estrangeiros em Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha e, posteriormente, no decorrer da II Guerra Mundial, para além de ter servido como lugar de reclusão para muitos opositores políticos a Salazar durante todo o período do Estado Novo. Segue uma abordagem quantitativa, apresentando-se e analisando-se alguns números relativos à passagem de refugiados, atenta a várias questões relacionadas com a sua presença nesta prisão, nomeadamente as despesas realizadas e as petições dos próprios espanhóis, que procuravam obter melhores condições para o tempo que ainda teriam de permanecer em Caxias. Destaca-se ainda o caso do coronel Ildefonso Puigdengolas, uma das personalidades republicanas que passou por esse presídio.

## **1. A Guerra Civil de Espanha na fronteira portuguesa**

A Guerra Civil de Espanha foi um conflito que teve origem em divergências internas, marcadas por tensões sociais e por divisões político-ideológicas, que rapidamente extravasou as fronteiras do país e assumiu um carácter internacional, ao contar com a participação direta de vários outros países. O grupo nacionalista liderado pelo general Francisco Franco teve o apoio no terreno de países onde vigoravam regimes nazi-fascistas, como na Alemanha e Itália. Por seu turno, os republicanos foram auxiliados pela União Soviética e por voluntários de todo o

mundo que formaram as Brigadas Internacionais. A Guerra Civil de Espanha, encarada como a antecâmara da II Guerra Mundial – que deflagraria poucos meses após o término da primeira –, foi o resultado do golpe militar iniciado em julho de 1936, com o intuito de derrubar o governo da Frente Popular (GRAHAM 2006: 115). Para a duração do conflito contribuiu decisivamente a resistência popular de apoio ao governo republicano, transformando o golpe militar, que se pensava ser rápido, numa longa guerra civil só finalizada em abril de 1939, após a queda de importantes cidades como Barcelona e Madrid, permitindo a vitória dos nacionalistas e a longa ditadura do general Franco até à sua morte, em novembro de 1975.

Portugal foi outro dos países favoráveis à causa nacionalista. Nesta altura, o país era governado por António de Oliveira Salazar que, a partir de 1933, instituiu oficialmente o autodenominado Estado Novo, um regime político autoritário fechado e receoso do contacto com o exterior, caracterizado por ser antidemocrático, antiparlamentar e anticomunista. Acreditando que a própria sobrevivência do seu regime dependia da derrota do governo republicano espanhol, com o qual Portugal não mantinha boas relações e não se identificava política e ideologicamente, Salazar apoiou os revoltosos de Franco desde os primeiros instantes. O auxílio prestado pelo governo português abarcou uma multiplicidade de domínios e contribuiu para a vitória nacionalista. Salazar permitiu a livre circulação de elementos nacionalistas e a passagem de armamento e transporte alemão e italiano pelo território português; forneceu alimentos, armas e munições aos sublevados; enviou portugueses para combater nas fileiras nacionalistas; autorizou o desenvolvimento nos meios de comunicação portugueses de uma propaganda que se mostrou favorável aos nacionalistas e o financiamento e a concessão de créditos na banca portuguesa a favor dos primeiros (OLIVEIRA 1995: 50-51).

Para compreender a política do governo português relativamente aos refugiados republicanos é necessário ter em consideração a atmosfera então vivida na Península Ibérica na década de 1930, sobretudo no contexto da guerra civil. Foi particularmente importante o desenvolvimento de uma propaganda anticomunista, que identificou estes refugiados como uma ameaça à manutenção do regime salazarista e, inclusive, à própria soberania nacional, através do recurso à imprensa e à rádio e contribuindo para a criação de uma atmosfera de agitação e de conspiração contrária à República espanhola (PENA-RODRÍGUEZ 2020: 2). De facto, a propaganda anticomunista salazarista usou o tradicional “perigo espanhol”, relativo às pretensões anexionistas sobre Portugal, particularmente visível a partir de 1910 (TORRE GÓMEZ 2010:45), transformando-o no “perigo vermelho” e legitimando a ação do governo contra uma possível in-

vasão comunista (PENA-RODRÍGUEZ 2020: 9). Esta foi, de resto, uma das grandes razões que motivou o ingresso de combatentes portugueses no exército nacionalista, receando-se a perda de independência de Portugal, tal como a propaganda salazarista havia evocado (PENA-RODRÍGUEZ 2015: 14). A maior aproximação à causa nacionalista e, conseqüentemente, o afastamento relativamente ao governo republicano por parte do regime salazarista manifestaram-se também na forma como Cláudio Sánchez-Albornoz, embaixador espanhol, foi tratado em Portugal. Este diplomata acabou por abandonar o país, poucos meses após ter chegado, e o governo português realizou o corte de relações com a República espanhola em outubro de 1936 (VICENTE 2003: 109).

Com o início da guerra civil, muitos espanhóis fugiram para Portugal, situação que se tornou visível a partir dos primeiros meses do conflito. Este movimento foi protagonizado por elementos militares e civis, onde se incluíram homens, mulheres e crianças que, manifestando ou não simpatias políticas, procuravam salvar a vida. A fuga para Portugal foi particularmente evidente até finais de 1936, altura em que, em virtude do controlo nacionalista na fronteira, os números começaram a baixar, embora se tivesse continuado a registar a entrada de refugiados em Portugal ao longo de todo o período da guerra civil e após a mesma. A saída destes espanhóis foi motivada pela ocorrência de combates entre republicanos e nacionalistas, pela ação repressiva das forças franquistas e pela vontade de escapar à convocação militar (OLIVEIRA 1987: 156).

Estes acontecimentos levaram a que, em determinados momentos, se registasse a entrada em Portugal de um considerável número de refugiados. Conforme apontou Dulce Simões, entre julho e setembro de 1936 existiram quatro grandes movimentos de espanhóis em direção à fronteira portuguesa, motivados pelo desenrolar dos acontecimentos nas províncias espanholas mais próximas, com particular incidência na região Norte e no Alentejo (SIMÕES 2016: 198-199). Em virtude da presença de refugiados espanhóis na fronteira portuguesa, a grande maioria vista como “indesejáveis” pelo regime salazarista por causa das ideias de que eram portadores, consideradas avançadas e subversivas, as autoridades mostraram-se atentas à sua movimentação desde os primeiros dias do conflito, redigindo diariamente diversos ofícios e relatórios. Nestes documentos comunicavam aos seus superiores o deslocamento destes fugitivos ao longo da fronteira, assim como as muitas detenções que ocorriam (AHM, MMPOE, N.º8, Cx. 63, Pt. 2).

A concentração indesejada de refugiados espanhóis, sobretudo os conotados com a ideologia comunista, levou Salazar a decretar diversas medidas com vista a facilitar o controlo e a vigilância dos mesmos, decidindo que estes ficariam

em regime de detenção até serem concentrados em determinada localidade ou campo especial e que a alimentação e o alojamento seriam concedidos de acordo com a categoria militar. Para o efeito, os elementos civis eram considerados soldados. Por outro lado, Salazar pretendeu impedir ao máximo o contacto entre os soldados portugueses e estes espanhóis, uma vez que eram vistos como “perigosos comunistas” (AHM, MMPOE, N.º 10, Cx. 63, Pt. 2). Salazar ordenou ainda a divisão dos refugiados entre elementos civis, entregues à PVDE, e elementos militares, que ficariam às ordens das unidades militares mais próximas dos locais onde ocorresse a captura (AMM, Ofício da GF, 31 de julho de 1936). Os civis eram conduzidos à PVDE quando não tinham documentação legal para entrar em Portugal ou quando manifestavam tendências políticas republicanas ou de esquerda, pelo que eram refugiados políticos.

A PVDE, polícia política criada nos finais de agosto de 1933, desempenhou um papel central na repressão aos refugiados que fugiram para Portugal, uma vez que era a principal instância encarregue de manter a ordem e a segurança internas através da vigilância e do controlo de indivíduos passíveis de as perturbar, nomeadamente os estrangeiros indocumentados e indesejáveis, cabendo-lhe também a repressão do comunismo (DL 22.992, I Série, N.º 195, p. 1584). No contexto da Guerra Civil de Espanha foi especialmente importante a ação dos postos de vigilância da PVDE localizados na região fronteiriça que, em 1933, chegavam às 17 unidades, privilegiando as regiões do Norte e do Alentejo (RIBEIRO 1995: 109). Este número alterou-se durante o conflito espanhol, com o estabelecimento de novos postos ao longo da fronteira terrestre portuguesa, com destaque para o distrito de Bragança e para o Alentejo, regiões onde se verificou a presença de um maior número de refugiados. Com a criação de postos fronteiriços em Portelo, Quintanilha, Bragança, Zebreira, Campo Maior, Caia, Sobral da Adiça e Moura, o seu número ascendeu às 25 unidades no final da Guerra Civil de Espanha (ANTT, PIDE/DGS, Relatório da PVDE, p. 25).

Entre 1936 e 1939 foi frequente a colaboração entre diversas forças policiais e militares portuguesas, nomeadamente a PVDE, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda-Fiscal (GF) e o Exército, no processo de vigilância da fronteira e na repressão aos refugiados. Por outro lado, eram vários os problemas que se lhes colocavam no desempenho destas funções. Destacava-se o reduzido número de efetivos, a má preparação de muitos destes, as extensas áreas que tinham de fiscalizar e a natureza acidentada e montanhosa do terreno, que dificultava a progressão das autoridades e facilitava a ocultação dos refugiados. Estas dificuldades surgem-nos frequentemente referidas nos ofícios e nos relatórios redigidos pelas forças policiais e militares portuguesas, onde também é possível identificar os

constantes pedidos de reforço dos postos fronteiriços e a consequente deslocação de efetivos entre unidades, realidade especialmente visível durante os primeiros meses do conflito (ANTT, Min. Interior, Mç. 481, pt. 35/18). Muitos fugitivos tiraram partido das vantagens que os problemas enfrentados pelas forças destacadas no terreno lhes proporcionavam e entraram em Portugal, onde conheceram destinos diferentes.

Os menos afortunados foram devolvidos às forças nacionalistas no outro lado da fronteira assim que entraram em Portugal, o que, em muitos casos, significou a entrega a uma morte certa. De acordo com César Oliveira, para esta atitude do governo português, que resultou na diminuição do número de espanhóis no país, contribuiu o facto de também vários portugueses residentes em Espanha terem sido entregues pelas autoridades nacionalistas (OLIVEIRA 1987: 162). Esta vigilância e devolução de “refugiados vermelhos”, ou seja, de refugiados identificados com o comunismo, também devem ser entendidas como formas de auxílio do regime salazarista aos sublevados de Franco. Esta situação constituiu a face mais visível dos efeitos provocados pela intensa propaganda anticomunista operada pelo governo salazarista, procurando-se impedir o “contágio” revolucionário a partir de Espanha e receando Salazar a ameaça à sobrevivência do seu regime (JIMÉNEZ REDONDO 1993: 177).

Por outro lado, muitos refugiados conseguiram entrar em Portugal e posteriormente sair com destino a outras paragens, nomeadamente a territórios latino-americanos, situação em que o México desempenhou um papel de destaque. Serve de exemplo o caso de Mateo Túñon Albertos, advogado espanhol que chegou a Portugal em abril de 1941, já depois da Guerra Civil de Espanha e no contexto da II Guerra Mundial, e aqui permaneceu até junho do mesmo ano, quando, intermediado pela legação mexicana em Lisboa, embarcou com destino ao México, não sem antes experienciar a repressão do regime salazarista e as duras condições das prisões portuguesas. Na base da sua detenção esteve o facto de ter entrado indocumentado em Portugal e de ser considerado elemento “vermelho” (TÚÑON ALBERTOS 2010).

Uma outra vertente do refúgio republicano espanhol em Portugal foi vivida por aqueles que conseguiram iludir a vigilância na fronteira e entrar no país de forma oculta, onde permaneceram escondidos com o auxílio e a colaboração de outros espanhóis já residentes no país e de cidadãos portugueses, sobretudo os que viviam na região fronteiriça. Em virtude do desrespeito pelas ordens de Salazar, que não queria que a população portuguesa contactasse com os refugiados, estes prestadores de auxílio também sofreram a repressão do regime salazarista e foram multados e presos. Entre 1936, início da guerra civil em Espanha, e 1945, final da II Guerra Mundial, a PVDE contabilizou a detenção

de cerca de 80 portugueses por se terem relacionado ou por terem ajudado os refugiados espanhóis, número que se encontra bastante distante da totalidade dos nacionais que auxiliou estes fugitivos. Entre as principais formas de auxílio contaram-se a concessão de alimentos e alojamento, bem como a participação em estratégias que visavam a obtenção de documentação. Houve ainda outras situações em que os nacionais portugueses dividiram responsabilidades, nomeadamente na participação em assaltos e em casos de refugiados espanhóis que se envolveram amorosamente com mulheres portuguesas.

Refira-se, por exemplo, a detenção de quatro portugueses em julho de 1937, acusados de estabelecerem contacto e de auxiliarem refugiados espanhóis no Norte do país: João Manuel Morais, Casimiro de Sousa, João Francisco Rodrigues e Adelino dos Santos Fernandes. Relativamente ao primeiro, um lavrador residente em Vinhais, recaía suspeitas de que tivesse servido de guia a quatro espanhóis até à fronteira para que estes entrassem clandestinamente em Espanha. O segundo, também um lavrador de Arcos de Valdevez, era acusado de ter protegido alguns refugiados comunistas espanhóis que se tinham escondido em Peneda. Os dois últimos, um lavrador e um negociante de Vinhais, eram suspeitos de terem dado guarida a dois refugiados políticos. Estes indivíduos foram libertados ainda no decorrer do ano de 1937, atuando na sua detenção os postos da PVDE de Bragança e de São Gregório (ANTT, PIDE/DGS, RGP, L. 38 e 39). Também alguns espanhóis já residentes em Portugal foram presos por auxiliarem concidadãos que vinham em fuga de Espanha. Foram os casos de Manuel Reys Lindo, corticeiro de Badajoz e residente no Barreiro, e de Manuel Domínguez López, industrial de Valladolid que morava em Bragança. O primeiro foi detido em dezembro de 1936 sob acusação de dar guarida a refugiados espanhóis e libertado nos inícios do ano seguinte (ANTT, PIDE/DGS, RGP, L. 28), ao passo que o segundo, suspeito de conseguir documentação para um refugiado, foi preso em março de 1938 e libertado cerca de dois meses depois (ANTT, PIDE/DGS, RGP, L. 48).

A realidade partilhada por uma grande maioria dos fugitivos espanhóis que chegou a Portugal prendeu-se com a detenção pelas autoridades portuguesas e consequente concentração nas prisões nacionais. Durante o período da Guerra Civil de Espanha, a PVDE registou a captura de cerca de 500 espanhóis em território português, a esmagadora maioria dos quais havia entrado no país no contexto do conflito. Recorde-se que este número corresponde exclusivamente a elementos civis, uma vez que eram os que se encontravam sob alçada da polícia política (ANTT, PIDE/DGS, RGP). Entre os detidos predominaram pessoas ligadas ao setor primário, como trabalhador, lavrador, jornaleiro, amolador e comerciante, oriundas de províncias confinantes com Portugal, nomeadamente

de Ourense, Pontevedra, Badajoz e Zamora. Grande parte dos refugiados que foram presos pelas autoridades portuguesas era do sexo masculino. Muitos passaram pelas grandes prisões nacionais, onde conviveram de perto com portugueses opositores ao regime salazarista e com estrangeiros de outras nacionalidades, particularmente no contexto da II Guerra Mundial, contribuindo para que estes lugares se tornassem verdadeiros espaços cosmopolitas, não obstante as muitas limitações e as duras condições a que estavam sujeitos no seu interior. Os grandes espaços de detenção de refugiados em Portugal foram o Forte de Caxias, o Aljube e a Fortaleza de São Julião da Barra, em Lisboa, e o Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas. De acordo com César Oliveira, contabilizando civis e militares, passaram por estes espaços, pelas delegações e pelas prisões da PVDE mais de 2000 refugiados espanhóis no contexto da guerra civil (OLIVEIRA 1987: 163).

Para além das prisões, muitos refugiados foram concentrados em campos improvisados nas Herdades da Coitadinha e das Russianas em Barrancos, no Alentejo, para mais facilmente se controlar e vigiar a sua estadia no país, cujo estabelecimento ocorreu em setembro de 1936 após a ocupação da localidade espanhola de Oliva de la Frontera, na província de Badajoz, por parte das forças nacionalistas, que provocou uma fuga massiva de republicanos espanhóis para Portugal. No entanto, estes refugiados não permaneceram aqui muito tempo, uma vez que, a 10 de outubro de 1936, fruto de pressões internacionais sobre a forma como os espanhóis estavam a ser tratados em Portugal, o regime salazarista organizou o seu repatriamento para Tarragona, na Catalunha, numa altura em que esta cidade ainda se encontrava em posse das forças republicanas. A bordo do *Niassa* embarcaram cerca de 1500 espanhóis oriundos dos campos de refugiados de Barrancos e das grandes prisões portuguesas, sobretudo do Forte de Caxias. A existência destes campos permite também conhecer uma outra dimensão do refúgio republicano espanhol em Portugal, que se prendeu com o auxílio de elementos das autoridades portuguesas aos fugitivos espanhóis. O tenente da GF António Augusto de Seixas, responsável pela vigilância dos refugiados que se encontravam nestes campos, foi exemplarmente castigado por Salazar após ter sido acusado de ocultar a presença de vários espanhóis e garantir que estes conseguiam embarcar (SIMÕES 2016, 2018).

## **2. O Forte de Caxias enquanto prisão de refugiados espanhóis**

O Reduto Norte do Forte de Caxias desempenhou a função de prisão do regime salazarista ao longo de toda a sua existência, albergando, sobretudo,

opositores políticos à ditadura de Salazar, mas recolhendo também inúmeros refugiados entre 1936 e 1945, no contexto da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial. Desde os instantes iniciais do conflito em Espanha que o número de nacionais desse país detidos no Forte de Caxias, assim como nas restantes prisões, apresentou uma tendência crescente. Embora no Registo Geral de Presos da PVDE conste a detenção nesse presídio de apenas cerca de 30 espanhóis (civis) ao longo da guerra civil, este número terá sido seguramente mais elevado. Por exemplo, no final de julho de 1936, a PVDE de Chaves prendeu nove espanhóis, acusados de se encontrarem indocumentados e de serem comunistas, permanecendo na cadeia civil de Chaves até 11 de agosto, de onde seguiram para a delegação da PVDE no Porto, que serviu como ponto intermédio até à sua chegada ao Forte de Caxias no dia seguinte. Ficaram detidos neste presídio cerca de dois meses, uma vez que foram uns dos cerca de 1500 refugiados que seguiram para Tarragona a 10 de outubro de 1936 (ANTT, PIDE/DGS, RGP, L. 18). Estes indivíduos faziam parte dos cerca de 200 presos espanhóis que o embaixador Cláudio Sánchez-Albornoz apontava estarem detidos no Forte de Caxias nos finais de agosto de 1936, número que muito possivelmente terá chegado aos cerca de 300 indivíduos em outubro do mesmo ano (ALONSO GARCÍA 2014: 311). O embaixador espanhol registou a entrada nessa prisão de sete militares dessa nacionalidade a 13 de agosto e de outros 18 elementos no dia 24 do mesmo mês (ESPINOSA MAESTRE 2003: 114).

Por vezes, a PVDE redigia documentos onde se referia à presença de estrangeiros nas prisões portuguesas. De acordo com um destes documentos, no dia 22 de setembro de 1936 encontravam-se detidos no Forte de Caxias 147 cidadãos espanhóis. Destes, 53 eram civis e 94 eram militares, entre os quais 20 oficiais, 16 suboficiais e 58 praças (VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ 2017: 863). Passados apenas três dias, a PVDE apontava a existência de 496 espanhóis entre os 500 cidadãos estrangeiros que estavam encarcerados nas prisões portuguesas. O Forte de Caxias contava com mais de metade destes indivíduos (255), ao passo que os restantes estavam repartidos entre os vários postos fronteiriços da PVDE e em campos improvisados de Norte a Sul do país, nomeadamente Bragança (99), Elvas (61) e Moura (37) (ANTT, Arq. Oliveira Salazar, CO/IN-8 C). Com a zona fronteiriça a ficar sob domínio total das forças nacionalistas e partida dos cerca de 1500 espanhóis a 10 de outubro de 1936 para Tarragona, estes números alteraram-se substancialmente a partir de então, manifestando uma tendência decrescente. Em função das elevadas cifras no decorrer dos primeiros meses do conflito, houve momentos em que se tornou necessário reforçar a vigilância aos refugiados no Forte. Por exemplo,

nos primeiros dias de agosto de 1936, o Ministério do Interior havia ordenado ao Comando Geral da GNR a preparação de uma força formada por trinta praças e 1 subalterno com destino a Caxias, onde desempenhariam o serviço de guarda aos refugiados espanhóis (ANTT, Min. Interior, Mç. 481, pt. 35/21).

Perante uma tão elevada quantidade de detidos, que muitas vezes provocou problemas de sobrelotação, era necessário fazer uma boa gestão dos recursos disponíveis para não provocar constrangimentos ao Estado. Estando o tratamento a dar aos refugiados dependente da sua profissão, as autoridades portuguesas tinham interesse em saber a atividade profissional desempenhada por cada um dos detidos. Neste contexto, a 20 de agosto de 1936, o Ministério da Guerra inquiriu a PVDE sobre a profissão de cada um dos espanhóis de categoria civil que se encontravam em Caxias, ao que a polícia política respondeu dizendo não ser possível comprovar a veracidade das declarações prestadas por estes indivíduos, uma vez que muitos não se faziam acompanhar da respetiva documentação (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2). Por vezes, os refugiados solicitavam autorização ao comandante do Forte de Caxias, Manuel Duarte Pereira dos Santos Ribeiro, para sair deste presídio, principalmente com o objetivo de poderem tratar da documentação necessária para abandonar Portugal. Sobre esta situação, o Ministério da Guerra esclarecia que os espanhóis seriam escoltados por oficiais portugueses e os civis daquela nacionalidade deviam seguir acompanhados por praças da GNR ou por elementos da PVDE. Este comandante pedia que a escolta fosse realizada por efetivos externos ao Forte, dada a carência de oficiais que se registava no mesmo (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Um dos aspetos que mais preocupou as autoridades portuguesas relativamente à presença de refugiados espanhóis no Forte de Caxias, tal como noutros espaços, prendeu-se com as despesas inerentes à estadia, pelo que frequentemente eram solicitados esclarecimentos sobre este assunto. Refira-se, a título de exemplo, a comunicação feita ao comandante de Caxias por parte do Ministério da Guerra relativamente ao refugiado civil Lermindo Meireles, na qual se esclarecia que a única despesa autorizada dizia respeito ao fornecimento diário de refeições. Acrescentava-se ainda que a alimentação fornecida aos refugiados espanhóis não deveria ser melhor que a concedida ao Exército português (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Em agosto de 1936, fruto da presença de um maior número de espanhóis em Caxias, tornou-se necessário realizar uma melhor organização do espaço para a sua vigilância se processar de forma mais eficaz. No dia 12 desse mês, o Ministério da Guerra instruiu o diretor do Depósito Geral de Material de Aquartelamento para a preparação e a mobilização desta prisão com o objetivo

de alojar 300 refugiados espanhóis. De acordo com outras instruções, a limpeza do Forte devia ser realizada pelos próprios refugiados, os quais não estavam autorizados a receber quaisquer roupas ou fardamentos, podendo, contudo, receber a visita de um barbeiro civil. Em caso de necessidade, deveriam ser libertados os compartimentos onde viviam as famílias dos sargentos e os alojamentos que se encontravam ocupados pelo destacamento da GF. Muitas das questões relacionadas com a estadia destes fugitivos neste presídio seriam tratadas com a embaixada de Espanha (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Também em agosto de 1936, o comandante do Forte pedia ao Ministério da Guerra que lhe fosse autorizada a requisição de fundos para colmatar as despesas relacionadas com a presença dos refugiados espanhóis e solicitava alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a mudança da roupa de cama e sobre o pagamento a fazer ao barbeiro civil contratado para cuidar destes detidos. Este Ministério esclarecia que só deveria ser gasto o necessário em expediente e limpeza do aquartelamento, que a roupa de cama dos refugiados deveria ser trocada semanalmente e que o barbeiro deveria ser contratado para o serviço gratuito. Por essa altura, o comandante do Forte de Caxias requeria o fornecimento de 36 fatos de zuarte, uma vez que os refugiados responsáveis pela limpeza do aquartelamento os solicitavam para não sujarem a única roupa que traziam, e que fosse nomeado um enfermeiro para exercer no Posto de Socorros do Forte, em virtude das frequentes solicitações de assistência médica. Ambos os pedidos foram atendidos pelo Ministério da Guerra (AHM, FO/006/L/68, Cx. 950, N.º14). No final do mês, o comandante do Forte perguntava como se deveria proceder caso fosse necessário levar algum refugiado ao hospital por não ser possível tratá-lo internamente ou por ter alguma doença infectocontagiosa, devendo ser feita uma separação entre refugiados militares e refugiados civis, estipulando o mencionado Ministério que os primeiros seriam encaminhados para os hospitais dessa categoria e que os segundos deviam ser conduzidos aos hospitais designados pela PVDE (AHM, FO/006/L/68, Cx. 950, N.º14).

Foram muitos os espanhóis que pretenderam melhorar as suas condições de estadia no Forte de Caxias através de petições remetidas às autoridades portuguesas ao longo do tempo em que permaneceram detidos, muitas das quais, por determinação do Ministério da Guerra, seguiram até ao conhecimento da embaixada de Espanha em Lisboa. Cerca de um mês após o início do conflito, este Ministério, por intermédio de José A. M. do Amaral, remetia 72 requerimentos de refugiados em Caxias ao cônsul geral de Espanha, a maioria dos quais eram compostos por pedidos relacionados com roupa interior, alpargatas, meias, camisas e fatos-macaco. Escassos dias depois chegou a resposta do cônsul, comunicando que, não obstante a existência de muitas

limitações, pretendia responder favoravelmente às petições recebidas, pedindo às autoridades portuguesas que agissem de acordo com o que fosse possível fazer para melhorar a situação dos refugiados espanhóis durante o tempo de prisão (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Por outro lado, os pedidos destinados a tentar obter maiores regalias e melhores condições de estadia em Caxias eram remetidos ao comandante do Forte e, posteriormente, endereçados ao Ministério da Guerra que, por sua vez, consultava a PVDE quando considerasse necessário. Aborde-se, a título de exemplo, o caso do refugiado António Fernández Carnicero, detido no Forte de Caxias em meados de agosto de 1936. Procurando melhores condições e que lhe fossem concedidas as regalias de que gozavam os oficiais espanhóis, este indivíduo, classificado de “foragido político” pelas autoridades portuguesas, afirmou ser formado em medicina. Sobre esta situação, o capitão Pessoa de Amorim, da PVDE, informava que esta polícia não dispunha de dados que atestassem que António Carnicero fosse oficial do Exército ou tivesse alguma equiparação. Por seu turno, a 24 de agosto, José Catela, secretário-geral da PVDE, comunicava ao Ministério da Guerra que o referido refugiado continuava a afirmar ser médico, situação que ainda não tinha comprovado. No final desse mês este pedido foi atendido, uma vez que o mencionado Ministério oficiou ao Forte de Caxias, informando que a alimentação a fornecer a este refugiado deveria ser igual à dos oficiais (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Em sentido contrário encontraram-se os refugiados António Feijó Martínez, Manuel Feijó Martínez, Eloy Feijó Martínez e António López Lorenzo, que declararam estar detidos por não estarem na posse da documentação exigida pelas autoridades portuguesas e, sendo possuidores de um título de professor, solicitaram passar a gozar do mesmo tratamento e da mesma consideração concedidos a outros titulares e classes que estavam detidos no Forte de Caxias. Contudo, a 21 de setembro de 1936, o Ministério da Guerra decidiu não alterar a condição destes espanhóis e continuar a aplicar-lhes o mesmo regime (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

Houve também situações em que os refugiados redigiram requerimentos para sair do Forte, tanto para se deslocar dentro de Portugal como para seguir para o estrangeiro. Foi o caso da petição entregue pelo major de Infantaria do Exército espanhol José Calderón Rinaldi, que, em agosto de 1936, solicitava autorização para ir à praia na companhia de outros quatro oficiais, requerimento negado por haver dificuldade em acompanhar estes indivíduos na deslocação. Caso os oficiais de Caxias pudessem desempenhar esse serviço, a ida à praia estava autorizada (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2). Nos inícios de setembro do mesmo ano, o carabineiro António Sobriño pediu autorização para seguir

para França e os carabineiros António Gutierrez Paniagua, José Garcia e José Arduan Bahia solicitaram permissão para regressar a Espanha. Procurando obter mais informações sobre estes espanhóis, o comandante da prisão remeteu estes pedidos à polícia política, desconhecendo-se se os mesmos foram atendidos (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2). Houve ainda quem desejasse abandonar Caxias com o intuito de se alistar no Exército Nacionalista. Foi o caso dos sargentos carabineiros Máximo Martínez Arcos e Fidel Diego Fernando que assim o solicitaram nos finais de setembro de 1936 (AHM, MMPOE, N.º10, Cx. 63, pt. 2).

No Forte de Caxias estiveram detidas algumas personalidades espanholas, como Ildefonso Puigdemgolas Ponce de León, comandante militar de Badajoz, responsável pela defesa desta cidade aquando do ataque nacionalista em agosto de 1936. Na eminência da derrota republicana, este fugiu dessa localidade acompanhado por outros oficiais e subalternos, sendo detidos pelo posto fiscal de Retiro, em Campo Maior, e encarcerados no quartel do Batalhão de Caçadores de Elvas, até 24 de agosto, data em que foram transferidos para Caxias (ESPIÑOSA MAESTRE 2003: 112). A partir desta prisão, em setembro de 1936, o coronel Puigdemgolas escreveu várias cartas a alguns familiares, onde dava conta da situação que vivia em Portugal, mostrando-se angustiado por não poder contar com o auxílio do embaixador Albornoz, que também se encontrava numa situação difícil. Procurou ainda tranquilizar a família relativamente ao seu estado de saúde e referiu que era bem tratado na prisão. Um outro aspeto relatado pelo coronel Puigdemgolas nas suas cartas prendeu-se com o facto de vários refugiados detidos em Caixas pretenderem sair para França ou para outro porto europeu, o que, na sua opinião, era difícil devido ao facto de o governo português não permitir a saída de militares republicanos até ao término da guerra civil (ALONSO GARCÍA 2014: 313-315).

Durante o tempo em que permaneceu em Caxias, o coronel Puigdemgolas demonstrou ter uma relação de proximidade com o embaixador Sánchez Albornoz, que se mostrou preocupado com os refugiados aí detidos, fazendo-lhes diversas visitas, como a ocorrida nos inícios de setembro de 1936, durante a qual, segundo a PVDE, correspondeu aos cumprimentos comunistas feitos pelos detidos (OLIVEIRA 1987: 185). Dirigindo-se em carta a todos os espanhóis presos em Caxias, este diplomata revelava sentir-se cada vez mais desprotegido em Portugal, uma vez que todos os funcionários republicanos já tinham abandonado o país ou estavam detidos e encontrava-se ameaçado de morte. Por outro lado, mostrava-se desalentado com o facto de não receber apoio monetário de Madrid e de não obter qualquer resposta às diversas informações que passava para a capital espanhola a respeito da situação dos

refugiados republicanos presos em Caxias (ANTT, Arq. Oliveira Salazar, NE-9I, Cx. 372, pt. 1).

Não obstante as inúmeras dificuldades que se lhe colocavam, o embaixador espanhol procurou auxiliar estes espanhóis, principalmente os detidos no Forte de Caxias, mostrando-se especialmente preocupado em evitar a entrega destes indivíduos às autoridades nacionalistas, razão pela qual tentou gerir o rápido internamento dos espanhóis que estavam presos na fronteira. Relativamente aos refugiados detidos neste presídio, Sánchez Albornoz entendia que estavam a ser bem tratados, considerando, no entanto, que viviam na miséria e necessitavam constantemente de roupa interior e de calçado. Segundo o embaixador espanhol, na prisão os refugiados foram divididos de acordo com as suas categorias militares e profissionais, estabelecendo as autoridades portuguesas uma secção com trabalhadores e soldados e outra secção com oficiais do Exército e universitários, onde, seguramente, estava inserido o coronel Puigdemgolas (VICENTE 2003: 174-175).

Este coronel foi um dos cerca de 1500 refugiados republicanos incluídos no já mencionado repatriamento para Tarragona de outubro de 1936. Novamente em Espanha, onde desembarcou três dias depois, este oficial espanhol foi entrevistado por duas vezes, a primeira ainda em Tarragona e a segunda em Madrid. Nesta segunda entrevista, concedida ao *El Sol*, Puigdemgolas, referiu-se de uma forma muito mais negativa à sua presença em Portugal, entendendo que, sendo refugiado no país vizinho, tivera de passar pela vergonha de ser tratado como um prisioneiro de guerra, ao contrário dos fascistas espanhóis, que, dada a cumplicidade do regime salazarista com Franco, tinham sido tratados como hóspedes de honra. Considerava também que o regresso dos refugiados republicanos a Espanha se ficara a dever ao facto de o governo português ter passado a saber que uma comissão de controlo e vigilância internacional seguiria para a fronteira portuguesa para avaliar a forma como os fugitivos espanhóis eram tratados em Portugal (ALONSO GARCÍA 2014: 317-319).

Com a saída destes refugiados de Portugal, muitos dos quais se encontravam detidos no Forte de Caxias, a sua presença reduziu-se consideravelmente a partir de outubro de 1936, o que teve como consequência a diminuição do número de efetivos policiais que para aí haviam sido deslocados anteriormente. A 21 desse mês, quando questionado sobre a utilidade do Forte de Caxias, o Ministério da Guerra declarou que este já havia servido como espaço de encarceramento de refugiados espanhóis, destinando-se então à prisão de alguns elementos entregues à PVDE (AHM, FO/006/L/68, Cx. 950, N.º14). Em março de 1937, o comandante do Forte referia que a diminuição progressiva do número de detidos levava ao fim da necessidade de substituir o sargento

destacado nos inícios de agosto de 1936, quando o número de refugiados espanhóis em Caxias era mais elevado (AHM, FO/006/L/68, Cx. 950, N.º14).

No entanto, tal não significou o fim das entradas de fugitivos espanhóis no país nos meses e anos seguintes, continuando a ser encarcerados em Caxias, embora em menor número, em virtude de terem sido menos aqueles que procuraram Portugal como lugar de refúgio. Por outro lado, registou-se também a presença nesta prisão de refugiados de outras nacionalidades que pretendiam fugir de uma Europa assolada pela guerra no período de 1936 a 1945, com o desenrolar da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial.

## **Conclusão**

A Guerra Civil de Espanha motivou a fuga para Portugal de inúmeros refugiados que, receando perseguições e represálias, procuraram salvar a vida. Este grupo de fugitivos foi composto por distintas pessoas, entre militares e civis, homens, mulheres e crianças, de todas as idades e estratos sociais, demonstrando ou não tendências e simpatias políticas, embora muitos fossem afetos à causa republicana. O Estado Novo de Salazar, aliado dos sublevados de Franco, colaborou na repressão desencadeada pelas forças nacionalistas contra os apoiantes da Frente Popular e da República espanhola, pelo que podemos considerar que Portugal foi um participante ativo e cúmplice na estratégia de aniquilação dos opositores políticos desenvolvida pelos franquistas.

Este comportamento do regime salazarista ficou a dever-se, não só à identificação política e ideológica com a causa franquista, como também à forma como estes fugitivos eram percebidos, passíveis de perturbar a ordem e a segurança internas em função das ideias vistas como subversivas e avançadas de que eram acusados de ser portadores, desenvolvendo-se uma intensa propaganda anticomunista hostil à sua entrada em Portugal. Neste contexto, o principal objetivo de Salazar passou por impedir a sua entrada no país e, no caso de já terem entrado, fazer com que permanecessem o mínimo de tempo possível, pelo que a sua expulsão era a opção mais válida. Assim, ao mesmo tempo que marcava a sua posição junto de Franco, contribuindo para fazer prevalecer os regimes autoritários na Península Ibérica, o governo português conseguiu proteger o seu território de uma invasão massiva de elementos considerados “indesejáveis”. Observamos, portanto, que a posição portuguesa perante o desenvolvimento da guerra em Espanha e consequente atitude relativamente à chegada de refugiados a Portugal se basearam na preocupação salazarista com a influência que os acontecimentos espanhóis poderia provocar

na sociedade portuguesa, estando Salazar consciente de que no outro lado da fronteira também estava em jogo o futuro do seu regime.

O ano em que principiou o conflito espanhol, 1936, foi também um período particularmente marcado por um aumento da repressão policial e assinalável endurecimento do regime, que se traduziram, por exemplo, na criação da Legião Portuguesa e do campo do Tarrafal. Como consequência destas alterações, motivadas pelos acontecimentos em Espanha e pela ameaça comunista a que Salazar dava cada vez mais importância, concretizou-se um maior número de prisões de portugueses e de estrangeiros. Neste contexto, a presença de refugiados espanhóis em Portugal encontrava-se mais dificultada, sobretudo porque o Estado Novo os identificava frequentemente como elementos comunistas, logo pessoas cuja entrada e permanência não era desejável. Assim, a perseguição salazarista a estes fugitivos pode também ser encarada como outra forma do auxílio português à causa nacionalista e inserida no contexto mais amplo da ação repressiva das ditaduras ibéricas durante a Guerra Civil de Espanha.

As prisões portuguesas, importante elemento do aparelho repressivo salazarista, desempenharam também um papel central no processo de vigilância e de controlo de espanhóis no país, ao limitar os seus movimentos e impedir que contactassem com a população portuguesa, um dos principais receios de Salazar no decorrer do conflito em Espanha. O Forte de Caxias desempenhou um papel de destaque ao albergar algumas centenas de refugiados durante os primeiros meses do conflito, tanto militares como civis. Durante a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial conviveram nesta prisão portugueses opositores políticos a Salazar, espanhóis em fuga da guerra civil e da repressão franquista e outros refugiados das mais variadas nacionalidades que pretendiam escapar à violência nazi, partilhando experiências e conhecimentos e tornando momentaneamente esse lugar num verdadeiro espaço cosmopolita.

## **Fontes**

### **Manuscritas**

Arquivo Histórico Militar, FO/006/L/68, Cx. 950, N.º 14, Ofício do comandante do Reduto Norte do Forte de Caxias para o Ministério da Guerra.

Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, N.º 08, Cx. 63, N.º 2, Capilha 2, MMPOE.

Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, N.º 10, Cx. 63, N.º 2, 2.º Mç, MMPOE.

Arquivo Municipal de Melgaço, Ofício do Comandante da 3.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão N.º 3 da Guarda Fiscal para o Comandante da Secção da Guarda Fiscal de Melgaço.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo António de Oliveira Salazar, CO/IN-8 C, pt. 1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, NE-9I, Caixa 372, pt. 1, 4.<sup>a</sup> Subdivisão.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, pt. 35/21.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livros 18, 28, 38, 39 e 48.

## Legislação

Decreto-lei n.º 22.992, de 29 de agosto de 1933, *Diário do Governo*, I Série, Número 195.

## Bibliografia

ALONSO García, Héctor (2014). *El coronel Puigdengolas y la batalla de Badajoz (agosto de 1936)*. Valencia: Universitat de Valencia.

CANDEIAS, Maria Fernanda (1997). *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CUNHA, Luís (2006). *Memória Social em Campo Maior*. Lisboa: Dom Quixote.

DELGADO, Iva (1980). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ESPINOSA MAESTRE, Francisco (2003). *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica.

FARIA, Fábio (2017). “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha”. *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, 61-84.

GODINHO, Paula (2011). *Oír o Galo Cantar Dúas Veces. Identificaciós Locais*,

- Culturas das Marxes e Construção de Nações na Fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Imprensa da Deputación.
- GRAHAM, Helen (2006). *Breve História da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Tinta-da-china.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1993). “La política del bloque ibérico: las relaciones hispano-portuguesas (1936-1949)”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 29 (3), 175-201.
- LOPES, Moisés Alexandre (2017). *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938). O caso de Elvas*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel; CAGIAO VILA, Pilar ed. (2006). *O Exílio Galego de 1936: política, sociedade, itinerarios*. Corunha: Edicions do Castro.
- OLIVEIRA, César (1995). *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*. Lisboa: Edições Cosmos.
- OLIVEIRA, César (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal.
- ORTUÑO MARTÍNEZ, Bárbara (2010). *El exilio y la emigración española de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*. Tesis Doctorales. Alicante: Universidad de Alicante.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2020). “Fighting from Portugal for a new Spain: The ‘black embassy’ in Lisbon during the Spanish Civil War: information, press and propaganda”. *Media History*, 1-15.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2015). “Salazar y los «viriatos». Los combatientes portugueses en la guerra civil española: prensa y propaganda”. *Spagna contemporanea*, 47, 7-24.
- PEREIRA, Carolina Henriques (2017). *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri.
- RIBEIRO, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SCHWARZSTEIN, Dora (2001). *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Editorial Critica.
- SIMÕES, Dulce (2016). *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*. Lisboa: Edições Colibri.
- SIMÕES, Dulce (2018). “Exilados e Refugiados na Fronteira Luso-Espanhola do Baixo-Alentejo nos Séculos XIX e XX”. *O Pelourinho*, Nº 22, Diputación de Badajoz.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2010). *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Leya.
- TUÑÓN ALBERTOS, Mateo (2010). *Hacia la libertad*. Lérida: Editorial Milenio.

- VAQUINHAS, Irene (2015). “Huyendo de la Guerra Civil: Los Refugiados Españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”. *Pensar con la Historia desde el siglo XXI, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UAM Ediciones, 4833-4856.
- VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio (2017). “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”. *Hispania*, vol. LXXVII, n.º. 257, septiembre-diciembre, 857-883.
- VICENTE, António Pedro (2003). *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*. Lisboa: Tribuna da História.



# **RECENSÕES**



**SCHWARTZ, Stuart B. (2020).** *Blood and boundaries. The limits of religious and racial exclusions in Early Modern Latin America.* Waltham: Brandeis University Press, 184 pp., ISBN: 978-1-68458-020-0.

Preparado a partir de um conjunto de 3 conferências apresentadas nas prestigiadas *Menahem Stern Jerusalem Lectures Series*, organizadas pela *Historical Society of Israel* em homenagem ao historiador polaco Menahem Stern, este é um livro que deve integrar a biblioteca dos historiadores que desejam conhecer e entender as dinâmicas da organização social e dos seus processos de exclusão no mundo da América Espanhola e da América Portuguesa relativamente aos judeus convertidos (conversos no mundo hispânico e cristãos-novos no português), mouriscos, isto é, descendentes de muçulmanos cristianizados e mestiços.

Nele, o seu autor, titular da cátedra George Burton Adams na Universidade de Yale, um dos mais longevos, acutilantes, sérios e inovadores historiadores norte-americanos que investigam sobre a construção das sociedades coloniais portuguesa e espanhola na América, pensa com profundidade um problema sobre o qual, ao longo da sua vasta obra publicada, boa parte dela aqui citada explicitamente, tem vindo a fornecer dados e pistas de reflexão. Como bem comenta, na contracapa da obra, Jorge Cañizares Esguera, este é um livro que revela “a lifetime of scholarship”. De facto, *Blood and Boundaries* comprova a gigantesca erudição do seu autor, bem como o impressionante domínio de uma extensa bibliografia, que compreende os estudos clássicos que desde os anos 50 do século passado foram sendo produzidos, como os títulos mais atuais e oriundos de diversas historiografias. A força do livro não reside, por conseguinte, nas muitas novidades que aporta, tendo em consideração anteriores contributos do seu autor, pese embora também sejam revelados dados empíricos novos a partir da exploração, sobretudo, de documentação de origem inquisitorial. Isto nada retira à relevância do livro, pois aqui se consolida, com elevada consistência, um território de problemas essenciais, os quais surgem bem recortados e definidos na Introdução, o que é outra das qualidades deste texto.

Por que razões conversos, mouriscos e mestiços foram desconsiderados social e politicamente nos territórios da América Latina entre os séculos XVI e XVIII, e que impactos tiveram esses mecanismos de discriminação, conjugados com formas de resistência e adaptação por parte das vítimas deste sistema? A proposta de Schwartz não se centra no quadro legal que moldou estes dispositivos segregadores, assunto já amplamente estudado,

mas antes nas experiências individuais de vários daqueles que “viveram sob estes constrangimentos” (p. 4-5). Atento à dialética sempre presente entre estrutura e ação (agency), entre teoria geral dos sistemas e teoria da liberdade individual, o autor procura apurar como é que as tentativas para marginalizar estes três grupos foram “limitadas, modificadas, ignoradas ou ultrapassadas” (p. 5) pelas pessoas que as sofreram, por outros atores sociais e até pelo Estado e pela Igreja Católica.

Schwartz denota conhecer muito bem o sistema de organização social das sociedades ibéricas, sem o qual não se pode entender o que se passou na América Latina, ao lembrar que critérios como os de nobreza, honra, legitimidade de nascimento, ocupação e níveis de educação eram, tal como o “sangue”, decisivos no processo de escalonamento social. Nos impérios ibéricos, ao invés do que alguma historiografia tendeu e tende a considerar, nem tudo dependia da etnicidade, da genealogia, da cor da pele, como aqui é bem lembrado, o que torna mais complexo e híbrido o quadro das classificações sociais nestas sociedades imperiais tecidas por espanhóis e portugueses na América.

Sem surpresa e com racionalidade o livro comporta três capítulos. Em cada um deles foca-se um dos três grupos já identificados. Primeiro os mouriscos, que continuaram a ser pensados na América Latina, sobretudo espanhola, como inimigos da fé que podiam comprometer com a sua presença o trabalho de cristianização das populações nativas da América, o qual desde cedo se desencadeou. Não por acaso, Pizarro, o conquistador do Perú, transportou consigo o estandarte que os *Reis Católicos* teriam usado quando derrotaram definitivamente os muçulmanos em Granada (1492), transformando *Santiago Mata Mouros* em *Santiago Mata índios*. E quando se fixaram na Nova Espanha, muitas comunidades de oriundos da Espanha transferiram para esses locais procissões e simulações de lutas entre cristãos e muçulmanos, as quais replicavam no Novo Mundo as fronteiras e doutrinas, culturais e religiosas oriundas da Ibéria Mediterrânica (p. 38). Até ao século XIX, os mouriscos nunca foram uma relevante ameaça, como se comprova quando se analisa o indicador dos processos por cripto-islamismo desencadeados pelas inquisições do México, Lima e Cartagena das Índias, que foram “raros” (p. 16). Ainda assim houve casos, aqui recuperados por Schwartz, alguns que penderam sobre gregos que combateram ao lado das forças espanholas. Também aqui a Inquisição foi utilizada para lutas de interesses pessoais ou de grupo com acusações de cripto islamismo a serem o móbil da queixa.

Só a partir dos inícios do século XIX é que milhares de africanos islamizados provenientes da região do Benim começaram a chegar em massa a muitas zonas da América hispânica, cerca de 400.000 entre 1800 e 1850, tornando-se, de

algum modo, uma ameaça. Tal deveu-se a “uma irónica mudança da História” (p. 38), como a definiu Schwartz, na sequência de alterações na política interna em África, no contexto das restrições à importação de escravos desencadeadas pelo movimento abolicionista britânico e em conjugação com a Revolução Haitiana assumida por populações escravizadas (1804), rebelião que destruiu a indústria açucareira francesa na região. Mas esta “ameaça” oitocentista não era formada pelos turcos, otomanos ou granadinos que, nos séculos XVI e XVII, tanto tinham afligido os cristãos europeus. Neste capítulo, mais ocupado com a situação dos mouriscos na América Espanhola do que na congénere Portuguesa, e com uma atenção demasiado prolongada no tempo para caber na clássica definição de *Early Modern*, há algumas incursões sobre situações relativas à Europa e ao mundo dos nativos americanos, cuja articulação com a narrativa central do capítulo podia ter sido explicitada com mais cuidado.

O segundo capítulo é dedicado aos “conversos” de origem judaica. Nele se recordam as medidas de segregação de que, nos finais do século XV, estas comunidades foram vítimas nos reinos ibéricos e como, depois de 1500, nesses territórios, já não existiam oficialmente judeus. Forçados a fugir ou violentados à conversão ao cristianismo, permaneceram na Península milhares de pessoas cristãs na religião, mas vinculados étnica e culturalmente à nação hebraica (p. 41). Este processo foi responsável pela eliminação das marcas externas (por exemplo o traje) que distinguiam estes indivíduos dos restantes cristãos e Schwartz vincou bem que esta dificuldade de distinguir visualmente, num primeiro contacto, os “velhos” dos “novos” cristãos provocou uma amplificação do medo da “contaminação religiosa”. No fundo, para além da diferença religiosa passou a agregar-se-lhe uma distinção que estava no “sangue”, com a agravante de que a “pureza do sangue”, que marcou profundamente as sociedades ibéricas tanto na Europa como nos mundos que teceram para além dela, não se conseguia ver “na cara das pessoas” (p. 41-42). Neste contexto, explicita-se que foi este medo dos cristãos-novos ou conversos que determinou a criação de tribunais da Inquisição na América espanhola (México, Lima e mais tarde Cartagena das Índias), não terá sido esse o caso de Goa, ao invés do afirmado por Schwartz (p. 44-45), que teve muito intensa atividade, incluindo contra “portugueses”, sobretudo durante o século XVII. Schwartz recordou que, no Brasil, nunca houve uma mesa da Inquisição, o que teria permitido que aquele, durante quase todo o século XVII, fosse um território de relativa liberdade para os “cristãos-novos”. Neste passo do livro, era possível através da bibliografia disponível explicar com outra amplitude as razões da ausência de uma mesa da Inquisição na América Portuguesa.

O preconceito social contra estas comunidades foi fortíssimo na América. Os

seus membros eram tidos como “mestiços na fé”, o que os tornava uma ameaça constante. Todavia, as atividades económicas que desenvolviam eram cruciais nas economias locais e regionais da América Espanhola e Portuguesa, com entrelaçamentos a escalas intercontinentais, o que os tornava indispensáveis, não só nos circuitos económicos e na produção de riqueza, mas também no suporte financeiro das monarquias ibéricas. Não podiam, por “razão de Estado”, ser totalmente aniquilados. Neste sistema repleto de mecanismos de controlo e formas de segregação, estes indivíduos tiveram que usar diversas estratégias (muito bem captadas pelo autor) para escapar às perseguições e conseguirem viver e até prosperar socialmente em diversos locais da América. Realce para o exemplo fornecido das comunidades que se instalaram na região da atual Buenos Aires, desde os finais do século XVI, e que ali viveram em relativa tranquilidade até cerca de 1630, altura em que uma ofensiva da Inquisição de Lima se fez sentir (p. 62-64).

O capítulo terceiro trata da categoria dos mestiços, principiando por lembrar que ela “foi inventada”, através de um processo de dupla natureza. Por um lado, a etnogénese – isto é, através da criação de novos povos e de novos tipos de povos pelo cruzamento, forçado ou livre, entre indivíduos com fenótipos distintos. Por outro lado, tratou-se de uma criação social, fundada no “Direito Ibérico” e nas hierarquias das sociedades ibéricas. Seguindo de perto as propostas de Verena Stolcke, aqui se defende que “los *mestizos* no nacen sino que se hacen”. No fundo, resultam de um processo socialmente determinado e bastante complexo, em que se conjugam diversos fatores como o estatuto, a ocupação, a origem geográfica, a cor da pele dos indivíduos (p. 77). Todavia, pese o valor desta perspetiva, sobretudo ao chamar a atenção para a sua dimensão de construção social em contextos históricos precisos, não deve descurar-se a relevância do fator “cor da pele” na emergência desta distinção. Dito de outro modo, se não houvesse quem nascesse “mestiço”, porventura, jamais se teriam construído “socialmente” essa(s) categoria(s) que marcaram tão profundamente as sociedades “fabricadas” pelos ibéricos no espaço americano. Neste capítulo explicita-se muito bem como o termo “mestizo” começa a surgir na América Espanhola por 1530 e como, no decurso do tempo, foi assumindo uma carga cada vez mais pejorativa, o que foi acompanhado pela criação de mecanismos de distinção e de formas de segregação criadas face a estas pessoas. Exclusão que se manifestou inclusivamente no acesso ao clero por parte destas populações, porventura, sobretudo no século XVI e inícios de XVII, mais veementemente na América espanhola do que na Portuguesa.

Neste capítulo demonstra-se que foi sobretudo na segunda metade do século XVIII que o fenótipo ou “raça”, mais do que a ortodoxia religiosa de um

indivíduo, se tornou o principal “marcador social”. O processo foi-se construindo paulatinamente desde o início da conquista da América Espanhola, com a “indianização dos crioulos” nascidos na América e, a partir dos meados do século XVI, com o crescimento da chegada de pessoas escravizadas oriundas de África e a “africanização da mestiçagem” e emergência dos “mulatos” (p. 97). Por isso, como é bem notado, nos finais do século XVIII, os processos de averiguação da “limpeza de sangue” já se reportavam mais a qualidades somáticas dos requerentes do que ao seu grau de “pureza religiosa” (p. 100). Mas, mesmo assim, como Stuart Schwartz aqui também lembra, os atributos “somáticos” de cada um eram combinados com outras formas de distinção, como o nascimento ilegítimo, ter pais de diferentes origens ou ocupações plebeias. Tal como os “mouriscos” e os “conversos”, as populações “mestiças” criaram mecanismos de resistência e estratégias para vencer estas barreiras. Apesar de todas as regras e sistemas de segregação, ameríndios, escravizados, “mulatos”, negros e outros simplesmente nascidos na América procuraram proteção legal, régia e eclesiástica, e alguns conseguiram ultrapassar o sistema de restrições e o mundo de desvantagens que tiveram que enfrentar (p. 105-106).

Em suma, este é um livro muito relevante, que propicia uma visão sistémica exemplar dos universos com que estas populações foram confrontadas, definindo muito bem os sistemas criados e as múltiplas formas de resistência e superação destas barreiras por parte de atores históricos que com elas tiveram que se confrontar. Porém, a respeito de detalhes, surgem pontuais imprecisões e é uma visão mais atenta à América Espanhola do que à Portuguesa, nem sempre registando as diferenças, que também existiam, entre os ibéricos.

JOSÉ PEDRO PAIVA

Universidade de Coimbra

lejpaiva@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5312-1138>



**BOUZA, Fernando; CARDIM, Pedro; FEROS, Antonio (eds) (2020).** *The Iberian World: 1450-1820*. London: Routledge, 736 pp., ISBN: 978-1-138-92101-6.

Constituído por 32 textos, redigidos por vários historiadores, *The Iberian World: 1450-1820* é um livro marcado pela sua natureza abrangente, o que reflete na composição de seus autores, temáticas, cronologia e abordagem analítica. Os 52 colaboradores, especialistas em diversas áreas da História, possuem múltiplas origens geográficas e acadêmicas, o que abre o livro a um plural debate historiográfico. A amplitude também se constata no conteúdo dos capítulos, os quais cruzam uma miríade de matérias, abrangendo a história social, política, cultural, econômica, religiosa e da arte, formando um policromático mosaico temático. A vasta cronologia, delimitada entre os séculos XV e XIX, percorre toda a época moderna.

Maior destaque merece a ampla perspectiva de análise, certamente o traço mais distintivo do livro. Adotando um enquadramento amplo, o mundo ibérico, os autores alternam sua atenção entre as monarquias portuguesa e espanhola, além de alcançarem seus espaços imperiais ultramarinos. Tal moldura ibérica não consta apenas no título, mas é observada ao longo de todo trabalho. Em outras palavras, os universos luso e hispânico não são estudados em capítulos separados e, ao final, coligidos numa mesma publicação. Ao contrário, os textos percorrem, em paralelo, as duas experiências, através de uma perspectiva comparada, utilizada para revelar similitudes e contrastes existentes nos multifacetados territórios, bem como para desconstruir supostos excepcionalismos.

Conjugada com a perspectiva comparada, observa-se a aplicação da perspectiva transnacional, atenta às conexões, às interações, aos entrelaçamentos, bem como aos conflitos e tensões que teceram o mundo ibérico. Mirando no aquí e no além-mar, os estudos desvelam influências mútuas, circulação de pessoas, ideais e modelos que aproximaram os diversos territórios, além dos choques e embates que os sacudiram. Tal abordagem, presente de forma mais acentuada na segunda parte do livro (dedicada à expansão ultramarina e aos impérios), procura expor a interconexão destes espaços, através de uma análise integrada.

Nos últimos vinte anos, a opção de investigar as monarquias portuguesa e hispânica, a partir de uma leitura integrada, tem atraído parte da historiografia debruçada sobre o período moderno. Avançando em relação aos trabalhos com viés meramente nacional, tais estudos, ainda escassos, buscam captar a complexidade dos fenômenos e atingir uma compreensão mais profunda dos

processos numa época marcada por forte integração mundial. Nesse sentido, ultrapassando as fronteiras reinóis ou imperiais, a obra *The Iberian World: 1450-1820* conseguiu realçar as dimensões globais da história ibérica, razão pela qual poderia também ser identificada com a perspectiva global de análise.

O livro é estruturado em quatro partes, a partir de balizas cronológicas e territoriais. No entanto, tais limites não são rígidos, sendo, por vezes, extrapolados pelos autores, no propósito de favorecerem a compreensão de seus objetos.

A primeira parte, a mais extensa da obra, é dedicada à Península Ibérica nos séculos XV a XVII. Englobando doze capítulos, abarca uma vasta gama temática. Nela, sobressai a dimensão política, central em ao menos quatro textos (capítulos 1, 2, 3 e 6), os quais abordam, com profundidade, o processo de formação, a organização territorial e a arquitetura político-administrativa das monarquias hispânica e lusa, as dinâmicas políticas peninsulares, as rivalidades com outras potências europeias e a União das Coroas ibéricas.

Nesse âmbito, vislumbram-se a interpenetração da cultura política e jurídica no espaço peninsular, a negociação e o diálogo permanentes entre as Coroas e as elites, a natureza compósita da monarquia hispânica e sua hegemonia na Europa, a partir do final do século XV. Entrelaçadas por meticulosas alianças matrimoniais, disputas territoriais e tratados diplomáticos, as entidades políticas ibéricas teciam complexas e ambivalentes relações entre si, permeadas por tensões políticas intermitentes.

Além do mundo político, a seção incorpora as esferas social, religiosa, cultural e económica, apresentando estudos sobre: as múltiplas identidades católicas nos âmbitos peninsular, atlântico e asiático (capítulos 4 e 11); as redes imperiais moldadas no Mediterrâneo, através da atividade corsária e do tráfico de escravos, e a escravidão na Península Ibérica, questionando o mito de seu suposto “excepcionalismo”, isto é, de uma relativa “benevolência” do sistema escravocrata em Portugal e Espanha, tema por muito tempo negligenciado pela historiografia (capítulos 5 e 12); a sociedade ibérica, entendida como um complexo social dinâmico, composto por grupos sociais heterogêneos, com fronteiras permeáveis, acentuadas hierarquias internas e suscetível à mobilidade social (capítulo 7).

Analisa-se ainda as mulheres no mundo ibérico, sob uma ótica renovada, enquanto sujeitos ativos, capazes de exercer papel autônomo na esfera da governança, na vida cultural e religiosa e em pleitos jurídicos, rompendo com uma recorrente visão historiográfica que as concebe como vítimas em absoluto, destituídas de qualquer direito ou poder (capítulo 8); e a integração económica dos reinos português e espanhol e a relação entre cultura e as diferentes formas de comunicação nos âmbitos imperiais (capítulos 9 e 10).

Partindo do preceito que é impossível compreender a trajetória histórica

moderna de Portugal e Espanha desconsiderando suas projeções imperiais, devido ao caráter profundamente transformador da experiência colonial, a segunda parte do volume avança sobre a expansão marítima e os impérios ultramarinos nos séculos XV a XVII. Constituída por dez capítulos, reúne, assim como a seção anterior, um vasto leque temático. Os capítulos abordam a construção dos impérios luso e hispânico, os processos de conquista, o aparato administrativo, o caráter negociado do exercício do poder na governança imperial e as diferentes nuances da colonização no além-mar (capítulos 13, 14 e 15).

Examinam as sociedades coloniais na Ásia, a diversidade do estatuto legal dos povos asiáticos e sua incorporação nas instituições imperiais (capítulos 16 e 19); os povos ameríndios, sob uma perspectiva historiográfica renovada, a qual enxerga o protagonismo das ações indígenas nas negociações com autoridades civis e eclesiais, nas políticas de alianças, nas múltiplas formas de resistência, na utilização do sistema jurídico e nas petições dirigidas ao reino (capítulo 17); a participação de Portugal e Espanha no tráfico de escravos, a integração entre os povos europeus, indígenas e africanos no mundo atlântico em função da economia açucareira, os sistemas econômicos dos impérios ibéricos, suas conexões comerciais internacionais e o papel impulsionador dos impérios para a globalização (capítulos 18, 20 e 21); por fim, a produção artística colonial, sob a ótica da colaboração e negociação entre os colonizadores e os povos nativos (capítulo 22).

As unidades seguintes são notadamente menos volumosas e mais homogêneas, sob o ponto de vista temático. A parte 3, organizada em seis capítulos, dedica-se ao mundo ibérico setecentista. Seu eixo central gravita em torno do impacto das reformas empreendidas pelas Coroas portuguesa e espanhola (reformas Pombalinas e Bourbonicas), matéria fundamental em metade dos textos (capítulos 23, 24 e 26), além de perpassar os restantes. São discutidas suas principais medidas nos campos científico, cultural, administrativo e institucional, os atores nelas envolvidos, a ligação entre Iluminismo, ciência e império e os desdobramentos nos domínios ultramarinos.

Os demais capítulos exploram as rivalidades imperiais, a partir dos conflitos envolvendo as Coroas ibéricas (Guerra de Sucessão Espanhola, Guerra dos Sete Anos, Guerra de Independência Americana e Guerra Revolucionária Francesa) e a reverberação destas disputas em solo americano (capítulo 25); as alterações na dinâmica social peninsular e no Brasil, a formação de identidades coloniais na América hispânica e o desenvolvimento e as transformações nas economias ibéricas (capítulos 27 e 28).

A parte 4 é a última e menor divisão do livro, composta por 4 textos. A seção é destinada a debater as revoltas, revoluções e guerras que convulsionaram os reinos português e espanhol e despedaçaram os seus impérios nas centúrias

de Setecentos e Oitocentos. São apreciados os movimentos americanos de resistência, a relação das rebeliões coloniais do século XVIII com as reformas Pombalinas e Bourbónicas, os efeitos das guerras globais, sobretudo das invasões napoleónicas, no equilíbrio dos impérios, a crise das monarquias lusa e hispânica e os processos de independência das colónias americanas (capítulos 29, 30 e 32). Ademais, analisa-se a emergência dos regimes liberais em Portugal e Espanha e a construção de sua base constitucional, em meio às contradições e reveses, decorrentes do conturbado momento político (capítulo 31).

De um modo geral, o conjunto de textos ancora-se em estudos historiográficos recentes e inovadores, proporcionando um panorama da produção atual sobre cada tema em debate. Fontes primárias, todavia, foram menos utilizadas. Cabe ressaltar a presença de ilustrações na quase integralidade dos capítulos, a pedido dos editores que estimularam o uso de materiais iconográficos.

A extensa obra delinea um complexo mundo ibérico, atravessado por dinâmicas peninsulares e globais, confrontado pelos desafios advindos da expansão marítima e da colonização de longínquos territórios, espalhados por quatro continentes e povoados por uma mistura fervilhante de povos, crenças e costumes. Longe de adotar um tom celebrativo, configura um estudo crítico da história ibérica, assinalando a violência e a intolerância dos processos, ao passo que evidencia, amparado em resultados de pesquisas recentes, as práticas de negociação, adaptação, reformulação e flexibilidade exigidas para acomodar idiosincrasias locais. Reconstituindo a autonomia dos diversos atores históricos – muitos longamente eclipsados pela historiografia (mulheres, povos indígenas e escravos) –, e abarcando os diversos contextos ultramarinos (ilhas atlânticas, África, Ásia e América), em maior grau o mundo atlântico, os editores pretenderam construir uma narrativa plural, superando um enfoque eurocêntrico.

O largo enquadramento é fundamental para uma compreensão aprofundada da história dos impérios português e espanhol, detentores de projeção global desde o século XVI. Traçando paralelos e demarcando distinções, sob uma perspectiva comparada e conectada, o livro traz rica contribuição para o conhecimento histórico, em seus diversos campos, para além das fronteiras linguísticas luso-espanholas. Publicada em língua inglesa, a obra deverá ecoar mais facilmente no mundo anglófono, apontando caminhos para novas pesquisas e estimulando o interesse global sobre o multifacetado mundo ibérico.

ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

isabela.bezerra@ifpb.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5710-9440>

**OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) (2020). *Sociedade das Nações (1920-1946). Promessas e Legados*. Lisboa: Instituto Diplomático, Biblioteca Nacional de Portugal, 246 pp., ISBN: 978-972-565-668-6.**

Na encruzilhada de diversas correntes de pensamento, colhendo a experiência da Cruz Vermelha e das Convenções de Haia, embora guardando a sua originalidade, a Sociedade das Nações (SDN) nasceu no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, com sede em Genebra. Tendo por desígnio principal fazer cumprir a muito citada frase do escritor britânico H. G. Wells, acerca da “guerra para acabar com todas as guerras”, a SDN revelou-se incapaz de impedir os revisionismos territoriais dos derrotados ou descontentes de 1918, que acabaram por estar na génese de novo conflito mundial. Daí decorre que alguma da historiografia acerca desta organização se tenda a fixar nos temas do fracasso e das boas intenções, enquanto outra tem vindo a sublinhar o pioneirismo e a marcada influência tida sobre a Organização das Nações Unidas (ONU). Em boa verdade, o subtítulo do livro coordenado pelo historiador Pedro Aires de Oliveira é sintomático desse duplo entendimento.

Inicialmente pensado como catálogo de uma exposição que teve lugar na Biblioteca Nacional (BN) nos inícios de 2020, o livro em apreço revela-se mais substancial na forma e no conteúdo, transcendendo as características amiúde associadas ao género. De resto, uma secção com a documentação e a iconografia expostas na BN (pp. 225-246), assim como uma cronologia (pp. 203-206) e um mapa das (re)adesões e abandonos dos diferentes Estados àquela organização multilateral (pp. 16-17), confirmam que a maior parte do volume é consagrada a artigos de investigação.

Enquanto o prefácio, assinado por José Freitas Ferraz – diretor do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros –, põe a tónica na “inquietante atualidade” da SDN, com o refluxo do multilateralismo e o recrudescer da retórica populista, cabe à sucinta introdução, de Aires de Oliveira, assinalar o seu “centenário discreto”, fruto talvez da “má imprensa” que continua a rodear a organização. Aí são tecidas algumas considerações historiográficas acerca “das muitas facetas que permanecem por estudar com profundidade [...] em Portugal”, nomeadamente o envolvimento de cidadãos lusos nas comissões técnicas da SDN, o impacto na política e na legislação nacional e o posicionamento dos diversos regimes (Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo) perante Genebra (pp. 13-14).

O primeiro artigo, “Um parlamento global e a longa procura da paz perpétua” (pp. 19-44), de Bruno Cardoso Reis, começa por aclarar a nomenclatura

da organização e a arqueologia de uma ideia. Por outras palavras, o autor explica que, em Portugal, o “predomínio da influência cultural francesa” terá determinado o uso de *Société des Nations* em lugar de *League of Nations*. Não introduzindo, porém, qualquer nota em relação à simbologia ou ao cromatismo – azul, como azul serão, também, as bandeiras da ONU e da União Europeia –, Cardoso Reis chama à colação a *Pax Romana*, a *Tianxia* chinesa e a *Respublica Christiana*, assim como os escritos do abade de Saint Pierre e de Immanuel Kant, com o fito de enquadrar as formulações do presidente Woodrow Wilson, que constituíram a antecâmara da SDN.

Por sua vez, Yvette Santos, em “Ação humanitária, proteção jurídica e integração: a Sociedade das Nações e os refugiados apátridas” (pp. 45-67), como que divide a atuação neste campo em dois períodos, anos 20 e anos 30, os quais espelham um certo cenário de apogeu e queda. Assim, tendo presente as grandes massas de refugiados geradas no decurso da guerra, a SDN operou no sentido de lidar com crises idênticas nos anos 20, quer criando comissões específicas (veja-se o caso da Guerra Greco-Turca), quer emitindo o famoso Passaporte Nansen, o qual permitia aos cidadãos apátridas encontrar refúgio e trabalho. Por contraste, nos anos 30, o avolumar das tensões políticas, com a invasão italiana da Abissínia e a irrupção da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Sino-Japonesa, demonstrariam tanto a incapacidade da organização em manter a paz, quanto de prover um auxílio eficaz aos refugiados.

“Sexo, drogas e diplomacia” (pp. 69-90), de Helena Pinto Janeiro, é um curioso artigo versando o olhar atento que alguns comités da organização lançaram ao submundo dos estupefacientes e das redes de prostituição. Usando uma multiplicidade de fontes, entre as quais se incluem entrevistas realizadas à época, a autora não deixa de enfatizar o facto de os organismos que procuravam dar resposta ao tráfico de mulheres contarem com um considerável número de elementos femininos, facto não observável nos outros comités.

No primeiro dos dois textos da autoria de Aurora Almada e Santos, intitulado “Mandatários em nome da sociedade: impérios, mandatos e escravatura” (pp. 91-108), encontram-se algumas referências aos territórios ultramarinos portugueses, muito embora o âmago consista no estudo “do impacto da organização no combate à escravatura” (p. 106) e no funcionamento nos chamados mandatos coloniais, ou seja, de que modo as colónias alemãs e as províncias árabes do império otomano passaram administrados pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Seguindo de próximo a obra de Susan Pederson, *The Guardians. The League of Nations and the Crisis of Empire*, Almada e Santos argumenta que “em meados da década de 1930 o Sistema de Mandatos começou a evidenciar dificuldades, não conseguindo escapar à perda de prestígio que

afetou a própria SDN” (p. 101).

O estudo de Cristina Rodrigues, “Transcender o infinito do infinito ou o tempo longo da Organização Internacional do Trabalho” (pp. 109-133), parece continuar o texto anterior, começando por pôr em diálogo o mundo laboral dos territórios colonizados com a esfera do trabalho das metrópoles. De igual modo, a análise do caso português é levada a cabo, como que seguindo a recomendação inicial de Aires de Oliveira sobre a SDN perante os diferentes regimes políticos. Com efeito, problematizam-se as relações e as convenções emanadas da OIT, em face da legislação da Primeira República e do Estado Novo.

Quanto a Cláudia Ninhos e Quintino Lopes, cujo artigo se intitula “A cooperação técnica e intelectual ou o conhecimento do *outro* para a paz mundial” (pp. 135-153), a sua pesquisa incide em vários organismos, entre os quais se inclui o Comité Internacional de Cooperação Intelectual (CICI). Este promoveu o “intercâmbio e diálogo educacional, científico e cultural” como meio de “aproximar os povos”, quer dizer, de “conhecer e compreender o *outro*” (p. 134). E concluem os autores que, procurando combater os “nacionalismos exacerbados”, que poderiam conduzir a um novo conflito, o CICI não conseguiu prevenir, também nos anos 30, a deriva nacionalista patenteada pela cada vez maior importância que os comités de cada país foram adquirindo.

Após os textos anteriores caracterizarem diversos aspetos do funcionamento da SDN, os dois últimos fazem as vezes de conclusão. O primeiro, de Aires de Oliveira, em “A paz e os seus descontentes”, enuncia as dificuldades que a organização enfrentou desde início, regressando ao tema da historiografia mais crítica acerca dos “metafísicos de Genebra” (p. 155). Ora, tais estudos têm sido objeto de reavaliação por contributos recentes, que atestam a falta de meios da SDN para contrariar as agressões territoriais dos anos 30 e, em simultâneo, as importantes lições que a ONU terá colhido desses tempos. Neste sentido, Aires de Oliveira convida a lançar um novo olhar sobre a experiência como um todo, tendo presente o complexo quadro político, económico, social e diplomático do período de entre-guerras.

Por último, Aurora Almada e Santos, em “A Liga morreu, longa vida às Nações Unidas! O legado da Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas” (pp. 179-201), traça as linhas de continuidade e de rutura das duas organizações, de como a ONU foi desenhada a partir do organigrama institucional da SDN. Todavia, conclui, o modelo não foi simplesmente decalcado. Desde o início, a ONU afastou-se do carácter eurocêntrico da SDN, com a questão anticolonial bem presente, aspirando ao universalismo. Ou seja, ao arvorar-se em farol do novo mundo da Guerra Fria e do Movimento dos Países

Não-Alinhados, a ONU teve de lidar com a questão das “promessas e legados”,  
na procura de um espaço próprio.

SÉRGIO DUARTE NETO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)

[sgdneto@gmail.com](mailto:sgdneto@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

**MUÑOZ, José Eloy Hortal (coord.) (2021). *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*. Turnhout: Brepols Publishers n.v., 323 pp., ISBN:978-2-503-59159-9.**

Coordenada por José Eloy Hortal Muñoz, a obra *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*, da coleção Habsburg Worlds, reúne um conjunto de artigos de alguns dos mais destacados historiadores da Época Moderna. O livro surgiu a partir do *workshop Spanish Royal Geographies in Early Modern Europe and America: Re-thinking the Royal Sites/Geographies of Habsburg Politics and Religion*, que teve lugar na Universidade de York nos dias 4 e 5 de maio de 2017.

O fio condutor da obra passa por estudar os espaços régios que contribuíram para a afirmação do poder da Monarquia Hispânica na primeira metade do século XVII. O espaço é aqui entendido como propriedade das dinastias reinantes onde, em alguns casos, os próprios monarcas ou os seus representantes viviam. Assim sendo, acabavam por ser infraestruturas de natureza variada, nomeadamente capelas reais, paços, conventos e mosteiros. Foram importante instrumento da ação dos monarcas, contribuindo para a afirmação de uma unidade política convergente e obediente à Coroa. Foram, igualmente, importantes polos de difusão da espiritualidade moderna que não pode ser desligada, nestes espaços, das questões de natureza política. Como sublinha o editor, o espaço régio é fundamental para analisar a justificação do poder, compreender a preeminência das instituições eclesiásticas e temporais e estudar a relações da Monarquia Hispânica com a Santa Sé. Em síntese, o principal propósito do livro é aumentar o conhecimento e entendimento sobre os locais de afirmação do poder régio, numa perspetiva política e religiosa, na primeira metade do século XVII.

O volume está dividido em duas partes, sendo a parte I designada por *Royal Chapels* e a parte II intitulada *Royal Palaces, Convents and Monasteries*.

A primeira parte principia com o artigo de José Eloy Horta Muñoz, *Royal Chapels: Spirituality, Ceremonial and Integration of the Elites*, onde o autor sublinha o papel das Capelas Reais no processo de integração de elites, constituição de redes clientelares, bem como na afirmação da espiritualidade pós-tridentina. No século XVII viveram tempos de esplendor, pela magnificência da arquitetura e obras artísticas que as compunham, pelo número de pessoas que lhe estavam vinculadas e pelas cerimónias que patrocinavam. No campo da espiritualidade, o autor sublinha uma das dimensões mais relevante destas instituições: a disseminação da prática religiosa tridentina (cumprindo, assim, as diretrizes do

Concílio de Trento). As Capelas Reais eram constituídas por uma hierarquia de oficiais, designados capelães, recrutados no seio de importantes famílias da nobreza e aristocracia. O autor sublinha, igualmente, a existência de outros oficiais, caso dos pregadores e do mestre de cerimónias, e a sua relevância nas Capelas de alguns reinos, como no caso específico de Portugal. As particularidades destas instituições, no que concerne aos vínculos jurisdicionais, e a sua relevância enquanto centro de poder, determinaram a existência de conflitos, sobretudo com os poderes episcopais em alguns dos reinos que compunham a Monarquia Hispânica, como nos casos da Sicília e de Nápoles.

José Martínez Millán, no artigo *Spirituality at the Royal Chapel of the Alcázar of Madrid (16th-17th Centuries): The Triumph of Rome*, trata primeiramente a questão dos conceitos de Monarquia Universal e de Monarquia Católica. A Monarquia Hispânica acabou por ser um constructo político e só depois confessional. A ideia de Monarquia Universal foi adotada nos albores do século XVI e visava subordinar o poder do pontífice aos interesses do rei de Espanha. Todavia, esta ideia colapsou no período Filipino. A existência de movimentos no seio da Igreja dependentes diretamente do papado e a perda de influência espanhola na cúria romana, bem como instituições como a *Propaganda Fidei* (controlada diretamente pelo pontífice), determinaram o fim da ideia da Monarquia Universal, sendo substituída, nos primeiros anos do século XVII, pela ideia de Monarquia Católica. No campo da espiritualidade, o conceito de Monarquia Católica pressupunha a subordinação do poder régio ao poder papal. Tal facto evidencia-se através da adoção, por parte da Capela Real de Alcázar em Madrid, das cerimónias usadas na Capela Papal.

O artigo de Frabizio D'Avenia, *The Display of Royal Ecclesiastical Power: The Palatine Chapel of Palermo (1586-1713)* versa sobre a Capela Real de Palermo. No reinado de Filipe II, a capela foi renovada em termos humanos e materiais, com um número variado de clérigos e novas instalações. Conflitos jurisdicionais com o arcebispo de Palermo ocorreram neste período, com a Capela a reivindicar jurisdição própria sobre clérigos em detrimento do arcebispo de Palermo. Os conflitos, em matérias de precedências, também contribuíram para que a relação entre as instituições não fosse a mais positiva. Era uma das mais importantes instituições de Palermo, pela sua grandiosidade e influência, sendo um reflexo da grandeza do rei.

Ingnasi Fernández Terricabras, no texto intitulado *No King for a Palace: Royal Palaces and Chapels in Barcelona in the Seventeenth Century*, versa sobre uma questão relevante que se prende com a estruturação da Monarquia Hispânica: uma monarquia compósita formada por territórios diversos unidos sob o jugo do mesmo cetro. A existência dos palácios reais e a sua conservação no decurso

dos séculos foi determinada pelo cariz compósito da monarquia: o monarca reinava, de forma separada, em cada um desses territórios e para isso precisava da existência de palácios reais que estruturalmente e simbolicamente contribuíam para o reforço do poder régio e da unidade política. A questão simbólica dos espaços é relevada. Com efeito, mesmo após o estabelecimento da corte de forma permanente em Madrid (1561), os palácios reais mantiveram os seus atributos como casas do rei e da família real. O caso de Barcelona foi tratado em particular pelo autor. O território era constituído por vários palácios reais que vinham do período medieval, sendo dotado de novas infraestruturas nos séculos XVI e XVII. Uma das instituições mais relevantes do poder régio na Catalunha, à semelhança do que sucedia noutros reinos, era a Capela Real.

Emilio Callado Estela, com o artigo *Changes and Continuity in the Royal Chapel of Valencia during the Seventeenth Century*, debruça-se sobre a Capela Real de Valência, parte integrante da coroa da Aragão, com a sua origem a se fixar no século XIII. Foi reformada no tempo de Filipe II e no século XVII, por dificuldades económicas, as receitas foram objeto de uma recomposição, através da instituição de pensões no arcebispado de Valência. Os rendimentos dos oficiais acabaram por ser igualmente reformados, sendo atribuídos benefícios paroquiais aos capelães que viram assim aumentar consideravelmente os seus réditos. A instituição era composta por membros das elites de Valença, contribuindo deste modo para cimentar as relações das elites com a Coroa. Tudo isto fez parte integrante de um processo, cujo principal propósito passava pela afirmação do poder real.

Guilhermo Nieva Ocampo e Ana Mónica González Fasani trazem à colação um artigo designado *Lima and the Ecclesiastical Entourage of the Viceroy (1600-50): The Royal Chapel*. O artigo foca-se na Capela Real, nos propósitos da fundação e da sua natureza, bem como nos oficiais que a constituíam. O Palácio Real, em Lima, do qual fazia parte a Capela, constituía-se como importante afirmação da grandeza do poder da Coroa. A capela e respetivos capelães acabavam por ser financiados a partir de tributos e dos réditos das propriedades que lhe estavam vinculadas. Na escolha dos capelães, dava-se preferência aos oriundos do Colégio Real de S. Filipe e de S. Marcos de Lima. Os capelães exerceram diversas funções ao longo da vida, enquanto cónegos e professores universitários. Alguns exerceram, ainda, funções na administração da diocese de Lima, como visitantes e provisores. A instituição foi relevante para afirmação do poder régio, através da criação de redes clientelares dependentes do poder real.

A segunda parte inicia-se com um artigo de José Eloy Hortal Muñoz, *Royal Palaces, Convents and Monasteries: The Presence of the Sovereign, Integration of*

*the Realms and Kingdoms and Religious Practices*. O autor contextualiza a existência dos palácios, conventos e mosteiros de fundação régia, bem como a sua importância na Monarquia Hispânica enquanto instrumentos de ação política e religiosa. A relevância destas infraestruturas era tal que as reformas urbanas realizadas no período barroco tiveram em consideração o espaço/localização dos palácios reais. Nem todos os palácios se constituíam como residência dos monarcas ou dos seus representantes. Todavia, mesmo nestes casos, não deixavam de ser símbolos do poder real. Por outro lado, construídos em épocas anteriores, acabavam por, no tempo dos Habsburgos, contribuir para a afirmação de uma linha de continuidade dinástica que, no plano simbólico, servia para legitimar o poder da Coroa. Mas havia outras instituições relevantes neste processo de conformação de cerimónias régias. Os conventos e mosteiros, patrocinados pelo rei, desempenharam papel fundamental nos planos político e religioso, em virtude da relação que mantinham com a dinastia reinante. A importância destes locais era insofismável, uma vez que entrecruzavam aspetos políticos e religiosos através do esplendor do cerimonial. A isto acresce o facto de alguns se terem constituído como panteões régios. Desempenharam, de igual modo, papel de destaque no processo de atração de fiéis para uma espiritualidade mais fervorosa através das relíquias que albergavam. Também foram relevantes na projeção de confrarias e irmandades, bem como na promoção de programas artísticos e arquitetónicos

O texto de Víctor Mínguez Cornelles, *Court Spaces and Dynastic Piety at the Royal Convents of Madrid (16th-17th Centuries)*, remete para a fundação de conventos em Madrid no âmbito da afirmação do poder filipino. Filipe II escolheu o local como residência real, pela sua localização – central na Península Ibérica –, clima e existência de um conjunto de palácios nas proximidades. A localidade foi dotada de instituições religiosas pelo facto de ser sede da Coroa. A criação do Mosteiro das Descalças, fundado por Joana de Áustria, filha de Carlos V e regente de Espanha na ausência do irmão Filipe II, bem como a fundação do Real Mosteiro de S. Isabel e do Real Convento da Encarnação, por Filipe III, obedeceram a um plano de reforço de instituições eclesíásticas no local. Os conventos, que se transformaram em grandiosos relicários, foram utilizados para a afirmação do culto patrocinado pela Coroa, centrado na devoção mariana e em santos cuja devoção era cara aos membros da família real. Serviram, ainda, como panteões familiares. Estas instituições patrocinavam grandiosas cerimónias, como por exemplo o próprio funeral de Filipe IV. As exéquias do rei foram pautadas pela espetacularidade, sendo realizadas num cadafalso ricamente decorado, ornamentado com colunas.

O artigo de Henar Pizarro Llorente, *The influence of Rome on Spirituality in*

*the Royal Convents of the Habsburg Netherlands: The Foundation of the Capuchin Convent at Tervuren (1621-33)*, trata, como o próprio título explicita, da fundação do mosteiro capuchinho de Tervuren. O autor narra a história da fundação do convento, em 1626, por Isabella Clara Eugenia, esposa do arquiduque Alberto. Os esforços dos arquiduques, para restaurar o catolicismo nos Países Baixos foram feitos pela via da afirmação das instituições religiosas, entre as quais se contavam os Carmelitas Descalços. Neste artigo sobressai o papel de Juan Bautista Vives no processo de instituição do cenóbio, dada a sua proximidade com a cúria romana e com os Carmelitas Descalços. O mosteiro resultou das últimas vontades da arquiduquesa Isabella, coincidindo com o desejo de viver a religião de acordo com os seus próprios valores espirituais: meditação e isolamento.

José Pedro Paiva, no artigo intitulado *The Presiding Religious Influence of an Absent King*, analisa a asseveração de Filipe II, nos primeiros momentos enquanto rei de Portugal, através de formas e expressões de espiritualidade e religiosidade. O monarca concitou o apoio da clerezia do reino, num plano de afirmação do poder régio que passava por atrair as elites eclesiásticas para a sua esfera de influência. Em troca, favoreceu aqueles que o apoiavam, através de mercês que se estendiam aos respetivos familiares. O plano foi bem-sucedido. Em finais da década de 1570, os bispos portugueses estavam, na sua grande maioria, do seu lado, pois perceberam que Filipe II manteria os privilégios da Igreja portuguesa, não sendo possível resistir ao seu poder e, com esta atitude, evitariam um conflito armado. O processo de afirmação do monarca foi feito através da utilização de espaços régios e de faustosas cerimónias religiosas. Dos inúmeros exemplos que se colhem no artigo, de destacar, pela magnificência do ritual, a entrada triunfal em Lisboa. O artigo ressalta que a Capela Real foi uma das primeiras instituições alvo de atenção por parte do rei, tendo sido objeto de renovação nos primeiros tempos do reinado. Filipe II patrocinou a existência de uma nova Capela, no Paço da Ribeira, que acabou por se tornar num instrumento de controlo da elite eclesiástica e de promoção de clientelas. O autor sublinha, igualmente, o papel do rei na existência de um novo panteão em Lisboa. A escolha foi criteriosa. Apontou o local – mosteiro de S. Vicente, que já existia desde os tempos de D. Afonso Henriques –, assegurando, no plano simbólico, a linha de continuidade com as dinastias anteriores. Em termos simbólicos de destacar, também, o próprio patrono S. Vicente. O santo era natural de Aragão, do mesmo local onde nasceu S. Lourenço, padroeiro do Escorial, tendo este mosteiro tido influência na igreja de S. Vicente, sobretudo no que se refere às características da fachada.

Através do artigo de Immaculada Rodríguez Moya, *The Spaces of Monarchy*

*in the Kingdom of Valencia – Political and Religious Practices (16th-17th Centuries)* vislumbra-se, pelo prisma das cerimónias festivas que ocorriam em palácios e mosteiros de patrocínio real, a forma como o poder régio se afirmou em Valência. O reino fazia parte da Monarquia Hispânica, integrando a Coroa de Aragão no século XVI. As cerimónias e rituais que se sucederam no Palácio Real e no Mosteiro de S. Miguel de los Reyes serviram para criar uma coesão política. A autora descreve, em particular, estes espaços, pormenorizando o Palácio Real, que remonta ao período medieval, e a Capela Real que lhe estava associada.

Nicoletta Bazzano, no artigo *Power, Politics and Religion: The Viceregal Court and the Royal Convents in the Kingdom of Sardinia (15th-17th Centuries)*, analisa os espaços régios mais relevantes de Cagliari. Ressalta do artigo a referência à sepultura de Martim I, rei da Sicília (1309-1409), de descendência aragonesa, falecido em Cagliari no ano de 1409, sendo um dos principais conquistadores da ilha. No século XVII foi feito um novo túmulo, de uma grandeza extraordinária, patrocinado pelo vice-rei, que acabou por se tornar num poderoso instrumento de propaganda política. A autora faz, igualmente, referência a conventos que estavam sob o patronato real, como por exemplo a casa das Mercedarias, uma organização importante para a promoção política da Coroa e de alguns cultos. Com efeito, foi responsável pela promoção do culto da Madonna di Bonaria, um local visitado por bispos e vice-reis antes de procederem à entrada solene na cidade.

O artigo que encerra a obra é de José Eloy Hortal Muñoz e intitula-se *Royal Sites as Key elements of the Political and Religious Relationship between the Spanish Monarchy and the Holy See: The Permeation of the Spirituality of Rome*. Trata-se de uma síntese que retoma algumas das principais ideias veiculadas pelos autores do livro. Sublinhe-se a questão da espiritualidade, crucial para o entendimento dos tempos Modernos, quer em matérias estritamente religiosas, quer em assuntos de natureza política dos territórios que faziam parte da Monarquia Hispânica. Os espaços régios foram portentosos instrumentos de afirmação do poder, asseverando a presença simbólica de um monarca sempre ou quase sempre ausente de muitos desses territórios.

Em suma, nos artigos que constituem este livro vislumbra-se, com clareza, a relevância dos espaços régios na afirmação do poder da Coroa em espaços onde política e religião se entrecruzavam. A melhor forma de compreender tais contextos passa, obrigatoriamente, pelos prismas da política, da religião e da espiritualidade. O livro centra-se sobretudo na Europa, uma vez que apenas um artigo remete para locais periféricos do império. Percebe-se que, nos territórios europeus, o processo ocorreu de forma similar através de variáveis

que passavam pela constituição de clientelas, pela afirmação de correntes de espiritualidade e pela realização de rituais e cerimónias. Contudo, uma visão mais alargada ao império justifica-se, por forma a entender se os processos foram semelhantes aos tratados neste livro ou se obedeceram a variáveis de natureza diversa.

JOÃO NUNES  
Instituto Politécnico de Viseu  
jnunes@esev.ipv.pt



REIS, Maria de Fátima (2021). *Pobreza e Caridade em Portugal. Práticas e discursos (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, Academia Portuguesa da História, 238 pp., ISBN: 978-989-566-037-7.

Maria de Fátima Reis, professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, diretora da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste e secretária da Academia Portuguesa da História, vem-nos habituando, há mais de três décadas, a estudos pautados pelo rigor científico e pela pertinência das abordagens. As suas atenções têm-na conduzido sobretudo a temáticas versando a história da pobreza e da assistência em Portugal nas Épocas Moderna e Contemporânea. Em 2001, publicou a sua dissertação de mestrado sobre *Os Expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, que havia sido orientada por Francisco Sales Loureiro e defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1989. Em 2005, foi a vez de conhecer os prelos *Santarém no Tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, resultado da sua tese de doutoramento, dirigida por Joaquim Veríssimo Serrão e Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz e apresentada a provas públicas na Universidade de Lisboa em 2000. E as contribuições não pararam, como mostram os artigos e as comunicações a congressos que foi sempre publicando.

*Pobreza e Caridade em Portugal* espelha essa produção. A autora em boa hora decidiu reunir textos que viram a luz entre 2001 e 2019 e ainda alguns inéditos. Ficamos todos a ganhar, uma vez que passamos a dispor de um *corpus* até agora disperso, por vezes em publicações cujo acesso pode não ser evidente, pese embora as tão apregoadas virtudes do universo digital em que se vive.

Maria de Fátima Reis brinda-nos com 19 artigos, agrupados em três secções, “Confrarias e irmandades: devoção e auxílio”, “Pobreza e beneficência: vulnerabilidade e solidariedade” e “Práticas de caridade: recursos e estratégias”. Trata-se de uma divisão pertinente, que ajuda o leitor interessado a não se perder num universo demasiado variado. A cronologia espraia-se dos séculos XVI a começos de Novecentos.

As temáticas abordadas são muito diversificadas e vão desde a fundação da Misericórdia da Ericeira aos albergues noturnos lisboetas dos finais do século XIX, passando pelas associações marítimas, pelos bens de alma, pelos atestados de pobreza na Sesimbra dos finais da Época Moderna e pelos beneficiários dos testamentos na Lisboa dos começos de Novecentos. A autora não se esqueceu de visitar uma matéria que sempre lhe foi cara, a dos expostos, tendo desta feita elegido a recuperação, pelas próprias famílias, de crianças que haviam sido abandonadas na Lisboa nos séculos XVIII e XIX.

Seja-me, entretanto, permitido chamar a atenção, por as ter considerado particularmente interessantes, para duas contribuições, uma sobre “Criadas para servir: educação e assistência em Lisboa na transição do séc. XIX para o séc. XX” e outra que versa “Capitalismo, beneficência e imaginário judaico em Portugal nos finais do século XIX”. O primeiro assunto não tem sido de todo desprezado pela historiografia portuguesa, mas muito há ainda para fazer e Maria de Fátima Reis ajudou a dar um passo mais nesse caminho. No que diz respeito à beneficência judaica, trata-se de um universo muito mal conhecido ainda, sendo, pois, de louvar, a iniciativa. É inevitável associar-se este interesse da autora ao facto de se achar, como antes se disse, à testa da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste.

Os textos são, sem exceção, bem pensados, redigidos de forma cuidada e – como seria de esperar de trabalhos historiográficos sérios – sempre ancorados em documentação impressa ou manuscrita. Também é de salientar o diálogo com outros historiadores, quer portugueses quer estrangeiros, revelando a autora uma boa atualização bibliográfica.

Apenas se lamenta que Maria de Fátima Reis não tenha inserido neste livro um outro interessante artigo, publicado em 2017 nos *Anais* da Academia Portuguesa da História, “O recolhimento das donzelas órfãs da Misericórdia de Lisboa: pobreza e assistência na Época Moderna”. Terá tido, naturalmente, as suas razões, mas o leitor em muito beneficiaria com a respetiva inclusão.

Se a autora procurou, como confessa na introdução, ajudar a responder à questão “que meios encontrou a sociedade portuguesa para enfrentar a pobreza entre os séculos XVI e XIX?” (p. 7), podemos com alguma segurança assegurar que o conseguiu. *Pobreza e Caridade em Portugal* é, a partir de agora, um livro de leitura obrigatória para todos os que se interessam pela matéria e deverá ser arrumado na estante em que se encontrem contributos anteriores saídos da sua própria pena e das de Isabel Drumond Braga, Isabel dos Guimarães Sá, Laurinda Abreu, Maria Antónia Lopes e Maria Marta Lobo de Araújo, sem esquecer autores mais jovens, como por exemplo Alexandra Esteves, Joana Balsa de Pinho, Lisbeth Rodrigues, Ricardo Cordeiro e Ricardo Pessa de Oliveira.

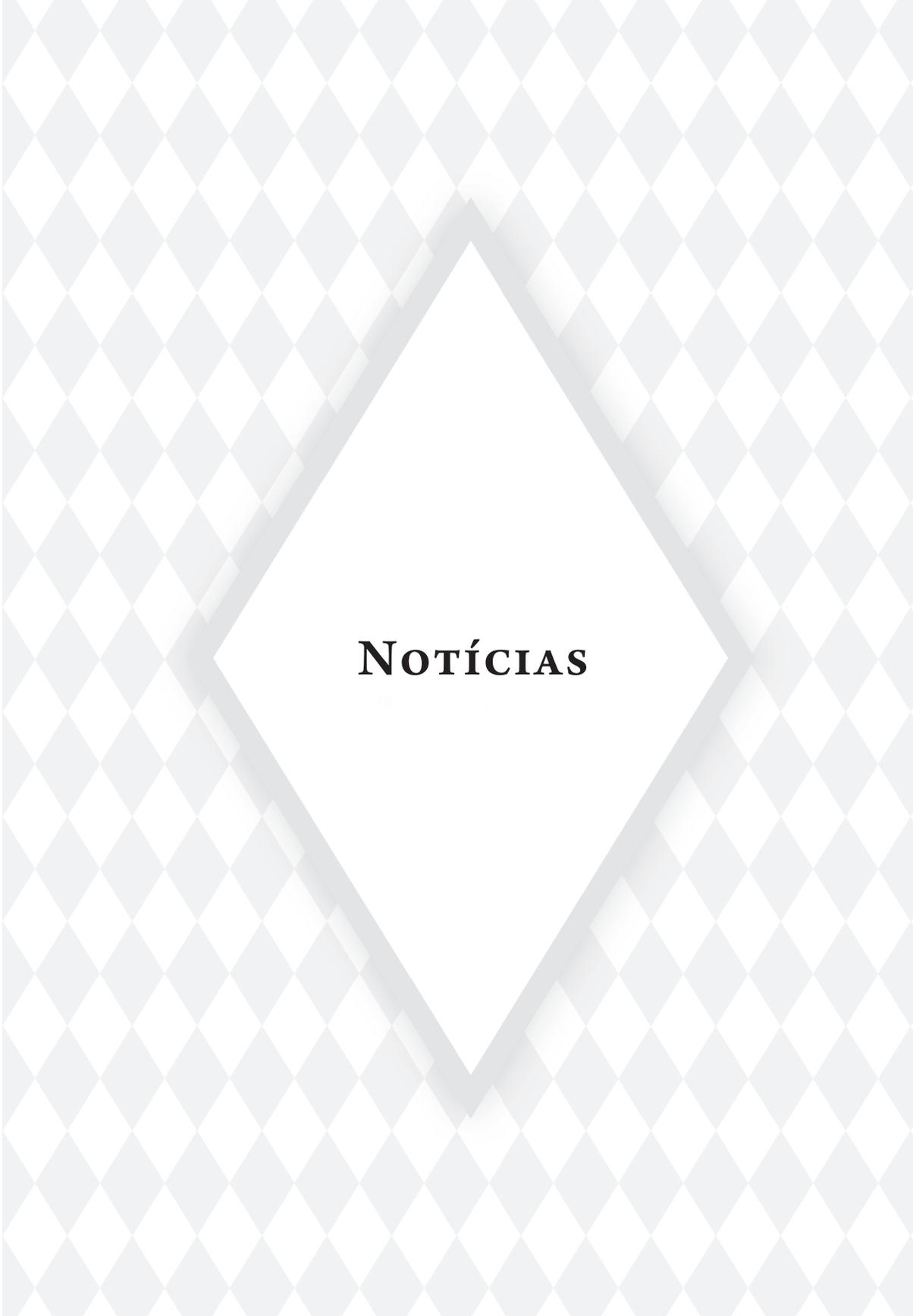
Dou os meus mais sinceros parabéns a Maria de Fátima Reis e faço votos para que continue e que em breve nos possa dar um outro livro, tão ou mais interessante do que este.

PAULO DRUMOND BRAGA

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes; Universidade Aberta, Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais

pdrumondb@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5043-8236>



# **NOTÍCIAS**



## Iniciativas e projetos do CHSC e dos seus investigadores durante o ano de 2021

### **Revista de História da Sociedade e da Cultura melhorou o seu impacto científico**

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* passou do quartil Q4 para o quartil Q3 na avaliação do prestigiado SCImago Journal & Country Rank (SJCR), portal público que disponibiliza os indicadores científicos dos periódicos a nível mundial, a partir das informações contidas na base de dados Scopus (Elsevier B.V.). São apenas 7 as revistas portuguesas que, na secção de *Arts and Humanities*, reúnem requisitos para constar desta avaliação. A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* ocupa agora a 2.<sup>a</sup> posição no Ranking do país e a 809.<sup>a</sup> posição no Ranking mundial (total de 1251 revistas).

É um importante passo no caminho do reconhecimento internacional desta publicação do CHSC e do impacto dos estudos publicados na Revista, que a partir do ano de 2022 passará a ser semestral (um número em junho e outro em dezembro). A submissão de artigos está aberta permanentemente através da plataforma OJS/PKP.

### **Investigadora do CHSC alcança financiamento no Concurso de Projetos IC&DT em todos os domínios científicos da FCT**

O Projeto *COMMEMORTis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval*, EXPL/HAR-HIS/0532/2021, liderado pelas Doutoras Maria Amélia Álvaro de Campos (IR) e Ana Isabel Ribeiro (co-IR), investigadoras do CHSC, alcançou um financiamento de 48.850 EUR no Concurso de Projetos IC&DT em todos os domínios científicos da FCT.

Foi um excelente resultado para o CHSC, sobretudo tendo em conta que foi um concurso em que o Paineis de História e Arqueologia voltou a ser muito penalizador para a área da História.

Este projeto, que baseia o seu plano e metodologias na interdisciplinaridade intrínseca às Humanidades Digitais, visa reconstituir as comunidades paroquiais da cidade de Coimbra, a partir da análise informática dos obituários, dos testamentos e das doações *post mortem* que beneficiavam as suas igrejas. Articula um tema clássico da historiografia medieval europeia – o es-

tudo da Morte e da Economia da Salvação – com uma metodologia atual e inovadora, vocacionada para o estudo social e prosopográfico em História e Micro-história – o *software* Timelink, um sistema de informação para processar dados de pessoas, recolhidos a partir de fontes históricas.

### **Investigadora do CHSC alcança financiamento no Concurso “Projetos Semente de Investigação Científica Interdisciplinar”, UC/Santander Universidades.**

O Projeto IMAGINÁRIA: Património escultórico do Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, que tem como investigadora responsável a Doutora Sandra Costa Saldanha, além de integrar outros membros do CHSC na equipa, alcançou um financiamento de 20.000 EUR, no âmbito dos *Projetos Semente de Investigação Científica Interdisciplinar*, na Área Estratégica da UC *Património, Cultura e Sociedade Inclusiva*, com o apoio Santander Universidades.

Focado no estudo interdisciplinar do património escultórico do Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, este projeto pretende explorar eixos temáticos identitários para fortalecer competências de pensamento crítico, aplicar práticas sustentáveis de conservação, testar novos modelos de interação com as comunidades e fomentar o papel das artes como instrumentos de fruição e mediação patrimonial.

### **Verão com Ciência 2021**

O CHSC obteve financiamento para 4 Bolsas em candidatura competitiva no Programa da FCT *Verão com Ciência 2021*, que permitiram que 4 estudantes de licenciatura e mestrado em História e História da Arte da FLUC tivessem um estágio de investigação no contexto dos *Projetos ReligionAJE* e *IMAGINÁRIA*. O programa foi criado para proporcionar aos bolseiros o desenvolvimento de competências de iniciação à investigação, comunicação do conhecimento científico e trabalho em equipa.

Os trabalhos decorreram entre 1 e 30 de setembro de 2021. Sob coordenação de José Pedro Paiva e Sandra Saldanha iniciaram as suas atividades quatro bolsieras, a saber: Diana Sofia Neto Duarte Rodrigues Salvado, Mafalda Gonçalves Centeio Mendes, Maria Leonor Salguinho Ferreira e Maria Teresa Gonçalves Ferreira.

## **Investigadoras do CHSC premiadas**

A Doutora Irene Vaquinhas, investigadora do CHSC, foi distinguida com o Prémio CIJVS/2021. O júri do prémio, instituído pelo Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, com o apoio da Empresa “Águas de Santarém” – EM, S.A., decidiu eleger para a edição de 2021 o estudo *Quotidianos sob o impacto da 1ª Grande Guerra: alguns aspectos*. O Prémio foi entregue em cerimónia Comemorativa do IX Aniversário do Centro de Investigação, no Convento de São Francisco, de Santarém, no dia 29 de maio de 2021.

No mesmo mês a obra *Assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séc. XII-XVI)*, foi distinguida com o prémio A. Almeida Fernandes, instituído pelos municípios de Ponte de Lima e Viseu, destinado a trabalhos editados e/ou obras publicadas e a obras originais não publicadas nos dois anos anteriores, versando sobre História Medieval Portuguesa. A sua autora, Doutora Ana Rita Rocha, é investigadora colaboradora do CHSC. O prémio foi entregue em cerimónia realizada no Museu dos Terceiros, em Ponte de Lima, no dia 28 de maio de 2021.

## **Congresso Internacional *Para além de D. Manuel I***

Por ocasião do quinto centenário da morte do rei D. Manuel I (r. 1495-1521), o CHSC organizará o Congresso Internacional *Para além de D. Manuel I. O Império Português num mundo em transformação, c.1450-1550*. Decorrerá na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre os dias 6 e 8 de julho de 2022. Esta reunião científica pretende visitar a história do império português, utilizando uma perspetiva geográfica e culturalmente descentrada, questionadora da noção tradicional da projeção de Portugal no mundo. Visa reequacionar e recontextualizar a figura do monarca, o reino e os territórios ultramarinos, à luz dos avanços historiográficos verificados nas últimas décadas, tanto ao nível dos problemas e tendências de investigação, como das metodologias e categorias analíticas. Desafiar a ideia da exceção da história portuguesa e valorizar a importância de atores e contextos que determinaram as trajetórias do império português numa perspetiva aberta e não teleológica, atenta às improvisações, adaptações e tentativas falhadas, a influências mútuas e experiências locais, realçando a contribuição de perspetivas e agentes não portugueses nas dinâmicas imperiais manuelinas, eis o que se pretende.

Participarão no congresso Alessandra Russo (Universidade de Columbia, Nova Iorque); David Weath (Universidade do Estado de Michigan); Francisco Bethencourt (King's College, Londres); Giancarlo Casale (Instituto Universitário Europeu, Florença); Hermann Bennet (Universidade da Cidade de Nova Iorque); James Fujitani (Azusa Pacific University); Kate Lowe (Universidade de Londres); Maria Regina Almeida (UFF, Rio de Janeiro); Nuno Senos (Universidade Nova de Lisboa); Tamar Herzog (Universidade de Harvard); Urte Krass (Universidade de Berna); Zoltán Biedermann (University College London).

A conferência de lançamento, a cargo de Sanjay Subrahmanyam, académico da University of California Los Angeles (UCLA), acontecerá no dia 13 de dezembro de 2021.

## Vária

Após reestruturação da sua equipa de investigadoras/es e colaboradoras/es, devidamente atualizada junto da FCT, cujo rejuvenescimento incluiu a contratação de um novo investigador doutorado de nível inicial, o CHSC iniciou um conjunto de novas atividades científicas, com destaque para a criação de três seminários permanentes.

O Seminário de Investigação Anual do CHSC – *Os Mundos da História. Novas Perspetivas e Debates* é composto por quatro sessões em cada ano académico e tem o propósito de convidar para proferir conferências, historiadoras e historiadores de grande prestígio internacional, que estimulem a reflexão sobre novos modos de fazer a História de distintas épocas e cronologias, e que contribuam para desafiar as novas gerações a manter contacto com áreas de pesquisa inovadoras, rasgando novos horizontes e estimulando o debate crítico.

O seminário *UNIVERSidades: Redes e Identidades*, na sua segunda edição, é composto por quatro sessões em cada ano académico e pretende ser um espaço de discussão e problematização sobre as Universidades numa perspetiva *glocal*. Está aberto à discussão das interconexões entre as várias instituições de ensino na Europa; ao seu papel na construção das identidades e na reflexão em torno do(s) outro(s); à importância que assumiram enquanto focos emergentes e difusores de correntes culturais e movimentos intelectuais no mundo europeu e extra-europeu.

O Fórum de Jovens Investigadores tem frequência mensal e visa o debate entre mestrandas/os, doutorandas/os e recém-doutoradas/os colaborado-

ras/es ou investigadoras/es do CHSC, em torno da apresentação de projetos de investigação, esboços de capítulos de dissertações e teses, artigos ou comunicações a encontros científicos em fase de preparação, debate de artigos e livros que promovam o debate historiográfico. Pretende ainda realizar *workshops* para dar a conhecer alguns instrumentos digitais que facilitem a investigação.

A par dessas atividades o CHSC reestruturou também a sua página *web* e pela primeira vez fez-se presente nas redes sociais, procurando adquirir maior e mais célere alcance para as suas atividades. Por fim, com intuito de responder às necessidades de pesquisa das/os investigadores, o CHSC iniciou um processo de renovação do acervo da sua Biblioteca, com a compra de dezenas de novos títulos.

**JAI ME RICARDO GOUVEIA**

Universidade de Coimbra, CHSC

[jai me.gouveia@uc.pt](mailto:jai me.gouveia@uc.pt)

<http://orcid.org/0000-0002-2435-7384>



**VII Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna (VII EJIHM). Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL) / Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa), 22-24 de setembro de 2021 [Online].**

Entre os dias 22 e 24 de setembro realizou-se (via plataforma Zoom) a VII edição do *Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna*, que resultou da colaboração entre o Instituto de Ciências Sociais, o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global, reunindo mais de 80 participantes de vários pontos do globo, entre os quais se incluem vários investigadores integrados e colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-UC).

Este evento, de carácter bienal, tem-se tornado cada vez mais um ponto de passagem importante para os jovens investigadores de História Moderna, sobretudo para os alunos de mestrado e doutoramento. O congresso pretendeu ser um “local” de encontro, abrangendo a comunidade académica internacional, e foi pensado como um momento de partilha das investigações em curso, de saberes e de criação de novos contactos, capaz de potenciar o percurso intelectual de cada um dos participantes.

Com o intuito de assegurar a qualidade, o rigor científico e a colaboração entre instituições, constituiu-se uma Comissão Científica composta por onze reconhecidos historiadores: José Luís Cardoso (presidente) (ICS-UL); Alexandra Curvelo (UNL); Graça Almeida Borges (UÉ); Helen Osório (UFRGS); Inês Amorim (UP); Isabel dos Guimarães Sá (UM); Isabel Mota (UC); Marília dos Santos Lopes (UCP); José da Silva Horta (UL); Pablo Ortega del Cerro (CSIC); e Paulo Teodoro de Matos (ISCTE).

Durante os três dias do congresso foram apresentadas um total de 53 comunicações que estiveram a cargo de 56 alunos, provenientes de 9 países (Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Inglaterra, México, Portugal, República Checa e Uruguai), integrados em 33 instituições diferentes, tanto portuguesas como estrangeiras, o que revelou os enormes benefícios para o avanço do conhecimento científico resultantes da cooperação institucional, nacional e internacional.

As 53 comunicações foram organizadas em 16 painéis temáticos, moderados por um investigador doutorado, responsável não só por coordenar os participantes, mas também por comentar os trabalhos apresentados, procurando propor novas perspetivas de investigação e criticar as metodologias delineadas

pelos investigadores preponentes. Entre os vários assuntos discutidos neste congresso, foram abordadas temáticas como: ambiente e recursos naturais; redes sociais e trabalho; representações literárias, artísticas e simbólicas; repressão, resistência e transgressão; cultura material, vestuário e formação de identidades; cultura escrita e circulação de ideias; quadros devocionais e modelos de santidade; guerra e rebelião; construção e difusão de ideias políticas; crédito e atividade económica; disciplinamento social e censura; comunicação política em meio eclesiástico; corrupção, conflito e contrabando; pensamento político e historiográfico; agentes e dinâmicas de sociabilidade; e mulheres, diplomacia e mecenato.

Além das sessões temáticas foram ainda organizadas, no âmbito do VII EJIHM, quatro sessões plenárias. A primeira – a Palestra de Abertura – esteve a cargo da Professora Raffaella Sarti (UNIURB), com uma comunicação intitulada - *What is work? A gendered perspective (Western Europe, 16th-19th c.)*.

A par desta sessão foram ainda organizadas duas mesas-redondas. A primeira, preparada pelo Grupo de Investigação – Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-coloniais (ICS-UL), intitulada *Descolonizar a História Ibérica na Época Moderna?*, e contou com a participação de Cândido Domingues (UNEB), de Manuel Bastias Saavedra (MPIHLT) e Pedro Cardim (UNL). O debate foi moderado por Ângela Barreto Xavier (ICS-UL). Na segunda mesa-redonda, organizada e promovida pelo CH-ULisboa, o tema em debate foi a *Nova História Diplomática: de onde e para onde*, e contou com a participação de Ana Leal de Faria (UL), de Mar García Arenas (UA) e de Diana Carrió-Invernizzi (UNED). Esta discussão foi conduzida por José Damião Rodrigues (UL).

Por fim, foi promovida uma visita virtual à Biblioteca da Ajuda, dirigida por Fátima Rezende Gomes, cujo arquivo se caracteriza pela extraordinária relevância para o estudo de algumas temáticas da história moderna Ibérica (com coleções de correspondência de alguns dos antigos vice-reis de Portugal e outros conjuntos de códices e avulsos de antigas casas nobiliárquicas portuguesa e da Casa Real).

Após a realização de um *Call-for-Organizers*, determinou-se que a oitava edição do *Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna* terá lugar na Universidade de Évora em 2023.

ANA MAFALDA LOPES

PIUDHist-FCT | Universidade de Lisboa, ICS

anamafaldaplopes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9116-905X>

## CARLOS FERNANDO TEIXEIRA ALVES

Universidade Católica Portuguesa, CEHR | Universidade de Coimbra, CHSC | PIUDHist | Universidade de Lisboa, ICS  
cftalves@outlook.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-0058-7262>

## KEVIN CARREIRA SOARES

PIUDHist | Universidade de Lisboa, ICS  
kevincasoaes@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-9620-7054>

## RUI M. ROCHA

PIUDHist | Universidade de Lisboa, CH, FL  
ruimrocha92@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7983-0688>

## SÓNIA BORGES

Universidade de Lisboa, CH, FL  
soniafialhoborges@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-5401-6724>

## Caderno Temático: História Empresarial

A indústria portuguesa pelo olhar da fotografia na viragem do século XIX para o século XX

HUGO SILVEIRA PEREIRA

A Cooperativa Indústria Social. Uma experiência coletiva na monarquia constitucional

JOÃO LÁZARO

Tendências culinárias dos menus diários da Empresa Culinária (Lisboa, 1898-1899).

JOÃO PEDRO GOMES

Rádio Clube de Moçambique: história económica e cultural de uma empresa radiofónica num contexto colonial (1932-1974)

MARCO ROQUE DE FREITAS

## Artigos

A Conquista de Tavira aos Mouros: uma reconstituição crítica

ANTONIO CASTRO HENRIQUES

Cultura marítima e imaginário insular en la construcción histórica de la identidad de las islas de la Macaronesia

JAVIER LUIS ÁLVAREZ SANTOS

Rivalidades entre Portugal e França e o papel dos espões portugueses nos portos franceses (1503-1566) (1870-1910)

MARCO OLIVEIRA BORGES

A crise económica em Penafiel nos inícios do século XIX pelos livros das décimas de 1800, 1813 e 1821

JOSÉ LUÍS BARBOSA

D. Miguel e os jesuítas: fidelidade mútua às antigas tradições 1829-1834

FRANCISCA M. C. BRANCO VEIGA

Vozes femininas a favor da instrução das mulheres nos jornais oitocentistas: A Assembléa Litteraria e A Voz Feminina

SÓNIA COELHO E SUSANA FONTES

“Consommé, glacé, fricassé”. Francesismos na terminologia culinária em Arte de cozinha de João da Matta

GUIDA CÂNDIDO

Indebtedness and the road to monetary sovereignty following the international recognition of Montenegro in 1878

RADOSLAV RASPOPOVIĆ

As eleições legislativas de 1922 no Alentejo

MANUEL BAÍOA

Refugiados no Forte de Caxias no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-39)

FÁBIO ALEXANDRE FARIA



CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UIDB/00311/2020



Governo da República  
Portuguesa

